

Ana Karlla Magalhães Nogueira
Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior
Geovanna Vasconcelos Barros
Jhenyfer Natália Lima de Souza
(Orgs.)

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SOCIOECONOMIA

EXPERIÊNCIAS DE PESQUISAS NO
NORDESTE PARAENSE

VOLUME 2



científica digital



CIENTÍFICA DIGITAL EDITORIAL LTDA

Barueri - São Paulo - Brasil
www.cientificadigital.org - contato@cientificadigital.org

Diagramação e Arte	Edição © 2025 Científica Digital
Diego Santos	Texto © 2025 Os Autores
Diogo Lima	1ª Edição - 2025
Imagens da Capa	Acesso Livre - Open Access
Adobe Stock - 2025	

© COPYRIGHT - TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. A editora detém os direitos autorais sobre a edição e o projeto gráfico, enquanto os autores mantêm os direitos autorais de seus respectivos textos. Esta obra está licenciada sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, permitindo o download e compartilhamento integral ou parcial, desde que a fonte seja devidamente citada e os créditos atribuídos aos autores. É obrigatório que a obra permaneça em formato de Acesso Livre (Open Access), sem qualquer alteração. A catalogação em plataformas de acesso restrito ou com fins comerciais é estritamente proibida.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D451

Desenvolvimento regional e socioeconomia: experiências de pesquisas no nordeste paraense: volume 2 / Organização de Ana Karlla Magalhães Nogueira, Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior, Geovanna Vasconcelos Barros, Jhenmyfer Natália Lima de Souza. – Barueri-SP: Científica Digital, 2025.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui Bibliografia

ISBN 978-65-83998-15-6

DOI 10.37885/978-65-83998-15-6

1. Planejamento regional e urbano - Pará. 2. Demografia. I. Nogueira, Ana Karlla Magalhães (Organizadora). II. Melo Júnior, Luiz Cláudio Moreira (Organizador). III. Barros, Geovanna Vasconcelos. IV. Título.

CDD 307.76098115

Elaborado por Janaína Ramos – CRB-8/9166

Índice para catálogo sistemático:

I. Planejamento regional e urbano - Pará

E-BOOK

ACESSO LIVRE ON LINE - IMPRESSÃO PROIBIDA

2025

Ana Karlla Magalhães Nogueira
Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior
Geovanna Vasconcelos Barros
Jhennyfer Natália Lima de Souza
(Orgs.)

Desenvolvimento Regional e Socioeconomia:

**Experiências de Pesquisas no Nordeste
Paraense**

Volume 2

1ª EDIÇÃO



científica digital

2025 - BARUERI - SP

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. André Cutrim Carvalho
Prof. Dr. Antônio Marcos Mota Miranda
Prof^a. Ma. Auristela Correa Castro
Prof. Dr. Carlos Alberto Martins Cordeiro
Prof. Dr. Carlos Alexandre Oelke
Prof^a. Dra. Caroline Nóbrega de Almeida
Prof^a. Dra. Clara Mockdece Neves
Prof^a. Dra. Claudia Maria Rinhel-Silva
Prof^a. Dra. Clecia Simone Gonçalves Rosa Pacheco
Prof. Dr. Cristiano Marins
Prof^a. Dra. Cristina Berger Fadel
Prof. Dr. Daniel Luciano Gevehr
Prof. Dr. Diogo da Silva Cardoso
Prof. Dr. Ernane Rosa Martins
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes
Prof. Dr. Fabricio Gomes Gonçalves
Prof^a. Dra. Fernanda Rezende
Prof. Dr. Flávio Aparecido de Almeida
Prof^a. Dra. Francine Náthalie Ferraresi Queluz
Prof^a. Dra. Geuciane Felipe Guerim Fernandes
Prof. Dr. Humberto Costa

Prof. Dr. Joachin Melo Azevedo Neto
Prof. Dr. Jónata Ferreira de Moura
Prof. Dr. José Aderval Aragão
Prof. Me. Julianno Pizzano Ayoub
Prof. Dr. Leonardo Augusto Couto Finelli
Prof. Dr. Luiz Gonzaga Lapa Junior
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva
Prof^a. Dra. Maria Cristina Zago
Prof^a. Dra. Maria Otília Zangão
Prof. Dr. Mário Henrique Gomes
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes
Prof. Dr. Nelson J. Almeida
Prof. Dr. Pedro Afonso Cortez
Prof. Dr. Reinaldo Pacheco dos Santos
Prof. Dr. Rogério de Melo Grillo
Prof^a. Dra. Rosenery Pimentel Nascimento
Prof. Dr. Rossano Sartori Dal Molin
Prof. Me. Silvio Almeida Junior
Prof^a. Dra. Thays Zigante Furlan Ribeiro
Prof. Dr. Wescley Viana Evangelista
Prof. Dr. Willian Carboni Viana
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

Acesse a lista completa dos Membros do Conselho Editorial em www.editoracientifica.com.br/conselho

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra passaram por avaliação do Conselho Editorial e revisão por pares externos (*Peer Review*), recebendo a devida recomendação para publicação.

Nota: Esta obra é fruto de um processo colaborativo, configurando-se como uma coletânea na qual os direitos autorais permanecem resguardados para os respectivos autores. Alguns capítulos podem ter origem em trabalhos anteriormente apresentados em eventos acadêmicos; no entanto, os autores foram orientados a adotar o devido rigor na prevenção do autoplágio. A responsabilidade pelo conteúdo de cada capítulo, assim como pela originalidade e integridade das informações publicadas, é inteiramente dos respectivos autores e autoras. O conteúdo da obra não reflete, necessariamente, a opinião da editora, dos organizadores ou dos membros do conselho editorial.

APRESENTAÇÃO

O livro “Desenvolvimento regional e socioeconomia: experiências de pesquisas no nordeste paraense” (Vol. II) reúne uma coletânea de 31 estudos que exploram, com profundidade e sensibilidade, as múltiplas dimensões do desenvolvimento local em municípios da região nordeste do estado do Pará. A obra nasce do compromisso acadêmico com os territórios amazônicos e suas comunidades, revelando como práticas econômicas, culturais e sociais se entrelaçam na construção de realidades complexas e dinâmicas.

Os capítulos abordam desde atividades tradicionais, como a pesca artesanal e o extrativismo, até cadeias produtivas em expansão, como o cultivo do dendê no nordeste paraense, evidenciando os impactos socioeconômicos e ambientais destas práticas. A complexidade do tema se revela nas múltiplas interações entre os elementos que compõem o território, como a inclusão social, o uso agrícola da terra, o extrativismo, o turismo, o associativismo, as relações de gênero e as dinâmicas entre o rural e o urbano. Tais dimensões, somadas às especificidades histórico-culturais e ambientais da região, constituem o pano de fundo das reflexões que este livro propõe.

Nesse contexto, apresentamos a obra, que é resultante das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito das disciplinas da área de Socioeconomia e Meio Ambiente, no *Campus* de Capanema da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Os capítulos que compõem a coletânea foram apresentados no XI Colóquio de Desenvolvimento Agrário, realizado em 23 de novembro de 2024, em Capanema-PA, e refletem o esforço coletivo de estudantes e docentes na construção de conhecimento comprometido com a sustentabilidade e a valorização dos saberes amazônicos.

Com linguagem acessível e rigor metodológico, este livro oferece ao leitor uma visão abrangente e crítica sobre os processos de transformação socioeconômica no nordeste paraense. É uma leitura essencial para pesquisadores, gestores públicos, estudantes e todos aqueles que desejam compreender os desafios e as potencialidades de uma região marcada pela diversidade, pela resistência e pela inovação.

Esta publicação não seria possível sem a dedicação dos estudantes dos cursos de Administração, Agronomia, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis e Engenharia Ambiental e Sanitária, que participaram ativamente das atividades

acadêmicas e contribuíram com entusiasmo para a realização desta obra. Agradecemos também às comunidades rurais do nordeste paraense e às instituições públicas e privadas que apoiam as ações da UFRA, fortalecendo o vínculo entre universidade e sociedade.

Assim, este livro é expressão de um esforço coletivo em torno da valorização dos saberes locais e da construção de alternativas sustentáveis para o desenvolvimento regional amazônico. Esperamos que esta leitura inspire novas reflexões, pesquisas e ações transformadoras.

Boa leitura!

Capanema-PA, 05 de setembro de 2025.

Ana Karlla Magalhães Nogueira
Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior
Geovanna Vasconcelos Barros
Jhenyfer Natália Lima de Souza

SUMÁRIO

Capítulo 01

ESTRATÉGIAS E DESAFIOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PLANTAS ORNAMENTAIS NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA, NORDESTE PARAENSE

Vitória Marcele Melo da Silva; Arianne Ono de Vasconcelos; Raíssa Félix dos Santos; Ana Karlla Magalhães Nogueira

 10.37885/250920082 14

Capítulo 02

ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS EXTRATIVISTAS DO CARANGUEJO-UÇÁ NO MUNICÍPIO DE QUATIPURU, NORDESTE PARAENSE

Pâmela da Silva Amaro; Ana Karlla Magalhães Nogueira ; Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior; Artur Vicente da Costa; Geovanna Vasconcelos Barros

 10.37885/250920083 39

Capítulo 03

IDENTIFICAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS DO CULTIVO DO DENDÊ NA REGIÃO NORDESTE PARAENSE

Pedro Henrique Alves Nunes; Pablo Wilian Santana Correa; David Silva Reis; Antonio Luis Pimentel de Brito; Ana Karlla Magalhães Nogueira; Luiz Cláudio Moreira Melo Junior; Antonio Kledson Leal Silva; Eleci Terezinha Silva

 10.37885/250920084 61

Capítulo 04

O TURISMO RELIGIOSO NA CIDADE DE BRAGANÇA-PA: ANÁLISE DO POTENCIAL SOCIOECONÔMICO

Ana Amélia Rocha da Silva; Ana Beatriz Silva de Sousa; Marcos Borges da Silva; Geovanna Vasconcelos Barros; Ana Karlla Magalhães Nogueira

 10.37885/250920085 83

Capítulo 05

ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DE LOJISTAS SOBRE O IMPACTO DO LIQUIDA GERAL NO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA, PARÁ

Ingrid Leticia da Silva Lima; Evellen Juliana Mendonça Cunha; Leliany Lima da Silva; Ana Karlla Magalhães Nogueira

 10.37885/250920086 106

Capítulo 06

A IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA DA FARINHA DE MANDIOCA NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA, PARÁ

Ariane Ono de Vasconcelos; Vitória Marciele Melo da Silva; Raíssa Félix dos Santos; Ana Karlla Magalhães Nogueira; Luiz Cláudio Moreira Melo Junior

doi 10.37885/250920087 132

Capítulo 07

“VITRINE TECNOLÓGICA” E INTEGRAÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NO SÍTIO AGROECOLÓGICO TOLÚ, IGARAPÉ - AÇU/PA

Clene Lisboa da Cruz; José Mikael Pereira; Luiz Cláudio de Oliveira; Odeize Furtado Lisboa; Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

doi 10.37885/250920112 153

Capítulo 08

ECONOMIA INFORMAL: UM ESTUDO DE CASO DO PROCESSO DE FORMALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO SABURÁ DA AMAZÔNIA, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE PIRABAS-PARÁ

Raylan Costa de Oliveira; Hélio Ferreira dos Anjos Júnior; Rafael da Silva Guerra; Andrea Sena Brígida; Ana Karlla Magalhães Nogueira

doi 10.37885/250920088 170

Capítulo 09

MARKETING DE EXPERIÊNCIA E ATENDIMENTO PERSONALIZADO NO SETOR DE SERVIÇOS: UM ESTUDO DE CASO NA BARBEARIA K. MENDES BARBER SHOP, CIDADE DE CAPANEMA, PARÁ

Marcos Vinícius Silva dos Santos ; Valdinei Correa de Sousa; Robert Santos da Silva; Ana Karlla Magalhães Nogueira

doi 10.37885/250920089 192

Capítulo 10

ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES TRANS ESTIVA CUXIÚ: O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR POR MEIO DOS SISTEMAS AGROFLORESTAIS

Sumaia Barbosa da Silva; Allan Mayron Rodrigues da Costa; Maria Rafaela Cavalho Carvalho; Naelton Santiago de Oliveira; Luiz Cláudio Moreira Melo Junior

doi 10.37885/250920105 215

Capítulo 11**PROGRAMA JOVEM APRENDIZ: PERCEPÇÕES DE GESTORES DE EMPRESAS SOBRE BENEFÍCIOS E DESAFIOS DE INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA, PARÁ**

Sonara Barros Santiago; Nívia Luiz Alvez do Rosário; Ana Karlla Magalhães Nogueira; Luiz Cláudio Moreira Melo Junior; Artur Vicente da Costa; Geovanna Vasconcelos Barros

 10.37885/250920091 231

Capítulo 12**CONCESSÃO FLORESTAL E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO ESTADO DO PARÁ: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

Carlos Henrique de Souza Farias; Jenison Rodrigues Fonseca; Naylana Santos Macedo; Ana Karlla Magalhães Nogueira; Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior; Antônio Kledson Leal Silva; Eleci Terezinha Dias da Silva

 10.37885/250920092 261

Capítulo 13**A PESCA COMO PROPULSOR SOCIOECONÔMICO NO LITORAL AMAZÔNICO: UMA ANÁLISE NOS MUNICÍPIOS DE BRAGANÇA E SALINÓPOLIS, PARÁ**

Isabelle de Fátima da Silva Souza; Gustavo da Silva Santos; Izabela Taynara Nascimento Pereira; Ana Karlla Magalhães Nogueira

 10.37885/250920094 280

Capítulo 14**ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES(AS) RURAIS DO PATRIMÔNIO (APRUP) E O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL: PRÁTICAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO**

Gabriella Nunes Silva; Karla Gabryella Albuquerque Maciel; Marcelo Rocha da Silva Medeiros; Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

 10.37885/250920110 307

Capítulo 15**DESCRIÇÃO DA PRODUÇÃO DE MANDIOCA E PROCESSAMENTO DE FARINHA: UM ESTUDO DE CASO NA VILA DO KM-18 DO MUNICÍPIO DE TRACUATEUA-PARÁ**

Antonio Welligton Silva Silva; Jonison de Souza Lima; Wagner Jhonatan de Azevedo Silva; Emily Thaisa Fontel Silva; Ana Karlla Magalhães Nogueira

 10.37885/250920095 320

Capítulo 16

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA ATIVIDADE PESQUEIRA EM SALINÓPOLIS/PA: ENTRAVES E PERSPECTIVAS

Rita Gabrielly Marques Loiola; Marcus Vinícius Paixão de Sousa; Marcos Matheus Nogueira Pinheiro; André Lucas Ferreira de Barros; Ana Karlla Magalhães Nogueira; Geovanna Vasconcelos Barros

doi 10.37885/250920096 **337**

Capítulo 17

ANÁLISE DO DESCARTE DO CAROÇO DO AÇAÍ NA CIDADE DE CAPANEMA, PARÁ

Caio Henrique da Silva Costa; Joemi Jhonny da Costa Abreu; Pedro da Silva Mendes; Ana Karlla Magalhães Nogueira; Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior; Antônio Kledson Leal Silva; Eleci Terezinha Dias da Silva

doi 10.37885/250920097 **355**

Capítulo 18

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E O PNAE: A VOZ DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SANTA LUZIA DO PARÁ

Thamylla Oliveira da Conceição; Ana Karlla Magalhães Nogueira; Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior; Elias Mauricio da Silva Rodrigues

doi 10.37885/250920098 **380**

Capítulo 19

VIDA ACADÊMICA E FAMILIAR: DESAFIOS DE DISCENTES DO CURSO DE AGRONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA (UFRA), CAMPUS CAPANEMA

Anna Beatriz Rosário de Souza; Gabriella Nunes Silva; Karla Gabryella Albuquerque Maciel; Ana Karlla Magalhães Nogueira; Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior; Geovanna Vasconcelos Barros

doi 10.37885/250920099 **400**

Capítulo 20

PERCEPÇÃO DE PROFESSORES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA, PARÁ

Adria Cristina Rodrigues Tavares; Clyciane Correa Lima; Salena de Sousa Cavalcante; Márcia Arileia Rosa dos Santos ; Ana Karlla Magalhães Nogueira

doi 10.37885/250920100 **421**

Capítulo 21**ANALISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA (UFRA), CAMPUS CAPANEMA**

Wagner Jhonatan de Azevedo Silva; Ana Karlla Magalhães Nogueira; Luciane Cristina Paschoal Martins; Diocléa Almeida Seabra Silva

 10.37885/250920101..... 434

Capítulo 22**HORTALIÇAS FOLHOSAS EM FEIRAS LIVRE E COBERTA: IMPACTOS DA SAZONALIDADE NA OFERTA E NOS PREÇOS EM CAPANEMA-PARÁ**

Geovanna Vasconcelos Barros; Ranielly Bento Praxedes; Adriana Araujo Farias; Wagner Jhonatan de Azevedo Silva; Ana Karlla Magalhães Nogueira

 10.37885/250920102..... 453

Capítulo 23**INCLUSÃO E DIVERSIDADE ÉTNICA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DE PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO**

Tatiane da Silva Oliveira; Pollyana Gomes Ribeiro; Raimunda Thais Rodrigues Vieira; Maria Jocileia do Nascimento Melo; Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

 10.37885/250920103..... 478

Capítulo 24**EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA NA PERSPECTIVA DO PENSAMENTO SISTÊMICO**

Tatiane da Silva Oliveira; Pollyana Gomes Ribeiro; Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

 10.37885/250920104..... 498

Capítulo 25**SISTEMAS AGROFLORESTAIS EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS**

Joyce Fabricia Santana Moraes; Pâmela Thais Gomes da Silva; Thiago Arthur Bentes Corrêa; Luiz Claudio Moreira Melo Junior

 10.37885/250920106..... 517

Capítulo 26

UMA REVISÃO CIENCIOMÉTRICA SOBRE AS COTAS ÉTNICO-RACIAIS APLICADAS EM UNIVERSIDADES BRASILEIRAS NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS

João Paulo do Nascimento Paiva; Juliane Silva Alves; Layse Nascimento Soares; Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

doi 10.37885/250920107 530

Capítulo 27

ORGANIZAÇÃO E GESTÃO COLETIVA: UM ESTUDO SOBRE OS DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DO GUARUMANDEUA (APAG) EM PRIMAVERA-PA

Jhenyfer Natália Lima de Souza; Lucas Fernandes da Silva; Maria Kaize da Silva Gomes; Dayan Lucas Aleixo Bulhões; Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

doi 10.37885/250920108 543

Capítulo 28

MULHERES INDÍGENAS E MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMAZÔNIA: UM ESTUDO SOBRE VIOLÊNCIA E DESIGUALDADE DE GÊNERO

Jhade Gabrielle Costa Ferreira; Karen Crisane Castro Castanho; João Gabriel Costa de Almeida; Marcelo Rocha da Silva Medeiro; Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

doi 10.37885/250920109 561

Capítulo 29

O PAPEL DO ASSOCIATIVISMO NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E GARANTIA DE DIREITOS: A ATUAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA VIDA PARA SEMPRE NO NORDESTE PARAENSE

Enzo Rodrigo Albuquerque; Katyelle Costa Silveira; Nadia Mayara Santos Oliveira; Luiz Cláudio Moreira Melo Junior

doi 10.37885/250920111 575

Capítulo 30

CAPITAL SOCIAL E SOLIDARIEDADE: O PAPEL DO CAPITAL SOCIAL E DA SOLIDARIEDADE PARA O SUCESSO E SUSTENTABILIDADE DA ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E AQUICULTORES DE NOVA OLINDA- AGROMAR

Cairo Pereira Siqueira; Lúvia da Silva Santos; Vanessa Brito da Cunha; Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

doi 10.37885/250920113 591

Capítulo 31**ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS: A ATUAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE TRACUATEUA-PA**

Bruno José Sousa da Silva; Amanda Moares e Moraes; Laila Cristina Corrêa Damasceno; Klaybelt Lima Farias; Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

 10.37885/250920114..... **609**

SOBRE OS ORGANIZADORES **626**

ÍNDICE REMISSIVO **630**

ESTRATÉGIAS E DESAFIOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PLANTAS ORNAMENTAIS NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA, NORDESTE PARAENSE

Vitória Marciele Melo da Silva

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Ariane Ono de Vasconcelos

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Raíssa Félix dos Santos

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Ana Karlla Magalhães Nogueira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Objetivo: O trabalho teve como objetivo analisar as estratégias de comercialização de plantas ornamentais, identificando os desafios enfrentados pelos comerciantes no município de Capanema, Nordeste Paraense. **Métodos:** A pesquisa foi desenvolvida por meio de um questionário semiestruturado do tipo quali-quantitativo, ou seja, apresentando perguntas abertas e fechadas a proprietários de floriculturas da localidade, sinalizando uma esfera com características e obstáculos específicos. Aplicado em 24 de março de 2025, obteve uma taxa de resposta de 66,67%, com dados organizados no Excel para análise.

Resultados: Observou-se que o principal público-alvo das floriculturas se concentra na categoria consumidores finais, onde representou 75%. Este grupo está atrelado diretamente à crescente demanda por plantas ornamentais e flores para decoração de ambientes e datas comemorativas. O rendimento mensal obtido nas empresas de floriculturas apresenta, com 50%, um valor médio de mais de R\$ 3.000,00. Notou-se que os valores alcançados com a venda desses produtos revelam uma instabilidade na renda mensal. Ademais, no que se refere ao mercado online, 50% das floriculturas encontraram desafios em manter a qualidade das plantas, visto que são plantas vivas e frágeis ao manuseio, transporte e condições climáticas, assim são necessários o investimento em tecnologias que visem a redução de custos e a preservação da qualidade das plantas. **Conclusão:** Assim, a comercialização de plantas ornamentais possui desempenho fundamental e inovador para o setor de floriculturas no município de Capanema, Nordeste Paraense.

Palavras-chave: Consumidores finais; transporte; qualidade das plantas.

INTRODUÇÃO

De acordo com Mello (1986), uma planta ornamental é definida como aquela que tem capacidade de provocar sensações através de suas características naturais, textura, coloração e tamanho, ou por elementos externos como sombra e movimento provocado pelo vento. Por conseguinte, o conceito de planta ornamental está muito relacionado com a perspectiva individual do observador, sendo bastante subjetivo, por estar ligado a sentimentos estéticos.

A utilização de plantas ornamentais é uma prática que segue o homem desde os tempos antigos. Povos primitivos já observavam plantas com características peculiares e passavam a cultivá-las simplesmente pelo prazer visual (Heiden, 2006). Um destaque para as plantas ornamentais foi a sua utilização nos renomados jardins da França, durante o governo de todos os Luíses (Aki; Perosa, 2002).

O cultivo de plantas ornamentais é uma área da agricultura e da indústria que se destina à produção, venda e distribuição de flores, folhagens e produtos relacionados. Dessa forma, essa atividade abrange o manejo e o cultivo de uma diversidade de plantas com beleza estética, ornamental e decorativa (Santos, 2024). Desse modo, há uma grande relevância das floriculturas, uma vez que é cultivada em quase todos os países e comercializada globalmente, especialmente em países desenvolvidos (Brainer, 2019).

O cultivo de plantas ornamentais no Brasil está em expansão, e a produção pode ser realizada tanto ao ar livre quanto com a utilização de estufas e coberturas. O estado de São Paulo é considerado o principal produtor, distribuidor e consumidor do país, e o estado do Ceará se destaca como empreendedor na atividade (Buainain; Batalha, 2007). Tendo em vista que o desenvolvimento comercial teve início na década de 1950, impulsionado pelo trabalho e ação de imigrantes holandeses no município de Holambra-SP, japoneses em Atibaia-SP, alemães e poloneses em Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Oliveira *et al.*, 2021).

Um dos grandes obstáculos para o crescimento do setor agrícola de plantas ornamentais no Brasil é o consumo reduzido. A aquisição de plantas ornamentais pela maior parte da população está muito definida por acontecimentos, como aniversários, casamentos e outros (Franca, 2008). No entanto, segundo o Instituto Brasileiro de Floricultura (IBRAFLO, 2023), apesar das dificuldades,

houve uma variação positiva do PIB da cadeia produtiva de flores e plantas ornamentais entre os anos de 2022 e 2023, com cerca de 4,5% de acréscimo.

Atualmente, o município de Holambra, que está localizado no estado de São Paulo, é o principal exportador de plantas ornamentais da América Latina, correspondendo a cerca de 80% da exportação e a 40% da produção do setor de cultivo do Brasil (Governo do Estado de São Paulo, 2015). Além disso, segundo a pesquisa realizada pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA, 2024), da Esalq/USP, em colaboração com o IBRAFLOR, evidencia que o número de pessoas que trabalham na rede de plantas ornamentais totalizou 266,8 mil em 2022, com um aumento de 26% em comparação a 2017.

A justificativa para esse trabalho consiste na importância do setor de plantas ornamentais para a economia da região Norte, o qual possui uma capacidade relevante de gerar emprego e renda. Dessa maneira, no que se refere especificamente ao estado do Pará, a produção de plantas ornamentais está em expansão, havendo diversas perspectivas de mercado, dos quais os municípios do Nordeste Paraense, como Castanhal, Santa Izabel, Santa Bárbara e Benevides, são os maiores produtores desse âmbito (Verzignassi; Poltronieri; Benchimol, 2008).

Nesse viés, no município de Capanema, também localizado no Nordeste Paraense, a comercialização dessas plantas também reflete no desenvolvimento cultural e econômico, assim como os desafios que acompanham esse processo, tornando importante a análise das práticas mercantis adotadas pelos comerciantes do referido município.

Nesse contexto, surge o seguinte problema de pesquisa: quais estratégias os comerciantes de plantas ornamentais utilizam para se distinguir no mercado e como os mesmos podem solucionar os desafios de comercialização no município de Capanema?

A presente pesquisa buscou obter conhecimentos e informações sobre as plantas ornamentais, além de identificar as estratégias e os desafios na comercialização desses produtos, a fim de promover bases científicas, que proporcionam maior visibilidade aos comerciantes desse segmento. Pois, de acordo com Hummel e Silva (2020), a inovação no setor de plantas ornamentais tem sido um dos pontos estratégicos para aprimorar condições favoráveis de venda para todos os empreendedores, desde os menores até os mais estruturados.

Parte-se da hipótese de que a atividade de comercialização de plantas ornamentais tem impactado positivamente a economia local do município de Capanema, principalmente na geração de renda para empreendedores atuantes neste segmento. Nesse contexto, torna-se essencial analisar de forma sistemática a realidade dos vendedores desses produtos, identificando suas estratégias comerciais e avaliando a eficácia dos métodos utilizados na promoção e venda das plantas ornamentais.

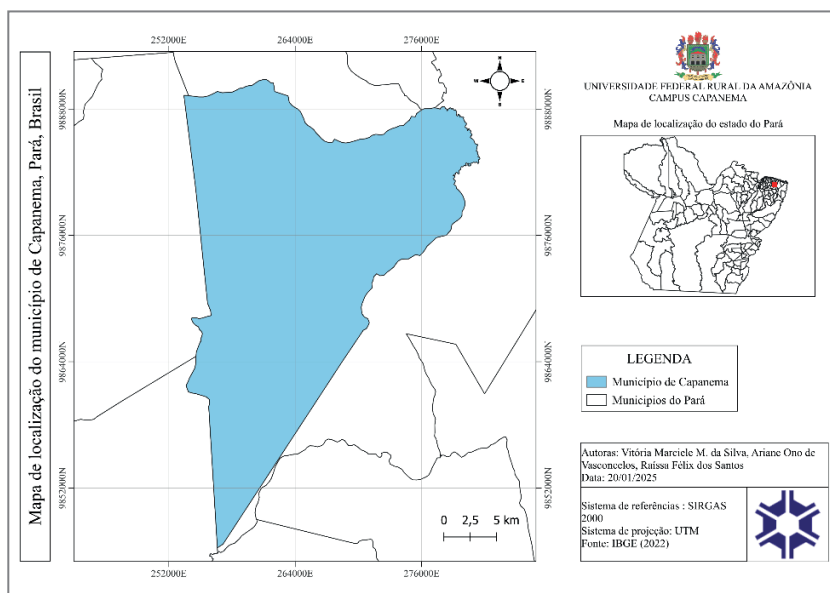
Assim, este trabalho teve como objetivo analisar as estratégias de comercialização de plantas ornamentais, identificando os desafios enfrentados pelos comerciantes no município de Capanema, Nordeste Paraense.

MATERIAL E MÉTODOS

Descrição da área de estudo

O presente estudo foi realizado no município de Capanema, que pertence à Mesorregião Nordeste Paraense, especificamente à Microrregião Bragantina (Ver figura 1). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), possui uma população estimada de 70.394 habitantes. Além disso, está localizado nas seguintes coordenadas geográficas: 01° 11' 45" de latitude Sul e 47° 10' 51" de longitude a Oeste de *Greenwich*, possuindo uma área territorial de 621.483 km² (IBGE, 2023).

Figura 1 - Mapa de localização do Município de Capanema – Pará.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

O Instituto Nacional de Meteorologia (INMET, 2023) define o clima do município como Am tropical ou equatorial, seguindo a classificação de Köppen, com uma precipitação que se concentra entre os meses de janeiro a julho, acarretando um escoamento superficial e elevação dos níveis dos rios da região. As atividades econômicas do município são pautadas na fabricação de cimento, produção agrícola e comércio varejista (Santos, 2021).

Procedimentos metodológicos

As abordagens de pesquisa utilizadas neste trabalho foram quantitativas e qualitativas, as quais têm como foco aspectos mensuráveis da realidade, revelando informações, indicadores e tendências. De acordo com Mól (2017), investigação qualitativa entende a ciência como um campo do saber que é formado pelas relações sociais em um contexto sociocultural. Já o método de pesquisa quantitativa é empregado quando se tem objetivos de mensurar opiniões, hábitos e atitudes de grupo de pessoas (Manzato, 2012).

Para a condução do estudo, utilizou-se como base um questionário semiestruturado de natureza quali-quantitativo, com perguntas abertas e fechadas, com o objetivo de coletar informações para a elaboração de gráficos e tabelas, os quais serão analisados posteriormente utilizando dados secundários. O questionário, segundo Gil (2008), pode ser definido como “um método de pesquisa que consiste em uma quantidade de perguntas apresentadas aos indivíduos, com a finalidade de obter informações sobre determinado assunto”.

O público-alvo desta pesquisa foram proprietários de floriculturas do município de Capanema, Pará. O questionário foi aplicado no dia 24 de março de 2025, sendo utilizado como ferramenta de registro das respostas o *Google Forms*. Do total de seis floriculturas atuantes na cidade, quatro participaram da pesquisa, equivalendo a uma porcentagem de 66,67% do total de estabelecimentos. Logo após a aplicação dos questionários, os resultados foram organizados em planilha, um mecanismo necessário para confecção de gráficos, tabelas e quadros, empregando o *Software Excel 2019*.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Perfil das floriculturas

Com relação aos dados obtidos, constatou-se que as floriculturas que participaram da pesquisa mantêm um quadro de funcionários restrito, sendo que todas possuem uma equipe de um a dois funcionários, incluindo o proprietário (Ver tabela 1). Esses resultados mostraram que as floriculturas que comercializam plantas ornamentais no município de Capanema têm um baixo nível de empregabilidade, mesmo após a fase crítica da pandemia.

Tabela 1 - Nome, número de funcionários, empresas com CNPJ e dias de funcionamento.

Nome da Floricultura	Nº de Funcionários	%	CNPJ	%	Dias de Funcionamento	%
Floranda	De 1 a 2 funcionários	100%	Sim	100%	Segunda a sexta-feira	0%
Nana Flores	De 3 a 5 funcionários	0%	Não	0%	Segunda a sábado	100%
Jardins de Vilanny	6 funcionários	0%			De terça-feira a sábado	0%
Jardim Oriental	7 funcionários	0%			De 3 a 4 dias na semana	0%
Total		100%		100%		100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

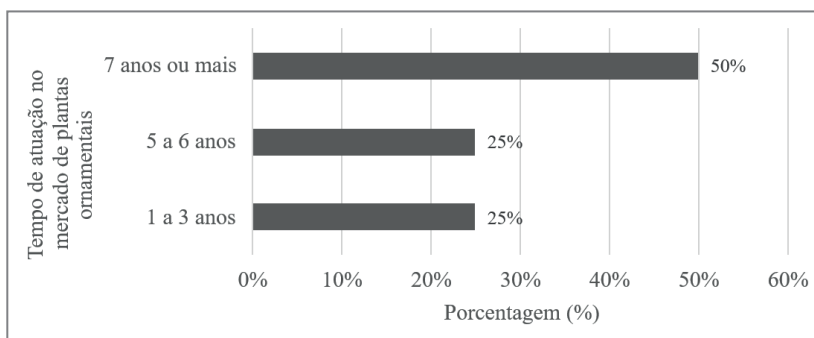
Este resultado está em conformidade com a pesquisa realizada por Menin (2019) em três municípios no Sudoeste do estado do Paraná, onde também se constatou o número de 0 a 3 funcionários em floriculturas entrevistadas. Assim, esses resultados evidenciam que as floriculturas que comercializam plantas ornamentais, tanto no município de Capanema, quanto em outros municípios brasileiros, têm um baixo nível de empregabilidade, quando comparado a outros setores.

Concomitantemente, atestou-se que 100% das empresas no segmento de plantas ornamentais entrevistadas possuem o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), ou seja, são formalizadas (Ver tabela 1). Segundo o Serviço Brasileiro de Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2019), a formalização de uma empresa é um procedimento essencial que assegura que a mesma obtenha benefícios mais vantajosos para construção de uma imagem profissional e mais confiável, sem os quais fica difícil expandir e progredir ao longo do tempo. A conformidade legal através do CNPJ confere maior credibilidade, facilitando parcerias e acesso a crédito.

No quesito dias de funcionamento durante a semana, constatou-se que as floriculturas funcionam todos os dias, incluindo o sábado (Ver tabela 1). Este resultado pode indicar que a abertura diária das lojas pode estar vinculada a uma demanda constante por plantas ornamentais e serviços da floricultura.

Com relação ao período de atuação no mercado de Capanema, atestou-se que 50% das empresas já atuam há 7 anos ou mais, 25% das empresas estão em funcionamento de 5 a 6 anos e 25% atuam de 1 a 3 anos (Ver gráfico 1).

Gráfico 1 - Tempo de atuação das floriculturas no mercado de plantas ornamentais.



Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

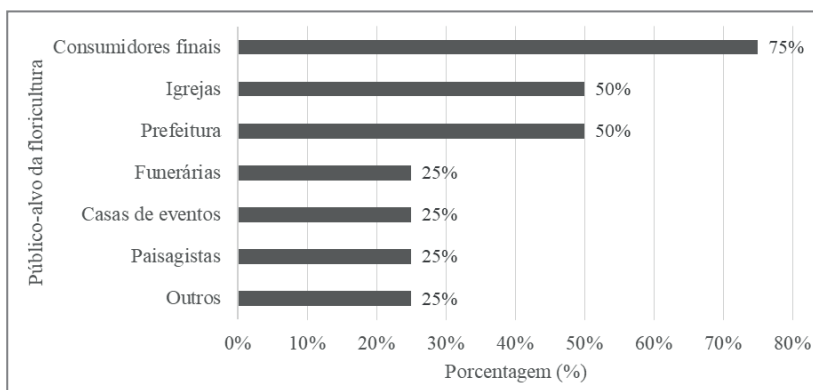
Conforme Barney (1991), a vivência reunida com o passar do tempo possibilita que as empresas construam um profundo conhecimento do mercado, estabeleçam ligações estáveis com clientes e fornecedores e aprimorem suas capacidades de adaptação às transformações do meio competitivo. Por sua vez, isso evidencia que empresas com longa trajetória atuam em um mercado maduro e estável.

Ademais, observou-se que o principal público-alvo das floriculturas se concentra na categoria de consumidores finais, representando 75%; igrejas e prefeituras representam um público significativo, com 50% da amostra total; já as categorias funerárias, casa de eventos e paisagista correspondem a 25%, assim como a categoria denominada "outros" com uma proporção de 25% (Ver gráfico 2).

A produção de plantas ornamentais no Brasil utiliza principalmente a comercialização direta entre o vendedor e o consumidor final como principais vias de distribuição (Neves; Pinto, 2015). Este segmento está atrelado diretamente à crescente demanda por plantas ornamentais para decoração de ambientes e datas comemorativas.

Conforme Menegaes (2022), as funerárias que antigamente vendiam e produziam flores passaram a terceirizar essa confecção com floriculturas para produzir coroas e flores. Esta afirmação enfatiza a maior facilidade em conseguir produtos de melhor qualidade, visto que as floriculturas recebem flores em melhor excelência.

Gráfico 2 - Público-alvo das floriculturas do Município de Capanema, Pará.



Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

No que se refere ao papel dos proprietários das floriculturas, constatou-se que a maioria atua como varejista, representando 75% das empresas, enquanto 25% atua como produtor (Ver tabela 2). O dado de que 75% dos respondentes operam como varejistas sugere uma maior acessibilidade dos produtos ao consumidor final, o que pode estar diretamente relacionado ao crescimento da demanda por plantas ornamentais nas áreas urbanas, como a cidade de Capanema.

A expansão do varejo no segmento é impulsionada por diversos fatores, incluindo a ampliação da rede de lojas, a praticidade oferecida aos consumidores e a redução dos preços finais devido ao aumento do volume de vendas (Junqueira, 2014). Esses aspectos favorecem uma dinâmica de mercado, na qual o consumidor pode escolher entre uma ampla variedade de produtos, com preços mais acessíveis e disponibilidade adequada. Assim, o aumento na demanda por plantas ornamentais em áreas urbanas eleva o crescimento do varejo, com consumidores buscando praticidade e variedade.

Por outro lado, proprietários das floriculturas que também são produtores representam apenas 25% do total, o que pode indicar uma menor verticalização desse segmento. Essa proporção reflete um modelo de negócios em que os produtores atuam como fornecedores primários para os estabelecimentos varejistas, permitindo uma maior especialização na produção e uma cadeia de suprimentos bem estruturada. No entanto, esse modelo pode gerar desafios, como a dependência dos varejistas para a distribuição e comercialização dos produtos.

Tabela 2 - Papel do proprietário no setor de plantas ornamentais.

Respostas	Percentual (%)
Varejista	75%
Produtor	25%
Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Além disso, o aumento da demanda por plantas ornamentais em áreas urbanas reforça a relevância do setor varejista como um facilitador da comercialização desses produtos, atendendo a um público que busca soluções práticas e estéticas para seus espaços. O crescimento do varejo pode resultar em novas estratégias comerciais, como a diversificação dos canais de venda, incluindo *e-commerce* e parcerias com outros segmentos do mercado, para melhor atender às exigências dos consumidores.

Com relação à área em que as floriculturas operam, constatou-se uma homogeneidade de 100% destes estabelecimentos operarem em áreas urbanas. De acordo com Manikas *et al.* (2020), no meio urbano, as floriculturas surgem como uma alternativa ecológica, reduzindo os impactos ambientais e elevando a qualidade de vida. Ademais, a concentração de floriculturas em áreas urbanas sugere que a procura por plantas ornamentais e demais plantas é maior nesses locais, correlacionado diretamente com a densidade populacional, conveniência com proximidade e melhor qualidade de vida.

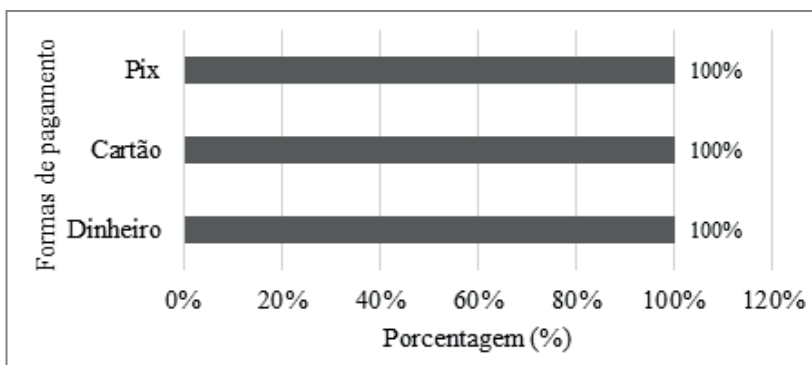
As floriculturas do município de Capanema não possuem outras filiais ou ponto de venda para aumentar seu empreendimento e venda de produtos. De acordo com Menin (2019), em muitos casos, não ocorre uma expansão horizontal das empresas de floriculturas, ou seja, aumento em quantidades de filiais. No entanto, os empreendimentos oferecem busca por melhorias e investimentos no único estabelecimento, que é o caso das floriculturas que atuam em Capanema.

No tocante ao serviço de entrega, 50% das floriculturas que participaram da pesquisa oferecem esse benefício a seus clientes. No entanto, os outros 50% registrados na amostra de dados, não oferecem esse serviço, ocorrendo a comercialização somente em seus espaços internos. Segundo Almeida (2024), o comércio de plantas ornamentais está cada vez mais desenvolvido, com isso

apresenta um avanço nas vendas, facilitando a entrega dos produtos para diferentes locais e regiões. Entretanto, nem todas as floriculturas ofertam esse serviço, muitas vezes, em função do aumento de custos para as empresas.

No que se refere às formas de recebimento, atestou-se que 100% das floriculturas ofertam múltiplas alternativas de formas de pagamentos aos clientes, como *Pix*, cartão de crédito ou débito, além de pagamento em dinheiro, garantindo maior acessibilidade e conveniência aos clientes (Ver gráfico 3). Essa ampla variedade reflete uma adaptação do segmento às tendências do mercado, permitindo maior flexibilidade nas transações comerciais e favorecendo a experiência do consumidor.

Gráfico 3 - Formas de pagamento usadas pelas floriculturas no Município de Capanema, Pará.



Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

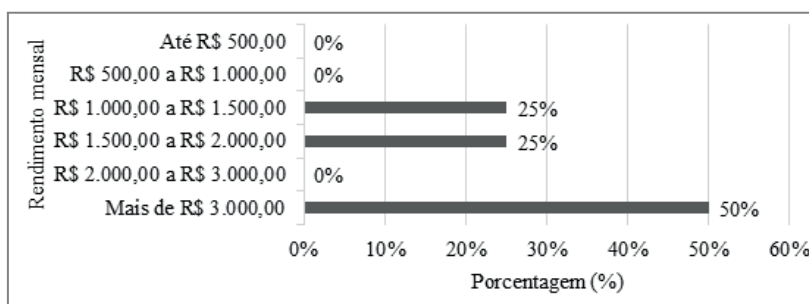
A inclusão do *Pix*, um meio de pagamento eletrônico instantâneo amplamente adotado no Brasil, evidencia uma modernização dos processos financeiros, reduzindo custos operacionais e acelerando a liquidação das transações. Da mesma forma, a aceitação de cartões possibilita maior alcance de público, atendendo à demanda por praticidade e segurança nas compras.

Esse cenário sugere que as floriculturas buscam aprimorar sua competitividade ao oferecer métodos diversificados de pagamento, fortalecendo sua presença no mercado e ampliando o acesso a diferentes perfis de consumidores. Além disso, a integração de tecnologias financeiras pode contribuir para uma gestão mais eficiente dos recursos, possibilitando estratégias comerciais mais dinâmicas e adaptáveis às exigências contemporâneas.

Portanto, o mercado atual está apresentando mudanças na utilização dos meios de pagamento, em especial o dinheiro, o qual observa-se um aumento no uso de cartão para efetuar compras, que pode ser indicado como uma forma cada vez mais virtual do embolso (Sobral, 2021). A integração de tecnologias financeiras que incluem o comércio digital possibilita ao consumidor e comerciante diversas formas de pagamento, apresentando uma facilidade nas vendas (De Sales; De Sales; Ignácio, 2020). Diante do exposto, a agilidade na efetuação do pagamento e o recebimento do valor por meio do *Pix*, proporcionam também, em muitos casos, uma excelente alternativa de garantir com maior intensidade o número de vendas aos lojistas (Mata, 2021).

Os proprietários das floriculturas também foram questionados quanto ao rendimento mensal obtido, e atestou-se que 50% destas auferem um faturamento médio de mais de R\$ 3.000,00, 25% das empresas obtêm valores entre R\$1.000,00 e R\$ 1.500,00 e 25% auferem entre R\$1.500,00 e R\$ 2.000,00 mensalmente com a comercialização das plantas ornamentais da região (Ver gráfico 4). Este resultado pode indicar que as floriculturas que faturam em média R\$ 3.000,00 podem possuir clientela consolidada, estratégias eficientes de comercialização ou uma oferta diferenciada de produtos que agregam valor. Esses estabelecimentos provavelmente possuem um melhor posicionamento no mercado, com maior fluxo de clientes e práticas de gestão mais refinadas.

Gráfico 4 - Rendimento mensal obtido pelas floriculturas no Município de Capanema, Pará.



Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Por outro lado, com relação às floriculturas que apresentaram uma faixa de faturamento de menor, pode-se sugerir desafios relacionados à captação de clientes, concorrência ou até mesmo dificuldades na logística de abastecimento

e comercialização das plantas ornamentais. Possivelmente, essas floriculturas precisam investir em estratégias para aumentar sua rentabilidade, como melhorias na divulgação, inovação nos produtos oferecidos ou parcerias estratégicas de mercado.

A comercialização de plantas ornamentais apresenta rendimentos elevados para esse setor. No entanto, em um estudo realizado no município de Macapá, apresenta-se um cenário divergente ao município de Capanema, nota-se que os valores alcançados com a venda desses produtos revelaram uma instabilidade na renda mensal, uma vez que ocorrem variações de um mês para o outro, especialmente, próximos a datas comemorativas ou festivas (Cantuária, 2022).

Estratégias de comercialização

Com relação à maneira que os proprietários das floriculturas utilizam para acompanhar as tendências de mercado de plantas ornamentais, constatou-se que a maioria (75%) busca informações atualizar-se por meio dos fornecedores, enquanto uma parcela menor (25%) investe na experiência externa, visitando feiras e cursos (Ver quadro 1).

Os fornecedores costumam ter acesso a informações sobre novas variedades e preferências do consumidor, pois trabalham diretamente com produtores e acompanham as demandas do mercado. Isso torna essa forma de atualização prática e eficiente para muitos lojistas. No entanto, depender exclusivamente dos fornecedores pode limitar a visão do mercado, restringindo a percepção das inovações e mudanças que ocorrem em outros ambientes. Desse modo, um equilíbrio entre essas abordagens pode ser ideal para os empresários de plantas ornamentais da cidade de Capanema. A combinação da informação vinda dos fornecedores com a experiência adquirida em feiras e cursos pode garantir uma visão mais completa do mercado, permitindo decisões de mercado mais assertivas.

Quadro 1 - Forma que os empreendedores utilizam para acompanhar as tendências do mercado de plantas ornamentais.

Respostas	Percentual (%)
Visita a outras floriculturas	25%
Através de fornecedores	75%

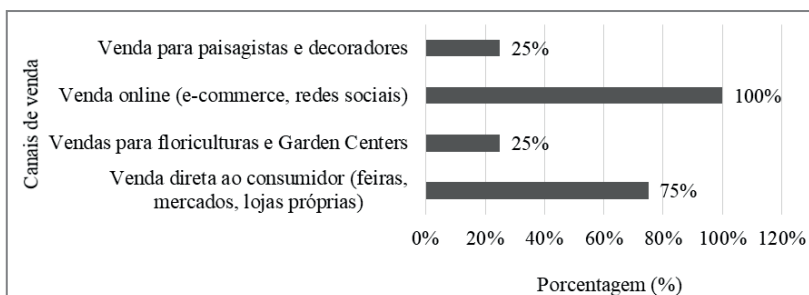
Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Segundo Lago (2020), os ambientes que acomodam esse comércio de plantas ornamentais buscam adequar-se às tendências mercadológicas contemporâneas, bem como o ramo do paisagismo, que é um dos fundamentais consumidores da cadeia produtiva de plantas ornamentais. Assim, os empreendimentos de floriculturas do município buscam por variações de estratégias que visam agregar as novas tendências de mercado.

No que se refere aos canais de comercialização de plantas ornamentais, constatou-se que os principais meios citados pelos proprietários das floriculturas foram: canais de venda *on-line* por meio de *e-commerce* e redes sociais (100%), venda direta ao consumidor por meio de feiras, mercados e lojas próprias (75%), vendas para paisagistas e decoradores (25%), e comercialização a *Garden Centers* e outras floriculturas (25%) (Ver gráfico 5). De acordo com a pesquisa, os comerciantes de floriculturas buscam diversificar as maneiras de vendas dos produtos.

O crescente consumo de plantas ornamentais no país tem sido estimulado por diversos fatores econômicos, como as possibilidades de acesso aos produtos equivalentes pelas diversidades dos canais de vendas (Santos, 2024). Desse modo, as vendas *on-line* ou diretas ao consumidor designam um papel fundamental para a distribuição dos produtos mercadológicos.

Gráfico 5 - Canais de comercialização de plantas ornamentais usados pelos proprietários das floriculturas do Município de Capanema, Pará.



Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

No que tange às estratégias de *marketing* implementadas pelos proprietários das floriculturas do município de Capanema, identificaram-se as promoções, descontos e as divulgações nas redes sociais (*Instagram* e *Facebook*), obtendo 100% das respostas mencionadas; seguida pela criação de conteúdos, como vídeos e fotos (50%), com vistas à publicação nas plataformas on-line; e participação em feiras e eventos relacionados à temática obteve 25% das respostas dos comerciantes de plantas ornamentais (Ver gráfico 6).

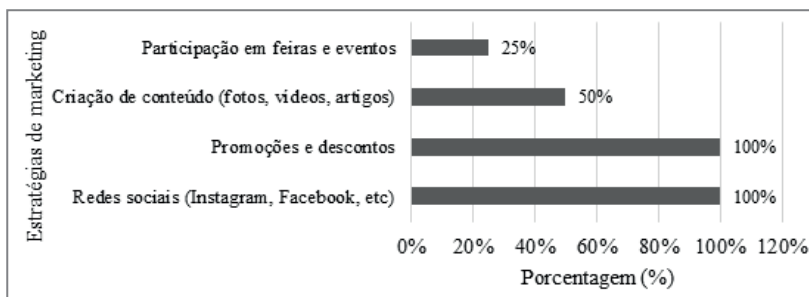
Para o desenvolvimento de uma estratégia de *marketing*, é importante a instalação da empresa no mercado, isto é, a disposição a uma determinada posição que a organização ou produto orienta-se ao entendimento dos consumidores (Lopes, 2017). Nesse contexto, é importante frisar que o *marketing* está associado ao desenvolvimento econômico das empresas e, ainda, designa uma relação com os consumidores (Alcântara, 2021). Ademais, com o crescimento de *e-commerce*, proporciona-se maiores possibilidades ao consumidor atribuído em uma experiência mais prática (Almeida, 2024).

Para Kotler (2021), a conformação para o desenvolvimento de mercadologias deve priorizar os conjuntos de procedimentos, como os 4P's de *marketing* envolvendo alguns elementos principais: produto, preço, localização de venda e promoção, os quais devem ser de conhecimento dos gestores das empresas.

Somado a isto, as plataformas digitais estão sendo cada vez mais utilizadas, com o intuito de atribuir classificação e percepção aos produtos de forma afável, além de combinar materiais e proporcionar promoções e descontos aos consumidores, por meio das estratégias de *marketing* digital (Manzoni, 2024). Em São Luís-MA, Sales (2022) constatou dados semelhantes para o resultado da análise

da pesquisa junto a varejistas, em que 100% dos entrevistados utilizam redes sociais para divulgar suas mercadorias, sendo o *Instagram* a forma mais usada para realizar essa exposição.

Gráfico 6 - Estratégias de *marketing* utilizadas pelas floriculturas no Município de Capanema, Pará.



Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Ademais, constatou-se que as formas de definição dos preços para as plantas ornamentais estão relacionadas a 50% ao preço de concorrência, o qual estipula os valores dos produtos conforme as concorrências que o mercado apresenta, acarretando em ajustes nos preços em conformidade as estratégias de comercialização e 50% ao custo de produção aliado à margem de lucro, obtendo os gastos desde o desenvolvimento do produto até o fornecimento do serviço, efetuando dessa forma um percentual do valor de precificação da mercadoria (Ver tabela 3).

A definição correta de preços é importante, uma vez que está fortemente associada ao montante de vendas, ao valor arrecadado e à presença de mercado da empresa (Oliveira *et al.*, 2015). Os valores estabelecidos para os produtos estão ligados aos diferenciais que oferecem para se destacar das demais empresas, como a qualidade da mercadoria, que é considerada um fator pertinente nos preços de concorrência (Amaral; Guerreiro, 2020). Sendo assim, a atenção à precificação se mostra como um fator crucial para o aumento no setor de plantas ornamentais, necessitando de um planejamento cuidadoso e uma análise contínua do mercado.

Tabela 3 - Formas de definição de preços utilizados pelos proprietários das floriculturas.

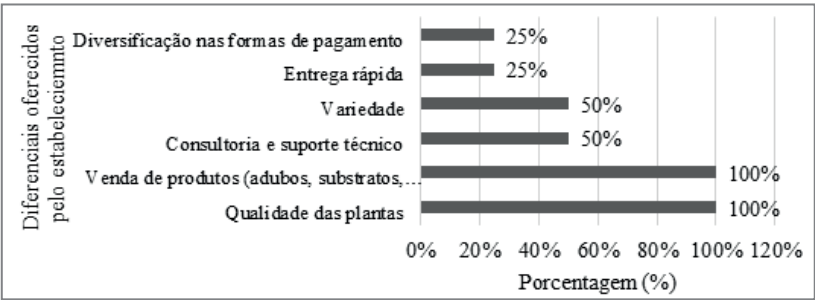
Respostas	Percentual (%)
Preço de concorrência	50%
Custo de produção + margem de lucro	50%
Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Outro ponto averiguado foram os diferenciais que as floriculturas oferecem aos seus clientes, e atestou-se que 25% das floriculturas ofertam diversificação nas formas de pagamento, 25% disponibilizam entrega rápida, 50% variedade de plantas, 50% consultoria e suporte técnico, 100% venda de produtos relacionados ao consumo de plantas ornamentais (substratos, adubos, vasos, defensivos etc.) e 100% a qualidade das plantas (Ver gráfico 7).

A fidelização do cliente é um resultado da importância dos serviços oferecidos pela empresa, o qual se concretiza através da identificação da sua marca pelos próprios consumidores por meio de estratégias e promoções (Da silva; Raupp, 2023).

Gráfico 7 - Diferenciais oferecidos aos clientes.



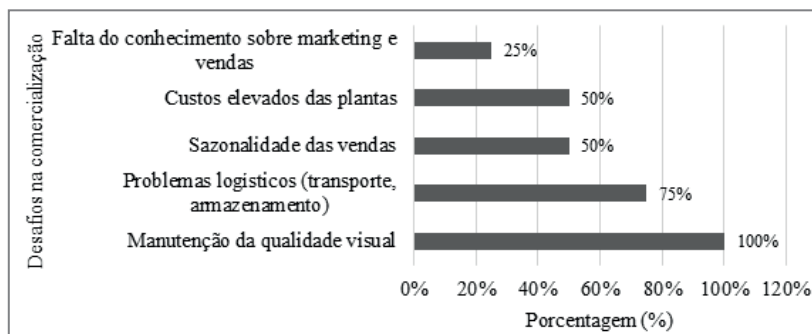
Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Sendo assim, os estabelecimentos que se destacam no mercado são aqueles que investem em diferenciais e buscam ir além da comercialização de plantas ornamentais, oferecendo variedades de serviços, qualidade dos produtos, e garantindo a construção de aproximação com os clientes.

Desafios na comercialização

Entre os principais desafios enfrentados no processo de comercialização de plantas ornamentais na cidade de Capanema, 25% dos proprietários apontaram a falta de conhecimento sobre *marketing* e vendas, 50% assinalaram os custos elevados das plantas; 50% a sazonalidade das vendas; 75% apontaram os problemas logísticos (transporte e armazenamento), e 100% julgaram ser a manutenção da qualidade visual das plantas (Ver gráfico 8). Em suma, esses resultados podem indicar que a ausência de estratégias de vendas bem definidas pode impedir que os produtores e comerciantes alcancem um público mais amplo ou justifiquem o valor percebido das plantas, limitando o potencial de crescimento do negócio.

Gráfico 8 - Principais desafios enfrentados na comercialização de plantas ornamentais.



Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Em relação aos problemas logísticos e a manutenção da qualidade visual das plantas, tais fatores estão intrinsecamente ligados, visto que, para Oliveira, Pignatari e Cunha (2017) a produção de plantas ornamentais demanda uma organização adequada em todas as etapas de processos ligados ao transporte, venda, produção e cultivo, devido à fragilidade que o produto apresenta, impactando diretamente em sua qualidade e vida útil.

Com isso, pode-se perceber que as características visuais são elementos essenciais para o valor de mercado da floricultura paisagística (Santos, 2021). Vale ressaltar que a busca por novas soluções para problemas logísticos é imprescindível, aliada a um planejamento de vendas e à adoção de práticas

que favoreçam a organização e a efetividade em todas as etapas do processo produtivo e comercial.

Considerando a sazonalidade das vendas, 100% das floriculturas investem em promoções e descontos em épocas de baixa demanda. Segundo Souza e Lima (2022), a sazonalidade está normalmente ligada a vários fatores, como: alterações climáticas, preferências, períodos de colheitas e entressafas ou datas importantes no decorrer do ano. Os resultados revelaram que a sazonalidade é uma causa determinante no mercado de plantas ornamentais em Capanema, necessitando de planejamento específico para manter a rentabilidade do negócio ao longo do ano. Isso demonstra a necessidade de busca por soluções e estratégias de *marketing* eficazes para garantir a estabilidade e o crescimento do setor de plantas ornamentais.

No tocante aos principais desafios encontrados no mercado on-line, 25% apontaram custos de fretes elevados, 25% outros fatores e 50% dificuldades em garantir a qualidade das plantas durante o transporte (Ver tabela 4). Os grandes desafios que esses comerciantes da área da floricultura deparam-se são a rápida deterioração dos produtos, visto que se trata de plantas vivas e muito frágeis ao manuseio, transporte, acondicionamento e alterações climáticas (Menin, 2019).

O transporte de plantas ornamentais e flores dispõe de algumas peculiaridades. Além dos cuidados habituais a outros tipos de cargas, como períodos de entrega e a vitalidade do produto (Pontes, 2022; Bonato, 2015). Diante desse cenário, o investimento em tecnologias que visem a redução de custos e a preservação da qualidade das plantas é essencial, haja vista que são medidas para garantir a satisfação do cliente e a expansão do mercado on-line.

Tabela 4 - Principais desafios encontrados no mercado on-line.

Respostas	Percentual (%)
Custos elevados de fretes	25%
Dificuldade de garantir a qualidade das plantas durante o transporte	50%
Outros	25%
Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

No que concerne aos principais obstáculos para a expansão das floriculturas no mercado e região, 25% destacaram que não pretendem ampliar o

seu estabelecimento, 25% a falta de espaço no município, 25% o aluguel do espaço e 25% apontaram a falta de capital, uma vez que as vendas não estão satisfazendo os gastos (Ver quadro 2).

O avanço da expansão territorial de empresas e grupos ocorre em conjunto com o progresso do modo capitalista de produção, o qual, em sua fase monopolista, é marcado pelo aumento de empresas com elevado poder econômico nas variadas escalas espaciais (Siqueira; Santos, 2022).

Quadro 2 - Principais obstáculos para a expansão das floriculturas no mercado e região.

Respostas	Percentual (%)
Não pretende ampliar o negócio	25%
Falta de espaço no município	25%
Aluguel do espaço	25%
Falta de capital (as vendas não estão satisfazendo os gastos)	25%

Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

A falta de capital, em particular, é uma ocorrência preocupante, sugerindo que as vendas atuais não estão gerando receita suficiente para cobrir os custos operacionais e investir na ampliação. Vale ressaltar que a falta de espaço no município e os custos de aluguel evidenciam as dificuldades financeiras e logísticas que impedem o crescimento das floriculturas.

CONCLUSÃO

A comercialização de plantas ornamentais possui desempenho fundamental e inovador para o setor de floriculturas no município de Capanema, Nordeste Paraense. Esse campo de mercado apresenta constante evolução com estratégias hábeis, a fim de solucionar os desafios enfrentados nesse âmbito.

De acordo com os dados evidenciados sobre a comercialização de itens de floricultura, demonstram que a prática de venda de plantas ornamentais é um setor com características e desafios particulares. Deve-se pontuar que as empresas são formalizadas, ou seja, possuem CNPJ, o qual proporciona confiabilidade dos produtos; essa formalização favorece o acesso às linhas de crédito e a programas de apoio governamental, incentivando melhorias para esse ramo.

Entretanto, a esfera de comercialização de plantas ornamentais enfrenta desafios importantes, como a sazonalidade das vendas, problemas logísticos e a manutenção da qualidade visual das plantas. Dessa forma, para confrontar esses empecilhos, as floriculturas aderem a estratégias de *marketing*, como promoções e divulgações nas redes sociais, e buscam diferenciais para uma melhor qualidade de venda de seus produtos, como variedade e qualidade das plantas.

Portanto, a aplicação de práticas de gestão, o investimento em tecnologias de transporte e armazenamento, além da realização de parcerias com fornecedores e distribuidores, são critérios essenciais para elevar o aumento do mercado de plantas ornamentais, no município de Capanema, Pará.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Juliana Ventura; GUERREIRO, Reinaldo. Uso de informações de custos, valor e concorrência no processo de estabelecimento dos preços. **Revista Fipecafi de Contabilidade, Controladoria e Finanças (RFCC)**, v. 1, n. 2, p. 159-173, 2020.
- AKI, Augusto; PEROSA, José Matheus Yalenti. Aspectos da produção e consumo de flores e plantas ornamentais no Brasil. **Ornamental Horticulture**, v. 8, n. 1, 2002.
- ALMEIDA, Karen Priscila Cartimare *et al.* **Perspectivas do potencial bioeconômico de plantas ornamentais no município de Benjamin Constant, AM**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Ciências) – Universidade Federal do Amazonas, Amazonas, 2024.
- ALCÂNTARA, Ryziele Silva de. **Diagnóstico da comercialização de flores e plantas ornamentais em Juazeiro-BA e Petrolina-PE**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Agronomia) – Universidade do Estado da Bahia, Bahia, 2021.
- BARNEY, Jay. Firm resources and sustained competitive advantage. **Journal of management**, v. 17, n. 1, p. 99-120, 1991.
- BONATO, Isabella Teixeira. **A logística do transporte e da distribuição de flores e plantas ornamentais no Brasil**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia), Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Brasília, 2015.
- BRAINER, Maria Simone de Castro Pereira. **Flores e plantas ornamentais**. Caderno Setorial, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, n. 95. 2019. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/205/1/2019_CDS_95.pdf. Acesso em: 30 de mar. de 2025.
- BUAINAIN, Antônio Márcio; BATALHA, Mário Otávio (Coord.). **Cadeias Produtivas de Flores e Mel**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; IICA/CATIE, v. 9, n.140, p.85, 2007.
- CANTUÁRIA, Patrick de Castro *et al.* Diagnóstico do setor de flores e plantas ornamentais do município de Macapá. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 4, p.e41611427468-e41611427468, 2022.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **PIB da cadeia de flores e plantas ornamentais**. 2024. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-da-cadeia-de-flores-e-plantas-ornamentais.aspx>. Acesso em: 19 mar. 2025.

DA SILVA, Candice Steckert; RAUPP, Cristiani Borba Vefago. Fidelização de clientes no laboratório de análises clínicas: uma revisão bibliográfica sobre as inovações na prestação de serviço em saúde. **Inova Saúde**, v. 13, n. 2, p. 33-46, 2023.

DE OLIVEIRA, Camila Silva; PIGNATARI, Carlos A. de C.; CUNHA, Claudio. Os entraves logísticos do setor de floricultura no principal entreposto da cidade de São Paulo. **Anais da SEMCITEC-Semana de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento de Guarulhos**, v. 1, n. 1, 2017.

DE SALES, Fabrício Franquim; DE SALES, Fernanda Franquim; IGNÁCIO, Jackson Luiz. Marketing na era digital: percepção do uso da tecnologia como auxílio e influência nas tomadas de decisão – em especial ao comércio eletrônico: uma revisão bibliográfica. **Revista Vitrine**, v. 1, n. 1, 2020.

FRANCA, Carlos Alberto Machado De; MAIA, Moacyr Boris Rodrigues. Panorama do agronegócio de flores e plantas ornamentais no Brasil. **Research in Agriculture & Applied Economics**. Rondonia, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas. São Paulo, 2008.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Conheça Holambra a cidade mais holandesa do Brasil**. Governo do Estado de São Paulo. 2025. Disponível em https://www.turismo.sp.gov.br/landingpage/1930/conheca_o_municipio_turistico_de_holambra#:~:text=Holambra%20%C3%A9%20o%20maior%20exportador,do%20setor%20flor%C3%ADcola%20do%20Brasil. Acesso em: 18 mar. 2025.

HEIDEN, Gustavo; BARBIERI, Rosa Lía; STUMPF, Elisabeth Regina Tempel. Considerações sobre o uso de plantas ornamentais nativas. **Ornamental Horticulture**, v. 12, n. 1, 2006.

HUMMEL, Milton; DA SILVA, Adilson Aderito. Modelo de negócios em plataforma digital para comercialização de flores no Brasil. **Navus: Revista de Gestão e Tecnologia**, n. 10, p. 30, 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA. **Temperatura**. Portal INMET. 2023. Disponível em: <https://portal.inmet.gov.br/#avisos>. Acesso em 14 de março de 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE FLORICULTURA. **Números do setor**. Dados gerais. 2024 Disponível em: <https://www.ibraflor.com.br/n%C3%BAmeros-do-setor-c%C3%B3pia>. Acesso em: 19 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e Estados. **Censo Demográfico**. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/capanema.html>. Acesso em: 19 mar. 2025.

JUNQUEIRA, Antonio Hélio; DA SILVA PEETZ, Marcia. O setor produtivo de flores e plantas ornamentais do Brasil, no período de 2008 a 2013: atualizações, balanços e perspectivas. **Ornamental Horticulture**, v. 20, n. 2, p. 115-120, 2014.

KOTLER, Philip. **Marketing para o século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2021.

LAGO, Bruna Machado. **MATO: Anteprojeto arquitetônico para o Mercado Atacadista de Plantas Ornamentais, localizado em Igarassu-PE**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2020.

LOPES, Viviane de Fátima Ferreira. **Marketing e percepção do consumidor no mercado de flores em montes claros**. 2017. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Administração) - Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2017.

MANIKAS, Ioannis; MALINDRETOS, George; ABELIOTIS, Konstadinos. Sustainable Cities through alternative urban farming: the case of floriculture. **Journal of International Food & Agribusiness Marketing**, v. 32, n. 3, p. 295-311, 2020.

MANZATO, Antonio José; SANTOS, Adriana Barbosa. A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa. **Departamento de Ciência de Computação e Estatística-IBLCE-UNESP**, v. 17, p. 1-17, 2012.

MANZONI, Gabrielle Demartini. **Proposta de implantação de marketing digital na Aflor Floricultura**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, 2024.

MATA, Késley Brenner da Costa. **E-commerce: Análise de dados sobre o comércio eletrônico no Brasil**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Computação), Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021.

MELLO FILHO, LE de. Plantas ornamentais em paisagismo. **Anais do Encontro Nacional sobre Floricultura e Plantas Ornamentais. Org. Kampf, Atelene Normann**, p. 55-63, 1986.

MENIN, Rennan Maercolo Tchuvaiff. **Comercialização e logística da floricultura no sudoeste do Paraná**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Paraná, 2019.

MENEGAES, Janine Farias; FERREIRA, Carla Fernanda; MOCCELLIN, Renata. Plantas ornamentais: conceitos básicos de cultivo. **Livro Online**. Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2022.

MÓL, Gerson de Souza. Pesquisa qualitativa em ensino de química. **Revista Pesquisa Qualitativa**, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 495-513, 2017. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/140>. Acesso em: 19 mar. 2025.

NEVES, M. F.; PINTO, M. J. A. **Mapeamento e quantificação da cadeia de flores e plantas ornamentais do Brasil**. São Paulo: OCESP, 2015.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo; XAVIER, Camila Silva; E SAVI, Erika Monteiro de Souza; DE OLIVEIRA, Renata Mendes. Formação do preço de venda: um estudo no ramo supermercadista do município de Capinópolis/MG. **Anais do Congresso Brasileiro de Custos - ABC**, [S. l.], 2015. Disponível em: <https://anaiscbc.abcustos.org.br/anais/article/view/4005>. Acesso em: 21 jul. 2025.

OLIVEIRA, Cláudia Brum *et al.* A cadeia produtiva de flores e plantas ornamentais no Brasil: uma revisão sobre o segmento. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 6, n. 2, p. 180-200, 2021.

PONTES, Gustavo Nakano. **Análise de custos operacionais e logísticos para um e-commerce: um estudo de caso**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Transportes e Logística), Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2022.

SALES, Natália Costa. **Comercialização de flores e plantas ornamentais no segmento varejista no município de São Luís/MA**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) - Universidade Estadual do Maranhão, Maranhão, 2022.

SANTOS, José Wilson Gomes dos. **Impactos da salinidade e da luminosidade no crescimento, fisiologia e qualidade visual de *Euphorbia milii* e *Zamioculcas zamiifolia***. Tese (Doutorado em Ciência do Solo) - Programa de Pós-Graduação em Ciência do Solo, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

SANTOS, Pamela Medeiros dos. **Produção e comercialização de flores e plantas ornamentais no Brasil**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia), Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, São Paulo, 2024.

SANTOS, Dayla Carolina Rodrigues. **Conhecendo as plantas do quintal: características e usos sociais da flora remanescente de áreas de várzea em comunidades rurais do nordeste paraense**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) - Universidade Federal Rural da Amazônia, Pará, 2024.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Principais benefícios e desafios da formalização**. 2019. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/r/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/4e44a65328aca9978e3cf9a1042c4403/\\$File/30741.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/r/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/4e44a65328aca9978e3cf9a1042c4403/$File/30741.pdf). Acesso em: 30 de mar. de 2025.

SOBRAL, Alexandre da Silva. **Determinantes da adoção dos meios de pagamento digital**. 2021. Tese (Mestre em Ciências), Departamento de Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

SOUZA, Ana Cledia Ferreira de; LIMA, João Ricardo Ferreira de. Comportamento dos preços de manga Palmer ao produtor do Vale do Submédio São Francisco. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 1, p. e250161, 2022.

SIQUEIRA, Julia Pessanha; SANTOS, Leandro Bruno. Corporação e espaço: um estudo das estratégias de consolidação e internacionalização do Grupo Ultra. **Formação (Online)**, v. 29, n. 54, p. 305-330, 2022.

VERZIGNASSI, Jaqueline Rosemeire; POLTRONIERI, Luiz Sebastião; BENCHIMOL, Ruth Linda. Ocorrência de *Rhizoctonia solani* AG1 em bastão-do-imperador no Estado do Pará. **Summa Phytopathol**, Botucatu, v. 34, n. 3, p. 290, 2008.

ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS EXTRATIVISTAS DO CARANGUEJO- UÇÁ NO MUNICÍPIO DE QUATIPURU, NORDESTE PARAENSE

Pâmela da Silva Amaro

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Ana Karlla Magalhães Nogueira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Artur Vicente da Costa

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Geovanna Vasconcelos Barros

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Objetivo: Este estudo teve como objetivo analisar o perfil socioeconômico dos extrativistas do caranguejo-uçá no município de Quatipuru, situado no Nordeste Paraense. **Métodos:** A pesquisa seguiu uma abordagem quantitativa, utilizando um questionário com perguntas fechadas para obtenção de dados primários. O instrumento foi aplicado entre os dias 04 e 15 de janeiro de 2025, tanto em formato impresso quanto digital via *Google Forms*, sendo direcionado a 100 caranguejeiros do município. Contudo, somente 52 participantes responderam.

Resultados: Os dados obtidos demonstram que o extrativismo do caranguejo-uçá possui grande importância para a economia local, representando, para muitas famílias, a principal e por vezes única fonte de renda. O município reforça o valor cultural e econômico dessa atividade, que se destaca por seu caráter tradicional, repassado entre gerações e presente na rotina desde a infância. Observou-se ainda que a extração é realizada majoritariamente por homens, enquanto as mulheres, desde cedo, são orientadas para a catação da massa do caranguejo, por exigir menor esforço físico. O estudo, portanto, evidencia a necessidade de se atentar ao cotidiano dos extrativistas, contribuindo para reflexões sobre suas condições de vida e sua relação com o trabalho. **Considerações finais:** Conclui-se que a compreensão do perfil socioeconômico de uma comunidade tradicional ligada à atividade pesqueira permite a análise de diferentes fatores que impactam diretamente sua realidade. Entre esses fatores, destacam-se as condições de trabalho, o acesso a políticas públicas, a preservação da cultura local e as limitações enfrentadas quanto à renda e educação.

Palavras-chave: Caranguejeiros; economia local; comercialização; comunidade tradicional.

INTRODUÇÃO

Segundo Pinheiro e Boos (2016), as espécies do gênero *Ucides*, conhecidas popularmente como caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) ou caranguejo-verdadeiro, constituem um dos recursos naturais mais importantes utilizados por comunidades ribeirinhas no Brasil, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste.

Desse modo, o caranguejo-uçá é considerado um dos principais recursos do ecossistema manguezal, sendo amplamente explorado por povos que dependem diretamente desse ambiente para sua sobrevivência (Oliveira; Fernandes, 2024). Conforme os mesmos autores, desde os primórdios da humanidade, esse crustáceo tem servido como fonte de alimento, renda e troca entre comunidades costeiras, desempenhando um papel essencial na dinâmica socioeconômica e cultural desses grupos.

Nesse contexto, os grupos que dependem dos recursos dos manguezais, como o caranguejo-uçá, são considerados comunidades tradicionais por viverem próximos a esse ecossistema e manterem modos de vida vinculados ao uso sustentável desses recursos (Alves; Nishida, 2002).

Dessa forma, os catadores de caranguejo que atuam nos manguezais brasileiros por meio do extrativismo cumprem um papel essencial tanto na manutenção do equilíbrio ecológico quanto na dinâmica socioeconômica das comunidades locais (Cruz, 2023; Alves; Nishida, 2003). Tal fato ressalta a importância da expansão da cadeia produtiva do caranguejo no estado do Pará, que assume grande relevância socioeconômica para as comunidades que dependem da coleta deste crustáceo e do extrativismo como fonte de sustento (Passos *et al.*, 2024).

Nesse contexto, surgem as reservas extrativistas, áreas utilizadas por populações tradicionais para garantir a preservação dos recursos naturais e a sustentabilidade das comunidades que dependem do extrativismo para sua subsistência (Schaeffer-Novelli, 2018). Tal perspectiva pode ser observada na criação da Reserva Extrativista Marinha “Filhos do Manguê”, localizada nos municípios de Primavera e Quatipuru, instituída pelo Decreto Nº 11.959, de 21 de março de 2024” (Passos *et al.*, 2024).

Nessa perspectiva, a expansão dessa atividade fortalece a subsistência em regiões como Quatipuru, no Nordeste Paraense, onde o extrativismo do

caranguejo-uçá representa uma fonte essencial de renda para muitas famílias e contribui significativamente para a economia local. Portanto, analisar o perfil dos extrativistas do caranguejo-uçá no referido município torna-se essencial para entender como as comunidades tradicionais estruturam sua subsistência a partir do extrativismo, além de permitir avaliar de que forma essa atividade influencia diretamente sua geração de renda.

Nesse sentido, essa atividade contribui para a valorização da importância de compreender o perfil socioeconômico dos extrativistas do município, visto que representa uma forma de comercialização voltada à obtenção de renda na comunidade local. Isso reforça a necessidade de proteger os manguezais, fundamentais para a conservação desses ecossistemas e para a subsistência das populações tradicionais. A partir disto, surge a seguinte questão de pesquisa: qual o perfil socioeconômico dos caranguejeiros que realizam o extrativismo do caranguejo-uçá no município de Quatipuru?

Ademais, parte-se da hipótese de que as condições socioeconômicas dos extrativistas do caranguejo-uçá no município de Quatipuru tendem a estar fortemente vinculadas à extração desse crustáceo, considerado uma das principais fontes de composição da renda familiar. Logo, a extração do caranguejo-uçá desempenha um papel essencial na dinâmica econômica local e na subsistência de inúmeras famílias, refletindo um impacto significativo sobre a renda das comunidades tradicionais envolvidas na região (Martins, 2024).

Nesse contexto, o presente estudo propõe-se a descrever o perfil socioeconômico dos extrativistas do caranguejo-uçá no município de Quatipuru, com o intuito de identificar de que maneira esses aspectos socioeconômicos se relacionam com a atividade extrativista. Para isso, foram observados indicadores como idade, gênero, escolaridade, renda e demais variáveis que ajudam a caracterizar a realidade dessas populações tradicionais e compreender a influência desses fatores na sua permanência no extrativismo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*)

Ucides cordatus, popularmente conhecido como caranguejo-uçá, catanhão ou caranguejo-verdadeiro, é uma espécie encontrada no Atlântico ocidental: Flórida, Golfo do México, Antilhas, norte da América do Sul, Guianas e Brasil, sendo conhecido por ser mais comum nos ecossistemas de manguezais (Branco, 1993).

A estrutura morfológica caranguejo-uçá é dividida em segmentos, alguns dos quais se encontram fundidos, onde é composta por patas. O primeiro par é bem desenvolvido e forte, tendo garra, já os outros pares são para a escavação de galerias no sedimento lodoso. Suas patas possuem coloração lilás ou roxa já na fase jovem, na fase adulta permanece inalterada, onde podem adquirir tonalidade ferruginosa ou marrom-escura pouco antes da muda, quando, geralmente, são confundidos com outras espécies (Pinheiro; Fiscarelli, 2001). De modo geral, "o caranguejo-uçá atinge grande porte na fase adulta e sua coloração varia do azul-celeste ao marrom-escuro, conforme a época do ano e o tempo em que permanece com o exosqueleto" (Pinheiro; Fiscarelli, 2001).

Com relação aos gêneros, os caranguejos do sexo masculino possuem abdômen estreito e com formato próximo ao triangular, enquanto as fêmeas apresentam abdômen semi-circular e alargado, servindo para proteger a massa de ovos quando em período de reprodução (Lopes, 2007).

De acordo com Mateos (2001), o caranguejo-uçá macho tem dois pênis, e as fêmeas, duas vaginas. Para o autor, o período da reprodução da espécie está ligado à cópula, onde ocorre esse fenômeno na andada, no período de dezembro e janeiro, nas luas cheia e nova. Durante a andada, a maioria dos caranguejos sai das tocas e perambula sobre o sedimento do manguezal, onde os machos lutam para disputar as fêmeas.

Com relação à morfologia reprodutiva, Alves (1975) menciona, que o sistema reprodutor feminino é constituído em dois ovários onde o tamanho e a coloração das gônadas dependem do grau de maturidade sexual encontrada; quando imaturos são esbranquiçadas, passando a alaranjadas quando a maturação progride. Ademais, o acasalamento da espécie ocorre quando a fêmea adota um decúbito dorsal e o macho a cobre, depositando o líquido seminal nas

aberturas existentes na base do terceiro par de patas, com o auxílio do pênis. Após isso, os espermatozoides encapsulados são transferidos para os receptáculos.

Cordeiro *et al.* (2024) destacam que essas larvas seminais ocorrem com maior frequência nos meses de dezembro e janeiro, onde é justificada pela sincronia da reprodução com os meses de verão, quando as temperaturas são mais elevadas.

Extrativismo do Caranguejo-uçá

Nos manguezais situados no estado do Pará, uma das práticas sociais mais relevantes é o extrativismo de caranguejos (Oliveira; Maneschy, 2014). Mattos *et al.* (2012) mencionam que os pescadores e marisqueiros apresentam um bom conhecimento das funções ecológicas do manguezal e associaram a importância do mesmo ao caranguejo, sendo o seu principal ou na maioria dos casos seu único meio de subsistência.

A estratégia de pesca do *Ucides cordatus* certamente é recorrente e usual em todo o nordeste paraense. Obviamente, a prática da captura adapta-se à cultura dos pescadores, com ou sem inovação tecnológica. Todavia, efetua-se com as mãos nuas, ou às vezes protegidas pelo uso de luvas. Observa-se, em algumas situações, a utilização de instrumentos rústicos adaptados pelos próprios pescadores, como o gancho (Conceição, 2019).

O gancho é composto por uma vara de madeira de aproximadamente dois metros de comprimento e uma peça de ferro em forma de gancho na ponta. O arranjo requer alguns cuidados, pois é necessário confeccionar uma fenda em forma exata para poder acoplar a peça de ferro na madeira. Para fixar a peça de ferro na madeira, após acoplada, usa-se linha de nylon grilon de alta resistência. Os diâmetros da peça de ferro precisam ser exatos, pois implicam em despedaçar ou não o caranguejo no momento da captura (Martins; Machado, 2023).

De acordo com Oliveira e Maneschy (2014), os “tiradores” de caranguejo praticam o extrativismo por até 35 anos. Estes autores frisam que a longa trajetória fica evidente quando se considera a idade precoce em que iniciaram a trabalhar, na Pontinha do Bacuriteua no estado do Pará, a partir de uma faixa entre 11 e 15 anos, os meninos vão a locais mais distantes, com seus responsáveis para

a iniciação dos 'tiradores' onde as técnicas de captura utilizadas são o "braço ou Mão" e o "gancho".

Para a extração do caranguejo-uçá, os catadores se vestem com calça comprida de jeans ou tecidos leves e blusas de algodão de mangas curtas ou longas. A atividade é realizada com os pés protegidos por calçados (Côrtes *et al.*, 2014). O método "mão" se refere à captura do caranguejo-uçá durante a "andada", comportamento associado ao período de reprodução da espécie. Os animais são apreendidos com as mãos desprotegidas, pela porção dorsal da carapaça. Quando o método é empregado à noite, recebe a denominação de "catar de lamparina" devido à utilização de uma lamparina para iluminar o local. Segundo os catadores, os caranguejos-uçá ficam "paralisados" diante da luz, o que facilita a captura (Côrtes *et al.*, 2014).

Outra técnica que se destaca na captura do caranguejo é o "forjo", construído com lata de óleo cilíndrica. No interior da lata, prende-se a isca. O caranguejo penetra na lata atraída pela isca. E cada catador sai de casa pela manhã levando consigo de 80 a 100 armadilhas. As armadilhas são confeccionadas pelos próprios pescadores que comprem parte do material (De Carvalho; Igarashi, 2009).

Segundo Pinheiro e Fiscarelli (2001), o catador de caranguejo experiente reconhece pela abertura da galeria quais são as tocas que possuem animal em seu interior e até mesmo seu sexo. Para o autor, existem várias formas de captura do caranguejo-uçá que são proibidas. Entre elas destacam-se: Redinha ou Laçinho, Carbureto, Tapado e Técnica Vanga (ou cavadeira).

A técnica redinha é um emaranhado de fios desfiados de saco de polipropileno colocado na entrada da toca do caranguejo, de forma que o animal fique preso quando subir em busca de oxigênio e alimento. Esse método, embora proibido na região Sudeste-sul do país, vem sendo utilizado com bastante frequência, acarretando dois tipos de problemas: a não seleção das presas, capturando fêmeas ovadas e "caranguejos de leite", como também a poluição provocada pelas redinhas não recolhidas, visto que os catadores chegam a espalhar por dia mais de 100 e, nem sempre, têm tempo de voltar a todas elas, e os caranguejos presos na armadilha acabam devorados pelos predadores naturais, lontras, guaxinins e gaviões, e os emaranhados de fios ficam no ambiente por muito tempo (Barbieri; Mendonça, 2007).

De acordo com a legislação brasileira, é permitido a utilização de dois métodos para a captura do caranguejo, o braceamento e o uso do cambito. No braceamento, o catador insere o braço na toca do animal e o retira com a mão, causando menos danos ao caranguejo. O cambito é um vergalhão de ferro com a ponta curvada, utilizado para puxar os indivíduos da toca. O seu uso geralmente ocasiona ferimentos e perfurações que podem causar a morte dos animais (Legat *et al.*, 2007).

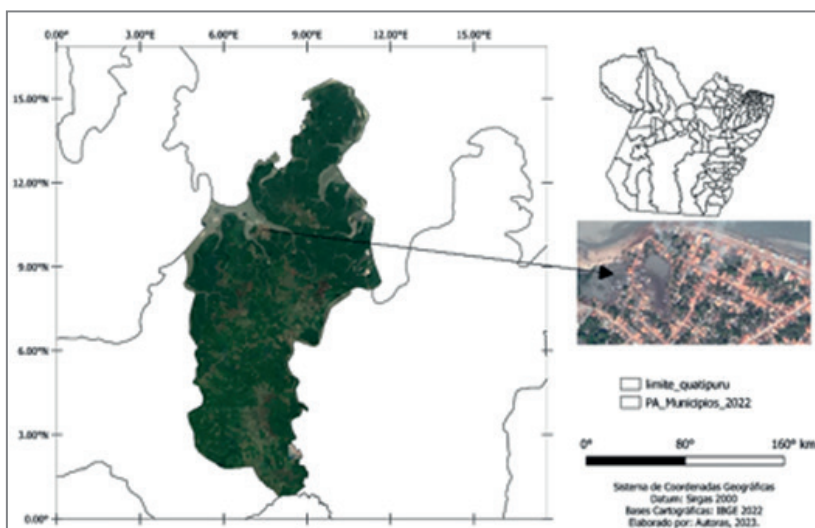
MATERIAL E MÉTODOS

Descrição da área de estudo

A pesquisa foi desenvolvida na cidade de Quatipuru, município localizado no estado do Pará, na região Norte do país (ver Figura 1). Conforme as informações disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), o território municipal está situado no Nordeste Paraense, abrangendo uma área de 302,939 km², com uma população estimada em cerca de 11.524 habitantes.

O município de Quatipuru, durante o ano de 2022, registrou a presença de 790 trabalhadores formais, cuja remuneração média corresponde a 1,8 salários mínimos (IBGE, 2022). Por outro lado, em 2023, o município apresentou uma taxa de escolarização de 96,7% entre crianças com idade entre 4 e 14 anos. Ainda nesse contexto, foram realizadas 325 matrículas no ensino médio das escolas locais durante o mesmo período (IBGE, 2022).

Figura 1 - Mapa de localização do município de Quatipuru, Pará.



Fonte: Matias *et al.*, (2024).

Além disso, o referido município é reconhecido pela atividade pesqueira, impulsionada principalmente pela captura e comercialização de caranguejo, a qual constitui a principal fonte de sustento para diversas famílias locais. Trata-se de uma prática tradicional, transmitida entre gerações, que tende a ser predominantemente exercida por homens que dependem economicamente dessa atividade (Alvão *et al.*, 2023).

Procedimentos metodológicos

Quanto aos procedimentos metodológicos adotados neste estudo, foi realizada uma abordagem de caráter quantitativo, a fim de proporcionar uma análise mais detalhada acerca do perfil socioeconômico dos extrativistas do caranguejo-uçá no referido município. Considera-se que os dados quantitativos possibilitam uma observação mais objetiva da amostra populacional, permitindo a interpretação e a produção textual de forma mais consciente, com base na coleta e análise das informações obtidas (Creswell, 2007).

Adicionalmente, foi escolhida a utilização de dados primários, tendo em vista que a investigação foi conduzida por meio de pesquisa de campo. Tal abordagem permite acessar os dados necessários para a compreensão e

análise de fenômenos específicos da realidade que se pretende investigar, uma vez que possibilita a coleta das informações relevantes (Ribeiro; Miranda, 2025).

Cabe mencionar, ainda, a aplicação de um questionário, composto por 14 perguntas fechadas de cunho quantitativo. Esse instrumento foi organizado em uma única seção, destinada à obtenção de dados sobre o perfil socioeconômico dos extrativistas de caranguejo-uçá residentes no município de Quatipuru.

De acordo com Gil (2008), o questionário é uma técnica utilizada para reunir informações por meio de perguntas, permitindo conhecer características de um grupo ou verificar hipóteses definidas previamente.

Para a obtenção dos dados, foi realizada a aplicação de um questionário entre os dias 04 e 15 de janeiro de 2025, contemplando os bairros Pedreira, Vila Catanhede, Marambaia, Centro, São Benedito, Vila Reis, Vitalândia e Barca, no município de Quatipuru, Pará.

No entanto, apesar da tentativa de aplicar o instrumento a 100 caranguejeiros, somente 52 responderam às perguntas. Dessa forma, visando definir uma amostra mais precisa, foram buscadas informações junto à gestão municipal de Quatipuru acerca do número de extrativistas locais. Contudo, constatou-se a inexistência de registros oficiais sobre essa atividade no município.

A coleta ocorreu por meio de abordagem direta aos participantes em domicílios e áreas próximas ao manguezal, utilizando tanto formulários impressos quanto digitais via *Google Forms*. Em seguida, as informações coletadas foram organizadas no *Excel*, estruturadas em planilhas e representadas visualmente por gráficos e quadros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa seção são apresentados os resultados sobre a análise do extrativismo do caranguejo-uçá no município de Quatipuru, em relação aos aspectos socioeconômicos, descrição do perfil socioeconômico dos catadores e nível de renda dos coletores.

Com relação ao sexo dos extrativistas que praticam a catação do caranguejo-uçá no município de Quatipuru, constatou-se que 88,5% dos entrevistados são homens e apenas 11,5% são mulheres, uma atividade em que o sexo dominante é o masculino. Isso ocorre, segundo os extrativistas, pelo fato de as

mulheres serem direcionadas desde a infância ao trabalho da catação da massa do caranguejo-uçá, onde a extração é desempenhada mais pelos homens.

De acordo com Machado (2007), as mulheres catadoras de caranguejo não têm o reconhecimento da importância de seu trabalho, tampouco são reconhecidas pelo poder público sobre seus saberes tradicionais na conservação de manguezais.

Figura 2 - Catação da massa do caranguejo-uçá realizada por uma mulher.



Fonte: Acervo dos autores (2025).

No que diz respeito à faixa etária, constatou-se que 44,2% dos catadores têm idade acima de 46 anos, 36,5% têm idade entre 36 a 45 anos, 15,4% possuem idade entre 26 a 35 anos e 3,8% têm idade entre 18 a 25 (Ver tabela 1). Este resultado está em conformidade com estudo desenvolvido por Dias *et al.* (2022), realizado no município de Santarém Novo na região do Nordeste do estado do Pará, junto a caranguejeiros, que também identificou que à faixa etária dos extrativistas foi de 45 anos, com máxima de 83 e mínima de 17 anos, que trabalham e obtêm sua renda a partir da extração do caranguejo. Em ambos os estudos, se observou que os extrativistas fazem parte de grupos com idade avançada, onde a população jovem não está presente na realização da extração, causando diminuição na mão de obra na captura do caranguejo-uçá.

Em relação à autodeclaração racial dos caranguejeiros, verificou-se que 82,7% dos caranguejeiros declararam que são negros, dado extraído da soma de negros e pardos. Ademais, 11,5% são amarelos, 5,8% brancos e 0% indígena

(Ver tabela 1). Destaca-se, segundo os relatos dos catadores, que as pessoas pretas são vistas como ladrões e/ou marginais pela sociedade. Os extrativistas pretos são frequentemente abordados pelas autoridades de segurança por serem considerados como infratores, caracterizando o racismo ambiental no Município de Quatipuru.

Tabela 1 - Distribuição demográfica dos caranguejeiros por gênero, faixa etária e cor.

Gênero	Percentual (%)	Faixa Etária	Percentual (%)	Cor	Percentual (%)
Homens	88,5%	De 12 a 17 anos	0%	Preto	48,1%
Mulheres	11,5%	Entre 18 a 25 anos	3,8%	Branco	5,8%
		Entre 26 a 35 anos	15,4%	Pardo	34,6%
		Entre 36 a 45 anos	36,5%	Amarelo	11,5%
		Acima de 46 anos	44,2%	Indígena	0%
Total	100%	Total	100%	Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

De acordo com os caranguejeiros, adentrar as lojas da cidade após deixarem o manguezal atraindo olhares desconfiados devido ao seu aspecto sujo ou de classe inferior. Evidenciando um preconceito profundamente enraizado na sociedade contra as pessoas negras, onde até mesmo os idosos são vítimas de racismo. Segundo alguns catadores, o racismo é elevado em Quatipuru, como evidenciado em falas dos extrativistas descritas a seguir:

“Com a nossa cor é comum a gente ser observado, porém quando eu saio do mangal, apesar da gente tá com instrumentos e sacolas de caranguejo, as pessoas mesmo assim olham com um olhar maldoso por causa da cor, principalmente quando entro em algum comercio vindo do mangal, as pessoas pensam que vou assaltar.”
“Deveria haver mais respeito entre os habitantes da cidade e tratar agente de forma igual e não pela cor.”

Segundo Borges *et al.* (2023), observou-se nos moradores de Quatipuru a simplicidade de um perfil reprimido, pois os mesmos se sentem discriminados em decorrência de sua aparência, condições financeiras, ambiente em que mora e pela cor da pele. Sendo este um reflexo da desigualdade, já que ela se configura do âmbito social para o ambiental.

Com relação ao estado civil, constatou-se que 13,5% dos extrativistas são solteiros, 71,2% são casados, 9,6% são divorciados e 5,8% são viúvos. Conforme a pesquisa, a maioria dos catadores é casada, onde a renda adquirida com caranguejo é dividida geralmente entre várias pessoas (Ver tabela 2). Segundo Marins (2005), os extrativistas mantêm relações informais, não sendo casados legalmente, porém se consideram casados por viverem uma união estável e morarem na mesma residência. Em relação ao tempo de residência em Quatipuru, 94,2% declararam que sempre moraram na cidade, 1,9% afirmaram que residem de 30 a 40 anos e 3,8% são os que moram de 10 a 20 anos.

Segundo os dados da pesquisa, a maioria dos catadores (94,2%) são pessoas que sempre moraram na cidade pelo fato de seu trabalho com o caranguejo ter sido iniciado no município desde a infância. Por isso, essas pessoas não tiveram interesse em se mudar do local. Este resultado está em conformidade com a pesquisa desenvolvida por Marins (2005) no estado do Espírito Santo, em que também constatou que os caranguejeiros pertenceram à cidade onde nasceram por toda a vida. Os mais velhos testemunharam a invasão do manguezal e o aterro de subsistência de suas famílias, onde a coleta do caranguejo era realizada próxima às residências e havia abundância do crustáceo.

Tabela 2 - Estado Civil dos caranguejeiros e o Tempo de residência em Quatipuru.

Estado Civil	Percentual (%)	Tempo morando em Quatipuru	Percentual (%)
Solteiro	13,5%	1 a 5 anos	0%
Casado	71,2%	10 a 20 anos	3,8%
Divorciado	9,6%	30 a 40 anos	1,9%
Viúvo	5,8%	50 a 60 anos	0%
		Sempre morei	94,2%
Total	100%	Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

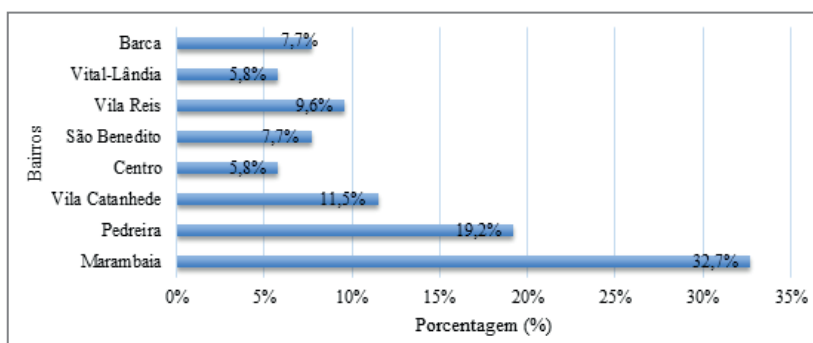
Mediante aos bairros do município de Quatipuru em que os caranguejeiros residem, apurou-se que 32,7% são da Marambaia, 19,2% da Pedreira, 11,5% da Vila Catanhede, 5,8% são do Centro da cidade, 7,7% do São Benedito, 9,6% do Vira Reis, 5,8% de Vital-Lândia e 7,7% da Barca (Ver gráfico 1).

De acordo com os catadores, os bairros da Marambaia, Pedreira, Centro e Barca são os mais próximos ao manguezal. Em função disso, os extrativistas

destas localidades têm mais facilidade para se locomover após a extração do caranguejo-uçá. Em contraste, os que residem na Vila Catanhede e São Benedito, que estão localizados mais distantes, necessitam diretamente de um meio de transporte, como bicicletas ou motos.

Conforme a localização em que residem, os extrativistas dos bairros mais afastados necessitam de políticas voltadas à inclusão, que proporcionem meios de transportes públicos que facilitem o deslocamento da cidade até o manguezal. Isso resultará em melhorias na mobilidade de todos os extrativistas de Quatipuru.

Gráfico 1 - Distribuição dos extrativistas por bairros de Quatipuru.



Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Com relação ao tipo de residência e com quem os extrativistas residem, constatou-se que 80,8% têm casa própria e residem juntamente com sua família, 5,8% moram em casa alugada com sua família, 7,7% têm casa própria e moram sozinho, 3,8% residem em casa alugada e moram sozinho e 1,9% residem em casa de parentes (Ver tabela 3).

Portanto, a maioria dos caranguejeiros possui casa própria e vive com sua família, indicando uma certa estabilidade social, além de um forte vínculo familiar. Constatou-se que seus familiares mais próximos são os filhos, com uma média de um a cinco descendentes. Isso afeta diretamente o aspecto financeiro e emocional, pois dependem da quantidade extraída do caranguejo para gerar uma renda suficiente para todos.

Tabela 3 - Tipo de residência e a quantidade de pessoas que residem com os extrativistas.

Tipo de residência e com quem moram	Percentual (%)	Quantidade de pessoas	Percentual (%)
Em casa própria, com minha família	80,8%	Duas	21,2%
Casa alugada, com minha família	5,8%	Três	19,2%
Casa própria, sozinho	7,7%	Quatro	25,0%
Casa alugada, sozinho	3,8%	Cinco	21,2%
Em casa de familiar	1,9%	Seis	21,2%
		Sozinho	11,5%
Total	100%	Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

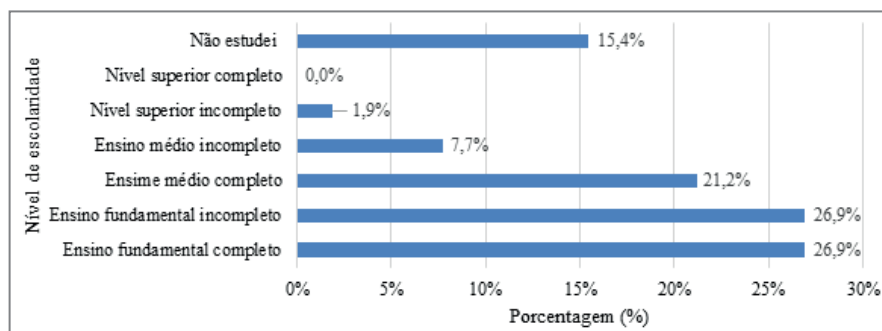
Sobre as residências dos extrativistas, a maioria dos coletores tem casa própria, devido ao longo período de trabalho com caranguejo-uçá. Conforme pesquisa conduzida por Marins (2005) no Espírito Santo com extrativistas, também foi observado que as casas dos caranguejeiros foram adquiridas graças à existência de abundância de caranguejo. Isso permitiu que os coletores comercializassem mais crustáceos, o que possibilitou, para alguns, renda suficiente para a aquisição da casa própria.

Sobre a quantidade de pessoas que moram junto com os catadores, 21,2% afirmaram que moram somente com duas pessoas, 19,2% declararam que residem com três pessoas, 25% moram com quatro pessoas, 21,2% com cinco, 21,2% com seis e 11,5% sozinhos (Ver a tabela 3).

Em geral, são os filhos e a esposa que residem com os coletores, e a renda obtida com o caranguejo-uçá é destinada a prover a sobrevivência de toda a família. Em termos financeiros, para arcar com despesas básicas, como alimentação, água e energia, é imprescindível possuir uma renda estável, considerando que despesas mensais fixas são essenciais para o sustento de todos. Contudo, não há uma previsibilidade quanto ao quantitativo de caranguejos a serem coletados, culminando em uma renda incerta.

No que se refere ao nível de escolaridade dos caranguejeiros, constatou-se que 52% não sabem ler e escrever, e apenas 48% são alfabetizados. Dos extrativistas que sabem ler e escrever, somente 1,9% estão cursando nível superior, 26,9% têm ensino fundamental completo e 26,9% têm o fundamental incompleto. Das pessoas que têm o ensino médio completo, foi obtido um total de 21,2%, já aos que têm ensino médio incompleto, foi de 1,9% (Ver gráfico 2).

Gráfico 2 - Nível de escolaridade dos caranguejeiros de Quatipuru.



Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Segundos os dados analisados, atestou-se que poucos extrativistas tiveram a oportunidade de estudar, algumas falas dos catadores ressaltam que o motivo foi decorrente da dificuldade de transporte para chegar à escola, como também, muitas vezes tiveram que trabalhar desde a infância com a extração do caranguejo para contribuir na renda familiar.

Nesse cenário, o estudo destaca o baixo nível de escolaridade dos coletores, evidenciando uma deficiência no apoio governamental à área educacional, uma vez que não existem meios de transportes e nem subsídios financeiros para a educação. Sendo assim, a secretaria de educação de Quatipuru deve mapear todo o município para identificar indivíduos sem formação e estabelecer estratégias para oferecer o ensino fundamental ou médio, proporcionando aos adultos e idosos a oportunidade de estudar.

Segundo os caranguejeiros locais, a principal fonte de renda de 80,77% dos catadores advém da captura do caranguejo-uçá, e apenas 19,23% possuem outras formas de arrecadação de dinheiro para prover sua subsistência (Ver tabela 4). É nítido que o caranguejo-uçá é a principal fonte de recursos financeiros para muitos extrativistas da cidade de Quatipuru, caracterizando-se como uma atividade que movimenta a economia da cidade, e assim, sendo responsável pela sobrevivência de muitas famílias. Jesus e Silva (2007) enfatizam que a grande maioria dos caranguejeiros não possui nenhum outro trabalho, sendo a captura de crustáceo e molusco o único meio de sustento.

Aqueles que têm uma fonte de renda secundária, dos extrativistas que participaram da presente pesquisa, se destaca o trabalho de moto táxi, pedreiro,

a venda de alimentos como lanches aos finais de semana e *chopp* de frutas, como também o conserto de bicicletas e a pesca. Notou-se que há muitas opções secundárias apontadas pelos caranguejeiros para a obtenção de renda no município. Nesse contexto, destaca-se a informalidade no mundo do trabalho, uma realidade da contemporaneidade, face aos processos de uberização e de precarização do trabalho. Soma-se a isto a pluriatividade, uma estratégia de reprodução familiar, inclusive na agricultura familiar, a partir da combinação de várias fontes de rendas secundárias, somada ao extrativismo, principalmente, no período de defeso. Nesse viés, destaca-se a importância das políticas governamentais de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família.

Com relação à contribuição da extração do caranguejo para a composição de renda familiar, 100% dos caranguejeiros afirmaram que a coleta do crustáceo tem um impacto significativo para a renda utilizada para prover o sustento familiar, partindo da análise que, para muitos, é a única fonte de recursos. Assim, é importante considerar que a extração do caranguejo é fundamental para a obtenção de proventos, destacando que o futuro do caranguejo-uçá é também o futuro de muitas famílias que dependem do crustáceo. A partir da análise, o estudo destaca a importância de preservar o caranguejo e implementar políticas públicas para a conservação da espécie durante a coleta.

Ademais, a coleta do caranguejo-uçá impacta de forma direta economicamente, onde muitas gerações da cidade dependiam e dependem da extração do caranguejo-uçá. Quanto ao valor mensal adquirido pela extração do caranguejo-uçá pelos coletores, constatou-se que 17,3% têm a renda estimada em menos de um salário mínimo, 71,2% um salário mínimo, 5,8% de um a dois salários mínimos e 5,8% não souberam responder (Ver tabela 4).

Tabela 4 - Distribuição da renda e o valor mensal recebido pelos caranguejeiros.

O caranguejo-uçá é a principal fonte de renda	Percentual (%)	Valor Mensal	Percentual (%)
Sim	80,77%	Menos de um salário mínimo	17,3%
Não	19,23%	Um salário mínimo	71,2%
		Um a dois salários	5,8%
		Três a quatro salários	0%
		Mais de cinco salários mínimos	0%
		Não sabe informar o valor	5,8%
Total	100%	Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Em estudo realizado por Côrtes *et al.* (2014) no manguezal do estuário do Rio Paraíba do Sul localizado na costa norte do estado do Rio de Janeiro, também identificou uma renda média mensal baixa oriunda da comercialização do caranguejo-uçá, que varia de R\$ 547,00 a R\$ 762,00, podendo alcançar a uma renda mensal média domiciliar de R\$ 1.166,00.

Mediante aos fatos, a renda adquirida apenas com a extração do caranguejo é demasiadamente baixa, fazendo com que os tenham um reduzido poder de compra. Com relação ao resultado da pesquisa, notou-se que há um número significativo de pessoas que recebem menos de um salário mínimo, valor esse que vem dificultando a sobrevivência dos coletores, resultando em uma qualidade de vida baixa, sem acesso a lazer ou até mesmo a um plano de saúde, ou uma educação de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de campo demonstrou a relevância dessa atividade para a economia local, sendo, para muitas famílias, a principal e muitas vezes única fonte de sustento. Os dados coletados evidenciaram que a grande maioria dos catadores (94,2%) são moradores antigos do município, nascidos e criados na região. Essa ligação com o território reforça o caráter tradicional da extração do caranguejo, uma prática passada de geração em geração e incorporada à rotina desde a infância.

Apesar da importância cultural e econômica da atividade, os resultados também revelam desafios significativos. Muitos trabalhadores vivem com rendimentos abaixo do salário mínimo, comprometendo diretamente suas condições de vida. A falta de acesso a serviços essenciais, como lazer, saúde e educação de qualidade, reflete uma realidade marcada pela vulnerabilidade social desses extrativistas.

Além disso, concluiu-se que a extração do caranguejo-uçá vem sendo predominantemente realizada por homens, uma vez que as mulheres foram instruídas desde a infância para a catação da massa do caranguejo, por exigir menos esforço físico. Em relação à idade dos catadores, notou-se que é uma geração mais velha que sobrevive exclusivamente do caranguejo, com uma média de idade superior a 46 anos.

O perfil socioeconômico dos extrativistas revelou um baixo nível de escolaridade, onde muitos não sabem ler e nem escrever. Dos que sabem, poucos possuem ensino fundamental e médio concluídos. A ausência de estudo dos extrativistas ocorre devido à necessidade de iniciar na adolescência o trabalho com a captura do caranguejo-uçá, para complementar a renda familiar dos pais. E isso faz com que a formação educacional seja negligenciada.

Assim, o estudo permite lançar um olhar mais atento sobre o cotidiano dos extrativistas de caranguejo-uçá em Quatipuru, no estado do Pará, trazendo reflexões que aprofundam a compreensão sobre suas condições de vida e atividade profissional. Os resultados também podem servir de referência para futuras investigações sobre as condições socioeconômicas de outras comunidades tradicionais, em diferentes cenários, considerando tanto as relações sociais quanto o cenário econômico.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. R. D. N.; NISHIDA, A. K. A ecdise do caranguejo-uçá, *Ucides cordatus* L. (Decapoda, Brachyura) na visão dos caranguejeiros. **Revista Inter-ciência**, v. 27, n. 3, p. 110-117, 2002. Disponível: https://ve.scielo.org/scielo.php?pid=S0378-18442002000300003&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 27 mai. 2024.
- ALVES, R. R. N.; NISHIDA, A. K. Aspectos socioeconômicos e percepção ambiental dos catadores de caranguejo-uçá, *Ucides cordatus* (Linnaeus, 1763) (Decapoda, Brachyura) do Estuário do Rio Mamanguape, Nordeste do Brasil. **Inter-ciência**, v. 28, n. 1, p. 36-43, 2003.
- ALVES, M. I. M. Sobre a reprodução do caranguejo-uçá, *Ucides cordatus* (Linnaeus), em mangues do Estado do Ceará (Brasil). **Arquivos de Ciências do Mar**. Fortaleza, v.15, n.2, p.85-91, dez. 1975. Disponível: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/1667>. Acesso em: 27 jun. 2024.
- ALVÃO, A. C. Q. A “Primeira pesca”: memórias da infância e inserção na pesca artesanal de Quatipuru Mirim, Tracuateua-PA. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 444-473, 2023. DOI: 10.35355/revistafenix.v20i2.1223. Disponível em: <https://revistafenix.emnuvens.com.br/revistafenix/article/view/1223>. Acesso em: 29 maio. 2025.
- BRANCO, J. O. Aspectos bioecológicos do caranguejo *Ucides cordatus* (Linnaeus, 1763) (Crustacea, Decapoda) do manguezal do itacorubi, Santa Catarina, BR. **Arq. Biol. Tecnol.**, v. 36, n. 1, p. 133-148, 1993. Disponível: <https://www.avesmarinhas.com.br/44.pdf>. Acesso em: 23 set. 2024.
- BORGES, C. G. C. *et al.* **Racismo e injustiça ambiental: Análise do saneamento básico e da percepção ambiental dos moradores dos bairros vitallândia e cantanhede do município de Quatipuru-pa.** c. 4 pag. 74-97. 2023. Disponível: <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/230914355.pdf>. Acesso em: 29 mar.2025.
- BARBIERI, E.; MENDONÇA, J. T. Na lama, a dura batalha dos catadores de caranguejos. **Artigo em Hipertexto. Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento do Litoral Sul, Cananéia (SP)**. DOI: DOI: 10.13140/RG.2.2.23811.25121. 2007. Disponível: https://www.researchgate.net/profile/Edison-Barbieri/publication/339254635_na_lama_a_dura_batalha_dos_catadores_de_caranguejos/links/5f31744ca6fdcccc43bd7f2c/na-lama-a-dura-batalha-dos-catadores-de-caranguejos.pdf Acesso: 30 out. 2024.
- CRUZ, S. de S. L. Território pesqueiro e o desenvolvimento da Amazônia: atividade pesqueira como fator endógeno para o desenvolvimento regional. **Contribuciones a las ciencias sociales**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 797-817, 2023. DOI: 10.55905/revconv.16n.2-022. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/400>. Acesso em: 27 maio. 2025.
- CORDEIRO, A. I. D. A. *et al.* Áreas de dispersão e recrutamento de larvas do caranguejo-uçá, *Ucides cordatus*, nos Manguezais Paranaenses. **Biodiversidade Brasileira**, v. 14, n. 3, p. 51-70, 2024. Disponível: <https://revistaeletronica.icmbio.gov.br/index.php/BioBR/article/view/2542>. Acesso em: 26 set. 2024.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre, RS: ARTMED, 2007.
- RIBEIRO, D. C.; MIRANDA, A. B. Interdisciplinar é contar a História através das “Letras” do Brock. **Revista da FAARTES**, Manaus, v. 1, n. 1, p. 113-124, 2025. Disponível em: [//periodicos.ufam.edu.br/index.php/faartes/article/view/17888](http://periodicos.ufam.edu.br/index.php/faartes/article/view/17888). Acesso em: 29 maio. 2025.
- CÔRTEZ, L. H. D. O. *et al.* Extração e cadeia produtiva do caranguejo-uçá no norte do Rio de Janeiro. **Boletim do Instituto de Pesca**, v. 40, n. 4, p. 639-656, 2014. Disponível: <https://institutedepesca.org/index.php/bip/article/view/1069>. Acesso em: 30 out. 2024.

CONCEIÇÃO, J. M. S. **Os Extrativistas do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*)** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação. Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará, Bragança-PA, 2019. Disponível em: <https://bdm.ufpa.br:8443/jspui/handle/prefix/3648>. Acesso em: 27 mai. 2024.

DIAS, R. R. *et al.* Caracterização socioeconômica da atividade pesqueira do Caranguejo-uçá em uma RESEX da Amazônia Brasileira. **Revista Caparaó**, v. 4, n. 2, p. e76, 2022. Available on-line at <https://www.revistacaparao.org/caparao/article/view/76>.

DE CARVALHO, H. R. L.; IGARASHI, M. A. A utilização do forjo na captura do caranguejo uçá (*Ucides cordatus*) na comunidade de Tapebas em Fortaleza–CE. **Biotemas**, v. 22, n. 1, p. 69-74, 2009. Disponível: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/biotemas/article/view/2175-7925.2009v22n1p69>. Acesso em: 24 set. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JESUS, J. A. D.; Silva, E. C. D. Importância socioeconômica e ecológica do caranguejo-uçá, *ucides cordatus*, (Decapoda, Brachyura) para os caranguejeiros. **Revista meio ambiente e desenvolvimento sustentável**. 2007. Disponível: <https://ri.ucsal.br/server/api/core/bitstreams/4d153cad-cbfb-48c6-b09d-66f5969e4a8a/content>. Acesso em: 26 mai.2024.

LOPES, M. S. da S. **Estrutura populacional do caranguejo-uçá, *ucides cordatus cordatus* (Linnaeus, 1763), no manguezal de Almofala, Itarema** – Ce.2007. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Pesca) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, 2007. Disponível: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/66169>. Acesso em: 10 set. 2024.

LEGAT J. F. A. *et al.* **Orientação para captura, Estocagem e Transporte de Caranguejo-uçá.** Parnaíba-PI: Embrapa Meio-Norte, 2007. 2 p. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/68101/1/caranguejo>. Acesso em: 30 set. 2024.

MARTINS, E. D. T. Trajetória entre o “campo inicial” e a formação antropológica: a partir de onde e como eu faço ciência?. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 26, n. 1, 2024. DOI: 10.5007/2175-8034.2024.e93850. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/93850>. Acesso em: 29 maio. 2025.

MATEOS, S. B. Vida entre caranguejos. **Pesquisa FAPESP**, n. 68, p. 34-37, 2001. Disponível: [https://crusta.com.br/biblio/08.Divulgacao/10-Pinheiro%20\(2001\)%20-%20Vida%20entre%20Caranguejos%20\(FAPESP%20Online\).pdf](https://crusta.com.br/biblio/08.Divulgacao/10-Pinheiro%20(2001)%20-%20Vida%20entre%20Caranguejos%20(FAPESP%20Online).pdf). Acesso em: 12 set. 2024.

MACHADO, D. Catadoras de caranguejo e saberes tradicionais na conservação de manguezais da Amazônia brasileira. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, p. 485-490, 2007. Disponível: <https://www.scielo.br/j/ref/a/s7PBwSCbH9dF5ZpR5LpGpSv/>. Acesso em: 22 set. 2024.

MARINS, R. P. **Condições de vida dos catadores de caranguejos: uma proposta de educação ambiental em Vitória-(ES)**. 2005. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6135/tde-25082021-134253/en.php>. Acesso em: 15 fev. 2025.

MATIAS, C. Y. R. Análise de impactos socioambientais resultantes da urbanização na zona costeira de Boa Vista, Quatipuru-Pa. In: Ana Karlla Magalhães Nogueira; Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior. (Org.). **Desenvolvimento Regional e Socioeconomia: Experiências de Pesquisas no Nordeste Paraense**. 1ªed. Guarujá- São Paulo: Editora Científica Digital, 2024, v. 1, p. 30-46.

MATTOS, P. P. *et al.* Etnoconhecimento e percepção dos povos pesqueiros da Reserva Ponta do Tubarão acerca do ecossistema manguezal. **Revista Brasileira de Biociências**, v. 10, n. 4, p. 481-481, 2012. Disponível: <https://seer.ufrgs.br/rbrasbioci/article/view/115558>. Acesso em: 23 set. 2024.

MARTINS, E. D. T.; MACHADO, M. S. Perspectivas sobre a captura do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) em Marapanim/PA: Técnica do gancho: Perspectives on the capture of the uçá crab (*Ucides cordatus*) in Marapanim/PA: Hook technique. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 29, n. 1, p. 104-125, 2023. Disponível: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/6844>. Acesso em: 22 out. 2024.

OLIVEIRA, F.; FERNANDES, M. E. ZONAS DE EXTRAÇÃO DO CARANGUEJO-UÇÁ, *Ucides cordatus*, NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA CAETÉ-TAPERAÇU, PARÁ, COSTA AMAZÔNICA BRASILEIRA. **OPIS**, Goiânia, v. 22, n. 2, 2024. DOI: 10.61470/o.v22i2.74880. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/Opsis/article/view/74880>. Acesso em: 27 maio. 2025.

OLIVEIRA, M. do V.; MANESCHY, M. C. A. Territórios e territorialidades no extrativismo de caranguejos em Pontinha de Bacuriteua, Bragança, Pará. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, v. 9, p. 129-143, 2014. Disponível: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/RzKKDGyH3qZpNRdRmVXWDFg/>. Acesso em: 12 em out. de 2024.

PINHEIRO, M.; BOOS, H. **Livro Vermelho dos Crustáceos do Brasil: avaliação 2010-2014**. Porto Alegre, RS: Sociedade Brasileira de Carcinologia – SBC, 2016.

PASSOS, P. H. dos S. *et al.* Aspectos biológicos, socioeconômicos e ambientais da cadeia produtiva do caranguejo em resex marinhas do Pará. **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 21, n. 13, p. e12386, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n13-331. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/12386>. Acesso em: 26 maio. 2025.

PINHEIRO, M. A. A.; FISCARELLI, A. G. **Manual de apoio à fiscalização do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*)**. Unesp/Cepsul/Ibama, 2001. Disponível: https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/biblioteca/download/trabalhos_tecnicos/pub_2001_manual_caranguejo_uca.pdf. Acesso em: 20 out. 2024.

PINHEIRO, M. A. A. *et al.* ***Ucides cordatus* (Linnaeus, 1763) - Ficha de Avaliação do Risco de Extinção**. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio Processo de Avaliação do Risco de Extinção da Fauna Brasileira. 2024. Disponível: https://www.researchgate.net/profile/Marcelo-Pinheiro-5/publication/380427196_Ucides_cordatus_Linnaeus_1763_-_Ficha_de_Avaliacao_do_Risco_de_Extincao/links/663cd96706ea3d0b744697e7/Ucides-cordatus-Linnaeus-1763-Ficha-de-Avaliacao-do-Risco-de-Extincao.pdf. Acesso em: 07 mai. 2024.

SCHAEFFER-NOVELLI, Y. 2018. **Mangue e Manguezal**. p. 15-20. *In*: ICMBio. Atlas dos Manguezais do Brasil. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Brasília.

IDENTIFICAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS DO CULTIVO DO DENDÊ NA REGIÃO NORDESTE PARAENSE

Pedro Henrique Alves Nunes

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Pablo Wilian Santana Correa

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

David Silva Reis

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Antonio Luis Pimentel de Brito

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Ana Karlla Magalhães Nogueira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Luiz Cláudio Moreira Melo Junior

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Antonio Kledson Leal Silva

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Eleci Terezinha Silva

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Objetivo: Este trabalho teve como objetivo identificar os impactos socioeconômicos e ambientais causados pelo cultivo do dendê (*Elaeis guineensis*) na região Nordeste Paraense. **Métodos:** O estudo foi realizado por meio de revisão bibliográfica e análise documental, permitindo compreender as consequências socioambientais dessa atividade agrícola. **Resultados:** Os resultados demonstraram que, apesar dos benefícios econômicos e da recuperação de áreas degradadas, a expansão da dendeicultura na região tem gerado impactos ambientais significativos, como desmatamento indireto, perda de biodiversidade e alterações na dinâmica social das comunidades locais. A pesquisa revelou que, embora a produção de óleo de palma tenha sido impulsionada por políticas públicas como o PNPB, PPSOP e PRONAF, a falta de fiscalização adequada tem possibilitado a conversão de áreas naturais em monoculturas, comprometendo a sustentabilidade ambiental. Além disso, observou-se que o modelo de produção vigente favorece grandes empresas em detrimento da agricultura familiar, aumentando as desigualdades socioeconômicas na região. Diante desse cenário, torna-se essencial a implementação de estratégias que conciliam o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental. Alternativas como o manejo sustentável, o incentivo a policulturas e a ampliação da participação das comunidades locais na tomada de decisões podem contribuir para reduzir os impactos negativos da dendeicultura. Além disso, a melhoria nos mecanismos de fiscalização e o fortalecimento de políticas públicas voltadas para uma produção mais sustentável são medidas fundamentais para equilibrar a expansão dessa cultura com a conservação dos recursos naturais. **Conclusão:** Este estudo busca contribuir para o debate sobre o desenvolvimento agrícola na Amazônia, ressaltando a importância de um modelo produtivo que respeite os limites ambientais e sociais da região.

Palavras-chave: Dendeicultura; desenvolvimento regional; políticas públicas; sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

Na mesorregião Nordeste Paraense, as lavouras permanentes figuram como um dos principais pilares da economia, "possuindo relevância não apenas nas exportações de produtos agrícolas, mas também desempenhando um papel social significativo" (Nogueira *et al.*, 2024). Entre essas lavouras, destaca-se a dendeicultura.

O dendê (*Elaeis guineensis*) é uma planta resistente a diversos ambientes, sendo uma cultura perene, ideal para regiões com precipitações intensas e bem distribuídas ao longo do ano, basicamente com ausência de período de seca e solos pouco férteis, como o que predomina na região amazônica, sendo compatível com a dinâmica natural do ambiente da região do Nordeste Paraense (Souza; De Oliveira, 2025).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), a área de plantio de dendê colhida no Estado do Pará, no ano de 2022, foi de 186.240 ha, caracterizando-se como uma cultura relevante para o setor agrícola do estado.

Por isso, tornou-se rentável a implantação dessa cultura em larga escala, visto que há um favorecimento para grandes empreendimentos, proporcionando também exclusão da agricultura camponesa e familiar devido ao forte poder financeiro dos grandes empreendedores. Segundo Schmitz, Ribeiro e Da Mota (2020, p.685), "a agroindústria utiliza-se dos seguintes elementos de dominação: compra de terra, integração por contrato, assalariamento e efeitos do plantio de dendê (mudanças no território da comunidade)".

Somado a isto, de acordo com Campos (2021), para muitos produtores do dendê "a natureza é considerada somente provedora de matérias-primas, sem haver detalhes sobre o possível esgotamento desses recursos ou o comprometimento da capacidade da natureza de prover os serviços e as funções ecossistêmicas". Assim, a expansão da palma de óleo pode impactar no esgotamento dos recursos naturais da região devido ao uso intensivo das áreas de plantio.

É importante ressaltar que a dinâmica produzida pelo dendê no Nordeste Paraense, ocorrida nos primeiros anos do século XXI, tem sido o espelho das políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável no Nordeste Paraense,

tendo como objetivo fomentar a economia regional e recuperar áreas degradadas (De Sousa, 2020).

Segundo Da Costa Moreira e Schmitz (2023, p16), “devido aos diversos usos do óleo de palma (alimentício, cosmético, velas, sabão, biocombustíveis, etc.), o dendezeiro é considerado um “cultivo flexível”, ou seja, tem múltiplas finalidades”.

Nesse viés, o monocultivo de dendê tem crescido na região Nordeste Paraense como alternativa econômica. Contudo, esta expansão pode gerar impactos ambientais significativos, como desmatamento, perda de biodiversidade e contaminação dos recursos hídricos pelo uso intensivo de agroquímicos (Da Silva *et al.*, 2018). Além disso, pode comprometer a qualidade do solo e afetar comunidades locais que dependem dos recursos naturais.

Diante disso, este estudo busca analisar esses impactos, contribuindo para o debate sobre práticas agrícolas mais sustentáveis na região. Nesse contexto, surge o seguinte problema de pesquisa: de que forma os impactos causados pela expansão do monocultivo do dendê podem alterar a dinâmica socioeconômica e ambiental da mesorregião do Nordeste Paraense?

Dessa forma, o presente trabalho buscou identificar e descrever os principais impactos socioeconômicos e ambientais causados pela expansão do monocultivo da Palma de Óleo na Região Nordeste do Estado do Pará. Especificamente, Foram realizadas uma revisão bibliográfica e uma análise documental de literatura especializada, bem como a sistematização desses dados para compreender de maneira geral como essa cultura agrícola altera a dinâmica social e financeira da região do Nordeste Paraense em função dos impactos socioeconômicos e ambientais.

MATERIAL E MÉTODOS

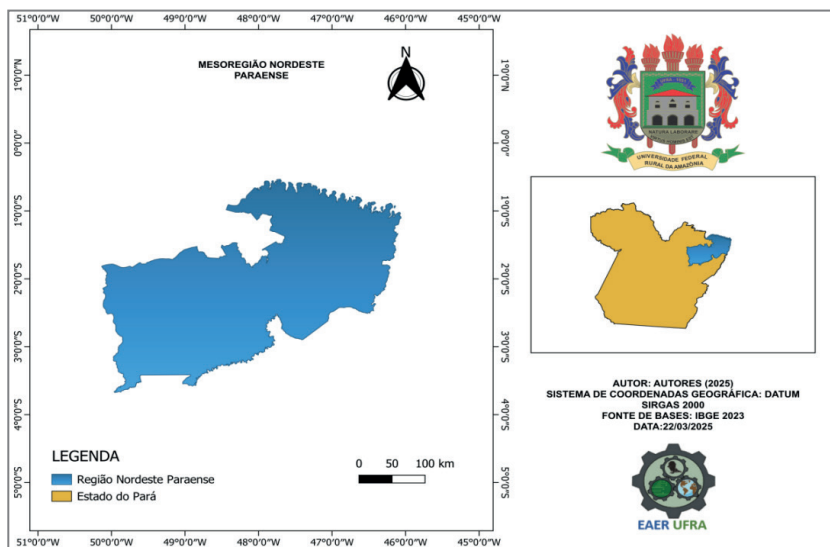
Descrição da área de estudo

A região do Nordeste Paraense, localizada no estado do Pará, é composta por diversos municípios e possui uma área territorial de 83.316,02 km² (IBGE, 2023) (Ver figura 1).

A economia da região é bastante diversificada, abrangendo atividades como a agricultura, pecuária, extrativismo vegetal e mineração. A agricultura

destaca-se com a produção de diversos cultivos e dentre eles o de dendê, que é tema deste trabalho. Entretanto, segundo Da Silva Paiva *et al.* (2024, p.10), “nota-se que a expansão do dendê tem se configurado como atividade agrícola e, muitas vezes, é assumida como o principal projeto de desenvolvimento do poder local”.

Figura 1 - Mapa de localização do Nordeste Paraense.



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A mesorregião Nordeste Paraense destaca-se como uma grande produtora de palma de óleo. Segundo Venturieri *et al.* (2023, p.11), “observa-se que a produção de palma de óleo é concentrada em um polo estável na microrregião Tomé-Açu no Nordeste Paraense, em especial Tailândia, Tomé-Açu, Moju e Acará”. De acordo com estes mesmos autores, a dinâmica produtiva da palma de óleo é influenciada por diversos fatores, incluindo condições climáticas favoráveis e disponibilidade de terras adequadas.

Abordagem da pesquisa

O presente trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica. De acordo com Gil (2002, p. 44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida

com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Adicionalmente, este estudo foi conduzido por meio de uma abordagem qualitativa, fundamentada em análise documental.

A análise documental consistiu na revisão e interpretação de documentos acadêmicos, artigos científicos, relatórios institucionais e normativas governamentais. Segundo Lima Junior *et al.* (2021, p. 37), a “análise documental pode ser desenvolvida a partir de várias fontes, de diferentes documentos, não somente o texto escrito, uma vez que exclui livros e matérias já com tratamento analítico”. Os documentos analisados estão relacionados à dendeicultura no Nordeste Paraense e foram utilizados na fundamentação. E para garantir a validade das fontes, priorizou-se documentos publicados em periódicos indexados e materiais oficiais de instituições de pesquisa e órgãos reguladores.

A metodologia adotada permitiu compreender criticamente as dinâmicas da expansão da dendeicultura, bem como suas implicações ambientais, sociais e econômicas, a partir de uma análise comparativa das perspectivas apresentadas na literatura científica existente.

Levantamento dos dados

Segundo Marconi e Lakatos (1999), toda pesquisa deve basear-se em uma teoria, que serve como ponto de partida para a investigação bem-sucedida de um problema. O trabalho teve como base teórica o levantamento das publicações feito a partir de dados acadêmicos de plataformas como *SciELO*, *Google Acadêmico* e periódicos especializados, utilizando descritores como “dendeicultura”, “impacto ambiental”, “políticas públicas” e “desenvolvimento sustentável”.

Os trabalhos analisados foram publicados nos últimos cinco anos. E, para confecção deste artigo, foram utilizados em torno de 35 artigos publicados em periódicos como referência. Os trabalhos abordados têm como foco a relação entre o cultivo de dendê e seus impactos na região do Nordeste Paraense, com o enfoque maior nas questões socioeconômicas e ambientais, mas sem desprezar os impactos positivos do cultivo desta planta ou outros advindos da dinâmica desse monocultivo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cultura do dendê tem sido amplamente debatida devido aos seus impactos ambientais, especialmente em regiões tropicais como o Nordeste Paraense. “No ano de 2008, o biodiesel entrou no mercado nacional, aumentando, dessa forma, as perspectivas favoráveis para a expansão do plantio da palma de óleo na região Amazônica” (Almeida *et al.*, 2022). Além disso, o óleo de palma é um dos mais consumidos no mundo, influenciando na potencialização econômica do país e do estado do Pará.

Ao relacionarmos esse artigo sobre o monocultivo do dendê no Nordeste Paraense, foi possível inferir que houve aumento das publicações nos anos mais recentes, e isso pode estar associado ao crescimento da preocupação acadêmica e científica com os impactos da dendeicultura na região. A Tabela 1 evidencia esse cenário, demonstrando como a abordagem sobre o tema tem se expandido progressivamente. Essa tendência revela o interesse crescente da comunidade científica, impulsionado pelas diversas problemáticas geradas pelo modelo de monocultivo.

Tabela 1 - Número de publicações por ano sobre o dendê no Nordeste Paraense utilizadas na fundamentação do trabalho.

Anos	Número de publicações
2020	6
2021	7
2022	2
2023	8
2024	10
2025	1

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

O dendê tem sido uma cultura economicamente relevante, mas também geradora de controvérsias devido às suas implicações ambientais e sociais, como a degradação do solo, a perda da biodiversidade e a concentração fundiária. Nesse viés, Monteiro (2013, p. 57), afirma que existem preocupações sobre a “expansão da cadeia da palma de óleo”.

Segundo Guilherme Júnior *et al.* (2024, p. 88), “o perfil extensivo e a intensidade do crescimento empreendido pela atividade têm gerado alterações

na dinâmica ambiental". Devido a isso, o interesse crescente pode indicar um aumento na produção científica sobre o tema, possivelmente impulsionado por debates sobre sustentabilidade, políticas públicas e impactos na agricultura familiar.

A tabela 1 apresentada acima mostra o número de publicações utilizadas para o trabalho, distribuídas entre os anos de 2020 a 2025. Observou-se uma variação na quantidade de publicações ao longo dos anos, com picos em 2023 e 2024, sendo este último o ano com maior número de publicações utilizadas. Em contrapartida, o ano de 2022 apresentou uma quantidade reduzida de publicações, sugerindo menor produção das fontes para o estudo em questão.

Produção da palma de óleo no Nordeste Paraense

Os resultados obtidos com a revisão bibliográfica e a análise documental demonstraram que a dendecultura no Nordeste Paraense tem impactos significativos tanto positivos quanto negativos em relação à sua longa escala de produção, visto que é uma cultura de larga escala e duração. Segundo Da Mota *et al.* (2023), o cultivo do dendê pode se estender por até 25 anos, o que ressalta a importância de considerar os aspectos temporais no contexto de seus efeitos ambientais e sociais.

O cultivo do dendê, impulsionado por incentivos governamentais e pela crescente demanda por biocombustíveis e produtos derivados do óleo de palma, tem contribuído para a economia da região Nordeste, promovendo geração de empregos e a ocupação de áreas degradadas. Porém, de acordo com Filgueiras *et al.* (2024, p. 23), "houve o abandono dos cultivos de subsistência, ocasionando uma significativa alteração no modo de vida de assentados".

Ainda segundo Leão, Leão e De Lima Bandeira (2023, p. 2), "desde o início do atual século, várias atividades ligadas ao agronegócio se expandem no meio rural brasileiro, como a produção do Dendê no estado do Pará." Conforme os mesmos autores, devido a essa contínua pressão sobre o bioma amazônico e à crescente demanda do mercado tanto interno como externo, a produção de dendê ocorre principalmente em áreas previamente antropizadas, reduzindo a pressão sobre as florestas primárias.

Técnicas utilizadas, como o Zoneamento Agroecológico do Dendê (ZAE-Dendê), no qual se identificam áreas na Amazônia Legal com maior potencial para a expansão do cultivo da palma-de-dendê (dendezeiro) de forma sustentável, são fundamentais para o equilíbrio dessa cadeia de produção e meio ambiente, como afirma Wieczorek (2021). Entretanto, há relatos de desmatamento indireto e conversão de áreas nativas em monoculturas, devido à falta de fiscalização ambiental, o que pode comprometer a biodiversidade local destas áreas (Guilherme Júnior *et al.*, 2024).

A produção de cachos de dendê na região nordeste do estado do Pará em 2023 apresentou uma distribuição desigual, com forte concentração em alguns municípios. Os dados indicam que o município de Tailândia lidera a produção, atingindo 942.084 toneladas, seguido por Tomé-Açu (536.700 toneladas) e Moju (417.900 toneladas) (IBGE, 2023) (Ver tabela 2).

Outros municípios, como Concórdia do Pará (220.450 toneladas), Acará (203.toneladas) e Bonito (132.000) apresentam produção intermediária, enquanto localidades como Aurora do Pará (38.000 toneladas) e Garrafão do Norte (34.515 toneladas) possuem volumes significativamente menores (IBGE, 2023). Essa disparidade evidencia a concentração da dendeicultura em polos estratégicos, onde fatores como disponibilidade de terras, infraestrutura adequada e investimentos de grandes empresas agroindustriais favorecem a expansão da atividade.

Tabela 2 - Municípios produtores de dendê no ano de 2023 do Nordeste Paraense.

Nome dos Municípios	Produção de cachos de dendê (2023) (toneladas/hectares)
Tailândia	942.084
Tomé-Açu	536.700
Moju	417.900
Concórdia do Pará	220.450
Acará	203.098
Bonito	132.000
Igarapé-Açu	67.386
São Domingos do Capim	42.000
Aurora do Pará	38.000
Garrafão do Norte	34.515

Fonte: IBGE (2023).

O histórico de uso agrícola e desmatamento nos municípios, conforme mencionado por Gonçalves (2023), reflete um processo contínuo de ocupação e transformação da paisagem, influenciado por fatores econômicos e sociais. Ao longo do tempo, essas regiões passaram por diferentes ciclos de exploração, desde a agricultura de subsistência até a expansão de monoculturas, como a dendeicultura no Nordeste Paraense.

A predominância da produção de dendê em poucos municípios reflete um modelo concentrado da cadeia produtiva, beneficiando regiões onde há maior presença de indústrias e logística eficiente (Gonçalves, 2023).

Recentemente, Ferreira, De Souza Correa e Tavares (2024, p. 118) afirmaram que, “no Nordeste Paraense, a ocupação do solo com o monocultivo do dendê aconteceu, inicialmente, na microrregião de Tomé-Açu, partindo de, aproximadamente, 2.500 hectares em 1985 para 35.000 hectares em 2022”. O que se percebe é que não só houve um crescimento considerável ao decorrer dos anos, mas também a situação reflete um paradigma imposto pelos líderes governamentais atuais, em relação ao desenvolvimento sustentável e aumento produtivo, trazendo à tona conflitos políticos e sociais.

No entanto, essa concentração pode gerar desigualdades socioeconômicas, dificultando a inclusão de agricultores familiares e limitando a distribuição dos benefícios econômicos. Municípios como Curuçá (675 toneladas), Baião (400 toneladas) e Marapanim (375 toneladas) possuem uma produção muito inferior, o que pode estar relacionado à falta de acesso a incentivos governamentais, pouca assistência técnica e à concorrência com outras atividades agrícolas mais atrativas para os produtores locais (IBGE, 2023).

Esse histórico evidencia a interação entre as atividades humanas e o meio ambiente, resultando em impactos variados, como a deterioração do solo, a diminuição da biodiversidade e a alteração dos modos de vida das comunidades locais. Esses processos de mudanças e alterações nas localidades onde é implantada a monocultura são abordados segundo Ribeiro e Da Mota (2021, p. 11), “levando em consideração que a expansão desse cultivo no Nordeste Paraense tem transformado não só a paisagem, mas também a dinâmica social, cuja face mais visível são as vilas rurais”. Fazendo com que haja a necessidade pela luta e conservação das origens locais.

Além disso, a intensidade do desmatamento pode estar associada a políticas públicas, incentivos econômicos e à demanda por novas áreas produtivas, tornando essencial o debate sobre o equilíbrio entre desenvolvimento e conservação ambiental. Por sua vez, segundo Nahum, Santos e Santos (2020, p. 2), “é o Estado que torna possível a chegada do dendezeiro, incentivando a formação de empresas, por meio de programas, projetos e políticas; enfim, criando condições normativas, financeiras e espaciais capazes de promover a dendeicultura como vetor do desenvolvimento territorial rural”.

A fomentação do estado como o principal incentivador à introdução do monocultivo do dendê por grandes empresas revela que há falhas nesse sistema, pois mantém a base produtiva e financeira apenas nas mãos dos grandes empreendedores, de forma a excluir a agricultura familiar e outros pequenos produtores, fazendo com que seja cada vez mais frequente a desistência da agricultura camponesa e a potencialização das grandes empresas devido à incompatibilidade de incentivos (Nahum; Santos; Santos, 2020).

Diante desse cenário, torna-se fundamental adotar políticas públicas e estratégias que promovam uma descentralização da produção, incentivando pequenos e médios produtores a participarem do setor. Faz-se necessário investir na melhoria da infraestrutura rural, garantindo condições adequadas para o transporte e escoamento da produção. Segundo Ferreira e Azevedo-Ramos (2020), sustentabilidade da cadeia produtiva da palma de óleo deve ser uma preocupação constante, assegurando que o crescimento do setor ocorra de maneira responsável e sem prejuízos ambientais severos. Com essas medidas, a dendeicultura poderá se consolidar como um vetor de desenvolvimento econômico equilibrado e sustentável para o estado do Pará.

Impactos socioeconômicos e ambientais

A expansão da dendeicultura tem gerado preocupações ambientais, principalmente no que tange à perda da biodiversidade, desmatamento indireto e alterações na dinâmica social das comunidades locais. Segundo Guimarães *et al.* (2025, p. 17), “as razões que motivaram os agricultores familiares a integrar-se às agroindústrias tinham em comum a busca de melhoria na qualidade de vida, conforme propugnada na política de expansão da dendeicultura”. Conforme

identificado em estudos anteriores, a conversão de terras para o cultivo do dendê muitas vezes ocorre sem a devida fiscalização, o que pode levar à degradação de ecossistemas vulneráveis.

No entanto, há alternativas para resoluções de alguns problemas causados pelas desigualdades e pelos conflitos vivenciados nas regiões onde esses empreendimentos se instalam, como as citadas por Gomes, Schmitz e Da Mota (2021, p. 315), “a percepção dos agricultores familiares sobre a integração baseia-se, sobretudo, no valor comparativo que atribuem a esta nova forma de produção em relação à antiga, referente a culturas como mandioca e pimenta-do-reino”.

A análise da literatura também aponta que, apesar da aparente sustentabilidade do cultivo em áreas já antropizadas, a fragmentação de *habitats* e a introdução de um modelo produtivo intensivo impactam a fauna e a flora locais. Ainda citado por Monteiro Neto *et al.* (2024, p. 40), “a falta de integração de conhecimento técnico e científico na elaboração dos programas e planos também solidificou o processo de expansão dos dendezaís, principalmente durante o ciclo progressista”.

Porém, o modelo econômico dominante favorece grandes empresas, dificultando a inclusão da agricultura familiar no setor. Esse fator intensifica os desafios socioeconômicos das comunidades rurais, resultando em desigualdade na distribuição dos benefícios gerados pela cadeia produtiva do dendê (Da Silva *et al.*, 2018) (Ver tabela 3).

Em estudo desenvolvido por Da Silva *et al.* (2018), moradores do Nordeste Paraense apontaram a geração de emprego e renda (72%) como a principal vantagem da dendeicultura para a dinamização da economia local.

A dendeicultura é uma das fortes responsáveis pelo crescimento econômico do estado, Entretanto, está atrelada ao agronegócio, um dos setores que mais cresce no país, sendo dominada pelos grandes empresários do ramo, o que dificulta o diálogo sobre alternativas sustentáveis, já que há uma visão voltada somente ao lucro, como observado por Kauã e Dos Reis Pereira (2021).

Tabela 3 - Impactos positivos da implantação do monocultivo de dendê no Nordeste Paraense.

Vantagens	Percentual (%)
Geração de emprego e renda	72%
Melhoria da infraestrutura	5%
Acesso à assistência técnica	3%
Fortalecimento do comércio local	1%
Outras	19%

Fonte: Da Silva *et al.* (2018).

O cultivo do dendê, por demandar mão de obra tanto na produção quanto no beneficiamento, tem contribuído significativamente para a redução do desemprego e para o aumento da renda das famílias envolvidas. A melhoria da infraestrutura (5%) sugere que, em algumas localidades, a expansão da dendecultura tem resultado em investimentos em estradas, eletrificação e saneamento básico.

A relação entre a sustentabilidade e a produção das áreas do monocultivo de dendê tem pontos relevantes que fazem com que haja um maior incentivo, dentre elas a produção de agrocombustíveis, capacidade de absorção de carbono, redução na emissão de CO² e proteção do solo de áreas degradadas, como afirmado por Tavares *et al.* (2023). Entretanto, a grande questão é sobre a execução dessas propostas, visto que, de maneira teórica, seria de grande benefício para o meio ambiente.

No entanto, o baixo percentual indica que tais benefícios ainda não são amplamente percebidos pela população, possivelmente devido à concentração dos investimentos em áreas de interesse das grandes agroindústrias. Segundo De Mendonça Costa e Ravena (2024, p. 61), “de todo modo, da forma como se apresenta, ao mesmo tempo em que o novo desenho econômico internacional beneficia a expansão de cadeias globais de valor, produção e consumo, também intensifica a violação ecossistêmica e a redução de direitos humanos em âmbitos locais”.

Devido às vastas extensões de floresta exploradas, há diversas divergências sobre o aumento da monocultura de dendê, ainda que haja muitos incentivos e benefícios, pois, alguns eventos também evidenciam muitas falhas e apenas a priorização do lucro, fazendo com que o meio ambiente pague o real preço.

Já o fortalecimento do comércio local foi apontando como vantagem, por uma parcela bem pequena da população (1%), o que evidencia que o setor ainda não tem impulsionado significativamente o desenvolvimento de pequenos negócios no Nordeste Paraense, o que pode estar relacionado à estrutura centralizada da cadeia produtiva do dendê, que direciona grande parte dos lucros para grandes empresas e exportação.

Em relação ao acesso à assistência técnica (3%), identificou-se que ainda há dificuldades no suporte oferecido aos produtores, o que pode comprometer a qualidade e a sustentabilidade da produção. A falta de capacitação pode resultar no uso inadequado de insumos, impactando tanto a produtividade quanto o meio ambiente (Da Silva *et al.*, 2018).

A categoria “outras vantagens” (19%) sugere que existem benefícios adicionais não especificados, como melhoria da qualidade de vida, aumento da arrecadação municipal e incentivos à formalização do trabalho (Da Silva *et al.*, 2018). Contudo, ainda segundo Da Silva Santos *et al.* (2021, p. 156), “faz-se necessária, portanto, uma sinergia entre as políticas agrícola e ambiental para que este desenvolvimento ocorra de maneira adequada”, a união de todos os envolvidos em busca da harmonia entre o meio e o lucro é possível, algumas alternativas como o manejo sustentável e a utilização de policulturas.

Diante dos dados analisados, torna-se evidente a necessidade de adoção de estratégias que conciliam o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, visto que Foro da Costa e Telles (2022, p.397) afirmam que “intensas transformações, que se iniciaram com a especulação para a compra de terras, tanto de fazendeiros da região, quanto de agricultores de base familiar”.

Segundo Damiani *et al.* (2020, p. 19), “ressalta-se a necessidade de adequação de abordagens interdisciplinares, ao propósito de obter uma compreensão holística dos problemas socioambientais e como estes pressionam sistemas socioecológicos”. O incentivo a policulturas e a valorização de sistemas de produção mais sustentáveis podem contribuir para reduzir os impactos negativos da monocultura do dendê.

A predominância da degradação ambiental (48%) como principal desvantagem da dendeicultura apontada pelos moradores do Nordeste Paraense indica que a conversão de áreas naturais para monocultivo tem gerado desmatamento

indireto, perda da biodiversidade e contaminação de solos e recursos hídrico (Da Silva *et al.*, 2018) (Ver tabela 4).

Tabela 4 - Impactos negativos da implantação do monocultivo de dendê no Nordeste Paraense.

Desvantagens	Percentual (%)
Degradação ambiental	48%
Condições precárias das estradas	12%
Aumento da criminalidade	8%
Monocultivo	6%
Diminuição da agricultura tradicional	8%
Venda de terras e êxodo rural	6%
Outras	16%

Fonte: Da Silva *et al.* (2018).

Segundo Ribeiro, Da Mota e Carneiro (2023, p. 289), “todos os grupos que têm relação direta com a dendeicultura indicam, como a maior desvantagem, a questão ambiental (impactos sobre os rios, igarapés, fertilidade do solo, fauna e flora)”. As dificuldades vivenciadas pelos habitantes onde há a implantação desse monocultivo não se trata apenas de questões financeiras, mas também da modificação do ambiente natural que antes era tido como uma riqueza imensurável.

Entretanto, a compactação do solo e o uso intensivo de fertilizantes e pesticidas afetam não apenas o equilíbrio ecológico, mas também a produtividade agrícola a longo prazo. Esses fatores reforçam a necessidade de adoção de práticas de manejo sustentável, reduzindo a degradação dos ecossistemas locais (Ribeiro; Da Mota; Carneiro, 2023).

A condição precária das estradas também foi apontada por 12% dos moradores como uma deficiência estrutural que impacta diretamente o escoamento da produção agrícola e a mobilidade da população. Regiões com forte presença da dendeicultura frequentemente enfrentam problemas de infraestrutura viária inadequada, dificultando o transporte de mercadorias e o acesso a serviços básicos (Da Silva *et al.*, 2018).

Além disso, na categoria “outras desvantagens” (16%) pode-se incluir aspectos como conflitos fundiários, falta de assistência técnica para pequenos produtores e dificuldades na regulação ambiental. A criminalidade (8%) e a

diminuição da agricultura tradicional (8%) refletem mudanças na dinâmica social das comunidades locais (Da Silva *et al.*, 2018). O avanço da dendeicultura tem provocado desigualdade na distribuição de terras, reduzindo as oportunidades para pequenos agricultores e aumentando tensões sociais.

Segundo Da Silva *et al.* (2018), a redução da agricultura tradicional compromete a segurança alimentar das comunidades rurais, uma vez que o cultivo do dendê não é voltado para o consumo local, mas sim para exportação e produção industrial. A concentração fundiária também é evidenciada pela venda de terras e pelo êxodo rural (6%), um processo no qual pequenos produtores, sem condições de competir com grandes empresas, acabam vendendo suas propriedades e migrando para centros urbanos em busca de melhores oportunidades (Da Silva *et al.*, 2018).

Por fim, a presença do monocultivo (6%) como uma das desvantagens destacadas reforça a necessidade de diversificação agrícola. O modelo atual concentra os benefícios econômicos nas grandes agroindústrias, dificultando a inserção de práticas sustentáveis que favoreçam a agricultura familiar e o desenvolvimento rural equilibrado (Da Silva *et al.*, 2018).

A expansão do monocultivo nas regiões e localidades do Nordeste Paraense, como afirmado por Da Conceição Silva, Sobrinha e Sombra (2024, p. 121) se dá através do “acúmulo de propriedades rurais”, no entanto, os projetos de monocultura acabam causando pressão sobre as comunidades locais, como os quilombolas, fazendo com que haja a migração devido a alguns conflitos.

Programas governamentais

As políticas públicas desempenham um papel central na expansão da dendeicultura no Brasil, especialmente no Nordeste Paraense, onde programas como o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) e o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PPSOP) foram criados para estimular o setor. O PNPB tem como foco principal a inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel, buscando promover inclusão social e desenvolvimento econômico como citado por Ribeiro *et al.* (2023).

Ribeiro *et al.* (2024, p. 8) afirmam que “a fase de expansão do cultivo na região do Nordeste Paraense é subsidiada por políticas públicas como o PNPB,

em 2004, e o PPSOP, em 2010". Tais programas trouxeram avanços significativos para estimular a produção e o uso do biodiesel, sendo grandes aliados dos pilares ambientais, sociais e econômicos do país, constituindo um meio de combater a "apropriação capitalista do território Amazônico", como afirmado por De Sousa (2020, p. 265).

No entanto, como apontam Ribeiro e Leal (2022), a forma restrita de integração dos pequenos produtores ao sistema ainda é uma barreira para uma inclusão mais equitativa e eficiente. Muitos agricultores acabam dependendo das grandes empresas para comercializar sua produção, o que pode limitar sua autonomia e margem de lucro.

Por outro lado, o PPSOP, lançado em 2010, teve impactos positivos no crescimento econômico regional. Segundo Ferreira *et al.* (2021), esse programa contribuiu para o aumento do PIB não agrícola, a ampliação do mercado de trabalho formal e o desenvolvimento de setores como serviços e indústria. Esses efeitos refletem a capacidade da dendeicultura de impulsionar a economia local, gerando empregos e fortalecendo a infraestrutura urbana.

Outro fator indicado por Da Silva Alves, Rodrigues e Resque (2024, p. 4) é que "no caso dos dendeicultores, mesmo que o preço do dendê esteja em alta nos últimos anos, estes agricultores não apresentam nenhum poder de influência na formação de preços do mesmo, já que o mesmo é uma "*commodity*" cotado de acordo com a bolsa de valores". Isso demonstra que não há competição entre a agricultura familiar e os financiadores de grandes projetos devido à disparidade econômica, obrigando ainda mais a agricultura familiar a migrar ou buscar renda do trabalho assalariado.

No entanto, tanto o PNPB quanto o PPSOP são alvos de críticas devido à falta de mecanismos mais eficazes de regulação e fiscalização ambiental. A ausência de diretrizes rigorosas pode resultar em problemas como desmatamento, degradação do solo e impactos negativos para comunidades tradicionais. Para que esses programas sejam verdadeiramente sustentáveis, é necessário um equilíbrio entre crescimento econômico e preservação ambiental, garantindo que a dendeicultura não comprometa os ecossistemas locais nem a qualidade de vida das populações envolvidas, como afirmado por Santana (2021).

Com relação à programas de crédito voltados à agricultura familiar, destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

(PRONAF), que é uma iniciativa governamental voltada para o financiamento de pequenos produtores rurais, promovendo o acesso ao crédito com condições diferenciadas, como juros reduzidos e prazos estendidos para pagamento.

No contexto da dendeicultura no Nordeste Paraense, o PRONAF desempenha um papel crucial ao viabilizar recursos para que agricultores familiares possam investir na produção de dendê, adquirindo insumos, modernizando suas técnicas agrícolas e melhorando a infraestrutura de suas propriedades. Contudo deve se observar de modo clínico o papel do programa e sua eficácia como política pública de crédito como cita Machado, Neves e Braga (2025).

Segundo De Souza (2023, p. 123), “o programa tem como principal objetivo reduzir as desigualdades sociais no campo, permitindo que pequenos produtores tenham oportunidades mais justas de competitividade no mercado”. Isso é especialmente relevante na dendeicultura, onde a concentração de terras por grandes empresas pode dificultar a inserção de agricultores familiares na cadeia produtiva. Com o acesso ao crédito facilitado, esses produtores podem aumentar sua produtividade e agregar valor ao seu cultivo, fortalecendo a economia local e reduzindo a dependência de intermediários.

No entanto, apesar dos benefícios do PRONAF, Segundo Alencar, Araujo e Justo (2025), os desafios como burocracia no acesso ao crédito, falta de assistência técnica adequada e risco de endividamento dos pequenos produtores ainda precisam ser superados para que o programa cumpra plenamente sua função na promoção de uma dendeicultura mais inclusiva e sustentável.

CONCLUSÃO

O estudo sobre os impactos ambientais do cultivo do dendê no Nordeste Paraense evidenciou a complexidade dessa atividade agrícola e suas consequências para o meio ambiente e para as comunidades locais. Se, por um lado, a dendeicultura tem um papel importante na economia da região, por outro, os desafios ecológicos e sociais associados ao seu crescimento exigem medidas urgentes para garantir uma produção mais equilibrada e justa.

A implementação de políticas mais eficazes de controle ambiental, aliada à participação ativa das comunidades afetadas no processo de tomada de decisão, é essencial para mitigar os impactos negativos. Além disso, é necessário um

maior incentivo às práticas sustentáveis, promovendo um modelo de produção que valorize tanto a conservação ambiental quanto a inclusão social.

Por fim, reforça-se a importância da fiscalização contínua e do aprimoramento das políticas de incentivo, de forma a assegurar que a expansão da dendeicultura ocorra de maneira consciente, minimizando os danos ambientais e sociais. O debate sobre a sustentabilidade do cultivo do dendê deve continuar visando a construção de soluções mais harmoniosas entre desenvolvimento econômico e preservação da Amazônia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Arlete Silva de *et al.* Potencial de pressão antrópica na região Nordeste Paraense, Brasil. **Ciência Florestal**, v. 32, n. 1, p. 1-18, 2022.

ALENCAR, Nataniele dos Santos; ARAUJO, Jair Andrade de; JUSTO, Wellington Ribeiro. Contribuição do Pronaf e do acesso à internet no valor da produção e venda da agroindústria brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 63, p. e285711, 2025.

CAMPOS, Jefferson André Ribeiro. **Indicadores de sustentabilidade da Comunidade Castanheira na Reserva Extrativista Arióca Pruanã, Oeiras do Pará, PA**. 2021. 88 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Castanhal, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ifpa.edu.br/jspui/handle/prefix/458>. Acesso em: 18 jul. 2025.

FORO DA COSTA, D. M.; TELES, E. As veias abertas pelo dendê: efeitos e implicações no Assentamento Nazaré, Acará-Pará. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 42, n. 2, p. 386–406, 2022. DOI: 10.37370/raizes.2022.v42.746. Disponível em: <https://www.raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/746>. Acesso em: 18 jul. 2025.

DA COSTA MOREIRA, Éberson; SCHMITZ, Heribert. Ações coletivas e resistências camponesas no contexto de expansão da dendeicultura no Nordeste Paraense. **Terceira Margem Amazônia**, v. 8, n. 20, p. 15-29, 2023.

DA CONCEIÇÃO SILVA, Jonas; SOBRINHO, Mario Vasconcellos; SOMBRA, Daniel. Convergências e divergências entre as políticas públicas de promoção da monocultura de palma, a política ambiental e o ordenamento territorial no nordeste do estado do Pará. **Universidade e Meio Ambiente**, v. 9, n. 2, p. 99-125, 2024.

DA MOTA, Dalva Maria *et al.* Dendê, mandioca, outras culturas: agriculturas em disputa no Nordeste Paraense. **pensamento crítico latino-americano**, p. 353.274-292, 2023.

DA MOTA, Dalva Maria *et al.* Entre o discurso e as evidências na dendeicultura: inclusão social e agricultores familiares na Amazônia Oriental. **Amazônica-Revista de Antropologia**, v. 15, n. 2, p. 305-330, 2023.

DA SILVA ALVES, Ana Beatriz; DE LIMA RODRIGUES, Mary; RESQUE, Antônio Gabriel Lima. Avaliação da sustentabilidade da dendeicultura em agroecossistemas familiares no Nordeste Paraense. **Cadernos de Agroecologia**, v. 19, n. 1, 2024.

DA SILVA, Gizele Oeiras *et al.* Percepção dos moradores do Nordeste Paraense quanto ao cultivo de dendê. SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL, 22., 2018, Belém, PA. **Anais...** Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2018. p 37-41. Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1105976.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2025.

DA SILVA PAIVA, Rafael *et al.* Alterações na cobertura e uso do solo por atividades de pastagem e dendeicultura em concórdia, estado do Pará. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 11, n. 1, p. 1-12, 2024.

DA SILVA SANTOS, Amanda Rayana; DE FARIAS, André Luís Assunção; FREITAS, Marcus Robert Ferreira. política agroambiental na Amazônia: a insustentabilidade da produção do dendê. **Revista Agroecossistemas**, v. 12, n. 2, p. 152-174, 2021.

DAMIANI, Sandra *et al.* "Ficou só Chão e Céu": Dendeicultura e Impactos Socioambientais sobre Território Tembê na Amazônia. **Ambiente & Sociedade**, v. 23, p. e00492, 2020.

DE MENDONÇA COSTA, Diego; RAVENA, Nírvia. Território e subsistência de povos tradicionais frente à expansão da cadeia global de valor do óleo de palma: os casos de Tailândia e Tomé-Açu (PA). **Novos Cadernos NAEA**, v. 27, n. 3, 2024.

DE SOUSA, Rafael Benevides. A inserção da Amazônia na contabilidade da natureza: uma leitura da dinâmica do dendê e resistência camponesa no Nordeste Paraense. **Revista Geografar**, (geografar Curitiba), v.15, n.2, p.264-284, jul. a dez./2020.

DE SOUZA, Carina Chagas Madeira; REBELLO, Fabrício Khoury; DOS SANTOS, Marcos Antônio Souza. PRONAF no estado do Pará: evolução das aplicações dos recursos entre 2000 e 2019. **Guaju**, v. 9, p. 121-148, 2023.

FERREIRA, Susane CG; AZEVEDO-RAMOS, Claudia. A sustentabilidade na cadeia produtiva de óleo de palma no Brasil: o caso da Agropalma (Paper 464). **Papers do NAEA**, v. 1, n. 1, p. 143-155, 2020.

FERREIRA, Fernanda Neves; DE SOUZA CORREA, Alan Carlos; TAVARES, Paulo Amador. Abordagem de serviços ecossistêmicos no debate sobre as injustiças socioambientais da expansão da monocultura de dendê no Nordeste Paraense. **JURIS-Revista da Faculdade de Direito**, v. 34, n. 2, p. 113-134, 2024.

FERREIRA, Susane Cristini Gomes. **O dendê na Amazônia: reflexo socioeconômico, crescimento de cidades e dinâmica espacial do desmatamento no polo de produção do Pará**. 2021. 138 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2021. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/13328>. Acesso em: 18 jul. 2025.

FILGUEIRAS, Tainara Carvalho Garcia Miranda. **O Assentamento Olho D'água I: um estudo de caso sobre o impacto da dendeicultura em áreas de assentamento na Amazônia Oriental**. 2024. 29 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Geografia e Meio Ambiente) – Campus Universitário de Ananindeua, Universidade Federal do Pará, Ananindeua, 2024. Disponível em: <https://bdm.ufpa.br/jspui/handle/prefix/7517>. Acesso em: 18 jul. 2025.

GIL, Antonio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antonio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Dérick Lima; SCHMITZ, Heribert; DA MOTA, D. M. Agricultores familiares, agroindústrias de dendê e a integração produtiva na Amazônia paraense. **Caminhos de Geografia** (Uberlândia-MG) v. 22, n. 83 out./2021 p. 301–320, 2021.

GONÇALVES¹, Juliana Belmiro. A dinâmica de expansão da palma de óleo-elaeis guineensis jacq em um território da Amazônia oriental. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 16, n. 01, p. 036-049, 2023.

GUIMARÃES, Jamilly Brito *et al.* “O dendê era um sonho”: agricultores familiares e rupturas com as agroindústrias de dendê no Pará, Amazônia. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 63, p. e288908, 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sidra: Sistema IBGE de Recuperação Automática. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca/brasil>. Acesso em: 18 de julho de 2025.

JUNIOR, Eduardo Brandão Lima *et al.* Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, p. 36-51 2021.

GUILHERME JÚNIOR, J. A.; MONTEIRO LOBATO, M.; ALVES DE MORAIS, kethelen. Territorialização da pecuária e suas consequências socioambientais no município de São Domingos do Capim, estado do Pará. **GeoTextos**, [S. l.], v. 20, n. 1, 2024. DOI: 10.9771/geo.v0i1.60781. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/60781>. Acesso em: 18 jul. 2025.

KAUÃ, Marlon; DOS REIS PEREIRA, Raimundo Miguel. Meio ambiente e sociedade: críticas e apontamentos sobre a dendeicultura e o biodiesel na Amazônia paraense. **Conexão Com Ciência**, v. 1, n. 3, 2021.

RENTE LEÃO, Andréa Simone; VIÉGAS LEÃO, Sandro Augusto; DE LIMA BANDEIRA, Felipe. Dinâmicas produtivas do dendê no estado do Pará. **Cadernos Cajuína**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. e238309, 2023. DOI: 10.52641/cadcajv8i3.106. Disponível em: <https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/106>. Acesso em: 18 jul. 2025.

MACHADO, Bruno de Souza; NEVES, Mateus de Carvalho Reis; BRAGA, Marcelo José. Produção orgânica na agricultura familiar brasileira: o impacto do Pronaf como política de (des) incentivo. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 63, p. e293071, 2025.

MONTEIRO, Kátia Fernanda Garcez. **Análise de indicadores de sustentabilidade socioambiental em diferentes sistemas produtivos com palma de óleo no Estado do Pará**. 2013. 198 f. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufra.edu.br/jspui/handle/123456789/2099>. Acesso em: 18 jul. 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. _____. **Técnicas de pesquisa**, v. 6, 1999.

MONTEIRO NETO, Albertino. **Danos socioambientais da dendeicultura na microrregião de Tomé-Açu, PA**. 2024. 109 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Federal do Pará, Museu Paraense Emílio Goeldi, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Belém, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/16705>. Acesso em: 18 jul. 2025.

NAHUM, João Santos; SANTOS, Leonardo Sousa dos; SANTOS, Cleison Bastos dos. Formação da dendeicultura na Amazônia paraense. **Mercator** (Fortaleza), v. 19, p. e19007, 2020.

NOGUEIRA, Ana Karlla Magalhães *et al.* Análise dos impactos das mudanças no regime pluviométrico sobre o mercado de lavoura permanente nas Mesorregiões Paraenses. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 15, n. 6, p. e3919-e3919, 2024.

RIBEIRO, Vinícius Souza; LEAL, José Eustáquio Canguçu. Reflexões sobre a inclusão social da agricultura familiar no âmbito do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). In: **OPEN SCIENCE RESEARCH IV**. Editora Científica Digital, 2022. p. 1107-1116.

RIBEIRO, Jaqueline Boni *et al.* PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DE BIODIESEL (PNPB) E INSERÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: PERFIL SOCIOECONÔMICO TOCANTINENSE. In: **TÓPICOS ATUAIS EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO-VOL. 2**. Editora Científica Digital, 2023. p. 54-64.

RIBEIRO, Laiane Bezerra *et al.* A contrarreforma trabalhista e os assalariados da dendeicultura no Nordeste Paraense. **Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 4, p. e3596-e3596, 2024.

RIBEIRO, Laiane Bezerra; DA MOTA, Dalva Maria. O trabalho em vilas rurais sob influência da dendeicultura no Nordeste Paraense. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 13, n. 4, p. 12-25, 2021.

RIBEIRO, Laiane Bezerra; DA MOTA, Dalva Maria; CARNEIRO, Lincoln. Avaliação do efeito de políticas públicas voltadas à dendeicultura por moradores de vilas rurais no Nordeste Paraense. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 43, n. 2, p. 274-292, 2023.

SANTANA, Gean Claudio de Souza. Os objetivos do Programa Nacional do Biodiesel: entre o planejamento e a implementação. **Ambiente & Sociedade**, v. 24, p. e00882, 2021.

SCHMITZ, Heribert; RIBEIRO, Lissandra Cordeiro; DA MOTA, Dalva Maria. Resistência cotidiana à agroindústria do dendê em uma comunidade quilombola rural na Amazônia oriental. **Amazônica-Revista de Antropologia**, v. 12, n. 2, p. 659-692, 2020.

SOUZA, Marlena Santos; DE OLIVEIRA, Rodrigo Rafael Souza. Bioeconomia uma análise a partir das trajetórias da paisagem nas áreas de implantação de culturas agrícolas perenes e os serviços ecossistêmicos na bacia hidrográfica de Igarapé-açu. **Revista GeoAmazônia**, v. 13, n. 25, p. 231-248, 2025.

VENTURIERI, A. *et al.* **Expressão do cultivo da palma de óleo no Pará (1985-2021)**. 2023. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2023. (Comunicado Técnico, 358). Disponível em: <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1056562>. Acesso em: 18 jul. 2025.

TAVARES, Paula Izadora do Egypito; MOTA, Dalva Maria da. Dendê é reflorestamento? Percepção de agricultores integrados à agroindústria do dendê na Amazônia Oriental. **Revista InterEspaço**, Grajaú, v. 9, n. 2, p. 1-25, 2023.

WIECZOREK, Carolina. **Zoneamento agroecológico do dendezeiro para as áreas desmatadas da Amazônia Legal (ZAE-Dendê): potencial para expansão do plantio de palma de óleo e possível desmatamento pelo plantio no município de Tailândia – Pará**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://bdta.abcd.usp.br/directbitstream/3447ed75-040c-435b-b6ff-3a6bb6594700/2021.CarolinaWieczorek%20TGI.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2025.

O TURISMO RELIGIOSO NA CIDADE DE BRAGANÇA-PA: ANÁLISE DO POTENCIAL SOCIOECONÔMICO

Ana Amélia Rocha da Silva

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Ana Beatriz Silva de Sousa

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Marcos Borges da Silva

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Geovanna Vasconcelos Barros

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Ana Karlla Magalhães Nogueira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Objetivo: Este estudo teve como objetivo analisar o potencial econômico do turismo religioso na cidade de Bragança, localizado na região Nordeste do estado do Pará. **Métodos:** A pesquisa utilizou uma abordagem de natureza qualitativa e quantitativa, e os dados foram obtidos por meio de um questionário com perguntas abertas e fechadas. Os questionários foram distribuídos e respondidos virtualmente, por meio da plataforma *Google Forms*, contando com a participação de 15 líderes das igrejas católicas locais, incluindo coordenadores, membros do conselho paroquial e organizadores de eventos religiosos. **Resultados:** A análise dos dados evidenciou que o turismo religioso em Bragança exerce um impacto positivo na geração de empregos, com destaque para as ocupações temporárias. Para ampliar os benefícios econômicos dessa atividade, torna-se essencial a implementação de programas de qualificação e capacitação voltados ao atendimento da demanda sazonal. **Considerações finais:** O turismo religioso possui um potencial econômico relevante em Bragança, capaz de impactar positivamente o desenvolvimento comunitário, promovendo a geração de receitas, o fortalecimento de empresas locais e a criação de postos de trabalho.

Palavras-chave: Turismo religioso; atividade econômica; festividade religiosa.

INTRODUÇÃO

O turismo religioso, ao longo dos anos, tem se destacado como uma importante vertente do setor turístico, especialmente em municípios que aliam fé, cultura, tradição e devoção (Abreu *et al.*, 2025). Esse fenômeno amplo e em contínuo desenvolvimento traz consigo impactos econômicos que tendem a beneficiar, de forma direta ou indireta, as comunidades locais envolvidas nos eventos religiosos (Sousa; Lopes, 2022).

Além disso, mesmo na ausência física do turista, os efeitos do turismo religioso tendem a contribuir para a movimentação de diversos setores da economia local, como a produção de artesanato, brindes, exposições, entre outros (Sousa; Lopes, 2022; Barbosa, 2005).

Nessa conjuntura, o turismo religioso destaca-se como uma atividade de grande relevância para o desenvolvimento local, promovendo transformações socioeconômicas nas regiões onde está presente, cujos efeitos incluem a geração de empregos e o aumento do consumo de artigos religiosos (Silva, 2023).

No Brasil, diversas cidades têm vivenciado transformações econômicas e sociais impulsionadas pela movimentação de fiéis e visitantes durante eventos (Medeiros *et al.*, 2024). Nesse contexto, o município de Bragança, localizado na região Nordeste do estado do Pará, apresenta características históricas, culturais que o qualificam como um relevante polo de turismo religioso na Amazônia (Tack *et al.*, 2020).

Além de sua relevância histórica, o município ainda preserva marcas dos séculos passados que retratam diferentes períodos e acontecimentos, os quais contribuíram para a formação de sua identidade cultural e de seu espaço urbano. Em razão disso, o centro histórico de Bragança configura-se como uma verdadeira rugosidade espacial, ao ser marcado pela presença de elementos variados como: casarões antigos, palacetes, coretos, igrejas históricas e praças (Santos, 2008; Lobato, 2015).

Diante disso, Bragança constitui um exemplo emblemático dos impactos positivos que o turismo religioso pode gerar na economia local. Reconhecida por suas celebrações religiosas, como o Círio de Bragança, a cidade recebe um grande fluxo de turistas anualmente, impulsionando os setores como hospedagem, alimentação, comércio e transporte (Alves, 2019). Segundo o mesmo autor,

esse movimento aquece a economia local, uma vez que o turismo é considerado um importante propulsor de desenvolvimento.

Conforme apontado por Oliveira e Amorim (2024), essas festividades não somente dinamizam o turismo, mas também favorecem a criação de empregos temporários e incentivam o empreendedorismo local durante o período festivo. Apesar desses benefícios, é fundamental pontuar que o turismo religioso também enfrenta diversos desafios. Entre eles, destaca-se a necessidade de um planejamento estratégico cuidadoso e a preservação do patrimônio cultural e ambiental das localidades.

Em Fagundes, no estado da Paraíba, por exemplo, a escassez de investimentos em infraestrutura evidencia como a ausência de políticas públicas adequadas pode limitar o potencial do turismo religioso (Borges *et al.*, 2021). Em contraste, ao estudo desenvolvido por Santos Júnior e Tomazzoni (2023), no município de Aparecida, no estado de São Paulo, que identificou que a integração de políticas públicas e a governança avançada são capazes de mitigar impactos negativos e maximizar os benefícios socioeconômicos do turismo religioso.

Assim, conforme Santos (2025) destaca, é imprescindível que o crescimento do turismo religioso seja acompanhado de políticas públicas eficazes, a fim de garantir a diversificação da economia. Conforme o mesmo autor, isso contribui para o aprimoramento dos benefícios, permitindo, assim, o desenvolvimento econômico local e a preservação da identidade cultural, bem como a promoção do turismo sustentável. Nesse mesmo sentido, Almeida *et al.* (2020) ressaltam que o envolvimento das comunidades locais na gestão do turismo religioso fortalece a identidade coletiva e contribui para a coesão social.

Dessa forma, compreender o potencial socioeconômico para o desenvolvimento comunitário do município de Bragança, torna-se essencial para avaliar o fortalecimento dessa atividade no contexto local. Essa abordagem permite compreender de que forma as festividades influenciam a vida da comunidade local e dos municípios vizinhos, especialmente em relação às transformações sociais e econômicas que geram emprego e renda. A partir disso, surge o seguinte problema de pesquisa: quais são os principais locais e eventos religiosos que influenciam o turismo religioso em Bragança, e como eles impactam a economia local?

Portanto, parte-se da hipótese de que o turismo religioso, ligado à identidade cultural de Bragança, tem um papel importante no fortalecimento da economia local, especialmente ao valorizar o patrimônio cultural e criar oportunidades de emprego. Nesse sentido, observa-se que os eventos religiosos atraem muitos visitantes, sejam motivados pela fé, pela curiosidade ou pelo interesse em aspectos históricos e culturais, estimulando diversos setores da economia local (Chávez *et al.*, 2020).

Diante disso, o presente estudo teve como objetivo analisar a percepção de líderes religiosos sobre os impactos socioeconômicos do turismo religioso no desenvolvimento comunitário na cidade de Bragança, Nordeste Paraense. Para alcançar esse objetivo, foram definidos os seguintes indicadores: identificar as principais festas e eventos religiosos realizados em Bragança, e analisar os impactos do turismo religioso na economia local.

REFERENCIAL TEÓRICO

As manifestações religiosas e culturais de Bragança, no nordeste do Pará, expressam não apenas a devoção católica de seu povo, mas também a complexa formação identitária construída a partir de matrizes africanas, indígenas e europeias (Lobato, 2024).

Festividades como a Marujada de São Benedito, o Círio de Nossa Senhora de Nazaré e a Festa de Nossa Senhora do Rosário transcendem o âmbito da religiosidade para se constituírem em patrimônios culturais vivos, repletos de significados históricos, sociais e simbólicos (Fernandes, 2011). Estas celebrações, enraizadas na tradição oral, na fé popular e na dinâmica das irmandades religiosas, configuram-se como espaços de resistência, pertencimento e renovação da memória coletiva (Lobato, 2016).

Marujada de São Benedito em Bragança

A Festa de São Benedito é uma manifestação religiosa e cultural que consiste no culto e devoção ao santo, que, apesar de não ser o padroeiro oficial da cidade de Bragança, é considerado como tal por parte da população, especialmente por aqueles que se identificam com o “Santo Preto”. Além disso,

trata-se de uma festividade que envolve músicas e danças, sendo a mais famosa a Marujada de São Benedito (Lobato, 2018).

Segundo Silva (1959), a origem comum da Marujada e da Irmandade do Glorioso São Benedito de Bragança remonta ao ano de 1798, quando os senhores consentiram o pedido dos escravizados para a organização de uma irmandade. Após a realização da primeira festa em louvor ao santo, os negros, em sinal de consideração, saíram dançando de casa em casa dos seus benfeitores.

No que tange ao calendário das festividades, é em dezembro que os três santos — São Benedito da Praia, São Benedito das Colônias e São Benedito dos Campos — se reúnem na cidade de Bragança, a partir do dia dezessete. Contudo, antes desse período, os santos percorrem diversas comunidades nas praias, campos e colônias do município, acompanhados pelas comitivas de “esmolação”. Essas comitivas levam rituais de reza e cânticos às famílias que acolhem os santos em suas casas.

O período das “esmolações” ocorre entre os meses de abril e dezembro, tendo como um dos objetivos arrecadar donativos variados para serem leiloados na manhã do dia 26 de dezembro (Lobato, 2018).

Ademais, no dia 26, data em que é realizada a procissão de São Benedito, as marujas participam de forma especial. Trajadas com suntuosos vestidos vermelhos e chapéus ornados com fitas coloridas, percorrem as ruas de Bragança em homenagem ao santo (Fernandes, 2011). Conforme o mesmo autor, também é comum o uso do termo “dança” para se referir à Marujada, sendo frequente ouvir expressões como “dançar a Marujada”. Essa prática representa uma forma de comemorar uma graça alcançada e homenagear São Benedito por sua intercessão entre Deus e o promesseiro.

Por fim, Carvalho (2010) destaca que o conjunto de danças que compõe a Marujada são apresentadas sequencialmente como a Roda, o Retumbão, o Chorado, a Mazurca e o Xote, e contém elementos herdados da cultura dos colonizadores europeus, assim como traços marcantes da cultura de povos de origem africana.

Círio de Nossa Senhora de Nazaré

O Círio de Nossa Senhora de Nazaré em Bragança, destaca-se como uma das mais importantes celebrações religiosas e culturais da região amazônica, consolidando-se como um símbolo de devoção mariana e identidade local (Lima, 2012).

Realizado tradicionalmente no segundo domingo de novembro, esse evento tem raízes históricas e culturais, combinando elementos da fé católica com manifestações culturais regionais. Entre eles destacam-se a música, a dança e o artesanato, que expressam a riqueza e a singularidade da tradição bragantina (Coutinho *et al.*, 2012).

Segundo Santos (2019), o Círio em Bragança reflete a expansão da devoção mariana no nordeste paraense, consolidando um processo de “ciriodificação” que integra narrativas religiosas e socioculturais em um contexto de resistência identitária frente às transformações sociais contemporâneas.

Ademais, Lima (2012) ressalta que a celebração do Círio preserva a tradição oral e as narrativas de milagres relacionadas à padroeira, fortalecendo o sentimento de pertencimento e memória coletiva entre os participantes. Essas narrativas são transmitidas de geração em geração, cristalizando a história local por meio da oralidade.

Coutinho *et al.* (2012) apontam que a festa promove a interação entre o sagrado e o profano, unindo fé religiosa e manifestações culturais, como a música e os cortejos, reafirmando o Círio como prática cultural dinâmica e inclusiva. Nesse sentido, além de ser uma expressão de religiosidade, o Círio de Nazaré em Bragança atua como um instrumento de valorização e perpetuação do patrimônio imaterial da Amazônia.

No âmbito da análise histórica, Hamoy (2017) enfatiza que a devoção à Nossa Senhora de Nazaré remonta ao período colonial, quando práticas de peregrinação e culto mariano foram introduzidas no Brasil pelos colonizadores portugueses. Em Bragança, essas práticas ganharam características próprias, refletindo as particularidades socioculturais e a influência das comunidades indígenas e afrodescendentes da região.

Assim, o Círio não é somente um evento religioso, mas também um momento de celebração da diversidade cultural e da espiritualidade coletiva que define a identidade amazônica.

Festa de Nossa Senhora do Rosário

A Festa de Nossa Senhora do Rosário é uma festividade tradicional em diversas comunidades católicas de Bragança, Pará, caracterizando-se por procissões e celebrações em homenagem à padroeira. Este evento é marcado por uma forte devoção mariana, com raízes que remontam ao período colonial, quando as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário foram instituídas como forma de organização religiosa e preservação cultural.

Segundo Silva (2012), a festa reúne elementos simbólicos e litúrgicos que reafirmam a fé cristã, sendo um importante espaço de comunhão comunitária e renovação espiritual. Ademais, Lobato (2024) ressalta que as procissões e os atos litúrgicos realizados durante a festividade são carregados de significado histórico, refletindo a continuidade das tradições católicas na região.

Além disso, Rabello e Lages (2017) destacam o papel das Irmandades na organização da festa, garantindo a transmissão intergeracional de práticas devocionais e fortalecendo os laços comunitários.

Esse evento, como enfatiza Alves (2018), é um marco de identidade religiosa e cultural, destacando-se como uma celebração que transcende as dimensões do sagrado, promovendo o fortalecimento da memória coletiva e da coesão social em Bragança. A igreja dedicada à Nossa Senhora do Rosário torna-se o centro das festividades, atraindo fiéis de diversas comunidades que se reúnem para celebrar sua fé e homenagear a padroeira.

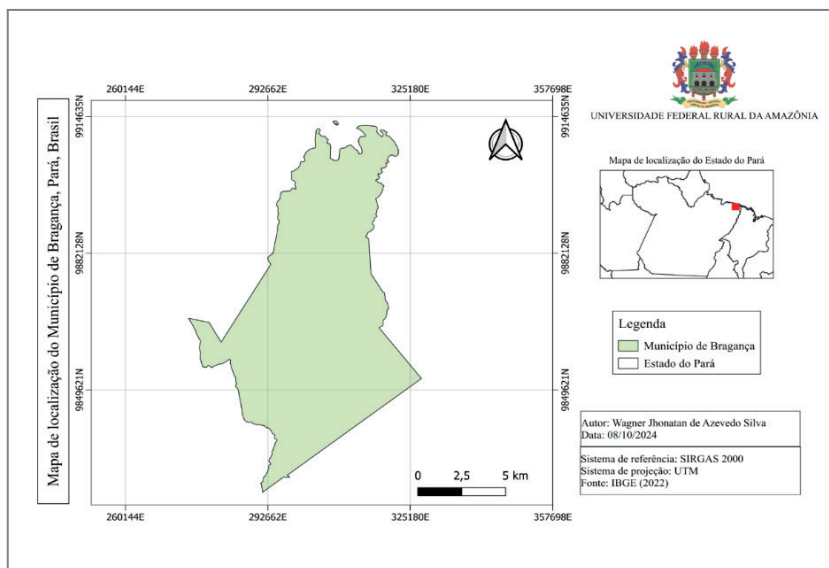
MATERIAL E MÉTODOS

Descrição da área de estudo

A pesquisa foi realizada na cidade de Bragança, situada no estado do Pará, pertencente à região Norte do Brasil (Ver Figura 1). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), o município de Bragança

possui uma área territorial de 2.124,735 km² e uma população estimada, no último censo, em 123.082 habitantes. No mesmo ano, o município registrou um salário médio mensal equivalente a 1,8 salários mínimos entre os trabalhadores com vínculo formal de emprego (IBGE, 2022).

Figura 1 - Mapa de localização do município de Bragança, Pará.



Fonte: Silva e Nogueira (2024).

Cabe destacar, ainda, que o município de Bragança é considerado um dos mais antigos do estado do Pará, tendo em seu patrimônio histórico diversos rituais religiosos, com destaque para a Marujada de São Benedito (Lobato, 2024). Segundo o mesmo autor, trata-se de um elemento que representa um legado cultural e religioso da região. Sendo essa uma das demonstrações culturais representativas que “confere à cidade de Bragança um significado particular, associado à sua identidade como patrimônio cultural” (Carvalho, 2010).

Procedimentos metodológicos

Para o desenvolvimento deste estudo, foi adotada uma abordagem quantitativa e qualitativa, visando oferecer uma compreensão mais aprofundada sobre o potencial socioeconômico do turismo religioso no município analisado.

Segundo Richardson *et al.* (2011), o método quantitativo aborda amostras mais amplas e, dessa forma, consegue fornecer dados mais exatos no que se refere ao problema a ser estudado, tornando-se mais adequado para obter informações acerca da problemática em questão.

Assim, a utilização de métodos quantitativos tende a contribuir para a análise de uma determinada realidade social, presente em um mesmo estudo ou em estudos distintos, tendo por objetivo comparar e/ou descrever características sociais, contextos ou instituições, e estabelecer relações causais (Ramos, 2013).

No que se refere aos métodos qualitativos, Oliveira *et al.* (2020) afirmam que a pesquisa desta natureza vai além da simples interpretação de dados isolados. Segundo os mesmos autores, isso ocorre porque o pesquisador não somente interpreta os dados, mas também participa ativamente da construção e análise do conhecimento gerado.

Adotou-se, ainda, uma abordagem descritiva, que se caracteriza por descrever as características de uma população ou os fatos observados em uma determinada realidade analisada. Dessa forma, cria-se mais familiaridade com o problema pesquisado, tornando-o mais acessível e proporcionando um maior desenvolvimento de ideias e considerações relativas a diversos aspectos do fato estudado (Triviños, 1987).

Conforme Perovano (2014), estudos descritivos são constituídos a partir de análise relacional das variáveis, o que possibilita especificar os efeitos gerados em determinados processos por meio de análise e identificação de dados ou características.

Para a coleta de dados, foi aplicado um questionário composto por dez perguntas abertas e fechadas, de cunho qualitativo e quantitativo. O questionário foi elaborado com o objetivo de coletar informações junto a líderes religiosos da igreja católica sobre o impacto do turismo religioso na cidade de Bragança, especialmente em relação ao seu potencial econômico e desenvolvimento comunitário.

Ademais, os questionários foram distribuídos e respondidos virtualmente pelos líderes religiosos, via *Google forms*. Cabe destacar, ainda, que a pesquisa contou com a participação de 15 líderes das igrejas católicas, sendo eles coordenadores, membros do conselho paroquial e membros da organização de eventos.

Posteriormente, as informações foram organizadas no *Excel*, sendo estruturadas na forma de tabelas e gráficos para melhor visualização dos resultados.

Os dados obtidos a partir do questionário foram analisados com base em uma abordagem descritiva, com foco na distribuição percentual, permitindo uma compreensão clara dos resultados apresentados na pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, são apresentados os resultados referentes à análise da percepção de líderes religiosos sobre o turismo religioso na cidade de Bragança, com ênfase nos aspectos socioeconômicos, incluindo a descrição do perfil dos participantes da pesquisa e a avaliação do impacto econômico gerado pelas atividades religiosas na referida cidade.

Os dados sobre liderança religiosa em Bragança destacam uma predominância do sexo feminino, com 86,7% dos cargos ocupados por mulheres, e somente 13,3% exercidos por homens (Ver tabela 1). Em comparação, o estudo de Lima e Mello (2016) sobre mulheres pastoras na Assembleia de Deus em Manaus, estado do Amazonas, também identificou a presença majoritária de mulheres em papéis de liderança religiosa, particularmente entre aquelas de meia-idade.

No entanto, ressaltam-se barreiras institucionais e culturais enfrentadas pelas mulheres para alcançar o papel de liderança, evidenciando um contraste com a liberdade relativa observada em Bragança quanto à ocupação de diferentes funções religiosas. Essas diferenças indicam variações regionais na inclusão feminina e nas estruturas organizacionais das igrejas no Brasil (Lima; Mello, 2016).

Verificou-se, ainda, a faixa etária dos participantes da pesquisa, e os dados indicaram que 40% dos líderes possuem entre 40 e 49 anos; 33,4% têm mais de 50 anos; 13,3% estão na faixa de 30 a 39 anos; e a mesma porcentagem se encontra entre 18 e 29 anos (Ver tabela 1).

Esses dados evidenciam que a maioria dos envolvidos pertence a faixas etárias mais elevadas, ressaltando o papel fundamental dos mais velhos como principais transmissores de experiências e vivências acumuladas ao longo do tempo (Boll; Oliveira, 2005). Segundo os mesmos autores, isso reforça a importância desses indivíduos como guardiões de memórias para preservar a continuidade das práticas culturais e sociais.

No que se refere aos cargos exercidos pelos participantes, constatou-se que 40% são coordenadores, 33,33% são membros do conselho e 26,67% atuam na organização de eventos (Ver tabela 1). Esses dados destacam a expressiva presença de lideranças com funções estruturais e decisórias nas atividades religiosas, reforçando a relevância da participação desses agentes na dinâmica organizacional das festividades analisadas.

Tabela 1 - Gênero, idade e cargo dos líderes das igrejas da cidade de Bragança-PA.

Gênero	Percentual (%)	Faixa Etária	Percentual (%)	Cargo	Percentual (%)
Homens	13,3%	De 18 a 29 anos	13,3%	Coordenadores	40%
Mulheres	86,7%	Entre 30 a 39 anos	13,3%	Membros do conselho	33,33%
		Entre 40 a 49 anos	40%	Organização de eventos	26,67%
		Acima de 50 anos	33,4%		
Total	100%	Total	100%	Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Com base na análise das festividades religiosas mais recorrentes na cidade de Bragança, observou-se que o Círio de Nossa Senhora de Nazaré foi apontado por 40% dos entrevistados como o evento de maior relevância, seguido pela Marujada de São Benedito com 33,33% e pela Festividade de Nossa Senhora do Rosário com a porcentagem de 20%, e somente 6,67% mencionaram a quermesse (Ver tabela 2).

Tabela 2 - Festa/evento e frequência das festividades religiosas da cidade de Bragança-PA.

Festa/ Evento	Percentual (%)	Frequência
Marujada de São Benedito	33,33%	5
Quermesse	6,67%	1
Círio de Nossa Senhora de Nazaré	40%	6
Festividade de Nossa Senhora do Rosário	20%	3
Total	100%	15

Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

A partir disso, notou-se que as festividades religiosas têm grande importância para o referido município, ao preservarem a tradição cultural por meio

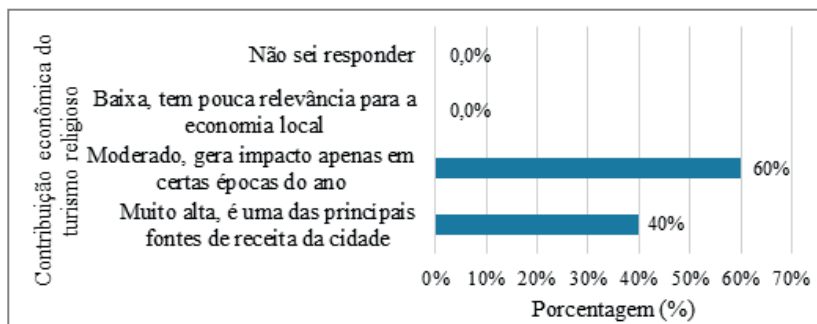
de atividades desenvolvidas por indivíduos motivados pela fé, que se unem em torno desses eventos (Abreu *et al.*, 2025). Conforme os mesmos autores, tais celebrações contribuem para a movimentação turística e para a economia local.

Com base na análise da percepção dos líderes quanto ao impacto do turismo religioso em Bragança, no estado do Pará, observou-se que essa atividade exerce um papel relevante na economia local. Os dados da pesquisa indicam que 60% dos líderes consideram a contribuição econômica do turismo religioso como moderada, destacando que seu impacto ocorre principalmente em períodos específicos do ano. Por outro lado, 40% dos respondentes avaliaram essa contribuição econômica como muito significativa, reconhecendo o turismo religioso como uma das principais fontes de receita da cidade (Ver gráfico 1).

Diante disso, observou-se que nenhum dos participantes da pesquisa avaliou a contribuição do turismo religioso como baixa ou com pouca relevância para a economia local. Ademais, todos os respondentes demonstraram conhecimento sobre o tema, não havendo registros de participantes que não souberam responder.

Esses dados indicam que o turismo religioso se configura como uma atividade econômica estratégica para Bragança, gerando receita significativa e contribuindo para a sustentabilidade de empresas e manutenção de empregos locais. No entanto, sua característica sazonal exige estratégias de diversificação e desenvolvimento de produtos turísticos capazes de atrair visitantes ao longo do ano.

Gráfico 1 - Percepção dos líderes sobre a contribuição econômica do turismo religioso para a cidade de Bragança-PA.



Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Nesse sentido, o reconhecimento do turismo religioso como uma das principais fontes de receita da cidade reforça a necessidade de investimentos em infraestrutura turística e promoção do destino. Assim, torna-se fundamental desenvolver estratégias que ampliem a oferta turística e promovam em Bragança a maximização do potencial econômico dessa atividade, a fim de alavancar a economia local.

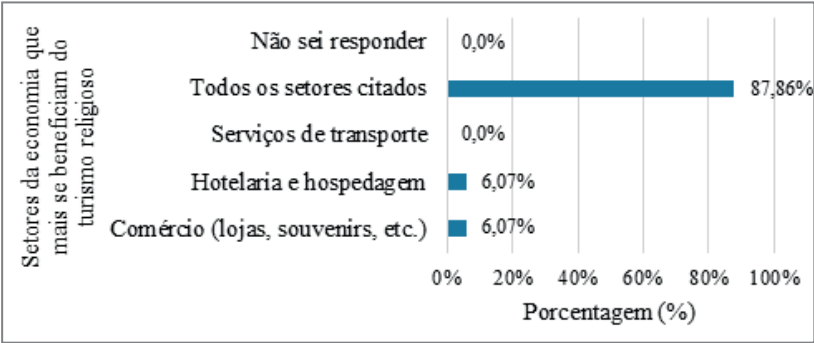
Diante disso, os dados apresentados sobre o impacto do turismo religioso em Bragança podem ser comparados com o estudo de González *et al.* (2021), que analisaram o impacto econômico e social do Camiño de Santiago, localizado na cidade de Santiago de Compostela, na Galícia, Espanha. Conforme o mesmo autor, essa rede de rotas de peregrinação contribui para a conservação e melhoria do patrimônio, promovendo um turismo sustentável, responsável e respeitoso às tradições locais.

Destaca-se, assim, o impacto positivo do turismo religioso para o desenvolvimento econômico da região e sua relevância para a preservação e valorização cultural, aspectos também observados na realidade da cidade de Bragança, no estado do Pará. Dessa forma, observa-se que tais atividades conseguem dinamizar a economia local, seja por meio da geração de empregos ou de investimentos que favoreçam a integração entre a atividade turística e os serviços locais.

No que se refere aos setores da economia que mais se beneficiam do turismo religioso em Bragança, observou-se que a maioria dos líderes religiosos, representando 87,86% dos respondentes, consideraram todos os setores elencados, nos quais se incluíram comércio, hotelaria, restaurantes e serviços de transporte, como beneficiados pela atividade (Ver gráfico 2).

Esses dados indicaram que o turismo religioso tem um efeito multiplicador na economia local, uma vez que a hotelaria e o comércio são setores-chave que se beneficiam diretamente. Além disso, os serviços de transporte e os restaurantes também são positivamente impactados, sugerindo que a economia local é impulsionada pela atividade turística religiosa, gerando demanda por produtos e serviços em diversos setores.

Gráfico 2 - Setores da economia que mais se beneficiam do turismo religioso em Bragança-PA.



Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

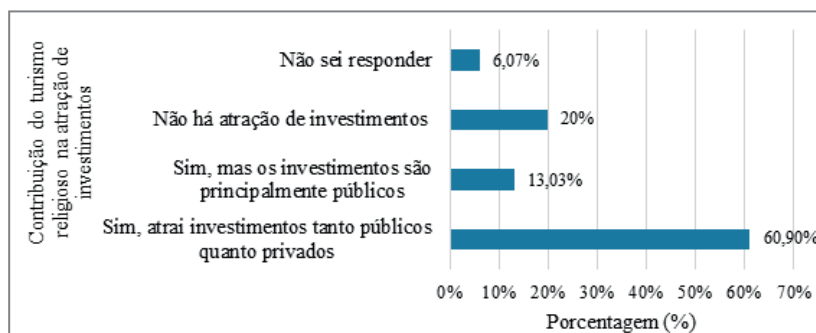
A pesquisa revelou ainda que 6,7% dos respondentes mencionam somente o comércio como beneficiário do turismo religioso, enquanto 6,7% citam apenas a hotelaria (Ver gráfico 2). Ademais, notou-se que nenhum dos participantes apontou apenas uma opção, demonstrando a relevância do turismo religioso local para diferentes setores da economia de Bragança.

Além disso, verificou-se que nenhum respondente apontou uma única opção, demonstrando a relevância do turismo religioso para diferentes setores da economia. Assim, a maioria reconhece seu impacto abrangente na economia local, trazendo benefícios tanto para os moradores quanto para os visitantes, movimentando positivamente a economia da cidade de Bragança (Dos Anjos; Andrade, 2022).

Conforme os dados analisados sobre a contribuição do turismo religioso para a atração de investimentos na cidade de Bragança, verificou-se que 60,90% dos líderes religiosos afirmaram que essa atividade atrai investimentos públicos e privados (Ver gráfico 3). Tal dado evidencia a importância do turismo religioso como catalisador do desenvolvimento econômico local.

Além disso, 13,03% dos respondentes concordaram que o turismo religioso atrai investimentos, sobretudo públicos. Por outro lado, 20% discordaram, afirmando não perceber a existência de investimentos decorrentes do turismo religioso. E por fim, 6,07% não souberam responder (Ver gráfico 3).

Gráfico 3 - Contribuição do turismo religioso na atração de investimentos em Bragança-PA.



Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

A análise dos dados revelou que o turismo religioso é um fator importante para a atração de investimentos em Bragança. Diante disso, é fundamental desenvolver políticas públicas que apoiem o setor turístico e incentivem a participação do setor privado, para complementar os investimentos públicos. Com uma abordagem integrada, é possível criar um ambiente favorável à captação de recursos e impulsionar o crescimento econômico local por meio do turismo religioso.

Além disso, analisou-se a percepção dos líderes sobre o impacto do turismo religioso na geração de emprego (Ver gráfico 4). Conforme os dados, constatou-se que, segundo os respondentes, o turismo religioso em Bragança tem um impacto significativo na geração de empregos, embora com variações sazonais. A pesquisa identificou que 53,93% dos respondentes consideraram o impacto moderado, porém limitado a épocas específicas. Isso sugere que o turismo religioso gera empregos, mas de forma concentrada em períodos de eventos religiosos.

Por outro lado, 20% dos respondentes avaliaram o impacto como alto, com a criação de muitos empregos durante eventos religiosos. Já 20% consideraram o impacto baixo, afirmando não haver grande geração de empregos. Esses dados indicaram que o turismo religioso possui um potencial relevante para gerar empregos, mas que depende de estratégias para ampliar sua atuação ao longo do ano.

Sendo assim, é fundamental investir em capacitação e treinamento para aumentar a empregabilidade, bem como criar programas de emprego temporário

que atendam à demanda sazonal das festas religiosas. Com essas medidas, é possível potencializar o impacto do turismo religioso na geração de empregos e promover o desenvolvimento sustentável da região.

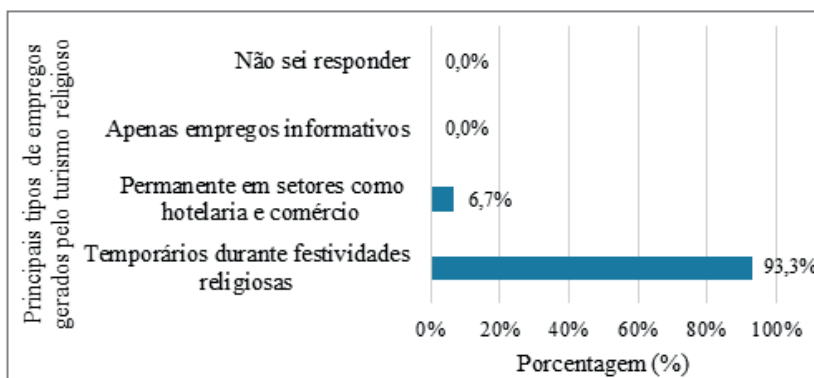
Gráfico 4 - O impacto do turismo religioso na geração de empregos em Bragança-PA.



Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Conforme os dados analisados, notou-se que o turismo religioso em Bragança, segundo a percepção dos líderes religiosos, desempenha um papel relevante na geração de empregos, embora apresente uma característica sazonal. De acordo com resultados obtidos, 93,3% dos respondentes afirmaram que os empregos gerados são temporários, concentrados durante as festividades religiosas (Ver Gráfico 5). Essa demanda sazonal por mão de obra exige uma estratégia de gestão de recursos humanos eficaz. Dessa forma, torna-se necessário o desenvolvimento de políticas públicas e iniciativas locais que promovam o fortalecimento e a ampliação dos impactos positivos do turismo ao longo de todo o ano.

Gráfico 5 - Principais tipos de empregos gerados pelo turismo religioso em Bragança-PA.



Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Por outro lado, 6,7% dos respondentes consideraram que os empregos gerados são permanentes, principalmente em setores como hotelaria e comércio. Embora essa porcentagem apresentada seja reduzida, esses setores desempenham um papel essencial no desenvolvimento do turismo religioso na região.

É importante mencionar ainda que nenhum dos participantes apontou que os empregos gerados pelo turismo religioso são somente empregos informais, e nenhum deles informou não saber responder sobre essa atividade.

A análise desses dados revela que o turismo religioso em Bragança tem um impacto positivo na geração de empregos, mas com uma ênfase em empregos temporários. Para aproveitar ao máximo esse potencial, é fundamental desenvolver programas de treinamento e capacitação para atender à demanda sazonal. Além disso, investimentos em infraestrutura turística podem aumentar a oferta de empregos permanentes.

A análise dos dados sugere que o turismo religioso em Bragança possui um grande potencial de crescimento e impacto econômico. No entanto, para atingir um equilíbrio entre empregos temporários e permanentes, é necessário investir em infraestrutura, qualificação e diversificação das atrações turísticas. Essas medidas poderão transformar o turismo religioso em um motor de desenvolvimento econômico sustentável para a região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados analisados, constatou-se que o turismo religioso em Bragança, no estado do Pará, configura-se como uma atividade econômica estratégica, desempenhando um papel relevante na geração de empregos, atração de investimentos e promoção do desenvolvimento sustentável da região.

Festividades religiosas como a Festa de São Benedito, o Círio de Nossa Senhora de Nazaré e a Festividade de Nossa Senhora do Rosário são eventos de grande importância, capazes de atrair milhares de visitantes e impulsionar significativamente a economia local.

A pesquisa demonstrou que o turismo religioso exerce um impacto de moderado a alto sobre a economia municipal, gerando desdobramentos em termos de receitas, sustentando negócios e postos de trabalho. Além disso, o setor turístico atua como catalisador na atração de investimentos públicos e privados, contribuindo para o dinamismo econômico da cidade.

Entretanto, a sazonalidade do turismo religioso em Bragança demanda a adoção de estratégias de diversificação e desenvolvimento de produtos turísticos que mantenham o fluxo de visitantes durante todo o ano. Para isso, torna-se fundamental investir em capacitação profissional e implementar programas de emprego temporário que respondam à demanda nos períodos de pico de visitação.

A análise dos dados também indicou que o turismo religioso tem impacto positivo na geração de empregos, embora com ênfase em postos de trabalho temporários. Nesse sentido, é necessário desenvolver programas de treinamento e capacitação para atender à demanda sazonal e criar programas de emprego temporário para suprir a demanda.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de fortalecer a promoção do destino turístico de Bragança, por meio da adoção de estratégias de divulgação que possam contribuir para o crescimento sustentável do turismo religioso. Assim, gerando empregos, renda e desenvolvimento econômico para a região, como forma de ampliar a visibilidade da cidade, atraindo mais visitantes e novos investimentos.

A implementação dessas recomendações pode contribuir significativamente para o crescimento sustentável do turismo religioso, promovendo a

geração de renda, emprego e desenvolvimento econômico local. Para tanto, é imprescindível que os setores público e privado trabalhem em conjunto para criar um ambiente favorável ao desenvolvimento turístico, garantindo que os benefícios do turismo religioso sejam compartilhados por toda a comunidade.

Com essas iniciativas, Bragança poderá consolidar-se como um destino turístico religioso de referência, fortalecendo sua identidade cultural e promovendo a prosperidade da região, assegurando um desenvolvimento sustentável e contínuo.

Diante disso, o estudo permite ampliar a compreensão sobre a realidade dos trabalhadores envolvidos com o turismo religioso em Bragança, no estado do Pará, evidenciando aspectos sociais, econômicos e culturais que permeiam essa atividade.

A partir dos resultados obtidos, constatou-se que a pesquisa tende a contribuir como base para futuras investigações voltadas à análise do turismo religioso em diferentes comunidades, visando compreender as dinâmicas locais, os impactos econômicos e as transformações geradas na vida da população. Contribuindo, assim, para a compreensão da importância do turismo religioso como uma forma de catalisador da economia local de uma determinada região.

REFERÊNCIAS

ABREU, E. D. *et al.* Festa de São Francisco: a importância do turismo religioso para a economia de canindé - CEARÁ. **ARACÊ**, [S. l.], v. 5, pág. 23694–23712, 2025. DOI: 10.56238/arev7n5-161. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/5025>. Acesso em: 14 jun. 2025.

ALVES, A. D. B. PA-458 (estrada Bragança-Ajuruteua): turismo e desenvolvimento de Bragança-PA. **Revista Sociais e Humanas**, [S. l.], v. 31, n. 3, 2019. DOI: 10.5902/2317175832515. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/32515>. Acesso em: 30 jun. 2025.

ALMEIDA, L. L. S. D. *et al.* Turismo religioso como fonte de desenvolvimento local: um estudo acerca da produção do espaço urbano a partir da prática turística religiosa. **Marketing & Tourism Review**, [S. l.], v. 4, n. 2, 2020. DOI: 10.29149/mtr.v4i2.5538. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/mtr/article/view/5538>. Acesso em: 23 jun. 2025.

ALVES, A. B. PA-458 (estrada Bragança-Ajuruteua): turismo e desenvolvimento de Bragança-PA. **Revista Sociais e Humanas**, [S. l.], v. 31, n. 3, p. 48-65, 2018. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://core.ac.uk/download/pdf/231144525.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2025.

BARBOSA, F. F. O turismo como um fator de desenvolvimento local e/ ou regional. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 6, n. 14, p. 107-114, 2005. DOI: 10.14393/RCG61415380. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15380>. Acesso em: 17 jun. 2025.

BORGES, I.M.S. et al. Turismo religioso na Pedra de Santo Antônio em Fagundes-PB: reflexões sobre impactos sociais e ambientais. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 12, pág. e527101220502, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i12.20502. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/20502>. Acesso em: 23 jun. 2025.

BOLL, A.; OLIVEIRA, M. P. D. A Pesquisa de Campo em Folkcomunicação - Escolhas de métodos de coleta de dados – o caso da história oral na pesquisa com as figureiras de Tabuaté. In: **CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE FOLKCOMUNICAÇÃO**. 8, 2005, Teresina. Disponível em: http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/7/73/GT1-007- Pesquisa_de_campo_-_Armando_e_Marcelo.pdf. Acesso em: 20 jun. 2025.

CHÁVEZ, E. S. et al. O Turismo Religioso como Estratégia para o Desenvolvimento Local em Lunardelli, Brasil e El Rincón, Cuba. **Geografia (Londrina)**, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 345-365, 2020. DOI: 10.5433/2447-1747.2021v30n1p345. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/41280>. Acesso em: 20 jun. 2025.

CARVALHO, G. M. de O. **A festa do “Santo Preto”**: tradição e percepção da Marujada Bragantina. 2010. 165 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) -Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal.

COUTINHO, S.C. et al. Manifestação cultural: música e fé no Círio de Nossa Senhora de Nazaré, Belém (PA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v.5, n.3, 2012,502-511, 2012. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/boitata/article/download/31537/22098>. Acesso em: 23 jun. 2025.

DOS ANJOS, M. A. D.; ANDRADE, A. F. A importância da festa de nossa senhora da abadia de Romaria-MG para a economia local e regional. **Revista GeTeC**, v. 11, n. 36, 2022. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/getec/article/view/2774>. Acesso em: 24 jun. 2025.

FERNANDES, J.G. dos S. **Pés que andam, pés que dançam**: memória, identidade e região cultural na esmolação e marujada de São Benedito em Bragança (Pa). Belém: EDUEPA, 2011.

GONZÁLEZ, R. C. L. et al. Impacto socioeconómico de los itinerarios culturales: el Camino de Santiago y otras rutas de peregrinación. **Revista Galega de Economía**, v. 3, pág. 1-4, 2021. Disponível em: <https://revistas.usc.gal/index.php/rge/article/view/7938/10869>. Acesso em: 30 jun. 2025.

HAMOY, I. S. A. A. **Imagens de Nossa Senhora de Nazaré**: iconografia, devoção e conservação. 2017. Tese (Doutorado em Artes) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 30 nov. 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/LOMC-BBYJ9D>. Acesso em: 23 jun. 2025.

LIMA, Y. D. S. D. S. **Memória e narrativa oral**: duas formas de mediar reflexões sobre práticas de milagre em/de São Benedito, Bragança Pará-Século XX. **Revista Boitata**, v. 7, n. 14, p. 144-156, 2012. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/boitata/article/view/31537>. Acesso em: 30 jun. 2025.

LIMA, D. B.; MELLO, A. G. D. S. A mulher e os desafios na conquista do pastorado: um estudo de caso em uma Igreja Evangélica Assembleia de Deus na cidade de Manaus. **Coisas do Gênero: Revista de Estudos Feministas em Teologia e Religião**, v. 2, n. 1, p. 119-134, 2016. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/genero/article/view/2753>. Acesso em: 30 jun. 2025.

LOBATO, A. S. Patrimônio, turismo e produção do espaço: apontamentos sobre a Festa de São Benedito em Bragança, Pará, Brasil. **Acta Geográfica**, v. 18, nº. 48, pág. 142-161, 2024. DOI: <https://doi.org/10.18227/2177-4307.acta.v18i48.5409>. Disponível em: <https://revista.ufrb.br/actageo/article/view/5409>. Acesso em: 17 jun. 2025.

LOBATO, A. S. Patrimônio, cultura e lugar: reflexões sobre a Festa de São Benedito em Bragança-PA. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, v. 5, n. 2, 2018. Disponível em: <https://ihgp.net.br/revistaojs/index.php/revihgp/issue/view/10>. Acesso em: 20 jun. 2025.

LOBATO, A. S. Turismo, patrimônio cultural e produção do espaço: uma análise do centro histórico da cidade de Bragança-PA. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 113-135, 2015. DOI: 10.12957/geouerj.2015.13573. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/13573>. Acesso em: 30 jun. 2025.

MEDEIROS, A. A. *et al.* **Economia Regional em Movimento**. Crato (CE): Universidade Regional do Cariri (URCA), 2024. Disponível em: https://www.urca.br/proei/wp-content/uploads/sites/48/2025/01/Livro_Economia_Regional_em_Movimento.pdf. Acesso em: 14 jun. 2025.

OLIVEIRA, G. S. D. *et al.* Grupo focal: uma técnica de coleta de dados numa investigação qualitativa? **Cadernos da Fucamp**, Uberlândia, v.19, n.41, p.1-13, 2020. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2208>. Acesso em: 14 jun. 2025.

OLIVEIRA, M. A. D.; AMORIM, D. A. D. Impactos da festa de nossa senhora d'abadia na economia do Município de Romaria – MG. **Revista GeTeC**, [S. l.], v. 14, 2024. Disponível em: <https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/getec/article/view/3285>. Acesso em: 30 jun. 2025.

PEROVANO, D. G. **Manual de metodologia científica para a segurança pública e defesa social**. Curitiba: Juruá, p. 155-169, 2014. Disponível em: https://www.jurua.com.br/shop_item.asp?id=23582&srsId=AfmBOorfpmnLS4UkTFGIPutDUQVRpOp_qeArVN-9gwO9FPQmD-CktUDj. Acesso em: 30 jun. 2025.

RAMOS, M. P. Métodos quantitativos e pesquisa em ciências sociais: lógica e utilidade do uso da quantificação nas explicações dos fenômenos sociais. **Mediações: revista de ciências sociais**. Londrina, PR, v. 18, n. 1, p. 55-65, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/132102>. Acesso em: 23 jun. 2025.

RICHARDSON, P. *et al.* **Research methods and design in psychology**. SAGE, 2011.

RABELLO, K. A.; LAGES, S.R.C. Identidade cultural e religiosidade: a festa de nossa senhora do rosário de bela vista de minas. **Interações**, Belo Horizonte, v. 12, n. 22, p. 217-234, 2017. DOI: 10.5752/P1983-2478.2017v12n22p217. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/interacoes/article/view/P1983-2478.2017v12n22p217>. Acesso em: 23 jun. 2025.

SANTOS JÚNIOR, J. J. D.; TOMAZZONI, E. L. Turismo religioso e desenvolvimento socioeconômico: análise da governança turística no município de Aparecida (SP). **Caderno Virtual de Turismo**, v. 23, n. 2, p. 80-98, 2023. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/2058/0>. Acesso em: 23 jun. 2025.

SANTOS, E. A. D. C. S. D. História e Economia: A influência do Turismo Religioso em Monte Santo, Bahia. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas). Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/41565>. Acesso em: 30 jun. 2025.

SANTOS, J. P. S. D. **Devoção mariana na Amazônia oriental: a irradiação do Círio de Nossa Senhora de Nazaré e o processo de ciriodificação no nordeste do Pará**. 2019. 202 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/63264>. Acesso em: 23 jun. 2025.

SOUSA, P. M. D.; LOPES, J. R. Turismo, desenvolvimento local e as festas religiosas de Natividade, Tocantins – Brasil. **Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, [S.l.], v. 20, n. 1, p. 181-194, enero/marzo. 2022. DOI: <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2022.20.012>. Disponível em: <http://observatoriocultural.udgvirtual.udg.mx/repositorio/handle/123456789/1419> Acesso em: 14 jun. 2025.

SILVA, J. W. R. da. Desenvolvimento territorial do turismo no interior do Rio Grande do Norte. Ets Humanitas - **Revista de Ciências Humanas**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 27–43, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8278031. Disponível em: <https://esabere.com/index.php/ehumanitas/article/view/40>. Acesso em: 15 jun. 2025.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 4. reimp. São Paulo: Edusp, 2008.

SILVA, W. J. D. A.; NOGUEIRA, A. K. M. **Análise do programa nacional de alimentação escolar (PNAE) no município de Bragança-Pará**. In: Ana Karlla Magalhães Nogueira; Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior. (Org.). Desenvolvimento Regional e Socioeconomia: Experiências de Pesquisas no Nordeste Paraense. 1ªed.Guarujá- São Paulo: Editora Científica Digital, 2024, v. 1, p. 30-46.

SILVA, A. B. Contribuição ao estudo do folclore amazônico na zona bragantina. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 5, 1959.

SILVA, B. G. M. **“Nego véio é um sofrer”: uma etnografia da subalternidade e do subalterno numa irmandade do Rosário**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação, Natal, UFRN, 2012.

TACK, E. *et al.* O turismo balnear na Amazônia: realidades e perspectivas em Bragança (PA). **RITUR - Revista Iberoamericana de Turismo**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 107–129, 2020. DOI: 10.28998/10.28998/RITURritur.V10. N1. A9582pp.107-1299582. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/9582>. Acesso em: 14 jun. 2025.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DE LOJISTAS SOBRE O IMPACTO DO LIQUIDA GERAL NO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA, PARÁ

Ingrid Leticia da Silva Lima

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Evellen Juliana Mendonça Cunha

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Leliany Lima da Silva

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Ana Karlla Magalhães Nogueira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Objetivo: Este artigo teve como objetivo analisar a percepção dos lojistas sobre o impacto do Liquida Geral no desenvolvimento socioeconômico de Capanema, nos últimos anos, tanto no aspecto econômico como no social. **Métodos:** Para isso, foi realizada uma entrevista com o secretário de Indústria e Comércio Marcelo Pierre, uma vez que a secretaria contribui e participa ativamente para realização do Liquida Geral, possibilitando que o evento promova preços baixos para os consumidores de toda a região durante dois dias da campanha, contando com a participação de mais de 200 lojas ao longo de suas vinte e oito edições.

Resultados: Constatou-se que o Liquida Geral, apesar de sua importância no cenário econômico e comercial, vem enfrentando dificuldades e a perda de credibilidade nos últimos anos de realização, sendo necessário avaliar os pontos mais críticos, assim como as oportunidades de melhoria encontradas. Identificou-se, ainda, oportunidades encontradas com a realização da campanha como: a circulação de produtos, o aumento da demanda de clientes e a venda de produtos em grande quantidade. **Conclusão:** Concluiu-se que a campanha Liquida Geral vem enfrentado nos últimos anos a perda de credibilidade e interesse dos compradores e lojistas, uma vez que os dados obtidos demonstraram insatisfação com a organização do evento e demais questões pontuadas. Contudo, ao longo da pesquisa, evidenciou-se a relevância e a influência exercidas pela campanha Liquida Geral para a população capanemense, refletindo diretamente na evolução social e econômica da cidade.

Palavras-chave: Comércio varejista; desenvolvimento socioeconômico; liquidação.

INTRODUÇÃO

A atividade comercial existe desde os primórdios da sociedade, onde se desenvolveu e se modificou ao longo dos anos até se tornar uma das atividades mais desenvolvidas da contemporaneidade. A expansão da atividade comercial ocorreu desde o surgimento da prática de escambo e a troca direta de serviços e produções essenciais até a descoberta do ouro em Minas Gerais na época do Brasil Colônia, no qual ocorreram mudanças políticas, econômicas e sociais no país e, onde os portos nos litorais eram a principal porta de entrada para novos produtos, mercadorias e oportunidades (Rosa, 2014; Varotto, 2018).

O surgimento de centros de trocas de mercadorias na antiguidade e demais atividades comerciais da época contribuíram para o surgimento das primeiras cidades, onde estas passaram a ser referência para a concentração de mercadores e camponeses que comercializavam suas produções e, dessa forma, participavam ativamente do desenvolvimento do comércio (Pereira, 2013). Nesse viés, é possível ressaltar que as cidades se constituem em função do comércio, como os autores Salgueiro e Cachinho (2009) evidenciam ao abordar que “[...] o comércio faz parte da razão de ser uma cidade [...]”.

Nesse viés, o comércio varejista, setor abordado nesse estudo, pode ser compreendido, segundo Kotler (2012), por um conjunto de “atividades relativas à venda de bens e serviços diretamente ao consumidor final para uso pessoal”. Já Spohn e Allen (1977) abordam que a atividade varejista é “uma atividade comercial responsável por providenciar mercadorias e serviços desejados pelos consumidores”.

Ritcher (1954) acrescenta que o varejo é “o processo de compra de produtos em quantidade relativamente grande dos atacadistas e outros fornecedores e posterior venda em quantidades menores ao consumidor final”. Nesse sentido, as contribuições dos autores reiteram a relevância do comércio varejista para a formação e desenvolvimento das sociedades e da economia brasileira como um todo (Parente, 2014).

No que se refere ao Nordeste Paraense, uma das cidades que mais se destaca em relação às atividades de comércio é Capanema, onde sua economia, predominantemente baseada no setor de comércio, é considerada uma das cidades polo da região bragantina (Macedo; Amaral; Àvila, 2019). Entre as

atividades voltadas ao setor comercial, realizadas em Capanema, destaca-se o Liquida Geral (LG), campanha promovida principalmente pela prefeitura da cidade e pela Câmara dos Dirigentes Lojistas, visando fomentar a geração de emprego e renda, além de fortalecer a economia local.

Diante desse contexto, o presente estudo buscou dar respostas ao seguinte problema de pesquisa: quais são os impactos e contribuições da realização do Liquida Geral para o desenvolvimento social e econômico da cidade de Capanema?

O estudo é relevante, pois analisa tanto os efeitos econômicos e sociais, tendo em vista a natureza comercial do evento que promove a queima de estoques e vendas de produtos a preços reduzidos, atraindo consumidores e assim estimulando o comércio e economia local, quanto a percepção de lojistas e proprietários entendendo quais são as motivações para a realização do evento ano após ano.

Parte-se da hipótese de pesquisa que a realização do Liquida Geral contribui positivamente para o desenvolvimento da cidade, de forma que o volume de vendas na época de realização da campanha apresenta aumento significativo em relação a períodos normais, em função do aumento considerável na demanda por produtos e serviços o que impulsiona a economia local.

O trabalho teve como objetivo analisar e comparar as percepções dos lojistas sobre a realização da campanha na cidade de Capanema entre os anos de 2022 e 2023, compreendendo assim os principais impactos e contribuições em termos socioeconômicos. E como objetivos específicos buscou-se, ainda, descrever as motivações dos lojistas e proprietários em participar da campanha, analisar o nível de contribuições da liquidação para o desenvolvimento socioeconômico da cidade e, por fim, identificar quais foram os desafios e oportunidades enfrentados durante o período analisado.

REFERENCIAL TEÓRICO

Comercio varejista e desenvolvimento econômico

O comércio varejista é um componente da estrutura socioeconômica, atuando como elo entre produtores e consumidores finais (Parente,

2014). De acordo com Kotler (2012), o varejo pode ser entendido com as “atividades relacionadas à venda de bens e serviços diretamente ao consumidor final para uso pessoal”. Esse segmento facilita o acesso aos produtos, além de participar da geração de empregos, arrecadação de impostos e movimentação econômica, especialmente em cidades de médio porte, como Capanema (Ribeiro, 2017).

Desde os primórdios da industrialização, o comércio varejista acompanhou o desenvolvimento urbano e a evolução das demandas de consumo. A urbanização do século XX intensificou o papel dos centros comerciais como *hubs* econômicos, promovendo a concentração de capital e poder econômico nas áreas urbanas (Alba; Damaceno, 2010). Essa concentração facilitou o surgimento de grandes estabelecimentos varejistas, como supermercados e centros de compras, que trouxeram novas dinâmicas de consumo com maior oferta de produtos e preços competitivos (Parente, 2000).

No Brasil, o desenvolvimento do comércio varejista foi marcado pela transição de uma economia predominantemente agrícola para uma sociedade urbana e industrializada (Ferreira; Veloso, 2012). Durante o “milagre econômico” (1968–1973), o país experimentou uma rápida expansão do setor varejista, com aumento significativo do consumo de bens e serviços. Essa evolução consolidou o varejo como um dos motores do desenvolvimento econômico nacional.

Estudos realizados na cidade de Capanema, destacam o impacto de eventos comerciais como o Liquida Geral na dinamização do comércio local, atração de consumidores de outras regiões e fortalecimento da identidade econômica regional (Ribeiro, 2017). O Líquida Geral Capanema é um evento anual promovido pela Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Capanema, Pará, que visa dinamizar o comércio local por meio de promoções e descontos especiais. Nesta cidade, esses eventos promovem a circulação de capital, geram empregos temporários e estimulam a competitividade entre os lojistas.

Além disso, a presença de grandes redes varejistas em cidades médias promove investimentos em infraestrutura, como estradas e serviços públicos, fortalecendo a base econômica dessas regiões. No entanto, também se observa a necessidade de adaptação dos pequenos comerciantes às novas demandas e práticas competitivas, como *marketing* digital e diversificação de produtos (Boone; Kurtz, 1998).

Pois, segundo Kotler e Keller (2018), a fidelização do consumidor é um dos pilares para o sucesso no varejo, especialmente em mercados competitivos. Em cidades médias, como Capanema, essas estratégias são necessárias para manter a relevância do comércio local e fomentar o desenvolvimento econômico sustentável.

Dinâmicas comerciais

As dinâmicas comerciais refletem o comportamento dos agentes econômicos e das demandas urbanas, moldando a organização espacial das cidades. Segundo Christaller (1966) e Berry (1967), a distribuição de atividades comerciais contribui para a formação de centralidades e para a estruturação espacial das áreas urbanas, influenciando diretamente o ambiente ao redor, como valorização imobiliária e atração de novas atividades.

No contexto urbano, a localização de estabelecimentos varejistas é frequentemente determinada por fatores como acessibilidade, densidade populacional e comportamento dos consumidores. Estudos mostram que áreas comerciais tendem a se formar em pontos estratégicos, onde a concentração de fluxo de pessoas potencializa as oportunidades de negócio (Hotelling, 1929; Nelson, 1958). Essas aglomerações criam interdependências entre os lojistas, gerando um efeito de reforço mútuo que consolida a atratividade do local.

Além disso, a introdução de grandes equipamentos comerciais, como *shopping centers*, frequentemente altera as dinâmicas comerciais locais. Esses empreendimentos funcionam como catalisadores para novas centralidades, atraindo consumidores e promovendo o crescimento do comércio ao seu entorno. No entanto, à medida que essas áreas se densificam, podem surgir desafios como congestionamento e perda de acessibilidade, impactando negativamente a atratividade inicial (Araújo, 2005).

A evolução das dinâmicas comerciais também é influenciada por mudanças nos hábitos de consumo e avanços tecnológicos. O comércio eletrônico, por exemplo, tem transformado a relação entre consumidores e espaços físicos, exigindo adaptações dos estabelecimentos varejistas. A capacidade dos lojistas de interpretar o ambiente e ajustar suas estratégias, seja pela diversificação de

produtos ou pela adoção de novas tecnologias, é crucial para sua permanência e sucesso no mercado (Longley *et al.*, 2003).

Desenvolvimento socioeconômico em cidades de pequeno e médio porte

O desenvolvimento socioeconômico em cidades de pequeno e médio porte é influenciado por sua localização estratégica, estrutura urbana e capacidade de articulação com seu entorno regional. No caso de Capanema, essas características são particularmente evidentes. Ribeiro (2017) destaca que Capanema, como cidade de porte médio com "responsabilidade territorial", exerce centralidade econômica e social na região, promovendo a integração entre as comunidades locais e os mercados urbanos mais amplos.

A estrutura urbana tem concentração de atividades comerciais e de serviços no centro da cidade, especialmente ao longo da Avenida Barão de Capanema. Essa organização espacial, herdada do período de funcionamento da Estrada de Ferro Belém - Bragança, permitiu que a cidade consolidasse um papel de destaque no comércio regional. Mesmo com o fim da ferrovia, o advento das rodovias, como a BR-316 e a PA-124, fortaleceu ainda mais a conectividade de Capanema, ampliando sua área de influência sobre outros municípios da região (Ribeiro, 2017).

Do ponto de vista econômico, o setor de comércio e serviços é o principal motor do desenvolvimento em Capanema, contribuindo significativamente para o Produto Interno Bruto (PIB) local e regional. A cidade também é marcada pela presença de grandes redes de varejo e instituições públicas que reforçam sua atratividade como polo regional. Ribeiro (2017) aponta que, embora a agropecuária seja um setor relevante em municípios vizinhos, a economia urbana de Capanema é dominada por atividades terciárias, como comércio, serviços e educação superior. Portanto, tais cidades desempenham um papel vital na integração entre áreas urbanas maiores e comunidades locais, promovendo o desenvolvimento sustentável e melhorando a qualidade de vida de seus habitantes.

Análise SWOT aplicada ao comércio local

Neste sentido, a análise SWOT é uma ferramenta para identificar os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças em diferentes contextos, incluindo o comércio local, que pode ser aplicada em Capanema. Essa metodologia é usada para compreender as dinâmicas do ambiente interno e externo que impactam os negócios, fornecendo subsídios para decisões que promovam o desenvolvimento sustentável.

Segundo Andrade *et al.* (2009), a aplicação da análise SWOT em municípios permite identificar variáveis que influenciam diretamente o desenvolvimento econômico e social, como localização geográfica, logística e qualidade da mão de obra. Esses elementos são considerados pontos fortes, capazes de atrair investimentos e fomentar o crescimento econômico. Por outro lado, questões como infraestrutura inadequada e falta de incentivos fiscais figuram como pontos fracos que limitam o potencial de desenvolvimento (Andrade, 2009).

No contexto do comércio tradicional, como mercados urbanos, a análise SWOT revela características específicas. Brasil *et al.* (2020) destacam que a qualidade e autenticidade dos produtos são pontos fortes frequentemente associados ao comércio local, enquanto fatores como horários de funcionamento limitados e falta de modernização aparecem como fraquezas. Além disso, oportunidades incluem o uso de novas tecnologias e canais digitais para promoção e venda, enquanto ameaças envolvem o aumento da concorrência de grandes redes varejistas e a estagnação dos comerciantes em se adaptar às novas tendências.

Pesquisas realizadas por Andrade (2009), com análise SWOT em Setúbal apontaram a necessidade de modernizar as operações, desenvolver estratégias de comunicação e explorar novos canais de venda, como plataformas digitais. Isso demonstra como a análise SWOT pode orientar comerciantes e gestores locais na adaptação às mudanças do mercado e no aproveitamento de oportunidades.

Portanto, essa análise permitiu que gestores identifiquem áreas prioritárias para investimento e adaptação, promovendo não apenas a sustentabilidade econômica, mas também a competitividade e a relevância dos negócios em contextos de transformação.

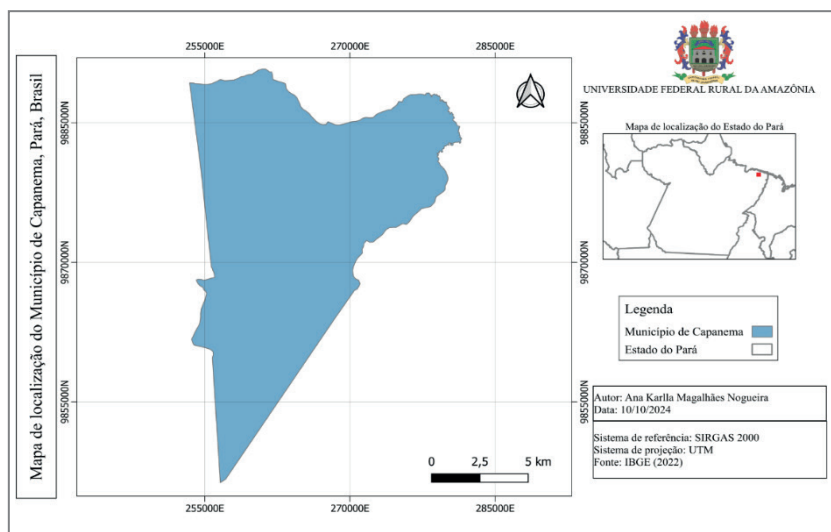
MATERIAL E MÉTODOS

Descrição da área de estudo

A pesquisa foi realizada no município de Capanema, localizado no nordeste do Estado do Pará (ver Figura 1). De acordo com os dados do Censo Demográfico do ano de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), Capanema possui cerca de 70.394 habitantes e uma área demográfica de 621.483 km².

Historicamente, o município de Capanema se desenvolveu em função de uma linha férrea que atendia as necessidades urbanas dos moradores da época, tendo como rota principal a avenida Barão de Capanema, o que contribuiu para a formação do centro comercial da cidade (Lima, 2015), e concentra a maioria do comércio e serviços na área até os dias atuais.

Figura 1 - Localização do Município de Capanema, Pará.



Fonte: Souza *et al.* (2024).

A economia do município é predominantemente baseada no setor de comércio, sendo Capanema considerada uma das cidades polo da região bragantina (Macedo; Amaral; Àvila, 2019).

Procedimentos metodológicos

De acordo com Vergara (1997), a utilização de uma metodologia adequada aumenta a eficácia para o alcance dos objetivos de pesquisa, uma vez que o uso de técnicas, qualidade bibliográfica e estudos mais aprofundados enriquecem o processo de construção do trabalho. Para o trabalho em questão, adotou-se uma abordagem quali-quantitativo, descritiva, pesquisa de campo e técnica de entrevista.

Segundo Minayo (1994), a pesquisa quali-quantitativa trabalha os dados como complemento, com isso os mesmos abrangem maior dinamismo no seu processamento de informações. Já a pesquisa descritiva tem como objetivo descrever as características ou fenômenos de determinada população, a fim de levantar opiniões ou hipóteses sobre determinado grupo (Gil, 2008). Em relação à pesquisa de campo, esta se caracteriza pela visita ao local onde as atividades a serem analisadas ocorrem, a fim de que sejam compreendidas e realizadas as análises necessárias dos dados (Tozoni, 2009).

Somado a isto, a busca dos estudos foi realizada nas seguintes fontes de informação: (a) bases de dados bibliográficas, como SciELO; (b) motores de busca acadêmicos, como *Google Scholar*. E, para a seleção dos trabalhos, utilizaram-se as seguintes palavras-chave e seus sinônimos, em português: liquidação, comércio, desenvolvimento socioeconômico, lojistas.

Para a obtenção dos dados, foi realizada uma entrevista estruturada com o Secretário de Indústria e Comércio, Turismo e Mineração de Capanema, Sr. Marcelo Pierre Rimes Acácio, com perguntas relacionadas ao comércio, ao Liquida Geral e ao desenvolvimento da cidade. Além disso, buscou-se compreender o papel da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) na realização da campanha.

Lakatos (2003) destaca que a entrevista é um procedimento de investigação social, com o objetivo de obtenção de dados a respeito de determinado assunto. A entrevista foi constituída de dez perguntas objetivas, analisando o entendimento dos organizadores acerca da realização do Liquida Geral e suas percepções sobre contribuições e desafios enfrentados.

Ademais, a pesquisa se concentrou na análise da percepção dos lojistas sobre a sua participação nas edições do Liquida Geral, com isso foi realizada a aplicação de questionários em seis lojas da cidade de Capanema. No que

se refere ao questionário, 12 perguntas eram relacionadas à percepção dos lojistas, 5 eram relacionadas ao perfil socioeconômico dos mesmos e 4 faziam referência ao perfil das lojas. O questionário foi aplicado presencialmente nas lojas participantes da pesquisa no dia 16 de novembro de 2024. E quanto ao questionário aplicado de forma *online*, as respostas foram recebidas até o dia 17 de novembro deste mesmo ano.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa realizada identificou diferentes perspectivas e percepções sobre a realização da campanha e as oportunidades encontradas, tanto dos financiadores e realizadores do Liquida Geral quanto pelos lojistas que participam diretamente do processo. Também foram investigadas questões específicas, buscando analisar o nível de concordância dos respondentes sobre a campanha e para identificar o perfil de cada loja.

Com relação à perspectiva dos idealizadores do evento, o secretário Marcelo Pierre argumentou, quando perguntado na entrevista sobre o papel do Liquida Geral no desenvolvimento da cidade, que:

A Campanha do Liquida Geral é uma experiência fantástica que inspira muitas cidades no estado do Pará, certamente a maior referência do segmento comercial na região dos Caetés. Envolve os comércios de todos os tamanhos e modalidades, fomentando a economia por meio das vendas com descontos e recuperação de dívidas ativas. E, por conseguinte, contribuindo para a consolidação de Capanema como o grande polo comercial e de serviços da região. A campanha é concebida por muitas mentes e mãos e construída durante o ano todo para ser um sucesso naqueles dias promocionais, uma experiência que conta com as casas representativas comerciais, o Poder Público e tantos outros parceiros.

Nesse viés, é importante ressaltar que o comércio, quando bem estruturado, é instrumento essencial para que haja um bom desenvolvimento social e econômico em uma sociedade (Oliveira, 2008). Assim, foi possível observar que a realização do evento é percebida como uma oportunidade de suma importância para que a cidade alcance mais visibilidade e novos patamares no contexto regional, sendo explorada através de esforços em conjunto para isso.

Ao ser considerada a cidade polo da região, Capanema possui grande potencial econômico de crescimento, com sua extensa variedade de produtos e serviços ofertados, sendo um diferencial ao atender municípios menores nas proximidades. Tais características contribuem significativamente para a movimentação e desenvolvimento da economia local, tendo em vista que o setor comercial é um dos grandes, se não o principal, responsável pela geração de empregos na cidade (Freitas; Santos, 2019).

Não obstante, assim como há inúmeras oportunidades encontradas para o fortalecimento do comércio local, também são salientadas as dificuldades e oportunidades de melhoria a se desenvolver ao longo de todo o processo de organização até a realização do Liquida Geral. Assim, ao ser questionado sobre as melhorias que podem ser feitas para impulsionar o impacto da campanha e, consequentemente, o desenvolvimento da cidade, o secretário Marcelo Pierre argumentou que:

A infraestrutura do município é o principal aspecto a ser melhorado, bem como a continuidade das obras de revitalização do centro histórico, tendo em vista que a mobilidade e rotatividade dos estacionamento, tais como a disposição de banheiros públicos, internet gratuita e outros acessos básicos, são fatores que impactam diretamente na acessibilidade dos consumidores às áreas de comércio situadas no centro da cidade e na percepção do desenvolvimento social e econômico para a cidade de Capanema.

Na teoria econômica, a qualidade da infraestrutura fornecida, assim como outros atributos pertencentes ao espaço urbano, como a densidade de serviços e o turismo, são indicadores importantes para se mensurar a capacidade que aquele meio possui de progredir e evoluir futuramente, sendo conceitos diretamente relacionados ao desenvolvimento econômico (Mazo *et al.*, 2017).

Com relação às percepções dos lojistas sobre a realização do Liquida Geral na cidade de Capanema, foram analisadas, além do perfil socioeconômico dos lojistas, situações como: estratégias de venda, divulgação, impactos positivos e negativos da campanha, desafios enfrentados e empregos gerados.

Conforme a tabela 1, a maioria dos participantes da pesquisa são mulheres (66,7%) e 33,3% foram homens, o que fornece um panorama sobre o gênero

predominante atuante no setor comercial da cidade. Além disso, identificou-se que 66,7% são solteiros e 33,3% são casados (ver tabela 1).

No que se refere ao nível de escolaridade, constatou-se que 83,3% dos lojistas concluíram o ensino médio e 16,7% possuem o ensino superior. O nível de escolaridade é um ponto a se observar, já que é possível interpretar que aqueles que não tiveram oportunidades de ensino além da educação básica acabam recorrendo ao ramo de comércio e serviços para desenvolverem uma atividade remunerada (Reis; Águas, 2014).

No que se refere à faixa etária, constatou-se que 33,3% têm entre 18 e 25 anos, 33,3% entre 26 e 35 anos, 16,7% têm de 36 a 45 anos e 16,7% têm idade superior a 46 anos (ver Tabela 1). Estes resultados demonstraram uma concentração de lojistas entre 18 e 35 anos (66,6%), sugerindo uma atuação majoritária de indivíduos jovens. Esse dado pode refletir tendências contemporâneas de inserção precoce no mercado de trabalho.

Tabela 1 - Perfil socioeconômico dos lojistas.

Gênero	%	Estado civil	%	Nível de Escolaridade	%	Faixa etária	%	Faixa de renda	%
Masculino	33,3%	Solteiro	66,7%	Ensino médio completo	83,3%	Entre 18 e 25 anos	33,3%	Entre 1 e 2 salários mínimos	100%
Feminino	66,7%	Casado	33,3%	Ensino superior completo	16,7%	26 a 35 anos	33,3%		
						36 a 45 anos	16,7%		
						Acima de 46 anos	16,7%		
Total	100%	Total	100%	Total	100%	Total	100%	Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Com relação à renda, atestou-se que 100% dos respondentes declararam receber de 1 a 2 salários-mínimos, quantia decorrente da pouca ou nenhuma qualificação em nível superior. Essa homogeneidade indica um perfil econômico de baixa renda, característico de microempreendedores que enfrentam desafios estruturais como capital de giro limitado, informalidade e dificuldades em ampliar a competitividade frente ao mercado.

Já no quadro 1, é mostrada a identificação das empresas participantes da pesquisa, situadas especificamente no ramo de calçados, e quais cargos são desempenhados pelos respondentes nos estabelecimentos.

As respostas, em maioria, relativas aos cargos do setor operacional das empresas, como operadores de caixa e balconistas, demonstram que os respondentes estão diretamente envolvidos nos processos de realização da campanha e lidam com os clientes sem muitas intermediações, além de possuir experiências relevantes acerca dos períodos selecionados para a realização do LG em relação a dias normais, tal como as percepções sobre quais impactos a campanha traz para sua linha de atuação no dia a dia enfrentado rotineiramente no setor comercial.

Quadro 1 - Dados sobre as empresas analisadas e os cargos desenvolvidos pelos entrevistados.

Empresa	Cargo em que atua
Dejô Sapatos	Operador de caixa
Via Urbana Calçados	Operador de caixa
Big Loja	Gerente de salão e comprador
Nacional Calçados	Auxiliar administrativo
Loja Lully	Proprietário
Sapataria Central	Balconista

Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Com relação aos dados apresentados na tabela 2, que trata sobre o tempo de experiência do entrevistado no cargo atual e o tempo de funcionamento da loja, foi possível notar que as percepções variam, mas são relevantes, pois expõem suas experiências ao participar da campanha promocional. Os dados da tabela indicaram que 50% dos participantes da pesquisa possuem de 3 a 5 anos de experiência, 33,3% atuam há mais de 6 anos nas lojas e 16,7% menos tempo, de 1 a 2 anos.

Avaliando o tempo de funcionamento das empresas, constatou-se que 16,7% atuam entre 1 e 2 anos, 33,3% entre 3 a 5 anos, 16,7% entre 6 a 10 anos e 33,3% já operam há mais de 10 anos na cidade. Tal característica implica diretamente nas percepções obtidas, já que as empresas com mais tempo de funcionamento testemunharam de forma mais intensa o progresso ou retrocesso da campanha ao decorrer dos anos.

Tabela 2 - Dados relacionados ao tempo de experiência dos entrevistados e o tempo de funcionamento dos estabelecimentos em Capanema.

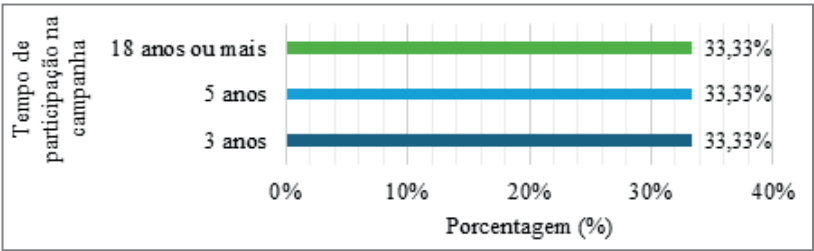
Experiência no cargo atual	Percentual (%)	Tempo de funcionamento da empresa	Percentual (%)
Entre 1 e 2 anos	16,7%	Entre 1 e 2 anos	16,7%
3 a 5 anos	50,0%	3 a 5 anos	33,3%
Acima de 6 anos	33,3%	6 a 10 anos	16,7%
		Acima de 10 anos	33,3%
Total	100%	Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

A primeira característica examinada com relação ao Líquida Geral, representada no gráfico 1, está relacionada à assiduidade das empresas analisadas ao participarem da campanha. Constatou-se que a grande maioria das lojas, correspondente a 66,7% dos respondentes, participou de 3 a 5 edições realizadas, enquanto 33,3% das empresas participaram de 18 ou mais edições. Esses dados contribuem para reafirmar a tradição da campanha na cidade de Capanema, que iniciou no ano de 1996.

Considerando, ainda, que o forte impacto causado pelo Líquida Geral nas cidades vizinhas serve como um atrativo para movimentar a economia, o que permite igualar a data ao Dia das Mães e o Natal, que são ainda mais tradicionais no município e, consequentemente, de suma importância para o fortalecimento do comércio local (Acácio, 2024).

Gráfico 1 - Dados referentes aos anos de participação da empresa na campanha Líquida Geral.

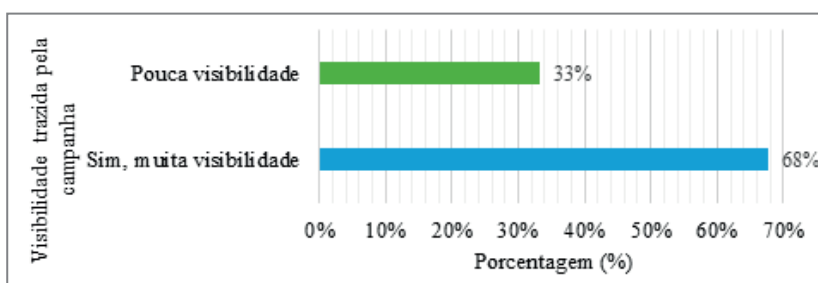


Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Quanto à visibilidade trazida pela campanha, atestou-se que os lojistas estão satisfeitos com a visibilidade considerável que o evento de liquidação traz para suas lojas, onde as respostas apontaram que 67% dos entrevistados

relataram que recebem muita visibilidade em seu empreendimento no período do LG, enquanto 33% indicaram que há pouca visibilidade (ver Gráfico 2). É importante frisar que uma boa visibilidade fortalece e cria uma imagem positiva da empresa no mercado de trabalho, contribuindo para a geração de empregos ao contratar novos funcionários para atender o aumento da demanda e impulsionando o volume de vendas na época promocional, aumentando ainda mais as expectativas dos lojistas de participarem ativamente da campanha no município de Capanema.

Gráfico 2 - Dados referentes aos pontos positivos indicados pelos lojistas ao participar do Liquida Geral.



Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

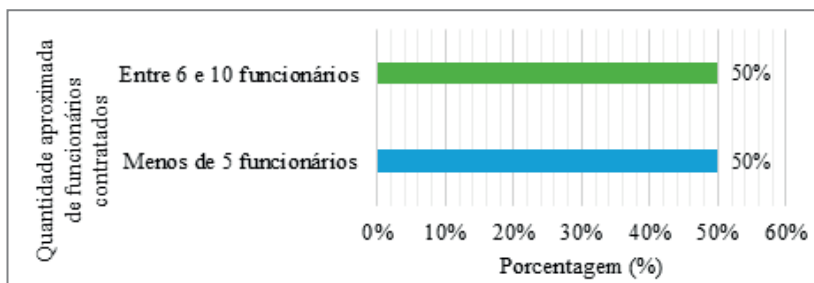
É importante pontuar que nenhum dos entrevistados afirmou que a ação não impacta na exposição do seu negócio, evidenciando assim que todos percebem o retorno econômico e a valorização da imagem das lojas frente à participação na campanha. Conforme relata Gomes (2013), as áreas centrais das cidades, enquanto espaços públicos, exercem forte influência, atraindo credibilidade, reconhecimento e visibilidade para os proprietários que possuem seus negócios localizados ao longo desse espaço urbano.

O gráfico 3 ilustra a geração de empregos durante o período de realização do evento, caracterizado por 2 (dois) dias de promoção. Os dados demonstraram que 50% dos lojistas contratam menos de 5 funcionários para fortalecer a equipe e atender ao alto fluxo de clientes e turistas, tendo em vista que a maioria das lojas encontradas no centro comercial é de pequeno a médio porte.

A outra metade dos respondentes (50%) relatou que suas lojas contratam de 6 a 10 funcionários no período da campanha, indicando a necessidade de contratação de vendedores a fim de suprir as necessidades de atendimento dos estabelecimentos. Com isso, a geração de empregos em períodos específicos é

uma estratégia do empregador para atender às demandas e aumentar o volume de vendas, a fim de gerar uma melhor satisfação do consumidor em ocasiões como o Liquida Geral.

Gráfico 3 - Dados referentes ao número de funcionários contratados no período da campanha.

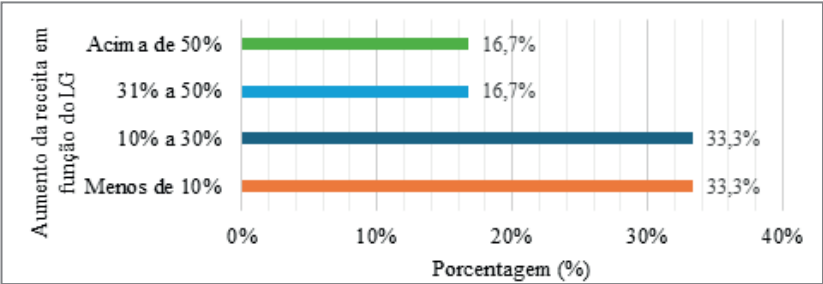


Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Durante a pesquisa, os lojistas também foram questionados sobre o aumento da receita de vendas observado durante o período de realização do evento, em comparação aos dias habituais de funcionamento, nos quais o fluxo de clientes tende a ser menor. Os resultados obtidos indicaram que 33,3% dos entrevistados relataram um aumento de receita entre 10% e 30%, enquanto 33% apontaram crescimento inferior a 10%. Outros 16,7% indicaram variação entre 31% e 50%, e 16,7% afirmaram que o aumento da receita foi superior a 50% (ver gráfico 4).

A partir desses dados, foi possível inferir que, conforme a percepção dos participantes, os dois dias destinados à campanha LG não têm gerado impacto expressivo na lucratividade das lojas. Embora haja registros de aumento de receita, esse crescimento ainda se apresenta de forma moderada e heterogênea, o que sugere a necessidade de repensar a duração e a estratégia do evento para que seus efeitos sejam potencializados.

Gráfico 4 - Dados referentes ao faturamento aproximado no período da campanha.



Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Com relação às estratégias de vendas utilizadas pelos proprietários das lojas, identificou-se que, durante a campanha, 100% dos respondentes afirmaram que disponibilizam descontos nos produtos ofertados, enquanto 50% dos lojistas afirmaram que adotam “compre um, ganhe outro”. Além disso, 50% dos entrevistados afirmaram que realizam promoções especiais e 16,7% utilizam outras estratégias (ver tabela 3).

As três estratégias adotadas pelas lojas evidenciam formas simples e eficazes de atrair consumidores, principalmente referente ao consumo e ao baixo custo. Kotler e Keller (2018) afirmam que “o consumidor escolhe entre diferentes ofertas considerando qual parece proporcionar o maior valor”, tal qual pode ser interpretado como uma combinação de qualidade, serviço e preço de acordo com as percepções individuais de cada consumidor.

Tabela 3 - Dados referentes as estratégias de vendas adotadas.

Estratégias de venda	Percentual (%)
Descontos	100%
Compre um, ganhe outro	50%
Sorteios	16,7%
Promoções especiais	50%
Outros	16,7%

Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Os dados ilustrados na tabela 4 indicam as estratégias utilizadas pelos lojistas para a divulgação durante o período de campanha. É importante ressaltar que, para que o lojista tenha acesso às ferramentas de divulgação oferecidas

pelo sindicato, é preciso que ele entre como patrocinador da campanha, financiando a própria participação no evento e se submetendo a alguns termos impostos pelo CDL.

Assim, as principais estratégias utilizadas pelos lojistas para realizar a divulgação da campanha são: adoção do uso de camisetas temáticas fornecidas aos funcionários (66,7%), decoração da loja (83,3%), uso das redes sociais (83,3%), cartazes (50%), propaganda em carro de som (50%), rádio (50%) e TV (33,3%) e outros (16,7%) (ver tabela 4). O uso de camisetas temáticas com a logo e cores da edição atual da campanha é visto como uma tradição entre os lojistas. Assim, as camisetas são confeccionadas independentemente dos recursos oferecidos pelo sindicato.

Em relação à divulgação em redes sociais, identificou-se entre os lojistas que o meio virtual impulsiona a visibilidade e o maior alcance das lojas frente à geração mais jovem e conectada. Já as propagandas em carro de som, meio oferecido aos lojistas pelo sindicato mediante taxa de patrocínio, constituem-se uma das formas mais tradicionais de divulgação, sendo amplamente utilizadas pelos lojistas para que seu estabelecimento seja reconhecido e apresentado nas ruas, em locais subjacentes ao centro comercial da cidade.

Tabela 4 - Dados referentes as estratégias de divulgação adotadas pelos lojistas.

Estratégias	Percentual (%)
Propaganda na TV	33,3%
Propaganda no Rádio	50%
Propagandas em carro de som	50%
Divulgação em redes sociais	83,3%
Cartazes	50%
Decoração da loja	83,3%
Camisetas temáticas para os funcionários	67,7%
Outros	16,7%

Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Na tabela 5 são apresentados os impactos percebidos pelos respondentes sobre o período de realização da campanha. Os dados evidenciam que, segundo a percepção de 100% dos lojistas entrevistados, o fluxo de clientes na cidade aumenta de forma significativa durante o Liquida Geral. Somado a isto, 33% dos

lojistas afirmaram que no período de campanha há um aumento no faturamento das empresas participantes. Tal aumento é atribuído à capacidade do evento de atrair consumidores provenientes dos dezenove municípios que compõem a região dos Caetés e o Nordeste do Pará, ampliando consideravelmente o movimento comercial na cidade de Capanema.

Tabela 5 - Dados referentes aos impactos percebidos durante o período da campanha.

Impactos percebidos	Percentual%
Aumento no fluxo de clientes na cidade	100%
Geração de empregos no setor comercial	50%
Aumento no faturamento das empresas participantes	33,3%
Valorização do transporte na cidade	16,7%

Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Em relação à geração de empregos no setor comercial, 50% dos respondentes afirmaram que a campanha desempenha um papel fundamental nesse quesito. Além disso, 16,7% dos respondentes julgaram que o Liquida Geral contribui para a valorização do transporte na cidade, caracterizando-se como um fator positivo. Pois, com o maior número de consumidores circulando na cidade, a locomoção aumenta, principalmente por táxis e mototáxis locais.

Com relação aos desafios enfrentados pelos comerciantes durante a participação no evento, os respondentes elencaram diversos, conforme descritos nas falas a seguir:

Devido o fluxo grande de pessoas, ficamos sempre com filas grandes no caixa.
As vendas não alcançam as metas e o orçamento é maior que o faturamento.
Deve-se ter muita atenção na venda e na hora da entrega do produto.
Os clientes perderam a expectativa sobre o evento.

Portanto, conforme a percepção dos lojistas, há muitos desafios vivenciados durante a campanha por motivos variados envolvendo as expectativas do cliente, fluxo de pessoas, metas não alcançadas e o cuidado necessário sobre a venda de produtos. Percepções estas que devem ser levadas em consideração quando se buscam oportunidades de melhoria no processo de realização da

campanha promocional, onde os pontos mencionados devem ser avaliados pelos organizadores, criando assim estratégias para serem eventualmente superados.

No quadro 2 são apresentadas as oportunidades encontradas com a realização da campanha, dentre elas: circulação de produtos, aumento da cartela de clientes, venda de produtos em grande quantidade, entre outras. Resultados como estes são de extrema relevância ao analisar o cenário atual do desempenho da campanha, tendo em vista a natureza positiva das percepções dos comerciantes, que podem contribuir para entender os pontos que necessitam ser fortalecidos para que o evento continue acontecendo.

Diante das respostas obtidas nas perguntas anteriores, são perceptíveis as oportunidades e desafios enfrentados mediante o período de campanha do Liquida Geral, os quais, se acompanhados de maneira eficaz, tendem a fortalecer o crescimento do comércio capanemense.

Quadro 2 - Dados referentes às oportunidades encontradas durante o período da campanha.

Aumentar a cartela de clientes.
Oportunidades de bater metas, vendendo produtos em grande quantidade.
Circulação de produtos.
Aumento do fluxo de clientes no comércio.
Geração de empregos, crescimento do comércio local, lucro e visibilidade.

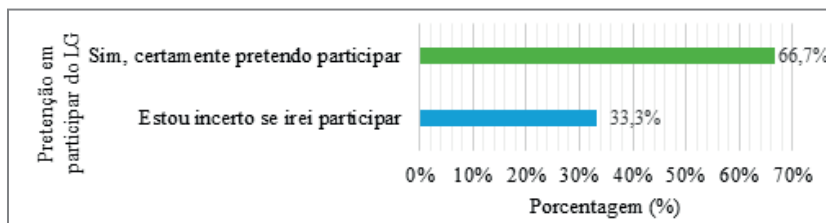
Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Conforme os dados apresentados no gráfico 5, 66,7% dos lojistas pretendem participar de edições futuras da campanha, pois veem o liquida geral como uma oportunidade de crescimento e geração de empregos, proporcionando maior visibilidade para as empresas e geração de lucro. Entretanto, 33,3% dos respondentes demonstraram estarem incertos. E, quando perguntados os motivos, uma das justificativas apresentadas pelos respondentes apontou para a insatisfação com o tipo de divulgação oferecido, realizado por veículos que não trafegam pela cidade, apenas nos arredores das lojas.

Também foi citado que a falta de trabalho em equipe e engajamento do time em uma das empresas afeta a pretensão de participar de outras edições. Ainda foi salientado que há algumas dificuldades enfrentadas quanto à taxa de participação do evento que não cobre o valor retirado do caixa, onde há um esforço dos funcionários para criar estratégias atrativas, já que apenas utilizar

o nome da campanha não é o suficiente para atrair novos consumidores e fidelizar os mesmos.

Gráfico 5 - Dados referentes a pretensão de participar de edições futuras do Liquida Geral.



Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Por fim, os respondentes foram convidados a realizar comentários referentes às críticas e sugestões propostas para o Liquida Geral. E, conforme as informações obtidas, a maioria das respostas apresentou percepções positivas referentes a participações anteriores. Quando perguntados sobre futuras participações, apenas uma loja informou insatisfação com a organização do evento, levando em consideração os meios de divulgação e a falta de inovação na campanha. Esta e outras lojas participantes sugerem que a campanha apresente inovações e o prolongamento do evento em termos de dia, conforme descrito na fala a seguir:

A realização do sorteio pelo CDL diminuiu a visibilidade das lojas e da campanha, os resultados divulgados apenas online não alcançam todo o público. Necessário melhorar os prêmios ofertados, assim como os descontos concedidos que são ilusórios para os clientes, não havendo diferença real entre os valores normais e os da campanha. O Liquida perdeu credibilidade ao longo dos anos devido à falta de compromisso com os consumidores e à implementação de novidades.

De modo geral, a campanha proporciona aprendizados e experiências no comércio, além de mostrar a importância do evento para o município de Capanema, o qual já está na sua 28ª Edição e proporciona o desenvolvimento da cidade e o fomento da economia.

CONCLUSÃO

Diante dos dados e discussões apresentados, concluiu-se que a campanha Liquida Geral vem enfrentado nos últimos anos a perda de credibilidade e interesse dos compradores e lojistas, uma vez que os dados obtidos demonstraram insatisfação com a organização do evento e demais questões pontuadas, como a falta de implementação de novidades e comprometimento com os comerciantes ao apontar que os descontos obtidos na venda de seus produtos não são repassados pelo sindicato aos participantes. Pois, para associar-se a campanha é cobrada uma espécie de taxa de participação, que na maioria dos casos não condiz com o retorno obtido no Liquida Geral.

Ao longo da pesquisa, os dados e análises obtidos evidenciam a relevância e a influência exercidas pela campanha Liquida Geral para a população capanemense, refletindo diretamente na evolução social e econômica da cidade. Diante desse cenário, é imprescindível destacar que as percepções dos lojistas, eixo central da proposta de pesquisa, bem como da população em geral, que participa direta ou indiretamente desse evento promocional já consolidado como tradição no município do Nordeste Paraense, são fundamentais para identificar e enfrentar fragilidades e limitações logísticas que impactam o planejamento e a execução da campanha.

Essas contribuições revelaram a importância de aprimorar a qualidade dos serviços ofertados, fortalecer o suporte aos lojistas e melhorar a experiência de clientes e visitantes durante o período do evento. Alinhado aos esforços da gestão municipal, torna-se essencial ampliar o incentivo e o apoio aos comerciantes e demais colaboradores envolvidos na realização da Liquida Geral, com o objetivo de fomentar a geração de empregos, estimular a circulação da renda local e incentivar o empreendedorismo. Tais ações são estratégicas para garantir a continuidade e o fortalecimento da campanha, que já se consolidou como símbolo do comércio em Capanema.

REFERÊNCIAS

- ALBA, R. S.; DAMACENO, J. Redes de supermercados e centros comerciais e sua relação com a dinâmica urbana de Chapecó. **Geoinfá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá**, v. 2, n. 1, 2010.
- ALMEIDA, M. C. S. **Pequenos negócios**: Estratégias de desenvolvimento local. São Paulo: Sebrae-SP, 2015.
- ANDRADE, J. C.; OLIVEIRA, V. M.; MOTA, H. C. M.; LOPES, E. D. M.; FONTÃO, H. (2008). **Aplicação da análise SWOT para identificar oportunidades para o desenvolvimento econômico e social**. XIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação–Universidade do Vale do Paraíba, São Paulo.
- ARAÚJO, R. R. (2005). A dinâmica de estruturação dos estoques residenciais urbanos estudo de caso: o entorno do Shopping Center Iguatemi-Porto Alegre-RS. Orientador: Rômulo Krafta. 176 f. **Dissertação (Mestrado em Arquitetura)**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.
- BERRY B. J. L. **Geography of Market Centers and Retail Distribution**. Nova Iorque, Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1967.
- BOONE, L.; KURTZ, D. **Marketing contemporâneo**. 8. ed, Rio de Janeiro; LTC, 1998.
- BRASIL, D. X.; PARDAL, P.; CORDEIRO, J. P. P.; CARVALHO, L. M. C. **A compra de produtos locais: mercados municipais versus moderna distribuição**. In: International Forum on Management, Portugal, p. 47-59, 2021. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/92787130/421857697.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2023.
- Christaller, W. **Central Places in Southern Germany**. Nova Iorque, Prentice Hall, 1966.
- DE TONI, D.; LARENTIS, F.; MATTIA, A. A.; MILAN, G. S. A imagem do comércio varejista e a satisfação dos consumidores: um estudo exploratório ambientado em uma cidade da Serra Gaúcha. **Base Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS**, v. 8, n. 1, p. 91-104, 2011.
- FERREIRA, P. C.; VELOSO, F. O desenvolvimento econômico brasileiro no pós-guerra. **Desenvolvimento Econômico numa Perspectiva Brasileira**. Campus: Rio de Janeiro, 2013.
- FREITAS, K. R. G. D., SANTOS, L. C. D. (2019). A importância da mulher empreendedora no comércio de Capanema: um estudo socioeconômico no Shopping Pérola. Capanema – Capanema - PA. Orientador: Eleci Terezinha. 64 f. **Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Administração)**, Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Capanema, 2019. Disponível em: https://aprepro.org.br/conbrepro/2019/anais/arquivos/10192019_151005_5dab4fd9da8dc.pdf. Acesso em: 02 nov. 2024.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, M. T. S. Cidades médias e a formação de novos espaços produtivos na rede urbana brasileira: algumas considerações sobre a cidade de Uberaba-MG/Brasil. **XIV Encuentro de Geógrafos de América Latina; 2013b, Lima/Peru. CD ROM**, 2013.
- HOTELLING, H. Stability in Competition. **The Economic Journal**, v. 39, n. 153, p. 41–57, Mar. 1929.
- IBGE - Instituto brasileiro de geografia e estatística. (2022). **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/capanema/panorama>. Acesso em novembro/2024.
- KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Princípios de Marketing**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de Marketing**. 15 ed. São Paulo: Person Education do Brasil, 2018.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, L. D. B. **Dos trilhos às rodas: histórias e memórias de Capanema**. Belém: Paka-Tatu, 2015.

LONGLEY, P. A.; GOODCHILD, M. F.; MAGUIRE, D. J.; RHIND, D. W. **Geographical Information Systems and Science**. 2. ed. Chichester: John Wiley & Sons, 2003.

MACEDO, A. R. F.; AMARAL, A. J. S. **Relevância social e econômica dos empreendimentos do canteiro central da Avenida Barão de Capanema – Capanema** - PA. Orientador: Eleci Terezinha. 57 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Administração), Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Capanema, 2019. Disponível em: <https://bdta.ufra.edu.br/jspui/handle/123456789/569>. Acesso em: 05 nov. 2024.

MAZO, A., OLIVEIRA, R. K. D., BIANCOLINO, C. A., TOMAZZONI, E. L. Análise bibliográfica e sistemática da literatura acadêmica sobre "cidades inteligentes", "turismo" e "competitividade". **Turismo: Visão e Ação**, v. 23, p. 148-168, 2021.

MESQUITA, J. M. C.; MARTINS, H. C. Segmento varejista: sazonalidade das vendas e resultados financeiros. **BBR-Brazilian Business Review**, v. 8, n. 3, p. 66-87, 2011.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

NAKAGAWA, M. **Ferramenta: Análise Swot (clássico)**. São Paulo: Best Bolso, 2011. Disponível em: https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/ME_Analise-Swot.PDF. Acesso em: 19 nov. 2024.

NELSON, R. L. **The Selection of Retail Locations**. New York: F. W. Dodge Corporation, 1958.

OLIVEIRA, B. C. P. UNCTAD examina relação entre comércio e desenvolvimento. **Pontes entre o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável**, v. 4, n. 1, p. 8-9, 2008.

PARENTE, J. (2014). **Varejo no Brasil** (2a. ed.). São Paulo: Atlas S.A.

PEREIRA, F. J. **A influência das grandes redes varejistas no comércio e na cidade: um estudo de caso sobre Vitória da Conquista**. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia Humana, Universidade de Barcelona, Barcelona, 2013.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomics**. 7. ed. Upper Saddle River, NJ: Pearson Prentice Hall, 2008, 736 p.

REIS, M.; ÁGUAS, M. Duração do desemprego e transições para o emprego formal, a inatividade e a informalidade. **Economia Aplicada**, v. 18, p. 35-50, 2014.

RIBEIRO, W. O. Cidade de porte médio de responsabilidade territorial: particularidade de Capanema no nordeste do Pará. **Revista GeoAmazônia**, Belém, v. 5, n. 10, p.110-137, 2017.

RICHTER, H. G. **Retailing: principles and practices**. New York: McGraw-Hill, 1954. p. 53.

ROSA, M. A. **O depósito compulsório e o mercado financeiro**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-graduação em Economia, Porto Alegre, RS, 2014. 69 f.

SALGUEIRO, T. B.; CACHINHO, H. **As relações cidade-comércio dinâmicas de evolução e modelos alternativos**. In: CARRERAS, Carles; PACHECO, Suzana Mara Miranda (org.). Cidade e comércio: a rua comercial na perspectiva internacional. Rio de Janeiro: Armazém das letras, 2009.

SOUZA, M. V. P. *et al.* **Estudo do perfil socioeconômico dos consumidores dos supermercados Mix Mateus e Líder no Município de Capanema, PARÁ**. In: Desenvolvimento Regional e Socioeconomia: experiências de pesquisas no nordeste paraense. Editora Científica Digital, 2024. p. 197-219.

SPOHN, R. F.; ALLEN, R. Y. **Retailing**. Reston, Virginia: Reston Publishing Company, 1977.

SACHS, I. **Desenvolvimento: Incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SILVA, J. F.; BARBOSA, A. O. Eventos comerciais e suas implicações no desenvolvimento regional. **Revista de Economia e Desenvolvimento Regional**, v. 12, n. 2, p. 145-162, 2018.

SISTEMA FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO SESC/SENAC. **Fecomércio PA**, 2017. Disponível em: <https://fecomercio-pa.com.br/noticia/829>. Acesso em: 19 out. 2024.

TOZONI-REIS, M. F. C. **Metodologia de pesquisa**. 2 ed. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2009.

VAROTTO, L. F. Varejo no Brasil–resgate histórico e tendências. **ReMark-Revista Brasileira de Marketing**, v. 17, n. 3, p. 429-443, 2018.

VELOSO, F. A.; VILLELA, A.; GIAMBIAGUI, F. Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1968-1973): Uma análise empírica. **Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro**, v. 62, n. 2, p. 221-246, abr-jun. 2008.

VERGARA, S. M. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

A IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA DA FARINHA DE MANDIOCA NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA, PARÁ

Ariane Ono de Vasconcelos

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Vitória Marcele Melo da Silva

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Raíssa Félix dos Santos

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Ana Karlla Magalhães Nogueira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Luiz Cláudio Moreira Melo Junior

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Objetivo: O trabalho teve como objetivo analisar a importância socioeconômica da farinha de mandioca no contexto da agricultura familiar no município de Primavera, estado do Pará, analisando o perfil socioeconômico dos feirantes, a produção e a comercialização da farinha. **Métodos:** A pesquisa utilizou um questionário semiestruturado (qualitativo e quantitativo) com agricultores familiares que comercializam farinha de mandioca na feira local. O referido questionário foi aplicado no dia 01 de novembro de 2024, sendo utilizado o *Google Forms* como ferramenta de registro das respostas. **Resultados:** A comercialização da mandioca é essencial, especialmente em um cenário de baixa escolaridade e rendimento limitado, com 40% dos feirantes ganhando até R\$ 500,00 mensais. A produção local, baseada em matéria-prima própria, fortalece a economia familiar, apesar dos desafios relacionados à informalidade e à falta de apoio técnico. A atividade desempenha, assim, um papel crucial na sustentabilidade e autonomia das famílias. A atividade, embora central para o sustento, enfrenta desafios como a informalidade e a falta de suporte técnico, o que aponta para a necessidade de políticas públicas que ofereçam apoio à formalização e ao aprimoramento da gestão dessas atividades. **Conclusão:** Assim, a farinha de mandioca não é apenas um produto de consumo, mas um elemento-chave na autonomia econômica das famílias, com impacto direto na sustentabilidade da agricultura familiar no município de Primavera.

Palavras-chave: Comercialização; feirantes; produção; agricultura familiar.

INTRODUÇÃO

A mandioca (*Manihot esculenta* Crantz), também denominada de aipim e macaxeira, é originária da América do Sul (Olsen, 2004), pertence à família *Euphorbiaceae* (Santos, 2024). O cultivo da mandioca pertence à cultura dos brasileiros desde o período em que os índios predominavam o território brasileiro, no qual pode ser denominada como “árvore de providência” pelas suas diversas formas de aproveitamento na alimentação, sendo considerada o segundo alimento mais energético (Aracaty *et al.*, 2023).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), a produção de mandioca em 2023 atingiu cerca de 18.514.317 toneladas, além de uma área colhida de 1.201.440 hectares. De acordo com o mesmo instituto, o Estado do Pará se sobressai dos demais estados brasileiros, sendo considerado o maior produtor do país.

Nessa perspectiva, observa-se que a raiz da *Manihot esculenta* Crantz é a parte mais consumida pela população, que apresenta formato cilíndrico, cônico e ramificações laterais (Normanha, 1966/1970). No entanto, as folhas também podem ser consumidas desde que sejam realizados processos de fermentação (Alves *et al.*, 2022). A mandioca se distingue como um produto relevante para a agricultura familiar no Estado do Pará, o qual apresenta de forma significativa um número de famílias do meio rural que têm como meio de subsistência a produção e o processamento da farinha, assim atuando como uma prática de baixo custo e de comercialização acessível (Santos *et al.*, 1997).

Desse modo, a mandioca é utilizada para diversos fins, podendo ser consumida de várias formas, como farinha, tapioca, tucupi, beiju, maniçoba, dentre outros. Ademais, um dos grandes derivados da mandioca é a farinha, que é considerada um dos produtos com maior índice de comercialização. Outro ponto é a qualidade da farinha, pois tornou-se um fator essencial para a sua precificação, haja vista que há formas de avaliação das suas características, como cor, textura e granulometria, onde a mesma pode sofrer flutuações ao longo dos ciclos (Álvares; De Souza; Lambertucci, 2022).

Sendo assim, é fulcral pontuar que a agricultura familiar possui um papel importante para a economia e, também, para o abastecimento de mercado interno, fonte de empregos e exportações, a fim de ampliar a contribuição do

homem no meio rural (Cruz *et al.*, 2020). A venda da farinha pode ser atribuída conforme sua demanda e encontrada em feiras livres e supermercados, uma vez que o mercado informal busca apresentar preços mais acessíveis à população (Sousa *et al.*, 2021).

No contexto da agricultura familiar, visto que a mandioca possui uma importância na região como uma das plantas cultivadas mais típicas da natureza, não havendo praticamente outra que a ela se assemelhe pelo aspecto (Albuquerque, 1969). Tal cultura é fundamental para a economia do estado do Pará e de grande importância social, uma vez que um grande contingente da população rural participa das várias etapas de produção (Fontes *et al.*, 1999), além de contribuir para atividades de baixo investimento e fácil comercialização.

Surge daí a relevância deste estudo, evidenciando a realidade de famílias agricultoras que dependem da venda da farinha como principal fonte de renda. A execução desta pesquisa visa complementar as informações sobre a farinha de mandioca, tanto na sua produção quanto na comercialização, com o intuito de proporcionar conhecimentos científicos, possibilitando maior visibilidade para a agricultura familiar. Visto que se tornou uma grande fonte de renda para pequenos agricultores, além de suprir as necessidades como alimento básico para a maior parte da população que necessita da mandiocultura (Da Silva Arruda *et al.*, 2021).

Nessa perspectiva, esta pesquisa se orienta pelo seguinte questionamento: Qual é o papel da farinha de mandioca na geração de renda e na melhoria da qualidade de vida das famílias envolvidas na agricultura familiar no município de Primavera-PA?

O trabalho objetivou analisar a importância socioeconômica da farinha de mandioca no contexto da agricultura familiar no município de Primavera, estado do Pará, analisando o perfil socioeconômico dos feirantes e a produção e comercialização da farinha.

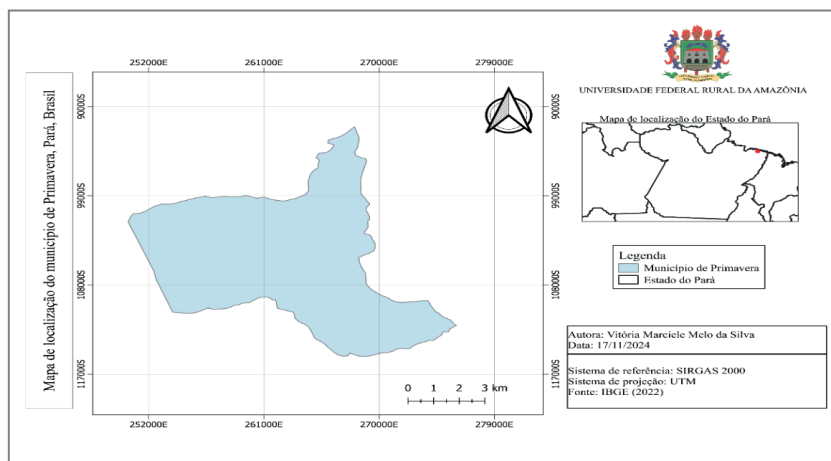
MATERIAL E MÉTODOS

Descrição da área de estudo

O município de Primavera pertence à Mesorregião Nordeste Paraense, mais especificamente à Microrregião Bragantina, possuindo uma população residente de 10.851 habitantes e as seguintes coordenadas geográficas: 00° 56' 36" de latitude Sul e 47° 07' 06" de longitude a Oeste de *Greenwich*, tendo uma área territorial de 258.600 km² (IBGE, 2022) (Ver figura 1).

Segundo a classificação de *Koppen*, o clima do município é do tipo AW (Clima tropical com inverno seco), apresentando um índice pluviométrico anual de aproximadamente 2.100 mm, sendo 90% dessa pluviosidade distribuída nos seis primeiros meses do ano, havendo entre agosto e dezembro deficiência hídrica.

Figura 1 - Mapa de localização do município de primavera-Pará.



Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

As principais atividades do município estão centradas na pecuária, na agricultura, mariscagem e na pesca. Há, também, uma considerável produção de mandioca na agricultura, uma vez que, conforme os dados do IBGE (2023), em 2023, existiam cerca de 170 ha de área plantada e uma produção de 2.040 toneladas no município de Primavera.

Procedimentos metodológicos

Para a realização da pesquisa, utilizou-se uma abordagem quantitativa e qualitativa. De acordo com Minay e Sanches (1993), a pesquisa quantitativa concentra-se em aspectos mensuráveis da realidade, buscando revelar dados, indicadores e tendências. Por outro lado, a pesquisa qualitativa explora valores, representações, hábitos e opiniões (Minayo; Sanches, 1993).

O público-alvo desta pesquisa foi agricultores familiares que comercializam a farinha de mandioca na feira de agricultores do município de Primavera, tendo a venda da mesma como a principal fonte de renda.

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário semiestruturado, composto de perguntas abertas e fechadas, caracterizando-se como um instrumento quali-quantitativo. Essa escolha permitiu a sistematização das informações coletadas com vistas à elaboração de gráficos e tabelas, que posteriormente serão analisados à luz de dados secundários. Conforme Parasuraman (1991), o questionário pode ser definido como um conjunto de questões, que tem como objetivo a geração de dados necessários para uma pesquisa.

O questionário foi aplicado no dia 01 de novembro de 2024, sendo utilizado o *Google Forms* como ferramenta de coleta e registro das respostas. Do total de 12 feirantes que participam da feira dos agricultores de Primavera, 10 responderam ao questionário, resultando em uma taxa de adesão de 83,33%. Após a coleta, os dados foram organizados em planilhas por meio do *Software Excel 2019*, etapa essencial para a elaboração de gráficos e tabelas que subsidiaram a análise das informações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Perfil socioeconômico

A análise dos dados revelou que, entre os agricultores que participam da feira livre do município de Primavera, 70% são mulheres e 30% são homens (Ver tabela 1). Segundo Garcia (1992), no Nordeste brasileiro, as feiras livres, geralmente, são predominantemente compostas por indivíduos do sexo masculino. Todavia, o cenário da feira livre do município de Primavera, no estado

do Pará, destaca a relevância e a força do trabalho feminino nesses espaços, evidenciando uma realidade distinta da apontada pelo autor.

Conforme Anacleto, Coelho e Curvelo (2016, p. 120), a “participação feminina nas ações de microempreendimentos é facilmente notada, bem como mulheres atuantes em feiras livres com diversos produtos, sejam alimentícios ou naturais, tornando um cenário de geração de renda, que antes predominava o sexo masculino”.

Nesse contexto, os novos desafios que cercam a participação feminina na economia pelo seu trabalho fazem crescer as ações destas no empreendedorismo, no entanto, algumas vezes não é vinculada a uma atividade profissional formalizada, além de frequentemente ocorrer pouca ou nenhuma orientação de gestão (Natividade, 2009).

Com relação à faixa etária dos feirantes entrevistados, todos possuem idade acima de 30 anos, abrangendo um total de 90% de pessoas que trabalham na feira do município. A distribuição está equilibrada entre três faixas etárias: 40 a 49 anos, 50 a 59 anos e acima de 59 anos, cada uma representando 30% dos participantes (ver tabela 1).

Essa predominância de adultos maduros e idosos evidencia que a maioria nasceu na década de 1970 e, neste período, uma parte da população brasileira era basicamente produtores rurais, o que culturalmente era uma forma de subsistência familiar (Viegas, 2016). Não há participação de jovens com menos de 30 anos, o que evidencia um afastamento das gerações mais jovens desse espaço de comercialização.

No que se refere ao nível de escolaridade, 80% detêm apenas o ensino fundamental incompleto e 20% possuem o ensino fundamental completo. Assim como, na feira da Vila do Juaba, localizada no município de Cametá, no estado do Pará, o nível de escolaridade dos feirantes também é baixo, uma vez que a maioria possui o ensino fundamental incompleto, com 92,9% (Silva *et al.*, 2021). Conforme Rocha *et al.* (2013), a pouca escolaridade apresentada pelos feirantes enfatiza a importância econômica dessa atividade, a qual possibilita uma alternativa mais acessível de oportunidade de renda para os feirantes com baixa ou nenhuma instrução formal.

Com relação ao número de filhos dos entrevistados, identificou-se uma predominância mais de feirantes que têm mais de 6 filhos, correspondendo

a 30% dos respondentes, seguida por grupos com dois (20%) e quatro filhos (20%). Já os que possuem três, cinco ou apenas um filho representa 10% cada. Nenhum dos participantes afirmou não ter filhos (Ver tabela 1).

Tabela 1 - Gênero, idade, escolaridade e número de filhos dos agricultores do município de Primavera-PA.

Gênero	%	Faixa Etária	%	Nível de Escolaridade	%)	Nº de filhos	(%)
Feminino	70%	Até 18 anos	0%	Ensino fundamental incompleto	80%	0	0%
Masculino	30%	18 a 29 anos	0%	Fundamental completo	20%	1	10%
		De 30 a 39 anos	10%	Ensino médio incompleto	0%	2	20%
		De 40 a 49 anos	30%	Ensino médio completo	0%	3	10%
		De 50 a 59 anos	30%	Graduação incompleta	0%	4	20%
		Acima de 59 anos	30%	Nível superior completo	0%	5 Mais de 6 filhos	10% 30%
Total	100%		100%		100%		100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Essa distribuição aponta para uma realidade em que o modelo familiar se apresenta como mais amplo, possivelmente influenciado por fatores culturais, religiosos e sociais da região. A presença significativa de famílias grandes pode também refletir a dinâmica do meio rural, onde filhos frequentemente contribuem para as atividades produtivas e comerciais, especialmente em contextos como o das feiras livres.

Em contrapartida, as pesquisas realizadas nas feiras livres da cidade de Goiânia-GO, apresentaram 36% dos feirantes com apenas dois filhos, que pode ser influenciado pela inclusão das mulheres no mercado de trabalho e ao alto custo de vida (Bittencourt; Caliari, 2021).

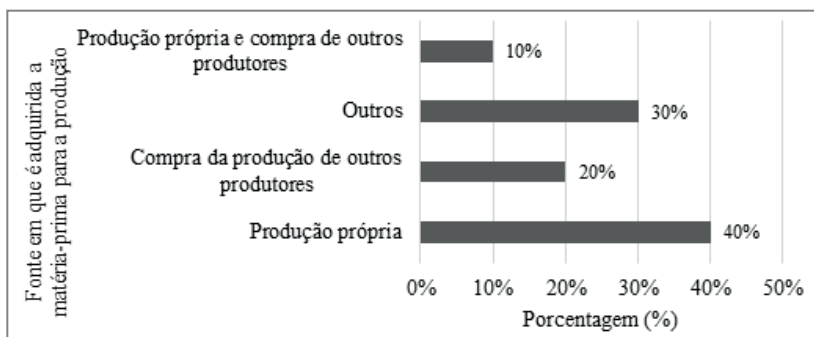
Nesse sentido, o número de filhos dos feirantes sofre variação. De acordo com Kull *et al.* (2024), em uma análise realizada na feira livre de uma microrregião da Transamazônica e Xingu, 40% dos indivíduos entrevistados possuíam quatro filhos e 25% tinham cinco filhos, podendo também ser relacionado a fatores culturais e socioeconômicos.

Produção e comercialização da farinha de mandioca

No que tange à matéria-prima para produção de farinha, 40% dos entrevistados utilizam matéria-prima produzida por eles mesmos; 20% adquirem a matéria-prima de outros produtores. Apenas 10% combinam produção própria e de outros produtores; 30% mencionaram fontes alternativas para a aquisição (Ver gráfico 1).

A gestão eficiente da cadeia de suprimentos envolve tanto a produção própria quanto a aquisição de insumos de terceiros, dependendo das necessidades e estratégias específicas de cada empreendimento (De Souza; Desconsi, 2023). Sendo assim, a distribuição entre produção própria, aquisição de terceiros e fontes alternativas enfatiza que os agricultores estão adaptando suas operações para equilibrar custo, qualidade e disponibilidade de matéria-prima. Essa diversificação pode ser uma estratégia para reduzir riscos e aumentar a resiliência.

Gráfico 1 - Aquisição de matéria-prima para produção de farinha de mandioca.



Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Com relação à importância da produção de farinha de mandioca para a vida das famílias dos feirantes, constatou-se que 70% dos entrevistados consideram a produção de farinha importante; 20% não produzem farinha; 10% consideram a produção de farinha como não importante (Ver quadro 1).

A importância atribuída à produção de determinados produtos reflete a centralidade desses itens na composição da renda e na sustentabilidade econômica dos pequenos empreendedores (Souza *et al.*, 2023). Vale ressaltar a forte dependência dessa prática para geração de renda, que reflete a realidade de muitos pequenos empreendedores rurais, que muitas vezes não têm

alternativas viáveis de mercado ou outras fontes de renda estáveis. Ao mesmo tempo, é importante observar que a percepção sobre a importância da produção não é unânime entre todos os feirantes, o que pode indicar diferentes realidades dentro da mesma comunidade ou setor.

Quadro 1 - Nível de importância da produção de farinha de mandioca para a vida das famílias.

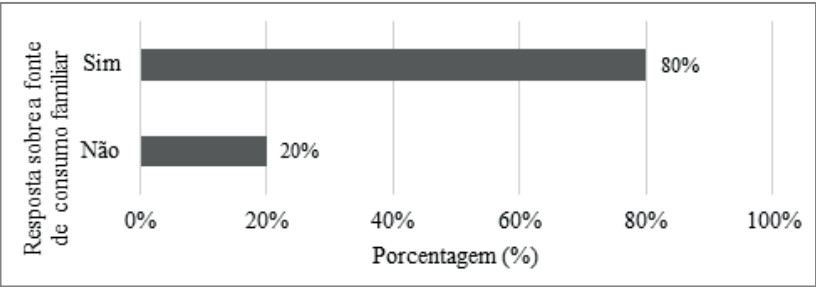
Respostas	Percentual (%)
<i>Importante</i>	70%
<i>Não produz farinha</i>	20%
<i>Não é importante</i>	10%

Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Nessa vertente, 80% dos feirantes afirmaram que utilizam da própria farinha para o consumo familiar; 20% declararam que não fazem o consumo (Ver gráfico 2).

O consumo interno de produtos agrícolas pelos próprios produtores reflete uma dinâmica de subsistência e aproveitamento, característica de muitas cadeias produtivas locais (Carmo, 2023). Esse dado ilustra o caráter de subsistência presente em muitas cadeias produtivas locais, onde os próprios produtores integram o consumo interno dos produtos agrícolas, reforçando práticas de aproveitamento sustentável.

Gráfico 2 - Fonte de consumo familiar de farinha de mandioca.



Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

A produção mensal de farinha de mandioca por diferentes vendedores se diferencia por não comercializarem ou não produzirem o produto, como

os vendedores A, C e J. O vendedor B informa uma produção mensal de 15 kg de farinha. Já o feirante E apresenta uma variação nos valores declarados, indicando a produção de 8 a 6 sacas por mês. O vendedor F, por sua vez, registra uma produção de 1,5 saca mensal, enquanto o vendedor G produz 3 sacas. O vendedor H apresenta uma produção variável entre 6 e 8 sacas por mês. Por outro lado, os vendedores D e I não quiseram fornecer informações sobre sua produção (Ver tabela 2).

Tabela 2 - Quantidade de sacas produzidas por mês.

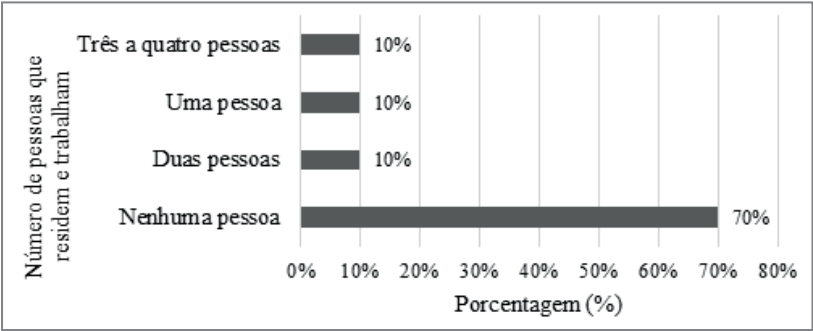
Vendedor	Quantidade produzida
Vendedor A	Não vende farinha
Vendedor B	15kg
Vendedor C	Não vende farinha
Vendedor D	8 sacas
Vendedor E	6 sacas
Vendedor F	1 saca e meia
Vendedor G	3 sacas
Vendedor H	6 a 8 sacas
Vendedor I	Não produz
Vendedor J	Não produz

Fonte: Resultados da Pesquisa (2024).

Em relação ao número de pessoas por residência envolvidas na venda de farinha, constatou-se que 70% dos feirantes entrevistados residem junto a outros membros da família, no entanto, não participam da venda da farinha de mandioca, 10% indicaram que 1 pessoa colabora na venda; 10% mencionaram 2 pessoas; 10% responderam entre 3 a 4 pessoas (Ver gráfico 3).

Soares (2023) descreve que a participação familiar no trabalho artesanal reflete as relações de cooperação e divisão de tarefas dentro das economias domésticas, especialmente em atividades agroindustriais de pequena escala.

Gráfico 3 - Número de pessoas por residência envolvidas na venda de farinha de mandioca.



Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Sendo assim, há o reflexo de outras demandas ocupacionais dos membros da família, de estratégias individuais na comercialização ou até mesmo da priorização de outras atividades produtivas dentro do núcleo familiar, o que contrasta com a ideia de ampla colaboração dentro das economias domésticas sugerida pela literatura.

No que se refere ao nível de dificuldade relacionado à comercialização de farinha no Município de Primavera, 50% dos entrevistados relataram não enfrentar problemas. Os demais se dividem igualmente entre aqueles que enfrentam dificuldades durante o processo de comercialização da farinha (25%) e aqueles que não comercializam o produto (25%) (Ver quadro 2).

Quadro 2 - Nível de dificuldade relacionado à comercialização de farinha no município de Primavera.

Respostas dos feirantes	Percentual (%)
Não enfrenta problemas	50%
Enfrentam dificuldades na comercialização	25%
Não comercializa farinha	25%

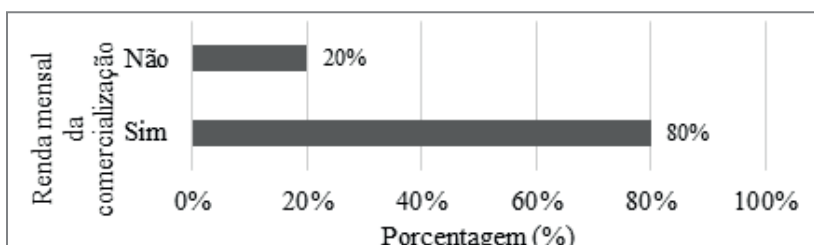
Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

No entanto, a falta de desafios percebidos por parte dos feirantes pode refletir uma subvalorização ou desconhecimento de questões estruturais que impactam a comercialização, como infraestrutura precária, flutuações nos preços ou acesso limitado a novos mercados (De Oliveira *et al.*, 2023). Por outro lado, o fato de parte dos respondentes não vender farinha pode apontar para

a diversificação de atividades econômicas ou limitações específicas em sua produção e comercialização.

Com relação à geração de renda mensal pela comercialização para custear despesa familiar, 80% afirmaram que obtêm renda mensal da comercialização e 20% dos respondentes indicaram que não obtêm renda mensal dessa atividade (ver gráfico 4).

Gráfico 4 - Participação da comercialização de farinha na geração de renda mensal.



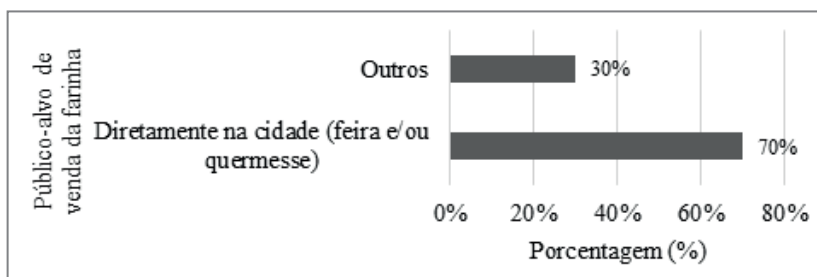
Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

A comercialização de farinha de mandioca desempenha um papel essencial na geração de renda familiar, sendo muitas vezes a principal fonte de sustento para pequenas comunidades rurais (Carvalho; De Oliveira, 2024). Sendo assim, para a maioria, a comercialização da farinha representa um pilar econômico fundamental, especialmente em comunidades rurais, onde as oportunidades de emprego formal ou alternativas de geração de renda podem ser limitadas. Essa dependência ressalta a importância da mandioca como um produto agrícola estratégico na região, não apenas pelo seu valor comercial, mas também pelo papel cultural que desempenha na sustentação das famílias.

Com relação à distribuição do público-alvo das vendas de farinha no município de Primavera, constatou-se que 70% estão diretamente na cidade (feira e/ou quermesse) e 30% são outros públicos (Ver gráfico 5).

A proximidade entre produtores e consumidores locais favorece a comercialização direta, especialmente em espaços tradicionais como feiras e eventos comunitários, fortalecendo as economias locais (Da Silva, 2023). Esses espaços representam um canal essencial para pequenos produtores, que encontram na venda direta uma alternativa para minimizar os custos de intermediação e maximizar a rentabilidade.

Gráfico 5 - Distribuição do público-alvo de venda de farinha por local de comercialização.

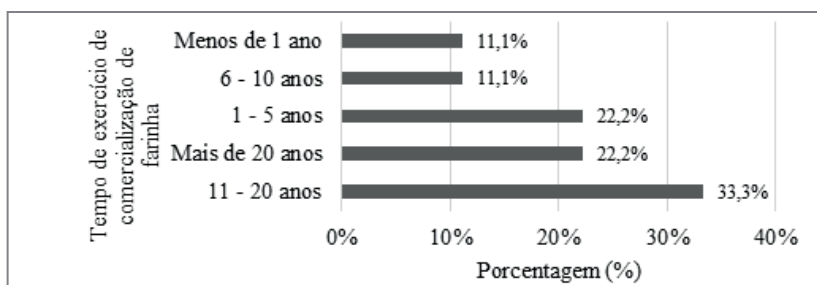


Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Nessa perspectiva, todos os feirantes entrevistados possuem um ponto de venda de farinha. Porém, no que se refere ao tempo de exercício na comercialização de farinha, 11,1% têm menos de 1 ano, 11,10% têm de 6 a 10 anos, 22,2% têm de 1 a 5 anos, 22,2% têm mais de 20 anos e 33,3% têm de 11 a 20 anos (Ver gráfico 6).

A experiência acumulada na comercialização de produtos agrícolas é um indicador-chave de adaptação às dinâmicas de mercado e resiliência econômica dos pequenos comerciantes (Silva *et al.*, 2024). A presença dos feirantes com décadas de atuação, somando mais de 55% com experiência acima de 10 anos, destacou o papel do conhecimento acumulado como um fator essencial para a resiliência econômica e a capacidade de adaptação às dinâmicas do mercado local. Esses comerciantes mais antigos tendem a compreender melhor os padrões de consumo e as sazonalidades, consolidando-se como atores estratégicos no mercado de farinha.

Gráfico 6 - Distribuição percentual do tempo de exercício na comercialização de farinha.



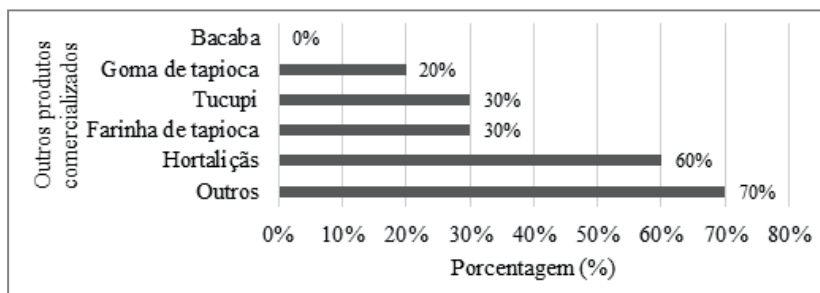
Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Além da tradicional farinha, os feirantes da Feira Livre de Primavera comercializam uma variedade de produtos locais. Segundo os dados apresentados no Gráfico 7, 20% dos entrevistados ofertam goma de tapioca, 20% comercializam tucupi, 30% vendem farinha de tapioca, enquanto 60% oferecem hortaliças. Já a categoria “outros produtos”, que engloba itens diversos, representa 70% dos casos, evidenciando a diversidade de produtos ofertados na feira.

Segundo Assunção (2023), o empreendedorismo na diversificação dos produtos comercializados pelos feirantes é uma estratégia essencial do plano de negócio para atender a diferentes demandas do mercado local e garantir maior estabilidade na geração de renda. Além disso, a inclusão de hortaliças por 60% dos feirantes reforçou a importância desses alimentos como itens essenciais na dieta local, enquanto produtos como tucupi e farinha de tapioca refletem a valorização de itens regionais que carregam forte identidade cultural.

A presença de 70% de outros produtos ainda sinaliza a criatividade e o dinamismo dos feirantes em adaptar suas ofertas a nichos específicos. Assim, a diversificação não apenas melhora a estabilidade da renda dos comerciantes, mas também fortalece a economia local ao fomentar o consumo de uma ampla gama de produtos regionais e frescos.

Gráfico 7 - Produtos comercializados na Feira Livre de Primavera.



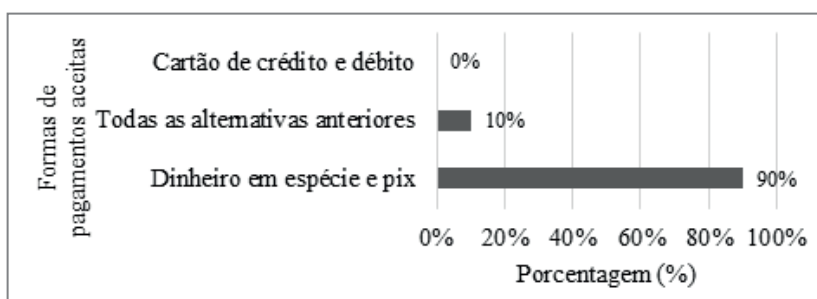
Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

No que se concerne as formas de pagamentos aceitas pelos feirantes, 90% utilizam dinheiro em espécie e PIX e 10% fazem uso de todas as formas de pagamento (Ver gráfico 8). A adoção de diferentes formas de pagamento, como o PIX, reflete a adaptação dos pequenos comerciantes às novas dinâmicas econômicas e às demandas de conveniência dos consumidores (Toné, 2024).

A aceitação do *PIX* por 90% dos feirantes destaca a crescente digitalização no comércio local, promovendo maior conveniência para os consumidores e ampliando o alcance das vendas.

Por outro lado, a predominância do dinheiro em espécie, igualmente representativa, ressalta a importância dessa modalidade em comunidades onde a inclusão digital ainda pode ser limitada. Já os 10% que oferecem múltiplas formas de pagamento demonstram uma capacidade diferenciada de atender a perfis variados de consumidores, equilibrando tradição e inovação.

Gráfico 8 - Formas de pagamento aceitas pelos feirantes de Primavera-Pará.

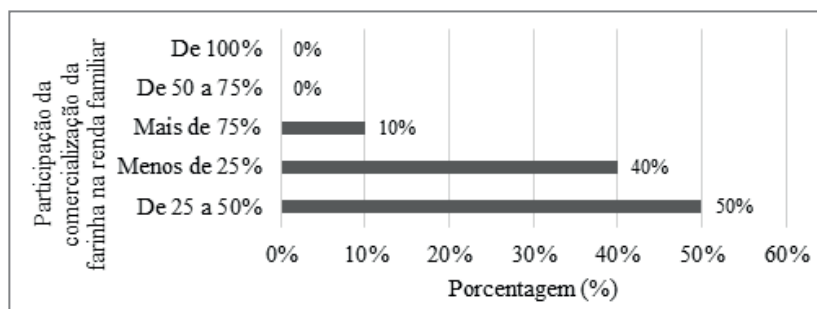


Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Outro ponto analisado foi a participação da comercialização da farinha na composição da renda familiar, apresentado no Gráfico 9, que evidenciou o grau de dependência das famílias em relação à comercialização da farinha como fonte de renda. Para 10% dos entrevistados, essa atividade representa mais de 75% da renda familiar, demonstrando alta dependência econômica.

Já 40% das famílias afirmaram que a comercialização da farinha contribui com menos de 25% de sua renda, indicando uma participação baixa. Por fim, 50% das famílias apontaram que essa atividade representa entre 25% e 50% da renda familiar, sendo considerada uma contribuição moderada. Esses dados mostram que, embora parte dos feirantes tenha a farinha como principal fonte de sustento, para a maioria, ela constitui uma parcela significativa, mas não exclusiva, da renda familiar.

Gráfico 9 - Participação da comercialização da farinha na composição da renda familiar.



Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Segundo Silva *et al.* (2021), a comercialização da farinha representa uma importante contribuição para a composição da renda familiar. Para uma minoria, a farinha é a principal base da subsistência familiar, indicando uma forte especialização nessa atividade. Já para uma parcela significativa, ela desempenha um papel complementar, equilibrando-se com outras fontes de renda. Essa pluralidade de estratégias econômicas é característica de contextos em que a segurança financeira depende da diversificação de atividades produtivas.

Atestou-se, ainda, uma diversidade de preços entre os sete vendedores que comercializam farinha, com variações de R\$ 7,50 a R\$ 12,00, e a presença de derivados como tucupi e goma de tapioca entre os produtos ofertados. Além disso, alguns vendedores não trabalham com farinha ou derivados, indicando a especialização em outros produtos.

De acordo com os dados apresentados no Gráfico 10, os rendimentos mensais dos feirantes foram distribuídos em cinco faixas. A maior parte dos entrevistados, 40%, declarou receber até R\$ 500,00 por mês, evidenciando uma realidade de baixa renda entre os participantes. Já 20% possuem rendimento entre R\$ 500,00 e R\$ 1.000,00 mensais.

As demais faixas, de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.500,00, de R\$ 1.500,00 a R\$ 2.000,00, de R\$ 2.000,00 a R\$ 3.000,00 e acima de R\$ 3.000,00, apresentam participação uniforme, com 10% dos feirantes em cada grupo. Essa distribuição indica que a maioria dos feirantes atua em condições econômicas modestas, com um pequeno grupo alcançando renda mais elevada. A análise reforça a importância da feira como espaço de geração de renda, sobretudo para famílias em situação de vulnerabilidade.

A disparidade nos rendimentos está diretamente relacionada às dificuldades enfrentadas por muitos feirantes em acessar oportunidades de geração de renda mais elevadas, refletindo desigualdades estruturais presentes na economia local (Pereira *et al.*, 2023). Aqueles com rendimentos mais baixos provavelmente enfrentam barreiras como a falta de recursos para investir em maior volume de produção, dificuldades logísticas e limitação no acesso a mercados mais amplos.

Gráfico 10 - Renda mensal dos feirantes de Primavera.



Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Esses dados refletem não apenas as condições estruturais do mercado em que atuam, mas também possíveis barreiras relacionadas à educação, acesso a crédito, infraestrutura e organização coletiva. Portanto, iniciativas que promovam maior equidade e apoio aos feirantes, como capacitação e incentivo à formalização, poderiam contribuir para uma redistribuição mais justa dos rendimentos.

CONCLUSÃO

A farinha de mandioca desempenha um papel central na geração de renda e na melhoria da qualidade de vida das famílias envolvidas na agricultura familiar no município de Primavera-PA. Conforme os dados apresentados, a comercialização desse produto é uma das principais fontes de sustento para os feirantes locais, sendo considerada importante por 70% deles para a composição da renda familiar. Além disso, 80% dos entrevistados utilizam a farinha tanto para venda quanto para consumo próprio, evidenciando a dualidade de sua função:

sustento econômico e alimentar. O perfil socioeconômico dos feirantes reflete uma predominância feminina (70%) e baixa escolaridade, com 80% possuindo apenas o ensino fundamental incompleto.

A renda mensal gerada pela comercialização varia, mas para 40% dos entrevistados, é inferior a R\$ 500,00, indicando uma atividade de subsistência que, embora limitada em termos financeiros, proporciona autonomia e sustento básico. A produção e comercialização da farinha também destacam o uso de matéria-prima própria (40%) e a importância da proximidade com os consumidores locais, já que 70% das vendas ocorrem na cidade. Apesar disso, desafios como a informalidade e a ausência de apoio técnico ainda limitam o alcance e a lucratividade dessa atividade. Portanto, o estudo conclui que a farinha de mandioca é mais do que um produto agrícola: é um elemento essencial para a sustentabilidade econômica e social das famílias envolvidas, fortalecendo a agricultura familiar e preservando tradições culturais no município de Primavera-PA.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Renata da Silva *et al.* Aspectos econômicos do cultivo de mandioca (*Manihot esculenta Crantz*) em diferentes tecnologias de produção no município de Tracuateua, Pará. **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**, v. 8, n. 2, p. 350-359, 2021.

ASSUNÇÃO, Caroline Magalhães *et al.* **Feira de empreendedorismo para plano de negócios: queijadinhos cor & sabor**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Técnico em Administração) – Escola Técnica Padre José Nunes Dias, São Paulo, 2023.

ANACLETO, Adilson; COELHO, Andersandra Pereira; CURVELO, Eder Bruno Couto. As mulheres empreendedoras e as feiras livres no litoral do Paraná. **Revista Faz Ciência**, v. 18, n. 27, p. 118-118, 2016.

ARACATY, Michele Lins *et al.* A importância da farinha de mandioca para a agricultura familiar e para o desenvolvimento regional local. **Studies in Social Sciences Review**, v. 4, n. 1, p. 25-55, 2023.

ALVES, Gabriel Colaço *et al.* **A importância sociocultural da mandioca no Brasil**. XXVI Encontro Latino-Americano de Iniciação Científica, XXII Encontro Latino-Americano de Pós-Graduação e XII Encontro de Iniciação à Docência - Universidade do Vale do Paraíba, 2022.

ALBUQUERQUE, M. **A mandioca na Amazônia**. Belém: SUDAM, 1969.

ÁLVARES, V. de S.; DE SOUZA, J. M. L.; LAMBERTUCCI, D. M. **Influência do processo artesanal de produção de farinha de mandioca na classificação final do produto**. Rio Branco, AC: EMBRAPA Acre, 2022. 40 p. (Embrapa Acre. Documentos, 172).

BITTENCOURT, Blenda Domingues; CALIARI, Márcio. Feiras livres de Goiânia–Goiás–Brasil: estudo sobre a participação de feirantes agricultores familiares. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 57, p. 228-243, 2021.

CRUZ, Nayara Barbosa da *et al.* Acesso da agricultura familiar ao crédito e à assistência técnica no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, p. e226850, 2021.

CARMO, Ronne Charles Alves do. **A produção de farinha de mandioca no povoado bandeira**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Matemática) – Universidade Federal do Tocantins, Tocantins, 2023.

DA SILVA, Kalina Vanderlei Paiva. Moeda e Munição, mas Principalmente Farinha: Farinha de Mandioca, Tropas Urbanas e Expedições de Conquista nas Capitanias do Norte (séculos XVII-XVIII). **Locus: Revista de História**, v. 29, n. 1, p. 87-105, 2023.

DE CARVALHO, Rayele Pereira; DE OLIVEIRA, Ariana Reis Messias Fernandes. Importância da associação na implantação da casa de farinha comunitária da mombaça (Serrinha-Bahia): percepção dos associados e associadas. **Cadernos Macambira**, v. 9, n. 1, p. 15-27, 2024.

DE OLIVEIRA, Jose Moises *et al.* Condições higiênico-sanitárias em uma fábrica de farinha de mandioca (manihot esculenta crantz) no município de Castanhal-PA: avaliação e recomendações. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 8, p. 13202, 2023.

DE SOUZA, Luiz Fernando; DESCONSI, Cristiano. **Precificação e custos de produção da farinha de mandioca: uma análise dos engenhos do município de Garopaba/SC**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2023.

FONTES, E. de A.; MENEZES, A. de N. S. de; CARDOSO, E. M. R.; NASCIMENTO, R. P. do. **Fabricação de farinha de mandioca**. Belém-PA: Senar, 1999.

GONÇALVES, Tiago Maretti. Utilizando a raiz tuberosa de mandioca de mesa (Manihot esculenta Crantz) em aulas práticas de Biologia no Ensino Médio. **Open Science Research V**, v. 5, p. 225-237, 2022.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Culturas temporárias e permanentes. **Produção Agrícola Municipal**. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html>. Acesso em 15 de jul. 2025.

KULL, Deliane Santos *et al.* Perfil socioeconômico dos feirantes de quatro municípios ao longo da Transamazônica (BR-230) e Xingu. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 8, p. e5580-e5580, 2024.

LIMA, Renata Ferreira *et al.* A produção de mandioca (Manihot esculenta Crantz) na agricultura familiar da região Nordeste Paraense: estudo a partir da comunidade de Jacarequara, Capanema, Pará. **Brazilian Journal of Animal and Environmental Research**, v. 3, n. 3, p. 1284-1296, 2020.

MARINHO, José Ricardo Dantas. **Análise da viabilidade econômico-financeira da produção de Manihot esculenta (Crantz) em assentamentos rurais no município de Macaíba-RN**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de saúde pública**, v. 9, p. 237-248, 1993.

NATIVIDADE, Daise Rosas da. Empreendedorismo feminino no Brasil: políticas públicas sob análise. **Revista de Administração Pública**, v. 43, p. 231-256, 2009.

NORMANHA, E.S. **Mandioca tem variada aplicação**. Guia Rural, p. 240-244, 1966/1967.

OLSEN, K. M. SNPs, SSRs and inference on cassava's origin. **Plant Molecular Biology**, Dordrecht, 56, n. 4, p. 517-526, 2004.

PARASURAMAN, A. **Marketing research**. 2. ed. Addison Wesley Publishing Company, 1991.

PEREIRA, Viviane Guimarães *et al.* Expressões econômicas da feira-livre: perfil e perspectiva dos feirantes. **Revista NUPEM**, v. 15, n. 35, p. 205-225, 2023.

ROCHA, F. A. G. *et al.* Características do comércio informal de plantas medicinais no município de Lagoa Nova/RN. **Holos**, v. 5, p. 264-281, 2013.

SANTOS, A.I.M. dos; HOMMA, A.K.O.; CONTO, A.J. de; CARVALHO, R. de A.; FERREIRA, C.A.P. **A pequena agricultura familiar paraense: uma abordagem econômica e sociológica**. Belém: Embrapa-CPATU, 1997. (Embrapa – CPATU. Documentos, 94).

SANTOS, Jaine de Souza. **Calagem na cultura da *Manihot esculenta* Crantz**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) – Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2024.

SOARES, Karina de Sousa. **O trabalho artesanal de produtores de farinha de mandioca na região Norte do Tocantins**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Gestão de Cooperativas) – Universidade Federal do Tocantins, Tocantins, 2023.

SILVA, Da Cruz Linco *et al.* Processos cotidianos de organização do trabalho nas feiras livres da Transamazônica. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 15, n. 11, p. e4444-e4444, 2024.

SILVA, Marlos do Espírito Santo *et al.* Perfil socioeconômico dos feirantes da feira do agricultor do município de Cametá-PA. **AGROECOLOGIA: MÉTODOS E TÉCNICAS PARA UMA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL-VOLUME 5**. Editora Científica Digital, 2021. p. 221-228.

SOUSA, Núbina Fernanda Carvalho *et al.* Qualidade das farinhas de mandioca comercializadas em feiras livres na Cidade de Codó estado do Maranhão, Brasil. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 2, p. e51810212816-e51810212816, 2021.

TONÉ, Michely Kleci Farias. **Pix uma tecnologia inovadora para gestão de micro e pequenos negócios**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Paraíba, 2024.

VIEGAS, Francisco Da Silva. **A feira de pelotas contribui com as cadeias curtas de produção?**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul, 2016.

“VITRINE TECNOLÓGICA” E INTEGRAÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NO SÍTIO AGROECOLÓGICO TOLÚ, IGARAPÉ - AÇU/PA

Clene Lisboa da Cruz

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

José Mikael Pereira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Luiz Cláudio de Oliveira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Odeize Furtado Lisboa

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Objetivo: O trabalho objetivou investigar como a integração de tecnologias sustentáveis pode transformar a produtividade e a sustentabilidade da agricultura familiar, utilizando o Sítio Agroecológico Tolú como um estudo de caso exemplar.

Métodos: A abordagem metodológica foi qualitativa e exploratória, com o uso do método de estudo de caso.

Resultados: Para evitar o uso de agrotóxicos, os agricultores firmaram parcerias com agroindústrias locais, aproveitando resíduos orgânicos descartados no lixão da cidade, como vísceras de frango, cascas de ovos e sementes, para produzir compostagem laminar. Esta técnica regenerou o solo e impulsionou a produtividade sem insumos industrializados, elevando a renda e a qualidade de vida da família. Reconhecido nacionalmente, o sítio foi premiado como uma das cinco propriedades mais sustentáveis do Brasil, em 2024. **Conclusão:** A adoção de tecnologias agroecológicas tem promovido a recuperação ambiental, aumento da biodiversidade e produção de alimentos saudáveis. Além disso, o estudo destaca a importância da capacitação e do apoio técnico para que outros agricultores possam replicar esse modelo. A experiência do sítio mostra que é possível unir saberes tradicionais e inovação para criar sistemas resilientes. Por fim, reforça-se a necessidade de políticas públicas que incentivem essa transição, garantindo benefícios duradouros para o meio ambiente e a sociedade.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural; sustentabilidade; agroecologia.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar, atualmente, é oitava maior produtora de alimentos no mundo (Agência Brasil, 2023), sendo a principal responsável pela produção de alimento do país, segundo o IBGE, aproximadamente 70% dos alimentos que chega à mesa dos brasileiros, são provenientes da produção agrícola, assim, sendo um pilar fundamental para a segurança alimentar, além de contribuir para a economia do Brasil. Segundo a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que rege a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Agrícolas, entende-se por agricultura familiar o espaço agrícola que não ultrapassa quatro módulos fiscais, administrado totalmente pela família e com mão de obra da mesma. (BRASIL, 2006).

O que torna a agricultura familiar tão especial é a sua conexão intrínseca com a sustentabilidade. As práticas utilizadas são mais ecológicas, voltadas para a agroecologia como a rotação de culturas e o uso consciente da água. Essas práticas não apenas preservam o meio ambiente, mas também garantem a fertilidade do solo a longo prazo, reduzindo a necessidade de adubação química. Além disso, a agricultura familiar promove a biodiversidade, protege os recursos naturais e fortalece as comunidades locais, contribuindo para um desenvolvimento rural mais equilibrado e sustentável. Corroborando com este pensamento Pacheco e Santos (2023, p. 58), ponderam que,

A Agroecologia defende o uso de tecnologias como o controle biológico, uso de bioinsumos, práticas conservacionistas de manejo e preservação do solo, além, do respeito às relações de gênero, a prioridade aos aspectos sociais, ambientais, econômicos e tantas outras questões que compõem um arcabouço de conceitos e vertentes que exitosamente são praticados por famílias agricultoras como forma de produção de alimento, geração de renda e promoção de vida saudável. Isso se desvencilhando da invisibilidade por meio das relações socioeconômicas e ambientais que geram autonomia e empoderamento.

A agricultura familiar realiza na prática o que a agroecologia contextualiza na literatura, há uma relação de respeito que ainda precisa alcançar a sociedade como um todo, além disso, a agricultura familiar promove a biodiversidade e a resiliência dos ecossistemas locais manter viva a biodiversidade, o solo, as

nascentes, entre outros, não deve ser uma prática somente da agricultura familiar, mas do agro em geral. Isso é crucial em um mundo onde a monocultura e o uso intensivo de agrotóxicos têm causado danos significativos ao meio ambiente. Shiva (2002), assevera que.

A agricultura sustentável baseia-se na reciclagem dos nutrientes do solo. Isso implica devolver ao solo parte dos nutrientes que vêm dele, seja diretamente como fertilizante orgânico, seja indiretamente por meio do esterco dos animais criados nas fazendas. A manutenção do ciclo de nutrientes e, por meio dela, da fertilidade do solo, baseia-se nessa lei inviolável do retorno, que é um elemento atemporal, essencial à agricultura sustentável. (Shiva, 2002, p. 77).

Em suma, a agricultura familiar no Brasil não é apenas uma forma de sustento para milhões de pessoas, mas também um modelo de produção que alia tradição e inovação em prol de um futuro mais sustentável.

A agricultura familiar desempenha um papel crucial na segurança alimentar e na sustentabilidade ambiental, especialmente em regiões rurais do Brasil. No entanto, muitos agricultores familiares enfrentam desafios significativos, como a degradação do solo, a escassez de recursos hídricos e a baixa produtividade. A integração de tecnologias sustentáveis surge como uma solução promissora para mitigar esses problemas, promovendo práticas agrícolas que são ambientalmente responsáveis e economicamente viáveis.

O Sítio Agroecológico Tolú, localizado no município de Igarapé-Açu/Pá, representa um exemplo notável de como a adoção de tecnologias sustentáveis pode transformar a agricultura familiar. Este estudo de caso é particularmente relevante porque o sítio não apenas implementou tecnologias inovadoras, mas também integrou conhecimentos tradicionais e práticas agroecológicas, criando um modelo híbrido que pode ser replicado em outras propriedades rurais.

Além disso, a pesquisa visa preencher uma lacuna na literatura existente, que frequentemente se concentra em grandes propriedades agrícolas ou em tecnologias isoladas. Ao focar em um estudo de caso específico e detalhado, esta pesquisa oferece insights práticos e aplicáveis que podem beneficiar diretamente os agricultores familiares e as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável.

Portanto, esta pesquisa não só contribui para o avanço acadêmico no campo da agricultura sustentável, mas também tem o potencial de gerar impactos positivos tangíveis na vida dos agricultores familiares, promovendo uma agricultura mais resiliente e sustentável.

Assim, este estudo tem como objetivo, investigar como a integração de tecnologias sustentáveis pode transformar a produtividade e a sustentabilidade da agricultura familiar, utilizando o Sítio Agroecológico Tolú como estudo de caso exemplar. Buscar avaliar a eficiência das tecnologias sustentáveis implementadas no sítio Tolú, tentando identificar ainda, as dificuldades que outros agricultores tem, em adotar tal modelo. Por fim, é necessário promover a educação e capacitação dos agricultores familiares, propondo estratégias que aumentem a conscientização e a facilidade para adotar tecnologias sustentáveis.

MÉTODOS

Caracterização da área de estudo

O Sítio Tolú, está localizado na PA 320, rota turística Belém-Bragança, município de Igarapé-Açu, nordeste paraense, a 110 km de Belém. O sítio tem sido destaque nacional e internacionalmente por sua produção orgânica e, principalmente, por utilizar manejo sustentável agroecológico. Ele possui 26 hectares, dos quais 20 hectares passaram por reflorestamento e mantidos em preservação, os seis restantes são reservados para o plantio de maneira orgânica e sustento familiar.

A família Athayde adquiriu a propriedade em 2009, após o senhor Athayde retornar do Mato Grosso, onde teve contato com a agricultura orgânica e alimentou o sonho de investir em uma produção de uso sustentável, e assim, o fez investindo seus últimos recursos no espaço em que hoje se localiza o Sítio Agroecológico Tolú. No local antes, era cultivado frutíferas e criação de gado, o que resultou em um ambiente bastante degradado, o casal juntando suas experiências de vida e o conhecimento técnico que até, então quem tinha era apenas o senhor Athayde formado como técnico agrícola, investigaram meios de recuperar a área, plantando árvores como alamanda (*Allamanda cathartica*), para fins de inseticida natural.

Inicialmente, para comércio e consumo da família, cultivaram um bananal, mas, não tinham recursos financeiros para o cuidado necessário do plantio, assim, começaram a colocar em prática o modelo agroecológico que perdura até hoje na propriedade, a senhora Athayde foi incentivada a estudar e com o apoio de seu esposo conseguiu o título de Engenheira Agrônoma.

Em 2012, o casal resolve morar efetivamente no sítio e revolucionar o espaço da forma que poderiam e estava ao alcance, apostando na compostagem laminar e o reflorestamento do terreno, o casal, desenvolveram metodologias de plantio diversificadas, algumas já existentes e outras criadas a partir de seus experimentos, investiram no cultivo de hortaliças e frutíferas.

No que se refere ao estilo de produção agroecológica Campanhola e Valarine (2001), apontou cinco fatores que influenciam essa aproximação dos produtores a produção sustentável, são eles: a percepção de que os grandes cultivos agrícolas tradicionais requerem maior produção das agroindústrias para contrabalançar as quedas de preço influenciadas pelo mercado internacional, que conseqüentemente aumentam o custo de produção e diminui os lucros, isto coloca a agricultura em vantagem, por apresentarem menores custos nos processos produtivos.

Os produtos orgânicos ou agroecológicos ainda se apresentam como um mercado mais seletivo, por tanto um nicho que visa atender os consumidores de um seguimento mais restrito, que optam por comprar esses produtos, mesmo sendo mais caro que os convencionais. Ressaltando ainda, a inclusão dos agricultores familiares nas redes nacionais ou transnacionais de comercialização de produtos orgânicos e especializados, que não estão no foco das grandes empresas agroindústrias como alguns tipos de hortaliças e plantas medicinais. Por fim diversificação de produtos oferecidos pelos agricultores familiares e a menor dependência de insumos externos sendo essa dos principais entraves no processo produtivo.

Para que o objetivo fosse alcançado, o casal buscou parcerias com órgãos públicos e privados, dos quais apenas duas empresas, ainda podem contar como parcerias atualmente, a Pará Fruta e a empresa Novo Horizonte que geram mensalmente 12 toneladas de resíduos para o sítio Tolú (conforme imagem 01), o mesmo, dispõe de um sistema de plantio diversificado, espalhados

em forma de consórcios, atualmente, é o único, referência em sustentabilidade do nordeste paraense.

Imagem 1 - Resíduos utilizados na compostagem laminar, no Sítio Tolú.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Até 2020, a produção de hortaliças era o carro chefe financeiro da família, com o advento do período pandêmico, a produção parou, atualmente no espaço em que antes era cultivada a monocultura de bananas (*Musa spp.*), foi dando espaço ao consórcio de cacau com açaí e cacau e limão, ainda pode ser encontrado, algumas bananeiras pelo meio (conforme imagens 2 e 3).

Imagem 2 - Consórcio de cacau com açai.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

A pequena produção de cacau (imagem 3), levou os agricultores a investir em outro produto, a produção de chocolate orgânico que iniciou em 2023, na cozinha da família com pouco recurso, o produto foi ganhando maiores proporções, o reconhecimento de todos os esforços investidos, veio através do prêmio Sebrae Mulher de Negócios, em que a agricultora Luciana Athayde ganhou em primeiro lugar, na categoria produtora rural, atualmente, existe uma pequena fábrica de beneficiamento de chocolate na propriedade (Imagem 4).

Imagem 3 - Árvore de cacau (*Theobroma cacao*) com frutos de tamanho variados.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Imagem 4 - Fábrica de chocolate orgânico no sítio Tolú.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

O cacau desde a sua colheita até chegar ao produto final, passa por vários processos, como a fermentação que dura em torno de 5 dias, a torrefação, entre outros processos até virar nibes, o refinamento do chocolate dura 72 horas, o que contribui para a qualidade do produto, que leva apenas dois ingredientes, cacau e açúcar orgânico (lembrando que, o açúcar não é agroecológico), os lucros foram crescendo significadamente e a venda de chocolate (conforme imagem 5), tornou-se o novo carro chefe da família, sendo reconhecido nacionalmente.

Imagem 5 - Chocolate produzido no Sítio Agroecológico Tolú.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

A família Atayde está celebrando um marco importante ao participar, pelo segundo ano consecutivo, do prestigiado Festival Internacional do Chocolate e Cacau. Este evento de renome destaca a excelência e a dedicação da família na produção de chocolates de alta qualidade, refletindo seu compromisso contínuo com a sustentabilidade e a inovação no setor.

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa utilizou o método de estudo de caso, definido como uma investigação empírica utilizada para produzir uma análise de um fenômeno contemporâneo, onde o seu contexto de vida real é parte importante no processo investigativo (Yin, 2001).

O lócus da pesquisa é o Sítio agroecológico Tolú, criado e administrado pelo casal Luciana Athayde e Thomires Athayde em 2009. Local onde a agroecologia é mais que uma prática ecológica de conservação e integração de técnicas sustentáveis, mas um estilo de vida que incorpora a identidade territorial e o cuidado com a terra.

A abordagem qualitativa de natureza exploratória é fundamental para uma investigação aprofundada do fenômeno em estudo. Essa metodologia permite uma análise detalhada dos aspectos subjetivos envolvidos, oferecendo uma compreensão mais rica do fenômeno sob a perspectiva dos pesquisadores.

A abordagem escolhida é qualitativa e exploratória, sendo crucial para uma investigação aprofundada do fenômeno em estudo. Este método permite

uma análise detalhada e rica dos aspectos subjetivos e complexos, facilitando a descoberta de insights que não seriam facilmente revelados por métodos quantitativos. Portanto, a adoção desta abordagem é essencial para obter uma compreensão abrangente e profunda do tema pesquisado.

A coleta de dados será realizada através de três principais técnicas de pesquisa, a primeira é a análise da bibliografia, afim de revisar a literatura relevante sobre o tema pesquisado para contextualizar teoricamente o estudo. Segundo Mello (2006), "A pesquisa bibliográfica lida com o caminho teórico e documental já trilhado por outros pesquisadores e, portanto, trata-se de técnica afinada com os propósitos da atividade de pesquisa, de modo geral" (Mello, 2006, p. 61).

A segunda técnica é a observação participante, que é fundamental em pesquisas de abordagem qualitativa. Essa técnica permite que os pesquisadores saiam da posição de mera observação passiva e se envolvam ativamente nas funções e contextos dos interlocutores. Em outras palavras, os pesquisadores tornam-se parte dos eventos e interações que estão sendo estudados, o que enriquece a compreensão da realidade investigada. (Yin, 2001).

A terceira e última técnica de pesquisa é a entrevista semiestruturada. Essa abordagem utiliza um roteiro de perguntas previamente elaborado, mas oferece flexibilidade suficiente para permitir que os entrevistados abordem temas emergentes e relevantes que possam surgir durante a conversa. (Mello, 2006).

Essas técnicas serão aplicadas diretamente no campo, em colaboração com os proprietários do Sítio Agroecológico Tolú, para coletar dados qualitativos que enriquecerão significativamente o estudo. A interação direta permitirá a obtenção de informações detalhadas sobre as metodologias empregadas, o impacto das práticas no ambiente e na produção, bem como a percepção dos proprietários sobre as práticas sustentáveis.

A organização e estruturação dos dados ocorrerá por meio da análise e interpretação das informações obtidas em campo, após a aplicação das técnicas adotadas para cumprir os procedimentos metodológicos. Esses dados serão organizados de maneira a responder às questões de pesquisa e aos objetivos do estudo, garantindo que a análise seja adequada e pertinente para obter resultados significativos.

Conclui-se que os procedimentos metodológicos adotados são os mais apropriados para a elaboração e execução da pesquisa, bem como para a realização do trabalho de campo. Esses procedimentos garantem uma organização estruturada das fases da pesquisa e um tratamento adequado dos dados coletados, proporcionando uma base sólida para a fundamentação do estudo.

RESULTADOS

Esta pesquisa utiliza o método de estudo de caso, definido como uma investigação empírica utilizada para produzir uma análise de um fenômeno contemporâneo, onde o seu contexto de vida real é parte importante no processo investigativo (Yin, 2001).

O lócus da pesquisa é o Sítio agroecológico Tolú, criado e administrado pelo casal Luciana Athayde e Thomires Athayde em 2009. Local onde a agroecologia é mais que uma prática ecológica de conservação e integração de técnicas sustentáveis, mas um estilo de vida que incorpora a identidade territorial e o cuidado com a terra.

A abordagem qualitativa de natureza exploratória é fundamental para uma investigação aprofundada do fenômeno em estudo. Essa metodologia permite uma análise detalhada dos aspectos subjetivos envolvidos, oferecendo uma compreensão mais rica do fenômeno sob a perspectiva dos pesquisadores.

A abordagem escolhida é qualitativa e exploratória, sendo crucial para uma investigação aprofundada do fenômeno em estudo. Este método permite uma análise detalhada e rica dos aspectos subjetivos e complexos, facilitando a descoberta de insights que não seriam facilmente revelados por métodos quantitativos. Portanto, a adoção desta abordagem é essencial para obter uma compreensão abrangente e profunda do tema pesquisado.

A coleta de dados será realizada através de três principais técnicas de pesquisa, a primeira é a análise da bibliografia, afim de revisar a literatura relevante sobre o tema pesquisado para contextualizar teoricamente o estudo. Segundo Mello (2006), "A pesquisa bibliográfica lida com o caminho teórico e documental já trilhado por outros pesquisadores e, portanto, trata-se de técnica afinada com os propósitos da atividade de pesquisa, de modo geral." (Mello, 2006, p. 61).

A segunda técnica é a observação participante, que é fundamental em pesquisas de abordagem qualitativa. Essa técnica permite que os pesquisadores saiam da posição de mera observação passiva e se envolvam ativamente nas funções e contextos dos interlocutores. Em outras palavras, os pesquisadores tornam-se parte dos eventos e interações que estão sendo estudados, o que enriquece a compreensão da realidade investigada (Yin, 2001).

A terceira e última técnica de pesquisa é a entrevista semiestruturada. Essa abordagem utiliza um roteiro de perguntas previamente elaborado, mas oferece flexibilidade suficiente para permitir que os entrevistados abordem temas emergentes e relevantes que possam surgir durante a conversa (Mello, 2006).

Essas técnicas serão aplicadas diretamente no campo, em colaboração com os proprietários do Sítio Agroecológico Tolú, para coletar dados qualitativos que enriquecerão significativamente o estudo. A interação direta permitirá a obtenção de informações detalhadas sobre as metodologias empregadas, o impacto das práticas no ambiente e na produção, bem como a percepção dos proprietários sobre as práticas sustentáveis.

A organização e estruturação dos dados ocorrerá por meio da análise e interpretação das informações obtidas em campo, após a aplicação das técnicas adotadas para cumprir os procedimentos metodológicos. Esses dados serão organizados de maneira a responder às questões de pesquisa e aos objetivos do estudo, garantindo que a análise seja adequada e pertinente para obter resultados significativos.

Os procedimentos metodológicos adotados são os mais apropriados para a elaboração e execução da pesquisa, bem como para a realização do trabalho de campo. Esses procedimentos garantem uma organização estruturada das fases da pesquisa e um tratamento adequado dos dados coletados, proporcionando uma base sólida para a fundamentação do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A área em que hoje, está situado o Sítio Agroecológico Tolú, antes pertencera a japoneses e por causa do mal uso da terra, e o uso exorbitante de agroquímicos, ficou bastante degradada, felizmente com grandes possibilidades de reversão, assim, o primeiro passo foi recuperar os espaços mais afetados e

reflorestar a área. O investimento inicial do casal Athayde foi o cultivo de bananas (*Musa spp.*), em que contribuiu financeiramente para o sustento e alimento da família. Atualmente tal área está ocupada pelo consorcio de cacau (*Theobroma cacao*), açai (*Euterpe oleracea*) e algumas bananeiras.

Uma das preocupações dos agricultores, com a implantação de cultivos no terreno, seria como realizar a adubação, já que o uso de agrotóxicos estava fora de cogitação, neste sentido, surge a ideia de acolher os resíduos orgânicos produzidos no setor agroindustrial do município e que são descartados no lixão da cidade, através de parcerias com essas indústrias.

[...], utilizando-se da Política Nacional de Resíduos sólidos, onde as empresas têm inteira responsabilidade de destinar adequadamente os resíduos orgânicos gerados por elas mesmas (Lei, 12.305/2010), os produtores firmaram parceria com geradores comerciais de resíduos orgânicos e passaram a ser uma unidade receptora e reutilizadora de resíduos orgânicos produzidos por essas empresas, onde havia um fornecimento constante de sementes, cascas de ovos e ovos não incubados e de penas, vísceras de frango. (Leão *et al.* 2023, p. 191).

Todo esse material é utilizado na compostagem laminar, uma das técnicas utilizadas na propriedade, em que pode ser feita em linha ou, ao pé da planta, intercalando resíduos rico em carbono e nitrogênio, fazendo com que esses macronutrientes equilibrem a relação CN, recomendado que seja feita com altura máxima de 40cm, para que haja aeração, sendo desnecessário revolver, irrigar ou fazer controle de temperatura e o resto, a natureza faz acontecer naturalmente.

Há dez anos, o Sítio Agroecológico Tolú, já apresentou inúmeras mudanças, na parte produtiva e formas de lucratividade, houve mudanças significativas, os desenhos culturais apresentam novas formas, o que tende a realizar novos estudos na área, atualmente, há pretensão de se realizar um inventário na propriedade agrícola e retomar a produção de hortaliças, algo que já está sendo realizado, utilizando substrato e biofertilizantes.

Nota-se que os impactos gerados no sistema adotado pelos agricultores do Sítio Tolú, tem trazidos benefícios ambiental e econômico. No âmbito ambiental, o lixo orgânico que seriam descartados no lixão a céu aberto poluindo o solo, o ar e até mesmo os rios do município, foi convertido em adubação orgânica na

propriedade da família Athayde, o que cooperou generosamente para a recuperação do solo que sofreu grandes impactos anteriormente. Em relação ao aspecto econômico, os agricultores não fazem uso de agrotóxicos (defensivos agrícolas), ou insumos que sejam industrializados, o que gerou um aumento na renda familiar, além da qualidade de vida provenientes de uma alimentação saudável.

O reconhecimento da trajetória desses agricultores foi alcançado este ano, por meio da oitava edição do Prêmio Fazenda Sustentável. Este prêmio tem como objetivo valorizar o trabalho de produtores que adotam práticas exemplares, equilibrando aspectos ambientais, sociais e econômicos na atividade agropecuária. O Sítio Agroecológico Tolú foi destacado pela revista Globo Rural como uma das cinco propriedades mais sustentáveis do Brasil em 2024, na categoria de pequenos imóveis.

A família Athayde enfatiza que a agroecologia é um estilo de vida em que devemos nos integrar, no sentido de fazer parte do meio ambiente e não de dominá-lo. Eles acreditam que viver de forma harmoniosa com a natureza é essencial para garantir a sustentabilidade do planeta. Ou seja, a agroecologia não se trata apenas de técnicas agrícolas, mas de uma filosofia de vida que valoriza a biodiversidade, respeita os ciclos naturais e promove uma relação de respeito e interdependência entre humanos e o ecossistema.

Além disso, a família destaca a necessidade de repensar nossas ações, principalmente em relação ao futuro das próximas gerações. Eles argumentam que é fundamental considerar o impacto de nossas práticas atuais sobre o ambiente e a sociedade, e trabalhar ativamente para deixar um legado positivo. Eles acreditam que ao adotar práticas agroecológicas, estamos contribuindo para a construção de um futuro mais justo e sustentável para nossos filhos e netos.

CONCLUSÃO

As conclusões preliminares deste estudo destacam a importância da integração de tecnologias sustentáveis na agricultura familiar, usando o Sítio Agroecológico Tolú como um exemplo notável. A pesquisa em andamento sugere que a adoção de práticas agroecológicas e sustentáveis não apenas melhora a produtividade e a sustentabilidade das propriedades rurais, mas

também contribui significativamente para a recuperação ambiental e a melhoria da qualidade de vida dos agricultores.

Os resultados iniciais indicam que a implementação de tecnologias sustentáveis no Sítio Tolú está levando à recuperação do solo degradado, aumento da biodiversidade e produção de alimentos orgânicos de alta qualidade. Além disso, a pesquisa está identificando as principais dificuldades enfrentadas por outros agricultores ao tentar adotar modelos semelhantes em suas propriedades, destacando a necessidade de apoio técnico e a importância da educação e capacitação contínua.

A experiência do Sítio Tolú demonstra que é possível combinar conhecimentos tradicionais com inovações tecnológicas para criar sistemas agrícolas resilientes e sustentáveis. Este estudo de caso oferece um exemplo que pode ser adaptado a diferentes contextos rurais, promovendo a sustentabilidade ambiental e a segurança alimentar.

Por fim, as conclusões preliminares reforçam a necessidade de políticas públicas que incentivem a adoção de práticas agroecológicas e sustentáveis, proporcionando suporte adequado aos agricultores familiares. A promoção da educação e capacitação é essencial para aumentar a conscientização e facilitar a transição para uma agricultura mais sustentável, garantindo benefícios socioeconômicos e ambientais duradouros.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**/Miguel Altieri. – 4.ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília: Presidência da República, [2006]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 17 nov. 2024.

CAMPANHOLA e VALARINI. **A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.18, n.3, p.69-101, set./dez. 2001.

KATO, Monica. **Sítio que cultiva orgânicos no Pará quer dobrar faturamento com produção de chocolate**. G1 - PEGN - Pequenas Empresas & Grandes Negócios, 01 mar. 2024. Disponível em: <https://revistapegn.globo.com/ideias-de-negocios/noticia/2024/03/sitio-que-cultiva-organicos-no-para-quer-dobrar-faturamento-com-producao-de-chocolate.ghtml>. Acesso em: 17 nov. 2024.

LEÃO, Bernardo Milhomes; FARIAS, Taiana do Carmo; SILVA, Antonio Kledson Leal; SILVA, Eleci Terezinha Dias da; MELO JÚNIOR, Luiz Cláudio Moreira. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: o caso do sítio agroecológico Tolú, Igarapé-Açu, Pará**. In: MELO JÚNIOR, Luiz Cláudio Moreira; SANTOS, Dayla Carolina Rodrigues; RAIOL, Lucas Lima (Orgs.). *Desenvolvimento socioambiental na Amazônia*. Guarujá: Editora Científica Digital, 2023. v. 1, p. 182-204. ISBN 978-65-5360-429-2. DOI: 10.37885/978-65-5360-429-2.

MELLO, Ana Glaucia C. **Metodologia de Pesquisa**. Palhoça: Unisul, 2006.

MELO JUNIOR, Luiz Claudio M. SANTOS, Dayla Carolina R. RAYOL, Lucas L. **Desenvolvimento socioambiental na Amazônia** - Volume 1 / Organizadores Luiz Cláudio.

MOURA, Bruno de Freitas. **Agricultura familiar é 8ª maior produtora de alimentos do mundo**. Agência Brasil, Rio de Janeiro, jul/2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-07/Agricultura-familiar-e-8a-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo>.

PACHECO, Clécia Simone G. R. SANTOS, Reinaldo P. **Produção e Sustentabilidade em Pesquisa**. 1ª edição, vol 3. Editora Científica Digital, Guarujá- São Paulo, 2023.

SAUER, Sérgio. BALESTRO, João Moises Villamil. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 1ª edição. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2010.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookmam, 2001.

ECONOMIA INFORMAL: UM ESTUDO DE CASO DO PROCESSO DE FORMALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO SABURÁ DA AMAZÔNIA, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE PIRABAS-PARÁ

Raylan Costa de Oliveira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Hélio Ferreira dos Anjos Júnior

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Rafael da Silva Guerra

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Andrea Sena Brígida

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Ana Karlla Magalhães Nogueira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Objetivo: O estudo teve como objetivo analisar o processo de formalização do empreendimento rural familiar “Saburá da Amazônia”, localizado na vila do Jararaca, município de São João de Pirabas, Pará, destacando seus impactos na saúde do negócio e na economia local. **Métodos:** A pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa e quantitativa, combinando revisão bibliográfica, estudo de caso, entrevistas semiestruturadas e observação direta para compreender as dinâmicas do empreendimento, que atua há 12 anos na apicultura, com produção de mel, própolis e outros subprodutos. Os dados coletados foram analisados com auxílio do Excel, gerando gráficos e tabelas que fundamentaram a discussão. **Resultados:** Os resultados demonstraram que a formalização possibilitou o acesso a novos mercados, valorização dos produtos e maior competitividade, embora tenha enfrentado desafios relacionados à adaptação às exigências legais e financeiras. A verticalização da produção, com desenvolvimento de subprodutos, e o apoio técnico foram determinantes para superar barreiras e ampliar o impacto do empreendimento. **Conclusão:** Concluiu-se que o “Saburá da Amazônia” se consolida como um exemplo de empreendedorismo rural sustentável, destacando a apicultura como uma atividade estratégica para o desenvolvimento socioeconômico da região. O estudo evidencia a importância da formalização e da técnica de assistência para fortalecer negócios familiares e contribuir para a inclusão produtiva em contextos rurais.

Palavras-chave: Formalização; empreendimento; apicultura; mel.

INTRODUÇÃO

O conceito de economia informal é amplamente relativo, dependendo de diversos fatores para sua designação. Francisco e Paulo (2006) debatem a amplitude do termo, mostrando a necessidade de se entender a situação, uma vez que diferentes realidades podem referir-se à economia informal.

Por outro lado, Balbim (2024) mostra que o termo “economia informal” foi utilizado, a priori, para designar atividades econômicas informais transitórias, que por sua vez ainda não estavam inseridas no sistema capitalista.

Atualmente, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024) o número de empresas em condições de informalidade no país ainda é significativo, e quando avaliamos essa realidade em um cenário rural, os resultados tornam-se ainda mais expressivos. Isso, por sua vez, contribui para a promoção da exclusão econômica desses empreendimentos.

No ano de 2023, o país apresentou um percentual de 33% de empreendimentos com registros de CNPJ, dessa forma evidenciando um aumento de 9,1%, com relação ao ano de 2012. Este fato, por sua vez, caracteriza-se como ocupações formais para empregadores e trabalhadores. A análise por grupo de atividades econômicas demonstrou que as atividades rurais apresentam um menor percentual de empreendimentos formalizados, do ponto de vista fiscal, com um total de 9,1% desses empreendimentos (IBGE, 2024).

Apesar de um crescimento significativo nos postos de trabalho formais no país, a economia informal representa ainda uma parcela expressiva no mercado de trabalho brasileiro, em decorrência de características estruturais e históricas no país (Leone, 2010).

Esse fato traz consequências mútuas, para o governo, em decorrência da falta de arrecadações tributárias e equilíbrios fiscais, e para os trabalhadores, que por sua vez atuam no mercado sem respaldos para usufruto das leis trabalhistas e previdenciárias ao seu favor (Hirata, 2007).

Segundo o mesmo autor, no Brasil, a escassez de oportunidades no setor formal, quando comparado com a demanda do país, tem contribuído para um cenário de altos percentuais de ocupações informais, por outro lado, muitos trabalhadores optam por permanecer na informalidade, em função dos processos burocráticos e das tributações sobre a remuneração do trabalhador formal.

Neste contexto, verificar como a economia informal foi uma alternativa para a sobrevivência no “comércio informal” termina por se sustentar da economia e do comércio “formal”, estabelecendo relações de reforço mútuo (Mosca, 2009).

O processo de formalização de empreendimento é um debate cada vez mais necessário, em função da grande relevância socioeconômica que este processo traz para o país. Avaliar os fatores relacionados a este fenômeno torna-se uma importante medida para se traçar estratégias eficazes que auxiliarão tais empreendimentos.

Em São João de Pirabas, no estado do Pará, a apicultura emerge como uma atividade significativa para o setor agropecuário, proporcionando não apenas uma fonte crucial de renda, sobretudo aos pequenos produtores rurais, mas também oferecendo benefícios ambientais substanciais, como a polinização e a preservação de ecossistemas.

Segundo Salvo (2000), a agropecuária tem sido considerada o setor da economia mundial de maior importância, sendo responsável pela ocupação de uma parcela significativa da população. No entanto, segundo o mesmo autor, nesse setor existe algumas peculiaridades que a difere das atividades, tendencialmente urbanas, sobretudo, quanto ao fato de que grande parte dessas ocupações, não representam empregos dentro dos padrões das cidades, em decorrência da presença de inúmeras propriedades familiares que atuam na informalidade, com mão de obra familiar.

Por este motivo, a presente pesquisa justifica-se pela necessidade de avaliar os fatores que impossibilitam o processo de formalização dos pequenos empreendimentos rurais, sobretudo os atuantes na mesorregião do nordeste paraense, bem como a percepção dos empreendedores quanto a este processo, tornando-se de grande importância para fornecer informações que contribuirão para debates e elaboração de políticas públicas voltadas a esta realidade específica, por parte do poder público.

Além disso, buscou-se com esta pesquisa responder às seguintes indagações: quais os fatores são caracterizados como limitantes para que os empreendimentos atuem na formalidade, do ponto de vista legal? Quais desses fatores foram ou estão sendo enfrentados pelo empreendimento “Saburá da Amazônia”?

Nesse contexto, o objetivo do trabalho foi analisar o processo de formalização do empreendimento Saburá da Amazônia, no município de São João

de Pirabas, estado do Pará. Para isso, buscou-se descrever as vantagens e desvantagens decorrentes do processo de formalização de pequenos empreendimentos rurais e avaliar o papel das políticas públicas e dos programas de apoio na facilitação da formalização.

Na primeira parte deste trabalho, foi abordado o conceito de formalidade e economia informal e o contexto histórico da economia informal, essencialmente, na economia brasileira. Procurando ressaltar a importância da economia informal na dinâmica do mercado de trabalho.

Em seguida, foram analisados os fatores que contribuem para o crescimento da informalidade no Brasil, como, por exemplo: a burocracia, os altos encargos que exigem os trabalhadores a procurar alternativas para o trabalho, bem como os desafios encontrados no processo de formalização das atividades.

Por fim, foi feita ainda uma análise situacional do processo de formalização de um pequeno empreendimento atuante no município de São João de Pirabas, afim de analisar o fenômeno regionalmente.

MATERIAL E MÉTODOS

Descrição da área de estudo

A pesquisa em questão foi realizada no município de São João de Pirabas, situado na microrregião dos Salgados, nordeste do estado do Pará. Atualmente, o município de São João de Pirabas conta com uma população de, aproximadamente, 20.700 habitantes (IBGE, 2022), onde 50,79% dos habitantes residem em áreas urbanas e 49,21% em áreas rurais (Ministério Público do Pará- MPPA, 2010).

O município de São João de Pirabas apresenta grande importância para o desenvolvimento da região, onde os setores de serviços e agropecuário se destacam pelas significativas contribuições ao PIB municipal (Secretaria de Estado de Planejamento e Administração-SEPLAD, 2023). No setor agropecuário, a apicultura é uma atividade relevante no município e contribui, principalmente, para a produção de mel e própolis.

Nesse contexto, o estudo foi desenvolvido em um pequeno empreendimento rural familiar, que atua na produção e comercialização de produtos e subprodutos da apicultura. O empreendimento investigado chama-se "Saburá

da Amazônia" e está localizado na vila do Jararaca, a 25 km do município de São João de Pirabas. O mesmo está em funcionamento há 12 anos e atua na criação de abelhas com ferrão (*Apis mellifera*) e sem ferrão (*Melíponas*), para produção de mel, própolis, hidromel e outros subprodutos.

Procedimentos metodológicos

Na pesquisa em questão, utilizou-se uma abordagem qualitativa, uma vez que, para sua realização, foram provocadas reflexões próprias nos proprietários da empresa, possibilitando uma interpretação eficiente, a partir de observações do ambiente e dos discursos dos investigados (Belei *et al.*, 2008), a respeito do processo de formalização e seus impactos na saúde do empreendimento e na economia local.

Além disso, para a obtenção de informações relevantes sobre os dados econômicos e produtivos, a pesquisa contou ainda com uma abordagem quantitativa dos dados, para alcance de informações e interpretação de dados, em situações semelhantes a esta.

Ademais, como estratégia metodológica, a pesquisa foi elaborada considerando uma revisão de literatura, para permitir uma sustentação teórica do fenômeno avaliado, bem como um estudo de caso, permitindo assim analisar com maior profundidade o fenômeno, no ambiente em questão, e com isso, obter informações relevantes que, por sua vez, poderão contribuir para entender a problemática em um universo maior (Medeiros, 2019).

Dessa forma, permitindo uma análise eficiente a partir de um prévio estudo sobre o panorama nacional da problemática e posteriormente a análise da realidade específica do empreendimento em questão.

Registro e coleta e dados

Para a revisão bibliográfica foi considerado bases de dados, o *Google Acadêmico*, *SciELO* e *Periódicos Capes*, além dos *sites* oficiais de algumas instituições públicas como: Organização Internacional do Trabalho (ILO), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), etc. Assim, realizaram-se procedimentos

básicos de identificação, análise e interpretação de trabalhos publicados entre os anos de 1999 e 2024.

Foram considerados para identificação e seleção dos trabalhos, as palavras-chave “informalidade”, “economia informal” e “mercado de trabalho”, para a construção de uma discussão acerca dos conceitos de “economia informal”, a “economia informal no contexto brasileiro” e os “fatores que contribuem para a informalidade no Brasil”.

Para a coleta de dados do empreendimento investigado, realizou-se uma entrevista semiestruturada, com perguntas abertas, conforme recomenda Pereira *et al.* (2018), com as proprietárias do empreendimento, bem como análises observacionais do ambiente investigado.

Quanto às ferramentas de registros de dados, foram utilizados o caderno de campo, dispositivos de registros de imagens e gravadores de áudio, ambos usados em momentos estratégicos e, quando possível, simultaneamente o uso de mais de uma dessas ferramentas. Após a obtenção dos dados, esses foram analisados e interpretados, através da produção de gráficos e tabelas, com auxílio do Programa *Microsoft Excel* 2019, gerando resultados que atenderam os objetivos propostos na pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conceito de Economia informal

Segundo Gonçalves, Bautès e Maneiro (2018), os economistas Julius Herman Boeke e antilhano William Arthur Lewis foram os primeiros a utilizar o termo “economia informal”. Os autores examinaram as economias das ex-colônias africanas sob uma perspectiva dualista, sugerindo que as atividades informais possuem uma natureza transitória e, com o avanço do capitalismo, seriam eventualmente incorporadas a esse sistema (Balbim, 2024).

A informalidade abrange uma ampla gama de características, que podem ser tanto vantajosas quanto prejudiciais. De um lado, ela pode ser vista como um espaço de proximidade nas relações, criatividade aplicada ao desenvolvimento de soluções, e a adoção de tecnologias acessíveis e alternativas para enfrentar desafios. No entanto, a informalidade também carrega conotações negativas,

associadas a práticas que fogem dos padrões estabelecidos, oferecendo soluções de qualidade inferior ou inseguras, muitas vezes em desacordo com normas e regulamentos vigentes (Balbim, 2024).

Francisco e Paulo (2006) afirmam que a amplitude do conceito de economia informal é relativa e depende do que se pretende investigar. Segundo os autores, quando se considera “o registro contabilístico, estatístico e legal da atividade econômica”, o universo da informalidade econômica é menor, neste caso, incluem-se as entidades que contribuem com impostos e tributos, mas não possuem uma organização e registros. Por outro lado, quando analisada a dinâmica econômica, o sentido é mais amplo, como, por exemplo, atividades econômicas que visam lucro, mas que não cumprem as obrigações fiscais e/ou legais.

A economia informal no contexto brasileiro

A Economia Informal tem ganhado relevância tanto no meio acadêmico quanto na mídia, sendo reconhecida como um componente essencial da economia brasileira. No Brasil, esse cenário foi moldado também pelas novas regulamentações trabalhistas introduzidas pela Constituição de 1988, que contribuíram para o crescimento e a consolidação dessa forma alternativa de economia (Guerreiro, 2000).

Estudos indicam que, no início do século XXI, a informalidade representava uma parcela significativa do mercado de trabalho no Brasil, estimando-se que quase 40% dos trabalhadores atuavam fora das estruturas formais, ressaltando dessa forma, a importância da economia informal no contexto brasileiro, destacando-se como um fenômeno relevante para a compreensão da dinâmica do mercado de trabalho no país (Ramos, 2002).

Segundo Hirata (2007), esse cenário justifica a preocupação do governo com a arrecadação, já que uma parte expressiva da força de trabalho atua fora do sistema formal e, conseqüentemente, das contribuições fiscais. Além disso, essa realidade revela que, segundo as estimativas, metade dos trabalhadores brasileiros não possui proteção garantida pela legislação trabalhista, um contraste significativo em relação aos países desenvolvidos, onde a formalização do emprego é mais predominante e a cobertura legal é mais ampla.

Fatores negativos que contribuem para a informalidade no Brasil

De acordo com Schneider (2002), a burocracia excessiva e os altos encargos sociais e trabalhistas incentivam empregadores e trabalhadores a atuarem fora do mercado formal, como uma forma de evitar custos elevados e rígidos controles. O Banco Mundial (2020) também corrobora essa visão ao apontar que a carga tributária elevada e a complexidade administrativa são obstáculos significativos para a formalização de pequenas e médias empresas, que optam pela informalidade para sobreviver economicamente.

Outro fator significativo é a falta de acesso à educação e qualificação profissional de qualidade. Conforme evidenciado por Marques (2024), a baixa escolaridade e a ausência de habilidades específicas diminuem as chances de inserção dos trabalhadores no mercado formal, obrigando-os a aceitar empregos informais, muitas vezes sem direitos trabalhistas e segurança social.

Além disso, a alta taxa de desemprego cria uma pressão adicional sobre o mercado de trabalho, forçando muitos a buscarem na informalidade uma fonte de renda imediata, ainda que precária (IBGE, 2017). A informalidade, assim, surge como uma resposta a um ambiente econômico desfavorável, marcado por limitações estruturais que dificultam a inclusão de uma grande parte da população na economia formal.

Outro fator relevante é a insuficiência da rede de proteção social e a ausência de incentivos adequados para a formalização. Segundo Ulyssea (2005), a cobertura limitada de benefícios como seguro-desemprego e aposentadoria para trabalhadores informais contribui para que muitos prefiram a informalidade, visto que os custos de formalização muitas vezes superam os benefícios percebidos. Essa realidade é especialmente evidente durante períodos de crise econômica, nos quais a necessidade de obter renda de forma imediata e flexível leva muitos a buscarem empregos informais, mesmo que isso signifique renunciar a direitos trabalhistas e proteção social (OECD, 2020).

Além dos fatores já mencionados, a disparidade econômica entre as regiões do Brasil também perpetua a informalidade. Regiões menos desenvolvidas, como o Norte e o Nordeste, apresentam maiores taxas de informalidade devido à falta de empregos formais e investimentos em infraestrutura e educação, conforme apontado por Barbosa Filho (2017).

A ausência de políticas públicas eficazes para promover o desenvolvimento regional e a inclusão produtiva reforça a marginalização de uma grande parte da força de trabalho e dificulta a transição para a formalidade (Oliveira, 2020). Para combater a informalidade no Brasil, é fundamental adotar uma abordagem integrada que envolva a simplificação do sistema tributário, o fortalecimento da educação e qualificação profissional, a ampliação da rede de proteção social e o desenvolvimento regional equitativo (OIT, 2014).

Fatores positivos que contribuem para a informalidade no Brasil

A informalidade no Brasil, apesar de seus muitos aspectos negativos, também apresenta fatores positivos que contribuem para sua persistência no mercado de trabalho. Um dos fatores mais notáveis é a flexibilidade que o setor informal proporciona aos trabalhadores.

Segundo Maloney (2004), a informalidade permite que trabalhadores ajustem seus horários de trabalho e conciliem múltiplas fontes de renda, oferecendo uma alternativa viável em um contexto de mercado de trabalho rígido e escassez de empregos formais. Essa flexibilidade é especialmente importante em áreas com altos índices de desemprego, onde a economia informal se torna um meio crucial de sobrevivência econômica e um amortecedor contra choques econômicos (ILO, 2018).

A informalidade é frequentemente associada ao empreendedorismo e à capacidade de inovação. Muitos pequenos empreendedores iniciam suas atividades no setor informal, buscando oportunidades de negócio e fugindo da burocracia do setor formal. Esteves (2010) destaca a importância do empreendedorismo para a dinâmica econômica, demonstrando a capacidade de inovação de empresas informais. Contudo, a falta de acesso a crédito, a dificuldade de formalização e a concorrência desleal podem limitar o crescimento desses empreendimentos.

Desafios para a formalização da economia brasileira

Um dos principais desafios enfrentados para a formalização da economia brasileira é a burocracia excessiva, que dificulta a abertura, regularização

e manutenção de negócios. Conforme o relatório *Business* (2020), publicado pelo Banco Mundial, o Brasil ocupa uma posição desfavorável em termos de facilidade para fazer negócios, especialmente devido aos longos prazos e custos associados aos processos burocráticos. No país, são necessários em média dezessete dias para abrir uma empresa, enquanto a média global é de somente sete dias (Banco Mundial, 2020).

Além disso, as legislações tributárias e trabalhistas são um fator crítico. Pequenos empreendimentos enfrentam dificuldades para entender e cumprir as obrigações legais, como o pagamento de impostos e registros trabalhistas (BRASIL, 2021). Simplificar e digitalizar esses processos, como vem sendo implementado pelo programa *Governo Digital*, é uma estratégia essencial para reduzir barreiras e promover a formalização de negócios, especialmente nas micro e pequenas empresas (BRASIL, 2021).

Outro desafio relevante está relacionado à ausência de incentivos fiscais e financeiros suficientes para atrair empreendedores e trabalhadores para a formalidade. A carga tributária elevada no Brasil, que incide tanto sobre as empresas quanto sobre os trabalhadores, torna a informalidade mais atrativa para aqueles que operam em setores de baixa renda (Paes, 2010). Segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT, 2022), em 2022, as empresas brasileiras destinaram, em média, 33% de sua receita bruta ao pagamento de tributos.

Além disso, muitos pequenos empreendedores não têm acesso a crédito em condições adequadas, dificultando investimentos e a expansão de seus negócios. Programas como o PRONAMPE (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) demonstram como as políticas públicas podem aliviar essa barreira, oferecendo linhas de crédito com juros reduzidos e prazos mais acessíveis, contudo, a ampliação desses programas e a garantia de sua continuidade são passos necessários para sustentar a formalização no longo prazo (SEBRAE, 2023).

O processo de formalização da empresa “Saburá da Amazônia”

O empreendimento em questão iniciou-se no ano de 2012, a partir de uma parceria firmada entre dois apicultores do município de São João de Pirabas-PA, ambos habitantes da comunidade rural do Jararaca.

Inicialmente, as atividades eram mais focadas no processo de criação de abelhas e beneficiamento do mel. No entanto, devido à necessidade de escoamento da produção e aumento da margem de lucro, passou-se a pensar em estratégias que contribuíssem para uma certa autonomia comercial, conforme evidencia a fala da proprietária:

“A chave para pensar em estratégias de comercialização surgiu de uma dor, que era a necessidade de escoar a produção. A gente ficava na mão do atravessador e o que a gente recebia não dava nem para pagar os custos.”

Os atravessadores são agentes cruciais para o desenvolvimento das atividades econômicas no meio rural, sendo muitas vezes o único ator que permite viabilizar este processo. No entanto, essa relação comercial traz, em muitos casos, consequências financeiras negativas ao produtor.

Os atravessadores atuam no processo de comercialização de produtos agrícolas, produzidos por pequenos agricultores, que realizam a comercialização de forma individual. Esses atores são responsáveis por determinarem o preço dos produtos, que na grande maioria das vezes, são muito abaixo dos preços de mercado (Oliveira; Mayorga, 2005).

Conforme recomendam Silva, Silva e Souza (2016), essa problemática pode ser superada a partir de ações fundamentais nos princípios do capital social e da governança, visando fortalecer os vínculos sociais entre os diversos atores envolvidos, como cooperativas, governo, bancos etc., contribuindo dessa forma para uma gestão mais eficiente da atividade apícola, principalmente quanto aos ganhos econômicos.

Entre as estratégias adotadas pelos proprietários do empreendimento, incluiu-se o desenvolvimento de subprodutos do mel, para agregação de valor, possibilitando assim a sua verticalização.

“Vi uma oportunidade de negócio, com relação a agregar valor, devido à nossa dificuldade com a venda do mel.”

Nesse contexto, surgem inicialmente os licores com mel, o energético “Super Mix Beer”, feito a partir de pólen, mel e própolis, e posteriormente o sub-produto considerado “carro-chefe” do empreendimento, o “Saburá da Amazônia”, que por sua vez se trata de uma bebida energética feita a partir do saburá, um resíduo produzido pelas abelhas, sendo composto de pólen e resina das plantas.

“Como eu já sabia fazer alguns licores, né?!... abacaxi com mel; gengibre, hortelã e mel. Até chegar nos energéticos, que são o Saburá e o Super Mix Beer. Tudo pensando em agregar valor e na verticalização do mel.”

O processamento da matéria-prima praticado pelos empreendedores investigados permite que os mesmos dominem uma maior parcela das etapas da cadeia produtiva do mel. Isso, por sua vez, aumenta significativamente as margens de lucro, contribuindo assim para um maior rendimento da atividade.

Para Maluf (2004), uma das estratégias mais eficazes de agregar valor aos produtos agrícolas dos pequenos produtores é por meio de iniciativas próprias, onde se dedicam ao processamento ou à elaboração da matéria-prima, seja de maneira individual ou em parceria com outros produtores.

Os pequenos produtores familiares apresentam grandes dificuldades de inserção no mercado, em decorrência de fatores como a desorganização empresarial e dependência de agentes tomadores de preço. Por esse motivo, uma das estratégias necessárias para contornar esse fator limitante perpassa pela verticalização da produção (Bialoskorski Neto, 1997).

Essa estratégia caracteriza-se pela dominação dos estágios da cadeia produtiva, por parte de uma única organização. Dessa forma, são eliminados agentes que oneram ou tomam preços dos seus produtos produzidos (Harrison, 2005).

A estrutura organizacional da empresa “Saburá da Amazônia”

A estrutura organizacional da empresa conta com relações familiares e de parceria profissional. Ao todo, o empreendimento é composto por três pessoas, sendo duas de um mesmo núcleo familiar. No entanto, os proprietários contam

ainda com suportes técnicos especializados que os auxiliam nas atividades produtivas e administrativas.

As atividades produtivas do empreendimento se adéquam a cada período. No inverno amazônico, os manejos caracterizam-se pela manutenção das colmeias, alimentação dos enxames fracos, reforço das estruturas do apiário e medidas de controle de pragas. Além disso, no fim deste período, é realizada a introdução do “bife proteico” nas colmeias.

No verão amazônico, os proprietários realizam a troca da cera, a limpeza dos apiários e dos seus ramais de acesso, como uma forma de já se preparar para a colheita. Nesse período, é também realizada a troca de rainhas em enxames com rainhas velhas ou em enxames de origem voadores.

As atividades de comercialização ocorrem diariamente na propriedade, que também é atualmente a sede do empreendimento. Além disso, conta com a participação em diversas feiras, em Belém, Salinas e São João de Pirabas, e também com vendas *on-line*, através das redes sociais, como *Instagram* e *WhatsApp*.

Os caminhos para a formalização do empreendimento

O empreendimento “Saburá da Amazônia” é atualmente considerado em estágio de formalização, pelos seus proprietários. Do ponto de vista legal, o mesmo é inscrito na Receita Federal com uma organização jurídica na categoria Microempreendedor Individual.

Quando questionados sobre as motivações que levaram ao interesse de formalizar a empresa, uma das proprietárias respondeu o seguinte:

“O meu objetivo inicial não era virar MEI, isso aconteceu devido a uma necessidade mesmo. Tudo começou na feira das cooperativas (FECOOP), em abril do ano passado, quando conheci uma empresa que trabalhava com captação de recurso. Depois da feira, entramos em contato com a proprietária e ela logo comprou nossa ideia. A gente tinha uma linha de produtos e precisava de uma cozinha industrial para obter o selo e ganhar mercado.”

O papel da empresa de captação de recursos no empreendimento “Saburá da Amazônia” foi uma virada de chave, principalmente em se tratando dos

processos jurídicos e administrativos. A partir dessa parceria, diversas mudanças foram implementadas, com o intuito de formalizar o empreendimento.

Uma das mudanças mais bruscas foi a alteração do nome da empresa e a criação de uma identidade para a mesma. Inicialmente, a empresa “Saburá da Amazônia” chamava-se “Produtos Caseiros”, no entanto, essa alteração foi necessária por questões de estratégia de *marketing*.

Além disso, outras mudanças adotadas pelo empreendimento dizem respeito à apresentação dos produtos comercializados. O processo de formalização de um empreendimento e sua consequente inserção em mercados formais, inclui a necessidade de adoção de normas e procedimentos padrões. Por esse motivo, no empreendimento em questão, foram adotadas mudanças nos rótulos e no tipo de embalagem dos produtos comercializados.

Antes do processo de formalização, os rótulos dos produtos da empresa eram vagos e sem as devidas informações necessárias. Além disso, os materiais utilizados para a embalagem dos produtos eram de plástico, porém atualmente está havendo a sua substituição por embalagens de vidro.

Uma das filosofias adotadas pela empresa e que, por sua vez, caracteriza a sua identidade é a questão da sustentabilidade. Devido aos custos elevados para aquisição de embalagens de vidro e à importância da reciclagem no processo, os proprietários vêm reaproveitando as garrafas de vidro de bebidas. Para isso, há um processo de esterilização das mesmas em estufas, para só depois serem reutilizadas.

A adequação da apresentação dos produtos no processo de comercialização trouxe aos proprietários importantes benefícios. A partir da implementação dessas mudanças, os mesmos conseguiram acessar alguns mercados, principalmente na cidade de Belém.

“Com essa mudança, a gente conseguiu entregar em alguns lugares, em Belém, como a loja colaborativa da rede Andorinhas na UNAMA e na feira do açáí, no Leme Bistrô.”

Desafios para a formalização do empreendimento

Segundo a proprietária entrevistada, um dos principais desafios enfrentados, sobretudo, pelos pequenos empreendedores formalizados, perpassa pela

necessidade de pagamento de taxas e tributos, mesmo em um mês de baixa movimentação econômica na atividade.

Além disso, a mesma ressalta que a decisão de formalizar um empreendimento vai muito além do pagamento de taxas e tributos. Implica em adequar-se ao longo de toda a trajetória da cadeia produtiva, a fim de se conseguir o selo de legalização de inspeção estadual e federal. Conforme a proprietária:

“Tudo tem um custo. A documentação, a proposta de imagem, a análise da água e de materiais para constituição da tabela de nutrientes, vitaminas e proteínas.”

Na perspectiva da proprietária, a apicultura em muitos casos não é a atividade econômica principal dos apicultores da região. Dessa forma, não há, por parte desses apicultores, o investimento e a expansão do volume de produção. No entanto, a partir da observação de alguns casos, é possível afirmar que a apicultura é uma atividade viável economicamente na região. Segundo a proprietária:

“Conheço alguns produtores que têm a apicultura como atividade principal. Então, é viável e eficaz. E, como estamos no ‘corredor do mel’, consigo ver a transformação da economia do município com esta atividade.”

As políticas públicas e o apoio governamental para a formalização do empreendimento

A referida empresa participou no ano de 2023 do Sinapse da Bioeconomia (SinapseBio), que por sua vez trata-se de uma iniciativa da Jornada Amazônica, que apoia ideias com potencial para contribuir na preservação da floresta em pé, oferecendo subsídio financeiro. O programa busca fomentar uma nova geração de negócios inovadores na região amazônica (Jornada Amazônica, 2024).

A sustentabilidade nas atividades do empreendimento e, sobretudo, as ações necessárias para se caminhar em direção à formalização do empreendimento foram cruciais para o sucesso neste concurso. Segundo a proprietária entrevistada:

“Quando eu entrei em contato com a empresa que atua com captação de recursos, logo eles compraram nossa história. Foi a partir disso que as mudanças na empresa ocorreram. A gente mudou o nome, trabalhamos em uma identidade visual e mudou o rótulo. Mudou toda a cara do Saburá da Amazônia.”

A participação do empreendimento no referido concurso foi um sucesso, a empresa teve seu projeto contemplado com um subsídio de R\$ 70.000,00 para equipar a cozinha industrial e potencializar seus resultados.

Além disso, outro programa que mantém relação com o empreendimento é o programa de Assistência Técnica e Gerencial (ATeG), do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Com isso, o “Saburá da Amazônia” conta com um suporte técnico nas atividades produtivas e gerenciais. Isso, por sua vez, lhes garante maior eficiência na execução de muitas atividades necessárias para o sucesso do empreendimento.

A Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) do Senar é um serviço gratuito disponibilizado aos produtores rurais brasileiros. Seu objetivo principal é promover a geração de renda, aprimorar a produção e fortalecer a gestão rural por meio de ações educativas. Durante 24 meses, período mínimo necessário para avaliar os resultados da metodologia, os produtores recebem acompanhamento periódico de um técnico de campo (SENAR, 2024).

Outro ponto de especial atenção é a própria criação do MEI, como uma possibilidade de registro de pequenos empreendimentos, com burocracias reduzidas e de fácil acesso, caracterizando-se como um aspecto facilitador no processo de formalização para empresas desse perfil.

Segundo Santos e Brito (2023), entre os motivos que explicam por que a mera existência de uma legislação não garante a formalização das empresas, está a burocracia envolvida no processo. Pequenos negócios, muitas vezes administrados pelos próprios empreendedores, não possuem uma estrutura administrativa capaz de atender aos critérios legais em relação às obrigações tributárias e trabalhistas.

O olhar sobre o processo de formalização

Quando questionada sobre a percepção da importância do processo de formalização para o crescimento e desenvolvimento do empreendimento, a proprietária do “Saburá da Amazônia” afirmou que o processo de formalização, torna-se crucial para um empreendimento alcançar novos mercados e tenha uma maior diversidade de relações comerciais, auxiliando assim na verticalização da produção.

Além disso, a importância do processo de formalização está centrada também na possibilidade de participação em programas sociais e de fomento financeiro para pequenas empresas.

O olhar sobre o futuro do empreendimento

Atualmente, o empreendimento possui uma linha composta de 38 produtos, onde muitos deles estão bem inseridos no mercado. Por esse motivo, os proprietários optaram por estagnar nesse quantitativo e focar na estrutura física do empreendimento, de modo a conseguirem condições de atender à atual demanda.

“Nossos produtos cresceram muito e a gente precisa ter uma estrutura, né? Como a cozinha industrial. A gente tem um ponto, que antes era uma padaria. Aí estamos adaptando para que a cozinha seja lá. O nosso foco será colocar essa indústria para funcionar.”

Além disso, como forma de explorar um novo nicho e, juntamente com isso, contribuir para a visibilidade do empreendimento e melhorias na comercialização dos produtos, os proprietários do empreendimento almejam atuar com turismo de visitação.

Outro desejo dos referidos proprietários é fortalecer o projeto social educativo com as crianças a respeito da importância por trás da apicultura. Esse projeto conta com a participação dos apicultores da Vila do Jararaca em parceria com três escolas municipais. No entanto, é limitado pela falta de suporte.

“A gente começou com esse projeto, esse ano, e queremos continuar. A gente faz uma programação bem divertida, mas desejamos no futuro instalar uns meliponários didáticos e de estímulo a valorizar a apicultura.”

CONCLUSÃO

O estudo revelou que a formalização desempenhou um papel essencial nas contribuições do empreendimento, permitindo o acesso a novos mercados, programas de apoio e maior reconhecimento no setor produtivo.

Entre os principais desafios enfrentados destaca-se a dependência inicial dos atravessadores, as dificuldades financeiras para a adequação aos critérios legais e a necessidade de adaptação às normas de mercado, como a obtenção de selos e a reformulação da identidade visual. Por outro lado, a formalização trouxe benefícios significativos, como a agregação de valor aos produtos, a participação em feiras e o acesso a subsídios.

A verticalização da produção e o desenvolvimento de subprodutos, como o energético “Saburá da Amazônia”, desenvolveram a capacidade dos pequenos empreendedores em agregar valor à produção primária, potencializando seus lucros e ampliando sua atuação no mercado.

Por fim, o caso do “Saburá da Amazônia” destaca o potencial da apicultura como atividade econômica viável e sustentável na região amazônica. O sucesso do empreendimento reforça a importância da formalização como meio para superar barreiras estruturais e promover a inclusão produtiva. Com planos futuros voltados à ampliação da estrutura física, fortalecimento de projetos sociais e exploração do turismo de visitação, o “Saburá da Amazônia” consolida-se como um modelo inspirador de empreendedorismo rural, aliando inovação, sustentabilidade e impacto social positivo.

REFERÊNCIAS

BALBIM, R. Gramáticas do desenvolvimento. Da economia informal aos assentamentos informais. **Cadernos Metrópole**, São Paulo. v. 26, n. 61, p. e6157636, 2024.

BANCO MUNDIAL. **Doing Business 2020: Comparando a regulamentação empresarial em 190 economias**. Washington, DC: Banco Mundial, 2020. Disponível em: <https://www.doingbusiness.org>. Acesso em: 09 nov. 2024.

BARBOSA FILHO, F. H. **A informalidade no mercado de trabalho brasileiro: determinantes e desafios**. Texto para Discussão 2331. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2017.

BELEI, R. A., *et al.* O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. **Cadernos de Educação (FaE/PPGE/UFPel)**, Pelotas, n. 30, p. 187–199, jan./jun. 2008.

BIALOSKORSKI NETO, S. Gestão do agribusiness cooperativo. In: Mário Otávio Batalha (coord.). **Gestão agroindustrial**, Vol. 1. São Paulo: Editora Atlas, 1997.

BRASIL. **Governo Digital: balanço de ações 2021**. Ministério da Economia, Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/economia>. Acesso em: 09 nov. 2024.

BUSINESS, Doing. Reforming to create jobs. **World Bank Group, Washington**, 2018.

ESTEVES, L. A. Exposição à competição informal e esforço de inovação das empresas industriais brasileiras. **Economia & Tecnologia**, Curitiba, v. 20, n. 6, p. 149–155, mar. 2010.

FRANCISCO, A. A. S.; PAULO, M. **Impacto da Economia Informal na Proteção Social, Pobreza e Exclusão**: A Dimensão Oculta da Informalidade em Moçambique. Maputo: CEA, 2006. 141 p.

GONÇALVES, R. S.; BAUTÈS, N.; MANEIRO, M. A informalidade urbana em questão. **O Social em Questão**, ano XXI, n. 42, pp. 9-26. 2018.

GUERREIRO, A. A. D. O comércio nas ruas e as teorias sobre a economia informal brasileira. **Pensamento & Realidade**, São Paulo, v. 7, p. 137157, 2000. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/pensamentorealidade/article/view/8550>. Acesso em: 25 nov. 2024.

HARRISON, J. S. **Administração estratégica de recursos e relacionamentos**. Trad. Luciana de Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Bookman, 2005. 430p.

HIRATA, Guilherme Issamu. **Economia informal no Brasil: aspectos de inserção, permanência e transição no mercado de trabalho metropolitano**. Ana Flávia Machado 2007. 82 f. Dissertação (Mestrado em Economia)- Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/AMSA-725NEE/1/disserta__o_guilhermeissamu.pdf. Acesso em: 09 nov. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Informalidade contribui novamente para queda da desocupação**. Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 29 set. 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/17004-informalidade-contribui-novamente-para-queda-da-desocupacao>. Acesso em: 20 nov. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). **São João de Pirabas (PA): panorama**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/sao-joao-de-pirabas/panorama>. Acesso em: 09 nov. 2024.

IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação. **Carga tributária das empresas brasileiras 2022**. Curitiba, 2022. Disponível em: <https://www.ibpt.com.br>. Acesso em: 09 nov. 2024.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **Women and Men in the Informal Economy: A Statistical Picture**. 3rd ed. Geneva: International Labour Office, 2018.

JORNADA AMAZÔNICA. (2024). **Conheça as 70 empresas selecionadas no Sinapse Bio 2024**. Disponível em: <https://jornadaamazonia.org.br/conheca-as-70-empresas-selecionadas-no-sinapse-bio-2024/>. Acesso em: 15 nov 2024.

LEONE, Eugenia Troncoso. **O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal**. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, Escritório no Brasil, 2010. (Série Trabalho Decente no Brasil, Documento de Trabalho n. 3). Disponível em: <https://www.ilo.org/pt-pt/media/332811/download>. Acesso em: 15 nov. 2024.

MALONEY, W. F. Informality revisited. **World Development**, v. 32, n. 7, p. 1159–1178, jul. 2004. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X04000555>. Acesso em: 15 nov. 2024.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaios FEE**, Porto Alegre. v. 25, n. 1, 2004.

MARQUES, C. A. C. O trabalho informal, a economia informal e os desafios associados à precarização do trabalho. **Revista FT**, v. 29, n. 140, 3 nov. 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/o-trabalho-informal-a-economia-informal-e-os-defasios-associados-a-precariizacao-do-trabalho/>. Acesso em: 09 nov. 2024.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica**: Práticas de fichamentos, resumos, resenhas. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (MPPA). **SIIIS – Sistema de Informações de Indicadores Sociais do Estado do Pará: São João de Pirabas**. Belém: MPPA, 2010. Disponível em: [https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/53/sao_joao_de_pirabas\(2\).pdf](https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/53/sao_joao_de_pirabas(2).pdf). Acesso em: 09 nov. 2024.

MOSCA, João. **Pobreza, economia “informal”, informalidades e desenvolvimento**. In: CONFERÊNCIA DINÂMICAS DA POBREZA E PADRÕES DE ACUMULAÇÃO ECONÔMICA EM MOÇAMBIQUE. 2, 2009, Maputo. **Anais**. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos. Disponível em: https://www.iese.ac.mz/lib/publication/II_conf/GrupoIV/Pobreza_informalidades_desenvolvimento_MOSCA.pdf. Acesso em: 28 nov. 2024.

OECD. **Informality and Social Protection in the Americas: Empirical Evidence from Brazil, Colombia, Ecuador and Peru**. Paris: OECD Publishing, 2020. Disponível em: <https://www.oecd.org/social/informality-social-protection-americas.htm>. Acesso em: 09 nov 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Transição da economia informal para a formalidade: desafios e instrumentos de política integrada**. Genebra: OIT, 2014. Disponível em: <https://www.ilo.org/pt-pt/media/444506/download>. Acesso em: 17 jul. 2025.

OLIVEIRA, A. D. S.; MAYORGA, M. I.O. Os impactos da participação do atravessador na economia do setor agrícola: um estudo de caso. In: **CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER**, 43., 2005, Ribeirão Preto. **Anais eletrônicos...** Ribeirão Preto: SOBER, 2005. Disponível em: <https://www.sober.org.br/palestra/43/2005/1092.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2025.

OLIVEIRA, F. C. Mercado informal, economia e políticas públicas. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 05, ed. 02, vol. 04, p. 61–92, fev. 2020. ISSN 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/lei/mercado-informal>. Acesso em: 15 nov. 2024.

PAES, N. M. **Economia Informal e tributação no Brasil** São Paulo: Atlas, 2010.

PEREIRA, A. S. *et al.* **Metodologia da pesquisa científica**. Santa Maria: UFSM, 2018. 119 p.

RAMOS, L. **A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2002**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para discussão; 914).

SALVO, Antonio Ernesto Werna de. **O mercado informal de trabalho no setor rural**. 2000. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt_014e.pdf. Acesso em: 27 nov. 2024.

SANTOS, M. D. C.; BRITTO, J. N. de P. Impactos da Lei nº 128/2008 sobre a formalização de empresas: evidências para a Lei do Microempreendedor Individual. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho (RERUT)**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 142–172, ago. 2023.

SCHNEIDER, F. **Size and measurement of the informal economy in 110 countries around the world**. Washington, D.C.: World Bank, 2002.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL. (2024). **Assistência Técnica e Gerencial do SENAR**. Disponível em: <https://cnabrazil.org.br/assistencia-tecnica-e-gerencial>. Acesso em: 15 nov. 2024.

SEBRAE. **Pronampe e os avanços no apoio às pequenas empresas**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br> . Acesso em: 09 nov. 2024.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-SEPLAD (Pará). **Perfil Socioeconômico e Ambiental da região de integração Rio Caeté**. Disponível em: <https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2023/03/Apresentacao-Fapespa-RI-Rio-Caete.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2024.

SILVA, M. S. F.; SILVA, E. G.; SOUZA, R. M. *et al.* As redes geográficas na análise da produção de mel em Sergipe. **Sociedade e Território**, Natal. v. 28, n. 1, p. 70-87, 2016.

ULYSSEA, G. **Instituições e a informalidade no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: Ipea, 2005. (Texto para Discussão, n. 1096). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1958>. Acesso em: 23 nov. 2024.

MARKETING DE EXPERIÊNCIA E ATENDIMENTO PERSONALIZADO NO SETOR DE SERVIÇOS: UM ESTUDO DE CASO NA BARBEARIA K. MENDES BARBER SHOP, CIDADE DE CAPANEMA, PARÁ

Marcos Vinícius Silva dos Santos
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Valdinei Correa de Sousa
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Robert Santos da Silva
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Ana Karlla Magalhães Nogueira
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Objetivo: O estudo analisou o impacto do *marketing* de experiência e atendimento personalizado na satisfação e fidelização dos clientes da Barbearia K. Mendes Barber Shop, localizada em Capanema, Pará. **Métodos:** A pesquisa explorou como tais abordagens promovem o sucesso e sustentabilidade do negócio em um ambiente competitivo, enfatizando experiências marcantes para fidelizar consumidores. A metodologia utilizada foi qualitativa, com um estudo de caso detalhado da barbearia. Dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com o proprietário, realizadas em novembro de 2024. **Resultados:** As respostas foram transcritas e analisadas para identificar práticas eficazes de *marketing* e atendimento, como o uso de influenciadores digitais, programas de fidelidade e personalização dos serviços. Os resultados indicaram que a personalização no atendimento, registro de preferências e uso de mídias sociais aumentaram significativamente a satisfação dos clientes. A criação de um ambiente acolhedor e ofertas exclusivas geraram maior lealdade, fortalecendo o marketing boca-a-boca. Além disso, o uso de canais como Instagram e *WhatsApp* foi eficaz para atrair e reter clientes, ampliando o alcance do negócio. **Considerações Finais:** Evidenciou-se que o *marketing* de experiência e atendimento personalizado são cruciais para a sustentabilidade de pequenos negócios no setor de serviços, especialmente em mercados locais.

Palavras-chave: Fidelização de clientes; pequenos negócios; personalização em negócios; estratégias de *marketing*.

INTRODUÇÃO

O *marketing* de experiência é uma estratégia que busca criar interações que envolvem o consumidor de forma emocional e sensorial, proporcionando vivências que transcendem a funcionalidade dos produtos e serviços ofertados (Schmitt, 1999). Pine e Gilmore (2021) afirmam que criar experiências memoráveis é fundamental para capturar a atenção e o tempo do cliente em um mercado competitivo, destacando a necessidade de marcas se diferenciarem por meio de interações significativas.

Em pequenos negócios, como barbearias, essa conexão emocional é potencializada pela proximidade com o cliente, o que facilita a criação de interações personalizadas e significativas (Lemon; Verhoef, 2016). Além disso, a oferta de experiências únicas, que conectam emocionalmente o cliente à marca, pode ser um diferencial decisivo para empresas locais, cuja sobrevivência depende da capacidade de se destacar no mercado e fidelizar consumidores (Gentile; Spiller; Noci, 2007).

Carmo, Marques e Dias (2022) afirmam que as práticas de *marketing* de experiência impactam não apenas a satisfação dos clientes, mas também são importantes para a fidelização dos mesmos, permitindo que os pequenos negócios construam relacionamentos duradouros com sua clientela.

A personalização é particularmente relevante em empresas de pequeno porte, onde a interação direta com o cliente permite moldar o serviço de forma específica e gerar maior fidelização (Lovelock; Wirtz, Hemzo 2011). Assim, entre as práticas de *marketing* de experiência, o atendimento personalizado destaca-se como uma estratégia complementar, pois ao adaptar o serviço às necessidades e preferências individuais do cliente, aumenta-se a percepção de valor e a satisfação, o que, por sua vez, fortalece a relação com a marca (Kotler; Keller, 2012).

Neste estudo, a pesquisa aborda a importância do *marketing* de experiência e do atendimento personalizado para a satisfação e fidelização dos clientes em pequenos negócios. Nesse viés, Bennett, Rundle e Thiele (2005) destacam que a construção de relacionamentos duradouros é essencial para garantir a retenção e promover crescimento por meio de recomendações orgânicas. Em mercados locais, como na cidade de Capanema, estado do Pará,

onde predominam pequenos negócios, essas estratégias são fundamentais para garantir competitividade e sobrevivência no mercado.

Diante dos argumentos apresentados, surge o seguinte problema de pesquisa: de que forma as estratégias de *marketing* de experiência contribuem para o sucesso e a sustentabilidade da Barbearia K. Mendes *Barber Shop*, na Cidade de Capanema, Pará? Nesse contexto, parte-se da hipótese de que a implementação de estratégias de *marketing* de experiência e atendimento personalizado na Barbearia K. Mendes *Barber Shop* resulta em maior satisfação e fidelização dos clientes, contribuindo para o sucesso e a sustentabilidade do negócio.

A relevância da pesquisa reside em mostrar como empresas de pequeno porte podem se beneficiar dessas estratégias de *marketing* para conquistar a lealdade de seus consumidores e garantir sustentabilidade em um mercado competitivo. Além disso, não se identificaram pesquisas realizadas nesta área de estudo que abordem esta temática, demonstrando o ineditismo deste trabalho.

O objetivo geral deste trabalho foi analisar como as práticas de *marketing* de experiência e o atendimento personalizado impactam a satisfação e a fidelização dos clientes da Barbearia K. Mendes *Barber Shop*, na cidade de Capanema, estado do Pará. E, como objetivos específicos, buscou-se explorar as estratégias de *marketing* de experiência implementadas pelo proprietário e analisar a relação entre essas estratégias e o aumento na retenção de clientes.

Para realizar este estudo, foi feita uma pesquisa qualitativa com o proprietário da barbearia K. Mendes *Barber Shop*, utilizando um questionário semiestruturado para identificar as práticas de *marketing* de experiência adotadas e seus resultados em termos de retenção de clientes e crescimento do negócio.

REFERENCIAL TEÓRICO

Marketing de Experiência

O *marketing* de experiência é uma abordagem estratégica que busca criar vivências únicas e significativas para os consumidores, com o objetivo de gerar uma conexão emocional profunda com a marca ou serviço oferecido (Schmitt, 1999). Essa estratégia proporciona ao consumidor mais do que um simples produto ou serviço, focando em momentos memoráveis e envolventes

que reforçam a relação com a marca e promovem um vínculo emocional duradouro (Bustamante; Rubio, 2017).

Dessa forma, em vez de simplesmente entregar produtos ou serviços, as empresas buscam proporcionar experiências que transcendam a transação comercial, um movimento que Pine e Gilmore (1998) chamam de “economia da experiência”, no qual as empresas buscam oferecer experiências que agreguem valor ao consumidor, permitindo que o mesmo se sinta parte de algo exclusivo e significativo. Nesse modelo, o consumo vai além da aquisição de produtos ou serviços; ele é visto como uma participação ativa em experiências que tornam a vida mais rica e significativa.

Esse conceito reflete uma transformação profunda no comportamento do consumidor, onde as empresas devem entender que as experiências que proporcionam são um fator essencial para sua competitividade (Pine; Gilmore, 1998). Segundo Gentile, Spiller e Noci (2007), essa abordagem é cada vez mais importante em mercados competitivos, onde as marcas lutam para se destacar pela qualidade das experiências que oferecem.

No contexto atual, o *marketing* de experiência envolve múltiplos pontos de contato entre a empresa e o consumidor, tanto no mundo físico quanto no digital. Meyer *et al.* (2007) destacam a importância de compreender a experiência do cliente ao longo de sua jornada, o que se alinha ao conceito de integração de pontos de contato físicos e digitais descrito por Lemon e Verhoef (2016). Além disso, Hernández, Jiménez e Martín (2009) enfatizam que as experiências virtuais complementam as interações físicas, oferecendo uma nova camada de envolvimento que permite que as marcas se conectem com os consumidores em diversos níveis, incluindo o emocional e o sensorial.

Pesquisas recentes, como a de Bustamante e Rubio (2017), mostram que experiências sensoriais e emocionais desempenham um papel fundamental na formação de atitudes positivas em relação às marcas, influenciando diretamente o comportamento e a satisfação do consumidor. Brakus, Schmitt e Zarantonello (2009) identificam que o *marketing* de experiência pode ser dividido em várias dimensões, como sensorial, emocional e comportamental, sendo cada uma fundamental para criar uma percepção completa da marca.

Ainda de acordo com Brakus, Schmitt e Zarantonello (2009), a experiência sensorial, por exemplo, envolve estímulos visuais, auditivos e táteis que ajudam

a formar uma conexão emocional mais intensa, enquanto a experiência emocional está mais relacionada ao impacto afetivo da marca sobre o consumidor.

Carù e Cova (2015) sugerem que, em pequenas empresas como barbearias, o *marketing* de experiência oferece uma vantagem competitiva única, permitindo que essas empresas se destaquem em mercados locais onde as interações diretas com os consumidores têm grande relevância. Price e Arnould (1999) observam que essas empresas criam vínculos emocionais com os clientes ao fornecer um atendimento personalizado, fortalecendo a fidelidade e gerando um efeito de "boca a boca" que é essencial para a sustentabilidade em mercados regionais.

Além disso, a crescente importância das redes sociais e das avaliações *on-line* tem intensificado o impacto do *marketing* de experiência, pois estudos como o de Hudson *et al.* (2015) demonstram que consumidores satisfeitos frequentemente compartilham suas experiências nas plataformas digitais, gerando um *marketing* espontâneo que amplia o alcance da marca.

Em suma, o *marketing* de experiência é uma abordagem estratégica essencial para empresas que desejam estabelecer um vínculo profundo e duradouro com seus consumidores (Hollebeek; Macky, 2019). Ao integrar experiências sensoriais, emocionais e personalizadas ao longo de múltiplos pontos de contato, as empresas podem não apenas aumentar a satisfação e a lealdade dos clientes, mas também criar uma marca diferenciada em um mercado competitivo (Srinivasan; Till, 2002).

Como afirmam Pine e Gilmore (1998), as experiências são um diferencial importante em uma economia globalizada, e sua implementação eficaz pode gerar um crescimento sustentável para a marca, transformando clientes em defensores e gerando um ciclo de fidelização e recomendação.

Atendimento Personalizado

O atendimento personalizado é uma abordagem estratégica que busca adaptar as interações entre empresas e clientes para atender necessidades e expectativas específicas, criando uma experiência única e diferenciada para cada consumidor (Kotler; Keller, 2012). Esse tipo de atendimento envolve o reconhecimento das preferências individuais e o ajuste dos serviços de acordo com as particularidades de cada cliente, o que contribui para o desenvolvimento de

um relacionamento mais próximo e satisfatório entre o consumidor e a marca (Lovelock; Wirtz; Hemzo, 2011).

Em setores como o de serviços pessoais, a personalização é vista como um diferencial competitivo que promove uma experiência mais íntima e exclusiva, resultando em uma maior probabilidade de fidelização e recomendação por parte dos clientes (Berman, 2005).

Além disso, Kumar e Kaushik (2022) destacam que a personalização no atendimento permite que as empresas se adaptem de maneira ágil às mudanças nas preferências dos consumidores. E isso é especialmente importante em ambientes onde a concorrência é acirrada e os clientes buscam um valor agregado além do produto em si (Prahalad; Ramaswamy, 2004). A utilização de dados e *feedback* dos clientes para ajustar o serviço, por exemplo, permite que as empresas aprimorem constantemente suas estratégias de personalização, tornando o atendimento mais eficaz e ajustado às necessidades individuais (Schmitt, 1999).

No contexto das pequenas empresas, como barbearias, o atendimento personalizado permite que o cliente se sinta valorizado e bem atendido, reforçando um ciclo de lealdade e recomendação, que é crucial para a sustentabilidade do negócio em mercados locais (Carù; Cova, 2015). A atenção ao detalhe e a capacidade de oferecer um serviço direcionado ajudam a criar uma experiência de valor para o consumidor, o que, segundo Bustamante e Rubio (2017), fortalece a imagem da marca e promove a satisfação.

Hollebeek e Macky (2019) indicam que a personalização é um dos pilares da experiência do cliente e que, ao investir nessa prática, as empresas aumentam a probabilidade de gerar um engajamento positivo com seus consumidores. Em um cenário onde a economia da experiência é cada vez mais relevante, o atendimento personalizado se destaca como um dos principais fatores que elevam a qualidade da interação e a percepção do cliente sobre a marca (Pine; Gilmore, 1998).

Fidelização e satisfação do cliente

A fidelização do cliente é um dos principais objetivos das empresas, pois mantém a base de consumidores estável e propensa a realizar compras repetidas,

gerando receitas recorrentes (Oliver, 1999). A fidelidade está diretamente ligada à satisfação do cliente, que é influenciada por diversos fatores, como a qualidade do atendimento, a personalização dos serviços e a consistência na entrega do produto (Parasuraman; Zeithaml; Berry, 1988).

Segundo Kotler e Keller (2012), a satisfação do cliente ocorre quando as expectativas do consumidor são atendidas ou superadas durante a experiência de consumo. Em um mercado competitivo, as empresas que conseguem proporcionar uma experiência satisfatória ao cliente não apenas aumentam a probabilidade de fidelização, mas também de recomendação boca a boca, o que se traduz em publicidade gratuita e de maior alcance (Reichheld, 2003).

A lealdade do cliente vai além de uma simples repetição de compras, pois envolve um vínculo emocional entre o consumidor e a marca, o que pode ser fortalecido por meio de experiências consistentes e positivas (Dick; Basu, 1994). Além disso, a fidelização está associada à percepção de valor, em que o cliente sente que os benefícios recebidos justificam o custo do produto ou serviço (Zeithaml, 1988).

Estudos indicam que a satisfação é um precursor direto da lealdade, sendo essencial para as empresas manterem e expandirem sua base de clientes (Oliver, 1999). Além disso, a fidelização pode gerar uma vantagem competitiva sustentável, pois clientes leais tendem a ser menos sensíveis ao preço e mais propensos a continuar comprando, mesmo quando surgem novas alternativas no mercado (Reichheld, 1990).

A satisfação e a fidelização também estão diretamente ligadas à experiência do cliente, um conceito que se refere ao conjunto de interações que um consumidor tem com uma marca ao longo de sua jornada (Lemon; Verhoef, 2016). Segundo Pine e Gilmore (1998), a criação de uma experiência memorável é um fator chave para aumentar a satisfação e, por conseguinte, promover a fidelidade do cliente.

No setor de serviços, como em barbearias, a fidelização pode ser particularmente influenciada pela qualidade do atendimento personalizado, que contribui para um vínculo mais estreito entre o cliente e a empresa (Carù; Cova, 2015). Empresas que priorizam a experiência do cliente e a personalização de serviços têm mais chances de gerar satisfação e, conseqüentemente, fidelização,

criando uma base sólida de consumidores que retornam e recomendam os serviços (Chaudhuri; Holbrook, 2001).

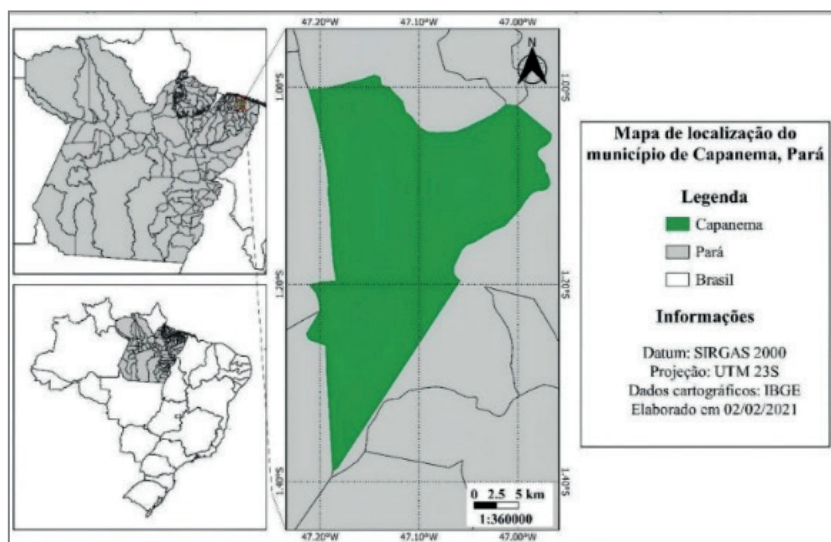
MATERIAL E MÉTODOS

Descrição da área de estudo

A pesquisa foi realizada na cidade de Capanema, localizada na região Nordeste do Estado do Pará. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), Capanema possui uma área territorial de 621,483 km², e uma população estimada em 70.394 pessoas, com uma densidade demográfica de 113,27 hab/km² e o PIB *per capita*, em 2021, de R\$ 20.438,00 (IBGE, 2022).

O município de Capanema destaca-se como um importante polo comercial devido à sua localização geográfica, a qual facilita o acesso de habitantes de municípios vizinhos ao comércio local (Freitas; Santos, 2019). De acordo com estes autores, essa posição estratégica contribui para o desenvolvimento e movimentação da economia, garantindo a Capanema uma posição de destaque em relação aos municípios próximos.

Figura 1 - Mapa de localização do Município de Capanema, Nordeste Paraense.



Fonte: Meireles e Souza (2021).

Na visão de Ribeiro (2017), Capanema se constitui como uma das mais importantes cidades do Nordeste Paraense, com uma ampla área de influência e uma das maiores densidades de atividades comerciais e de serviços da região. Essa intensa atividade comercial promove o desenvolvimento local, atraindo um movimento constante de pessoas que dinamiza diversos setores. No caso das barbearias, por exemplo, essa circulação diária fortalece o setor de serviços, contribuindo para o sustento de pequenos empreendedores e ampliando as oportunidades de geração de renda para a população local.

Local do estudo

O local de estudo do presente trabalho foi a Barbearia K. Mendes *Barber Shop*, localizada na Travessa José Bonifácio, entre a Rua Dom Pedro II e a Travessa Jacaré, de propriedade do Sr. Francisco Kleydir Mendes Teixeira. A barbearia é registrada sob a razão social F K. Mendes Teixeira LTDA.

Figura 2 - Localização da K. Mendes *Barber Shop* na cidade de Capanema, Pará.

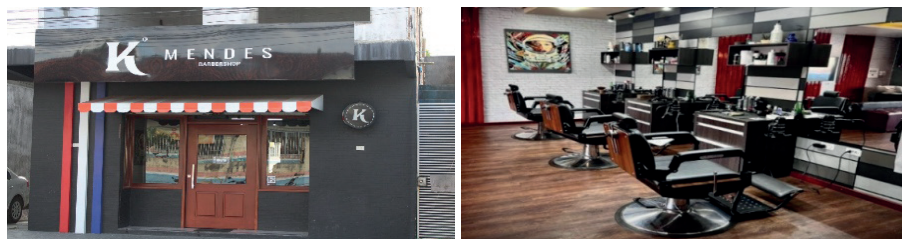


Fonte: Google Maps (2021).

A barbearia K. Mendes *Barber Shop* foi inaugurada no ano de 2016 e atua no mercado como uma empresa de porte pequeno, contando com uma equipe de 2 funcionários. Desde sua abertura, a barbearia tem se destacado no município, oferecendo um ambiente aconchegante e moderno e um atendimento personalizado que conquistou uma clientela fiel.

A barbearia K. Mendes *Barber Shop* está em funcionamento na cidade de Capanema há 8 anos, sendo reconhecida pela excelência dos serviços prestados. Além de fornecer um espaço dedicado aos cuidados estéticos masculinos, seu funcionamento desempenha um papel relevante na economia local, impulsionando o desenvolvimento do setor de serviços no município (Ver figura 3).

Figura 3 - Imagem externa e interna da barbearia K. Mendes *Barber Shop*.



Fonte: Acervo dos autores (2024).

Além dos serviços tradicionais de corte e barba, de acordo com o proprietário, a barbearia se diferencia pelo seu *marketing*, atendimento personalizado, ambiente confortável e produtos de alta qualidade. Com isso, a K. Mendes *Barber Shop* reforça seu papel como uma importante referência na área de cuidados estéticos masculinos e fomenta o desenvolvimento do comércio local.

Natureza e detalhamento da pesquisa

Para alcançar o objetivo geral desta pesquisa, foi adotada a metodologia de estudo de caso, que se caracteriza pela investigação aprofundada de um contexto específico. Segundo Prodanov e Freitas (2013), o estudo de caso consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa.

Além disso, este estudo também se caracteriza como uma abordagem qualitativa. Gerhart e Silveira (2013) destacam que a pesquisa qualitativa foca em aspectos da realidade que não são facilmente quantificáveis, buscando compreender e explicar a dinâmica das relações sociais.

Para a coleta de dados, foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada aplicado ao proprietário da barbearia K. Mendes *Barber Shop*, composto por

10 perguntas abertas, com o objetivo de compreender o *marketing* de experiência e o atendimento personalizado oferecido pelo estabelecimento. De acordo com Lakatos e Marconi (2017), a entrevista padronizada ou semiestruturada é aquela em que o entrevistador segue um roteiro estabelecido, com perguntas previamente determinadas, sendo realizada com pessoas selecionadas conforme um plano.

A entrevista foi realizada de forma presencial no dia 12 de novembro de 2024, no local de trabalho do entrevistado, garantindo um ambiente mais confortável para a conversação e para a obtenção de informações. O proprietário da barbearia K. Mendes *Barber Shop* teve total liberdade para expor suas percepções sobre as práticas de *marketing* de experiência e o atendimento personalizado utilizado no estabelecimento.

Com o consentimento do entrevistado, a conversa foi gravada, assegurando a precisão e integridade dos dados coletados. Após a realização da entrevista, os registros gravados foram transcritos integralmente, para permitir uma análise detalhada e uma apresentação clara dos resultados obtidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta sessão, apresenta-se a análise e discussão dos resultados obtidos por meio da entrevista com o proprietário da barbearia. Buscou-se explorar as estratégias de *marketing* de experiência implementadas pelo proprietário e analisar as relações entre essas estratégias e o aumento da retenção de clientes.

Inicialmente, o proprietário foi questionado sobre os tipos de serviços prestados pela barbearia, e o mesmo informou que a K. Mendes *Barber Shop* oferece diferentes tipos de serviços como corte de cabelo, barba, depilação na cera, hidratação e esfoliação

A variedade de serviços oferecidos pela barbearia K. Mendes *Barber Shop* reflete uma estratégia eficiente de diversificação, alinhada à necessidade de atender e superar as expectativas dos clientes. Essa abordagem fortalece o diferencial competitivo da barbearia, ampliando seu relacionamento com os clientes e respondendo a diferentes demandas do mercado.

Nesse viés, Braz (2023, p. 5) destaca que “a prestação de serviços em uma barbearia é um processo complexo, que envolve desde a habilidade técnica

dos profissionais até a capacidade de estabelecer uma relação de confiança com os clientes”.

Com relação às estratégias de *marketing* utilizadas para aumentar a clientela, identificou-se que as minhas principais ações envolvem a divulgação por meio de depoimentos de influenciadores digitais locais, tráfego digital nas redes sociais do estabelecimento. Conforme registro de fala do proprietário transcrito a seguir:

"As redes sociais utilizadas são o Instagram, Facebook e WhatsApp e anúncios na rádio. E essas estratégias têm se mostrado eficazes na atração de novos clientes e na retenção dos atuais."

Sobre a visão de Gabriel (2010), o *marketing* digital busca oferecer a oferta certa, para a pessoa certa, no momento certo e no lugar certo, utilizando canais digitais para permitir que os clientes conheçam a empresa, obtenham informações sobre seus serviços e tenham acesso a um atendimento adequado. A jornada completa do cliente pode ser realizada por meio dessas plataformas. Nesse sentido, a estratégia do proprietário está em sintonia com os conceitos apresentados por Gabriel (2010).

Ao integrar ferramentas digitais como o *Instagram*, o *Facebook* e o *WhatsApp*, juntamente com influenciadores digitais e anúncios em rádio, o empreendedor consegue criar uma jornada do cliente completa. Esse processo permite que não apenas os clientes conheçam os serviços da barbearia, mas também que realizem agendamentos de serviços de forma ágil e prática.

Além disso, a utilização desses canais digitais otimiza a comunicação e proporciona uma experiência personalizada, essencial para a fidelização. Dessa forma, as ações do proprietário evidenciam o impacto positivo do *marketing* digital tanto na conquista de novos clientes quanto na retenção dos atuais.

Outra questão abordada com o proprietário foi sobre sua percepção quanto às experiências proporcionadas aos clientes (atendimento, ambiente etc.) serem um diferencial competitivo para a barbearia. Nesse viés, além de reforçar a importância de um atendimento e ambiente de qualidade, o proprietário destacou que essas experiências não apenas fidelizam os clientes, mas também posicionam a barbearia como uma referência no mercado.

Segundo o mesmo, ao oferecer um serviço personalizado e exclusivo, a barbearia cria um diferencial competitivo, permitindo que se destaque perante a concorrência e seja associada a um padrão de excelência e cuidado com o cliente. Essa estratégia evidencia o impacto positivo das ações voltadas para o cliente na construção de uma marca sólida e atrativa. Conforme fala transcrita a seguir:

“Por que ao proporcionar essas experiências aos clientes na minha barbearia, ela acaba se diferenciando das demais, se torna uma marca exclusiva com um atendimento personalizado.”

De acordo com Tischler *et al.* (2013), para as empresas se destacarem no mercado, é essencial criar experiências que ofereçam sensações diferenciadas, focando não apenas na venda de produtos, mas no estabelecimento de conexões emocionais com os consumidores. As estratégias de *marketing* devem ir além das abordagens tradicionais, promovendo momentos significativos e relacionamentos mais profundos com os clientes.

A observação do proprietário está alinhada com a abordagem proposta por Tischler *et al.* (2013), que enfatizam a relevância de estabelecer vínculos emocionais com os clientes. Esse conceito reforça que, mais do que atributos físicos ou técnicos dos produtos e serviços, é a conexão emocional que promove uma relação duradoura e diferenciada entre a marca e seu público-alvo.

Assim, a estratégia de proporcionar um atendimento personalizado e um ambiente agradável e exclusivo realmente configura um diferencial competitivo. Isso permite que a barbearia se destaque em um mercado competitivo, criando uma identidade própria e fidelizando clientes, pois as experiências marcantes geram um vínculo mais forte e duradouro com a marca.

O proprietário quando questionado sobre a utilização de estratégias para criar experiências marcantes para os clientes, evidenciou o uso estratégico de múltiplos elementos para criar uma experiência diferenciada para os clientes da K. Mendes Barber Shop, conforme fala descrita a seguir:

“A estratégia para criar uma experiência marcante na K. Mendes Barber Shop é através de proporcionar um ambiente interno confortável, a diversidade de serviços oferecidos, promoções, música no ambiente, programas de recompensas, comercialização de produtos no estabelecimento, como pomadas para cabelo, e a

venda de bebidas durante a realização do serviço. Essa experiência tem trazido um grande impacto de retornos, feedbacks diretos e positivos e consequentemente, na fidelização dos clientes."

Essas iniciativas demonstram uma abordagem integrada que visa não apenas atender às expectativas dos clientes, mas superá-las, gerando valor agregado à experiência. O resultado disso são retornos positivos, evidenciados por *feedbacks* diretos e o fortalecimento da fidelização, reforçando o posicionamento competitivo da barbearia no mercado local.

De acordo com Roesler e Moliani (2016), nas ações promovidas pelo *marketing* de experiência, trabalha-se para que, mesmo em um curto período de tempo, o consumidor tenha momentos inesquecíveis relacionados com a marca. Assim, trabalhar com a emoção, além da razão, é uma consequência natural da evolução do comprador, que deseja produtos que estimulem seus sentidos e que mexam com suas emoções, por isso atender suas expectativas de consumo torna-se tão importante. Dessa forma, quando o consumidor compreende tudo que a marca lhe oferece, tende a desenvolver um vínculo mais profundo, resultando em lealdade.

A abordagem descrita pelo proprietário da barbearia K. Mendes *Barber Shop* se alinha diretamente com os princípios do *marketing* de experiência destacados por Roesler e Moliani (2016). Ao criar um ambiente acolhedor e diversificar os serviços, o proprietário não apenas atende às necessidades funcionais, mas também busca estimular os sentidos e emoções dos clientes, proporcionando experiências memoráveis que vão além do serviço básico de corte de cabelo. Como afirmam Roesler e Moliani (2016), o uso de estratégias que apelam tanto à emoção quanto à razão é essencial para conquistar a lealdade dos consumidores.

Dessa forma, as ações adotadas pela barbearia refletem uma compreensão aprofundada das expectativas de consumo modernas, onde a criação de momentos significativos pode converter clientes em promotores leais da marca.

Outra questão abordada com o proprietário foi sobre a frequência que costuma planejar as experiências de *marketing* na barbearia e quais objetivos busca alcançar com as estratégias adotadas. E de acordo com o proprietário esse planejamento ocorre de forma regular, conforme resposta transcrita a seguir:

"Faço planejamento regularmente (mensalmente ou semanalmente), e espero que essas experiências tragam cada vez mais o aumento da satisfação, fidelidade e frequência dos meus clientes. Atualmente, busco me diferenciar dos concorrentes e ter uma identidade própria."

Para Silva e Tincani (2013, p. 150), "o *Marketing* de Experiência pode ser utilizado para alavancar uma marca em declínio, diferenciar um produto dos concorrentes, criar identificação para uma empresa, promover inovações ao consumidor ou colaborador e induzir o consumo de certo produto ou marca com fidelidade, proporcionando assim benefícios para a marca".

A abordagem adotada pelo proprietário está alinhada com os conceitos do *marketing* de experiência descritos por Silva e Tincani (2013). Ao concentrar-se no planejamento contínuo e na criação de experiências que aumentem a satisfação e fidelidade dos clientes, o proprietário está utilizando estratégias que ajudam a diferenciar sua barbearia no mercado. Isso reflete o objetivo do *marketing* de experiência de não apenas atrair clientes, mas também de criar uma conexão mais profunda com os mesmos, promovendo a fidelidade e destacando a identidade da barbearia em relação aos concorrentes.

Atendimento personalizado

Com relação à perceptividade aos clientes o proprietário foi questionado sobre a utilização de estratégias específicas para personalizar o atendimento aos mesmos. O proprietário enfatizou que o atendimento personalizado é desenhado com base no histórico de cada cliente e na coleta de *feedbacks* de forma regular, conforme destacado na fala transcrita a seguir:

"Sim, utilizo estratégias como registrar o histórico de cada cliente e pedir feedbacks regularmente. Com isso, consigo lembrar as preferências de cada um, como estilos de corte e produtos favoritos, e ajustar o atendimento para atender melhor às expectativas. Essas práticas ajudam a criar uma experiência mais personalizada e fortalecem o vínculo com os clientes."

Segundo Kotler e Keller (2012), um atendimento personalizado, baseado no entendimento das preferências individuais dos clientes, resulta em ofertas

mais relevantes, o que aumenta a satisfação, fortalece o relacionamento e contribui para a lealdade do cliente.

A estratégia adotada pelo proprietário da Barbearia K. Mendes, de registrar o histórico dos clientes e coletar *feedbacks* regularmente, está alinhada com as práticas recomendadas por Kotler e Keller (2012). Os autores destacam que entender o comportamento do cliente e personalizar as ofertas é essencial para aumentar a satisfação e fidelização. Ao aplicar essa prática, o proprietário da barbearia consegue atender de maneira mais eficiente às preferências individuais dos clientes, o que, por sua vez, cria uma experiência mais envolvente e personalizada. Isso não só fortalece o vínculo emocional com os clientes, mas também contribui para o sucesso a longo prazo do negócio, visto que a lealdade e a satisfação são diretamente impactadas por um atendimento personalizado e atento às necessidades de cada consumidor.

Somado a isto o proprietário informou que possui programa de recompensas e vantagens para clientes frequentes ou fiéis, conforme fala descrita a seguir: .

“Eu utilizo o Clube dos Pontos como uma estratégia para fidelizar meus clientes. Funciona da seguinte maneira: cada cliente se cadastra pelo aplicativo AppBarber, e a partir daí, a cada serviço realizado, vai acumulando pontos. Quando atinge 10 pontos, pode trocá-los por descontos em produtos ou serviços na barbearia. É uma forma de agradecer a preferência e incentivar a continuidade dos atendimentos e melhorar cada vez mais a satisfação dos mesmos.”

De acordo com Lima *et al.* (2014), os clientes procuram coisas únicas, um lugar que os agrade tanto em atendimento quanto em seus benefícios. A estratégia do programa de fidelidade “Clube dos Pontos”, adotado pela Barbearia K. Mendes está em consonância com a abordagem de Lima *et al.* (2014), que destacam a importância de oferecer benefícios que tornem o ambiente mais atrativo e recompensador para os clientes. Ao acumular pontos e trocá-los por descontos, a barbearia não apenas oferece vantagens materiais, mas também cria uma experiência personalizada e única para seus clientes.

Isso é essencial para fortalecer a fidelização, pois os consumidores tendem a buscar locais que proporcionem uma experiência diferenciada, atendendo às suas necessidades e expectativas. A estratégia, portanto, não só visa premiar a

lealdade, mas também otimizar a satisfação contínua, o que, como sugerido pelos autores, é fundamental para o sucesso de qualquer negócio no setor de serviços.

Somado a isto, o proprietário destacou que frequentemente treina sua equipe para adotar práticas de atendimento personalizado e garantir uma experiência personalizada para cada cliente, conforme destacado na fala a seguir:

“Eu faço o treinamento com meus funcionários regularmente. Logo quando entra funcionários novos, inicialmente eu treino para padronizar e se adequar as normas do meu estabelecimento. E com o passar do tempo, eu realizo treinamentos contínuos de cortes e serviços específicos como esfoliação facial, depilação na cera e barboterapia.

Segundo Costa, Santana e Trigo (2015), empresas que oferecem produtos, serviços e atendimento de qualidade, com foco em atender as expectativas e necessidades dos clientes, estão dando um passo importante para garantir sua sobrevivência no mercado atual. Além disso, é essencial que as organizações ouçam seus clientes, compreendendo suas expectativas, para identificar soluções que melhorem a satisfação.

Costa, Santana e Trigo (2015) ressaltam a importância de empresas que escutam seus clientes e buscam entender suas necessidades. Quando os funcionários são bem treinados e capacitados, conseguem atender às expectativas dos clientes de forma mais eficaz, o que fortalece a relação de fidelidade e aumenta a satisfação geral. Assim, o treinamento regular se torna uma ferramenta estratégica que não apenas aprimora a experiência do cliente, mas também contribui para a sustentabilidade e sucesso da empresa no mercado competitivo atual.

Em relação ao aumento na satisfação e fidelização dos clientes após a implementação das estratégias de *marketing* de experiência e atendimento personalizado o proprietário relatou que para garantir a qualidade do seu atendimento e aprimorar continuamente os serviços oferecidos, envia um questionário de satisfação aos meus novos clientes logo após a primeira visita à barbearia. A ferramenta utilizada neste é o *Google Forms*, que facilita o processo e contribui para a obtenção do máximo de informações possíveis, conforme fala descrita a seguir:

Com as respostas, consigo avaliar o que estou fazendo bem e identificar áreas que ainda precisam de ajustes, sempre buscando proporcionar uma experiência cada vez melhor para meus clientes.”

Lemon e Verhoef (2016) destacam que satisfação e fidelização estão diretamente ligadas à experiência do cliente, um conceito que se refere ao conjunto de interações que um consumidor tem com uma marca ao longo de sua jornada. A resposta do proprietário demonstra um entendimento claro da importância de um *feedback* contínuo para garantir o contentamento do cliente. O uso de questionários *on-line* permite obter *insights* detalhados e em tempo real sobre a experiência dos consumidores, o que é essencial para ajustes imediatos e melhorias contínuas no serviço oferecido.

Em seguida, foi perguntado ao proprietário se o mesmo acredita que a fidelização dos clientes contribui para a sustentabilidade do seu negócio, e o proprietário respondeu positivamente, conforme fala transcrita a seguir:

“A fidelização dos meus clientes realmente ajuda muito na sustentabilidade do meu negócio, faz com que eu tenha uma receita mais constante, o que me permite investir em novos produtos, melhorar o atendimento e capacitar a minha equipe. A qualificação dos meus funcionários é essencial para oferecer um serviço de qualidade e garantir que os clientes voltem sempre. Isso cria um ciclo positivo: mais clientes fiéis, mais investimentos, mais crescimento.”

De acordo com um estudo de Vieira, Santos e Garcia (2019), a fidelização de um consumidor acontece a partir do momento em que conhecemos o cliente, oferecemos aquilo que ele necessita, superando as suas expectativas e estamos dispostos para atendê-lo sempre que precisar. A afirmação do proprietário reflete exatamente esse conceito, pois destaca como um relacionamento contínuo e o atendimento de qualidade são fundamentais para manter uma base de clientes fiel, criando uma receita estável que permite o reinvestimento no próprio negócio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado sobre o *marketing* de experiência e atendimento personalizado na Barbearia K. Mendes *Barber Shop* evidenciou a importância de estratégias focadas na criação de uma experiência única e diferenciada para

os clientes, com o objetivo de promover a fidelização e, consequentemente, o crescimento sustentável do negócio.

A pesquisa revelou que as ações de *marketing* de experiência, como o uso de influenciadores digitais, anúncios nas redes sociais e o investimento em um ambiente acolhedor, são fundamentais para estabelecer uma conexão emocional com os clientes. Tais ações, ao serem bem planejadas e executadas, impactam diretamente a satisfação dos consumidores, fazendo com que os mesmos retornem e recomendem os serviços.

Com base nas respostas obtidas do proprietário, foi possível identificar que a personalização do atendimento é uma das chaves para o sucesso da barbearia. O uso de registros detalhados sobre as preferências dos clientes, aliado a programas de fidelidade, como o “Clube dos Pontos”, contribui para a construção de um vínculo duradouro, o que reflete diretamente na vantagem competitiva da barbearia. Além disso, a capacitação contínua da equipe, com treinamentos regulares, é essencial para garantir que o atendimento oferecido seja sempre de alta qualidade e atenda às expectativas dos clientes.

Observou-se que a implementação dessas estratégias não só fortalece a identidade da Barbearia K. Mendes *Barber Shop*, mas também cria um diferencial no mercado local, tornando a empresa mais atrativa e capaz de se destacar frente à concorrência. Através de um atendimento que vai além das expectativas dos consumidores, a barbearia tem conseguido não apenas atrair novos clientes, mas também reter os atuais, criando uma relação de confiança e satisfação.

Dessa forma, concluiu-se que, para que as empresas do setor de serviços possam competir de forma eficaz no cenário atual, é imprescindível que adotem práticas de *marketing* de experiência e atendimento personalizado. Essas estratégias não só ajudam a melhorar a qualidade do serviço prestado, mas também contribuem para o fortalecimento da marca e a fidelização dos clientes, tornando-as mais sustentáveis e preparadas para os desafios do mercado.

Com isso, espera-se que este estudo contribua para o entendimento da importância do *marketing* de experiência e do atendimento personalizado como fatores decisivos para o sucesso e a sustentabilidade de pequenas empresas no setor de serviços, especialmente aquelas que, como a Barbearia K. Mendes *Barber Shop* busca se destacar no mercado local e conquistar a lealdade de seus clientes.

REFERÊNCIAS

- BENNETT, Rebekah; RUNDEL-THIELE, Sharyn. The brand loyalty life cycle: Implications for marketers. **Journal of Brand Management**, v. 12, p. 250-263, 2005.
- BERMAN, Barry. How to delight your customers. **California management review**, v. 48, n. 1, p. 129-151, 2005.
- BRAKUS, J. Joško; SCHMITT, Bernd H.; ZARANTONELLO, Lia. Brand experience: what is it? How is it measured? Does it affect loyalty?. **Journal of marketing**, v. 73, n. 3, p. 52-68, 2009.
- BRAZ, Pedro Ceribelli Pacheco. **O desafio da prestação de serviços numa barbearia**. 2023. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2023. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/7270>.
- BUSTAMANTE, Juan Carlos; RUBIO, Natalia. Measuring customer experience in physical retail environments. **Journal of Service Management**, v. 28, n. 5, p. 884-913, 2017.
- CARMO, Inês Santos do; MARQUES, Susana; DIAS, Álvaro. The influence of experiential *marketing* on customer satisfaction and loyalty. **Journal of Promotion Management**, v. 28, n. 7, p. 994-1018, 2022.
- CARÙ, Antonella; COVA, Bernard. Co-creating the collective service experience. **Journal of service Management**, v. 26, n. 2, p. 276-294, 2015.
- COSTA, Ariana de Sousa Carvalho; SANTANA, Lídia Chagas de; TRIGO, Antônio Carrera. Qualidade do atendimento ao cliente: um grande diferencial competitivo para as organizações. **Revista de Iniciação Científica-RIC Cairu**, v. 2, n. 2, p. 155-172, 2015.
- CHAUDHURI, Arjun; HOLBROOK, Morris B. The chain of effects from brand trust and brand affect to brand performance: the role of brand loyalty. **Journal of marketing**, v. 65, n. 2, p. 81-93, 2001.
- DICK, Alan S.; BASU, Kunal. Customer loyalty: toward an integrated conceptual framework. **Journal of the academy of marketing science**, v. 22, p. 99-113, 1994.
- FREITAS, Kethelln Regina Glins de; SANTOS, Leidiane Cavalcante dos. **A importância da mulher empreendedora no comércio de Capanema: um estudo socioeconômico no Shopping Pérola**. 2019. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Capanema, 2019.
- GABRIEL, Martha. **Marketing na era digital: conceitos, plataformas e estratégias**. São Paulo: Novatec, 2010.
- GENTILE, Chiara; SPILLER, Nicola; NOCI, Giuliano. How to sustain the customer experience: An overview of experience components that co-create value with the customer. **European management journal**, v. 25, n. 5, p. 395-410, 2007.
- GERHARDT, Tânia; SILVEIRA, Maria José. **Metodologia do trabalho científico: fundamentos e práticas**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- HERNÁNDEZ, Blanca; JIMÉNEZ, Julio; MARTÍN, M. José. Key website factors in e-business strategy. **International Journal of information management**, v. 29, n. 5, p. 362-371, 2009.
- HOLLEBEEK, Linda D.; MACKY, Keith. Digital content marketing's role in fostering consumer engagement, trust, and value: Framework, fundamental propositions, and implications. **Journal of interactive marketing**, v. 45, n. 1, p. 27-41, 2019.

HUDSON, Simon *et al.* The effects of social media on emotions, brand relationship quality, and word of mouth: An empirical study of music festival attendees. **Tourism management**, v. 47, p. 68-76, 2015.

IBGE instituto brasileiro de geografia e estatística. **Censo da cidade de Capanema-PA**. 2022.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. Administração de *Marketing*. Tradução de Sônia Midori Yamamoto. **Revisão técnica Edson Crescitelli**, v. 14, 2012.

KUMAR, Vikas; KAUSHIK, Arun K. Engaging customers through brand authenticity perceptions: The moderating role of self-congruence. **Journal of Business Research**, v. 138, p. 26-37, 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LEMON, Katherine N.; VERHOEF, Peter C. Understanding customer experience throughout the customer journey. **Journal of marketing**, v. 80, n. 6, p. 69-96, 2016.

LOVELOCK, Christopher; WIRTZ, Jochen; HEMZO, M. **Marketing de Serviços**. 7ª edição. 2011.

LIMA, Márcia Cristina Almeida *et al.* Fidelização de Clientes: uma ferramenta estratégica de marketing. Disponível em: < <http://www.aems.edu.br/conexao/edicaoanterior/Sumario/2014/downloads/2014/Fideliza%C3%A7%C3%A3o%20De%20Clientes%20Uma%20Ferramenta%20Estrat%C3%A9gica%20De%20Marketing.pdf> > . Acesso em 07 de jul. 2025.

MEIRELES, Fádá Cristine de Souza; SOUZA, Paulo Almeida de. **Gerenciamento de resíduos sólidos urbanos e aproveitamento para reciclagem: um estudo de caso no município de Capanema, Pará**. Orientador: Antonio Kledson Leal Silva. 2021. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Ambiental e Energias Renováveis) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Capanema, 2021.

MEYER, Christopher *et al.* Understanding customer experience. **Harvard business review**, v. 85, n. 2, p. 116, 2007.

OLIVER, Richard L. Whence consumer loyalty?. **Journal of marketing**, v. 63, n. 4_suppl1, p. 33-44, 1999.

PARASURAMAN, Ananthanarayanan; ZEITHAML, Valarie A.; BERRY, Leonard L. Servqual: A multiple-item scale for measuring consumer perc. **Journal of retailing**, v. 64, n. 1, p. 12, 1988.

PINE, B. J.; JOSEPH, B. Welcome to the experience economy. **Harvard Business Review**, 1998.

PINE, B. Joseph; GILMORE, James H. The Experience Economy: Competing for customer time, attention, and money. **(No Title)**, 2021.

PRAHALAD, Coimbatore K.; RAMASWAMY, Venkat. Co-creating unique value with customers. **Strategy & leadership**, v. 32, n. 3, p. 4-9, 2004.

PRICE, Linda L.; ARNOULD, Eric J. Commercial friendships: Service provider–client relationships in context. **Journal of marketing**, v. 63, n. 4, p. 38-56, 1999.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REICHHELD, F. F. Zero Defections: Quality Comes to Services. **Harvard Business Review**, 1990.

REICHHELD, Frederick F. The one number you need to grow. **Harvard business review**, v. 81, n. 12, p. 46-55, 2003.

RIBEIRO, Willame Oliveira. Cidade de porte médio de responsabilidade territorial: particularidades de Capanema no Nordeste do Pará. **Revista GeoAmazônia**, v. 5, n. 10, 2017.

ROESLER, Giovana; MOLIANI, J. **Uso da loja conceito e do marketing de experiência no setor de bebidas: um estudo de caso do Bar da Brahma**. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 39, 2016.

SCHMITT, Bernd. Experiential *marketing*. **Journal of marketing management**, v. 15, n. 1-3, p. 53-67, 1999.

SILVA, Mikeli Aparecida da; TINCANI, Daniela Pereira. Características e componentes do marketing de experiências: análise das ações realizadas pelo Itaú Unibanco no Rock in Rio 2011. **Revista Científica Estácio Ribeirão**, jul. 2013.

SRINIVASAN, Srinu S.; TILL, Brian D. Evaluation of search, experience and credence attributes: role of brand name and product trial. **Journal of product & brand management**, v. 11, n. 7, p. 417-431, 2002.

TISCHELER, Adriane Martins; ALBARELLO, Cristiane Botezini; BRANDT, Gilliane Trost; FERRONATTO, Júlio Cesar; GOETTEMMS, Liciane Carneiro Magalhães; DE ALCÂNTARA, Misiara. MARKETING DE RELACIONAMENTO: GESTÃO DE EXPERIÊNCIA DO CLIENTE. **Revista de Administração**, [S. l.], v. 10, n. 17, p. 90-101, 2013.

VIEIRA, Vanessa Maria Prado; SANTOS, Renata Auxiliadora; GARCIA, Adriana Bernadete Barros Carvalho. Marketing de experiência como aliado na fidelização de clientes na Pousada Jovimar. **Revista H-TEC Humanidades e Tecnologia**, v. 3, n. 1, p. 6-29, 2019.

ZEITHAML, Valarie A. Consumer perceptions of price, quality, and value: a means-end model and synthesis of evidence. **Journal of marketing**, v. 52, n. 3, p. 2-22, 1988.

ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES TRANS ESTIVA CUXIÚ: O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR POR MEIO DOS SISTEMAS AGROFLORESTAIS

Sumaia Barbosa da Silva

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Allan Mayron Rodrigues da Costa

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Maria Rafaela Cavalho Carvalho

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Naelton Santiago de Oliveira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Luiz Cláudio Moreira Melo Junior

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Objetivo: Este estudo buscou analisar a atuação da Associação dos Agricultores Trans Estiva Cuxiú (AARTEC) no fortalecimento da agricultura familiar por meio do associativismo e da implementação dos Sistemas Agroflorestais (SAFs). A agricultura familiar é responsável por grande parte da produção de alimentos no Brasil, mas enfrenta desafios como o acesso a crédito, dificuldades de comercialização e baixa mecanização. O associativismo rural surge como uma estratégia fundamental para superar esses obstáculos, promovendo a cooperação entre pequenos produtores e garantindo maior competitividade no mercado. **Métodos:** A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, baseada em entrevistas com a liderança da AARTEC e em questionários estruturados aplicados aos agricultores associados. **Resultados:** Os resultados indicaram que a AARTEC tem desempenhado um papel crucial na organização coletiva dos produtores, facilitando o acesso a insumos, capacitação técnica e suporte logístico. A adoção dos SAFs contribuiu significativamente para a melhoria da fertilidade do solo, a diversificação da produção e a conservação da biodiversidade, além de reduzir a dependência de insumos químicos. No entanto, desafios como a escassez de políticas públicas eficazes, dificuldades no acesso ao crédito e a necessidade de maior suporte técnico ainda limitam o crescimento da associação e de seus membros. **Conclusão:** Concluiu-se que o fortalecimento da AARTEC e de iniciativas semelhantes depende da ampliação do apoio governamental e do estabelecimento de novas parcerias institucionais. O estudo evidenciou a importância do associativismo na promoção da agricultura familiar sustentável e reforçou a necessidade de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural.

Palavras-chave: AARTEC; associativismo rural; desenvolvimento comunitário; desenvolvimento sustentável; produção agrícola sustentável.

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda a compreensão dos impactos da Associação dos Agricultores Trans Estiva Cuxiú (AARTEC) na agricultura familiar e na promoção dos Sistemas Agroflorestais (SAFs), analisando suas contribuições para o desenvolvimento rural sustentável, bem como para o desenvolvimento econômico e social dos agricultores e da comunidade em que estão inseridos.

A agricultura familiar desempenha um papel central na produção de alimentos e no desenvolvimento socioeconômico do Brasil. De acordo com o Anuário Estatístico da Agricultura Familiar 2024, elaborado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), a agricultura familiar no Brasil representa 23% do valor bruto da produção agropecuária nacional e é responsável por 67% das ocupações no campo, empregando cerca de 10,1 milhões de trabalhadores. Além disso, as propriedades familiares constituem 77% de todos os estabelecimentos agrícolas do país, ocupando 23% da área total destinada à agropecuária. No entanto, os agricultores familiares enfrentam desafios significativos, como acesso limitado a crédito, dificuldades de comercialização, baixa mecanização e escassez de políticas públicas eficazes (Guanziroli *et al.*, 2012).

Dentro desse contexto, o associativismo e o cooperativismo rural surgem como estratégias fundamentais para o fortalecimento da agricultura familiar. Como apontam Teixeira (2015) e Bialoskorski Neto (2004), essas formas organizacionais permitem que pequenos produtores unam forças para aumentar sua competitividade no mercado, reduzir custos, compartilhar conhecimentos e melhorar suas condições de trabalho e renda.

A Associação dos Agricultores Trans Estiva Cuxiú (AARTEC) é um exemplo prático da aplicação desses princípios no contexto da agricultura familiar. Criada com o objetivo de fortalecer pequenos produtores, a AARTEC adota os Sistemas Agroflorestais (SAFs) como base para sua produção sustentável. Os SAFs são sistemas que integram culturas agrícolas e espécies florestais, promovendo benefícios ambientais e econômicos para os agricultores. De acordo com Altieri (2012) e Nair (1993), os SAFs são fundamentais para a recuperação da fertilidade do solo, a diversificação da produção e a conservação da

biodiversidade. A agricultura familiar representa 84% dos estabelecimentos agrícolas brasileiros e emprega mais de 10 milhões de pessoas (Guanziroli *et al.*, 2012). No entanto, esses pequenos produtores ainda enfrentam dificuldades para acessar mercados, além de lidarem com instabilidades climáticas e econômicas que afetam sua produção. A AARTEC representa uma iniciativa que busca superar esses desafios, promovendo a organização coletiva dos agricultores para melhorar sua autonomia econômica e social.

Além disso, a adoção dos Sistemas Agroflorestais dentro da AARTEC reforça a importância da produção agrícola sustentável. Segundo Vieira *et al.* (2014), os SAFs são uma solução eficaz para pequenos agricultores que desejam aumentar sua produtividade sem degradar os recursos naturais. Assim, estudar a AARTEC permitiu compreender melhor como associações podem fortalecer a agricultura familiar e promover modelos produtivos mais sustentáveis.

Embora existam diversas pesquisas sobre associativismo rural e agricultura familiar, há uma lacuna acadêmica no estudo de associações específicas e seus impactos locais (Santos, 2016). A AARTEC apresenta um modelo organizacional inovador, que combina autogestão, práticas agroflorestais e comercialização coletiva, servindo como estudo de caso relevante para pesquisas futuras sobre desenvolvimento rural sustentável.

Além disso, os Sistemas Agroflorestais vêm sendo cada vez mais reconhecidos como um caminho viável para o enfrentamento das mudanças climáticas e da degradação ambiental (Altieri, 2012; Padovan; Pereira, 2016). Assim, este estudo contribuiu para o aprofundamento da compreensão dos benefícios e desafios da adoção dos SAFs no contexto associativo, permitindo maior embasamento teórico para políticas públicas e iniciativas rurais.

O presente trabalho teve como objetivo geral analisar a atuação da AARTEC na promoção da agricultura familiar e dos Sistemas Agroflorestais, destacando seus impactos e desafios.

Objetivos específicos: Examinar a estrutura organizacional da AARTEC e suas formas de governança; avaliar os impactos socioeconômicos e ambientais dos SAFs adotados pela associação; investigar os desafios enfrentados pelos agricultores da AARTEC; e propor estratégias para seu fortalecimento.

MARCO TEÓRICO

As categorias de análise incluíram o associativismo rural, a agricultura familiar e os Sistemas Agroflorestais (SAFs). O associativismo rural é uma forma de organização coletiva que busca fortalecer pequenos produtores por meio da cooperação. A agricultura familiar, por sua vez, caracteriza-se pelo uso predominante da mão de obra da própria família, sendo um modelo produtivo essencial para a economia rural, mas que enfrenta desafios estruturais. Já os SAFs são estratégias sustentáveis que combinam cultivos agrícolas com espécies florestais para melhorar a produtividade e a preservação ambiental.

O associativismo rural pode ser definido como a união voluntária de produtores agrícolas para fortalecer sua capacidade produtiva, comercial e social. De acordo com Teixeira (2015), associações e cooperativas permitem que pequenos agricultores tenham maior poder de negociação, compartilhem recursos e acessem mercados que dificilmente conseguiriam de forma individual. Além disso, Bialoskorski Neto (2004) destaca que o associativismo rural não apenas melhora a sustentabilidade econômica dos agricultores, mas também contribui para a coesão social e a transmissão de conhecimentos técnicos dentro das comunidades rurais. A experiência da AARTEC reflete esse princípio, pois os agricultores associados têm acesso a capacitações, insumos compartilhados e suporte técnico para a implementação dos SAFs.

A agricultura familiar é caracterizada pela predominância do trabalho da própria família na produção agrícola e pela posse de pequenas propriedades. No Brasil, ela responde por 70% dos alimentos consumidos internamente, sendo essencial para a segurança alimentar e a economia rural (Schneider, 2003). No entanto, enfrenta desafios como a falta de financiamento e a dificuldade de acesso a mercados. Guanziroli *et al.* (2012) afirmam que a organização coletiva pode ser uma solução eficaz para esses problemas, e o modelo adotado pela AARTEC reforça essa ideia ao demonstrar como a associação entre agricultores fortalece a agricultura familiar e garante maior estabilidade econômica aos produtores.

Os Sistemas Agroflorestais (SAFs) são sistemas produtivos que integram culturas agrícolas, espécies florestais e, em alguns casos, pecuária. Segundo Nair (1993), os SAFs promovem uma produção mais sustentável, aumentando a

fertilidade do solo, reduzindo a necessidade de insumos químicos e melhorando a resiliência dos sistemas agrícolas. Além disso, Altieri (2012) destaca que os SAFs são estratégias eficazes para a agricultura familiar, pois permitem uma diversificação da produção, garantindo segurança alimentar e geração de renda ao longo do ano. Vieira *et al.* (2014) apontam que a adoção de SAFs em comunidades rurais reduz os impactos ambientais da produção agrícola, tornando as propriedades mais sustentáveis e produtivas no longo prazo.

Para embasar a análise da AARTEC, foram utilizados estudos anteriores sobre associativismo, agricultura familiar e SAFs. No campo do associativismo rural, destacaram-se os estudos de Teixeira (2015) e Bialoskorski Neto (2004), que abordam os impactos do cooperativismo no desenvolvimento rural. Em relação à agricultura familiar, as pesquisas de Schneider (2003) e Guanzirolí *et al.* (2012) analisam sua importância e os desafios que enfrenta. Já no que diz respeito aos Sistemas Agroflorestais, os trabalhos de Nair (1993) e Altieri (2012) exploram os benefícios ecológicos e socioeconômicos dessa estratégia produtiva.

MÉTODOS

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa para investigar a atuação da Associação dos Agricultores Trans Estiva Cuxiú (AARTEC) no fortalecimento da agricultura familiar e na implementação dos Sistemas Agroflorestais (SAFs). A pesquisa foi conduzida por meio de reuniões online com a liderança da associação e da aplicação de questionários estruturados aos agricultores associados.

A Comunidade Quilombola do Cuxiú está localizada no município de Bonito, no estado do Pará, Brasil. Segundo Lima *et al.* (2018);

A Comunidade do Cuxiú está localizada a 25 quilômetros do município de Bonito, situado na Mesorregião Nordeste Paraense, Microrregião Bragantina, nas proximidades do limite territorial entre Capanema, Peixe Boi, Santa Maria, São Miguel do Guamá e Ourém.

O município de Bonito possui uma população estimada de 15.834 habitantes no ano de 2017, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018). A comunidade é reconhecida como território quilombola e abriga 17 famílias, ocupando uma área de 480 hectares demarcada pelo Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 2013. Sobre a organização territorial e produtiva, os autores destacam:

O território é de uso comunitário, no qual todos têm direitos iguais em relação ao uso do espaço para o desenvolvimento de suas atividades, com destaque para a produção agrícola (lavoura) e para as plantações de frutíferas. (Lima *et al.*, 2018).

As principais culturas cultivadas na comunidade eram o milho, o feijão e a mandioca, sendo esta última a base da produção da farinha, que representa a principal fonte de renda agrícola para os moradores (Lima *et al.*, 2018).

Procedimentos metodológicos

A coleta de dados seguiu três etapas principais: Reuniões Online com a Liderança da AARTEC – Foram realizadas entrevistas virtuais exclusivamente com o presidente da associação, Paulo Carvalho. O objetivo dessas reuniões foi compreender o histórico da AARTEC, sua missão, estrutura organizacional, desafios enfrentados e perspectivas para o futuro. As entrevistas foram gravadas e transcritas para análise. Aplicação de Questionários Estruturados – Para obter informações diretamente dos agricultores associados, foi elaborado um questionário dividido em quatro categorias: Sobre a Associação: História, missão, cultivos principais, número de membros e estrutura organizacional. Agricultura Familiar e Projetos de SAFs: Desafios enfrentados, implementação dos SAFs, suporte técnico e logístico e existência de parcerias. Sustentabilidade e Meio Ambiente: Práticas agrícolas sustentáveis, desafios ambientais e existência de projetos de reflorestamento e conservação. Futuro da Associação: Planos estratégicos, novos projetos e influência das políticas públicas no fortalecimento da agricultura familiar.

Os questionários foram enviados digitalmente para o presidente para que ele responda. Foi realizado o levantamento do histórico da área – Para contextualizar o estudo, foi realizada uma revisão documental e bibliográfica sobre a região de atuação da AARTEC, utilizando fontes institucionais, artigos científicos e dados governamentais.

Esse levantamento buscou compreender o cenário da agricultura familiar local, os desafios enfrentados e as políticas públicas disponíveis para o setor. Os dados qualitativos obtidos nas reuniões e nos questionários foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, organizando as respostas em categorias temáticas. As informações quantitativas coletadas nos questionários foram descritas estatisticamente para identificar tendências e padrões.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados coletados por meio das entrevistas com a liderança da AARTEC e dos questionários aplicados ao presidente revelou os aspectos fundamentais sobre o funcionamento da associação, os desafios enfrentados pela agricultura familiar na região e os impactos da adoção dos Sistemas Agroflorestais (SAFs).

Estrutura organizacional da AARTEC

A AARTEC, criada em 2010, atua como um instrumento de fortalecimento da agricultura familiar por meio da organização coletiva dos produtores rurais. De acordo com Lüchmann (2014), as associações, entre outras atribuições, atuam criando meios alternativos para proporcionar oportunidades àqueles com condições desiguais de distribuição de renda econômica e de poder.

Segundo Cruz (2019), a união de produtores por meio de associações e cooperativas melhora a capacidade de negociação, reduz custos de produção e facilita o acesso a mercados e tecnologias. No contexto da agricultura familiar brasileira, iniciativas como a AARTEC podem servir de modelo para outras regiões que buscam promover um desenvolvimento rural mais justo e sustentável.

A estrutura organizacional da associação baseia-se em assembleias gerais realizadas a cada dois ou três meses, onde são discutidas estratégias para o desenvolvimento das atividades. Adicionalmente, a direção se reúne trimestralmente para tratar de assuntos administrativos.

Os associados também participam ativamente da produção de mudas em um viveiro comunitário, promovendo a distribuição de plantas para a implantação de SAFs. Atualmente, a associação conta com 58 membros, indicando

um crescimento significativo em relação às primeiras formações do grupo. Segundo Silva e Velloso (2013), a associação pode ser formada a partir de duas ou mais pessoas, considerando que seu patrimônio é constituído por indivíduos que buscam contribuir da melhor forma possível para o fortalecimento de seus objetivos coletivos, integrando assim a participação igualitária.

Principais Desafios da Agricultura Familiar

Os desafios enfrentados pelos agricultores associados estão relacionados à falta de assistência técnica especializada, dificuldades no acesso à créditos rurais e à desvalorização dos produtos no mercado. Segundo Gonçalves (2015), as pequenas organizações enfrentam diversos obstáculos na produção e comercialização de seus produtos, tais como dificuldades financeiras; dificuldade de acesso à créditos rurais; dependência do poder público; carência de pessoal técnico; ausência ou escassez de meios de transporte e armazenamento da produção; problemas logísticos para manter o estoque, entre outros.

Entre os problemas enfrentados pelos agricultores, a desvalorização dos produtos no mercado destacou-se como um dos principais desafios a ser solucionado, uma vez que afeta diretamente o desenvolvimento econômico dos produtores. Conforme mencionado por Cruz (2019), a comercialização é um dos principais obstáculos enfrentados pela agricultura familiar, já que as políticas são voltadas para a produção em larga escala, como os programas de garantia de preços. Além disso, Gonçalves (2015) destaca a dificuldade de produzir regularmente e de manter uma padronização da produção como fatores que afetam a comercialização.

Do ponto de vista ambiental, os agricultores relataram dificuldades como o aumento das pragas, a contaminação do solo e das águas e os impactos das mudanças climáticas. No entanto, observa-se que a AARTEC tem buscado soluções para mitigar esses problemas, incentivando práticas sustentáveis, como o uso de fertilizantes naturais e a redução do emprego de agrotóxicos.

Quadro 1 - Principais desafios enfrentados pelos produtores.

PARCERIAS E APOIO TÉCNICO	ACESSO AO CRÉDITO RURAL
FALTA DE INFORMAÇÃO	ASSISTÊNCIA TÉCNICA
DIFICULDADE NA LOGÍSTICA	TECNOLOGIA
RECURSOS CLIMA	RECURSOS CLIMA

Fonte: Aurores (2025).

O quadro apresenta os principais desafios enfrentados pelos produtores rurais e sugere áreas que precisam de melhorias para superar essas dificuldades. Ele está organizado em duas colunas:

Na primeira coluna (desafios): parcerias e apoio técnico – muitos produtores enfrentam dificuldades devido à falta de apoio de instituições, organizações ou empresas que possam oferecer assistência técnica e capacitação. Falta de informação – o desconhecimento sobre técnicas agrícolas modernas, acesso a financiamentos e práticas sustentáveis dificulta a produtividade e o desenvolvimento das atividades rurais. Dificuldade na logística: o transporte de insumos e produtos pode ser ineficiente devido a estradas precárias, altos custos de frete e falta de integração nos sistemas de distribuição. Recursos e clima: fatores climáticos, como secas, chuvas excessivas e mudanças no regime de temperaturas, afetam diretamente a produção e a rentabilidade agrícola.

Na segunda coluna (possíveis soluções ou necessidades de investimento): acesso ao crédito rural – o financiamento agrícola é essencial para que os produtores possam investir em insumos, maquinário e infraestrutura, aumentando sua produtividade. Assistência técnica – o suporte de especialistas na área agrícola pode ajudar a melhorar a gestão da produção, o uso adequado de recursos e a adoção de tecnologias mais eficientes. Tecnologia – a introdução de novas ferramentas, como irrigação automatizada, uso de drones, softwares de gestão e biotecnologia, pode otimizar o trabalho no campo. Infraestrutura – melhorias em estradas, armazenamento, eletrificação e conectividade rural são fundamentais para reduzir perdas na produção e facilitar o escoamento dos produtos.

Implementação dos Sistemas Agroflorestais (SAFs)

A adoção dos SAFs tem sido um dos principais eixos de atuação da AARTEC. Segundo Castro *et al.* (2009), esse sistema tem como uma das

principais características a utilização de espécies de plantas de múltiplos usos, manejadas com o intuito de atender às necessidades da comunidade e como uma alternativa de produção, além de atuar como uma estratégia para garantir o equilíbrio ecológico dos recursos naturais. Esses sistemas podem promover, a longo prazo, uma excelente forma física do solo, como porosidade e resistência, além de aumentar a fertilidade do solo, proteção contra a erosão, lixiviação e contaminação.

Atualmente, mais de 20 SAFs estão em produção, proporcionando benefícios tanto econômicos quanto ecológicos. Os entrevistados relataram melhorias na fertilidade do solo, aumento da produtividade e redução da dependência de insumos químicos. Além disso, os SAFs contribuíram para a conservação da biodiversidade e para a geração de renda ao longo do ano, tornando essa prática de grande relevância para todos os agricultores. Dessa forma, é possível obter uma agricultura sustentável e garantir renda a esses produtores.

A AARTEC tem se destacado por buscar parcerias que fortalecem sua atuação. Além do IDEFLOR-BIO, a associação conta com o apoio da EMATER-PA, que fornece insumos e orientação técnica aos agricultores. Nesse contexto, Wilkinson (2006), destaca a participação limitada da agricultura familiar, devido à manutenção desse sistema requerer cada vez mais a implementação de insumos agrícolas, os quais necessitam de capital para sua aquisição. O poder aquisitivo para obter insumos e tecnologia pode ser ampliado por meio de parcerias com grandes empresas ou apoios financeiros, como o crédito rural.

Outra estratégia relevante é a promoção de cursos e palestras educativas, que contribuem para a capacitação dos agricultores e o aprimoramento das práticas agrícolas. Tais iniciativas têm sido essenciais para a difusão de conhecimentos sobre técnicas agroecológicas e gestão associativa. Por meio dessas práticas, é possível aumentar a quantidade de pessoas trabalhando, possibilitar empregos e, assim, ampliar a produção.

Os dados analisados indicaram que a AARTEC pretende ampliar a implantação dos SAFs e diversificar os projetos agrícolas e sociais desenvolvidos na comunidade. A associação também busca firmar novas parcerias para fortalecer o suporte técnico e logístico aos agricultores. Conforme estabelecido por Cruz (2019), embora existam diversos desafios, há um nicho de mercado e novos meios de comercialização com potencial para ser explorado pelos

agricultores familiares, que carecem ser administrados de forma eficiente para não apenas serem inseridos, mas também para se manterem em um mercado cada vez mais exigente.

As políticas públicas também são vistas como um fator crucial para o desenvolvimento da agricultura familiar na região. Ações governamentais, como os programas de compras institucionais, a exemplo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), têm contribuído grandemente para o aumento de renda dos produtores rurais. No entanto, tal estratégia requer que as organizações estejam estruturadas para lidar e participar dos processos de venda (Cruz, 2019).

Os entrevistados apontaram a necessidade de maior acesso a financiamentos, incentivos governamentais e extensão rural para a expansão das atividades produtivas. Para Gonçalves (2015), as ações governamentais podem colaborar com a elaboração de palestras sobre os desafios enfrentados fora da unidade de produção, criando meios para o escoamento e a comercialização, possibilitando alternativas para que os agricultores familiares possam se capitalizar, oferecendo uma nova forma de interação no meio rural, tornando-o mais evidente e sustentável.

CONCLUSÃO

A análise da atuação da Associação dos Agricultores Trans Estiva Cuxiú (AARTEC) no fortalecimento da agricultura familiar e na promoção dos Sistemas Agroflorestais (SAFs) revelou a importância das organizações associativas no desenvolvimento rural sustentável. Por meio da estrutura organizacional da AARTEC e do uso dos SAFs, a associação mostrou como a união de pequenos produtores pode resultar em melhorias significativas tanto para a economia local quanto para a preservação ambiental.

Os Sistemas Agroflorestais adotados pela AARTEC se mostraram uma estratégia eficaz na recuperação da fertilidade do solo, na diversificação da produção e na redução da dependência de insumos químicos. A prática de SAFs contribui para a conservação da biodiversidade e promove uma agricultura mais resiliente, capaz de enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas e pela degradação ambiental. O uso de técnicas agroecológicas e

o fortalecimento das práticas sustentáveis demonstraram resultados positivos para a produtividade e para o bem-estar dos agricultores familiares.

No entanto, a implementação desses sistemas exige investimentos em capacitação, acesso à tecnologia e suporte técnico especializado — áreas nas quais a AARTEC tem procurado parcerias e apoio, com destaque para a colaboração com o IDEFLOR-BIO e a EMATER-PA.

A pesquisa também identificou que, embora os agricultores da AARTEC tenham acesso a uma série de benefícios proporcionados pela associação, como o compartilhamento de insumos e conhecimento técnico, eles enfrentam desafios consideráveis. A falta de assistência técnica especializada, as dificuldades no acesso ao crédito rural e as limitações nas infraestruturas de transporte e armazenamento são obstáculos que ainda precisam ser superados para que a agricultura familiar se torne mais competitiva e sustentável. Além disso, a desvalorização dos produtos no mercado e a necessidade de maior padronização na produção são questões cruciais que afetam diretamente a rentabilidade dos agricultores.

A AARTEC, contudo, tem buscado contornar esses desafios por meio de parcerias estratégicas, capacitação contínua dos agricultores e da implementação de práticas inovadoras, como o cultivo de mudas no viveiro comunitário para a implantação de SAFs. Essas iniciativas têm potencializado a criação de uma rede colaborativa, na qual o apoio mútuo e a troca de saberes são fundamentais para o sucesso da organização e para o desenvolvimento local.

Outro ponto importante que se destacou foi a relevância das políticas públicas para a agricultura familiar. A associação, embora tenha se beneficiado de algumas ações governamentais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ainda enfrenta dificuldades em acessar financiamentos adequados e em lidar com as exigências burocráticas e estruturais para participar de programas de compras institucionais. A ausência de políticas públicas mais eficazes e voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar é um ponto crítico que demanda atenção, pois pode determinar a continuidade ou o retrocesso das iniciativas de sustentabilidade na agricultura rural.

Apesar dos desafios, a experiência da AARTEC ilustrou o impacto positivo que as associações de agricultores podem ter na promoção de práticas agrícolas sustentáveis, na geração de renda e na melhoria das condições de

vida no campo. A organização exemplificou como a união de esforços pode facilitar o acesso a recursos, melhorar as condições de trabalho e aumentar a competitividade no mercado, resultando em um desenvolvimento mais justo e equilibrado para as comunidades rurais. Além disso, os SAFs se configuram como uma alternativa viável para o enfrentamento das mudanças climáticas, oferecendo soluções para os problemas de degradação ambiental e para a diversificação da produção agrícola.

Em termos de futuro, a AARTEC mostrou potencial de expandir suas atividades, diversificar seus projetos agrícolas e sociais e continuar a contribuir para a formação de uma agricultura familiar mais forte, sustentável e economicamente viável. A associação demonstrou a importância da integração entre os saberes tradicionais e as inovações tecnológicas, o que pode ser um modelo replicável em outras regiões que enfrentam os mesmos desafios. Para alcançar esse potencial, é fundamental o fortalecimento das parcerias, o aumento do acesso a financiamento e o aprimoramento das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

Portanto, este estudo contribuiu para a compreensão da importância do associativismo rural como ferramenta de desenvolvimento sustentável e da aplicação dos SAFs como estratégia para garantir a sustentabilidade ambiental e a segurança alimentar. Os resultados apontaram para a necessidade de maior apoio institucional e governamental, à ampliação do acesso a tecnologias adequadas e ao fortalecimento das redes de colaboração entre os agricultores, a fim de superar os obstáculos que ainda limitam a plena realização do potencial da agricultura familiar no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Cooperativismo e associativismo agropecuário: fatores de competitividade para a agricultura familiar. **Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília**, v. 42, n. 1-2, p. 191-211, 2004.

CASTRO, A. P. De. *et al.* **Os sistemas Agroflorestais como alternativa de sustentabilidade em ecossistemas de várzea no Amazonas.** *Acta Amazonia*, v. 39, n. 2, p. 279-288, 2009.

CRUZ, S. F. Da. **Contribuições de três organizações para a comercialização da agricultura familiar no PNAE, no território sul litorâneo do Espírito Santo (Campo Grande),** v. 20, n. 3, p. 737-752, 2019.

FERREIRA, Lucas da Rocha; DAL SOGLIO, Fabio Kessler. Sistemas agroflorestais para a agricultura familiar: formação de redes rurais no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 16, n. 2, p. 143-155, 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/353337307>. Acesso em: 14 fev. 2025.

GONÇALVES, D. B. Uma análise sobre a estratégia comercial da associação de agricultores do Centro de Abastecimento de Votorantim-SP. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, MG, v. 13, n. 2, p. 538-46, 2015.

GUANZIROLI, Carlos E.; BUAINAIN, Antônio M.; DI SABBATO, Alessandro. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 50, n. 2, p. 351-370, 2012.

LIMA, Nazareno de Jesus Gomes de; ARAÚJO, Fernanda Campos de; MELO JÚNIOR, Luiz Cláudio Moreira. Estudo da percepção de impactos ambientais na comunidade quilombola do Cuxiú, Bonito, Pará, Brasil. *In: Encontro nacional de engenharia e meio ambiente (eneeamb), 16.; fórum latino-americano de engenharia e sustentabilidade (flaes), 4., 2018. Anais [...].* Disponível em: <https://proceedings.science/p/106551?lang=pt-br>. Acesso em: 25 fev. 2025.

LÜCHMANN, Lúcia Helena Hahn. **Abordagens teórica sobre o associativismo e seus efeitos democráticos.** ABCS vol. 29 n. 85. jun. 2014.

NAIR, P. K. R. **An introduction to agroforestry.** Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1993.

NORONHA, A. F. B.; REBEIRO, A. E. M. Agricultura familiar, extensão rural e sistemas agroflorestais: a experiência do CAV no Alto Jequitinhonha. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 11, n. 2, p. 233-250, 2009. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1058794/1/Sistemas....pdf>. Acesso em: 16 fev. 2025.

PADOVAN, M. P.; PEREIRA, Z. V. Sistemas agroflorestais biodiversos: uma alternativa para pequenas propriedades rurais. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 12, n. 3, p. 3-26, 2016. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/download/4318/740/9507>. Acesso em: 16 fev. 2025.

SANTOS, Valclides Kid Fernandes dos. **Educação e produção agrícola em sociedades tradicionais: uma perspectiva de associativismo na comunidade Nossa Senhora Aparecida - Coari-AM.** 2016. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2016. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRRJ-1_b3642e9ce44b24fe15e458b9112f5e96. Acesso em: 16 fev. 2025.

SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade na agricultura familiar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 56-85, 2003.

SILVA, Joise de Jesus; VELLOSO, Tatiana Ribeiro. **A importância do associativismo: O caso da associação comunitária gente da gente no município de Cruz das Almas.** Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB, 2013. Disponível em: https://ufrb.edu.br/gestaodecooperativas/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=26:joise-de-jesus-silva&id=2:2013&Itemid=119 Acesso em: 20 mar. 2025.

TEIXEIRA, Edésio. **Associativismo e cooperativismo rural: teoria e prática**. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

VIEIRA, D. L. M.; WEBER, J. F.; CORREIA, M. E. F. Políticas públicas para o desenvolvimento agroflorestal no Brasil. **Documentos Embrapa**, n. 123, 2014. Disponível em: <https://www.fao.org/forestry/36079020ee9893d541ea176f0df22301c7ef99.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2025.

WILKINSON, J.; MIOR, L. C. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 29 45, out. 1999

PROGRAMA JOVEM APRENDIZ: PERCEPÇÕES DE GESTORES DE EMPRESAS SOBRE BENEFÍCIOS E DESAFIOS DE INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA, PARÁ

Sonara Barros Santiago

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Nivia Luiz Alvez do Rosário

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Ana Karlla Magalhães Nogueira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Luiz Cláudio Moreira Melo Junior

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Artur Vicente da Costa

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Geovanna Vasconcelos Barros

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Objetivo: O presente trabalho teve como objetivo analisar a percepção dos supervisores de empresas sobre os benefícios e desafios da implantação do Programa Jovem Aprendiz no município de Capanema, estado do Pará. **Métodos:** Ademais, trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com supervisores de empresas participantes do programa. **Resultados:** Os resultados evidenciaram que o Programa Jovem Aprendiz apresenta benefícios significativos tanto para os jovens quanto para as empresas. Por meio do aprendizado mútuo, da revitalização do quadro de funcionários e da capacitação dos aprendizes, a adesão ao programa se posiciona como uma estratégia eficaz de inclusão social e profissional. Além disso, a legislação garante direitos essenciais aos jovens, enquanto as empresas desfrutam de benefícios fiscais. **Considerações Finais:** Concluiu-se que o Programa Jovem Aprendiz representa, em sua essência, uma oportunidade valiosa para capacitar jovens e fortalecer as empresas, criando um ambiente de crescimento mútuo e impacto positivo na sociedade.

Palavras-chave: Programa de aprendizagem; mercado de trabalho; formação profissional; mundo do trabalho.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o mercado de trabalho brasileiro tem passado por significativas transformações, caracterizadas pela crescente exigência de qualificação profissional e pela constante adaptação às dinâmicas sociais e econômicas (Pasqualli *et al.*, 2024). Nesse cenário desafiador e competitivo, programas voltados à inserção de jovens no mercado de trabalho tornam-se fundamentais para garantir oportunidades igualitárias de desenvolvimento pessoal e profissional.

Nesse contexto, o Programa Jovem Aprendiz, instituído pela Lei n.º 10.097/2000 e regulamentado pelo Decreto n.º 5.598/2005, é uma política pública de inclusão social que oferece a adolescentes e jovens de 14 a 24 anos a oportunidade do primeiro emprego (Pasqualli *et al.*, 2024). A legislação que sustenta o programa “é uma iniciativa do Governo Federal e visa estimular as empresas e órgãos públicos a contratar jovens e adolescentes com o desígnio de oferecer capacitação profissional a estes” (Gomes; Cunha, 2023).

Assim, os estabelecimentos que integram o Programa Jovem Aprendiz configuram-se como agentes fundamentais para o cumprimento da etapa prática do processo de aprendizado (Magalhães; Granja, 2021). Dessa forma, o jovem adquire formação profissional e acadêmica, além de vivência prática no ambiente de trabalho (BRASIL, 2000).

Nesse cenário, as empresas devem oferecer apoio e formação técnico-profissional ao jovem, unindo teoria e prática de forma alinhada ao conteúdo das instituições formadoras, contribuindo para seu desenvolvimento profissional (Vieira; Aguillar, 2024). Além disso, muitas empresas que aderem ao Programa Jovem Aprendiz vão além do cumprimento da legislação ao promoverem a qualificação necessária, preparando os jovens para o mercado de trabalho (Nascimento *et al.*, 2024).

Por conseguinte, o programa de aprendizagem configura-se como uma política pública que, desde 1943, tem por objetivo capacitar jovens com qualificação técnica e profissional voltada ao desenvolvimento local e regional (Godke; Salomé, 2024). Cabe destacar que esse programa integra o escopo do Jovem Aprendiz, regulamentado pela Lei de Aprendizagem nº 10.097/2000 (BRASIL, 2000). É importante ressaltar que esta lei representa um importante

marco para a iniciação profissional, ao estabelecer as condições que devem ser seguidas para garantir um ambiente de trabalho saudável, assegurar os direitos dos adolescentes e a inserção de jovens ao programa (Miranda; Brettas, 2023; Barros; Costa-Renders, 2022).

Nessa perspectiva, o Programa Jovem Aprendiz visa atender às necessidades dos empregadores e, ao mesmo tempo, promover a articulação entre a aprendizagem prática e a formação profissional em áreas de conhecimento (Miranda; Brettas, 2023). Vale ressaltar que a responsabilidade pela oferta dos cursos do programa recai sobre cinco entidades nacionais de aprendizagem. No entanto, no município de Capanema, área de estudo deste trabalho, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) é a única instituição a oferecer a formação teórica necessária aos jovens aprendizes.

São muitos os benefícios trazidos aos jovens que participam do programa, contudo as organizações enfrentam desafios relacionados à adaptação dos jovens aprendizes ao ambiente organizacional, evidenciando tanto aspectos positivos quanto negativos no programa aderido. Esses desafios estão frequentemente relacionados à necessidade de alinhamento à cultura organizacional, o que exige atenção contínua e acompanhamento por parte dos gestores.

Dessa forma, a presente pesquisa justifica-se pela relevância de compreender as percepções dos gestores das empresas acerca dos benefícios e desafios associados ao Programa Jovem Aprendiz no município de Capanema, estado do Pará. Considerando que as práticas adotadas pelas empresas e pelas entidades formadoras têm o potencial de influenciar diretamente os resultados do programa, é fundamental que sua execução seja continuamente aprimorada. Logo, o problema da pesquisa consiste em analisar quais são os benefícios e desafios enfrentados pelas empresas e organizações inseridas no Programa Jovem Aprendiz?

Neste contexto, esta pesquisa busca fornecer dados que permitam compreender os benefícios e desafios enfrentados pelas empresas participantes do Programa Jovem Aprendiz. Com base nessas informações, será possível orientar ajustes e ações por parte das empresas e organizações adeptoas ao programa, contribuindo para uma execução mais eficiente e para a formação profissional mais qualificada dos jovens aprendizes.

Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo analisar a percepção dos supervisores de empresas sobre os benefícios e desafios da implantação do Programa Jovem Aprendiz no município de Capanema, estado do Pará. Como objetivos específicos, buscou-se identificar de que modo a presença dos aprendizes impacta o ambiente de trabalho e a produtividade; avaliar se a empresa respeita os limites da carga horária e das atividades previstas na lei, ou se impõe responsabilidades excessivas aos aprendizes, o que pode prejudicar seu desenvolvimento.

REFERENCIAL TEÓRICO

Menor trabalhador e as Legislações de proteção ao trabalho adolescente

A participação do menor trabalhador em meio trabalhista está presente em todas as eras da história. Em meados do século XIX, durante o processo de industrialização do Brasil, a mão de obra infantil foi duramente explorada, pois com o advento da Revolução Industrial, crianças e adolescentes eram submetidos a condições de trabalho extremamente precárias onde eram expostos a extensas jornadas de trabalho, o que acarretou sérios problemas de saúde (Moreira; Custódio, 2018).

Mediante este duro cenário enfrentado pelo menor, diversas leis foram elaboradas para que tais práticas fossem cessadas e garantissem, assim, o fim da exploração infantil e a proteção do menor trabalhador. Dentre as quais, destacam-se três, dispostas na tabela abaixo.

Tabela 1 - Legislações de proteção ao trabalho adolescente publicados no Brasil: 1943-2000.

Leis e Decretos	Nº das leis e decretos	Data de publicação das leis e decretos
Consolidação das Leis de Trabalho (CLT)	Decreto Lei nº 5.452	1º de maio de 1943
Constituição Federal	*****	5 de outubro de 1988
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	Lei nº 8.069	13 de julho de 1990
Lei de Aprendizagem	Lei nº 10.097	19 de dezembro de 2000

Fonte: Os autores (2023).

Conforme a tabela exposta, verifica-se que em 1943 foi criada a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), mediante Decreto Lei n.º 5.452 de 1º de maio de 1943, que regulamentou o trabalho do menor de idade, bem como delimitou a idade mínima para que uma criança pudesse laborar (BRASIL, 1943). É importante frisar que, inicialmente, a idade limite era de 14 anos; todavia, a mesma sofreu alterações dadas pelo Decreto Lei n.º 229, de 28 de fevereiro de 1967, que diminuiu a idade limite para 12 anos. Entretanto, em redação dada pela Lei n.º 10.097 de 19 de dezembro de 2000, a idade foi novamente alterada e limitada a 16 anos, sendo permitido, sob a condição de aprendiz, o adolescente com idade de 14 anos, minimamente (BRASIL, 2000).

Somado a isto, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 7º, inciso XXXIII, determina ainda que seja restrita qualquer atividade noturna e que disponham de condições de insalubridade ao jovem menor de 18 anos, descrito a seguir:

[...]XXXIII - Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (BRASIL, 1988).

Ainda que tanto a CLT quanto a Constituição Federal tenham sido importantes meios na regulamentação trabalhista, que garantissem a segurança do menor trabalhador, o viés de exploração insistia em perdurar, o que deixa claro que a exploração é algo enraizado na cultura mundial e que demanda cada vez mais atenção.

Dessa forma, aspirando a garantir maior proteção à integridade da criança e do adolescente, foi promulgado por meio da Lei n.º 8.069 de 13 de julho de 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que deixa claro em seu Art. 60 que:

[...] “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz” (BRASIL, 1990).

Segundo Martins (2009, p. 22), “o ECA revogou todas as disposições contrárias a ele, incluindo os dispositivos da CLT que contrariavam seus princípios”. Fazendo, assim, jus, principalmente, à idade limite de 12 anos, que era regulamentada pelo Decreto Lei nº 229 de 1967. O principal foco do ECA era

caracterizar a criança e o adolescente como seres em formação, que possuíam direitos e necessidades que outrora lhes eram menosprezados, bem como estabelecer que os mesmos demandavam proteção integral fornecida pela família, sociedade e estado, conforme é descrito no artigo abaixo:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude (BRASIL, 1990).

O ECA ainda regulamenta que qualquer infração cometida ao menor, seja ela por ação ou omissão, será devidamente alvo de punição, como exposto no artigo abaixo:

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 1990).

Nesse sentido, o ECA constitui-se como um indispensável meio regulador, que assegura que os direitos do menor sejam respeitados e que este seja protegido, dada a sua condição de menor de idade e que demanda diversos cuidados.

Lei n.º 10.097/2000 – Lei de Aprendizagem e Programa Jovem Aprendiz

Ainda no presente século, perdura a exploração do trabalho de adolescentes e jovens, pois embora as legislações vigentes tenham regulamentado a forma que melhor se adequa ao emprego do menor trabalhador, a inserção do mesmo no mercado de trabalho enfrenta diversas intempéries. Antes da

promulgação da Lei n.º 10.097/2000, as empresas contratavam adolescentes e pagavam o quanto achavam justo e necessário, fazendo com que esses jovens fossem explorados e não conseguissem conciliar trabalho e escola, gerando situações em que os jovens precisavam “abandonar os estudos devido à jornada e ao tipo de trabalho praticado” (Teles *et al.*, 2003, p. 225; Castro, 2007).

Esta dinâmica afetava o futuro profissional desses jovens, pois, na maioria das vezes, os mesmos evadiam das escolas e acabavam por ofertar no mercado sua mão de obra, desvalorizada e barata, o que impedia o desenvolvimento e formação de capital humano de muitos jovens, prejudicando, assim, seu futuro, devido à falta de formação escolar (Rosa *et al.*, 2023).

Somado a isto, quando os jovens não estavam sendo inseridos no mercado de trabalho de maneira que prejudicasse seu desenvolvimento e seus estudos, os mesmos nem sequer tinham a chance de admissão, pois o mercado se tornava cada vez mais exigente, contratando apenas colaboradores com experiência (Rosa *et al.*, 2023). Acarretando, assim, no seguinte dilema: os jovens “precisam de experiência para conseguir um emprego, mas precisam de um emprego para conseguir experiência. Tal paradoxo favorece as condições de precarização das relações de trabalho dos jovens, que podem se sujeitar à obtenção de subempregos” (Teles *et al.*, p. 124, 2003).

Partindo dessas premissas, foi estabelecida a Lei n.º 10.097 de 19 de dezembro de 2000, que altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, que determina que toda empresa de médio e grande porte seja obrigada a contratar os jovens de 14 a 24 anos como aprendizes, assegurando, portanto, a estes jovens a chance de ingressar no meio trabalhista enquanto ainda estão em formação estudantil. Desta maneira, o jovem teria tanto formação profissional quanto acadêmica, proporcionando ao mesmo familiarização e assimilação com o ambiente laboral, garantindo ao jovem o desenvolvimento de atividades teóricas e práticas que o auxiliem em sua formação técnico-profissional (BRASIL, 2000). A lei de aprendizagem assegura ainda que o jovem “não pode exercer função não adequada ao seu nível de desenvolvimento” (Luz, p. 82, 2015).

Com base na Lei n.º 10.097/2000, foi estabelecido o Programa Jovem Aprendiz, que, segundo Máximo (2012, p. 86), tem como objetivos:

Garantir o acesso dos adolescentes e jovens com perfil de maior exclusão social à qualificação profissional, propiciando a inserção no mercado de trabalho; contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos adolescentes aprendizes; conceder oportunidades de condições de desenvolvimento de potencialidades individuais; oferecer condições à família do adolescente aprendiz no que diz respeito ao seu crescimento e desenvolvimento com o objetivo de fortalecer o núcleo familiar.

Nesse aspecto, “o Programa Jovem Aprendiz visa reduzir o abuso do trabalho infantil {...} e regulamentar e regularizar algumas formas de trabalho juvenil, tudo em acordo com parâmetros estabelecidos por normas vigentes em legislação” (Andrade *et al.*, p. 50, 2016).

Conforme Oliveira e Simão (2012, p. 9), “o Programa de Aprendizagem viabiliza a introdução do aprendiz no mercado de trabalho, a fim de que possa aperfeiçoá-lo e conceder a ele uma pré-formação, tornando-o apto às atividades empregatícias”. Desse modo, a Lei n.º 10.097/2000 constituiu-se como um importante meio que assegurava a inserção do jovem no mercado de trabalho e ainda possibilitava que o mesmo estivesse estudando, vivenciando, assim, a assimilação de conteúdos teóricos e práticos, garantindo que o jovem não precisasse abandonar os estudos para adentrar no mercado de trabalho.

Curso de Aprendizagem e Entidades Formadoras

Para que a participação no Programa de Aprendizagem seja reconhecida, o jovem precisa estar estudando ou já ter concluído o ensino médio. Além disso, é imprescindível que o jovem esteja matriculado nos cursos de aprendizagem, pois é por meio deles que o mesmo receberá ensino teórico e desenvolvimento intelectual que o ajudarão na prática a ser exercida na empresa (Luz, p. 82, 2015).

O curso de aprendizagem consiste em um curso de formação profissional em que todo jovem aprendiz deve, obrigatoriamente, ser matriculado ao ser efetivado em uma organização para cumprimento da lei n.º 10.097/2000 (BRASIL, 2000). Essa obrigação é fundamental para que seja garantido ao jovem tanto o conhecimento prático recebido na organização enquanto exerce a função que lhe foi atribuída quanto o ensino teórico, aprendido por meio das entidades formadoras. Assim, o curso de aprendizagem possibilita ao jovem

ensino básico, preparação metódica e desenvolvimento de habilidades, por meio das tarefas que lhe são dadas, visando capacitar o jovem para o mercado de trabalho (Castro, 2007).

Dessa maneira, o curso tem sua relevância caracterizada pela realização de práticas em sala de aula, que visam o desenvolvimento do jovem. Andrade *et al.* (2016, p. 48) reiteram que:

O Curso de Aprendizagem mostra-se de suma importância para o desenvolvimento intelectual dos jovens, já que traz vários benefícios, a exemplo de ensiná-los a ter um comportamento adequado no trabalho, propiciar visualizações das competências básicas em cada área de serviço, além de instigar o jovem aprendiz a buscar fazer sempre o melhor para poder se aperfeiçoar no seu desenvolvimento profissional.

De acordo com o que é estabelecido no Manual de Aprendizagem (2014), o desenvolvimento e implementação do curso de aprendizagem estão a cargo do denominado Sistema S, composto por cinco entidades prestadoras de serviços nacionais de aprendizagem e que têm como objetivo primordial a formação profissional de jovens e adolescentes, sendo eles o:

- a) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);
- b) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC);
- c) Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR);
- d) Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT); e
- e) Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP).

Conforme Matsuzaki (2011), o sistema “S” tem como seus maiores expoentes as escolas SENAI e SENAC, e seu objetivo principal é “promover cursos que correspondam às modificações que ocorrem no ambiente econômico, capacitando mão de obra adequada para o mercado, principalmente grandes empresas”. A partir disso, observa-se que tal sistema fomenta a economia, pois lida e qualifica pessoas que vão estar envolvidas nas atividades e serviços em organizações e na sociedade em geral.

As entidades que estão envolvidas na formação de indivíduos para se tornarem profissionais qualificados oferecem muitas oportunidades, principalmente para jovens que ainda não tiveram a experiência prática de trabalho. As mesmas emitem certificação após a conclusão do curso, para que as oportunidades para adentrar no mercado de trabalho sejam maiores, gerando, com isto, formação de profissionais que atendam as demandas de forma eficiente.

Conforme Castro (2007), o contrato de aprendizagem difere dos demais, pois trata-se de um contrato especial, onde seu principal objetivo é aprendizagem metódica, enquanto nos contratos comuns de trabalho o objetivo é apenas prestação de serviço. Dessa forma, o contrato de aprendizagem assegura que ao aprendiz sejam fornecidas educação teórica, técnica e profissional e que sejam postas em prática no ambiente de trabalho em que está inserido, de maneira que o jovem esteja apto para exercer as atividades laborais que contribuam para seu crescimento profissional.

Mediante Art. 428 da CLT (1943),

Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação (BRASIL, 1943).

Para que o referido contrato seja autenticado, é vital que o aprendiz esteja matriculado nos Cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem e frequentando a escola, requisito este isento apenas ao jovem que concluiu o ensino médio. Ademais, é indispensável, para a efetivação do contrato de aprendizagem, que haja registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do menor, pois só assim o contrato terá legitimidade (Silva; Costa, 2019).

Nesse sentido, faz-se necessário especificar que a função que deve ser exercida é de aprendiz. Além disso, considerando que contrato tem prazo determinado, sendo este não superior a dois anos, e ainda, deverá ser descrito na CTPS qual será a validade do contrato. (Castro, 2007).

Martins (2012) aponta que, caso o contrato de aprendizagem seja inicialmente com o prazo de dois anos, este não poderá ser prorrogado mais de uma vez, pois já teria cumprido o tempo determinado, ficando impossível que o contrato se perdesse por quatro anos, salvo apenas na condição ao aprendiz com deficiência, já que o mesmo pode permanecer no programa com prazo superior a dois anos. Outrossim, é importante ressaltar que para o aprendiz com deficiência não se aplica limite de idade, o que é um fator relevante de inclusão para o jovem ser inserido no mercado de trabalho.

Conforme o Art. 433 da CLT (1943), o contrato de aprendizagem não poderá ser rescindido antes do tempo previsto, exceto em casos de justa causa como descritos abaixo:

I - Desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz; II - Falta disciplinar grave; III - Ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo; ou IV - A pedido do aprendiz (BRASIL, 1943).

Vale salientar que, caso o aprendiz seja substituído por outro, faz-se necessária a criação de um novo contrato, pois qualquer contrato com vínculo empregatício faz jus ao *intuitu personae*, que significa que um contrato só pode ser cumprido por uma pessoa, sendo vedada a transferência de dever (Castro, 2007).

Castro (2007) ainda ressalta que se o jovem perder o ano letivo, ficando reprovado, o contrato deverá ser imediatamente suspenso. Todavia, se a empresa tiver interesse em efetivar o jovem em seu quadro de funcionários, este passará a ter um contrato de emprego comum, desde que possua idade superior a 18 anos.

Tais medidas são importantes, pois asseguram tanto para a empresa quanto para o jovem seus direitos trabalhistas, previstos em lei, para que haja uma relação de trabalho saudável e benéfica.

Direitos e Obrigações do aprendiz

Com base nos direitos pertencentes ao jovem que faz parte do programa de aprendizagem, Andrade *et al.* (2016, p. 51) destacam que “os principais direitos do jovem aprendiz são o salário mínimo, as férias, a rescisão contratual, o FGTS no percentual de 2%, o vale-transporte e o certificado de conclusão do curso de aprendizagem”.

De acordo com Martins (2012, p. 651), “o menor aprendiz não poderá ganhar menos de um salário-mínimo por mês, e se trabalhar apenas algumas horas por dia, terá direito ao salário-mínimo, salvo se for pactuada condição mais favorável para o empregado”. O Art. 432 da CLT (1943) estabelece que o aprendiz deve trabalhar de seis a oito horas diárias e que é ilícito, independentemente de qualquer situação, que os aprendizes cumpram horas extras, sendo vedados prolongamentos e compensação da jornada.

Além do salário, o jovem aprendiz tem direito a vale-transporte para deslocamento casa/empresa e empresa/casa, devendo ser suficiente para todo o percurso. Lembrando que somente será possível conceder tal benefício se o transporte utilizado pelo aprendiz for transporte público (Andrade *et al.*, 2016, p. 50).

Mediante o Art. 462 da CLT (1943):

Art. 462 - Ao empregador é vedado efetuar qualquer desconto nos salários do empregado, salvo quando este resultar de adiantamentos, de dispositivos de lei ou de contrato coletivo.

§ 1º - Em caso de dano causado pelo empregado, o desconto será lícito, desde de que esta possibilidade tenha sido acordada ou na ocorrência de dolo do empregado (BRASIL, 1943).

Conforme disposto no parágrafo único do Art. 11 da CLT (1943), “o aprendiz maior de dezoito anos que labore em ambiente insalubre ou perigoso ou cuja jornada seja cumprida em horário noturno faz jus ao recebimento do respectivo adicional” (Oliveira, 2015, p. 461).

Segundo Andrade *et al.* (2016, p. 47), “todo aprendiz contratado deve conciliar a carga horária do trabalho com a carga horária destinada aos estudos, fazendo com que haja interatividades entre ambas funções”. Os referidos autores ainda ponderam que o aprendiz deve ser ético e agir de maneira satisfatória e contundente com os preceitos da empresa.

Oliveira (2011) corrobora que o aprendiz deve estar comprometido em desempenhar suas atividades com exímia dedicação, não abandonar os estudos, ser frequente em suas aulas e dispor de horário para desempenhar atividades, enquanto é qualificado para o mercado de trabalho. Dessa forma, é possível visualizar que a participação no programa, além de garantir a inserção adequada

do jovem no mercado de trabalho, dispõe de direitos claros, que não podem ser negados ao jovem trabalhador. Porém, da mesma forma que o programa lhe oferece tais direitos, espera-se do jovem comprometimento com suas funções e, minimamente, vontade de aprender para fazer dessa oportunidade algo que realmente valha a pena.

Obrigações da empresa para com o Jovem Aprendiz

Conforme o Art. 429 da Lei n.º 10.097/2000, fica determinado que as empresas, sejam de médio e/ou grande porte, contratem uma porcentagem de no mínimo 5% e no máximo 15% de aprendizes para fazer parte de seu quadro de colaboradores em atividades compatíveis com a formação profissional. “Ou seja, para cada vinte funcionários de uma grande empresa, um tem que ser aprendiz” (Souza, 2015, p. 11).

A obrigatoriedade dessa admissão se faz necessária para que o menor de idade, que se encontra em situação vulnerável, tenha a oportunidade de ser inserido no mercado de trabalho, sem que seus direitos sejam violados, e que não necessite abandonar os estudos em busca de obtenção de renda. Assim, espera-se que, ao ser inserido no mercado, o mesmo se qualifique profissionalmente, aumentando as chances deste jovem ter uma vida promissora.

Segundo Andrade *et al.* (2016), é de responsabilidade das empresas promover a inclusão social do aprendiz por meio da qualificação profissional. Os autores ainda ponderam que “os empregadores estão obrigados a zelar pela observância, em seus estabelecimentos ou empresas, dos bons costumes e da decência, bem como seguir as regras da segurança e medicina do trabalho (Andrade *et al.*, 2016, p. 51).” Além disso, é dever do empregador, quando verificado que o trabalho exercido pelo menor lhe seja prejudicial à saúde, desenvolvimento físico e moralidade que transcorra imediatamente a mudança de serviço (Oliveira, 2015).

É pertinente relatar que, caso haja a redução de empregados de determinada empresa que adere à contratação de aprendizes, esta não poderá alterar o número de aprendizes naquela determinada empresa nesse exato momento, ou seja, o aprendiz não pode ter seu contrato rescindido antes de seu prazo de término, única e exclusivamente por esse motivo (Oliveira; Simão, 2012, p. 9).

Essa obrigatoriedade é de extrema importância, pois se não existisse a referida imposição, no momento em que uma organização precisasse reduzir seu quadro de funcionários, o jovem aprendiz seria o primeiro a ser desligado, já que o mesmo é um colaborador em formação. Todavia, essa exigência pode ser prejudicial para o aprendiz que labore em um ambiente que enfrentou tal necessidade, já que o mesmo pode vir a ter que desempenhar funções que exigem demais de um aprendiz. Frente a isso, é de responsabilidade do Ministério do Trabalho, por meio de seus auditores fiscais de trabalho, fiscalizar as organizações para conferir se elas oferecem ao aprendiz condições de trabalho que não violem seus direitos (Souza, 2015). E também verificar se as empresas estão cumprindo a cota de aprendizes em seu quadro de funcionários. Conforme disposto no Art. 30 da Instrução Normativa SIT nº 146 de 25 de julho de 2018:

A fiscalização para verificação do cumprimento de cotas de aprendizagem se dará, prioritariamente, na modalidade de fiscalização indireta com notificação encaminhada via postal com aviso de recebimento - AR ou outro meio que assegure a comprovação do recebimento (BRASIL, 2018).

Cabe ainda ressaltar que se a empresa não cumprir com a cota de aprendizes exigida por lei, a mesma será multada no valor de um salário mínimo multiplicado pelo número de não admitidos, mediante o Art. 434 da CLT (1943):

Art. 434 - Os infratores das disposições deste capítulo ficam sujeitos à multa de valor igual a 1 (um) salário mínimo regional, aplicada tantas vezes quantos forem os menores empregados em desacordo com a lei, não podendo, todavia, a soma das multas exceder a 5 (cinco) vezes o salário-mínimo, salvo no caso de reincidência em que esse total poderá ser elevado ao dobro (BRASIL, 1943).

Ainda que muitas organizações recebam aprendizes em seu quadro de colaboradores como obrigação legal e para não ter que arcar com multas que prejudiquem seu financeiro, a aprendizagem é de suma importância para o jovem que tem a chance de ser alocado em sua primeira experiência laboral, garantindo, assim, maiores chances de ter uma vida promissora. Para as empresas, é a possibilidade de capacitar o jovem que ainda não possui vícios de outras organizações, para que o mesmo aprenda desde o início o modo de ser e agir

da empresa. E sendo o mesmo efetivado como colaborador integral, possa ser capaz de visualizar com maior precisão os pontos a melhorar da organização (Andrade *et al.*, 2016).

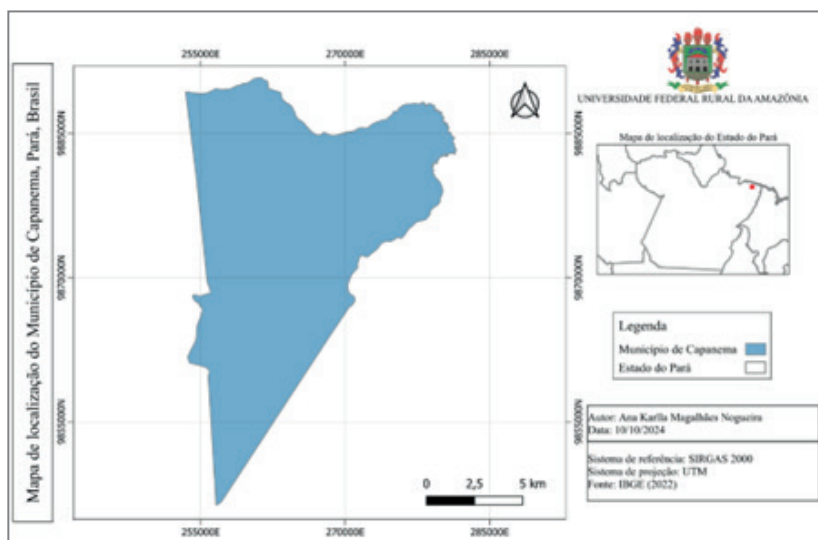
Segundo Souza (2015, p.10), “mais do que inserir o jovem no mundo do trabalho, é importante desenvolver a construção e o resgate da cidadania e da dignidade humana dos jovens que vivem em situações precárias e de extrema pobreza, bem como a possibilidade de uma educação voltada ao desenvolvimento pessoal e profissional”. Para esse intuito, faz-se necessário que tanto a entidade formadora de aprendizagem quanto a empresa forneçam meios para que essa experiência garanta ao jovem assimilação total do programa e crescimento pessoal e profissional.

MATERIAL E MÉTODOS

Localização e caracterização da área de estudo

A pesquisa teve como área de estudo o município de Capanema, localizado na região Nordeste do estado do Pará. O referido município foi inicialmente povoado por habitantes naturais da própria região. Em seus primeiros anos, foi denominado Siqueira Campos, até que, em 5 de novembro de 1910, obteve sua emancipação política. Somente a partir de 1938 passou a ser oficialmente chamado de Capanema, nome atribuído em homenagem ao engenheiro Guilherme Schüch, conhecido como Barão de Capanema, responsável pela construção de uma rede telefônica na localidade (IBGE, 2022).

Figura 1 - Mapa de localização do município de Capanema, estado do Pará.



Fonte: Souza *et al.*, (2024).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a população estimada de Capanema em 2022 foi de 70.394 habitantes, com uma densidade demográfica de 113,27 habitantes/km². Com relação à sua área territorial, o município abrange 614,693 km² e destaca-se pela abundância de calcário e minério explorado por indústrias cimenteiras instaladas na região (IBGE, 2022).

Segundo dados do IBGE (2022), a renda *per capita* dos trabalhadores formais no município era de 1,8 salários mínimos, representando 16,72% da população total.

Além disso, Capanema exerce um papel estratégico como município polo, devido à sua localização geográfica e aos limites compartilhados com diversos outros municípios. Dessa forma, o município de Capanema, situado no estado do Pará, apresenta-se como o contexto geográfico de interesse para a presente pesquisa, sendo uma área relevante para a análise proposta.

Procedimentos metodológicos

Os procedimentos adotados para a delimitação deste estudo foram de natureza qualitativa. Segundo Guerra *et al.* (2024), a pesquisa qualitativa é

uma abordagem essencial na investigação científica, ao buscar compreender profundamente os fenômenos estudados.

Desse modo, embora a pesquisa qualitativa se baseie na subjetividade dos sujeitos investigados, a qual não pode ser traduzida somente em números, é possível alcançar certa objetividade ao incorporar procedimentos analíticos característicos da abordagem quantitativa analisada (Matos; Gerra; Araújo, 2023). Assim, a abordagem qualitativa contribui para uma compreensão mais ampla e detalhada da realidade investigada.

Além disso, trata-se de uma pesquisa descritiva que tem como objetivo demonstrar com precisão as particularidades de uma população ou fenômeno, bem como identificar possíveis relações entre variáveis (Gil, 2002, p. 42).

Estudos anteriores destacam a relevância de abordagens qualitativas e descritivas para compreender fenômenos específicos em contextos socioeconômicos e culturais. De acordo com Flick (2020), a pesquisa qualitativa permite uma exploração aprofundada de realidades complexas, especialmente em ambientes locais onde variáveis sociais desempenham um papel significativo.

Para o levantamento de dados nas empresas que aderiram ao Programa Jovem Aprendiz na área de estudo, optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas, visando obter informações mais detalhadas sobre a participação no programa. Sendo assim, as entrevistas realizadas com os gestores das empresas ocorreram no período de 22 a 29 de março de 2023 e contou com a participação de 07 empresas adeptas do programa de aprendizagem na área de estudo.

No contexto de análises organizacionais e programas sociais, entrevistas semiestruturadas têm demonstrado ser um instrumento valioso para capturar percepções e experiências dos participantes, conforme destacado por Minayo (1992). Dessa maneira, a escolha metodológica do presente estudo alinha-se a práticas validadas na literatura, reforçando a sua relevância e aplicabilidade para a análise do Programa Jovem Aprendiz no município de Capanema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Análise das empresas que aderiram ao Programa Jovem Aprendiz no Município de Capanema

Conforme exposto na tabela abaixo, pode-se observar que 04 empresas que participaram da pesquisa já estão consolidadas no mercado do município de Capanema a algum tempo, sendo a mais antiga de 26 anos de existência. Em contrapartida, 03 empresas têm sua implantação considerada recente, pois somam menos de 10 anos de existência no município.

Quando os gestores foram questionados sobre a maneira que se deu a adesão ao programa de aprendizagem, foram citados dois principais meios: o primeiro por iniciativa própria da empresa e o segundo por recomendação dada pelo Ministério do Trabalho. Cabe, ainda, ressaltar que é justamente o Ministério do Trabalho que especifica sobre as cotas destinadas para o programa de aprendizagem amparada pela lei de aprendizagem. Dessa forma, é perceptível a similaridade dessas informações e o que comprova que ambas são geralmente as mais utilizadas para aderir ao programa, como pode ser averiguado na tabela 1.

Tabela 2 - Quantidade de jovens por empresas adeptas ao Programa Jovem Aprendiz.

Empresa	Tempo no mercado Capanema	Ano de adesão do programa	Forma de adesão do programa
Empresa 1	17 anos	2017	SENAC
Empresa 2	6 anos	2018	Iniciativa própria
Empresa 3	16 anos	2019	Ministério do Trabalho
Empresa 4	6 anos	Não soube responder	Ministério do Trabalho
Empresa 5	26 anos	Não soube responder	Iniciativa própria
Empresa 6	20 anos	Não soube responder	Ministério do Trabalho
Empresa 7	9 anos	Não soube responder	Iniciativa própria

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Quando questionados em que ano aderiram ao programa da aprendizagem, a maioria das organizações entrevistadas não soube responder, em função de sua gerência ser considerada recente, não dispondo desta informação. Ainda assim, é válido mencionar que os gestores das 3 (três) primeiras empresas responderam, respectivamente, que os anos de inserção no programa foram

2017, 2018 e 2019. Caracterizando, assim uma inserção, ainda muito recente para as referidas empresas.

Análise da interação das organizações com o SENAC

Quando indagados acerca do grau de interação com o SENAC, os gestores de 04 (quatro) empresas afirmaram ser intensa. Nesse aspecto, é importante salientar a importância do relacionamento empresa-SENAC, pois é fundamental para que o jovem aprendiz tenha todo o suporte necessário no período do contrato de aprendizagem, pois tanto a frequência em sala de aula quanto no ambiente de trabalho é essencial durante o tempo do contrato do jovem aprendiz. Logo, o grau de interação entre a entidade formadora e organizações fomenta maior aproveitamento do jovem aprendiz, pois possibilita a troca de informações relevantes a respeito do mesmo e seu desempenho.

Diante disso, verificou-se que a análise da interação das organizações com o SENAC tende a evidenciar a importância do comprometimento mútuo entre entidade formadora e empresas para o êxito do programa de aprendizagem. Nesse contexto, a parceria entre empresas e instituições educacionais é fundamental para alinhar a formação teórica às exigências práticas do mercado de trabalho, promovendo programas de aprendizagem mais eficazes (De Moraes, 2023).

Logo, essa parceria não apenas assegura o cumprimento dos requisitos legais do contrato, como também potencializa o desenvolvimento profissional e pessoal do jovem, facilitando sua entrada e permanência no mercado de trabalho.

Quando questionados se a própria empresa fornece feedbacks para os aprendizes acerca de suas atividades, a presente pesquisa obteve resultados negativos e positivos. Assim, evidenciando que, embora algumas organizações reconheçam a importância de acompanhar e orientar os jovens, essa prática ainda tende a não ser implementada em todas as empresas, revelando assim a existência de lacunas nesse processo.

Nesse contexto, o *feedback* trata-se de um método que consiste em executar retornos sistemáticos, por meio dos quais gestores podem ajudar seus funcionários a se tornarem conscientes de seus próprios desempenhos, sejam eles: abaixo das expectativas ou dentro das expectativas (MISSEL, 2016). Dessa forma, quanto maior a interação e a troca de informações entre as empresas e

os aprendizes, mais eficiente tende a ser o acompanhamento do desempenho, favorecendo um retorno de *feedbacks* mais eficaz e assertivo.

Além disso, a maioria, representada por quatro empresas, afirmou que utiliza diversos recursos, como reuniões de turno, *feedback* individual, avaliações e *checklists*. Desse modo, a utilização dessa ferramenta é de extrema relevância para que o aprendiz tenha conhecimento de como está sua evolução no desenvolvimento de suas atividades. Pois, mais do que ser inserido como trabalhador especial, o mesmo precisa aprender a exercer o ofício corretamente, e só poderá fazer isso se a gestão e os colaboradores estiverem dispostos a mais do que cumprir uma cota, mas sim ensiná-lo de modo que o mesmo cresça e se encontre profissionalmente. Na fala de um dos gestores, quando perguntado se a empresa auxilia as dúvidas dos jovens aprendizes, o mesmo afirmou que os colaboradores propiciam o suporte necessário e que não há julgamentos por seus erros, conforme transcrito na fala a seguir:

“Todos nós estamos dispostos a ensinar e se o jovem aprendiz erra ou não entende, eles não são julgados e sim ajudados” (E1).

Por se tratarem de jovens inexperientes, que estão vivenciando pela primeira vez o trabalho formal, espera-se da empresa o comprometimento de poder auxiliar o jovem em seu desenvolvimento. E, para isso, o uso de *feedback* é fundamental, pois ajudará o jovem a conhecer seus pontos fortes e fracos, de modo que possa aperfeiçoá-los ou eliminá-los.

Ao fazer um cruzamento de dados, com base no questionamento se a organização indicava o jovem que se mostrou com bom desempenho no decorrer do contrato, bem como se efetivava o aprendiz, caso houvesse vaga na empresa, os gestores de 06 empresas afirmaram que tanto efetivaria como indicaria o jovem para outras empresas, fato este evidenciado em uma das falas de um dos entrevistados transcrita a seguir:

“Se houver local onde a gente possa indicar, com certeza iremos indicar”.

Logo, tal posicionamento, por parte das empresas, é de extrema importância para a inserção desses jovens no mercado de trabalho, pois, dispondo

de experiência e de indicação, as chances do jovem aprendiz conseguir um emprego estável se elevam.

Diante disso, o recrutamento de aprendizes pelas empresas torna-se uma ação essencial dentro do Programa Jovem Aprendiz, permitindo que esses jovens sejam capacitados para desenvolver atividades administrativas que integrem teoria e prática (Lins; Campelo, 2020). Assim, essa política contribui não somente para a qualificação da mão de obra jovem, mas também para o fortalecimento da economia local.

Quando questionados acerca do que mais prezavam no aprendiz, os gerentes citaram fatores como: valores, ética, disciplina, proatividade, boa convivência, disponibilidade de aprendizado, desenvolvimento pessoal e profissional. Diante disso, fica evidente que as empresas participantes da pesquisa procuram, em um jovem aprendiz, pessoas comprometidas e responsáveis, e dispostas a crescer, tanto na área pessoal quanto na profissional, e também para que sejam contribuintes no crescimento da empresa.

Assim, os dados revelaram que as empresas não buscam apenas habilidades técnicas nos jovens aprendizes, mas também valorizam, principalmente, atitudes, comportamentos e competências, para que estejam alinhados à cultura organizacional.

Em caso de aprendizes que se mostrassem com baixo desenvolvimento e desempenho em suas funções durante o trabalho, questionou-se qual seria o posicionamento das empresas, e a maioria dos gestores (quatro empresas) respondeu que ainda não tiveram esse problema, seguido de outras três que alegaram, respectivamente, que buscaram dialogar com o jovem, levar ao conhecimento do SENAC e dar advertências aos aprendizes. Nesse aspecto, é possível retornar à discussão acerca da importância do *feedback* a ser dado pelas empresas como modo de auxiliar na resolução de possíveis entraves vivenciados pelos aprendizes.

Nesse sentido, a forma de lidar com os aprendizes reflete a importância do *feedback* para uma comunicação clara e eficaz, permitindo que ele seja construído a partir de um olhar mais construtivo, beneficiando tanto a empresa quanto o aprendiz (Cembranel *et al.*, 2024).

Diante disso, é fundamental que as empresas adotem estratégias que, de forma contínua, potencializem os pontos de melhoria dos aprendizes em

suas tarefas, visando o desenvolvimento de suas competências, a fim de criar um ambiente de aprendizado eficaz.

Com base na percepção das empresas acerca das dificuldades avaliadas no aprendiz, as organizações que se propuseram a responder tal indagação listaram: in experiência, imaturidade e falta de proatividade. Nesse aspecto, entendeu-se que, por estarem vivenciando seu advento em meio laboral, é mais que esperado que o mesmo evidencie in experiência e imaturidade, mas é justamente para possibilitar tal desenvolvimento que os jovens são alocados nas organizações.

Cabe ainda pontuar que uma das organizações entrevistadas inferiu que, no decorrer de sua gerência, o ponto crucial de maior dificuldade para o jovem foi durante o período pandêmico, onde as aulas teóricas precisaram ser *on-line*, o que foi considerado uma barreira quase que intransponível para o perfil de ingressantes da referida organização que dispunham de uma renda familiar baixa e que não demandavam recursos para vivenciar tal situação.

Sendo assim, os dados refletem que, no início da trajetória profissional, os jovens aprendizes tendem a apresentar algumas limitações, muitas vezes influenciadas por diferentes contextos sociais e estruturais. No entanto, isso reforça a importância do Programa Jovem Aprendiz como uma oportunidade de aprendizado e desenvolvimento de competências no ambiente organizacional, contribuindo para a inclusão e para a redução das lacunas que dificultam o acesso dos jovens às organizações.

Quando indagados sobre o nível de desistência dos aprendizes, os gestores de quatro empresas disseram que não há desistência de aprendizes ao longo do contrato estabelecido. Todavia, os gestores de três empresas responderam que há desistência. Nesse aspecto, seria de extrema relevância que as empresas pudessem ter o controle de quais fatores específicos levaram à desistência dos aprendizes. Em fala de um dos gestores entrevistados, pode-se perceber que o mesmo não sabia informar porque a organização teve uma desistência quase no final do contrato.

Nessa lógica, Santos *et al.* (2021) apontam que a utilização da entrevista de desligamento poderia contribuir para identificar os motivos que levaram à desistência desses jovens, o que faria com que as empresas pudessem observar com maior propriedade os aspectos a serem levados em consideração na

hora de uma nova contratação para evitar essa evasão contratual e perda de oportunidade para alguém que deseja ingressar no programa.

Diante disso, torna-se essencial que as empresas implementem mecanismos de escuta ativa, como entrevistas de desligamento e acompanhamento periódico dos aprendizes, a fim de compreender melhor os fatores que influenciam a permanência ou evasão no programa.

Nesse sentido, a escuta ativa, por sua vez, favorece a criação de um clima organizacional mais propício à flexibilização dos meios de comunicação, especialmente da comunicação interna, permitindo maior receptividade das informações e contribuindo para a solução de possíveis conflitos (Lima *et al.*, 2022).

Fatores positivos e negativos do Programa Jovem Aprendiz na percepção dos gestores das empresas

No que se refere às respostas dos gestores das empresas, pode-se constatar as seguintes respostas: aprendizado mútuo, revitalização do quadro de funcionários e que o trabalho do aprendiz soma juntamente a empresa. Em seus achados, Máximo (2012) afirma que um dos pontos positivos para inserir jovens dentro das organizações é que os mesmos não têm vícios de outras empresas e, por isso, são mais fáceis de serem moldados, de acordo com a política de cada empresa. Logo, o aprendizado mútuo citado pelos gestores demonstra que a relação estabelecida entre empresa e aprendiz não é unilateral, mas sim uma via de mão dupla, onde ambos crescem e se desenvolvem no ambiente organizacional.

Além de poder moldar os jovens para serem profissionais que conhecem as necessidades da empresa, pelo contrato de aprendizes, a organização “recebe benefício fiscal de pagar apenas 2% de FGTS e está dispensada de aviso prévio remunerado e da não obrigatoriedade de pagar multa rescisória nesse caso” (Carvalho *et al.*, p. 5, 2021). Diante do exposto, é evidente que a inserção do jovem no programa de aprendizagem possibilita, tanto ao aprendiz como à própria organização, aprendizado mútuo. Nesse contexto, percebeu-se que o programa promove uma relação vantajosa para ambas as partes ao estabelecer troca de conhecimentos e experiências, seja no aspecto teórico ou prático, no processo de aprendizagem.

Ademais, na visão dos gestores das empresas, seis não souberam elencar algum ponto negativo, e apenas um ponderou sobre o tempo dedicado ao aprendizado prático dentro da organização ser reduzido devido aos dias de aprendizado teórico que o jovem tem no programa. Evidenciando, assim, a necessidade das empresas de buscar um equilíbrio mais eficaz entre teoria e prática, visando maximizar o aprendizado dos jovens aprendizes e garantir uma experiência mais relevante para suas funções.

Nesse viés, Pitz (2023) frisa que os adolescentes e jovens que precisam trabalhar para assegurar sua própria ou até mesmo a sobrevivência da família encontram mais barreiras para estudar e se qualificar, principalmente devido à exaustão da exploração de sua força laboral. Todavia, o proposto na Lei de Aprendizagem é justamente a vivência do aprendiz no âmbito empresarial e também no teórico, que possibilite ao jovem essa experiência, mas que seja levada em consideração sua idade e sua inexperience para com o mercado de trabalho, por isso é importante essa distribuição de carga horária entre prática e teórica.

“Para as empresas que contratam jovens aprendizes, será total a obrigação da mesma dispor o tempo que for necessário para que o aprendiz frequente as aulas do curso de aprendizagem, visto que este é um direito assegurado ao jovem, previsto no art. 427 da CLT”. (Andrade *et al.*, 2016, p. 52). Cabe ressaltar que se o jovem não estiver matriculado em um curso de aprendizagem, o contrato não pode ser caracterizado como contrato de aprendizagem.

Dessa forma, o contrato de aprendizagem só é válido quando o jovem está devidamente matriculado, evidenciando o compromisso não apenas com a legislação, mas também com o desenvolvimento educacional e profissional do aprendiz.

Sob o olhar das organizações, este resultado sugere ainda que, enquanto os jovens aprendizes recebem formação teórica essencial, pode haver uma lacuna no tempo disponível para desenvolver habilidades práticas dentro das empresas. Isso pode impactar a experiência de aprendizado dos jovens, especialmente em um ambiente onde a prática é importante para consolidar o conhecimento teórico e garantir um preparo adequado para o mercado de trabalho.

Conforme Matsuzaki (2011), existe certa contrariedade por parte das organizações em aceitar em seu quadro de funcionários um colaborador inexperienced que ainda necessite de um contrato de trabalho especial e tratamento

diferenciado conferidos por imposições legais. Todavia, a inexperience do aprendiz não é justificativa para que o mesmo deixe de ser efetivado para laboração sancionada por lei, pois um dos enfoques da lei da aprendizagem corresponde à garantia da inserção de jovens no mercado de trabalho.

Nesse sentido, Oliveira e Simão (2012, p. 10) afirmam que “o fato de a empresa alegar que a não contratação do menor se deu em virtude de ele não estar habilitado e capacitado para laborar em determinada área, ou ainda, não ter qualificação necessária para tal finalidade não o exime da obrigação de contratá-lo”. Ou seja, “com a lei do aprendiz, as empresas se veem forçadas a contratar jovens inexperientes que, na maioria dos casos, ainda não concluíram o ensino médio” (Matsuzaki, 2011, p. 10). Logo, embora algumas empresas demonstrem resistência em contratar jovens aprendizes inexperientes, este fator tende a evidenciar a importância da legislação como instrumento de inclusão social e estímulo à qualificação profissional.

Por outro lado, a ausência de outros pontos negativos relatados pelas demais empresas pode indicar que o programa é eficaz na integração dos jovens aprendizes ao mercado, ao mesmo tempo que promove o cumprimento das normas de aprendizagem. Esse equilíbrio entre teoria e prática é um desafio, mas também uma oportunidade para ajustar e potencializar os resultados.

Uma possível solução seria revisar a carga horária teórica e prática para atender melhor às necessidades das empresas, sem comprometer os objetivos educacionais dos jovens aprendizes. Além disso, poderia incluir a criação de momentos de diálogo entre empresas, aprendizes e responsáveis pelo programa, buscando estratégias para melhorar a adaptação às demandas específicas de cada setor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão de pessoas na administração está ligada à forma em que a organização gere seus colaboradores, desenvolvendo e valorizando suas habilidades, ou seja, trazendo como importância para o tema pesquisado, gerir jovens e adolescentes inexperientes é um desafio, porém com uma gestão de pessoas eficiente, para lidar com os desafios relacionados aos aprendizes inseridos na organização, torna-se uma forma de moldar profissionais de acordo com

o padrão e cultura da empresa, fazendo com que eles estejam alinhados ao ritmo da empresa e se tornem parte efetiva dela, caso haja o interesse mútuo.

Dessa forma, a pesquisa alcançou os objetivos propostos ao apresentar, com base em dados reais, os benefícios e desafios identificados, evidenciando a percepção dos gestores das empresas sobre o tema abordado.

Os resultados evidenciaram que o Programa Jovem Aprendiz apresenta benefícios significativos tanto para os jovens quanto para as empresas. Por meio do aprendizado mútuo, da revitalização do quadro de funcionários e da capacitação dos aprendizes, a adesão ao programa se posiciona como uma estratégia eficaz de inclusão social e profissional. Além disso, a legislação garante direitos essenciais aos jovens, enquanto as empresas desfrutam de benefícios fiscais.

Por outro lado, desafios como o equilíbrio entre teoria e prática ainda precisam ser otimizados para maximizar o potencial do programa. Embora alguns gestores apontem a necessidade de ampliar o tempo dedicado ao aprendizado prático, a resistência inicial das organizações em contratar jovens inexperientes reforça a relevância da lei como instrumento de estímulo à qualificação e acesso ao mercado de trabalho.

Portanto, ajustar a carga horária teórica e prática, e promover diálogos entre as partes envolvidas no programa, são ações essenciais para potencializar os resultados. O Programa Jovem Aprendiz representa, em sua essência, uma oportunidade valiosa para capacitar jovens e fortalecer as empresas, criando um ambiente de crescimento mútuo e impacto positivo na sociedade.

Além disso, recomenda-se, sob a ótica das empresas, que estudos futuros ou a continuidade desta pesquisa incluam o acompanhamento dos jovens após o término do programa de aprendizagem. Tal acompanhamento permitirá analisar o impacto da experiência adquirida em sua trajetória profissional, bem como verificar se os egressos permanecem inseridos no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. *et al.* O Programa Jovem Aprendiz e sua importância para os jovens trabalhadores. **Interfaces Científicas - Direito**, Aracajú-SE, v.4, n. 2, p. 45-54, 2016. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/direito/article/view/2742> Acesso em: 15 ago. 2022.

BARROS, L. D. S.; COSTA-RENDERS, E. C. Formação de professores e o trabalho com as juventudes na educação profissional. **Revista Práxis**, [S. l.], v. 2, p. 160–185, 2022. DOI: 10.25112/rpr.v2.3060. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraxis/article/view/3060>. Acesso em: 11 abr. 2025.

BRASIL. **Consolidação das leis do Trabalho**. Decreto-lei 5.452, de 1 de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho.

BRASIL. Lei Ordinária nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: Poder executivo. Brasília, DF, 2000.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da república Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. Lei Federal. 8069, de 13 de julho de 1990. ECA. **Estatuto da Criança e do Adolescente**.

CARVALHO, E. *et al.* Jovem Aprendiz: O adolescente no mercado de trabalho - Reflexões. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 16, dez, 2021. Disponível em: <https://zenodo.org/record/8179428>. Acesso em: 18 ago. 2023.

CEMBRANEL, P. *et al.* Perspectivas de inserção de jovens no mercado de trabalho. **Revista de Carreiras e Pessoas**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 291-308, 2024. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ReCaPe/article/view/56196/44776>. Acesso em: 14 abr. 2025.

CASTRO, C. P. D. **A Lei do aprendiz e a inclusão de jovens no mercado de trabalho**. 2007. Trabalho de conclusão de curso (Pedagogia), Faculdade de Educação na Pontifícia, Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

DE MORAES, F. **Empresa-escola: educação pelo e para o trabalho**. São Paulo: Senac, 2023.

FLICK, Uwe. **Introducing research methodology: Thinking your way through your research project**. 2020. Disponível em: <https://www.torrossa.com/gs/resourceProxy?an=5018146&publisher=FZ7200>. Acesso em: 6 ago. 2025.

GODKE, V.; SALOMÉ, J. Educação e trabalho: a relação entre o programa de aprendizagem no contexto neoliberal. **Tuiuti: ciência e cultura**, v. 10, n. 68, p. 162-184, 6 maio 2024.

GUERRA, A. de L. *et al.* Pesquisa qualitativa e seus fundamentos na investigação científica. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 15, n. 7, p. e4019, 2024. DOI: 10.7769/gesec.v15i7.4019. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/4019>. Acesso em: 12 abr. 2025.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo brasileiro 2022. Capanema-Pará: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/capanema/panorama>. Acesso em: 12 abr. 2025.

GOMES, J. M. C.; CUNHA, C.R. Inexibilidade de contribuições sociais sobre a remuneração do jovem aprendiz. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, [S. l.], v. 154, n. 30, 2023. Disponível em: <https://rttrib.abdt.org.br/index.php/rtfp/article/view/580/282>. Acesso em: 16 abr. 2025.

LIMA, A. B. *et al.* A voz do colaborador como estratégia em gestão de recursos humanos: um estudo sobre feedback ascendente. **Revista científica acertte - ISSN 2763-8928**, [S. l.], v. 2, n. 11, p. e211109, 2022. DOI: 10.47820/acertte.v2i11.109. Disponível em: <https://www.acertte.org/acertte/article/view/109>. Acesso em: 14 abr. 2025.

LINS, F. J. P.; CAMPELO, A. M. **Recrutamento e seleção de Jovem Aprendiz: A LEI DA APRENDIZAGEM COMO AUXÍLIO NA INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO.** *Revista Vox*. 2020. Disponível em: <https://revistavox.metropolitana.edu.br/wp-content/uploads/2020/08/09>. Acesso em: 16 abr. 2025.

LUZ, P. **Programa Jovem Aprendiz: um estudo de caso da política pública e suas implicações no mundo do trabalho.** 2015. Tese (Mestrado em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação) - Departamento de Educação. Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2015.

MATOS, Diego de Vargas; GUERRA, Avaetê de Lunetta e Rodrigues; ARAÚJO, Eleno Marques de. Diferentes modos de delinear pesquisas acadêmicas. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 8, n. 12, p. 806–816, 2023. DOI: 10.51891/rease.v8i12.8085. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/8085>. Acesso em: 6 ago. 2025.

MARTINS, P. P. **A integração do jovem ao mercado de trabalho: perfil do jovem atendido no programa adolescente aprendiz, do CIEE/SC – Universidade Florianópolis.** 2009. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Serviço Social) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2009.

MÁXIMO, T. A. C. D. O. **Significado da formação e inserção profissional para gerentes e aprendizes egressos do programa jovem aprendiz.** 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, João Pessoa – Paraíba, 2012.

MATSUZAK, H. **O desafio da Lei do jovem aprendiz: um estudo da aplicação da Lei 10.097/00 como política pública na inclusão de jovens no mercado de trabalho.** 2011. Dissertação (Mestrado em Administração) - Departamento de Administração, Universidade de São Paulo, 2011.

MAGALHÃES, C. R; GRANJA, E. M. S. Programa de Aprendizagem e suas Implicações ao Acesso e Continuidade no Mercado de Trabalho: Um Estudo com Jovens Aprendizes, **Revista ID Online Rev. Multidisciplinar de Psicologia**. [S. l.], v. 14, n. 54, 2021. DOI: DOI: 10.14295/online.v15i54.2865. Disponível em: <https://online.emnuvens.com.br/id/article/view/2865>. Acesso em: 16 abr. 2025.

MIRANDA, A. B. P; BRETTAS, A. C. F. Narrativas protagonizadas pelo jovem aprendiz: uma revisão das publicações em periódicos [2017/2022]. **Observatório de La Economía Latino Americana**, [S. l.], v. 21, n. 12, p. 25598–25614, 2023. DOI: 10.55905/oelv21n12-117. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/2246>. Acesso em: 11 abr. 2025.

MISSEL, S. **Feedback corporativo.** 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. In: O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 1992. p. 269-269. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/biblio-1344574>. Acesso em: 6 ago. 2025.

MOREIRA, R. B. D. R.; CUSTÓDIO, A. V. A influência do direito internacional no processo de erradicação do trabalho infantil no Brasil. **Revista Direitos Fundamentais e Democráticos**. v 23, n. 2. p. 178-197, maio/ago, 2018. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrazil.com.br/index.php/rdfd/article/view/1141> Acesso em 17 out. 2023.

NASCIMENTO, T. T. N. D. *et al.* Estruturas de governança e eficiência operacional: Ações para mitigar custos de transação e de agência em uma instituição do Terceiro Setor. **Práticas em Contabilidade e Gestão**, [S. l.], v. 12, n. 2, 2024. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/pcg/article/view/17228>. Acesso em: 11 abr. 2025.

OLIVEIRA, C.; SIMÃO, L. A importância da inserção do aprendiz no mercado de trabalho. *Revista Faculdade Montes Belos*, v. 5, n. 1, mar. 2012.

OLIVEIRA, Aristeu de. **Manual de Prática Trabalhista.** 50.ed. São Paulo: Atlas, 2015.

OLIVEIRA, L. M. D. O menor aprendiz frente ao estatuto da microempresa e empresa de pequeno porte. *Âmbito Jurídico*, n. 90, Rio Grande, XIV, julho 2011. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/19684/o-menor-aprendiz-frente-ao-estatuto-da-microempresa-e-empresa-de-pequeno-porte>. Acesso em: 22 ago. 2022.

PASQUALLI, R. *et al.* Percepções dos estudantes de aprendizagem comercial sobre a inserção no mercado do trabalho. **Cadernos Cajuína**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. e249211, 2024. DOI: 10.52641/cadcajv9i2.150. Disponível em: <https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/150>. Acesso em: 11 abr. 2025.

PITZ, D. L. Juventude e educação profissional: limitações do programa jovem aprendiz. **Serviço Social & Realidade**, v. 32, n. Fluxo contínuo, 2023. Disponível em: <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/4289>. Acesso em: 11 abr. 2025.

ROSA, M. *et al.* Evasão escolar: o impacto. **LIBERTAS: Revista de Ciências Sociais Aplicadas**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, jan./jul. 2023. Disponível em: <https://www.periodicos.famig.edu.br/index.php/libertas/article/view/377>. Acesso em: 08 set. 2023.

SANTOS, J. *et al.* Desafios para a inserção e permanência dos alunos nas empresas vinculadas ao Programa Jovem Aprendiz do Senac Chapecó, SC. *Navus: Revista de Gestão e Tecnologia*, Florianópolis, v11, p.1-15, jan./dez, 2021. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8096389>> Acesso em: 21 mar. 2023.

SOUZA, M. V. P. *et al.* **Estudo do perfil socioeconômico dos consumidores dos supermercados Mix Mateus e líder no Município de Capanema, Pará**. in: desenvolvimento regional e socioeconomia: experiências de pesquisas no nordeste paraense. Editora Científica Digital, 2024. p. 197-219.

SILVA, A.; COSTA, A. Políticas e Programas Públicos que oportunizam a inserção do jovem no mercado de trabalho. **ID on Line Revista Multidisciplinar e Psicologia**, v13, n. 43, p. 967-981, 2019. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1571> Acesso em: 19 nov. 2022.

SOUSA, F. T. D. **Projeto jovem aprendiz e a falta de interesse dos jovens quando começam o trabalho nas empresas**. 2015. Trabalho de conclusão de curso (Pós- graduação em Gestão de pessoas e coaching) Centro Universitário de Brasília, Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento, Brasília, 2015.

TELES, J. *et al.* Juventude e mercado de trabalho no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. **Econômica**, v. 4, n. 2, p. 223-250, dez, 2002.

VIEIRA, V. C. C.; AGUILLAR, C. M. B. Estudo exploratório da gestão do Jovem Aprendiz no Brasil. **Revista Eletrônica e-Fatec**, [S. l.], v. 14, n. 2, 2024. Disponível em: <https://pesquisafatec.com.br/ojs/index.php/efatec/article/view/320>. Acesso em: 11 abr. 2025.

CONCESSÃO FLORESTAL E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO ESTADO DO PARÁ: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Carlos Henrique de Souza Farias

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Jenison Rodrigues Fonseca

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Naylana Santos Macedo

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Ana Karlla Magalhães Nogueira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Antônio Kledson Leal Silva

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Eleci Terezinha Dias da Silva

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Objetivo: Este trabalho teve como objetivo analisar a relação entre as concessões florestais e as comunidades tradicionais no Estado do Pará, com ênfase no acesso aos recursos naturais e na preservação das práticas culturais. Partiu-se da hipótese de que, embora as concessões florestais constituam um instrumento de manejo sustentável, sua implementação ainda enfrenta desafios que limitam os benefícios efetivos para essas comunidades. **Métodos:** A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma análise bibliográfica com abordagem qualitativa, fundamentada em artigos científicos, legislações, teses e dissertações. A base de dados foi composta por 28 trabalhos selecionados nas plataformas *CAPES*, *Google Acadêmico*, *SciELO* e nos repositórios das universidades federais do Estado do Pará, com foco em publicações entre 2006 e 2024. **Resultados:** Os dados obtidos indicam uma dissonância entre o arcabouço legal vigente e sua aplicação prática, evidenciando que, apesar das diretrizes estabelecidas, a execução das concessões ainda se distancia dos princípios legais. **Considerações finais:** Conclui-se, portanto, que as concessões florestais representam um avanço no modelo de gestão ambiental, mas sua efetividade permanece comprometida por barreiras legais, institucionais e operacionais, especialmente no que se refere à inclusão e valorização das comunidades tradicionais.

Palavras-chave: Políticas públicas; participação comunitária; desenvolvimento sustentável; justiça socioambiental.

INTRODUÇÃO

A Concessão Florestal é uma política pública que visa controlar a exploração predatória dos recursos florestais. Antes de formalizar esse sistema, já existiam outras leis ambientais, como o Código Florestal, de 1965, e a Política Nacional do Meio Ambiente, de 1981, que estabeleciam diretrizes e instrumentos de monitoramento, como o licenciamento ambiental (Brasil, 1965; Brasil, 1981).

No entanto, o monitoramento e a aplicação dessas leis eram frequentemente insuficientes para conter o desmatamento em larga escala especialmente, em áreas públicas ou de difícil fiscalização. Além disso, a falta de uma política específica voltada para o manejo sustentável das florestas públicas resultava em algumas externalidades, destacando-se os desmatamentos desordenados, ocasionando o esgotamento dos recursos renováveis (Remor, 2009).

Sendo assim, conforme estabelece a Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), observa-se que as concessões florestais são realizadas em áreas designadas como Unidades de Uso Sustentável (Brasil, 2000). Essas áreas podem incluir florestas públicas nacionais, estaduais ou municipais, visando promover a conservação ambiental, permitindo o uso sustentável dos recursos naturais.

Além dessas diretrizes, tais unidades são submetidas a critérios de manejo sustentável e regras específicas, que visam assegurar o equilíbrio entre a utilização dos recursos e a proteção dos ecossistemas envolvidos. No que tange à concessão florestal, Homma (2011) indica que ainda há uma grande distância do saldo positivo entre reflorestamento e desmatamento. O autor também destaca a importância de promover a cultura do reflorestamento, principalmente no Nordeste, Sul e Sudeste brasileiro, que são grandes consumidores de madeira amazônica.

Nesse contexto, Remor (2009) argumenta que essa lei tem a capacidade de desempenhar um papel essencial entre o uso sustentável da matéria-prima e o desenvolvimento socioeconômico das regiões envolvidas. No entanto, o autor afirma que é necessário considerar os aspectos do contexto local, considerando as condições sociais e os desafios econômicos de quem depende da exploração florestal.

Na perspectiva de Melo Júnior *et al.* (2018), a implementação de concessões florestais tem alterado significativamente os padrões de uso e acesso aos recursos naturais pelas comunidades locais. Essas mudanças impactam tanto os processos produtivos comunitários quanto o uso do território, introduzindo novas práticas e transformando a relação entre humanos e a natureza. Ademais, atividades como caça, roçado e coleta foram alteradas pelas dinâmicas que foram estabelecidas pelas políticas de concessões, tendo implicações para a sustentabilidade dos recursos. Diante desse cenário, a presente pesquisa busca responder à seguinte questão: Como as Concessões Florestais impactam as populações tradicionais no Estado do Pará?

Dessa forma, parte-se da hipótese de que, embora as concessões florestais sejam um instrumento de manejo sustentável, sua implementação enfrenta desafios que podem limitar os benefícios para as comunidades tradicionais. Logo, o estudo teve como objetivo realizar uma análise sobre a relação entre as concessões florestais e as comunidades tradicionais, considerando aspectos como acesso a recursos naturais e práticas culturais. Uma vez que a cultura tem um papel importante na relação com a natureza:

A cultura, entendida como as formas de organização simbólica do gênero humano, remete a um conjunto de valores [...] que orientam o desenvolvimento técnico e as práticas produtivas (Leff, 2009, p. 124).

Este trabalho propõe-se a descrever a metodologia adotada, com base em uma análise bibliográfica de caráter qualitativo. Além disso, expõe os resultados obtidos, articulando as abordagens científicas identificadas com o conjunto de leis ambientais relacionadas às concessões florestais. Por fim, reúne as conclusões do estudo, destacando os principais desafios, lacunas e contribuições para pesquisas futuras.

MATERIAL E MÉTODOS

Descrição da área de estudo

A pesquisa foi estruturada utilizando como base os aspectos qualitativos. No que se refere ao método qualitativo, Creswell (2010) discorre que:

A pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano. O processo de pesquisa envolve as questões e os procedimentos que emergem, os dados tipicamente coletados no ambiente do participante, a análise dos dados indutivamente construída a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado dos dados (Creswell, 2010, p. 26).

Nesse sentido, o uso da abordagem qualitativa permitiu uma análise mais precisa de como as políticas florestais relacionadas às comunidades estão sendo discutidas na literatura científica. A pesquisa foi conduzida por meio de uma análise bibliográfica, com o objetivo de compreender de que forma as concessões florestais vêm sendo tratadas nos estudos acadêmicos, sobretudo no que tange à participação das comunidades tradicionais.

A seleção do material considerou artigos científicos, dissertações, teses e documentos institucionais publicados entre 2006 e 2024, disponíveis em bases de dados como *SciELO*, *Google Acadêmico*, *Periódicos CAPES* e nos repositórios das universidades federais do Estado do Pará. A partir da leitura crítica desses documentos, buscou-se identificar recorrências temáticas, argumentos centrais e lacunas na produção acadêmica. Essa abordagem metodológica possibilitou uma avaliação aprofundada da interface entre as concessões florestais e as comunidades locais, contribuindo para a construção de uma compreensão mais ampla sobre os desafios e potenciais dessa relação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Bases para a Conservação e Uso Sustentável das Florestas

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985 de 2000, estabelece diretrizes para a gestão dos recursos naturais, garantindo a participação das comunidades tradicionais. O artigo 5º assegura essa participação nos processos de gestão das Unidades de Conservação (UCs), permitindo o acesso e a permanência nos territórios e prevenindo penalidades para atividades que causem degradação ambiental (Brasil, 2000).

No âmbito das políticas públicas, o conceito de comunidades tradicionais é formalmente definido pelo Decreto Federal n.º 6.040 de 2007, o qual as caracteriza como grupos culturalmente diferenciados, com formas próprias de organização social, que ocupam e utilizam terras e recursos naturais para a conservação e a reprodução de suas tradições (Brasil, 2007).

Uma definição semelhante é encontrada no artigo 3º, inciso X da Lei Geral de Florestas Públicas (LGFP), que, além dos aspectos mencionados, acrescenta que essas comunidades possuem um estilo de vida que contribui significativamente para a conservação da diversidade biológica (Brasil, 2006), conforme também observado por Lopes (2019).

À época da promulgação da lei, ainda não existia uma definição legal específica para povos e comunidades tradicionais, sendo somente a partir de 2007, com o Decreto nº 6.040, que se estabeleceu uma definição oficial sobre esses grupos, conforme previsto por Lopes (2009).

Como observado por Godoy (2006), o governo brasileiro, ao colocar gestão pública *versus* gestão privada, desconsidera uma série de arranjos sociais, os quais ou deveriam estar contemplados, ou serem incentivados em suas práticas na gestão das florestas.

Pereira *et al.* (2023) observam que, embora a legislação preveja a participação das comunidades tradicionais na gestão das UCs, essa participação ainda não se concretizou efetivamente. Segundo os autores, isso ocorre porque “o Estado precisa obter uma melhor compreensão sobre a realidade, sobre os modos de vida e sobre os costumes dos povos e das comunidades tradicionais” (Pereira *et al.*, 2023).

Complementando essa discussão, Melo Júnior *et al.* (2013) argumenta que, apesar das definições legais reconhecerem elementos importantes, as políticas públicas deveriam priorizar a valorização das relações entre as comunidades e os serviços ecossistêmicos que elas ajudam a preservar e utilizar. Além disso, é necessário observar que a sobrevivência das comunidades populares depende diretamente da forma como os recursos naturais são utilizados.

Silva *et al.* (2012) destacam que uma das soluções para essa problemática, que também contribui para a preservação das florestas, é a exploração sustentável de produtos e serviços que atendam às necessidades dos consumidores. Esse modelo, baseado por vezes na utilização dos Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNMs), pode garantir a sobrevivência das espécies a longo prazo.

É importante compreender também que as comunidades tradicionais enfrentam impactos significativos causados pelas concessões florestais e pela exploração dos recursos naturais. Conforme observado na comunidade de Cachoeira do Aruã por Melo Júnior *et al.* (2017), a redução na disponibilidade de caça e pesca obrigou a comunidade local a depender de alimentos e produtos vindos de outras regiões, mudando a dinâmica socioeconômica.

Além disso, notou-se que o avanço do desmatamento para atividades como construção de domicílios intensificou as mudanças climáticas locais, o que resultou em problemas de saúde, como gripe e febre, ocasionado pelo calor e pela poeira. Deste modo, deve-se refletir a urgência de políticas públicas que associam a exploração dos recursos florestais aos benefícios sociais, propondo um modelo de desenvolvimento sustentável para essas comunidades.

No que se refere às Unidades de Uso Sustentável, os artigos 14 e 17 dispõem sobre a criação das Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais, que conciliam conservação e uso múltiplo. A legislação permite a permanência de populações tradicionais que já habitavam essas áreas antes da criação das UCs, integrando-as aos Conselhos Consultivos.

Andrade e Lima (2016) consideram impossível a implementação de políticas florestais sem a participação popular. Nesse contexto, Santana, Dos Santos e Barbosa (2020) afirmam que esse instrumento auxilia o gestor da unidade na tomada de decisões. No entanto, a efetivação de uma gestão verdadeiramente participativa depende da capacidade da comunidade de se organizar e pressionar os órgãos competentes para o conselho funcionar de maneira eficaz.

Dados do Ministério do Meio Ambiente indicam que, em 2019, 1.706 UCs não possuíam conselhos consultivos, o que pode ser atribuído não somente à falta de comunicação adequada, mas também à escassez de incentivos e recursos. Esses fatores evidenciam um cenário de exclusão das populações no processo de gestão dos recursos naturais (Brasil, 2019). Portanto, torna-se urgente a criação de novas normativas, que sejam mais adaptadas às condições e às necessidades das comunidades.

O artigo 23 do SNUC prevê a regularização das áreas ocupadas por comunidades tradicionais antes da criação das unidades, por meio da concessão de direito real de uso. Além disso, o Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) deve integrar atividades econômicas à vida social dessas populações, garantindo sua participação na elaboração do planejamento.

Conforme Santana, Dos Santos e Barbosa (2020), até 2019, apenas 430 UCs possuíam esse documento técnico, fator que implica em uso desordenado de recursos naturais, podendo contribuir para problemáticas socioambientais nas unidades e nas zonas de amortecimento.

O artigo 33 do SNUC também apresenta disposições importantes para compreender a relação entre exploração de produtos florestais e as comunidades tradicionais. Segundo esse artigo:

A exploração comercial de produtos, subprodutos ou serviços obtidos ou desenvolvidos a partir dos recursos naturais, biológicos, cênicos ou culturais ou da exploração da imagem de unidade de conservação, [...] dependerá de prévia autorização e sujeitará o explorador a pagamento, conforme disposto em regulamento (Brasil, 2000).

Assim, o SNUC representa um marco na regulamentação da conservação ambiental e do uso sustentável da floresta Amazônica, buscando conciliar a proteção dos ecossistemas com os direitos das comunidades tradicionais e a promoção do desenvolvimento socioeconômico sustentável.

No entanto, Santana *et al.* (2010) argumentam que os ganhos sociais, como a inclusão das populações tradicionais nas políticas públicas, ainda são incipientes. De forma semelhante, o estudo de Melo Júnior (2016) concluiu que a CF pode apresentar problemas fundiários, não sendo assim a melhor alternativa para o desenvolvimento sustentável.

A Regulamentação das Concessões Florestais no Brasil

A Lei de Gestão de Florestas Públicas (LGFP), de n.º 11.284/2006, que regula a gestão das florestas públicas sob a ótica da sustentabilidade, estabeleceu importantes instituições, como o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e o Fundo Nacional do Desenvolvimento Sustentável (FNDF).

No âmbito dessa lei, a concessão florestal (CF) é um mecanismo essencial para assegurar o uso eficiente dos recursos florestais, conciliando a exploração sustentável com a conservação ambiental. Nesse contexto, CF configura-se como uma ferramenta de gestão sustentável, permitindo a administração de unidades de manejo para a obtenção de benefícios econômicos em níveis federal, estadual e municipal (Brasil, 2006).

A Lei de Gestão de Florestas Públicas no Brasil representa um marco regulatório para atividades florestais no território brasileiro, trouxe medidas importantes como a descentralização da gestão florestal entre a União, estados e municípios, regulação da exploração florestal de forma sustentável em áreas previamente definidas [...] (Oliveira, 2023).

O artigo 6º da referida lei determina que florestas públicas ocupadas ou utilizadas por comunidades locais devem ser identificadas para destinação pelos órgãos competentes, garantindo a proteção de seus direitos ambientais. Além disso, a legislação prevê a participação dessas comunidades nas licitações por meio de associações comunitárias, cooperativas ou outras formas jurídicas legalmente reconhecidas, possibilitando sua inclusão e autonomia ao acesso direto.

Diante desse instrumento legal, duas noções merecem atenção: a possível incoerência na efetivação do acesso direto e as implicações da participação de empresas concessionárias não comunitárias, o que segundo Santana *et al.* (2010), pode favorecer a concentração de renda.

Esses autores destacam que os leilões com preços elevados, grandes lotes de terra e exigência de garantias estendidas tendem a excluir empresas regionais, muitas vezes descapitalizadas e em desvantagem competitiva. Nessa perspectiva, Pereira *et al.* (2023) concordam e acrescentam que, na prática, as comunidades tradicionais ainda enfrentam dificuldades de acesso à política de concessões, principalmente devido à “complexidade dos processos de

licenciamento e das normas técnicas de execução em campo exigidas pelo Estado" (Pereira *et al.*, 2023).

Sob essa perspectiva, Maciel e Sobrinho (2024) argumentam que a integração social deve orientar a gestão das concessões florestais, promovendo a participação das comunidades na dinâmica econômica local, seja por meio da oferta de trabalho, seja pela criação de mecanismos que impulsionem o desenvolvimento regional.

Esse posicionamento responderá à problemática destacada por Mileo (2021), que aponta que o acesso e uso dos recursos naturais em unidades de conservação geram resistência por parte das comunidades, que se sentem privadas de direitos territoriais e ambientais. Enquanto os concessionários restringem o acesso de indivíduos não vinculados ao contrato, os comunitários reivindicam o direito de utilizar esses recursos florestais, essenciais à sua subsistência.

Além das limitações já observadas quanto à inclusão das comunidades locais e das empresas regionais no processo de concessão, cabe destacar os desafios relacionados à implementação dos chamados contratos de transição. Embora os contratos de transição não estejam previstos na LGFP, o Estado do Pará adotou essa modalidade por meio do Decreto Estadual nº 657/2007 (alterado pelo Decreto nº 1.493 de 2009), que autoriza o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio) a permitir o uso de florestas públicas por empreendimento com PMFS anteriormente aprovados ou protocolizados (PARÁ, 2024).

Conforme destaca o próprio IDEFLOR-Bio (2024), o contrato de transição é um instrumento administrativo que assegura a continuidade dos PMFS aprovados e em execução em florestas públicas, desde que não haja conflito com comunidades locais em relação à ocupação do território e ao uso dos recursos florestais, conforme previsto na LGFP, em seu Art. 70, inciso II, § 4º. Esse instrumento viabiliza a continuidade da extração de madeira em áreas públicas enquanto a estrutura definitiva das concessões florestais é consolidada.

Há, no entanto, uma advertência importante:

[...] as empresas participantes tendem a maximizar seus lucros e, para atender a esse objetivo, podem extrair um volume de madeira além do teto máximo estabelecido, por meio do fornecimento de informação incompleta por dentro dos planos de manejo. Além

disso, podem adquirir madeira de origem ilegal extraída das áreas localizadas no entorno dos planos de manejo (Santana *et al.*, 2010, p. 112).

Esse cenário revela uma tensão entre a urgência de operacionalizar o uso das florestas públicas e a fragilidade institucional na fiscalização, indicando que, sem salvaguardas adequadas, os contratos de transição podem aprofundar distorções no modelo de concessão e fragilizar os objetivos de sustentabilidade e justiça socioambiental.

O Art. 6º, inciso III, § 3º do Capítulo II - Da Gestão Direta diz a respeito da concessão de direito real:

O Poder Público poderá, com base em condicionantes socioambientais definidas em regulamento, regularizar posses de comunidades locais sobre as áreas por elas tradicionalmente ocupadas ou utilizadas, que sejam imprescindíveis à conservação dos recursos ambientais essenciais para sua reprodução física e cultural, por meio de concessão de direito real de uso ou outra forma admitida em lei, dispensada licitação (Brasil, 2006).

Diante desse contexto, observa-se que a atividade florestal madeireira na Amazônia possui grande relevância para o desenvolvimento local dos municípios em que está presente, especialmente por sua capacidade de gerar emprego e renda, conforme Santana *et al.* (2012).

No entanto, surge uma possível incoerência ao se aplicar a política da LGFP nesse cenário: a atividade madeireira local tende a ser impactada negativamente pela própria política ambiental, sendo, em certa medida, marginalizada, como previsto por Santana *et al.* (2012). “[...] a gestão sustentável dos recursos florestais não pode ficar restrita à discussão se esta deve ser implementada pelo setor privado ou público. O assunto envolve outras formas organizativas e merece maiores reflexões” (Godoy, 2006).

A superação das fragilidades associadas aos contratos de transição demanda mecanismos mais robustos de planejamento e controle. Nesse sentido, o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) desempenha um papel estratégico ao estruturar o processo de concessão com base em critérios técnicos e institucionais.

Segundo Link (2014), o PAOF tem a função de identificar, descrever e selecionar as Florestas Públicas (FPs) que podem ser destinadas às Unidades de Manejo Florestal Sustentável (UMFS) para concessão no período determinado. O autor destaca que o plano segue procedimentos legais de consulta governamental, incluindo etapas de consulta pública acessíveis à população.

Segundo Melo Júnior (2016), a implementação do PAOF sem a ampla e contínua participação local tende a criar uma ruptura social, gerando conflitos e tensões nas regiões. O sucesso dessas políticas depende da efetiva implementação, fiscalização e participação ativa da sociedade civil (Oliveira, 2023).

Corroborando essa perspectiva, Rosário (2012) afirma que a efetividade das políticas públicas depende, essencialmente, do envolvimento direto dos atores sociais nos processos decisórios, evitando, assim, a ruptura mencionada por Melo Júnior (2016).

Conforme a Seção II, Capítulo IV da lei de CF, o PAOF exclui áreas com destinação prévia, como unidades de conservação de proteção integral, terras indígenas e territórios ocupados por comunidades tradicionais. Essa diretriz visa evitar a sobreposição de direitos territoriais, assegurando a segurança territorial das populações locais. Além disso, conforme o inciso VII do artigo 11, as decisões sobre manejo devem estar alinhadas com as diretrizes e planos estabelecidos em cada nível de governo (Brasil, 2006).

No entanto, de acordo com Martins *et al.* (2015), a Flota Paru, situada no noroeste do Pará, é sobreposta a diversos municípios e territórios de populações tradicionais, como indígenas, quilombolas e comunidades agroextrativistas. Com sua criação, passou a englobar áreas ocupadas historicamente por esses grupos, como os balateiros. Muitos dos balatais utilizados por essas comunidades, especialmente ao longo do rio Maicuru, atualmente se encontram sob concessão madeireira ou em processo de licitação, o que tem gerado dificuldades no acesso a recursos naturais e impulsionado a reivindicação por proteção de seus direitos culturais (Martins *et al.*, 2015).

Cabe ressaltar que, na época, muitos territórios tradicionalmente ocupados por populações locais foram incluídos nas unidades de conservação e destinados às concessões florestais devido à falta de reconhecimento e regularização oficial dessas áreas.

Ainda segundo Link (2014), o PAOF permite a produção sustentável em florestas públicas, sejam elas naturais ou plantadas, podendo incluir a exploração de Produtos Madeireiros (PMs), Produtos Não Madeireiros (PNMs) e Serviços Ecosistêmicos (SEs). No entanto, essa exploração está sujeita a restrições contratuais, o artigo 14 da LGFP estabelece que as concessões florestais devem restringir-se apenas aos produtos e serviços especificados nos contratos, enquanto o artigo 16 reforça que os concessionários têm direitos limitados ao que está expressamente definido na concessão, impedindo apropriações indevidas dos recursos florestais (Brasil, 2006).

Santana *et al.* (2012), por sua vez, argumentam que o valor econômico da CF está subestimado, uma vez que não considera os resíduos da extração, os quais poderiam ser aproveitados, por exemplo, para fomentar o artesanato das comunidades.

O artigo 30, inciso IX, da LGFP estabelece que os contratos de concessão florestal não devem se restringir à exploração de recursos, mas incluir também compromissos ambientais e benefícios sociais. A legislação determina:

À conservação de serviços ecossistêmicos e da biodiversidade assumida pelo concessionário e às ações direcionadas ao benefício da comunidade local, inclusive quanto à sua participação na receita decorrente da comercialização de créditos de carbono ou de serviços ambientais, quando for o caso, nos termos do regulamento (Brasil, 2006).

Para assegurar que esses compromissos socioambientais sejam efetivamente cumpridos, há a exigência de Auditoria Florestal Independente (AFI) nos contratos de concessão florestal, visando garantir a isonomia e a credibilidade do processo, assegurando que as regras estabelecidas sejam cumpridas de maneira transparente e justa, conforme estabelece a Resolução nº 5 de 2018 do Conselho Diretor do SFB.

A criação de AFI pelo SFB é justificada conforme Rosário (2012), que discute que a rigidez da legislação pode não garantir a gestão sustentada dos recursos florestais. Na perspectiva de Drigo (2010), é relatado que a administração das FLONAS na Amazônia enfrenta desafios, uma vez que as unidades analisadas pelo autor, demonstrou baixa eficácia na gestão.

Além disso, os gerentes dessas áreas relataram dificuldades em administrar as pressões sofridas por parte dos madeireiros que objetivam explorar os recursos florestais presentes nas florestas públicas. Nesse contexto, os autores trazem ideias consonantes, tendo em vista que a rigidez realmente pode não garantir a gestão sustentada dos recursos florestais, pois a ausência de Planos de Gestão em algumas unidades, a inexistência de Conselhos Gestores e a incapacidade de monitorar efetivamente as áreas e garantir a aplicação da legislação vigente são fatores que impedem a definição das atividades econômicas permitidas dentro das FLONAS e dos usuários que poderiam ser reconhecidos.

A AFI serve, teoricamente, como um mecanismo de controle, sendo essencial para evitar irregularidades na gestão dos recursos florestais e assegurar que os benefícios sociais e ambientais previstos nos contratos de concessão sejam efetivamente implementados.

De acordo com a LGFP em seu Art. 3º, inciso XI, a AFI é definida como:

Ato de avaliação independente e qualificada de atividades florestais e obrigações econômicas, sociais e ambientais assumidas de acordo com o PMFS e o contrato de concessão florestal, executada por entidade reconhecida pelo órgão gestor, mediante procedimento administrativo específico (Brasil, 2006).

Nesse contexto, o órgão gestor referido na definição é o SFB, criado pela LGFP para gerir as florestas públicas pertencentes à União, Estados, Municípios, Distrito Federal e entidades da administração indireta (Brasil, 2006). Sua principal função é garantir que a exploração dos recursos florestais ocorra de maneira sustentável e dentro das normas ambientais.

Conforme Lima e Almeida (2023), a partir do ano 2012, com a aprovação do novo Código Florestal de nº 12.651, o SFB recebeu novas atribuições, se tornando pela política de regularização ambiental, representando um avanço na governança de florestas públicas, assegurando gestão centralizada no Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Em especial, o inciso II do Art. 55 da LGFP estabelece que o SFB deve apoiar programas de capacitação e assistência técnica às comunidades, voltados para o manejo e a exploração sustentável dos recursos florestais. Essa diretriz

visa beneficiar diretamente as comunidades locais, permitindo que desenvolvam atividades produtivas sustentáveis.

Além disso, o inciso V reforça a necessidade de compatibilizar os planos de produção florestal sustentável com as demandas sociais, incluindo a valorização das práticas tradicionais das comunidades que habitam ou utilizam as florestas públicas. O § 2º do mesmo artigo prevê ainda a possibilidade de firmar convênios com associações de comunidades locais (Brasil, 2006). Dessa forma, o SFB desempenha um papel crucial na promoção do desenvolvimento sustentável, buscando o equilíbrio entre a conservação ambiental e os benefícios socioeconômicos para as comunidades locais.

Monteiro (2011) discorre que as atas de audiências públicas disponibilizadas pelo SFB registram as percepções da população em relação às concessões florestais. Demonstrando preocupação recorrente, entre as principais, destacam-se:

[...] a falta de informação a participação de pequenas empresas, associações e cooperativas comunitárias no processo licitatório; se o estado vai disponibilizar e assegurar assistência técnica e jurídica para as comunidades participarem do processo; quais os benefícios que a concessão poderá gerar e como eles podem ser potencializados principalmente nesses locais que apresentam baixos indicadores sociais, como as regiões do Baixo Amazonas, Tapajós e BR-163 (Monteiro, 2011, p. 68).

Além disso, Monteiro (2011) argumenta que nos documentos analisados, o ponto crítico é a falta de informação das comunidades locais sobre o processo de concessão florestal, especialmente no que diz respeito ao processo licitatório e de que forma o Estado garantirá o direito dessas populações ao uso dos recursos florestais após a formalização do contrato de concessão.

Consoante a isso, Melo Júnior *et al.* (2013) analisaram a percepção de comunidades tradicionais no Pará sobre as concessões florestais, no contexto da implementação da LGFP. O estudo revelou um significativo desconhecimento sobre o tema: enquanto 81,8% dos entrevistados na região do Arapiuns e 98,2% no Mamuru desconheciam completamente o conceito de concessão florestal, apenas 44,4% dos moradores de Itaituba demonstraram algum entendimento sobre o assunto (Melo Júnior, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou que, embora as concessões florestais sejam concebidas como instrumentos de manejo sustentável das florestas públicas, sua implementação no Estado do Pará ainda enfrenta entraves significativos, especialmente em contextos socioculturais complexos como os das comunidades tradicionais. A revisão de literatura revelou uma dissonância persistente entre o arcabouço legal e a prática, apontando fragilidades nos mecanismos de participação, controle social e inclusão comunitária.

Apesar da existência de marcos normativos que preveem o desenvolvimento regional e a inclusão social, observam-se obstáculos normativos e operacionais, como a exclusão das comunidades dos processos licitatórios, a adoção de contratos de transição sem respaldo legal, a burocracia excessiva ao acesso e a fiscalização ineficiente. Esses fatores não apenas comprometem a efetividade da LGFP, como também agravam conflitos territoriais, acentuam desigualdades socioambientais e dificultam o reconhecimento de direitos historicamente construídos.

Diante desse cenário, torna-se necessário repensar os modelos de gestão florestal a partir de uma perspectiva que reconheça as comunidades tradicionais como sujeitos políticos e detentores de saberes territoriais. Isso implica o fortalecimento das instâncias de participação, a valorização de formas de conhecimento local e a reformulação de instrumentos jurídicos que considerem as especificidades culturais e ecológicas destes povos.

Conclui-se, portanto, que as concessões florestais, para além de instrumentos legais, devem ser compreendidas como políticas públicas ambientais que demandam maior sensibilidade às realidades locais e aos processos históricos de exclusão. Recomenda-se, por fim, o aprofundamento de pesquisas voltadas à análise dos impactos sociais e territoriais das concessões, bem como à construção de modelos alternativos de gestão que conciliem conservação ambiental com justiça social.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, F. A. V.; LIMA, V. T. de A. Gestão participativa em unidades de conservação: uma abordagem teórica sobre a atuação dos conselhos gestores e participação comunitária. **Revista Eletrônica Mutações**, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 021-040, 2016. Disponível em: [//periodicos.ufam.edu.br/index.php/relem/article/view/2797](http://periodicos.ufam.edu.br/index.php/relem/article/view/2797). Acesso em: 30 jul. 2025.
- BRASIL. **Política Nacional do Meio Ambiente de 1981**. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm. Acesso em: 30 de mar. 2025.
- BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 fev. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm. Acesso em: 25 mar. 2025.
- BRASIL. **Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm. Acesso em: 29 de mar. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006**. Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 mar. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11284.htm. Acesso em: 15 mar. 2025.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC**. Brasília, DF: MMA, 2019. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs>. Acesso em: 28 mar. 2025.
- BRASIL. **Código Florestal de 1965**. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o Código Florestal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4771.htm. Acesso em: 30 de mar. 2025.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Magda Lopes; consultoria, supervisão e revisão técnica Dirceu da Silva. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p. ISBN 978-85-363-2300-8. Disponível em: https://www.academia.edu/95271542/_Livro_CRESWELL_John_W_PROJETO_DE_PESQUISA_M%C3%89TODO_S_QUALITATIVO_QUANTITATIVO_MISTO_2010. Acesso em: 31 de mar. 2025.
- DRIGO, I. G. **As barreiras para a implantação de concessões florestais na América do Sul: os casos de Bolívia e Brasil**. Orientador: ABRAMOVAY, Ricardo; PIKETTY, Marie Gabrielle Catherine. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental; L'Institut des Sciences et Industries du Vivant et de l'Environnement (AgroParisTech), São Paulo, 2010. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002182170>. Acesso em: 5 mar. 2025.
- GODOY, Amália Maria Goldberg. A sugestão sustentável e a concessão das florestas públicas. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 10, p. 631-654, 2006.
- HOMMA, A. K. O. **Madeira na Amazônia**: extração, manejo ou reflorestamento. *Amazônia: Ciência & Desenvolvimento*, v. 7, p. 147-161, 2011. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/944362>. Acesso em: 4 mar. 2025.
- LEFF, E. Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental.

LIMA, C. A. T. D.; ALMEIDA, O. T. (org.). **Florestas para pessoas: garantias de direitos e de cidadania com sustentabilidade na Amazônia**. Belém: GAPTA/UFPA, 2023. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.edu.br/jspui/handle/123456789/1981>>. Acesso em: 1 abr. 2025.

LINK, E. A. **O plano de outorga florestal e a concessão de florestas públicas mediante manejo florestal sustentável**. Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Santa Maria - RS, 2014. <Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/11477>>. Acesso em: 2 de mar. 2025.

LOPES, Syglea Rejane Magalhães. **Povos e comunidades tradicionais da Amazônia Legal: análise das normas jurídicas de acesso aos territórios e aos bens ambientais**. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/6453>. Acesso em: 11 de mar. de 2025.

MACIEL, Jessica Cristina Olivera; SOBRINHO, Mário Vasconcellos. Potencial da concessão florestal como política pública de gestão. **Anais do CODS-Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade**, v. 15, 2024. Acesso em 12 de mar. de 2025. Disponível em: <https://codsunama.org/ojs/index.php/br/article/view/104>. Acesso em: 11 de mar. de 2025.

MARTINS, Carlyle Oliveira *et al.* Flota do Paru: reflexões preliminares sobre extrativismo e concessões florestais. **Revista Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, v. 25, n. 2, p. 171-184, 2015. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/4178>. Acesso em: 10 mar. 2025.

MELO JÚNIOR, L. C. M. *et al.* Comunidades Ribeirinhas Amazônicas: dinâmicas territoriais em questão. **Fronteira: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 7, n. 1, p. 265-287, 2018. Disponível em: < <https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/6216>>. Acesso em: 5 mar. 2025.

MELO JÚNIOR, L. C. M. *et al.* Sistemas sociais comunitários ribeirinhos na Amazônia: dinâmicas socioambientais em questão. **Sustainability in Debate/Sustentabilidade em Debate**, v. 8, n. 3, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/322343995_Sistemas_sociais_comunitarios_ribeirinhos_na_Amazonia_dinamicas_socioambientais_em_questao>. Acesso em: 2 mar. 2025.

MELO JÚNIOR, L. C. M. *et al.* Uso de recursos naturais por comunidades ribeirinhas amazônicas: bases para as políticas de concessões florestais. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 16, n. 1, p. 79-100, jun. 2013. ISSN 1516-6481. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/6216/1/Artigo_UsoRecursosNaturais.pdf>. Acesso em: 3 de mar. 2025.

MELO JÚNIOR, L. C. M. **Sistemas sociais comunitários e uso de recursos naturais: bases para políticas públicas e desenvolvimento territorial no estado do Pará**. Orientador: SAYAGO, Doris Aleida Villamizar. 2016. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufpa.edu.br/jspui/handle/123456789/1179>>. Acesso em: 1 abr. 2025.

MILEO, Bruno Alberto Paracampo. **Regulação dos Usos Florestais: Estudo Sobre os Termos de Uso para Extrativismos Vegetais no Contexto das Concessões Empresariais na Floresta Estadual do Paru (Estado do Pará, Brasil)**. Orientador: MENDES, José Manuel; CARVALHO, Luciana. 2021. Tese de Doutorado. Universidade de Coimbra (Portugal). Disponível em: <<https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/101647>>. Acesso em: 5 mar. 2025.

MONTEIRO, L. C. **Os contratos de concessão de florestas públicas no Pará: uma análise crítica e proposições para a gestão sustentável**. Orientador: SANTANA, Antônio Cordeiro de. 2011. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011. Disponível em:<<https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9899>>. Acesso em: 1 abr. 2025.

OLIVEIRA, R. F. **Governança florestal: uma abordagem no Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal do Pará**. Orientadora: SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes. 2023. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Universidade Federal do Pará, Belém, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/16292>>. Acesso em: 5 abr. 2025.

PARÁ. Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio. *Plano Plurianual de Outorga Florestal do Estado do Pará 2024–2027*. Belém: IDEFLOR-Bio, 2024. Disponível em: [<https://ideflorbio.pa.gov.br/...>]. Acesso em: 5 de mar. 2025.

PEREIRA, Luciana Di Paula; SOBRINHO, Mario Vasconcellos; FLORES, Maria do Socorro Almeida. A política de concessão em florestas públicas no estado do Pará: o caso da Unidade de Manejo Florestal (UMF) III da gleba estadual Mamuru Arapiuns. *Revista Agroecossistemas*, v. 11, n. 1, p. 43-74, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/agroecossistemas/article/view/7417>>. Acesso em: 5 mar. 2025.

PEREIRA, Stefany de Souza *et al.* Governança local dos recursos florestais de uso comum em unidades de conservação: um estudo teórico-conceitual. In: LIMA, César Augusto Tenório de; ALMEIDA, Oriana Trindade de (Org.). **Florestas para pessoas: garantias de direitos e de cidadania com sustentabilidade na Amazônia**. Belém: Ed. GAPTA/UFPA, 2023. p. 218-284. Acesso em: 10 de mar. de 2025.

REMOR, A. R. **A concessão florestal como política pública para o desenvolvimento sustentável do setor florestal na Amazônia**. 2009. 105 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/18310>>. Acesso em: 30 de mar. 2025.

ROSÁRIO, L. F. **Políticas públicas para uma indústria madeireira (mais) sustentável no estado do Pará**. Orientador: RIVERO, Sérgio Luiz de Medeiros. Coorientador: BRIENZA JÚNIOR, Silvío. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Pará, em convênio com Museu Paraense Emílio Goeldi, Embrapa Amazônia Oriental, Belém, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/6846>>. Acesso em: 1 abr. 2025.

SANTANA, A. C. D. *et al.* **Preço da madeira em pé, valor econômico e mercado de madeira nos contratos de transição do Estado do Pará**. Belém: UFPA; IDEFLOR; FUNPEA, 2010. 114 p. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.edu.br/jspui/handle/123456789/791>>. Acesso em: 1 abr. 2025.

SANTANA, Antônio Cordeiro de; SANTOS, Marcos Antônio Souza dos; SANTANA, Ádamo Lima de; YARED, Jorge Alberto Gazel. O Valor econômico da extração manejada de madeira no Baixo Amazonas, Estado do Pará. **Revista Árvore**, Viçosa, MG, v. 36, n. 3, p. 527-536, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.edu.br/jspui/handle/123456789/788>. Acesso em: 30 jul. 2025.

SANTANA, Valdilene Valdice; DOS SANTOS, Patrício Rinaldo; BARBOSA, Marilene Vieira. **Contribuições do plano de manejo e do conselho gestor em Unidades de Conservação. Meio Ambiente (Brasil)**, v. 2, n. 2, 2020. Acesso em 7 de mar, de 2025.

SILVA, D. S. N. D. *et al.* Gestão sustentável das florestas públicas no Brasil (Lei 11.284/06) e a modalidade de destinação às comunidades locais. **Revista Científica ANAP Brasil**, v. 5, n. 5, p. 41-58, 2012. Disponível em: https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/forum_ambiental/article/view/296. Acesso em: 5 mar. 2025.

A PESCA COMO PROPULSOR SOCIOECONÔMICO NO LITORAL AMAZÔNICO: UMA ANÁLISE NOS MUNICÍPIOS DE BRAGANÇA E SALINÓPOLIS, PARÁ

Isabelle de Fátima da Silva Souza

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Gustavo da Silva Santos

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Izabela Taynara Nascimento Pereira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Ana Karlla Magalhães Nogueira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Objetivo: Este trabalho teve como objetivo analisar a pesca como propulsor socioeconômico nos municípios de Bragança e Salinópolis, no estado do Pará. Buscou-se compreender como a atividade pesqueira contribui para o desenvolvimento socioeconômico local e identificar os principais desafios à sua sustentabilidade. **Métodos:** A pesquisa utilizou abordagem metodológica mista, integrando métodos qualitativos e quantitativos, com base em autores como Diegues (2001), Fontgalland (2022), Marconi e Lakatos (2017) e Gaskell (2015). Os dados foram coletados por meio de observação de campo, entrevistas semiestruturadas com 16 pescadores selecionados por amostragem “bola de neve” e análise de registros documentais. As entrevistas ocorreram entre outubro e novembro de 2024 em portos e vilas pesqueiras dos municípios estudados. **Resultados:** A pesca artesanal é a principal atividade econômica das comunidades analisadas, sustentada por saberes tradicionais transmitidos oralmente. A maioria dos pescadores atua de forma informal, com baixo nível de escolaridade e acesso limitado a bens. A atividade gera impactos positivos na renda local, no comércio e no turismo. Contudo, observou-se uma adoção restrita de práticas sustentáveis, com ênfase quase exclusiva no respeito ao período de defeso. **Considerações finais:** A pesca artesanal possui grande relevância socioeconômica, mas enfrenta desafios estruturais que comprometem sua sustentabilidade. Os achados apontam para a necessidade de políticas públicas integradas que promovam educação ambiental, valorizem os saberes tradicionais e incentivem práticas sustentáveis.

Palavras-chave: Pesca artesanal; desenvolvimento socioeconômico; litoral amazônico; sustentabilidade ambiental.

INTRODUÇÃO

A pesca é uma das atividades econômicas mais antigas da humanidade, tendo desempenhado, ao longo da história, um papel que vai além da subsistência, representando também uma prática simbólica e cultural, capaz de construir relações sociais, definir posição e moldar identidades (Diegues, 2004).

Atualmente, segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2025), essa atividade permanece essencial, com um recorde mundial de 223,2 milhões de toneladas pescadas em 2022, representando um aumento de 4,4% em relação a 2020, o que reforça sua relevância econômica e social em escala global.

No Brasil, o estado do Pará destaca-se no setor pesqueiro, apresentando um consumo de pescado quase quatro vezes maior que a média nacional, conforme a Nota Técnica Pesca Paraense 2023, da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA, 2023). O litoral amazônico, que abrange os estados do Pará e do Amapá, é particularmente favorável à atividade pesqueira devido à abundância de nutrientes provenientes da decomposição de florestas, manguezais e planícies do rio Amazonas (Isaac-Nahum, 2006). Essa região também integra diversas atividades econômicas, como turismo, comércio e extração de recursos naturais, desempenhando papel estratégico para o desenvolvimento regional.

Nos municípios paraenses de Bragança e Salinópolis, a pesca tem importância central. Em ambos, contribui significativamente para a geração de renda, a segurança alimentar e o fortalecimento das identidades locais. A atividade é praticada tanto em escala industrial quanto artesanal, sendo esta última predominante. Conforme o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA, 2024), Salinópolis conta com 1.164 pescadores registrados, dos quais 1.162 são artesanais; Bragança possui 1.097, sendo 1.089 artesanais. Esses dados revelam o protagonismo da pesca tradicional na dinâmica econômica e social da região.

As técnicas empregadas pelos pescadores artesanais são, em geral, baseadas em conhecimentos tradicionais transmitidos oralmente, o que reforça o valor cultural da atividade. A transmissão desses saberes é essencial para a compreensão dos métodos de manejo e conservação dos recursos naturais (Diegues, 2004). Muitas dessas práticas estão alinhadas a princípios contemporâneos,

como o da economia circular, que busca reduzir o desperdício e promover a reutilização de materiais, conceito que já se manifesta, ainda que empiricamente, por meio da reciclagem de equipamentos e do reaproveitamento de recursos (Fontgalland, 2022).

Apesar de sua importância, a pesca enfrenta desafios significativos, como a ilegalidade e a predação, que impactam diretamente a biodiversidade. A captura de espécies em período reprodutivo, o desrespeito aos tamanhos mínimos permitidos e a exportação irregular entre regiões comprometem a sustentabilidade da atividade (Brasil, 1988). Esses problemas são agravados pela poluição, destruição de *habitats* e mudanças climáticas, tornando urgente a adoção de práticas mais sustentáveis.

A pesca sustentável, conforme definida pela Lei n.º 11.959/2009, caracteriza-se pelo uso de técnicas que evitam produtos tóxicos e métodos predatórios, respeitando o equilíbrio ambiental e garantindo a continuidade dos estoques pesqueiros. Essa abordagem reconhece o valor da pesca artesanal para o país e busca assegurar sua permanência por meio de políticas públicas que conciliem conservação ambiental e desenvolvimento econômico (Brasil, 2009).

Diante desse panorama, este trabalho busca responder a seguinte questão: de que forma a pesca contribui para o desenvolvimento socioeconômico dos municípios de Bragança e Salinópolis? E quais são os principais obstáculos para garantir sua sustentabilidade? Parte-se da hipótese de que a adoção de práticas sustentáveis fortalece a economia local e contribui para a preservação ambiental na região costeira amazônica, promovendo o equilíbrio entre a atividade pesqueira e os ecossistemas locais.

O presente estudo teve como objetivo geral analisar a pesca como propulsor socioeconômico nos municípios de Bragança e Salinópolis, no estado do Pará. E, como objetivo específico, buscou-se descrever as práticas sustentáveis utilizadas pelos pescadores para promover o desenvolvimento econômico e a conservação dos recursos naturais. Como procedimentos metodológicos, adotou-se uma abordagem mista, integrando métodos qualitativos e quantitativos, além de pesquisa bibliográfica fundamentada em autores como Diegues (2001), Fontgalland (2022), Marconi e Lakatos (2017) e Gaskell (2015).

A relevância deste trabalho reside na necessidade de avaliar como a pesca sustentável pode funcionar como alternativa para a preservação dos

recursos naturais, promovendo também o desenvolvimento socioeconômico dos municípios estudados. Espera-se, assim, contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes, que valorizem a pesca artesanal e garantam sua continuidade enquanto atividade estratégica para a região amazônica.

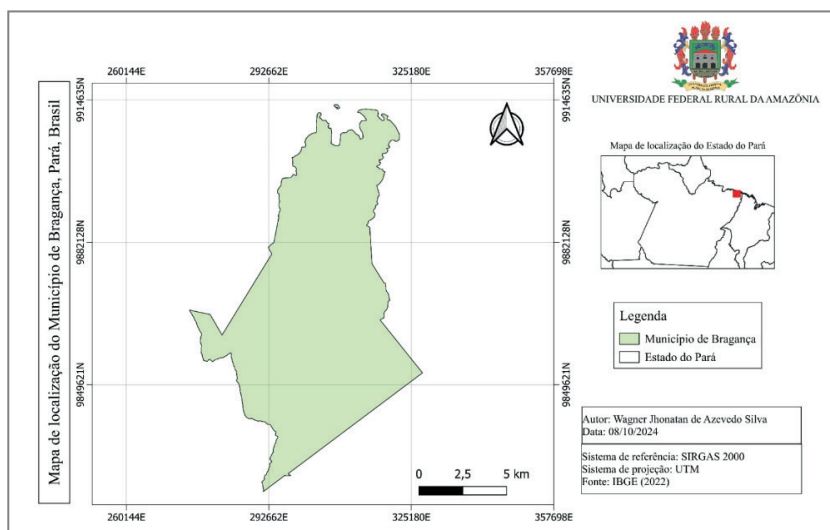
MATERIAL E MÉTODOS

Descrição da área de estudo

A pesquisa foi realizada nos municípios de Bragança e Salinópolis, ambos localizados no estado do Pará, Brasil. Bragança, situada na microrregião Bragantina, no nordeste paraense, destaca-se pela pesca como uma das principais atividades econômicas, sendo essencial para a geração de emprego e renda, abastecendo tanto os mercados locais quanto outras regiões (Ver figura 1).

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022, em 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* do município foi de R\$ 10.679,00, posicionando Bragança na 100ª colocação entre os 144 municípios do estado. Com aproximadamente 410 anos de história, a cidade possui uma população estimada em 123.082 habitantes e uma densidade demográfica de 57,93 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2022). Conhecida como “Pérola do Caeté” por sua localização à margem esquerda do rio Caeté, Bragança é marcada por uma notável diversidade sociocultural e histórica.

Figura 1 - Mapa de localização do Município de Bragança, Pará.



Fonte: Cunha *et al.* (2025).

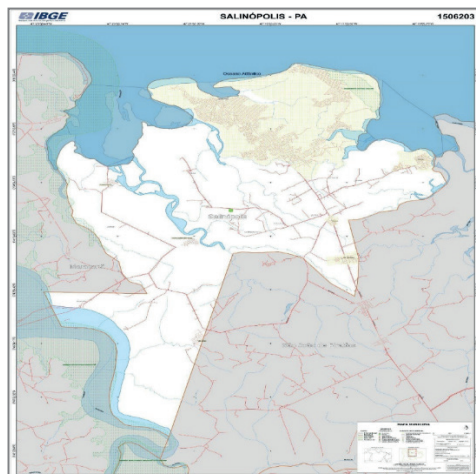
Além disso, o município apresenta características geográficas singulares, como rios, manguezais e planaltos rebaixados, que formam um ecossistema propício à atividade pesqueira (Barbosa; Pinto, 1973). Nesse contexto, Bragança se destaca como um dos principais polos de exploração pesqueira do estado do Pará, com uma produção anual estimada em cerca de 120 mil toneladas de pescado, proveniente tanto de ambientes marinhos quanto continentais (Silva *et al.*, 2012).

Salinópolis, por sua vez, está localizada na região nordeste do estado do Pará e é amplamente reconhecida por sua forte vocação turística, especialmente durante as temporadas de férias e feriados prolongados (Ver figura 2). Apesar de o turismo ser uma das principais atividades econômicas da cidade, a pesca mantém um papel relevante, contribuindo para a economia local juntamente com o comércio.

Segundo Brito (2004), a pesca configura-se como uma atividade tradicional e relevante na dinâmica econômica do município. Historicamente ligada ao mar e à produção de sal, Salinópolis evoluiu de um pequeno povoado para uma estância hidromineral, atraindo um número expressivo de visitantes durante os períodos de alta temporada, o que reforça sua importância econômica e histórica.

Atualmente, o município possui uma população de 44.722 habitantes, conforme o censo de 2022, com densidade demográfica de 198 habitantes por quilômetro quadrado. Em 2021, seu Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* foi de R\$ 15.593,74, posicionando a cidade na 60ª colocação entre os 144 municípios paraenses (IBGE, 2022).

Figura 2 - Mapa do Município de Salinópolis, Pará.



Fonte: IBGE (2022).

Apesar da relevância de suas atividades econômicas, Salinópolis enfrenta desafios relacionados à ocupação de sua faixa costeira, decorrentes do crescimento urbano desordenado, da especulação imobiliária e do uso inadequado de áreas ambientalmente sensíveis. Ainda assim, o município é reconhecido por sua importância ambiental, abrigando ecossistemas como manguezais, dunas e restingas. Além disso, destaca-se como um dos principais centros de pesca artesanal extrativista do estado do Pará (Souza *et al.*, 2021).

Procedimentos metodológicos

A fase de coleta de dados é uma etapa fundamental em qualquer pesquisa, pois possibilita a obtenção de informações atualizadas e pertinentes ao objeto de estudo. Segundo Marconi e Lakatos (2017), essa fase é crucial para a catalogação de pesquisas anteriores, permitindo a construção de uma

base teórica sólida que sustente a investigação. Nessa perspectiva, Moroz e Gianfaldoni (2002) ressaltam que o levantamento bibliográfico consiste em um processo metódico de seleção de literatura, cuja finalidade é evitar a repetição de estudos sob enfoques semelhantes e, ao mesmo tempo, favorecer a realização de análises mais aprofundadas.

No levantamento realizado entre os anos de 2005 e 2020, observou-se uma tendência crescente de estudos voltados à pesca artesanal, refletindo o reconhecimento da relevância dessa atividade tanto do ponto de vista socioeconômico quanto ambiental. Entre os trabalhos mapeados, identificaram-se produções acadêmicas significativas que abordam os municípios de Bragança e Salinópolis sob diferentes perspectivas. Dentre elas, destacam-se: A atividade pesqueira no município de Salinópolis, estado do Pará (2016); Análise dos desafios e oportunidades da pesca extrativista no município de Salinópolis-PA (2019); Desembarques da pesca de pequena escala no município de Bragança-PA, Brasil: esforço e produção (2011); e impactos socioambientais do financiamento concedido a pescadores artesanais no litoral norte, Brasil (2015). Essas produções evidenciam o interesse consolidado da academia em compreender a pesca artesanal como atividade estratégica para o desenvolvimento regional, com ênfase nas dimensões ambiental, econômica e social.

Essa concentração de pesquisas provavelmente reflete uma resposta aos desafios contemporâneos enfrentados pela pesca, sobretudo em relação às questões ambientais e socioeconômicas que impactam diretamente essa atividade. Entre os temas de maior interesse, destacam-se os estudos ambientais, voltados à análise dos impactos da pesca sobre os ecossistemas marinhos e costeiros.

Com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre essa realidade, adotou-se neste estudo uma abordagem metodológica mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos, a fim de fornecer uma análise integrada e abrangente. A abordagem qualitativa, conforme Lüdke e André (1986), consiste na obtenção de dados descritivos por meio do contato direto do pesquisador com o contexto investigado. Essa perspectiva valoriza o processo e busca retratar o ponto de vista dos participantes, proporcionando uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações dos indivíduos em seus contextos sociais específicos (Gaskell, 2015). No caso desta pesquisa, tal

abordagem permitiu explorar as percepções e experiências dos pescadores e gestores locais sobre a prática da pesca sustentável.

Por outro lado, a abordagem quantitativa lida com dados numéricos, permitindo a utilização de modelos estatísticos, como tabelas, gráficos e mapas, para representar e analisar os resultados (Marconi; Lakatos, 2017). Essa perspectiva contribui para a mensuração objetiva dos impactos econômicos e ambientais da pesca, oferecendo uma visão concreta da contribuição da pesca artesanal sustentável para a economia local. Assim, a combinação entre os métodos qualitativo e quantitativo possibilitou uma análise mais completa, integrando percepções subjetivas e dados objetivos de forma complementar.

Além da revisão bibliográfica, foi realizada uma pesquisa de campo. Segundo Fonseca (2002), esse tipo de investigação permite ao pesquisador estabelecer contato direto com o lócus da pesquisa e com os participantes, favorecendo a compreensão dos saberes e práticas que permeiam o universo da pesca artesanal. Para a coleta de dados empíricos, foram utilizados diversos instrumentos, cada um com papel específico no processo investigativo:

Observação de campo: possibilitou o contato direto com o ambiente de trabalho dos pescadores, permitindo o registro detalhado das práticas de pesca, das estratégias sustentáveis adotadas, das condições ambientais e das interações sociais observadas. Também serviu para identificar padrões de comportamento e aspectos do cotidiano que influenciam a atividade pesqueira artesanal.

Entrevistas semiestruturadas: possibilitaram aos participantes expressar livremente suas percepções e experiências sobre sustentabilidade na pesca. O roteiro semiaberto favoreceu uma abordagem mais flexível e aprofundada, permitindo compreender os impactos, desafios e estratégias adotadas a partir da realidade vivida pelos entrevistados.

Registros fotográficos: foram utilizados para documentar visualmente as práticas de pesca, os ambientes naturais e as interações entre os atores sociais envolvidos, enriquecendo a análise qualitativa com evidências visuais do campo.

Os pescadores artesanais entrevistados foram selecionados por meio da técnica de amostragem *snowball sampling* (amostragem em bola de neve), amplamente utilizada em pesquisas sociais. Esse método não probabilística parte da indicação de um participante inicial, que, por sua vez, recomenda outro, e assim sucessivamente. A sequência prossegue até que as informações comecem a se repetir, sem agregar novos dados relevantes — fenômeno conhecido como ponto de saturação (Gil, 2002; Velasco; De Rada, 1997). Esse processo permite a formação de uma rede de participantes conectados, facilitando o acesso a grupos específicos (Baldin; Munhoz, 2011).

As entrevistas foram realizadas em diferentes localidades. Em Salinópolis, ocorreram nos portos do Bom Jesus, Porto Grande e Cuiarana; em Bragança, foram conduzidas na vila dos pescadores e nos portos de desembarque situados na feira livre e na orla (Ver imagem 1). Também foram observados os principais pontos de comercialização do pescado em ambas as cidades. Ao todo, foram entrevistados 16 pescadores, com o objetivo de levantar informações sobre o perfil socioeconômico dos participantes, os desafios enfrentados, as oportunidades percebidas, as práticas sustentáveis adotadas e o papel da pesca na economia local.

Imagem 1 - Autores em atividade de campo, conduzindo entrevistas com pescadores artesanais nas localidades pesquisadas.



Fonte: Acervo dos autores (2024).

A pesquisa de campo teve início em 30 de outubro. E os dados coletados foram sistematizados por meio de gráficos e tabelas, com o apoio de técnicos de pesca vinculados à Secretaria de Agricultura de Salinópolis e à Secretaria Municipal de Aquicultura e Pesca de Bragança.

Imagem 2 - Orla de Bragança, local de um dos portos utilizados por embarcações de pesca.



Imagem 3 - Porto da vila dos pescadores em Bragança, PA.



As imagens que acompanham este estudo ilustram os locais visitados durante o trabalho de campo, nos municípios de Bragança (ver Imagem 02 e Imagem 03) e Salinópolis (ver Imagem 04 e Imagem 05), bem como os momentos de interação dos pesquisadores com os pescadores entrevistados. Os resultados apresentados a seguir correspondem aos dados preliminares obtidos até o momento da redação deste capítulo.

Imagem 4 - Porto do Bom Jesus localizado em Salinópolis, PA.



Imagem 5 - Porto Grande do município de Salinópolis.



Fonte: acervo dos autores (2024).

Os resultados apresentados a seguir correspondem aos dados preliminares obtidos até o momento da redação deste capítulo.

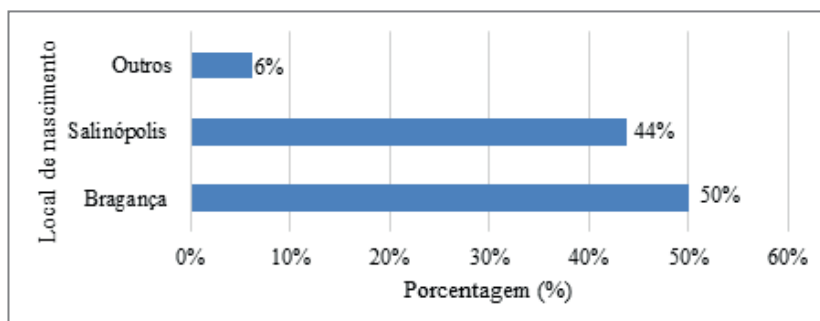
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Perfil socioeconômico dos pescadores dos Municípios de Bragança e Salinópolis

A pesca se configura como uma atividade essencial para os pescadores entrevistados, representando não apenas uma fonte de renda, mas também um modo de vida que integra dimensões econômicas, sociais e culturais.

Dos 16 pescadores entrevistados, 50% são naturais do município de Bragança, 44% de Salinópolis e 6% de outros municípios da região, como São João de Pirabas (Ver gráfico 1). Esses dados evidenciam o enraizamento da atividade pesqueira na dinâmica socioeconômica local. A presença de pescadores oriundos de outros municípios reflete a busca por oportunidades, a sazonalidade dos recursos pesqueiros e as trocas culturais promovidas entre as comunidades costeiras.

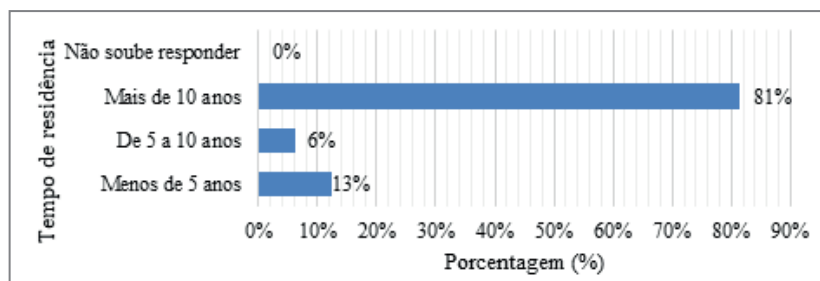
Gráfico 1 - Local de nascimento dos pescadores entrevistados.



Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Em relação ao tempo de residência, observou-se que 81% dos entrevistados residem há mais de dez anos em seus respectivos municípios, o que indica uma forte vinculação com o território e com as práticas culturais locais. Somado a isto, 6% residem de 5 a 10 anos e 13% a menos de 5 anos (Ver gráfico 2).

Gráfico 2 - Tempo de residência em seus respectivos municípios.



Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

No que se refere à forma de inserção na atividade pesqueira, 87,5% dos entrevistados declararam praticar a pesca de forma informal, enquanto apenas 12,5% atuam como trabalhadores autônomos com algum nível de organização formal. A maioria dos pescadores, por atuarem informalmente, não têm acesso a direitos trabalhistas, previdência ou suporte institucional, o que os torna mais vulneráveis em períodos de baixa produção ou instabilidade climática. Ademais, em muitas regiões, a pesca é uma atividade passada de geração em geração, praticada em pequenos grupos familiares, o que contribui para manter a estrutura informal.

É importante frisar que todos os pescadores entrevistados são homens, o que corrobora a análise de Santos, Moura e Moraes (2017) sobre a persistente segregação de gênero na atividade pesqueira. Historicamente, a pesca tem sido associada ao universo masculino, devido às exigências físicas, aos riscos envolvidos e à permanência prolongada no mar, enquanto às mulheres é comumente atribuída a participação nas etapas de beneficiamento e comercialização do pescado (Santos; Moura; Moraes, 2017).

A discussão sobre gênero na pesca tem ganhado espaço nos últimos anos. A *Food and Agriculture Organization* (FAO, 1999; 2012), em relatórios publicados em 1999 e 2012, ressaltou a importância das mulheres nas atividades de pós-captura e mariscagem, especialmente em comunidades costeiras. No Brasil, Alencar *et al.* (2019) apontam que, em 2010, as mulheres representavam 40,57% dos registros no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), com destaque para as regiões Norte, Nordeste e Sul, onde a mariscagem é uma prática comum. Dados mais recentes, referentes ao ano de 2024, indicam quase paridade de gênero no Pará, 49,42% dos registros pertencentes a mulheres e 50,57% a homens.

Quanto ao estado civil, Alencar *et al.* (2019) identificaram um aumento gradual de pescadores solteiros em todas as regiões brasileiras a partir dos anos 2000, com maior concentração nas regiões Norte e Nordeste. Em 2010, os dados nacionais apontavam 49,92% de pescadores solteiros, 26,51% casados, 22,20% em união estável, 0,86% divorciados e 0,51% viúvos. Na região Norte, os percentuais eram ainda mais expressivos: 68,36% solteiros, 13,26% casados, 17,95% em união estável, 0,20% divorciados e 0,23% viúvos (Alencar *et al.* 2019).

No presente estudo, observou-se que 81,2% dos pescadores são solteiros e 18,8% casados (Ver tabela 1). Esses dados reforçam a tendência nacional e podem estar relacionados às condições socioeconômicas da categoria, bem como à natureza da atividade pesqueira, que frequentemente exige longas ausências do domicílio, jornadas extensas e exposição a riscos, fatores que podem influenciar decisões conjugais e o tipo de vínculo afetivo mantido pelos trabalhadores, como relatou um dos entrevistados:

"Eu era junto, aí fui para o mar, aí passava 4 meses, 5 meses no mar [...] a mulher ficava chateada, perdi casa, perdi família, perdi tudo." (Entrevistado 1).

Esse depoimento evidencia como as demandas da pesca podem interferir diretamente nas relações pessoais, dificultando o estabelecimento e a manutenção de laços familiares mais sólidos.

Tabela 1 - Estado Civil, nível de escolaridade e faixa etária dos pescadores.

Estado civil	Percentual (%)	Nível de Escolaridade	Percentual (%)	Faixa etária	Percentual (%)
Solteiro	81,2%	Ensino fundamental incompleto	75%	Menos de 25 anos	6,3%
Casado	18,8%	Ensino fundamental completo	6,3%	25 a 35 anos	6,2%
		Ensino Médio incompleto	12,5%	36 a 45 anos	18,8%
		Ensino Médio completo	6,2%	46 a 60	62,5%
				Acima de 60 anos	6,2%
Total	100%	Total	100%	Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

No que diz respeito à escolaridade, a classificação adotada pelo Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) segue as seguintes categorias: ANF – Anal-fabetos; EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EFC – Ensino Fundamental Completo; EMI – Ensino Médio Incompleto; EMC – Ensino Médio Completo; e ESI – Ensino Superior Incompleto ou Completo. Aplicando essa categorização aos dados da pesquisa de campo, observou-se um cenário preocupante: 75% dos pescadores entrevistados não completaram o ensino fundamental, 6,3% completaram o ensino fundamental, 12,5% têm ensino médio incompleto e apenas 6,2% alcançaram o ensino médio completo.

Esse panorama evidencia um baixo nível de escolaridade entre os pesca-dores artesanais da região, o que pode representar um obstáculo para o acesso a políticas públicas, para a diversificação de fontes de renda e, especialmente, para a adoção de práticas mais inovadoras e sustentáveis no setor. A ausência de formação básica adequada também compromete a capacidade de organiza-ção coletiva, de leitura crítica da realidade e de apropriação de conhecimentos técnicos sobre manejo e conservação dos recursos pesqueiros.

No que se refere à faixa etária, observou-se que a maioria dos pescadores entrevistados (62,5%) tem entre 46 e 60 anos, 6,2% têm acima de 60 anos, 18,8%

têm de 36 a 45 anos, 6,2% têm de 25 a 35 anos, enquanto apenas 6,3% possuem menos de 25 anos (Ver tabela 1). Esses dados reforçam os apontamentos de Santos (2005), que destacam o desinteresse crescente dos jovens pela pesca artesanal, motivado, sobretudo, pela busca por alternativas de trabalho consideradas mais estáveis ou tecnologicamente atrativas. Essa tendência indica um potencial de vulnerabilidade da atividade a médio e longo prazo, uma vez que a renovação geracional está comprometida, colocando em risco a continuidade da pesca artesanal nas comunidades estudadas.

A posse de bens materiais reflete, de forma significativa, as condições de vida dos pescadores entrevistados. Os dados indicaram que 68,8% deles não possuem eletrodomésticos em suas residências, enquanto apenas 31,2% afirmaram possuir mais de três desses itens. Em relação à mobilidade, 59,6% dos pescadores não têm nenhum tipo de veículo e apenas 40,4% possuem automóveis, o que evidencia limitações no acesso a recursos básicos e à infraestrutura de transporte.

Esse panorama revela um quadro de exclusão social e econômica que afeta grande parte dos pescadores artesanais da região. A informalidade predominante, os baixos níveis de escolaridade e a ausência de políticas públicas específicas voltadas para essa categoria dificultam a melhoria das condições de vida e comprometem a sustentabilidade da atividade pesqueira.

Diante dessa realidade, torna-se urgente a implementação de políticas de inclusão social, programas de capacitação profissional e estratégias de formalização do trabalho. Tais ações são fundamentais para promover a valorização da pesca artesanal, reconhecendo sua importância não apenas como atividade econômica, mas também como expressão cultural e modo de vida profundamente enraizado nas comunidades costeiras da Amazônia.

Impacto econômico da pesca

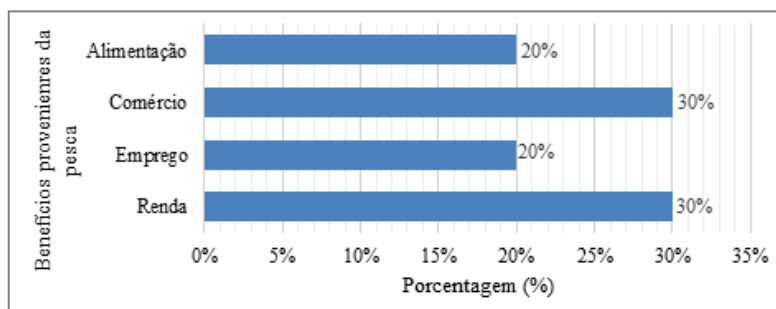
A pesquisa analisou, ainda, os impactos econômicos da pesca nos municípios de Bragança e Salinópolis a partir da perspectiva dos próprios pescadores artesanais. Quando questionados sobre os principais benefícios da atividade para a economia local, os entrevistados apresentaram percepções diversas,

revelando uma compreensão ampliada do papel socioeconômico desempenhado pela pesca na região.

Assim, 30% dos entrevistados consideram que a pesca artesanal contribui diretamente para a geração de renda local. Pois, o desembarque das embarcações nos portos gera um aumento significativo no fluxo comercial de diversos setores, beneficiando trabalhadores como mototaxistas, motoristas de aplicativo, vendedores de gelo, comerciantes e ambulantes que atuam no entorno dos pontos de venda.

Esse impacto econômico também se estende ao comércio em geral, tanto na comercialização de pescado quanto em outros nichos paralelos. O aumento da movimentação de pessoas nas áreas do mercado e da feira, onde o pescado é vendido, impulsiona negócios diversos, como mercearias, bares, lanchonetes, lojas de utensílios e serviços correlatos. Desse modo, 30% dos entrevistados apontaram o setor comercial como o mais diretamente impactado pela pesca artesanal (Ver gráfico 3).

Gráfico 3 - Percepção dos pescadores sobre os benefícios da pesca para a economia local.



Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Além disso, 20% dos participantes indicaram que a pesca tem influência significativa na segurança alimentar, destacando sua importância como fonte de subsistência e acesso a proteínas de qualidade para a população local. E, outros 20% afirmaram que o principal benefício da pesca está na geração de empregos, tanto diretos quanto indiretos, contribuindo para a manutenção do trabalho em comunidades que, historicamente, dependem dos recursos pesqueiros como principal atividade econômica (Ver gráfico 3).

Esses dados demonstram que a pesca artesanal transcende o aspecto produtivo, funcionando como elemento estruturador da economia regional. Sua influência abrange desde o abastecimento alimentar até o fomento de cadeias econômicas secundárias, reafirmando sua relevância para o desenvolvimento sustentável dos territórios costeiros amazônicos.

Complementando os dados anteriormente apresentados, verificou-se que 80% dos pescadores entrevistados acreditam que a atividade pesqueira gera renda e empregos suficientes para a região. Por outro lado, 10% afirmaram que os benefícios não atendem toda a demanda econômica local, enquanto os outros 10% não souberam responder à questão.

No que se refere à relação entre os pescadores e o comércio, os dados apontaram que existe, em geral, uma boa interação entre ambas as partes. Metade dos entrevistados (50%) classificou essa relação como “muito boa”, 20% como “boa”, 10% como “mediana”, e outros 20% não souberam responder, justificando que não participam diretamente da etapa de comercialização do pescado (Ver tabela 2).

Tabela 2 – Percepção dos pescadores sobre a relação entre os pescadores e o comércio e o nível de acessibilidade da população aos pescados.

Relação entre os pescadores e o comércio	Percentual (%)	Nível de acessibilidade	Percentual (%)
Muito boa	50%	Muito acessível	30%
Boa	20%	Moderadamente acessível	30%
Mediana	10%	Pouco acessível	30%
Não soube responder	20%	Não soube responder	10%
Total	100%	Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Em relação à acessibilidade do pescado para a população, as percepções dos pescadores se dividiram de forma equilibrada, pois 30% consideraram o produto “muito acessível”, 30% o classificaram como “moderadamente acessível”, 30% afirmaram que o pescado é “pouco acessível”, sobretudo em função da elevação dos preços nas bancas do mercado e 10% não souberam responder (Ver tabela 2). Segundo esses pescadores, os valores praticados pelos

comerciantes não condizem com os custos reais enfrentados por quem realiza a captura, gerando uma percepção de injustiça e desvalorização do seu trabalho.

Somado a esta percepção negativa, os pescadores relataram disparidades significativas no preço do pescado nos referidos municípios. Segundo os dados levantados, o preço médio praticado pelos pescadores na venda do pescado diretamente do barco é de R\$ 10,00 por quilo. No entanto, durante períodos de maior oferta, esse valor pode reduzir para até R\$ 4,00, representando uma redução de 60% em relação ao valor médio (Ver tabela 3). Esse fenômeno afeta diretamente a renda da categoria e evidencia as vulnerabilidades da comercialização informal.

O mesmo preço médio (R\$ 10,00) também é observado na modalidade de venda direta ao consumidor final, ou seja, na relação do tipo B2C (*business to consumer*). Já na modalidade B2B (*business to business*), onde o pescado é repassado a comerciantes ou intermediários, o valor recebido pelos pescadores é, muitas vezes, incompatível com os custos operacionais da atividade, como ressaltaram diversos entrevistados.

Esses dados revelam a complexidade da cadeia produtiva da pesca artesanal e reforçam a necessidade de políticas públicas voltadas à regulação dos preços, melhoria nas relações comerciais, acesso direto ao mercado consumidor e fortalecimento das organizações de base, a fim de garantir maior autonomia econômica aos pescadores artesanais.

Tabela 3 – Preço médio de pescado praticado nos municípios de Bragança e Salinópolis.

Preço médio	Percentual (%)
R\$ 10,00	50%
R\$ 15,00	12,5%
R\$ 20,00	25%
R\$ 25,00	12,5%
Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

A relação entre pesca e turismo nos municípios estudados foi avaliada pelos entrevistados como, em sua maioria, bastante positiva. Metade dos pescadores (50%) consideraram essa relação “muito boa”, destacando que o turismo impulsiona a atividade pesqueira por meio de uma lógica de retroalimentação:

o aumento do fluxo de turistas nas áreas costeiras, especialmente próximas aos portos de desembarque, favorece diretamente as vendas na modalidade B2C (*business to consumer*), elevando a renda dos pescadores. Um dos entrevistados, residente na vila dos pescadores no município de Bragança, descreve essa dinâmica de forma bastante representativa:

“O turismo, olha, vamos supor aqui, a pesca movimenta aqui o turismo. [...] o pessoal desce muito para ir para a praia, aí o turismo, dá movimento para lá para eles como para nós. A renda chega melhor na nossa comunidade, através da praia.” (Entrevistado 4).

Esse relato demonstra como as vilas pesqueiras, além de centros produtivos, assumem também papel estratégico no circuito turístico regional, transformando os portos em espaços de encontro, comércio e identidade cultural. Ainda sobre essa relação, 20% dos entrevistados a classificaram como “boa”, 10% como “mediana”, e outros 20% não souberam opinar por não estarem diretamente envolvidos na venda ou contato com turistas.

Em relação ao desenvolvimento sustentável da pesca, 60% dos pescadores indicaram que a conscientização da própria categoria é o principal fator para assegurar a continuidade da atividade sem comprometer o meio ambiente. Os entrevistados alertaram para práticas predatórias realizadas por alguns profissionais, como o uso de redes de arrasto motorizadas em áreas muito próximas da costa, que frequentemente capturam peixes ainda em estágio de crescimento. Esse tipo de prática tem contribuído para a diminuição dos estoques pesqueiros e gerado conflitos locais.

Além disso, 10% dos pescadores ressaltaram a necessidade de ações de educação ambiental, voltadas especialmente para o manejo responsável dos recursos. Outros 10% apontaram a falta de investimentos no setor como um entrave ao desenvolvimento sustentável, destacando a precariedade de infraestrutura e a ausência de incentivo à modernização da atividade artesanal. E, 20% não souberam responder sobre o tema.

No que tange à valorização da pesca pelas comunidades e autoridades locais, 60% dos pescadores acreditam que existe reconhecimento da importância da atividade na região. Como exemplos, foram mencionados projetos como o EDUCAPESCA, que visa oferecer formação para pescadores e marinheiros

do município de Bragança, com metodologia flexível e adaptada à rotina de trabalho. Outro ponto frequentemente citado foi o período de defeso de espécies como a Gurijuba (*Aspistor luniscutis*) e o Pargo (*Pagrus pagrus*), durante o qual os pescadores recebem um auxílio financeiro como forma de compensar a paralisação das atividades por três a seis meses.

Em contrapartida, 20% dos entrevistados manifestaram a percepção de falta de apoio dos órgãos públicos, relatando que, em diversas ocasiões, tiveram que arcar por conta própria com a construção de portos improvisados e rampas de desembarque, necessários para a continuidade da atividade. E, 20% não conseguiram opinar sobre esse questionamento.

Por fim, foi elaborada uma tabela com as principais espécies capturadas nos municípios de Bragança e Salinópolis, identificando a média de preços praticados, estimada em R\$ 15,50 por quilo (Ver quadro 1).

Quadro 1 - Espécies pescadas, nomenclaturas e preço médio.

Espécies	Nome científico	Preço médio/kg	Município
Corvina	<i>Argyrosomus regius</i>	R\$ 12,00	Salinópolis
Serra	<i>Scomberomorus brasiliensis</i>	R\$ 12,00	Salinópolis
Pescada	<i>Merluccius merluccius</i>	R\$ 12,00	Salinópolis e Bragança
Dourada	<i>Salminus brasiliensis</i>	R\$ 23,00	Salinópolis
Uritinga	<i>Arius proops</i>	R\$ 10,00	Salinópolis
Piaba	<i>Astyanax bimaculatus</i>	R\$ 10,00	Salinópolis
Peixe Pedra	<i>Genyatremus luteus</i>	R\$ 14,00	Salinópolis
Bandeirado	<i>Bagre marinus</i>	R\$ 7,00	Salinópolis
Gó	<i>Macrodon ancylodon</i>	R\$ 23,00	Salinópolis
Pratigueira	<i>Mugil curema</i>	R\$ 17,00	Salinópolis
Gurijuba	<i>Aspistor luniscutis</i>	R\$ 25,00	Bragança
Pargo	<i>Pagrus pagrus</i>	R\$ 45,00	Bragança
Anchova	<i>Engraulidae</i>	R\$ 35,00	Bragança
Lagosta	<i>Palinuridae</i>	R\$ 180,00	Bragança

Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Os dados demonstram não apenas a variação de preços conforme a sazonalidade, mas também a diversidade de espécies trabalhadas. Entre elas, destaca-se a pescada (*Merluccius merluccius*), espécie apontada como preferida

por pescadores de ambas as localidades. Esse levantamento evidencia a importância da biodiversidade para a estabilidade econômica da pesca artesanal e ressalta o papel estratégico que determinadas espécies desempenham no sustento das comunidades litorâneas.

Práticas de Pesca

A pesquisa revelou que a vida dos pescadores dos municípios de Bragança e Salinópolis, no estado do Pará, está profundamente enraizada em tradições e habilidades construídas ao longo de gerações. A transmissão desses saberes se mostra essencial para a continuidade da atividade pesqueira, pois é por meio do aprendizado intergeracional que se preserva a identidade cultural associada à pesca artesanal nas comunidades costeiras.

Segundo os entrevistados, o conhecimento foi repassado por meio da oralidade, da observação direta e da prática cotidiana. Dessa forma, os pescadores aprenderam a capturar diferentes espécies, utilizando equipamentos específicos e técnicas tradicionais, como a confecção e o reparo de redes, o traçado e a amarração de cordas, a leitura das condições do mar, a identificação dos peixes e a interpretação de seus comportamentos.

Os relatos também indicaram que a escolha dos locais e dos materiais utilizados varia conforme a estação do ano e as condições ambientais, respeitando períodos de defeso de espécies como a Gurijuba (*Aspistor luniscutis*) e o Pargo (*Pagrus pagrus*). A observância dessas restrições legais é vista como uma forma de preservar os estoques pesqueiros e garantir a continuidade da atividade para as próximas gerações.

No entanto, observou-se que, embora o respeito ao período de defeso seja amplamente praticado, outras estratégias sustentáveis ainda não foram plenamente incorporadas à rotina dos pescadores. A ausência de medidas complementares, como o uso de equipamentos que minimizem a captura de espécies não desejadas, o manejo adequado de resíduos ou o reaproveitamento de materiais, revela uma dependência quase exclusiva das práticas tradicionais, sem uma integração efetiva de abordagens contemporâneas de conservação.

Essa limitação se agrava diante do aumento da pressão sobre os recursos pesqueiros, provocado pelo crescimento do número de embarcações e pela

intensificação da atividade. A combinação de métodos convencionais com uma exploração cada vez mais intensa eleva o risco de colapso dos estoques, demandando uma reflexão urgente sobre a adoção de práticas mais abrangentes e inovadoras.

Investir em educação ambiental e em capacitação técnica dos pescadores pode representar um passo fundamental para equilibrar a preservação ambiental com a segurança econômica das comunidades pesqueiras. Ao integrar os saberes tradicionais com conhecimentos científicos e políticas públicas efetivas, é possível garantir a sustentabilidade de uma atividade que é, ao mesmo tempo, meio de subsistência, cultura e resistência nas regiões costeiras amazônicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesca artesanal se configura como um dos principais propulsores do desenvolvimento socioeconômico nos municípios de Bragança e Salinópolis, no estado do Pará. Os resultados desta pesquisa demonstram que a atividade vai além da subsistência: ela representa um elo vital entre as comunidades locais e seus contextos econômicos, sociais, culturais e ambientais. As práticas tradicionais, quando articuladas com estratégias de sustentabilidade, contribuem significativamente para a preservação dos recursos naturais, a valorização dos saberes ancestrais e o fortalecimento da identidade das populações costeiras.

Contudo, a atividade pesqueira enfrenta inúmeros desafios que limitam seu pleno potencial. A informalidade, os baixos níveis de escolaridade entre os pescadores, a ausência de infraestrutura adequada e a escassez de políticas públicas específicas para o setor comprometem a valorização dessa prática ancestral. Soma-se a isso a presença de práticas predatórias, a falta de conscientização ambiental e a pressão sobre os recursos naturais, elementos que colocam em risco a sustentabilidade da pesca e a biodiversidade marinha.

Diante desse cenário, torna-se urgente a implementação de estratégias integradas que promovam a formalização da atividade, o acesso a mercados mais justos, a capacitação técnica dos pescadores e o fortalecimento da educação ambiental. O incentivo à organização coletiva da categoria, aliado ao investimento em práticas de economia circular e à valorização dos saberes locais, pode representar um caminho promissor para a resiliência das comunidades pesqueiras.

Portanto, para que a pesca artesanal continue a desempenhar seu papel central no desenvolvimento da região, é fundamental que haja ações conjuntas entre o poder público, a sociedade civil e os próprios pescadores. Apenas com a construção de políticas públicas efetivas, participativas e sensíveis às especificidades locais será possível garantir a continuidade dessa atividade essencial, promovendo um equilíbrio duradouro entre conservação ambiental e progresso econômico.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Carlos Alexandre Gomes de; MARINO, Márcia Thelma Rios Donato Marino; GUERRA, João; MORAES, Suellen Galvão; LIMA, Leonardo Holanda; FAÇANHA, Matheus Cordeiro; FERREIRA, Diego Oliveira. **Perfil socioeconômico dos pescadores brasileiros**. In: ROQUE, Ana Cristina *et al.* (orgs.). **Saindo da zona de conforto: a interdisciplinaridade das zonas costeiras**. Rio de Janeiro: Tomo VIII da Rede Braspor, 2019. p. 29–48.
- ALENCAR, Carlos Alexandre Gomes de. **Pesca e pobreza no Brasil**. 2014. 239 f. Il. color. Tese (Doutorado em Engenharia de Pesca) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Departamento de Engenharia de Pesca, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Pesca, Fortaleza, 2014.
- ALVES, Alexandre de Brito; LIMA, Francisco Daniel Mota. Trabalhadores das águas: impactos socioeconômicos e mudanças na pesca artesanal (Bragança-PA). **Paper do NAEA**, v. 1, n. 2, p. 480, 2020.
- BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. *Snowball* (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 10., 2011, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: PUCPR, 2011. p. 329–341.
- BOCKORNI, Beatriz Rodrigues Silva; GOMES, Almiralva Ferraz. A amostragem em snowball (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, [S. l.], v. 22, n. 1, 2021. DOI: 10.25110/receuv.22i1.8346. Disponível em: <https://www.revistas.unipar.br/index.php/empresarial/article/view/8346>. Acesso em: 30 out. 2024.
- BARBOSA, G. V.; PINTO, M. N. **Geomorfologia da folha SA-23 (São Luiz) e parte da folha SA-24 (Fortaleza)**. In: BRASIL. Projeto RADAM BRASIL. Folha SA-23 (São Luiz) e parte da folha SA-24 (Fortaleza); Geologia, geomorfologia, solos, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro. Cap. 1, Levantamento de recursos naturais, 3:3–37, 1973.
- BRASIL. **Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988**. Dispõe sobre a proibição de pesca e comercialização de espécies durante períodos de reprodução e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 nov. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7679.htm. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009.** Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, ano 146, n. 123, p. 1–8, 30 jun. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Painel unificado do Registro Geral da Atividade Pesqueira.** Brasília: MPA, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/cadastro-registro-e-monitoramento/painel-unificado-do-registro-geral-da-atividade-pesqueira>. Acesso em: 30 out. 2024.

BRITO, Francinete Maria Oliveira de. **Salinópolis-PA:(re) organização sócio-espacial de um lugar Atlântico-Amazônico.** 121p. 2006. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Não publicado. Disponível on-line em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/87919>. Acesso em: 15 de out. 2024.

BRITO, Francinete Maria Oliveira de. O turismo em um lugar atlântico-amazônico: recentes alterações sócio-espaciais. *Scripta Nova. Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales*, Barcelona: Universidade de Barcelona, vol. XII, n. 270.90, 2008. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/Sn/Sn.270/Sn-270-90.htm>. Acesso em: 15 de out. 2024.

CUNHA, Gabrielle Cristyne dos Santos *et al.* Análise do perfil socioeconômico dos apicultores vinculados à associação dos criadores e criadoras de abelhas no município de Bragança (AMELIAPIS), Pará. In: **ECONOMIA, TURISMO, CULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL.** Editora Científica Digital, 2025. p. 20-36.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira.** São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2004. 315 p. ISBN 85-87304-07-0.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. 176 p. (MMA. Biodiversidade, 4).

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **The State of World Fisheries and Aquaculture 2012.** Roma: FAO, 2012. 209 p. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i2727e/i2727e.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Orientaciones técnicas para la pesca responsable.** Roma: FAO, 1999. 81 p. Disponível em: <https://www.fao.org/4/w4230s/w4230s00.htm>. Acesso em: 10 out 2024.

FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA; FIDA; OPAS; UNICEF; PMA. **Visão regional da América Latina e do Caribe sobre segurança alimentar e nutricional 2024: construindo resiliência à variabilidade e aos extremos climáticos para a segurança alimentar e nutricional.** Santiago: FAO, FIDA, OPAS, UNICEF, PMA, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cd3877en>. Acesso em: 14 nov. 2024.

FONTGALLAND, Isabel Lausanne. **Economia circular e consumo sustentável.** Campina Grande: Editora Amplla, 2022. 86 p. ISBN 978-65-5381-017-4. Disponível em: <http://www.ampllaeditora.com.br>. Acesso em: 19 nov. 2024.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA. **Nota técnica da pesca paraense 2023.** Belém: FAPESPA, 2023. Disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br>. Acesso em: 30 out. 2024.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 64–89.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2022: resultados gerais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 nov. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2021**. Brasília, DF: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 27 jul. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2022: panorama dos municípios brasileiros**. Brasília, DF: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/braganca.html>. Acesso em: 15 nov. 2024.

ISAAC NAHUM, Judith Victoria. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros do litoral amazônico: um desafio para o futuro. **Ciência & Cultura [online]**, São Paulo, v. 58, n. 3, p. 33–36, jul./set. 2006. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000300015. Acesso em: 16 nov. 2024.

KLOSE, F.; KRAUSE, G.; GLASER, M.; OLIVEIRA, R. S.; BOCK, M.; HANATSCHEK, R. **Manguezais como uma zona econômica de tampão: dinâmica espacial e socioeconômica num estuário no Norte brasileiro**. In: GLASER, M.; CABRAL, N.; RIBEIRO, A. L. (Org.). **Gente, ambiente e pesquisa: manejo transdisciplinar no manguezal**. Belém: NUMA/UFPA, 2005.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARINHO, Rogério Souza. **Pequenas cidades do nordeste do Pará: maritimidades da Amazônia**. 2017. 425 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2017.

MARINHO, Rogério Souza. **Faces da expansão urbana em Salinópolis, zona costeira do estado Pará**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2009.

MOROZ, Melania; GIANFALDONI, Mônica Helena T. A. **O processo de pesquisa: iniciação**. Brasília: Editora Plano, 2002. 108 p.

SILVA, E. T. F. et al. Análise dos desafios e oportunidades da pesca extrativista no município de Salinópolis – Pará. In: **Engenharia de pesca: o avanço da ciência no Brasil**, v. 3, p. 8–22, [s.d.].

SILVA, E. S. C. et al. Cadeia de comercialização do pescado desembarcado no posto fiscal de Bragança, Estado do Pará. **Arquivos de Ciências do Mar**. Fortaleza, v. 45, n. 1, p. 82–87, 2012.

SOUZA, Geisa Bethânia Nogueira de et al. **Dinâmicas territoriais no município de Salinópolis/PA: unidades espaciais, ações públicas e a conservação ambiental**. 2021. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2021. 212 f.

VELASCO, H.; DÍAZ DE RADA, A. **La lógica de la investigación etnográfica: un modelo de trabajo para etnógrafos de la escuela**. Madrid: Trotta, 1997.

SANTOS, A. C. L.; BITTENCOURT, C. F.; ARAÚJO FILHO, R. J. P.; OLIVEIRA, P. G. V. Caracterização da pesca e perfil socioeconômico do pescador que atua sobre as pontes do Recife, PE. **Boletim do Instituto de Pesca**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 291–298, 2014.

ESPÍRITO-SANTO, Roberto Vilhena do; ISAAC, Victoria Judith. Desembarques da pesca de pequena escala no município de Bragança – PA, Brasil: esforço e produção. **Boletim do Laboratório de Hidrobiologia**, Belém, v. 25, n. 1, p. 31–48, 2012.

SANTOS, Marcos Antônio Souza dos. A Cadeia produtiva da pesca artesanal no Estado do Pará: estudo de caso no Nordeste Paraense. **Amazônia: Ci. & Desenv.**, Belém, v. 1, n. 1, jul. /dez. 2005. Disponível em: <http://repositorio.ufra.edu.br/jspui/handle/123456789/764>. Acesso em: 20 de out 2024.

SANTOS, Silvana Conceição dos; MOURA, Gabrielle Cruz de; MORAES, Gláucia Lira de. A atuação das mulheres na pesca artesanal no município de Bragança, Pará. **Revista Brasileira de Tecnologias Sociais**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 82–95, jan./jun. 2017.

SILVA, Emilly Thaissa Fontel *et al.* **Análise dos desafios e oportunidades da pesca extrativista no município de Salinópolis-PA**. In: *Engenharia de Pesca: o avanço da ciência no Brasil*. [S. l.]: Editora Científica, 2024. v. 3, p. 31–48.

SILVA, Mônica Nogueira da *et al.* O papel da mulher marisqueira na atividade pesqueira artesanal no município de Bragança, nordeste do estado do Pará. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 125–143, maio 2018.

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES(AS) RURAIS DO PATRIMÔNIO (APRUP) E O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL: PRÁTICAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Gabriella Nunes Silva

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Karla Gabryella Albuquerque Maciel

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Marcelo Rocha da Silva Medeiros

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Objetivo: A Associação dos Produtores Rurais do Patrimônio (APRUP), situada no município de Primavera, no Pará, exerce um papel crucial no reforço da agricultura familiar e no desenvolvimento socioeconômico da comunidade local. Esta pesquisa visou examinar as práticas agrícolas utilizadas, os obstáculos enfrentados e as estratégias de sustentabilidade incentivadas pela união.

Métodos: Por meio de uma entrevista com um membro da APRUP, foram identificados aspectos primordiais, como o cultivo principal de mandioca, hortaliças e verduras, a partilha de saberes entre os membros e as dificuldades ligadas a fatores climáticos e à falta de cursos frequentes. **Resultados:** Adicionalmente, ressalta-se a relevância da feira comunitária na geração de renda e no fomento da segurança alimentar. A análise dos dados demonstraram que, apesar dos progressos alcançados, a união se depara com desafios na administração e na participação dos associados, além da necessidade de expansão das parcerias externas para robustecer suas atividades. **Conclusão:** Desse modo, sugeriu-se a implementação de estratégias direcionadas à diversificação da produção, ao aperfeiçoamento constante dos produtores e à elaboração de um plano de desenvolvimento sustentável para a APRUP.

Palavras-chave: Agricultura familiar; sustentabilidade; desenvolvimento comunitário; indicadores ambientais.

INTRODUÇÃO

A sustentabilidade nas comunidades agroflorestais da Amazônia é um tema de grande relevância, dado os desafios socioambientais enfrentados pela região. As práticas agrícolas sustentáveis, aliadas à preservação dos ecossistemas, desempenham um papel crucial na mitigação de impactos ambientais e no fortalecimento das comunidades locais. Nesse contexto, o associativismo surge como uma estratégia importante para a gestão coletiva dos recursos naturais e o desenvolvimento econômico das populações rurais. A Associação dos Produtores Rurais do Patrimônio (APRUP), localizada no município de Primavera, Pará, é um exemplo de organização comunitária que busca aliar a produção sustentável à melhoria das condições de vida dos seus associados.

As organizações comunitárias, como a APRUP, são fundamentais para a gestão territorial e a conservação ambiental, principalmente em áreas onde as populações tradicionais dependem diretamente dos recursos naturais. A cooperação entre os produtores rurais fortalece a capacidade de ação coletiva, tornando a produção mais eficiente e rentável. De acordo com Costa (2018), a organização comunitária é um fenômeno essencial nas lutas sociais, pois permite que os indivíduos, mesmo com recursos limitados, se unam para alcançar objetivos comuns. Além disso, como apontado por Ramos (2015), a organização formal e cooperativa na produção e comercialização de bens e serviços pode gerar benefícios significativos para todos os membros, criando uma estrutura coletiva que impulsiona a sustentabilidade e a melhoria das condições de vida.

Neste estudo, buscou-se compreender o papel do associativismo na promoção da sustentabilidade na APRUP, analisando como as práticas de gestão coletiva contribuem para a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento socioeconômico da comunidade.

MARCO TEÓRICO

A agricultura sustentável é um modelo produtivo que visa integrar a produção agrícola com a preservação ambiental, mantendo a viabilidade econômica e promovendo o bem-estar social. Altieri (2012) destaca que a agroecologia promove práticas que equilibram a produtividade e a preservação do

ambiente, ao mesmo tempo em que contribuem para a sustentabilidade social e econômica das comunidades agrícolas. Segundo Caporal e Costabeber (2004), a sustentabilidade na agricultura não se resume à adoção de técnicas ecológicas, mas exige transformações no modelo econômico e social dos agricultores, promovendo uma agricultura que não só conserva os recursos naturais, mas também busca equidade e justiça social.

As associações rurais desempenham um papel importante na implementação de práticas agrícolas sustentáveis, funcionando como mediadoras entre os agricultores e as inovações tecnológicas. Segundo Abramovay (1998), as organizações coletivas são fundamentais para a difusão de conhecimentos e práticas que promovem a sustentabilidade, além de fortalecer os agricultores na superação de desafios econômicos e ambientais.

Além disso, as associações rurais incentivam a capacitação dos produtores, auxiliando na adoção de novas tecnologias e práticas. Para Silva *et al.* (2015), essas organizações facilitam o acesso dos agricultores a informações e conhecimentos científicos, o que possibilita a adaptação de tecnologias sustentáveis à realidade local.

Apesar da crescente conscientização sobre a importância da sustentabilidade, a implementação de práticas agrícolas sustentáveis enfrenta diversos obstáculos, como resistência à mudança, falta de recursos e desafios técnicos. Gliessman (2001) afirma que a transição para sistemas agrícolas sustentáveis exige mudanças significativas tanto nas práticas agrícolas quanto nas mentalidades dos agricultores, além de ajustes nas políticas públicas para garantir uma implementação eficaz.

Além disso, a educação contínua é essencial para o sucesso dessa transição. Como destaca Veiga (2006), a educação dos agricultores sobre as vantagens das práticas sustentáveis e a capacitação técnica são essenciais para a adoção e manutenção dessas práticas no longo prazo. A adoção de práticas agrícolas sustentáveis não beneficia apenas os agricultores diretamente envolvidos, mas também tem um impacto positivo na comunidade local. Pretty (2008) defende que a agricultura sustentável contribui para o desenvolvimento rural, promovendo a segurança alimentar, conservando os recursos naturais e gerando benefícios econômicos para as comunidades.

Dessa forma, a implementação de práticas sustentáveis pode fortalecer a coesão social, como apontado por Schneider *et al.* (2010), que destacam que as redes de colaboração formadas por associações rurais e agricultores criam um espaço de troca de saberes, estimulando o desenvolvimento comunitário e a construção de um futuro mais sustentável.

A APRUP tem desempenhado um papel importante na promoção de práticas agrícolas sustentáveis, mas há desafios e oportunidades a serem explorados. Gliessman (2001) observa que o futuro da agricultura sustentável depende da capacidade dos agricultores de inovar e adaptar-se às mudanças, criando uma agricultura mais resiliente e alinhada com os desafios ambientais e sociais contemporâneos.

Portanto, a promoção da sustentabilidade na agricultura requer investimento contínuo em educação, tecnologia e políticas públicas que incentivem a adoção de práticas sustentáveis, como observado por Altieri (2012), que argumenta que a agroecologia não é apenas uma técnica, mas um movimento social que deve ser apoiado por políticas públicas e organizações coletivas para garantir sua disseminação e êxito.

MÉTODOS

O presente estudo foi conduzido por meio de uma abordagem qualitativa, com ênfase na técnica de entrevista semiestruturada, com o intuito de compreender, de maneira aprofundada, o papel desempenhado pela associação nas práticas agrícolas de seus sócios e na comunidade em geral. A escolha pelo formato de entrevista presencial justificou-se pela necessidade de estabelecer um contato direto e mais próximo com o entrevistado, o que, segundo Minayo (2010), facilita a coleta de informações mais ricas e detalhadas, além de promover um ambiente de confiança que pode levar a respostas mais sinceras e elaboradas.

O sujeito da pesquisa foi o proprietário da associação, o produtor Elielson Nascimento Farias, cuja seleção se deu em função de sua posição estratégica e do conhecimento aprofundado que possui sobre as atividades e objetivos da instituição. Por ser um agente-chave no funcionamento da associação, ele possui uma visão abrangente das práticas desenvolvidas e de seu impacto na vida dos associados e na comunidade. A entrevista foi realizada no dia 18 de março de

2025, em um ambiente que favoreceu o conforto e a abertura do entrevistado, por ter sido escolhido pelo diretor da associação, conforme a Imagem 1, o que proporcionou maior comodidade para compartilhar suas experiências, opiniões e percepções sobre a associação e seu papel nas práticas agrícolas. A imagem a seguir não foi tirada no dia da entrevista, mas foi disponibilizada pelo diretor da associação com o objetivo de ilustrar uma reunião.

Figura 1 - Reunião realizada pela associação.



Fonte: Acervo da APRUP.

A entrevista com o representante da Associação dos Produtores Rurais do Patrimônio (APRUP) possibilitou uma compreensão detalhada sobre as práticas agrícolas adotadas, os desafios enfrentados e as estratégias utilizadas para promover a sustentabilidade e o desenvolvimento da comunidade. A partir das informações coletadas, os principais resultados foram organizados em categorias de análise, permitindo uma visão mais clara dos aspectos abordados na discussão.

Essa estrutura facilitou a compreensão dos fatores que impactam o funcionamento da APRUP, desde as técnicas agrícolas empregadas até as dificuldades enfrentadas na gestão da associação e na ampliação do impacto social. Além disso, a abordagem categorizada permitiu observar com mais

precisão as potencialidades da organização e as oportunidades de melhoria para o fortalecimento da produção sustentável.

As perguntas utilizadas na entrevista foram elaboradas com base em uma revisão da literatura e em aspectos relevantes previamente identificados, abordando temas centrais como: as práticas agrícolas promovidas pela associação, as iniciativas de apoio aos sócios, as estratégias de desenvolvimento sustentável, bem como o impacto das atividades da associação na comunidade local. Ademais, o roteiro de perguntas incluiu questionamentos sobre os desafios enfrentados pela associação e sugestões para melhorias nas ações desenvolvidas. Esse cuidado na formulação das perguntas é fundamental para garantir a validade e a confiabilidade dos dados coletados (Gil, 2008).

Por meio dessa metodologia, objetivou-se proporcionar uma compreensão aprofundada de como a associação contribui para o fortalecimento das práticas agrícolas, promovendo o desenvolvimento sustentável e o engajamento comunitário. A relevância deste estudo reside na possibilidade de gerar conhecimentos que possam subsidiar futuras ações e políticas voltadas para o setor agrícola, além de contribuir para a valorização das práticas coletivas e do associativismo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados mostraram que a produção agrícola da APRUP está centrada no cultivo da mandioca, hortaliças e vegetais, práticas tradicionais na agricultura familiar amazônica. O conhecimento técnico foi aprimorado de forma coletiva, por meio de reuniões entre os sócios, o que demonstra a valorização dos saberes locais. No entanto, a ausência de critérios técnicos formais para avaliação das práticas e de acompanhamento especializado indicaram uma lacuna importante. O quadro 1 apresenta uma sistematização dos dados coletados na entrevista, organizada por categorias temáticas que ajudaram a compreender os principais aspectos das práticas agrícolas, desafios, sustentabilidade e perspectivas futuras da APRUP.

Quadro 1 - Categorias de análise e principais resultados.

Categorias de Análise	Principais Resultados	Relatos e Exemplos
Práticas Agrícolas e Métodos de Produção	Produção baseada em mandioca, hortaliças e vegetais. Compartilhamento de saberes entre sócios, falta de suporte técnico especializado e indicadores formais.	A produção se baseia no cultivo de mandioca, hortaliças e vegetais. A associação busca novos conhecimentos em reuniões frequentes.
Desafios e Estratégias de Sustentabilidade	Clima adverso afeta a produção, capacitações são limitadas, ausência de parcerias externas reduz oportunidades de crescimento.	As altas temperaturas aumentaram a necessidade da irrigação. A capacitação ocorre por palestras, mas poderia ser mais frequente.
Sustentabilidade e impacto Comunitário	Uso de adubos e fertilizantes sem clareza sobre sua origem, feira comunitária fortalece a economia local, impacto além da agricultura, incluindo melhorias estruturais.	Muitos membros demonstraram confiança na organização e a principal meta da APRUP é retornar ao mercado cooperativo.
Desafios de Gestão e perspectivas Futuras	Falta de engajamento dos sócios, estratégias de fidelização, sem plano estruturado, busca por ampliação no mercado.	Muitos membros demonstraram confiança na organização e a principal meta da APRUP é retornar ao mercado cooperativo.

Fonte: Autores (2025).

A análise do Quadro 1 evidenciou que a APRUP opera com base em práticas tradicionais da agricultura familiar, como o cultivo de mandioca e hortaliças. A troca de conhecimentos ocorre de forma comunitária, principalmente por meio de reuniões entre os sócios, o que reforça a valorização do saber local. No entanto, a associação enfrenta limitações quanto à assistência técnica especializada e à avaliação sistemática de suas práticas. Questões como o clima adverso e a ausência de parcerias também dificultam o avanço sustentável.

Apesar disso, iniciativas como a feira semanal e ações voltadas para o bem-estar da comunidade indicaram que a associação desempenha um papel relevante para além da agricultura, abrangendo também aspectos sociais e estruturais.

Quadro 2 apresenta os impactos mais significativos da APRUP nas dimensões econômica, social, ambiental e de infraestrutura, revelando o alcance de suas ações junto à comunidade local.

Quadro 2 - Impactos da associação.

Área de Impacto	Principais Contribuições	Exemplos
Econômico	Geração de renda para os agricultores familiares através da feira comunitária.	Feira semanal possibilita venda direta ao consumidor.

Área de Impacto	Principais Contribuições	Exemplos
Social	Melhoria na qualidade de vida da comunidade com iniciativas além da agricultura.	Construção de um posto de saúde na região.
Ambiental	Promoção de práticas sustentáveis, como o uso de adubos e fertilizantes	Incentivo ao uso de biofertilizantes e compostagem.
Infraestrutura	Apoio na obtenção de melhorias estruturais para os moradores	Contribuições para projetos de transporte e eletrificação

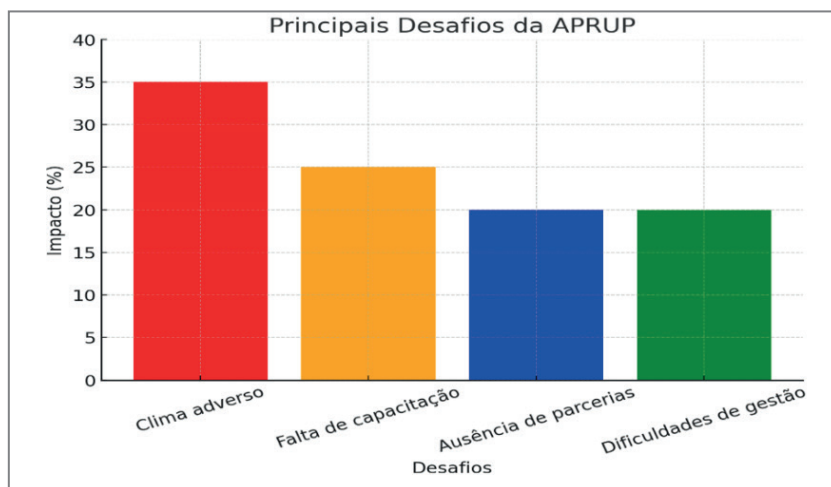
Fonte: Autores (2025).

Os dados do Quadro 2 demonstram que a APRUP contribui diretamente para o fortalecimento da agricultura familiar e para a geração de renda, especialmente por meio da feira comunitária. Além disso, a associação atua em iniciativas sociais relevantes, como a construção de um posto de saúde, e em melhorias de infraestrutura que beneficiam toda a comunidade, como transporte e eletricidade.

Apesar da utilização de adubos e fertilizantes, mostrou-se necessário investir mais em práticas ambientalmente sustentáveis, como a compostagem e o uso de biofertilizantes naturais. Os impactos positivos revelaram o potencial da associação como agente de desenvolvimento, mas também indicaram que, com apoio técnico e institucional, esse alcance pode ser ainda maior.

Apesar dos avanços conquistados, a APRUP enfrenta desafios estruturais que impactam diretamente o funcionamento da associação e a qualidade de vida dos produtores rurais. O Gráfico 1, a seguir, apresenta os principais desafios relatados, destacando aqueles que representam maiores dificuldades para a manutenção das atividades agrícolas e para o crescimento da organização.

Gráfico 1 - Principais desafios enfrentados pela associação.

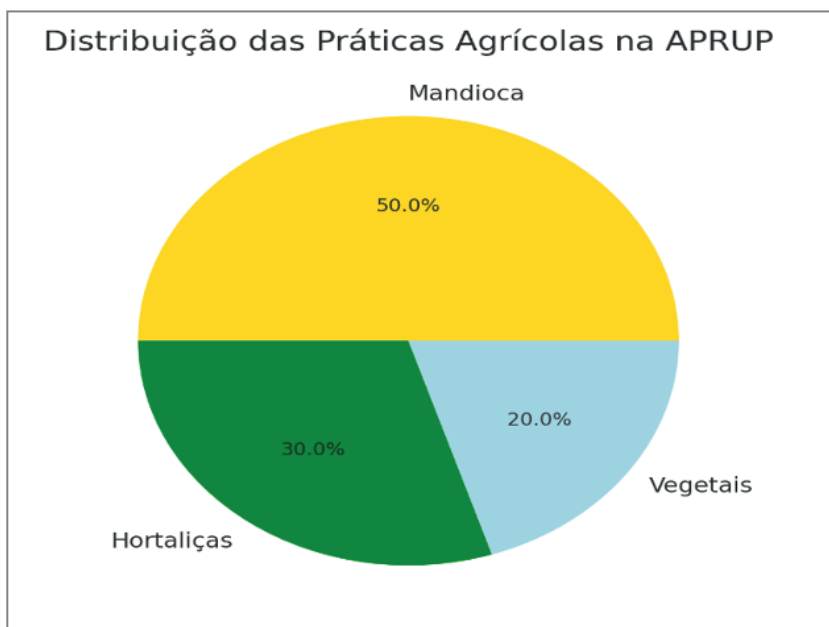


Fonte: Autores (2025).

Conforme observado no Gráfico 1, os fatores climáticos são um dos maiores obstáculos enfrentados, interferindo diretamente na produtividade e aumentando a demanda por irrigação. Outro desafio central é a falta de capacitação contínua dos associados, o que limita a introdução de novas técnicas agrícolas. A ausência de parcerias externas e o desinteresse de parte dos sócios também contribuem para a fragilidade da gestão e dificultam a implementação de projetos de longo prazo. Esses fatores combinados indicaram a necessidade de uma reestruturação organizacional e do fortalecimento de redes de apoio técnico e financeiro.

Além disso, a dificuldade na gestão e no engajamento dos sócios reforçou a necessidade de estratégias mais estruturadas para fortalecer a APRUP e garantir sua sustentabilidade a longo prazo. A APRUP adota um modelo de produção focado na agricultura familiar, com destaque para algumas culturas específicas que sustentam a economia local. O Gráfico 2, a seguir, apresenta a distribuição das principais práticas agrícolas adotadas pelos produtores associados.

Gráfico 2 - Distribuição das principais práticas agrícolas adotadas pelos produtores associados.



Fonte: Autores, 2025.

Observa-se que a mandioca é a principal cultura cultivada pelos produtores da APRUP, representando metade da produção agrícola da associação. Hortaliças e outros vegetais também são relevantes, embora possuam menor representatividade. A diversificação da produção poderia ser uma estratégia importante para aumentar a resiliência dos agricultores diante de fatores climáticos e de mercado, garantindo maior estabilidade econômica e segurança alimentar para a comunidade.

A APRUP desempenha um papel crucial na promoção da agricultura sustentável e no fortalecimento da comunidade local, mas enfrenta desafios estruturais que limitam seu crescimento. A busca por novos parceiros, a ampliação da capacitação dos produtores e a implementação de estratégias para mitigar os impactos climáticos são aspectos fundamentais para garantir a continuidade e o sucesso das ações da associação nos próximos anos.

CONCLUSÃO

A APRUP tem exercido uma função vital na estruturação e no impulso da produção agrícola em Primavera, colaborando não somente para a segurança alimentar dos agricultores familiares, mas também para o progresso econômico e social da comunidade. Contudo, a pesquisa evidenciou problemas estruturais que restringem o avanço da associação, abrangendo a carência de treinamentos mais regulares, a procura por alianças estratégicas e a implementação de práticas agrícolas mais ecológicas.

Considerando isso, é crucial que a APRUP procure robustecer suas iniciativas por meio da diversificação da produção, do aprimoramento do envolvimento dos membros e da expansão da feira comunitária. Ademais, colaborações com instituições de ensino, órgãos governamentais e entidades do setor privado podem ser opções factíveis para ultrapassar as dificuldades presentes e assegurar maior apoio técnico e financeiro para os produtores.

A sequência desta pesquisa pode envolver a aplicação de indicadores mais pormenorizados para mensurar o efeito da associação na comunidade e a análise de modelos de administração cooperativa que possam servir de exemplo para a APRUP. Dessa forma, almeja-se que as futuras atividades contribuam para a sustentabilidade e a capacidade de recuperação da agricultura familiar na região, assegurando melhores condições de vida para os agricultores e consolidando a economia local.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e o acesso à inovação. **Revista Brasileira de Economia**, v. 52, n. 1, p. 1-22, 1998.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

COSTA, R. A organização comunitária como ferramenta para a luta social. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 18, n. 2, p. 45-58, 2018.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: Enfoque Científico e Estratégia para uma Agricultura Sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2004.

- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos na agricultura sustentável [Agroecology: Ecological Processes in Sustainable Agriculture]**. Boca Raton: CRC Press, 2001.
- MINAYO, Maria de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. São Paulo: Hucitec, 2010.
- PEREIRA, L. Reservas Extrativistas: Conservação e preservação dos meios de vida. **Revista de Políticas Públicas e Meio Ambiente**, v. 21, n. 4, p. 120-133, 2019.
- PRETTY, J. Sustentabilidade agrícola: conceitos, princípios e evidências [Agricultural Sustainability: Concepts, Principles and Evidence]. **Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences**, v. 363, n. 1491, p. 447-465, 2008.
- RAMOS, J. Cooperativismo e associativismo: Estratégias para o desenvolvimento local. **Jornal de Economia Solidária**, v. 22, n. 3, p. 78-92, 2015.
- RODRIGUES, M. A gestão compartilhada nas Reservas Extrativistas: O caso da AUREMAT. **Revista de Ciências Ambientais**, v. 34, n. 1, p. 101-112, 2017.
- SCHNEIDER, S.; CASSOL, A.; FERRARI, D. L. A Construção da Agroecologia no Brasil: inovação e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 48, n. 2, p. 287-318, 2010.
- SILVA, M. G.; ALMEIDA, G. K.; SOUZA, L. M. O papel das associações rurais na difusão de práticas agrícolas sustentáveis. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Rural**, v. 11, n. 1, p. 45-62, 2015.
- VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

DESCRIÇÃO DA PRODUÇÃO DE MANDIOCA E PROCESSAMENTO DE FARINHA: UM ESTUDO DE CASO NA VILA DO KM-18 DO MUNICÍPIO DE TRACUATEUA-PARÁ

Antonio Welligton Silva Silva

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Jonison de Souza Lima

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Wagner Jhonatan de Azevedo Silva

Universidade de São Paulo (USP)

Emilly Thaissa Fontel Silva

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Ana Karlla Magalhães Nogueira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Objetivo: O objetivo deste trabalho foi descrever os desafios da produção artesanal de farinha de mandioca em Tracuateua, Pará, com análise do perfil socioeconômico e cultural da atividade. **Métodos:** A pesquisa foi realizada em Tracuateua, município com 28.595 habitantes e PIB per capita de R\$ 9.044,03 (IBGE, 2021-2022), localizado a 250 km de Belém. Utilizou-se uma abordagem qualitativa, com questionário aplicado a Aldemir da Silva Souza, produtor local, que descreveu o processo de produção artesanal de farinha com apoio familiar. **Resultados:** A farinha é produzida de forma artesanal e vendida no mercado local, proporcionando maior independência financeira à família, substituindo o trabalho de terceiros pelo cultivo e processamento da mandioca. O processo de produção envolve várias etapas: preparo do solo e plantio com técnicas tradicionais, seguido de colheita entre 12 a 18 meses após o plantio, dependendo das condições climáticas. Após a colheita, as raízes passam por fermentação, descascamento, moagem, prensagem, esfarelamento e torração até se transformar em farinha, que é então ensacada. O escoamento da produção ocorre principalmente por encomendas e vendas no atacado para comerciantes locais. No entanto, o produtor enfrenta dificuldades relacionadas à falta de compradores e transporte próprio, o que limita a expansão da atividade. **Conclusão:** O estudo mostrou como a produção artesanal contribui para a sustentabilidade da renda familiar e destaca os desafios enfrentados pelos produtores da região, especialmente em relação ao escoamento e infraestrutura logística.

Palavras-chave: Produção artesanal; farinha de mandioca; perfil socioeconômico.

INTRODUÇÃO

A farinha de mandioca, produto derivado da raiz da mandioca (*Manihot esculenta*), é um dos pilares da culinária brasileira, especialmente nas regiões Norte e Nordeste (Olsen; Schaal, 2019). O processo de produção da farinha envolve colheita, descascamento, fermentação, moagem, prensagem e torrefação, e é intrinsecamente ligado à cultura e à economia de diversas comunidades, sobretudo nas áreas rurais (Lima, 2023). Dessa forma, a mandioca é de grande importância para o setor agrícola, especialmente para a agricultura familiar.

Na culinária, a farinha de mandioca é um ingrediente versátil, presente em uma infinidade de receitas, desde acompanhamentos simples como a farofa até pratos mais elaborados (Trajano, 2019). Além de seu sabor característico, a farinha de mandioca apresenta valor nutricional significativo, sendo fonte de energia e de alguns minerais essenciais. No entanto, sua composição nutricional pode variar de acordo com as condições de cultivo, o tipo de mandioca utilizada e o processamento (Chisté *et al.*, 2006).

A produção de farinha de mandioca está profundamente enraizada na cultura de diversas comunidades, especialmente na região Norte, onde a produção artesanal prevalece (Silva, 2024). Esse processo não se limita à produção de um alimento, mas envolve a transmissão de conhecimentos tradicionais de geração em geração, fortalecendo laços comunitários e preservando práticas ancestrais (Sousa, 2024).

Economicamente, a farinha de mandioca desempenha um papel central para a subsistência de agricultores familiares, contribuindo para a geração de renda e a segurança de comunidades rurais (De Paula *et al.*, 2024). Além disso, a produção e comercialização da farinha de mandioca movimenta a economia local, gerando empregos e impulsionando o desenvolvimento de outras atividades relacionadas, como o cultivo da mandioca e a produção de derivados (Dos Santos; De Lima; Ribeiro, 2023).

Apesar de sua importância, a produção de farinha de mandioca enfrenta diversos desafios que limitam seu potencial de crescimento, tais como: as dificuldades logísticas, o acesso a mercados e a falta de infraestrutura adequada para o transporte e armazenamento do produto (Marques, 2024). Além disso, a produção artesanal enfrenta a concorrência de produtos industrializados,

que oferecem muitas vezes preços mais competitivos e maior padronização (Pessoa, Durães, 2023).

Somado a isto, a pressão por atender às normas de qualidade e segurança alimentar também representa um desafio para os pequenos produtores, que muitas vezes não possuem os recursos necessários para investir em boas práticas de produção (Sambuichi, 2012). A falta de investimento em pesquisa e desenvolvimento limita a inovação no setor, dificultando a adaptação das técnicas de produção às novas demandas do mercado.

Diante dos desafios e das oportunidades, é fundamental que políticas públicas sejam implementadas para fortalecer a produção de farinha de mandioca de forma sustentável nos municípios do estado do Pará. O apoio à agricultura familiar, o investimento em infraestrutura e a promoção da comercialização dos produtos locais são algumas das medidas que podem contribuir para o desenvolvimento desta atividade e para a valorização da cultura alimentar paraense (Rabelo, 2022).

Em Tracuateua, no Pará, a produção de farinha de mandioca é uma atividade fundamental para a economia local. A mandioca-brava, uma variedade resistente e produtiva, é amplamente cultivada na região (Picanço, 2018). O processo de produção, realizado de forma artesanal, envolve a moagem da raiz em um engenho de manivela, a fermentação da massa e a torrefação em fornos de barro. Essa tradição, transmitida de geração em geração, garante a qualidade e o sabor característico da farinha produzida em Tracuateua (Ferreira, 2020).

Apesar da relevância econômica, social e cultural da produção artesanal de farinha de mandioca em Tracuateua, no Pará, os produtores locais enfrentam diversos desafios que comprometem a sustentabilidade da atividade (Rabelo, 2022).

Problemas como a falta de infraestrutura adequada, dificuldades de acesso a mercados, pressão por adequação às normas sanitárias e a concorrência com produtos industrializados colocam em risco não apenas a geração de renda, mas também a preservação dos saberes tradicionais e das práticas culturais associadas à produção da farinha (Carneiro, 2003). Diante desse cenário, surge a necessidade de compreender como se dá o processo de produção de farinha em Tracuateua e quais os desafios vivenciados na comercialização que afetam tanto a dinâmica econômica quanto a continuidade das práticas culturais locais.

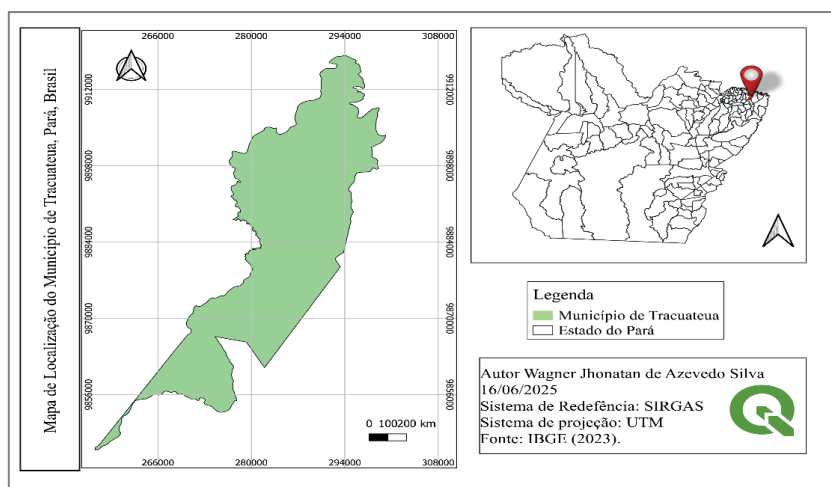
Assim, este trabalho teve como objetivo descrever o processo de produção artesanal de farinha de mandioca em Tracuateua, Pará. Além disso, buscou-se identificar os principais desafios enfrentados pelo produtor no acesso a mercados que viabilizem a comercialização da farinha de mandioca na área de estudo.

MATERIAL E MÉTODOS

Descrição da área de estudo

O estudo foi realizado no município de Tracuateua, localizado ao nordeste do Estado do Pará (Ver gráfico 1). De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), o município de Tracuateua localiza-se a 250 km da Capital do Estado do Pará.

Figura 1 - Mapa de localização do município de Tracuateua-Pará.



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

O município de Tracuateua tem sua via de acesso pela BR-308, possuindo uma área territorial de 868,025km² e uma população estimada de 28.595 habitantes, sua densidade populacional de 32,94 hab/km² e tendo em seu PIB *per capita* de R\$ 9.044,03 em 2021 (IBGE, 2021).

Abordagem da pesquisa

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, que, segundo Nascimento (2016, p. 3), "é uma abordagem ou método que emprega medidas padronizadas e sistemáticas, reunindo respostas pré-determinadas, facilitando a comparação e a análise de medidas estatísticas de dados".

Para a obtenção dos dados utilizou-se um questionário semiestruturado. De acordo com Vergara (2015), o questionário é uma ferramenta padronizada de coleta de dados que permite comparar respostas e estabelecer padrões de comportamento ou opinião em uma população. Assim, o referido questionário foi aplicado ao proprietário Sr. Aldemir da Silva Souza, em sua residência no dia 13 de outubro de 2024, onde foram coletados dados necessários para elaboração e estruturação deste trabalho.

No que se concerne aos detalhes do processo artesanal de produção da farinha, que se realiza com o apoio de sua família que vai desde o cultivo da mandioca até o processamento final, cada etapa é cuidadosamente conduzida com técnicas tradicionais que garante a qualidade do produto.

A farinha produzida é então vendida para consumidores locais garantindo que o produto alcance o mercado local e contribua para a renda familiar. Depois de coletados, os dados do questionário foram organizados em uma planilha do Excel, e os resultados foram apresentados na forma de tabelas e quadros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Perfil socioeconômico do produtor rural

De acordo com os resultados obtidos, o proprietário Sr. Aldemir da Silva Souza tem 56 anos de idade e atua na produção de farinha há cerca de 30 anos. Ele relatou que o método utilizado é uma tradição da família, transmitida de geração em geração. Natural do estado do Maranhão, trouxe essa prática cultural de sua terra natal e continua exercendo-a até os dias atuais.

Tabela 1 - Perfil do produtor rural.

Perfil	Descrição
Nome do produtor	Aldemir da Silva Souza
Idade	56 anos
Tempo de atuação na atividade	Aproximadamente 30 anos
Local de origem	Estado do Maranhão

Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

A produção de farinha de mandioca no Brasil muitas vezes carrega valores culturais e históricos, sendo uma atividade transmitida de geração em geração, preservando saberes locais e tradições familiares (Silva, 2024). Portanto, esta prática transcende o aspecto meramente produtivo, servindo como um elo entre gerações e comunidades, além de ser um vetor de fortalecimento da cultura local. Assim, o método de produção não é apenas uma técnica, mas um patrimônio imaterial que carrega o saber-fazer ancestral e uma história rica de adaptações e persistência.

Além da produção de farinha, o proprietário desenvolve outros sistemas de produção, como a criação de animais para a obtenção de carnes (frango, porco, boi e peixe) e hortaliças e tubérculos (alface, tomate, batata, cenoura). Isso indica um sistema de produção familiar bem diversificado e completo. Nesse viés, de acordo com Silva e Nogueira (2024), a agricultura familiar desempenha um papel fundamental na economia rural, na segurança alimentar e na preservação das tradições culturais e é caracterizada por diversificação produtiva, utilização intensiva de mão de obra familiar e práticas tradicionais ou adaptadas às condições locais.

Impacto da produção de farinha na renda familiar

No que se refere à renda familiar, o proprietário relatou que passou a obter maior independência financeira ao deixar de trabalhar para terceiros e dedicar-se a seu próprio empreendimento, principalmente ao cultivo de mandioca para a produção de farinha de mandioca. Na Tabela 2 são apresentados os dados referentes à produção e comercialização de farinha de mandioca da referida propriedade ao longo de quatro semanas. Observou-se que, em cada

semana, são produzidas em média 2,5 sacas de farinha de 60 kg, totalizando 10 sacas, e acumulando 600 kg ao final de cada mês.

Tabela 2 - Produção e comercialização de farinha de mandioca por semana na propriedade.

Semanas	Quantidade de sacas produzidas	Peso total por semana (kg)	Preço por kg (R\$)	Receita total por semana (R\$)
1	2,5	150	8,33	1.249,33
2	2,5	150	8,33	1.249,33
3	2,5	150	8,33	1.249,33
4	2,5	150	8,33	1.249,33
Total (mês)	10 sacas	600 kg		4.998,00

Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Assim, a produção mensal gira em torno de 10 sacas, sendo estas embaladas em sacos secos de trigo, e cada saca é comercializada ao preço médio de R\$ 499,80, uma vez que o preço da farinha em todas as semanas é fixado em R\$ 8,33 por quilograma. Com esse valor, a receita semanal obtida é de R\$ 1.249,33, totalizando uma receita mensal de R\$ 4.998,00 (Ver tabela 2). Esses dados demonstraram uma produção estável ao longo do mês, sendo o rendimento financeiro diretamente proporcional à quantidade produzida, evidenciando a importância da constância na produção para a manutenção da renda mensal do produtor.

De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2021), no município de Marabá, estado do Pará, a produção familiar artesanal de farinha já alcançou a produção de 80 sacos de 50 kg por mês, gerando um pró-labore de R\$ 900,00, o que corresponde a cerca de 1,5 salário mínimo. Isso evidencia a viabilidade econômica desta atividade, contribuindo para a subsistência rural, e permitindo reinvestimentos produtivos e estabilização socioeconômica.

Outro ponto importante no processo de produção de farinha, segundo o agricultor entrevistado, são as etapas do processo de produção do cultivo da mandioca, que começa com o preparo do solo e segue até a torrefação da raiz (Ver quadro 1). O preparo do solo inicia-se com a limpeza do terreno por meio de roçagem para remover raízes, ervas daninhas e cipós. Após essa etapa, o solo é arado e preparado para o plantio, utilizando como sementes as manivas (caule da mandioca), na horizontal ou vertical e mantendo o solo úmido, mas não encharcado.

Quadro 1 - Etapas de produção de mandioca e processamento da farinha em Tracuateua-Pará.

Etapas	Detalhamento
Limpeza	Roçagem para remover raízes, ervas e cipós;
Preparo do solo	Aração do terreno após limpeza;
Plantio	Uso de manivas (caule da mandioca); espaçamento entre milho e mandioca;
Tempo de crescimento	Crescimento entre 12 e 18 meses, conforme o clima;
Colheita	Retirada das raízes; reaproveitamento de manivas; ensacamento (60 kg);
Transporte	Feito por motocicleta ou carro até a casa de forno;
Fermentação	Submersão em tanques por 4 dias para eliminar toxinas;
Moagem	Trituramento das raízes fermentadas com motor a gasolina;
Mistura	Massa é misturada com água em coxa de madeira;
Torrefação	Etapa final para produção da farinha;

Fontes: Resultados da pesquisa (2024).

Nesse sentido, observa-se a importância do preparo do solo, que consiste na aração com arado de discos, seguido de duas gradagens em sentido cruzado, deixando-se o solo bem destorreado para ser sulcado e plantado, sendo que essa operação visa melhorar as suas condições físicas, como porosidade, aeração, infiltração de água e desenvolvimento do sistema radicular (Mattos; Cardoso; Caldas, 2003).

O plantio segue uma técnica rudimentar, com espaçamento de duas fileiras de milho para cada fileira de mandioca. As covas são espaçadas de dois a dois palmos e meio, permitindo o crescimento adequado das plantas. Segundo Santos *et al.* (2025), esses fatores refletem as limitações de recursos e acesso a tecnologias modernas, como máquinas agrícolas e práticas de manejo mais eficientes, que poderiam contribuir para melhora na produtividade da mandioca na região.

A colheita ocorre entre 12 e 18 meses após o plantio, dependendo das condições climáticas. Em períodos chuvosos, a retirada das raízes pode ser antecipada para evitar perdas por encharcamento do solo, enquanto em períodos secos, o cultivo pode ser estendido até 18 meses. Sousa *et al.* (2024), destaca que, durante os períodos chuvosos, a retirada das raízes pode ser feita de forma antecipada para evitar perdas causadas pelo encharcamento do solo, o que pode afetar o desenvolvimento e a qualidade da mandioca.

Sendo assim, na colheita, os arbustos (manivas) e os topos das raízes são removidos e reutilizados no plantio, enquanto as raízes colhidas são acondicionadas em sacos de trigo secos, com capacidade para até 60 kg, e transportadas para a casa de forno, geralmente por motocicletas ou carros.

Pinheiro e Elias (2019) destacam que é comum o reaproveitamento das manivas em novos plantios, enquanto as raízes colhidas propriamente ditas são destinadas ao processamento para a produção da farinha e outros derivados. Essa prática evidencia a sustentabilidade e a continuidade do ciclo agrícola familiar, além de demonstrar o aproveitamento integral dos recursos da planta, promovendo a preservação do modo de vida tradicional na comunidade (Chisté; Cohen, 2011).

Por conseguinte, na casa de forno, as raízes são então submetidas ao processo de fermentação, sendo colocadas em sacos de trigo e submersas em tanques de alvenaria com água por cerca de quatro dias. A fermentação tem como objetivo a extração do ácido cianídrico, tornando a mandioca segura para o consumo e facilitando o descascamento.

Após a fermentação, as raízes descascadas passam pelo processo de moagem, realizado com um motor movido a gasolina, que transforma as raízes em uma massa homogênea. Essa massa é colocada em uma coxa de madeira e misturada com água até atingir o ponto ideal, ficando pronta para a etapa final de torrefação (Ver figura 1).

Figura 1 - Coxa de madeira e estrutura para moer a massa de mandioca.



Fonte: Acervo dos autores (2024).

A massa embalada em sacos secos para facilitar é colocada na prensa de tronco, um dos modos rudimentares (que se aplica manualmente), na qual é aplicada uma força humana, usando tábuas e troncos que são colocados sobre os sacos, facilitando a prensagem do mesmo, para retirar o excesso de líquido chamado de tucupi (principalmente o ácido cianídrico, que é tóxico). De acordo com Campos, Mattietto e Carvalho (2019), esse processo perdura por 60 minutos, até que não haja mais insumos líquidos, momento em que se prossegue para o esfarelamento (Ver figura 2).

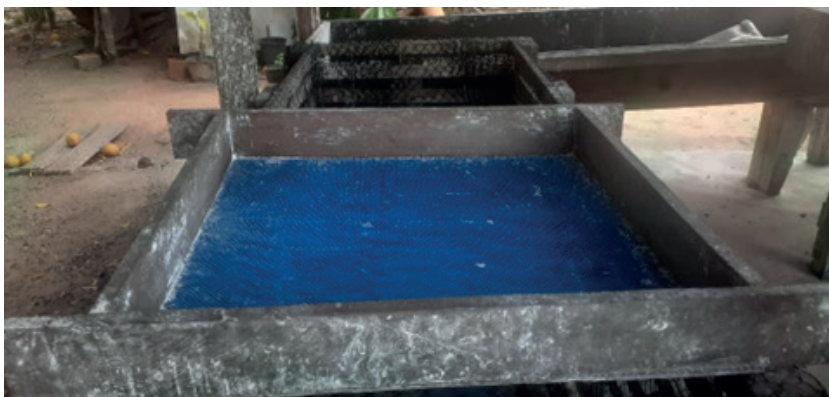
Figura 2 - Prensa de Tronco/ Prensa Manual.



Fonte: Acervo dos autores (2024).

Após a prensa, a massa enxuta passa pelo processo de esfarelamento em uma peneira. Esta peneira é usada como crivo grande, separando a massa que ficou unida dentro do saco por conta do prensamento. Embaixo desta peneira fica o recipiente onde ficará a massa da mandioca esfarelada, e após isso irá para outro coxo de madeira, onde passará por rede que fará a função da peneira, deixando a massa em grãos mais miúdos (Ver figura 3). Esses grãos são então levados à torração, etapa fundamental na fabricação da farinha (Pinheiro; Elias, 2019).

Figura 3 - Peneira de esfarelamento.



Fonte: Acervo dos autores (2024).

A massa esfarelada prensada é levada ao forno e torrada em grandes tachos, sendo continuamente mexida até atingir o ponto da farinha. Esse tacho é colocado em uma espécie de forno rústico preparado manualmente com argila (barro), para comportar o tacho que ficará sobre ele, tendo em sua lateral uma abertura que levará ao centro deste forno, sendo alimentado por carvão ou lenha, para aquecer e torrar a farinha. O produtor fica em constante movimento com auxílio de um utensílio chamado de “pá” em forma de uma colher grande (Ver figura 4).

Para Chisté *et al.* (2010), essa etapa é fundamental para a redução do teor de cianeto total na farinha de mandioca, pois durante a torrefação ocorre a volatilização do cianeto através do aquecimento elevado, contribuindo para a destoxificação do produto final.

Figura 4 - Tacho de torração.



Fonte: Acervo dos autores (2024).

O descanso da farinha ocorre após torração em um recipiente tipo coxo, até que a farinha já torrada e pronta, esfrie para que enfim seja ensacada. É de suma importância que a farinha esfrie para evitar acidentes como queimaduras e até como perda da produção por encolhimento do saco plástico onde será embalada. Segundo a Embrapa (2017), esta operação é considerada crítica para o armazenamento, pois evita o crescimento de bolores, prejudiciais à qualidade do produto, e a possibilidade de aglomeração dos grãos de farinha. Assim, o resfriamento controlado mantém a segurança dos envolvidos e preserva a qualidade do produto final (Vizolli; Santos; Machado, 2012).

Desafios enfrentados pelo produtor no acesso ao mercado de comercialização

Outro aspecto analisado foi o escoamento dessa produção por meio de demanda sob encomenda, que possui dois destinos. O primeiro, mais ativo, é a venda no atacado para um homem que vive fora da comunidade e se identifica como morador do 47, da Para/Maranhão. O segundo destino é a venda para os comerciantes da região de Tracuateua. Normalmente, o escoamento desse produto é realizado por meio de carros alugados por seu Aldemir, ou os compradores vão buscar no local onde ele reside.

Em canais curtos de comercialização, a presença de atravessadores é frequente e comumente esses agentes atuam comprando de agricultores familiares

locais, estabelecendo trocas comerciais regulares (Merano; Figueredo; Medina, 2021). Além disso, o referido produtor relatou que enfrenta muitas dificuldades no processo de comercialização, principalmente em função do reduzido número de compradores e falta de um meio de transporte próprio.

CONCLUSÃO

Concluiu-se que, mesmo com o processo de produção da farinha ainda parcialmente manual e parcialmente mecanizado, têm-se impactos econômicos positivos para a família do senhor Aldemir da Silva Sousa. Podemos perceber que, além de produzir para consumo próprio familiar, o mesmo consegue ter uma demanda mensal de dez sacas para comercializar, por meio de dois clientes conhecidos. Averiguou-se que este produtor, se obter ajuda técnica para escoamento e administração de seus recursos, conseguirá aumentar sua produção e lucro.

Percebeu-se que os principais determinantes para aumento da produção e escoamento são o suporte técnico especializado, onde a otimização e automação do processo produtivo acarretariam pontos positivos como aumento da renda, diminuição do esforço físico e maior demanda do produto.

Os agricultores familiares, como seu Aldemir, são os que mais contribuem para o PIB agrícola do Brasil, que tange ao cultivo de mandioca, que atualmente expressa um portfólio de produtos derivados da mesma bastante crescente e tradicional, onde este tipo de agricultura pode se vincular com facilidade a outros.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, A. P. R.; MATTIETTO, R. A.; CARVALHO, A. V. Otimização de parâmetros tecnológicos para o processamento de tucupi e estudo da estabilidade do produto. **Food Science and Technology**, Campinas, v. 39, n. 2, p. 365–371, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-20612019>.

CARDANO, Mario. Manual de pesquisa qualitativa. **A contribuição da teoria da argumentação**. Tradução: Elisabeth da Rosa Conill. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017.p15

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato Sérgio (Ed.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Mauad Editora Ltda, 2003.

DA SILVA ARRUDA, Renata *et al.* Aspectos econômicos do cultivo de mandioca (manihot esculenta crantz) em diferentes tecnologias de produção no município de Tracuateua, Pará. **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**, v. 8, n. 2, p. 350-359, 2021.

CHISTÉ, Renan Campos *et al.* Qualidade da farinha de mandioca do grupo seca. **Food Science and Technology**, v. 26, p. 861-864, 2006.

CHISTÉ, Renan Campos *et al.* Quantificação de cianeto total nas etapas de processamento das farinhas de mandioca dos grupos seca e d'água. **Acta Amazônica**, v. 40, p. 221-226, 2010.

CHISTÉ, R. C.; COHEN, K. O. Influência da fermentação na qualidade da farinha de mandioca do grupo d'água. **Acta Amazônica**, Belém, v. 41, n. 2, p. 279-284, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0044-59672011000200013>.

DE OLIVEIRA, Jose Moises *et al.* Condições Higiênico-Sanitárias em uma Fábrica de Farinha de Mandioca no município de Castanhal-PA avaliação e recomendações. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 8, p. 13202-13220, 2023.

DE PAULA, Manoel Tavares *et al.* Aspectos socioeconômicos e agrônômicos da cultura da mandioca. **Brazilian Journal of Animal and Environmental Research**, v. 7, n. 3, p. e73257-e73257, 2024.

DOS SANTOS, Rayssa Silva; DE LIMA, Suely Cristina Gomes; RIBEIRO, Suezilde da Conceição Amaral. Produção de farinha de mandioca: uma vivência nas casas de farinha. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 8, p. 14211-14217, 2023.

DOS SANTOS, Marcos Antônio Souza *et al.* A cultura da mandioca e a produção de farinha na região bragantina, estado do Pará. **Revista Orbis Latina-ISSN: 2237-6976**, v. 15, n. 1, p. 26-45, 2025.

EMBRAPA -Embrapa Amazônia Oriental. **Rentabilidade da produção de farinha artesanal no município de Marabá, PA: o caso da Vila Lagedo 2**. Portal Embrapa (2021).

EMBRAPA. **Tecnologia de produção de farinha de mandioca: torração, resfriamento e embalagem**. In: AGROINDÚSTRIA – FARINHA. [S.l.]: Embrapa. Disponível em: <https://ru.scribd.com/document/351192891/Agroindustria-Farinha-EMBRAPA-pdf>. Acesso em: 27 jun. 2025.

FERRI, Mário Guimarães. A botânica no Brasil: considerações históricas. **Revista de História**, v. 48, p. 167-192, 1974.

FERREIRA, DE MOURA Geisa Bruna *et al.* Espaço e socioeconomia na região da chapada em Tracuateua-PA: saberes tradicionais e práticas produtivas. **Revista GeoAmazônia**, v. 8, n. 15-16, p. 1-25, 2020.

IBGE - instituto brasileiro de geografia e estatística. **Área Territorial**/<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/tracuateua.html> Acesso em:17 Nov. 2024.

IBGE - instituto brasileiro de geografia e estatística. **Densidade demográfica**/<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/tracuateua.html>. Acesso em:17 Nov. 2024.

IBGE - instituto brasileiro de geografia e estatística. **PIB percapita**/<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/tracuateua.html>. Acesso em:16 Nov. 2024.

LIMA, Keanne Correa. **Produtores rurais do Umarizal, análise do processo administrativo na produção da farinha de mandioca, no Município de Benjamin Constant - amazonas**. 2023. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Administração) - Instituto de Natureza e Cultura, Universidade Federal do Amazonas, Benjamin Constant (AM), 2023.

MATTOS, P.L.P. de; SOUZA, A. da S.; CALDAS, R.C. **Mandioca consorciada com feijão e milho**. Cruz das Almas: EMBRAPA-CNPMPF, 1998. 2p. (EMBRAPA-CNPMPF. Mandioca em Foco, 12).

MARQUES, Daniel da Mata. **Estudo de caso logística no agronegócio-empresa de porte médio**. 2024. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Administração) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás Escola de Direito, Negócios e Comunicação. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/8233>.

NASCIMENTO, F. P. do; SOUSA, F. L. **Classificação da Pesquisa. Natureza, método ou abordagem metodológica, objetivos e procedimentos**. Metodologia da Pesquisa Científica: teoria e prática–como elaborar TCC. Brasília: Thesaurus, 2016.

OLSEN, K. M., SCHAAL, B. A. (1999). Evidence on the origin of cassava: Phylogeography of *Manihot esculenta*. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, v. 96, n.10, 5586–5591. Disponível em: <https://doi.org/10.1073/pnas.96.10.5586>.

PESSOA, Wilton Rabelo; DURÃES, Murillo Rodrigo Nazareno Albuquerque. Saberes populares no ensino de Química na produção artesanal de farinha de mandioca. **REMATEC**, v. 18, n. 45, p. e2023011-e2023011, 2023.

PINHEIRO, Glauco Cleber Batista; ELIAS, Lina Gláucia Dantas. Práticas culturais e educativas na produção familiar da farinha em Bragança-PA. **Educamazônia-Educação, Sociedade e Meio Ambiente**, v. 22, n. 1, p. 346-354, 2019.

PICANÇO, Miguel de Nazaré Brito. **Na roça, na mesa, na vida: uma viagem pelas rotas e desvios da mandioca ao fazer-se coisas de comer, no e além do nordeste paraense**. 2018. 208 f. Tese (Doutorado)- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo, 2018.

RABELO, Simone Conceição de Moura *et al.* **Raspadeiras de mandioca: a mulher na produção da farinha de mandioca, na Vila de São Jorge/Igarapé-Açu/PA**. 2022. 121 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará (UFPA), Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia. 2022.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa *et al.* **A sustentabilidade ambiental da agropecuária brasileira: impactos, políticas públicas e desafios**. Texto para Discussão, 2012.

SILVA, Vitória Vilar da. **Uma proposta de turismo de base comunitária no povoado São Raimundo, em São Bernardo-MA: possibilidades e desafios**. 2024. 55f. Monografia (Graduação) - Curso de Turismo, Universidade Federal do Maranhão, São Bernardo-ma, 2024.

SILVA, Kenia Cristina Barbosa. **Do manejo da vegetação à produção de alimentos: um olhar sobre a sociobiodiversidade no Sertão do Ubatumirim**. Dissertação de mestrado. Universidade estadual Paulista (UNESP), 2024. 177f.

SILVA, Wagner Jhonatan de Azevedo; NOGUEIRA, Ana Karlla Magalhães. **Análise do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Município de Bragança-PARÁ**. In: Desenvolvimento Regional e Socioeconomia: experiências de pesquisas no nordeste paraense. Editora Científica Digital, 2024. p. 83-109.

SOUZA, Maura Cardoso *et al.* O cultivo da mandioca (*Manihot esculenta* Crantz.) e os princípios agroecológicos: refletindo sobre a sustentabilidade dos agroecossistemas familiares com certificação de indicação geográfica (IG), em Bragança-PA. **Cadernos de Agroecologia**, v. 19, n. 1, 2024.

TRAJANO, Ana Luiza. **Cardápios do Brasil: receitas, ingredientes, processos**. Editora Senac, São Paulo, 2019.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

VERANO, Thiago de Carvalho; FIGUEIREDO, Reginaldo Santana; MEDINA, Gabriel da Silva. Agricultores familiares em canais curtos de comercialização: uma análise quantitativa das feiras municipais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, p. e228830, 2021.

VIZOLLI, Idemar; SANTOS, Rosa Maria Gonçalves; MACHADO, Renato Francisco. Saberes Quilombolas: um estudo no processo de produção da farinha de mandioca. **Bolema: Boletim de Educação Matemática**, v. 26, p. 589-608, 2012.

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA ATIVIDADE PESQUEIRA EM SALINÓPOLIS/PA: ENTRAVES E PERSPECTIVAS

Rita Gabrielly Marques Loiola

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Marcus Vinícius Paixão de Sousa

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Marcos Matheus Nogueira Pinheiro

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

André Lucas Ferreira de Barros

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Ana Karlla Magalhães Nogueira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Geovanna Vasconcelos Barros

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Objetivo: Este estudo teve como objetivo avaliar os aspectos socioeconômicos da atividade pesqueira no município de Salinópolis/PA. **Métodos:** A partir da aplicação de questionários com perguntas fechadas e abertas, os pescadores da região foram indagados acerca de questões sociais e econômicas da atividade pesqueira, além de temas relacionados à comercialização da produção, a fim de averiguar a influência de intermediários na cadeia produtiva do pescado.

Resultados: Os resultados obtidos mostram que a maior parte da produção é vendida para os atravessadores, que são responsáveis por definir o preço com base na espécie pescada e no tamanho do peixe. A renda obtida por meio da atividade de pesca é bastante variável, uma vez que depende da safra. Além disso, a atividade está ficando mais difícil em razão da extinção e do afastamento dos peixes, bem como por conta de pescadores que vêm de outras localidades para realizar a pesca de arrastão e a retirada do peixe no período do defeso. A atividade também está ficando mais concorrida, e não há fiscalização nos portos do município. **Considerações finais:** Concluiu-se que a compreensão acerca dos impactos socioeconômicos da atividade pesqueira é essencial para delimitar estratégias de apoio, promover políticas públicas eficazes e fortalecer a sustentabilidade da pesca artesanal no município.

Palavras-chave: Pesca artesanal; aviadores; turismo balnear; região do salgado.

INTRODUÇÃO

O município de Salinópolis, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018) está localizado na zona fisiográfica do Salgado, no nordeste paraense, e possui população estimada em 40.424 pessoas. Em decorrência de sua posição geográfica, suas principais atividades econômicas são pautadas no desenvolvimento da pesca e do turismo balnear.

De acordo com Adrião (2016), o que caracteriza o turismo balnear é a sazonalidade. Estes tipos de turistas possuem, muitas vezes, casas no balneário e a frequentam em período de férias escolares. Logo, as concentrações de renda ocorrem, principalmente, em julho e dezembro, tornando necessário, para os que dependem desta atividade, a procura de fontes alternativas de renda nos outros meses do ano, como por exemplo a atividade pesqueira.

De acordo com o Boletim Agropecuário do Pará (2017), o estado do Pará vem se consolidando como um dos maiores potenciais de atividade pesqueira do país, posicionando-se na segunda colocação do *ranking* nacional, com destaque para a pesca marinha. Nesse viés, Salinópolis destaca-se, uma vez que é caracterizada como município abrangido pela faixa terrestre da zona costeira brasileira, conforme a Portaria nº 461, de 13 de dezembro de 2018.

Contudo, apesar das características naturais favoráveis ao desenvolvimento da atividade pesqueira, os pescadores têm baixo acesso à recursos financeiros e tecnológicos, além de enfrentarem a atuação de intermediários no financiamento e comercialização do pescado, tornando a atividade pouco rentável para os pescadores (De Souza Junior, 2012).

Diante disso, analisar essas condições é fundamental para revelar os desafios estruturais enfrentados, como a baixa rentabilidade e a carência de políticas públicas eficazes que promovam o apoio necessário aos pescadores que exercem essa atividade (Oliveira *et al.*, 2021). Segundo os mesmos autores, a ausência dessas políticas tende a fragilizar ainda mais as comunidades locais envolvidas, dificultando a comercialização do pescado e impactando negativamente a economia local.

Sendo assim, compreender o impacto socioeconômico da atividade pesqueira no município de Salinópolis-PA é essencial para reforçar a necessidade de subsidiar alternativas que fortaleçam a autonomia dos trabalhadores

que exercem essa atividade. Isso tende a possibilitar um olhar mais atento às necessidades dos pescadores e, além disso, promover um desenvolvimento mais sustentável das comunidades pesqueiras.

Diante desse cenário, formula-se a seguinte problemática de pesquisa: qual o impacto socioeconômico da atividade pesqueira no município de Salinópolis?

Paralelo a isso, parte-se da hipótese de que os aspectos socioeconômicos da atividade pesqueira no município de Salinópolis tendem a ter uma relevância significativa para a economia da região. Dado que contribuem para a subsistência de várias comunidades e garantem a sobrevivência de muitos extrativistas, gerando um impacto considerável no desenvolvimento socioeconômico local (De Souza; Santos, 2024).

Logo, este trabalho teve como objetivo avaliar os aspectos socioeconômicos da atividade pesqueira de modo no município de Salinópolis, estado do Pará, de modo a identificar entraves e expectativas. Somado a isto, buscou-se, ainda, analisar como se dão as relações sociais na cadeia produtiva do pescado e como o desempenho da atividade pesqueira influencia na qualidade de vida da população local.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Lei n.º 11.959/2009 classifica a pesca em comercial e não comercial. A pesca comercial pode ser artesanal, quando o regime é pautado na economia familiar ou na atividade autônoma, utilizando barcos de pequeno porte, e industrial, quando praticada por pessoa física ou jurídica em regime de parceria cotas-parte, com embarcações de porte médio ou grande. Maia *et al.* (2016) afirmam que, em Salinópolis, a pesca artesanal é preponderante.

Conforme identificado no Relatório com Diagnóstico Socioambiental referente à criação da RESEX Salinópolis (2017), a maior parte das embarcações de pesca artesanal é de madeira do tipo canoas motorizadas. Além disso, os principais métodos utilizados são: rede malhadeira, linha e anzol, espinhel, curral e tarrafa. O pescado é utilizado para subsistência e o excedente abastece o comércio local, como hotéis e, restaurantes e as feiras do município.

Ainda conforme o relatório, há indícios de que a quantidade de pescado esteja diminuindo, principalmente por conta da pesca predatória e por haver

estrago nos currais ou por arrastão de embarcações vindas de outros municípios. Moradores relatam conflitos ligados à pesca industrial e a moradores de outras cidades que praticam pescas esportivas, afugentando os peixes.

As espécies alvo são: gó (*Macrodon ancylodon*), tainha (*Mugil sp*), corvina (*Cynoscion virescens*) e bandeirado (*Bagre bagre*), armazenadas geralmente em caixas isotérmicas com gelo (Maia *et al.*, 2016). Estas espécies têm baixo valor comercial, rendendo pouco aos pescadores.

Além da produção, a cadeia produtiva de Salinópolis segue as etapas de suprimento de bens e serviços, distribuição e comercialização. Não houve registro de etapas de transformação. Portanto, postos de combustível, fábricas de gelo, estaleiros, serviços de manutenção e lojas especializadas em apetrechos de pesca, bem como varejistas e atacadistas de bens alimentícios são agentes que suprem a necessidade local de bens e serviços para a pesca (Maia *et al.*, 2016).

Dessa forma, os custos de produção serão maiores conforme for a dificuldade dos pescadores para ter acesso aos bens supracitados, isto pode ocorrer em virtude de preços elevados e baixa concorrência entre fornecedores ou pela condição socioeconômica dos pescadores, que não costumam obter incentivos governamentais para adquirir insumos.

Para De Souza Júnior (2012) e Leonel (1998), em decorrência da dificuldade enfrentada pelos pescadores para adquirir insumos, aviadores e atravessadores acabam interferindo na cadeia produtiva do pescado na Amazônia. Segundo os autores, tal situação impacta diretamente nos ganhos reais da pesca, levando os trabalhadores a recorrerem a meios alternativos de financiamento para garantir a venda da produção.

Nesse contexto, análogo ao sistema utilizado nos seringais, os aviadores e armadores fornecem insumos para os pescadores, que contraem dívidas com eles e, conseqüentemente, não recebem o dinheiro que advém da comercialização do pescado

Além disso, estes pescadores se deslocaram para a periferia da cidade para que fossem construídas as residências de veranistas nos bairros centrais. E, não possuindo condições de competir com a pesca industrial e pela baixa rentabilidade relacionada à atuação de atravessadores e aviadores na cadeia, são eventualmente atraídos para outros trabalhos, como de caseiro e/ou serviços relacionados à atividade de veraneio (Adrião, 2016).

Estudos realizados na Ilha do Atalaia, em Salinópolis, por De Souza *et al.* (2016) também identificaram a atividade tradicional de pesca artesanal sendo substituída pela privatização do espaço costeiro. Isto porque as praias são tomadas por edificações de uso privado e descaracterizam o ambiente natural. Os autores ainda corroboram para a elevação de custos que ocorre no local em períodos de alta estação e consequente migração da população local para locais menos prestigiados. Logo, é possível observar que pescadores artesanais, embora sejam maioria, enfrentam condições sociais que os marginalizam da sociedade.

MATERIAL E MÉTODOS

Quanto à classificação da pesquisa, possui natureza aplicada, envolvendo interesses locais a fim de solucionar problemas específicos. Além disso, o objetivo é descritivo, pois visa analisar características de alguns fenômenos, bem como suas causas, frequência que acontecem e suas relações com outras variáveis, observando, registrando, analisando, classificando e interpretando os fatos sem interferir neles (Prodanov; Freitas, 2013).

Quanto aos procedimentos, baseia-se em pesquisa bibliográfica, responsável por verificar tudo o que já foi escrito sobre o tema e pesquisa documental, cujas origens são os documentos de fontes secundárias, como arquivos públicos e fontes estatísticas, ou seja, informações que ainda não obtiveram tratamento analítico (Marconi; Lakatos, 2003). Outro procedimento técnico utilizado foi o levantamento (*survey*), que consiste na interrogação direta a um grupo específico, utilizando-se da amostragem (Prodanov; Freitas, 2013).

Para coleta de dados, utilizou-se um questionário estruturado aplicado presencialmente, com preenchimento feito pelo entrevistador, caracterizando uma entrevista estruturada, segundo os moldes descritos por Marconi e Lakatos (2003). O instrumento abordou questões referentes ao perfil socioeconômico dos pescadores e à atividade pesqueira local. O questionário foi previamente validado e passou por um teste piloto para assegurar clareza e adequação das perguntas.

Por fim, em relação à forma de abordagem do problema, a pesquisa se classifica como quantitativa. Logo, traduziu-se em números as informações coletadas, a fim de facilitar a classificação e a análise dos dados (Prodanov;

Freitas, 2013). Dessa forma, realizou-se 19 perguntas fechadas aos pescadores, foram tabuladas e os resultados foram discutidos abaixo. Ademais, ainda foram realizadas quatro perguntas abertas para conhecer a percepção dos pescadores acerca das mudanças que estão ocorrendo na atividade pesqueira.

As cinco primeiras questões visavam traçar o perfil socioeconômico dos pescadores (sexo, idade, local de residência, tempo de atuação como pescador, associação à colônia). As demais abordaram aspectos da comercialização dos pescados, como canais de venda, acordos de venda, precificação, estratégias diante da insatisfação com preços, entre outros.

O universo da pesquisa corresponde à Colônia de Pescadores Z-29, no município de Salinópolis, com registro de 3.322 pescadores artesanais e 230 embarcações (Maia *et al.*, 2016). A amostragem foi não probabilística por conveniência, devido à alta resistência dos pescadores em participar, o que resultou em 44 entrevistas válidas. Parte dos entrevistados não é associada à Colônia Z-29, sendo vinculada a colônias de outros municípios, o que representa uma limitação quanto à representatividade. Tal resistência pode estar relacionada a fatores como desconfiança, falta de tempo ou não percepção de benefícios da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise dos dados referentes ao perfil socioeconômico dos pescadores, constatou-se que todos os questionários foram respondidos por participantes do sexo masculino, representando, portanto, 100% da amostra total. Esse predomínio masculino reflete um traço cultural característico das comunidades tradicionais, nas quais, embora algumas atividades sejam exercidas por ambos os gêneros, persiste uma divisão de trabalho socialmente enraizada (Carvalho *et al.*, 2022).

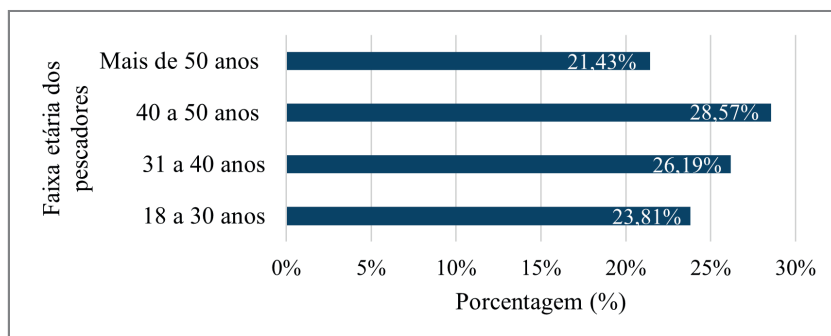
Nesse contexto, especialmente nas atividades pesqueiras, essa divisão tende a atribuir às mulheres um papel secundário, geralmente ligado a tarefas de “ajuda”, enquanto os homens assumem as funções produtivas (Huguenin; Martínez, 2021).

No que se refere à faixa etária dos pescadores, os resultados evidenciaram que as idades são bem distribuídas. Três pescadores já são aposentados, mas

continuam exercendo a atividade. A maioria dos pescadores tem idade entre 40 e 50 anos, totalizando 28,57% das respostas. Com relação às demais faixas etárias, verificou-se que 26,19% possuem entre 31 e 40 anos, 23,81% entre 18 e 30 anos, enquanto 21,43% têm mais de 50 anos (Ver gráfico 1).

Esses resultados tendem a indicar que a pesca é uma atividade mantida ao longo da vida, mesmo após a aposentadoria, reforçando seu papel central na subsistência e na identidade dos pescadores. Tal fato pode ser justificado pelo caráter tradicional da atividade pesqueira, transmitida de geração em geração, demonstrando o comprometimento dos pescadores em manter viva a cultura local do pescado, considerada uma das mais marcantes da região (Marinho, 2017).

Gráfico 1 - Faixa etária dos pescadores do município de Salinópolis, Nordeste paraense.

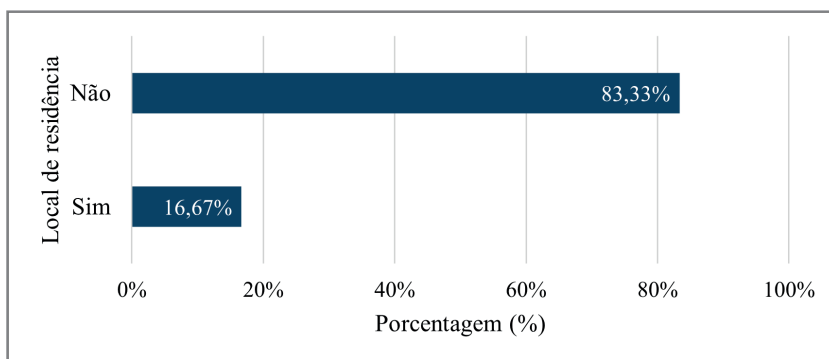


Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Além disso, ao analisar o local de residência dos pescadores, constatou-se que 83,33% residem no município de Salinópolis, enquanto 16,67% vivem em outros municípios (Ver Gráfico 2). Entre os participantes, encontraram-se pescadores que atuam na região, mas são vinculados a outras Colônias, incluindo um residente no Ceará, outro no Maranhão e dois no município de Bragança, no estado do Pará.

Esses dados tendem a indicar que a maioria dos pescadores tem residência fixa no próprio município de Salinópolis, reforçando a centralidade dessa localidade na atividade pesqueira da região. No entanto, a presença de pescadores oriundos de outros municípios e até de outros estados reflete a dinâmica de mobilidade desses trabalhadores entre diferentes localidades, mostrando que a pesca exerce papel significativo na economia local (Oliveira *et al.*, 2022).

Gráfico 2 - Local de residência dos pescadores do município de Salinópolis, Nordeste paraense.



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Constatou-se, ainda, que 50% dos pescadores são associados à Colônia dos Pescadores e 50% não. Observou-se que há uma tendência relacionada à idade, pois há maior preocupação entre pescadores com idade mais avançada para associar-se, tendo em vista que começam a pensar em garantir a aposentadoria.

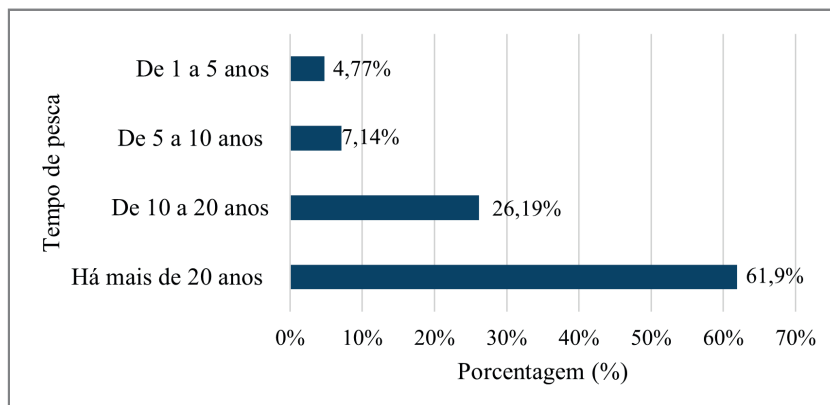
Esse comportamento pode ser explicado pelo fato de que a Colônia dos Pescadores facilita o acesso a benefícios previdenciários, como seguro-defeso e aposentadoria por idade, ao auxiliar na emissão dos documentos que comprovam o tempo de serviço (Colônia dos Pescadores, 2023). Contudo, o fato de 50% dos pescadores não estarem associados à Colônia de Pescadores se dá pela falta de informação sobre os benefícios previdenciários e sociais garantidos pela associação.

Quanto ao tempo de atividade dos pescadores do município, observou-se que a maioria exerce a profissão há mais de 20 anos, representando 61,9% do total de pescadores. Outros 26,19% atuam entre 10 e 20 anos, 7,14% entre 5 e 10 anos, enquanto somente 4,77% possuem tempo de pesca entre 1 e 5 anos. Paralelo a isso, muitos relataram ter aprendido o ofício com o pai e iniciado o trabalho ainda criança, para ajudar no sustento da família (Ver gráfico 3).

Diante disso, os resultados demonstram que a cultura do pescado é uma atividade transmitida ao longo do tempo, garantindo que os conhecimentos e práticas da pesca artesanal sejam preservados para as futuras gerações (De Moura *et al.*, 2025). Desse modo, constatou-se que muitos pescadores

ingressam na atividade por influência familiar, e visando também à garantia do próprio sustento.

Gráfico 3 - Tempo de pesca dos pescadores do município de Salinópolis, Nordeste paraense.



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Com relação ao escoamento dos pescados, verificou-se que a maioria dos pescadores (90,24%) comercializa por meio de atravessadores, também denominados marreteiros ou aviadores. Somente 4,88% vendem diretamente ao consumidor final, pois conseguem cobrir suas despesas sem necessitar do capital de terceiros. Destes, 90,24% afirmaram que o preço é definido exclusivamente pelo atravessador.

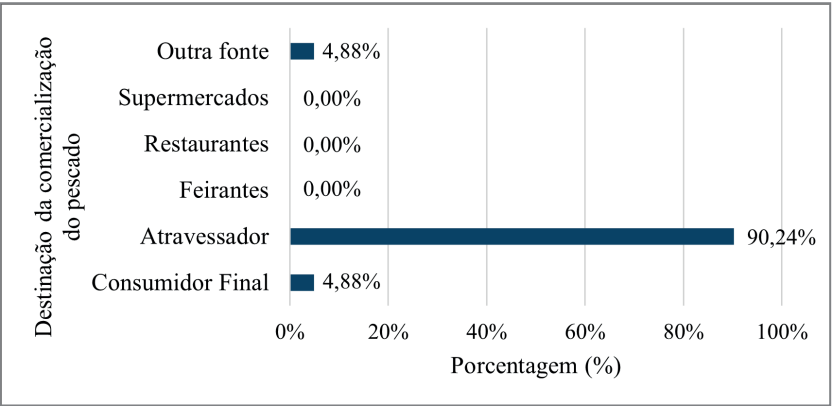
Além disso, 4,88% apontaram que utilizam outra fonte de comercialização, como, por exemplo, negociar diretamente com o comprador, assim como definir o preço conforme a qualidade e o tamanho do peixe capturado. Vale destacar que nenhum dos pescadores apontou o supermercado, restaurante ou feirante como canal de comercialização (Ver Gráfico 4).

Dessa forma, foi possível identificar uma forte dependência dos pescadores em relação aos atravessadores, que se consolidam como o principal elo entre a extração pesqueira e o consumidor final (Mayorca; Oliveira, 2005). Segundo os mesmos autores, essa dinâmica de intermediação acaba impactando negativamente a renda líquida dos pescadores, contribuindo para a perpetuação de condições de fragilidade econômica no setor.

Vale destacar que os efeitos dessa redução incidem mais fortemente sobre os pequenos pescadores autônomos, pois a influência econômica dos

atravessadores intensifica a dependência em relação aos comerciantes, especialmente diante das incertezas e variações do mercado (Alves; Lima, 2020; Mayorca; Oliveira, 2005).

Gráfico 4 - Destinação da comercialização do pescado no município de Salinópolis, Nordeste paraense.



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Os pescadores afirmaram, ainda, que quando não há acordo ou vínculo com um atravessador específico, e se o preço definido não for rentável, 62,16% procuram outro atravessador, 35,14% comercializam mesmo não sendo rentável, e 70% não vendem se o preço não cobrir os custos de extração do pescado.

Dessa maneira, os atravessadores assumem papel central na cadeia produtiva, ao viabilizarem o escoamento da produção e, no contexto da pesca, colaborarem para o processo de comercialização, muitas vezes, configurando-se como a única alternativa disponível para a venda (Anacleto *et al.*, 2024).

Quanto à renda dos pescadores, a maioria afirmou ser muito variável, a depender da safra. Os proprietários dos barcos recebem maior remuneração e o restante é dividido entre os pescadores que foram ao mar. Em período de safra, alguns pescadores afirmaram receber em média R\$300,00 por pescaria. No entanto, somente 8% afirmaram não ser suficiente para suprir as necessidades individuais e da família.

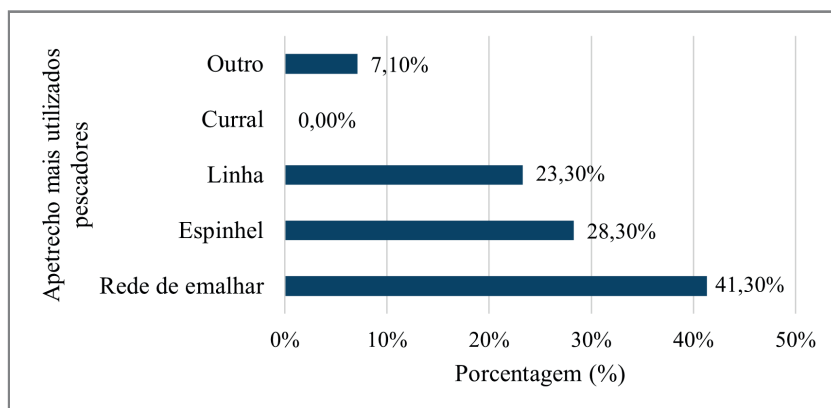
Esse resultado evidencia que o período de maior abundância de pescado exerce influência direta sobre a renda dos pescadores, uma vez que o aumento da disponibilidade contribui para o incremento das capturas e, consequentemente, da geração de renda (Silva *et al.*, 2022).

Entre as respostas obtidas sobre possuir fontes de renda alternativas para auxiliar no sustento da família, 68% dos pescadores responderam que exercem apenas a pesca como fonte de renda, e 32% possuem outras fontes de renda, geralmente na construção civil ou na atividade de caseiro.

Além disso, 90% dos pescadores pretendem continuar exercendo a atividade pesqueira, mas muitos afirmaram que isto se deve ao fato de não haver outras alternativas no referido município. Assim, indicando que a permanência na pesca muitas vezes não é uma escolha, mas uma necessidade imposta pela falta de oportunidades de trabalho em outras áreas em Salinópolis.

Em relação ao apetrecho de pesca mais utilizado, 41,3% dos pescadores afirmaram que fazem uso de rede de malha, em que são extraídas várias espécies de uma única vez, em áreas próximas à costa. Ademais, 28,3% utilizam espinhel e 23,3% linha e anzol, que têm como objetivo pescar a Cioba (*Rhomboplites aurorubens*), mais distante da costa. Por outro lado, somente 7,1% marcaram a opção outros e nenhum dos entrevistados apontaram que utilizam o curral como forma de apetrecho. Pôde-se perceber que os apetrechos utilizados variam conforme a localidade em que se realiza a pesca (Ver gráfico 5).

Gráfico 5 - Apetrechos mais utilizados pelos pescadores no processo de captura do pescado no município de Salinópolis, Nordeste paraense.



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Assim, a funcionalidade dos apetrechos utilizados na pesca configura-se como um fator essencial para a eficiência no processo de extração do pescado. Esses instrumentos são adaptados conforme as exigências do ambiente e a

diversidade das espécies a serem capturadas, atendendo às necessidades específicas de cada contexto (De Oliveira *et al.*, 2022).

Nesse processo de pesca, existem ambientes onde são utilizados apetrechos semelhantes. Segundo De Oliveira *et al.* (2022), observa-se o uso de instrumentos similares como “zagaia, flechas e malhadeiras, empregados na captura de outras espécies”.

Com relação às espécies capturadas, observou-se uma grande diversidade, com destaque para a pescada, que apresenta maior valor comercial, variando entre R\$10,00 e R\$12,00 o quilograma. Outras espécies frequentemente capturadas incluem Cioba, Gó, Corvina, Tainha e Bandeirado.

De acordo com Vale *et al.* (2022), algumas espécies, como a pescada branca e a Gó são comercializadas *in natura* ou congeladas, em postas e filés, sendo estes últimos de maior valor agregado devido ao processamento adicional necessário. Logo, a valorização comercial decorrente desse processamento evidencia a importância desses pescados para o município e seu papel estratégico na cadeia produtiva local.

Questionou-se, ainda, a melhor e pior época para pescar, se a atividade vem passando por mudanças e quais as maiores dificuldades enfrentadas. Dessa maneira, os pescadores informaram que o inverno é mais rentável. No entanto, os riscos da atividade são maiores, com alta frequência de chuvas, relâmpagos e ventos mais intensos. Assim, embora o inverno ofereça maiores ganhos, os riscos associados podem influenciar diretamente na decisão de suspender temporariamente a atividade pesqueira.

Nesse contexto, os dados evidenciaram que a percepção dos pescadores sobre as variações sazonais está ligada ao reconhecimento dos perigos enfrentados pela atividade, além de revelar um conhecimento empírico que orienta suas decisões diante das condições climáticas (Carvalho *et al.*, 2021).

Ademais, a maioria dos pescadores relatou que a atividade está ficando cada vez mais difícil de ser exercida em decorrência do afastamento dos peixes da costa litorânea, sendo obrigados passarem mais tempo no mar e ir cada vez mais longe para capturar os peixes, além da redução de algumas espécies, como Cação (*Selachimorpha*). No mais, também foi dito sobre extrair os peixes em período de defeso e relatado que nenhum pescador entrevistado recebe ou já recebeu o Seguro Defeso. Tal realidade tende a agravar a vulnerabilidade

socioeconômica desses trabalhadores, especialmente diante da ausência de políticas públicas eficazes, como o acesso a benefícios assistenciais durante os períodos de restrição da atividade.

Nessa perspectiva, observou-se que o fato de a maioria dos pescadores do município analisado não acessar o Seguro Defeso reflete a importância do compartilhamento de informações sobre os benefícios de amparo e assistência social em geral. Além disso, questões burocráticas acabam dificultando o acesso não somente a esse benefício, mas também a outros direitos, como aposentadoria e auxílio-doença, configurando um cenário preocupante de desinformação e fragilidade social entre os trabalhadores da pesca (Garcia; Fenzl, 2024).

Por outro lado, houve relatos relativos à interferência de pescadores de outras localidades, que praticam a pesca de arrastão e desperdiçam grande número de peixes pequenos, contribuindo para a extinção de espécies. Destacou-se, ainda, o número crescente de pescadores, ampliando a concorrência, bem como a falta de apoio das autoridades competentes, a ausência de fiscalização e os riscos aos quais estão submetidos em alto-mar.

Deste modo, os dados refletem a ausência de uma política sustentável frente aos impactos ambientais, os quais tendem a contribuir para o declínio da pesca e para o descumprimento de ações sustentáveis. Tal cenário evidencia a necessidade de uma postura mais consciente tanto por parte das autoridades competentes quanto dos próprios pescadores, a fim de mitigar as fragilidades sociais associadas à atividade pesqueira.

Por fim, grande parte dos entrevistados opinou sobre a interferência dos atravessadores, argumentando ser uma situação bastante injusta, uma vez que esses obtêm a maior parcela do lucro, mesmo sem terem corrido nenhum risco ou sido submetidos a qualquer atividade insalubre, como os pescadores.

Essa participação dos atravessadores como intermediários entre o consumidor final e o pescador contribui para a desvalorização da atividade pesqueira artesanal, ao limitar a autonomia dos trabalhadores em definir o preço de venda de seus produtos oferecidos (Mayorca; Oliveira, 2005). Dessa forma, os dados demonstraram a necessidade de uma negociação mais justa, sobretudo por parte dos atravessadores, a fim de garantir condições mais favoráveis aos pescadores e evitar que estes se sintam lesados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível inferir que a atividade pesqueira é realizada de forma preponderante por homens, a maioria possuindo entre 40 e 50 anos, residindo em Salinópolis e que pescam desde a adolescência para contribuir com o sustento da família. Ademais, somente metade está associado à Colônia de Pescadores e visando somente a aposentadoria.

Além disso, a maior parte da produção é vendida para atravessadores, que é o responsável por definir o preço com base na espécie pescada e no tamanho do peixe. A renda obtida por meio da atividade de pesca é bastante variável, uma vez que depende do período de abundância ou não das espécies. Logo, em alguns meses do ano alguns pescadores buscam atividades alternativas de renda, exercidas na construção civil e no ofício de caseiro. Mas, em geral, é possível suprir as necessidades básicas com a renda da pesca. Por não haver atividades alternativas no município, boa parte dos participantes da pesquisa afirmou que continuará pescando.

Os apetrechos são utilizados conforme a localidade em que se está pescando. Dessa forma, na parte mais litorânea as redes de emalhar foram citadas com mais frequência enquanto no alto mar a linha e o anzol são preponderantes. As espécies mais capturadas são: pescada, bandeirada, cioba, gó e corvina, e os preços recebidos pelos pescadores variam de R\$2,00 a R\$14,00 o quilograma dependendo da espécie. Cioba e pescada possuem maior valor comercial, enquanto as outras espécies são vendidas com menor valor. Além disso, a época mais rentável para pescar é o inverno, mas neste período há maiores riscos.

Ademais, a atividade está ficando mais difícil de ser realizada em razão da extinção e do afastamento dos peixes, bem como por conta de pescadores que vêm de outras localidades para realizar a pesca de arrastão e a retirada do peixe no período defeso. A atividade também está ficando mais concorrida e não há fiscalização nos portos do município.

Concluiu-se, portanto, que no município de Salinópolis há incidência de atravessadores na atividade pesqueira, tornando-a pouco rentável para quem realiza a pesca. Embora seja uma atividade bastante intensa, tem proporcionado pouca qualidade de vida aos pescadores, que são frequentemente marginalizados e enfrentam condições de trabalho insalubres.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, D. Pescadores de sonhos: um olhar acerca da mudança nas relações de trabalho e na organização social entre as famílias dos pescadores diante do turismo balnear em Salinópolis-PA. **Boletim museu paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 1, n. 2, p. 11-21, mai/ago. 2006.

ALVES, A. B.; LIMA, F. D. M. Trabalhadores das águas: impactos socioeconômicos e mudanças na pesca artesanal (Bragança-PA). **Papers do NAEA**, Belém, v. 1, n. 2, p. 1-26, 2020. DOI: 10.18542/papersnaea.v1i2.10359. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/10359>. Acesso em: 6 jun. 2025.

ANACLETO, A. *et al.* Pesca de camarão branco em ilhas remotas no litoral do Paraná: implicações ambientais e socioeconômicas. **Peer Review**, v. 6, n. 2, p. 288-301, 2024. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Adilson-Anacleto2/publication/378131416>. Acesso em: 6 jun. 2025.

BRASIL, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Portaria nº 461, de 13 de dezembro de 2018**. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=138336> Acesso em: 6 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.959 de 29 de julho de 2009**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm. Acesso em: 6 jun. 2019.

CARVALHO, T. M. da S. *et al.* Divisão sexual do trabalho e do conhecimento ecológico local nos municípios de salinópolis e São João de Pirabas no Salgado Paraense. **Revista Temporis[ação] (ISSN 2317-5516)**, [S. l.], v. 22, n. 02, p. 23, 2022. DOI: 10.31668/rtav22i02.12438. Disponível em: [//www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/view/12438](http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/view/12438). Acesso em: 5 jun. 2025.

CARVALHO, T. C. C. D. *et al.* Socioeconomia e etnocognição de pescadores artesanais da comunidade do caju, distrito de Mosqueiro, Amazônia Oriental. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 2, pág. e12410212336, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i2.12336. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12336>. Acesso em: 6 jun. 2025.

COLÔNIA DOS PESCADORES. **Aposentadoria do Pescador Artesanal**. Disponível em: <https://coloniadospescadores.com.br/aposentadoria-do-pescadora/>. 2023. Acesso em: 5 jun. 2025.

DE SOUZA, D.C. N.; SANTOS, I. D. S. Experiências educacionais Marinhas no Agreste Baiano. **Revista Ouricuri**, Brasil, v. 14, n. edicao-especial-01, p. 03-21, 2024. DOI: 10.59360/ouricuri.vol14.edicao-especial-01.a22038. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/ouricuri/article/view/22038>. Acesso em: 8 jul. 2025.

DE SOUZA JUNIOR, O. G. *et al.* **A Cadeia Produtiva do Pescado na Microrregião do Salgado-pa e Sua Participação no Índice de Desenvolvimento Humano Local**. In: SEGET – Simpósio de excelência em gestão e tecnologia, Resende, RJ: AEDB, 2012.

DE SOUZA, G. B. N. *et al.* O público e o privado na apropriação do espaço na zona costeira da Amazônia brasileira: o caso da Ilha do Atalaia, estado do Pará. **GeoTextos**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2016. DOI: 10.9771/1984-5537geo.v12i1.14607. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/14607>. Acesso em: 6 jun. 2025.

DE MOURA, G. B. *et al.* A produção intelectual de estudos sobre as experiências e memórias de vida de pescadores artesanais. **ARACÊ**, [S. l.], v. 5, pág. 24018-24039, 2025. DOI: 10.56238/arev7n5-178. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/5052>. Acesso em: 5 jun. 2025.

De OLIVEIRA, R. de S. *et al.* Aprender a pescar: comunidades de práticas na pesca ribeirinha amazônica. **Amazônica Revista de Antropologia**, v. 14, n. 1, p. 61-90, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v14i1.927>. Acesso em: 6 jun. 2025.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS DO PARÁ – FADESPA. **Boletim Agropecuário do Pará 2017**. Disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/1383.pdf?id=1533567716>. Acesso em: 6 jun. 2019.

GARCIA, W. do C.; FENZL, N. Pesca artesanal: estudo de caso na comunidade de Caripi no Município de Cametá-Pa. **ARACÊ**, [S. l.], v. 4, pág. 12763–12774, 2024. DOI: 10.56238/arev6n4-110. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/2048>. Acesso em: 6 jun. 2025.

HUGUENIN, F. P.; MARTÍNEZ, S. A. Mulheres da Pesca: Invisibilidade e Discriminação Indireta no Direito ao Seguro Desemprego: Invisibility and Indirect Discrimination Undermining Unemployment Insurance Rights. **Direito Público**, [S. l.], v. 18, n. 97, 2021. DOI: 10.11117/rdp.v18i97.5038. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/5038>. Acesso em: 5 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **População estimada**. 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/salinopolis/panorama>. Acesso em: 6 jun. 2019.

LEONEL, M. **A morte dos rios**. São Paulo: Perspectiva; Instituto de Antropologia e Meio Ambiente; FAEESP, 1998.

MAIA, B. P. S. *et al.* A atividade pesqueira no município de Salinópolis, estado do Pará. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 46, n. 5, 2016.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas. 2003.

MARINHO, R. S. **Pequenas cidades do nordeste do Pará**: maritimidades da Amazônia. 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/64467021-799f-4b55-8b82-306a889cfbc0/content>. Acesso em: 5 jun. 2025.

MAYORCA, M. I. O., OLIVEIRA, A. D. S. **Os impactos da participação do atravessador na economia do setor agrícola: um estudo de caso**. In: congresso da sociedade brasileira de economia, administração e sociologia rural - Sober, 43., Ribeirão Preto, SP, 2005. Anais... Brasília, DF: SOBER, 2005. v. 1, p. 1-13.

OLIVEIRA, M. A. D. *et al.* Gestão do Agronegócio Pesqueiro: Importância do setor para o Brasil. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 7, pág. e39511729974, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i7.29974. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/29974>. Acesso em: 5 jun. 2025.

OLIVEIRA, T.R.A. *et al.* Pesca artesanal, políticas públicas e a pandemia de COVID-19: desafios para as comunidades costeiras de Sergipe / Pesca artesanal, políticas públicas e a pandemia de COVID-19: desafios para as comunidades costeiras de Sergipe. **Revista Brasileira de Desenvolvimento**, [S. l.], v. 2, pág. 15952–15970, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n2-290. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/24774>. Acesso em: 8 jul. 2025.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RELATÓRIO COM DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL REFERENTE À PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA RESEX SALINÓPOLIS. 2017. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-fazemos/consultas_publicas/Salin%C3%B3polis.pdf. Acesso em: 6 jun. 2019.

SILVA, N. C. *et al.* Impactos socioambientais relacionados com a pesca do camarão-da-amazônia *Macrobrachium amazonicum* (Heller, 1862) na visão de pescadores do Rio São José no Município de Abaetetuba/PA. **Biodiversidade Brasileira**, v. 12, n. 2, p. 1–14, 2022. Disponível em: <https://revistaelectronica.icmbio.gov.br/index.php/BioBR/article/view/1885>. Acesso em: 6 jun. 2025.

VALE, B. A. D. *et al.* Substituições fraudulentas e com motivação econômica em corvinas da família Sciaenidae comercializadas na região metropolitana de Belém, Pará. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 9, pág. e43811931983, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i9.31983. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/31983>. Acesso em: 8 jul. 2025.

ANÁLISE DO DESCARTE DO CAROÇO DO AÇAÍ NA CIDADE DE CAPANEMA, PARÁ

Caio Henrique da Silva Costa

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Joemi Jhonny da Costa Abreu

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Pedro da Silva Mendes

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Ana Karlla Magalhães Nogueira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Antônio Kledson Leal Silva

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Eleci Terezinha Dias da Silva

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Objetivo: Este trabalho teve como objetivo descrever o perfil socioeconômico dos batedores de açaí e analisar o volume gerado e os destinos dados aos resíduos dos caroços de açaí pelas bateadeiras da cidade de Capanema, estado do Pará. **Métodos:** A pesquisa fundamenta-se em estudos sobre o açaizeiro (*Euterpe oleracea Mart.*), sua relevância econômica e social na Amazônia e os desafios ligados ao gerenciamento de seus resíduos. Debateram-se alternativas para o uso do caroço, como seu emprego na produção de energia, fabricação de biocarvão e utilização na criação de tijolos ecológicos. Para a obtenção dos dados, foi aplicado um questionário aos batedores de açaí relacionado ao atual destino do resíduo na cidade, identificando práticas não oficiais e seus impactos ambientais. **Resultados:** Os resultados indicaram a necessidade de divulgações que mostrem como a gestão desse resíduo pode agregar valor, não apenas gerando mais lucro, mas também contribuindo para o meio ambiente, propondo soluções inspiradas em experiências bem-sucedidas de outras áreas. Assim, essa colaboração visa desenvolver estratégias mais eficientes no tratamento de resíduos orgânicos, apresentando opções que minimizam os impactos ambientais e promovem o crescimento sustentável. **Conclusão:** Portanto, a realização deste trabalho permite enfatizar a importância da implementação de políticas públicas focadas na reutilização do caroço do açaí, visando promover a sustentabilidade ambiental e o crescimento econômico local.

Palavras-chave: Consciência ambiental; impacto ambiental; poluição; reaproveitamento; sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

Atualmente, um dos maiores desafios ambientais está intrinsecamente ligado ao aumento do consumo e à subsequente produção de resíduos resultantes dessa conduta humana (Menezes *et al.*, 2019). Esse desafio se torna ainda mais evidente quando analisamos cadeias produtivas da Amazônia, como a do açaí.

O açazeiro (*Euterpe oleracea* Mart.) é uma palmeira nativa da região amazônica brasileira, tendo o Estado do Pará como principal centro de dispersão natural. Além das populações espontâneas encontradas em território paraense, essa espécie também ocorre nos estados do Amapá, Maranhão, Mato Grosso e Tocantins. Fora do Brasil, o açazeiro está presente em diversos países da América do Sul, como Venezuela, Colômbia, Equador, Suriname e Guiana, e também na América Central, especialmente no Panamá (Nogueira *et al.*, 2005). O fruto do açaí é amplamente consumido e processado, gerando grande volume de resíduos, principalmente em centros urbanos que concentram este beneficiamento.

Em cidades como Belém, a realidade do descarte do caroço de açaí vem gerando um desafio ambiental e social. Segundo Nascimento e Rempel (2022), embora seja possível o reaproveitamento do caroço, como seu uso em olarias, adubação agrícola e artesanato, a aplicação dessas estratégias ainda é pequena em relação ao volume gerado.

Foi observado que o bairro do Jurunas, em Belém, não possui um projeto específico que trabalhe a coleta, transporte e destinação final elaborado pela prefeitura. Deparamos também com a falta de responsabilidade dos estabelecimentos, que, de forma arcaica, fazem o beneficiamento do fruto sem a responsabilidade social e ambiental (Negrão *et al.*, 2021).

Assim, cerca de 80% do total de açaí processado transforma-se em resíduo, ainda sem destinação econômica adequada, jogados sem nenhum tratamento nos rios e lixões (Farinas, 2009). Esse cenário evidencia os impactos negativos da ausência de uma gestão eficiente dos subprodutos da cadeia do açaí, comprometendo não somente o meio ambiente, mas também o potencial de reaproveitamento desses materiais.

Na cidade de Capanema, no Nordeste Paraense, essa realidade ganha proporções significativas, uma vez que o município apresenta uma intensa

comercialização do fruto, movimentando diariamente grandes volumes de açaí, tão presente na cultura amazônica. O descarte desse material ainda ocorre de maneira variada e, muitas vezes, sem qualquer tipo de planejamento, seja pela carência de infraestrutura adequada ou desconhecimento sobre suas possibilidades de reutilização desses resíduos como matéria-prima em novos produtos ou processos sustentáveis.

O caroço de açaí tem múltiplas alternativas de uso. E mesmo quando não pode ser racionalmente utilizado na produção de energia, adubo orgânico, composição de material cerâmico (cinzas), está potencialmente sendo desperdiçado quando não se apresenta uma alternativa nobre para seu uso (Miranda *et al.*, 2022). Conforme os mesmos autores, nesses casos, há um triplo desperdício: sua não utilização para fins mais nobres, seu uso não racional, aterro ou similar e seu resíduo completo, poluindo o meio ambiente.

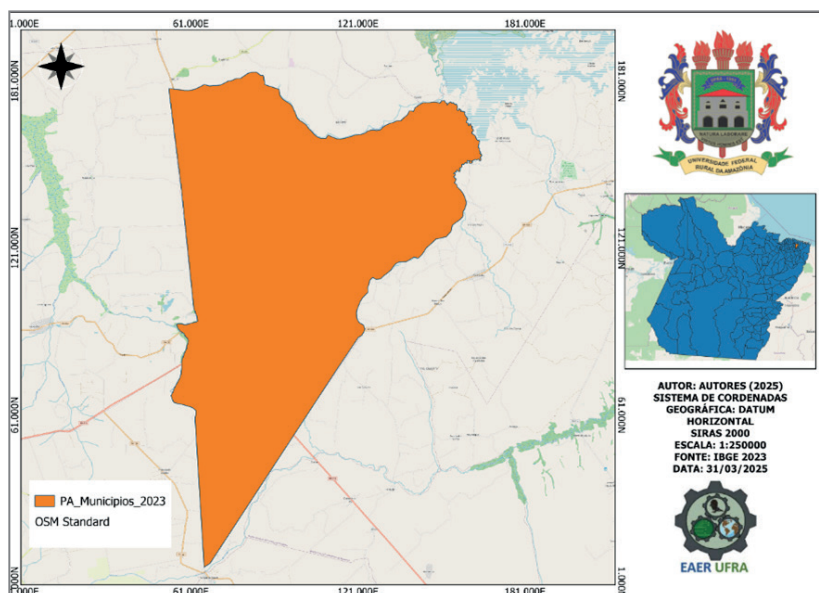
Diante deste cenário, esta pesquisa teve como objetivo descrever o perfil socioeconômico dos batedores de açaí e analisar o volume gerado e os destinos dados a esses resíduos dos caroços de açaí pelos estabelecimentos da cidade de Capanema, estado do Pará. Com isso, buscou-se compreender a percepção desses comerciantes sobre a gestão desse resíduo sólido, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias capazes de transformar um “passivo ambiental” em oportunidades econômicas e sustentáveis, alinhando conhecimento, cultura local e responsabilidade ambiental.

MATERIAL E MÉTODOS

Descrição da área de estudo

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), o município de Capanema tem uma área geográfica de 621,483 km², com população estimada de 74.808 habitantes e uma densidade demográfica de 113,27 hab./km².

Figura 1 - Mapa de localização do município de Capanema, estado do Pará.



Fonte: Autores (2025).

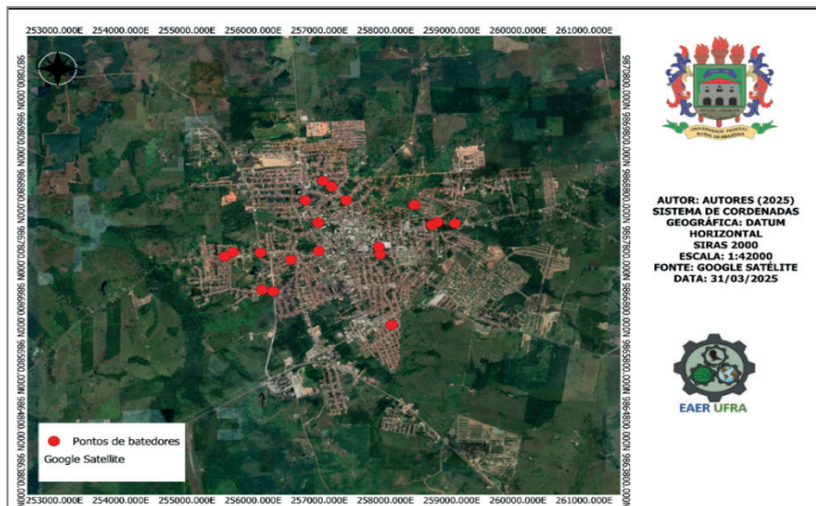
O município de Capanema está inserido na mesorregião Nordeste Paraense e microrregião Bragantina, a 163 km de distância da capital paraense. Conforme a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA, 2023), sua sede municipal tem as seguintes coordenadas geográficas: uma latitude de 01°11'45" sul e longitude de 47°10'51" oeste (Ver figura 1). Dessa forma, a cidade de Capanema, por sua localização favorecida geograficamente, é um polo muito importante para a circulação dos insumos e serviços entre as regiões próximas.

Levantamento dos pontos de estudo

Para a obtenção dos dados sobre batedores, foi realizada primeiramente uma visita à Secretaria de Vigilância Sanitária no sentido de obter o quantitativo de batedeiras de açaí em funcionamento no Município de Capanema. E, de acordo com informações prestadas pelo órgão responsável, existem atualmente 57 unidades de processamento cadastradas no ano de 2025. Desse total, foi possível obter respostas de 20 proprietários de batedeiras, o que correspondeu a uma amostra de 47,3% do total de pontos comerciais (Ver figura 2). Em razão

de uma época de entressafra durante o período de estudo, houve uma diminuição no número de bateadeiras em funcionamento, o que limitou a quantidade de respostas obtidas.

Figura 2 - Mapa de localização das batedeiras de açaí na cidade de Capanema-Pará.



Fonte: Os autores (2025).

Assim, a pesquisa foi realizada no período de 25 a 29 de março de 2025 em 20 batedores de açaí em funcionamento, que fazem o processamento do

base para a aplicação do questionário. A seleção dos locais foi realizada de forma aleatória, assegurando uma maior diversidade de amostras entre as áreas periféricas e centrais, garantindo, dessa forma, uma representatividade real.

Procedimentos metodológicos

A abordagem de pesquisa utilizada neste trabalho foi qualitativa e quantitativa. Conforme Oliveira *et al.* (2020, p. 02), “uma pesquisa de natureza qualitativa busca dar respostas a questões muito particulares, específicas, que precisam de elucidações mais analíticas e descritivas”. E, com relação à abordagem quantitativa, Creswell (2010, p. 26) destaca que se trata de um “meio para testar teorias objetivas, examinando a relação entre as variáveis”.

Com base nessa perspectiva metodológica mista, os dados foram coletados por meio de questionário semiestruturado, uma ferramenta que permitiu aprofundar a compreensão sobre a relação socioeconômica dos batedores de açaí e as práticas adotadas no descarte dos caroços no município de Capanema. De acordo com Gil (2008), questionário é uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões submetidas às pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas.

O referido questionário continha 21 perguntas abertas e fechadas voltadas para quatro eixos: 1. O perfil socioeconômico dos batedores, com perguntas relacionadas à idade, nível de escolaridade e renda média; 2. Informações dos estabelecimentos contendo a frequência de atividade na semana e a quantidade de açaí processado; 3. A origem do fruto, volume de resíduos e a sua destinação final; 4. Percepção do empreendedor sobre possíveis reaproveitamentos dos resíduos do açaí.

Figura 3 - Aplicação de questionário aos batedores de açai.



Fonte: Acervo dos autores (2025).

Desse modo, aplicaram-se os questionários de forma presencial aos proprietários dos pontos comerciais, assegurando maior interação com os comerciantes e esclarecendo possíveis dúvidas relacionadas às perguntas feitas e ao uso dos dados coletados. E, ao final das perguntas, foi solicitado que os participantes assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para utilização dos dados para fins acadêmicos.

Os dados coletados por meio de questionário foram tabulados e representados na forma de gráficos e tabelas. Além disso, foram elaborados mapas pelo programa *QGIS* e *Google Earth*, os quais contribuíram para identificar padrões de descarte e percepção sobre o reaproveitamento do caroço de açai a partir do perfil socioeconômico dos batedores (Ver tabela 1). Assim, os dados possibilitaram a comparação entre estabelecimentos do centro da cidade e da periferia, que foram delimitados com base em imagens de satélite, considerando a infraestrutura urbana, em âmbito comercial e de serviços.

Tabela 1 - Localização dos pontos comerciais que processam açaí na cidade de Capanema, Pará.

Localização do Ponto Comercial	Percentual (%)
Areia Branca	10%
Bairro de Nazaré	5%
Caixa d'água	5%
Campinho	5%
Centro	40%
Inussum	10%
Nazaré	10%
Pedreira	5%
Primeira	5%
São Cristóvão	5%
Total	100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

O centro urbano abrange a área da Avenida Barão de Capanema e da Praça Magalhães, enquanto as áreas periféricas correspondem aos bairros mais afastados, com menor quantidade de pontos comerciais. Além disso, foi possível verificar os quesitos volume de descarte e destino dado aos resíduos, correlacionando-os com o perfil socioeconômico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Perfil socioeconômico dos batedores de açaí

O levantamento realizado revelou informações importantes sobre o perfil socioeconômico dos batedores de açaí, permitindo compreender suas características demográficas e condições de vida. A rotina desses trabalhadores é movimentada, exigindo dedicação diária e conhecimentos adquiridos tanto, na prática, quanto passados entre gerações. Muitos iniciam ainda jovens, aprendendo com pais e avós, e seguem na atividade por décadas, o que reforça a tradição cultural.

Segundo os dados obtidos com a aplicação dos questionários, verificou-se que 60% dos batedores que participaram da pesquisa são do sexo masculino e 40% do sexo feminino (Ver tabela 2). A distribuição por gênero também reflete

a dinâmica do setor, onde se observa um predomínio masculino, possivelmente relacionado às demandas físicas do trabalho. Apesar disso, algumas mulheres também atuam na atividade, seja na seleção do fruto ou na organização do estabelecimento.

Tabela 2 - Gênero, faixa etária e nível de escolaridade dos batedores de açaí na cidade de Capanema, Pará.

Gênero	Percentual (%)	Faixa Etária	Percentual (%)	Nível de Escolaridade	Percentual (%)
Feminino	40%	Menor de 18 anos	5%	1º grau incompleto	5%
Masculino	60%	18 a 29 anos	25%	1º grau completo	15%
		30 a 39 anos	25%	2º grau incompleto	15%
		40 a 49 anos	15%	2º grau completo	60%
		50 a 59 anos	20%	Nível superior incompleto	0,0%
		Acima de 59 anos	10%	Nível superior completo	5%
Total	100%	Total	100%	Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Esse dado reforça a importância da inclusão de políticas que promovam a equidade de gênero no setor, oferecendo capacitações específicas e melhores condições de trabalho para as mulheres. Projetos como o “Programa Mulher Cidadã” mostram que iniciativas voltadas ao empoderamento feminino, com apoio técnico e incentivo ao empreendedorismo, podem transformar realidades sociais e econômicas, contribuindo para que mulheres conquistem autonomia financeira e valorização profissional (Frazão *et al.*, 2025).

Com relação à faixa etária, constatou-se que 5% dos batedores têm menos de 18 anos, 25% possuem idade entre 18 e 29 anos, 25% têm de 30 a 39 anos e 15% têm de 40 a 49 anos (Ver tabela 2). A faixa etária dos entrevistados indicou que a maioria dos batedores está na fase adulta, com predominância entre 30 e 49 anos. Esse dado sugere uma experiência consolidada na atividade, podendo influenciar diretamente na qualidade do serviço prestado. Profissionais mais experientes tendem a desenvolver técnicas mais eficientes de beneficiamento, adaptando-se melhor às variações da safra e aos desafios operacionais do dia

a dia. Isso pode resultar em uma produção de melhor qualidade e em maior fidelização da clientela, fatores relevantes para a sustentabilidade econômica do pequeno negócio.

No que se refere ao nível de escolaridade dos batedores, constatou-se que 5% possuem o 1º grau incompleto, 15% o 1º grau completo, 15% o 2º grau incompleto, 60% o 2º grau completo e 5% o nível superior completo (Ver tabela 2). Assim, o nível de escolaridade dos batedores foi analisado, apontando que a maioria possui, no mínimo, o ensino médio completo. Esse ponto pode ser uma condição relevante para as condições de trabalho e perspectivas de melhoria na atividade. A qualificação do empreendedor é um fator importante para a administração de um negócio, e a falta de escolaridade pode dificultar o acesso a capacitações e estratégias de gestão mais eficazes.

De acordo com Pereira (2001), pessoas com menor nível de escolaridade costumam enfrentar mais dificuldades na gestão dos seus negócios, o que pode afetar sua durabilidade e crescimento. Além disso, a falta de acesso a cursos profissionalizantes também impede a modernização dos métodos de trabalho, resultando em menor rentabilidade e segurança sanitária.

Outro fator relevante é a composição familiar desses trabalhadores, pois grande parte dos batedores de açai possui famílias numerosas, sendo que muitos dependem exclusivamente dessa atividade para sustento.

A atividade de batedor de açai representa a principal fonte de renda para grande parte dos entrevistados. Os resultados demonstram que a média de ganhos mensais está entre um e dois salários mínimos, um valor que, embora represente uma fonte de sustento, evidencia a fragilidade econômica da categoria.

Essa condição é semelhante à apontada por Holzmänn (2013), que discute a heterogeneidade do trabalho por conta própria no Brasil, destacando que nem todos os trabalhadores autônomos atuam de forma precária ou informal. A autora baseia sua análise em dados quantitativos do IBGE (PNAD e Censos Demográficos), complementados por uma pesquisa qualitativa realizada no bairro de intensa atividade comercial em Porto Alegre-RS, com quatro trabalhadores por conta própria, um comerciante de cachorro-quente, um alfaiate, uma costureira e um reparador de calçados.

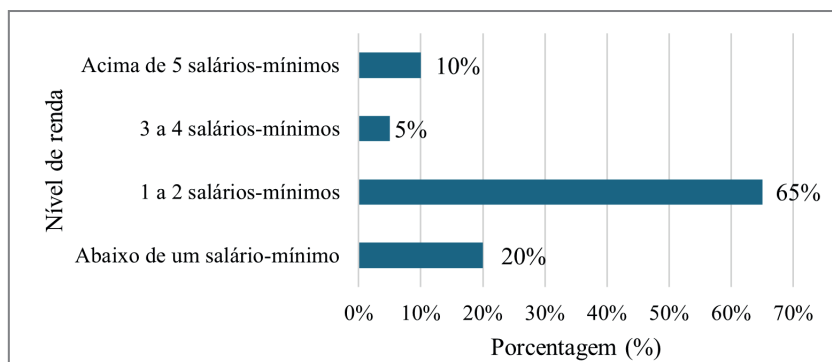
Por meio de entrevistas, Holzmänn (2013) observou que, mesmo em pequenas atividades informais, alguns trabalhadores buscavam certa formalização,

como alvarás, registro no CNPJ ou contribuições à previdência. Isso permite concluir que a informalidade não é uma característica homogênea nas categorias analisadas.

No caso dos batedores de açai de Capanema, observou-se uma realidade próxima à descrita no estudo, com predominância da informalidade e instabilidade de renda, mas também com alguns casos de organização mínima e autonomia relativa na atividade econômica. O lucro mensal pode variar conforme a safra do açai, tornando a atividade sazonal e sujeita a oscilações de mercado.

Conforme os dados representados no Gráfico 1, observou-se que a maioria dos batedores de açai (65%) declarou auferir renda mensal entre 1 e 2 salários-mínimos. Outros 20% informaram ganhar abaixo de um salário-mínimo, enquanto somente 10% têm rendimento superior a 5 salários-mínimos. Esses dados confirmam a predominância de uma renda baixa entre os trabalhadores, evidenciando a vulnerabilidade econômica da categoria. Ademais, uma minoria apresenta rendimentos mais elevados (10%), o que sugere desigualdade interna na distribuição de renda entre os batedores.

Gráfico 1 - Nível de renda média dos batedores de açai da cidade de Capanema.



Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Outro ponto importante que foi averiguado foi a forma de trabalho desenvolvida pelos batedores de açai. Identificou-se que a maioria dos vendedores trabalha de maneira informal, sem carteira assinada ou acesso a benefícios. Nesse viés, Souza (2023) destaca que a ausência de vínculo previdenciário entre muitos trabalhadores autônomos os expõe a dificuldades financeiras em

momentos de inatividade, seja por doença, acidente ou aposentadoria, refletindo diretamente em sua qualidade de vida.

Os dados da Tabela 3 revelaram que 95% dos entrevistados afirmaram não possuir outro emprego, evidenciando a forte dependência econômica da atividade de processamento do açaí. Isso acentua a vulnerabilidade desses trabalhadores, que não contam com uma fonte de renda alternativa para o período de entressafra ou interrupção da produção. Além disso, somente 15% declararam receber algum tipo de auxílio do governo, indicando uma baixa cobertura por políticas públicas de assistência ou inclusão produtiva. Esse cenário reforça a informalidade e a ausência de uma rede mínima de proteção social para a maioria dos batedores entrevistados.

Tabela 3 - Nível de empregabilidade e recebimento de auxílio do governo dos batedores de açaí da cidade de Capanema-Pará.

Possui outro emprego	Percentual (%)	Recebe algum auxílio do governo	Percentual (%)
Sim	5%	Sim	15%
Não	95%	Não	85%
Total	100%	Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Mesmo assim, muitos trabalhadores veem vantagens na informalidade, como maior flexibilidade de horário e liberdade para controlar seu próprio negócio. Porém, essa situação muitas vezes impede futuros investimentos para melhorar a infraestrutura das bateadeiras de açaí.

A ligação entre os batedores e fornecedores também foi analisada, mostrando que vários compram o açaí diretamente de pequenos produtores ou intermediários. Essa mudança de origem de matéria-prima pode afetar o preço final do produto, diminuindo a margem de lucro. Além disso, a dependência de fornecedores externos ou instáveis pode causar desequilíbrio nos custos de produção, dificultando o planejamento financeiro do negócio.

Com relação ao ponto comercial dos processadores, verificou-se que 45% dos batedores possuem estabelecimento próprio e 55% possuem pontos comerciais alugados. Assim, a análise dos estabelecimentos revelou que a maioria dos batedores de açaí de Capanema trabalha em pontos próprios, muitas vezes em sua própria casa, enquanto uma parcela menor dos batedores

aluga espaços para ter seu negócio. Esse fator pode estar ligado à experiência no setor e à estabilidade financeira adquirida ao longo dos anos.

Assim, esse cenário pode estar relacionado à trajetória no setor: batedores mais experientes ou financeiramente estáveis tendem a ter estabelecimentos próprios, enquanto os iniciantes ou com menor capital de giro dependem do aluguel. Essa diferença reflete a diversidade de condições socioeconômicas entre os trabalhadores e influencia diretamente na sustentabilidade de suas atividades.

Somado a isto, conforme disposto na tabela 4, o horário de funcionamento das bateadeiras concentra-se no período da manhã, representando 55% dos estabelecimentos, 20% funcionam o dia todo (de manhã até a noite) e 25% no período da manhã e tarde. Além disso, observou-se que a jornada de trabalho tem uma variação relevante entre os entrevistados, com muitos atuando diariamente pela parte da manhã.

Esse ritmo reflete a necessidade de manter o processamento ativo, às vezes até com outros produtos como bacaba, especialmente durante a entressafra, período em que a oferta do açaí fruto sofre uma redução, atingindo preços elevados no mercado.

Tabela 4 - Ponto comercial e horário de funcionamento das bateadeiras de açaí na cidade de Capanema, estado do Pará.

Ponto Comercial	Percentual (%)	Horário de Funcionamento	Percentual (%)
Próprio	45%	Manhã	55%
Alugado	55%	Tarde	0,0%
Cedido	0,0%	Noite	0,0%
		Dia todo	20%
		Manhã e tarde	25%
Total	100%	Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Essa adaptação de horários e produtos demonstra como os batedores operam em um contexto altamente instável e sazonal, exigindo estratégias para garantir a manutenção do nível de renda. A variação da jornada de trabalho também evidencia a ausência de regularização no setor e a sobrecarga enfrentada por esses trabalhadores, que precisam ajustar seu tempo de processamento à disponibilidade da matéria-prima e à demanda local. Essa informalidade pode

comprometer o bem-estar físico e dificultar o planejamento a longo prazo, mantendo-os em uma lógica de sobrevivência econômica.

No que se refere à quantidade de açaí processado por dia pelas bateadeiras, constatou-se que 5% dos empreendedores beneficiam menos de uma tela¹, 40% processam de uma a duas telas, 20% de duas a três telas e 35% acima de três telas (Ver tabela 5). Isso indica uma variação na capacidade de processamento entre os batedores, que pode estar associada à estrutura dos estabelecimentos e ao nível de organização de cada empreendedor. Aqueles que processam mais telas por dia tendem a ter maior receita e melhor aproveitamento da matéria-prima, enquanto os de menor processamento enfrentam limitações operacionais.

Em relação ao processamento, identificou-se que os estabelecimentos beneficiam, em média, duas telas (aproximadamente 30 kg) de açaí por dia na entressafra, demonstrando a continuidade da atividade mesmo com menor oferta da matéria-prima.

Tabela 5 - Quantidade de telas de açaí processadas e número de trabalhadores das bateadeiras da cidade de Capanema-Pará.

Quantidade de telas (15 kg cada) de açaí processadas por dia	Percentual (%)	Quantitativo de trabalhadores	Percentual (%)
Menos de uma tela	5%	Uma pessoa	30%
Uma a duas telas	40%	Duas a três pessoas	55%
Dois a três telas	20%	Quatro a cinco pessoas	15%
Acima de três telas	35%	Acima de cinco pessoas	0,0%
Total	100%	Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Esse dado reforça a resiliência dos batedores frente às variações de disponibilidade do fruto, indicando que, mesmo em condições desfavoráveis, eles mantêm o beneficiamento do fruto. Isso pode estar relacionado à dependência econômica direta da atividade e à tentativa de preservar o vínculo com a clientela, mesmo com volume reduzido. A adaptação ao contexto de escassez

¹ Tela: é uma unidade de medida popular utilizada na comercialização de açaí, equivalente a aproximadamente 15 kg do fruto.

também exige maior organização na aquisição da matéria-prima e controle mais rigoroso de desperdício, revelando conhecimento prático acumulado ao longo dos anos pelos processadores locais.

Além disso, verificou-se que a maioria dos batedores atua em pontos comerciais que empregam de duas a três pessoas, o que pode indicar uma estrutura enxuta, voltada à redução de custos operacionais. Assim, conforme a Tabela 5, 30% dos estabelecimentos são operados por somente uma pessoa, enquanto 55% contam com duas a três pessoas, e 15% com quatro a cinco. Nenhum dos entrevistados relatou ter mais de cinco pessoas no ponto comercial, evidenciando a predominância de equipes pequenas.

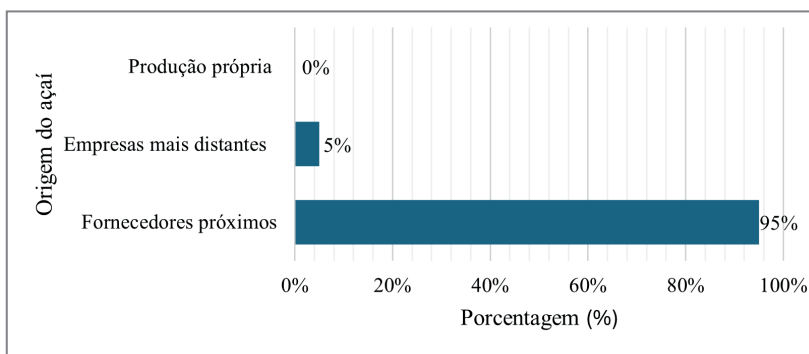
Desse modo, observou-se que a distribuição da força de trabalho nos pontos de venda está concentrada em pequenos grupos, com destaque para estabelecimentos com até três pessoas, que representam 85% do total (30% com uma pessoa e 55% com duas a três pessoas). Embora não seja possível afirmar se há vínculo familiar entre os trabalhadores, esse formato sugere uma organização produtiva simples, possivelmente baseada na confiança e na divisão de tarefas informais.

Segundo Victor (2022), empresas familiares frequentemente apresentam uma forte conexão entre seus membros e o negócio, com decisões baseadas em vínculos afetivos e na continuidade do legado. Ainda que não se possa afirmar que os batedores atuam nesse modelo, a organização simples e a gestão direta observada podem se aproximar desse perfil em alguns casos.

Origem do açaí

Com relação à origem do açaí, atestou-se que 95% dos batedores compram açaí de fornecedores próximos e 5% adquirem de outras empresas mais distantes. Assim, a origem do açaí se dá através da produção dos vendedores em torno da região nordeste paraense, e mesmo no período de entressafra a produção e processamento do açaí fruto não é interrompida. Segundo Tavares e Homma (2015), a maioria do fruto de açaí é proveniente de áreas de várzeas manejadas, e concomitantemente vem crescendo a produção de plantios irrigados em áreas de terra firme, como é o caso do nordeste paraense.

Gráfico 2 - Origem do açaí processado nos estabelecimentos.



Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

A pesquisa revelou, ainda, que 15% dos proprietários das bateadeiras compram de uma a cinco telas por mês, 5% demandam de seis a dez telas, 5% compram de onze a quinze telas e 75% acima de dezesseis (Ver tabela 6). A pesquisa foi realizada num período de entressafra, portanto, a compra do fruto do açaí é reduzida nesta época do ano. É importante ressaltar que vários estabelecimentos fecham temporariamente por consequência da baixa produção do fruto do açaí, aumentando o valor da tela.

O aumento no valor do litro do açaí ocasiona a redução das vendas nas unidades de processamento, principalmente nos bairros periféricos. Segundo Tavares (2022), os preços pagos pelos consumidores locais têm alcançado na entressafra o valor de R\$ 32,00 por litro de açaí grosso, provocando a exclusão da população de menor poder aquisitivo.

Segundo Garcia (2015), o preço e a quantidade de um bem no mercado são definidos pela interação entre a oferta disponível e a demanda dos consumidores, reforçando como a escassez do açaí e a alta procura influenciam diretamente o comportamento econômico local.

Tabela 6 - Quantidade de telas compradas por mês pelos bateadores de açaí cidade de Capanema-Pará.

Quantidade de telas (15 kg)	Percentual (%)
Uma a cinco telas	15%
Seis a dez telas	5%
Onze a quinze telas	5%
Acima de 16 telas	75%
Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Nesse contexto, é importante compreender que a demanda representa a quantidade de produtos que os consumidores desejam adquirir, sendo geralmente inversamente proporcional ao preço; já a oferta refere-se à quantidade de produtos que os produtores disponibilizam no mercado, aumentando à medida que os preços se elevam (Barros *et al.*, 2025). Segundo Amaro *et al.* (2023), a entressafra é um período em que se tem um aumento no preço do açaí, mas apesar disto, nesse período de redução da oferta do fruto no mercado, há uma manutenção do consumo do fruto pelos consumidores que possuem renda mais elevada.

O comportamento do mercado de açaí no município de Capanema pode ser explicado por meio desses principais conceitos econômicos de demanda e oferta. A demanda de açaí tende a uma queda na entressafra, quando a produção diminui com a redução da oferta do fruto (Masyama *et al.*, 2024). Por outro lado, a procura por este produto, bastante valorizado pela cultura alimentar local, continua alta e impulsiona os preços. Nesse sentido, o aumento do preço amplifica a limitação de aquisição da população consumidora, podendo gerar uma queda nas vendas, principalmente em bairros periféricos, onde a população tem menor poder aquisitivo.

Pontos de venda de açaí estão distribuídos em vários pontos da cidade e produzem uma quantidade de efluente com características ainda não identificadas, lançados no sistema de drenagem, podendo influenciar no desempenho deste sistema, bem como causar poluição no corpo receptor (Feio *et al.*, 2014).

Com relação ao volume de resíduos gerado diariamente das bateadeiras de açaí, constatou-se, conforme respostas dos comerciantes, que varia de uma a cinco telas por dia, conforme observado na (Ver figura 4). Essa quantidade está correlacionada com o período da entressafra do fruto do açaí. Mesmo com

esse número baixo de resíduo, a maneira de descarte desse material pode ser prejudicial para o meio ambiente.

Figura 4 - Telas contendo caroços de açaí.



Fonte: Acervo dos autores (2025).

Segundo Barbosa (2010), a poluição essencialmente produzida pelo homem está diretamente relacionada a fatores como os processos de industrialização e a consequente urbanização da humanidade. Em consequência desses dois fatores, a quantidade de lixo jogada em ruas, lagos, rios é muito grande, prejudicando sensivelmente o ambiente. Os depósitos de lixo são contaminados por substâncias venenosas prejudiciais ao solo, ao ar e às pessoas.

Destino final de resíduos

Conforme a tabela 7, atestou-se que cerca de 5% dos batedores responderam que carroceiros realizam a coleta do caroço, 10% afirmaram que tem coletor, mas não souberam responder qual órgão faz essa coleta, 10% responderam que não tem um órgão ou empresa que faz coleta desse resíduo e 75% responderam que uma empresa local realiza o recolhimento do caroço do açaí. Assim, o principal agente que faz a coleta desse resíduo é uma empresa local do setor supermercadista, que recolhe as telas quando estão totalmente cheias de caroços do açaí.

Tabela 7 - Forma de coleta do caroço de açaí na cidade de Capanema-Pará.

Forma de coleta	Percentual (%)
Sim, mas não sabe quem recolhe	10%
Não	10%
Empresa Local	75%
Carroceiro	5%
Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

É importante frisar que o caroço de açaí na condição *in natura*, torreficado ou transformado em carvão vegetal apresenta excelentes qualidades para uso como insumo energético (Silva, 2021). Segundo Batista e Corrêa (2021), a rede de supermercado do município de Capanema realiza a coleta dos caroços de açaí para usar como combustível para a geração de energia térmica, através da queima, para a fabricação de farinha de mandioca em uma das fazendas da empresa (Ver figura 5).

Figura 5 - Caçamba que realiza o recolhimento dos caroços de açaí.



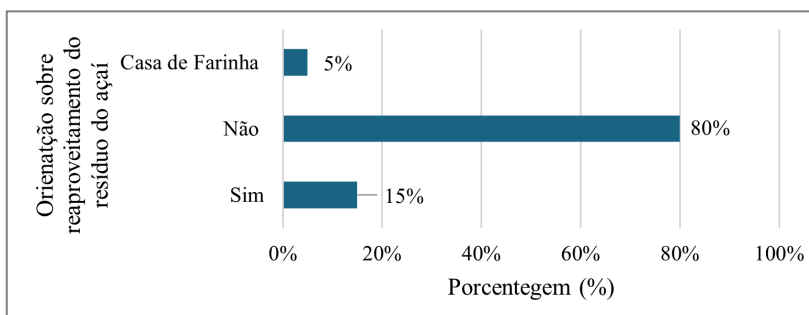
Fonte: Acervo dos autores (2025).

Nas cidades, o aproveitamento útil de resíduos de biomassa fica sem destinação em grandes proporções, acondicionados em sacos, à espera de

recolhimento pela prefeitura local. Recentemente, tem-se destacado a inovação no reaproveitamento desses materiais, como a produção de paletes naturais utilizando os caroços de açaí como matéria-prima. Tradicionalmente, esses resíduos eram utilizados apenas na fabricação de adubo orgânico ou como enchimento para vasos de jardinagem. No entanto, novas alternativas vêm sendo exploradas, como o uso dos caroços para geração de biocombustíveis voltados ao consumo doméstico, em ferros de passar roupa, fogões à biomassa e até mesmo em padarias e estabelecimentos similares (Silva *et al.*, 2004).

Os resultados revelaram, ainda, que 80% dos batedores responderam que nunca tiveram orientação sobre reaproveitamento dos resíduos de açaí, 15% responderam que “sim”, mas não souberam dizer qual órgão os orientou e 5% disseram que receberam orientação da Casa de farinha. Para aumentar o avanço científico no reaproveitamento dos caroços de açaí, é necessária uma extensão de conhecimentos entre os órgãos que utilizam esse material e os batedores de açaí.

Gráfico 3 - Orientação sobre reaproveitamento de resíduos do açaí na cidade de Capanema.



Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Portanto, se a destinação final não for a adequada, os impactos negativos no meio ambiente podem ser consideráveis. O acúmulo de caroço em locais inapropriados pode entupir os sistemas de escoamento e estimular a presença de insetos e roedores, o que aumenta o risco de doenças.

Além disso, o excesso de lixo jogado de forma irregular em ruas e terrenos baldios prejudica a aparência da cidade e a qualidade de vida da população (Ver figura 6). A Lei n.º 12.305, de 2 de agosto de 2010, estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que reforça a importância da destinação correta

desses materiais para o meio ambiente, exigindo que tanto quem produz esses resíduos quanto o poder público tomem atitudes para impedir esses impactos negativos (Brasil, 2010).

Figura 6 - Local com descarte inadequado na cidade de Capanema.



Fonte: Acervo dos autores (2025).

Os resíduos de açaí, como teor de umidade, densidade e temperatura de degradação, indicam seu potencial para a produção de materiais compósitos aplicados na construção civil (Miranda *et al.*, 2022). O caroço do açaí pode ter outras finalidades além do uso na combustão, o material é empregado como forma de adubo para o setor da agricultura, para esse processo o resíduo passa por uma secagem e depois é triturado. Além disso, é também utilizado como: ração para animais, elemento para cerâmica e matéria para criação de móveis.

CONCLUSÃO

Em suma, conforme os resultados apresentados nas respostas dos entrevistados, o perfil socioeconômico tem relação na questão de produção e no descarte do caroço de açaí. Os batedores têm como principal fonte de renda a venda da polpa desse fruto. O período de entressafra ocasiona baixa

distribuição do açaí, proporcionando a diminuição na renda dos batedores de açaí. As bateadeiras não têm produção própria de açaí, logo, seus principais fornecedores são os vendedores.

Atualmente, o coletor que se beneficia desse resíduo é uma empresa local, que o utiliza como combustível. Entretanto, o caroço do açaí pode ser usado nas indústrias do meio agronegócio e da construção civil. Medidas para melhorar o entendimento sobre o reaproveitamento do caroço do açaí, seriam interessantes, como promover ações educativas, ações de extensão desenvolvendo palestras ministradas por docentes de universidades federais e órgãos governamentais e privados, voltadas para os batedores de açaí, acerca da utilização do resíduo para fins sustentáveis e a respeito do descarte realizado de maneira inadequada, que pode ser prejudicial para a saúde humana e para o meio ambiente.

REFERÊNCIAS

AMARO, P. da S. *et al.* A comercialização e o consumo do açaí fruto no município de Capanema/PA. **Revista Multidisciplinar de Educação e Meio Ambiente**, [S. l.], v. 4, n. 3, 2023. ISSN 2675-813X. DOI: 10.51189/coneamb2023/22597. Disponível em: <https://doi.org/10.51189/coneamb2023/22597>. Acesso em: 23 jul. 2025.

BARBOSA, C. M. R. **Descarte inadequado de resíduo orgânico**. Santa Mariana: Colégio Estadual Joaquim Maria Machado de Assis, 2010. Projeto de Intervenção Pedagógica (PDE).

BARROS, G. V. *et al.* Behavioral Economics: An analysis of the socioeconomic impacts of digital media on the makeup market in the municipality of Capanema, Pará. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 14, n. 5, p. e6714548856, 2025. DOI: 10.33448/rsd-v14i5.48856. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/48856>. Acesso em: 23 jul. 2025.

BATISTA, J. G.; CORRÊA, L. P. **Destinação do resíduo de açaí em um supermercado de Capanema-PA e a redução de emissões de metano**. 2021. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Ambiental e de Energias Renováveis) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Capanema, 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 3 ago. 2010.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA. Estatísticas municipais: Capanema. Belém: FAPESPA, 2023. Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/Capanema.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2025.

FEIO, V. F. *et al.* Problemática da geração de efluentes oriundos do processamento de açaí na região metropolitana de Belém-PA. **Revista Monografias Ambientais**, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 3335–3340, 2014. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/279122562.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2025.

FRAZÃO, P. V. *et al.* Impacto social do programa Mulher Cidadã: empoderando mulheres para o empreendedorismo. **Revista Contemporânea**, [S. l.], v. 5, n. 7, p. 1–14, 2025. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3609>. Acesso em: 23 jul. 2025.

GARCIA, S. **Fundamentos de economia**. Cuiabá: Instituto Federal Sul-rio-grandense – Campus Pelotas Visconde da Graça; Universidade Federal do Mato Grosso, Rede e-Tec Brasil, 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOLZMANN, L. O trabalhador por conta própria no Brasil. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 34, n. 124, p. 119–137, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4813280>. Acesso em: 23 jul. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2024: Capanema-PA**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

MASYAMA, V. Y. *et al.* Análise dos desafios e oportunidades dos batedores de açaí no município de Capanema, Pará. In: **Desenvolvimento Regional e Socioeconomia: experiências de pesquisas no Nordeste Paraense**. Editora Científica Digital, 2024. p. 110-127.

MENEZES, G. K. A. *et al.* Manejo dos caroços de açaí como possibilidade de desenvolvimento local no município de Ananindeua-PA. **REUMAM: Revista do Núcleo de Meio Ambiente da UFPA**, Belém, v. 4, n. 1, p. 20–32, 2019. ISSN 2595-9239. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/reumam/article/view/12318>. Acesso em: 23 jul. 2025.

MIRANDA, Lidiane de Vilhena Amanajás; MOCHIUTTI, Silas; CUNHA, Alan Cavalcanti da; CUNHA, Helenilza Ferreira Albuquerque. Descarte e destino final de caroços de açaí na Amazônia Oriental – Brasil. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 25, 2022. DOI: 10.1590/1809-4422asoc2020138r2vu2022L2AO. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/Sr6Rp7z7T5tYVJ3tqWzHd7h/>. Acesso em: 23 jul. 2025.

NASCIMENTO, M. J. de O. do; REMPEL, C. Diagnóstico do descarte de caroços de açaí em macapá/ap e sua utilização como incremento de renda dos beneficiadores. **Revista Estudo & Debate**, Lajeado, RS, v. 29, n. 1, 2022. DOI: 10.22410/issn.1983-036X.v29i1a2022.2915. Disponível em: <https://univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/2915>. Acesso em: 23 jul. 2025.

NEGRÃO, A. G. *et al.* Mapeamento do descarte irregular do caroço do açaí no bairro do Jurunas no município de Belém/PA. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 6, p. 63284–63294, jun. 2021. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/uxdbu3xperbzpnmptzi3ing5q/access/wayback/https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/download/31919/pdf>. Acesso em: 23 jul. 2025.

NOGUEIRA, O. L. *et al.* **Açaí**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2005. 137 p. (Sistemas de Produção, 4).

OLIVEIRA, G. S. *et al.* Grupo focal: uma técnica de coleta de dados numa investigação qualitativa?. **Cadernos da Fucamp**, Monte Carmelo, MG, v. 19, n. 41, p. 1–13, 2020. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2208>. Acesso em: 23 jul. 2025.

PEREIRA, S. M. **A formação do empreendedor**. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. 2001.

SILVA, I. T. da. *et al.* Uso do caroço de açaí como possibilidade de desenvolvimento sustentável do meio rural, da agricultura familiar e de eletrificação rural no Estado do Pará. *In: ENCONTRO DE ENERGIA NO MEIO RURAL*, 5., 2004, Campinas. **Anais...** Campinas: SciELO Proceedings, 2004. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000022004000200063&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 23 jul. 2025.

SILVA, T. F. **Caroço de açaí: uma alternativa bioenergética**. 2021. 65 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

SOUZA, A. C. D. S. **O impacto do crescimento dos autônomos no Brasil**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Administração) — Faculdade FADESA, 2023.

TAVARES, G. dos S. *et al.* **Análise da produção e comercialização de açaí no estado do Pará, Brasil**. *In: HOMMA, A. K. O. (Org.). Sinergias de mudança da agricultura amazônica: conflitos e oportunidades*. Brasília, DF: Embrapa, 2022. p. 444–463.

TAVARES, G. dos S.; HOMMA, A. K. O. Comercialização do açaí no estado do Pará: alguns comentários. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**, Brasil, set. 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/291830257>. Acesso em: 23 jul. 2025.

VICTOR, A. V. B. **Empreendedorismo familiar: um estudo de caso “Casinha Doce” – Franca SP**. 2022. Trabalho de Graduação (Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos) – Faculdade de Tecnologia de Franca “Dr. Thomaz Novelino”, Centro Paula Souza, Franca, 2022. Disponível em: <https://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/11018>. Acesso em: 03 de abr. 2025.

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E O PNAE: A VOZ DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SANTA LUZIA DO PARÁ

Thamylla Oliveira da Conceição
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Ana Karlla Magalhães Nogueira
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Elias Mauricio da Silva Rodrigues
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Objetivo: Este trabalho teve como objetivo analisar a percepção de agricultores familiares sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como ferramenta pedagógica e promotora da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no município de Santa Luzia do Pará. **Métodos:** Para a realização do trabalho utilizou-se uma abordagem quanti-qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e na análise das experiências dos produtores participantes. A pesquisa de campo foi realizada entre os meses de janeiro e fevereiro de 2024. O grupo de participantes foi composto por seis agricultores vinculados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), residentes nas comunidades Ramal Cabeça de Porco, Ramal Tatuquará, Ramal do Cação e Km 25, às margens da BR-316. **Resultados:** Os resultados indicam que o PNAE contribui para a oferta regular de alimentos saudáveis e diversificados nas escolas, reforçando práticas alimentares equilibradas entre os estudantes. Paralelamente, o programa impulsiona o aprimoramento das práticas agrícolas, promove o uso de técnicas sustentáveis, estimula a sucessão familiar e fortalece redes de cooperação entre os produtores. Apesar dos avanços, persistem desafios, como o acesso a certificações sanitárias e ao crédito rural, que exigem ações educativas complementares. **Conclusão:** Os dados analisados evidenciaram que o PNAE vai além de sua função tradicional como programa de alimentação escolar, consolidando-se como uma valiosa plataforma de educação integrada. A percepção unânime dos agricultores familiares quanto aos benefícios proporcionados aos estudantes ressalta o impacto positivo do programa na promoção da segurança alimentar e no fortalecimento da Educação Alimentar e Nutricional nas escolas públicas de Santa Luzia do Pará.

Palavras-chave: Políticas públicas; práticas pedagógicas; desenvolvimento rural.

INTRODUÇÃO

A alimentação escolar é um pilar fundamental para a educação, complementando o direito à aprendizagem. Ao proporcionar um ambiente saudável e nutritivo, ela contribui para a socialização, a comunicação e a aquisição de hábitos alimentares saudáveis (Magno *et al.*, 2013). De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 2013), o Brasil possui o segundo maior programa de alimentação escolar do mundo, alimentando cerca de 50 milhões de estudantes diariamente, superado apenas pela Índia, que serve refeições para mais de 100 milhões de alunos.

Ao analisar a temática da educação alimentar e nutricional nas escolas, Barbosa *et al.* (2013) demonstram a necessidade de uma abordagem interdisciplinar que envolva diferentes áreas do conhecimento. Os autores defendem que a implementação de ações nessa área exige a participação de diversos atores sociais e a construção de um conjunto de práticas que se articulem em diferentes espaços institucionais.

A escolha de materiais didáticos adequados à faixa etária, que abordem temas como o desperdício de alimentos e a importância de uma alimentação equilibrada, possibilita uma aproximação lúdica e significativa com o conteúdo. Após a leitura, a promoção de rodas de conversa, com o levantamento de questionamentos pertinentes, estimula a participação ativa dos alunos e favorece a construção de conhecimentos prévios, preparando-os para as etapas posteriores da investigação (Maia; Cabral; Queiroz, 2017).

Em concordância com Dabas (2005), a instituição escolar possui o papel fundamental de fomentar um ambiente propício à aprendizagem, à criatividade e à expressão individual, promovendo a socialização por meio de relações pautadas no respeito mútuo e no apoio recíproco. Complementando essa perspectiva, Carrara (2016) destaca a escola como um espaço de continuidade da autoridade familiar, responsável pela formação integral dos estudantes, o que implica a necessidade de estabelecer normas e limites para garantir um ambiente educativo saudável.

Na década de 1940, as instituições de ensino público empregavam as denominadas “caixas escolares” como meio de arrecadação de recursos destinados à aquisição de alimentação para seus alunos. Durante esse período,

o Governo Federal intensificou suas preocupações com a permanência dos estudantes nas escolas, além de implementar medidas visando à redução da desnutrição infantil no Brasil (Santos; Costa; Bandeira, 2016).

Desse modo, a privação alimentar, caracterizada pela fome e pela desnutrição, impacta negativamente o desenvolvimento cognitivo, conforme apontam Kirch e Copatti (2013). A diminuição dos níveis de glicose sanguínea, decorrente da falta de nutrientes, compromete a capacidade de concentração e aprendizagem, afetando o desempenho escolar.

Carvalho (2017) complementa essa discussão ao destacar a importância da alimentação adequada na fase escolar, período crucial para o desenvolvimento psicológico e a formação de hábitos alimentares saudáveis. A desnutrição, por sua vez, pode causar danos irreversíveis ao desenvolvimento cerebral, como evidenciado por Cavassin e Pinho (2013), que corroboram a relação entre a má nutrição e o baixo desempenho escolar.

Conforme as informações da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2018), aproximadamente 80% da produção global de alimentos têm origem na agricultura familiar. Este setor é responsável por ocupar 85% das terras cultivadas na Ásia, 83% nas Américas do Norte e Central, 68% na Europa, 62% na África e 18% na América do Sul. Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2017, 84,4% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil foram categorizados como familiares, abrangendo 74,4% da mão de obra atuante no campo e ocupando uma extensão territorial de 81 milhões de hectares (Mataveli; Muñoz, 2022).

Deste modo, Santos *et al.* (2009) reiteram que a agricultura familiar exerce uma função essencial no progresso do país, já que uma parcela considerável dos alimentos, especialmente aqueles que constituem a base da alimentação da população, origina-se dos empreendimentos ligados à agricultura familiar. Diante disso, a análise de políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), torna-se crucial para o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil, pois podem contribuir significativamente para o processo de comercialização da produção agrícola.

Nas décadas de 1950 a 1970, a agricultura familiar era marcada por uma dependência incerta do Estado. As políticas de desenvolvimento rural da época não definiam claramente seus atores sociais, nem estabeleciam metas precisas e

mensuráveis. Essa situação levou à criação do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995, que, por sua vez, impulsionou a criação de outras políticas de desenvolvimento rural. Assim, o PRONAF deu origem à Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que funciona como a “identidade profissional” do agricultor familiar (Pereira *et al.*, 2018).

A DAP serve como um passaporte para o acesso às políticas públicas de fomento à agricultura familiar. Criada para identificar e qualificar os agricultores familiares, a DAP garante um acesso diferenciado às políticas públicas, assegurando que os recursos e benefícios sejam direcionados para aqueles que realmente os necessitam (Pimentel; Abreu; Contrigiani, 2021).

Ao considerar estratégias de apoio à agricultura familiar, é essencial ponderar sobre a integração e a otimização das políticas já existentes, abrangendo medidas como o fortalecimento da organização e da gestão colaborativa, o suporte à consultoria técnica e a facilitação do acesso a financiamento. Nesse contexto, as questões relativas à comercialização dos produtos e serviços originados da agricultura familiar e da economia solidária assumem um papel de destaque em qualquer iniciativa voltada para o fomento de um desenvolvimento rural produtivo e sustentável (Kuster; Martí; Fickert, 2004).

Nesse contexto, a compra de alimentos da agricultura familiar é um componente crucial para o sucesso do PNAE. Reconhecendo essa importância, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) estabeleceu a obrigatoriedade de que, no mínimo, 30% dos recursos repassados às Entidades Executoras sejam direcionados para a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar, de empreendedores familiares rurais, comunidades tradicionais indígenas, quilombolas e assentamentos da reforma agrária. Essa medida visa fortalecer a agricultura familiar, promover a segurança alimentar e nutricional dos alunos e fomentar o desenvolvimento local (Brasil, 2009; Brasil, 2020).

O objetivo deste foi analisar a influência do PNAE como ferramenta pedagógica e promotor da educação alimentar e nutricional, com base nas percepções e experiências dos agricultores familiares participantes do programa no município de Santa Luzia do Pará.

REFERENCIAL TEÓRICO

Agricultura familiar

A delimitação conceitual da agricultura familiar representa um desafio complexo e multifacetado. Historicamente, critérios como o número de empregados e o tamanho da propriedade foram utilizados para caracterizar essa modalidade produtiva. Conforme estudo do convênio FAO/INCRA (2018), por exemplo, a ausência de empregados permanentes ou a contratação de menos de cinco trabalhadores temporários em um determinado mês do ano eram indicadores relevantes (Lourenzani, 2005).

No entanto, a Lei n.º 11.326/2006, ao estabelecer o módulo fiscal como unidade de medida e ao enfatizar a renda familiar, a mão de obra familiar e a gestão familiar, apresenta uma definição mais abrangente e dinâmica, refletindo a diversidade dos empreendimentos rurais familiares no Brasil (Brasil, 2006). Essa diversidade é ainda mais evidente quando se considera que, segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2017), cerca de 13,8% da população brasileira reside no meio rural, contribuindo significativamente para a produção de alimentos e para a manutenção da biodiversidade.

A agricultura familiar destaca-se como uma das atividades rurais mais importantes no agronegócio brasileiro. De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), em 2017, cerca de 86,4% do total de empreendimentos rurais no país eram de agricultura familiar.

Deste modo, investimentos em ciência e tecnologia, aliados a avanços técnicos e políticas públicas direcionadas ao campo, impulsionaram as atividades agrícolas desde a década de 1990, resultando em um crescimento significativo da produção e da eficiência, consolidando o país como uma potência agropecuária no cenário internacional (Vieira Filho; Fishlow, 2017).

Para além da aquisição de tecnologias, a manutenção da viabilidade econômica e a perpetuação das unidades familiares agrícolas estão intrinsecamente ligadas à forma como os agricultores gerenciam suas decisões e estratégias produtivas, bem como sua relação com os mercados. Segundo Ploeg (1992), a operacionalização dessas decisões é fundamental para a reprodução

social dessas unidades. Nesse sentido, Schneider (2016) destaca a mercantilização como um processo social que pode fortalecer as bases de recursos das unidades produtivas familiares, contribuindo para a consolidação de suas estratégias de reprodução.

A inserção dos agricultores familiares no mercado, embora possa proporcionar aumento do bem-estar e diversificação do consumo, os expõe a vulnerabilidades como a instabilidade de preços e as assimetrias de poder de mercado. Contudo, essa inserção também os torna vulneráveis a flutuações de preços e relações de poder desiguais. A intensificação da competitividade nos mercados, por sua vez, pode incentivar a especialização produtiva e a agregação de valor, mitigando, em parte, essas vulnerabilidades, conforme evidenciado pelos estudos de Ellis (1988) e Schneider (2016).

As duas últimas décadas no Brasil foram marcadas por um intenso debate sobre a agricultura familiar, que pode ser dividido em três fases distintas. A primeira fase, entre 1990 e 1995, é marcada pelo 'redescobrimento' da categoria, com sua afirmação tanto no campo político quanto no acadêmico (Picolotto, 2011; Favareto, 2006; Santos, 2001).

No início da década de 1990, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) enfrentava uma crise de legitimidade, decorrente da concorrência com novos movimentos sociais, como o MST (Movimento dos Sem Terra), e da dificuldade em representar os interesses de uma agricultura familiar cada vez mais diversificada, especialmente nos estados do Sul, onde a pequena propriedade rural autônoma era mais consolidada, na qual, exigia novas formas de representação que não se encaixavam no modelo tradicional de "trabalhador rural".

A crise de legitimidade enfrentada pela CONTAG no início da década de 1990 impulsionou a busca por novas formas de representação dos trabalhadores rurais. Nesse contexto, a aliança com o Departamento dos Trabalhadores Rurais da CUT (Central Única dos Trabalhadores), em 1995, representou um marco na história do sindicalismo rural brasileiro, ampliando as bases de mobilização e ação política.

Inserida no contexto de transformações mais amplas na sociedade brasileira, a década de 1990 foi marcada por um florescimento de estudos acadêmicos sobre a agricultura familiar. Essa produção intelectual contribuiu para

a construção de um novo olhar sobre o setor, deslocando o foco das análises tradicionais e problematizando as concepções hegemônicas sobre o desenvolvimento rural (Schneider, 2010).

A segunda fase da agricultura familiar brasileira, iniciada em 1996 com a criação do PRONAF e consolidada em 2006 pela Lei n.º 11.326, foi marcada pela sua institucionalização no campo político. O PRONAF, principal programa de apoio à agricultura familiar, contribuiu significativamente para a visibilidade e o fortalecimento do setor. Assim, a partir da divulgação do Caderno Especial do Censo Agropecuário de 2006, em 30 de setembro de 2009, o debate sobre a agricultura familiar no Brasil ingressou em uma nova fase, sendo esta a terceira, a qual se estende até os dias atuais. A publicação desses dados proporcionou um novo marco para a análise do setor, impulsionando novas discussões e pesquisas (Schneider; Cassol, 2013).

Dessa forma, à medida que a agricultura familiar se consolidava como um eixo estratégico das políticas públicas brasileiras, especialmente com o fortalecimento do PRONAF e sua repercussão na terceira fase de desenvolvimento do setor, também se abriram novas possibilidades de integração entre produção agrícola e outras áreas sociais.

Um dos exemplos mais significativos dessa articulação é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que estabelece uma ponte concreta entre a agricultura familiar e a educação básica no Brasil. Ao incorporar alimentos provenientes da agricultura familiar na merenda escolar, o PNAE não apenas promove uma alimentação saudável, mas também valoriza os saberes locais e fortalece a economia regional, constituindo-se como uma ferramenta pedagógica essencial na formação cidadã e sustentável dos estudantes (Conceição *et al.*, 2025).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como ferramenta pedagógica à saúde básica

A educação no Brasil enfrenta diversos desafios, desde a construção do currículo e das propostas pedagógicas até o sucateamento da educação e das políticas públicas vinculadas a ela. Nesse contexto, a escola se torna um local fundamental para a construção de saberes e práticas relacionados à alimentação

saudável e acessível, de acordo com a região. Assim, políticas públicas de caráter alimentar e socioambiental são essenciais para garantir a formação de jovens conscientes sobre a importância de uma alimentação saudável e sustentável (Camozzi *et al.*, 2015).

Dall'agnese, Vieira e Giron (2021) afirmam que o PNAE vai além da oferta de refeições nas escolas, pois também desenvolve ações de educação alimentar e nutricional. Oferece aos alunos da educação básica conhecimento essencial sobre saúde, meio ambiente, agricultura e valorização da cultura local, uma vez que o programa está relacionado aos temas contemporâneos transversais estabelecidos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Assim, a inserção do PNAE em ambiente escolar abre caminho para o desenvolvimento de discussões e reflexões que abrangem as esferas socioeconômicas, ambientais, culturais e políticas, podendo ser entrelaçadas com diversos elementos curriculares.

Portanto, essa política pública pode ser abordada como um tópico interdisciplinar em sala de aula, particularmente vinculada aos temas contemporâneos de educação alimentar e nutricional, educação ambiental e educação para o consumo (Nero; Garcia; Almassy Junior, 2023).

De acordo com Regis, Bernard e Boff (2020), a escola desempenha um papel estratégico na promoção de uma consciência alimentar adequada entre os estudantes. A partir de intervenções educativas, é possível fomentar a adoção de escolhas alimentares mais saudáveis, incluindo o consumo de alimentos frescos e minimamente processados, bem como a valorização da cultura alimentar local.

Essas ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) não apenas são recomendadas para a formação de hábitos saudáveis, mas também proporcionam um ambiente educacional mais estimulante e propício ao aprendizado. Ao integrar conceitos de EAN no currículo escolar, os estudantes são estimulados a aprender acerca do valor nutricional dos alimentos, as consequências de uma alimentação adequada e como fazer escolhas alimentares conscientes (Castro; Lima; Araújo, 2021).

No setor em que o PNAE se concentra, o EAN se comporta como um conjunto de atividades educativas em constante prática e evolução, que envolve diferentes disciplinas, setores e profissionais, tendo como objetivo incentivar a adoção de hábitos alimentares saudáveis que promovam tanto o aprendizado quanto a saúde dos estudantes, contribuindo para a melhoria da qualidade

de vida de cada indivíduo (Brasil, 2012). Logo, a escola desempenha um papel fundamental como ponto de ligação entre os conhecimentos adquiridos em família, comunidade e ambiente escolar para crianças e adolescentes.

É nesse contexto que a escola se torna um agente transformador, proporcionando um espaço privilegiado para a articulação de políticas educacionais e de saúde, sendo o PNAE um programa social e econômico que atua em diversas áreas. O PNAE auxilia diretamente os alunos, garantindo que eles tenham uma alimentação saudável, de qualidade e distribuição, incluindo alimentos locais e até mesmo orgânicos. Ao mesmo tempo, o Programa beneficia os agricultores familiares, estimulando a diversificação da produção e facilitando oportunidades de mercado para a venda de seus produtos, muitos dos quais são selecionados por meio de chamada pública, conforme previsto na Lei n.º 11.974/2009 (Casa-grande; Cancelier; Beling, 2021).

O Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), em seu documento “Panorama da Alimentação Escolar”, traça um retrato abrangente da realidade da nutrição nas escolas brasileiras que diz:

A alimentação escolar tem características de assistência nutricional, desde que ofereça alimentos adequados em quantidade e qualidade, para satisfazer as necessidades nutricionais dos alunos, no período do dia em que permanecem na escola. Mas também, por ser servida na escola, adquire características de ferramenta educativa, que pode e deve ser utilizada para os fins maiores da educação, habilitando o aluno a intervir na própria realidade (Conselho Federal de Nutricionistas, 1995).

Portanto, o PNAE transcende sua função básica de fornecer nutrição aos alunos. Ele se configura como um instrumento pedagógico de grande potencial, capaz de contribuir para a formação integral dos indivíduos (Costa; Ribeiro; Ribeiro, 2001). Nesse contexto, a agricultura familiar torna-se uma aliada estratégica do PNAE, pois além de garantir o abastecimento de alimentos saudáveis e frescos, sua valorização reforça práticas pedagógicas voltadas à cidadania, sustentabilidade e desenvolvimento local.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo foi desenvolvido no município de Santa Luzia do Pará, localizado na Mesorregião do Nordeste Paraense, pertencente à Microrregião do Guamá. A região apresenta clima tropical úmido, com temperatura média anual de 26 °C (IBGE, 2023).

A base econômica do município é sustentada, principalmente, pelas atividades agropecuárias e pesqueiras. No setor agrícola, destacam-se os cultivos de arroz, feijão, milho e mandioca. A pecuária concentra-se na criação de bovinos, suínos e aves, enquanto a pesca é praticada nas águas do rio Guamá, representando uma importante atividade complementar para a subsistência e a economia local (IBGE, 2023).

A pesquisa adotada neste estudo é de natureza quanti-qualitativa, baseada em abordagens interpretativas e exploratórias. De acordo com Gatti (2004), a complementaridade entre as metodologias qualitativa e quantitativa fortalece a análise e aprofunda o entendimento dos objetos de estudo.

A pesquisa foi estruturada em duas etapas distintas. A etapa inicial consistiu na realização de uma revisão bibliográfica sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com ênfase em sua atuação como instrumento de valorização e fortalecimento da agricultura familiar no contexto rural. Na etapa seguinte, realizou-se a coleta de dados primários por meio da aplicação de um questionário misto, contendo questões abertas e fechadas, direcionado aos agricultores familiares vinculados ao PNAE no município.

A pesquisa de campo foi realizada entre os meses de janeiro e fevereiro de 2024. O grupo de entrevistados foi composto por 6 (seis) agricultores, integrantes do PNAE, e residentes nas comunidades Ramal Cabeça de Porco, Ramal Tatuquará, Ramal do Cação e Km 25 (BR-316).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A valorização da propriedade rural e a dinâmica da produção na agricultura familiar

Em Santa Luzia do Pará, as propriedades dos agricultores familiares se situam em zonas rurais, onde oferecem condições necessárias para moradia e

trabalho, sendo área própria de todos os agricultores. Segundo Spanevello *et al.* (2021), as interações entre moradia e trabalho no meio rural, aliadas ao forte vínculo com a propriedade, emergem como elementos cruciais na sucessão rural. Este cenário indica que, para além da herança direta, diferentes arranjos familiares e sociais podem assegurar a continuidade das atividades agrícolas nas propriedades rurais.

A faixa etária das áreas varia de 2 a 55 anos, abrangendo tamanhos que diversificam de 9 a 25 hectares. Durante a interação com os agricultores, foi possível identificar os itens fornecidos pelos mesmos ao PNAE em Santa Luzia do Pará, a saber: alface, cariru, chicória, coentro, couve, feijão e melancia. Os produtos passam por uma inspeção realizada pelas autoridades componentes do município.

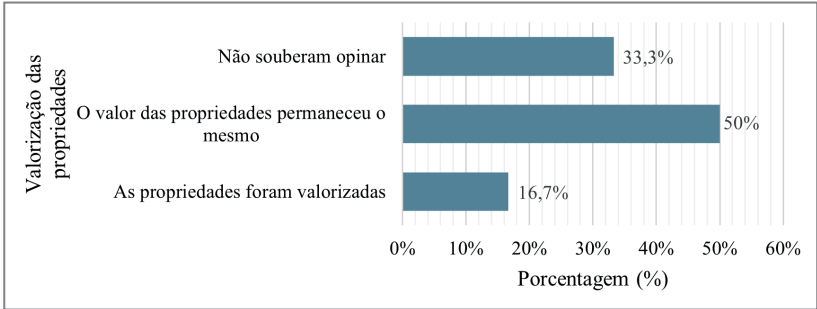
Conforme as informações fornecidas pelos agricultores, os mesmos apresentam uma amostra de cada item durante uma reunião que conta com a presença de um nutricionista, representantes da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, além do prefeito do município. Essa assembleia abrange todos os agricultores que foram selecionados e cumpriram os requisitos da chamada pública.

A produção de vegetais frescos ou minimamente processados, como frutas, legumes e verduras, destaca-se na agricultura familiar, impulsionada por vários elementos. A crescente demanda e oferta desses produtos, juntamente com a facilidade de comercialização e normas sanitárias menos rigorosas, que frequentemente dispensam equipamentos complexos para o processamento, são alguns dos fatores determinantes. Essa característica não apenas contribui para a acessibilidade e diversidade alimentar, mas também fortalece a economia local e preserva a riqueza da cultura alimentar (Baccarin *et al.*, 2017).

A valorização das propriedades também foi discutida diretamente com os agricultores. Ao serem questionados sobre os impactos do PNAE, 16,7% afirmaram que suas propriedades foram valorizadas após o ingresso no Programa, em função da expansão das instalações produtivas; 50% indicaram que o valor de suas propriedades permaneceu o mesmo; e 33,3% não souberam opinar (Ver figura 1). Por meio da venda de seus produtos para o Programa, os agricultores relataram aumento na renda bruta, ainda que modesto, o qual tem

sido suficiente para suprir necessidades básicas, contribuindo para melhorias em educação, saúde, condições sanitárias, emprego e renda.

Figura 1 - Percepção dos agricultores sobre a valorização das propriedades após a inserção ao PNAE.



Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

No que se refere à ocupação de mão de obra, observou-se que 50% dos produtores relataram um aumento na demanda por trabalho após a adesão ao Programa. Para os outros 50%, a participação no PNAE não representou uma mudança significativa na dinâmica familiar, pois já havia engajamento prévio no trabalho agrícola. Conforme Suess-Reyes e Fuetsch (2016), a organização familiar e a divisão de tarefas entre seus membros, respeitando habilidades e disponibilidade individual, são fundamentais para otimizar tempo e trabalho, permitindo maior produtividade e dedicação a diversas atividades.

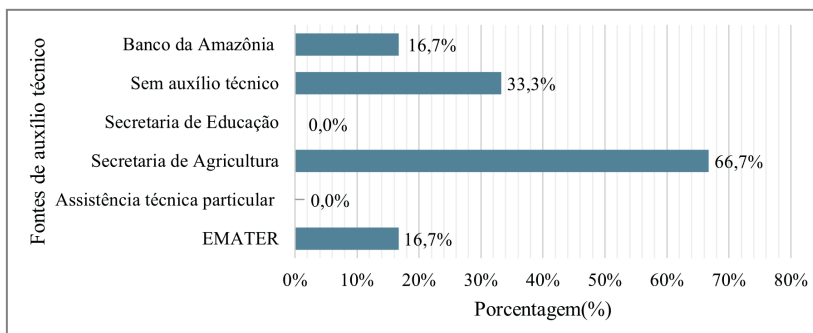
Assistência técnica e fontes de apoio na sustentação da agricultura familiar

A valorização da propriedade rural, no entanto, não se dá apenas pelo mercado ou pelos efeitos indiretos do PNAE. Ela está diretamente associada ao acesso a auxílios técnicos e ao suporte institucional que fortalece a capacidade produtiva dos agricultores. Nesse contexto, destaca-se a importância das fontes de assistência técnica disponíveis aos produtores da região.

No que se refere à distribuição dessas fontes de apoio, conforme se observa na figura 2 a principal fonte de assistência identificada pelos agricultores foi a Secretaria da Agricultura, com 66,7% dos entrevistados. Em seguida, aparece a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), com 16,7%. Nenhum dos entrevistados relatou utilizar assistência técnica particular

ou recorrer à Secretaria da Educação como apoio direto. Além disso, 33,3% dos agricultores não buscam qualquer tipo de auxílio formal, enquanto 16,7% recorreram ao Banco da Amazônia.

Figura 2 - Fontes de auxílio técnico dos agricultores familiares que participam do PNAE no Município de Santa Luzia/PA.



Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Essa dependência quase exclusiva da Secretaria da Agricultura pode ser positiva, desde que seus serviços sejam efetivos, mas também evidencia a necessidade de ampliar e diversificar as fontes de apoio disponíveis aos agricultores da região. A limitação de opções pode fragilizar a sustentabilidade da produção, principalmente em contextos de crise ou descontinuidade de políticas públicas.

Apesar de a agricultura familiar ser responsável por cerca de 70% da produção de alimentos no Brasil e desempenhar papel fundamental na segurança alimentar, historicamente ela tem sido negligenciada pelo poder público. Desde o processo de modernização agrícola no pós-guerra, os agricultores familiares têm enfrentado obstáculos devido à falta de políticas adequadas e de apoio técnico consistente (Castro, 2015).

A percepção dos agricultores e o impacto educacional do PNAE

Os resultados do estudo evidenciam que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além de seu papel tradicional de prover alimentação nas escolas públicas, também desempenha uma função pedagógica significativa. Essa influência se estende não apenas aos estudantes, por meio da promoção de uma alimentação saudável, mas também aos próprios agricultores familiares,

que vivenciam um processo contínuo de aprendizagem e adaptação a partir de sua inserção no programa.

Os agricultores entrevistados apresentaram uma percepção unânime sobre os efeitos positivos do PNAE na qualidade da merenda escolar. Todos (100%) reconheceram os seguintes benefícios:

Tabela 1 - Benefícios do PNAE para os alunos segundo os agricultores familiares.	
Benefícios percebidos para os alunos	% dos agricultores que concordam
Fornecimento regular e constante de alimentos	100%
Consumo de alimentos mais saudáveis	100%
Manutenção do valor nutricional dos alimentos	100%
Maior diversificação da merenda escolar	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Essa percepção reforça o papel do PNAE na promoção da segurança alimentar e nutricional no ambiente escolar, além de contribuir para a Educação Alimentar e Nutricional (EAN). O fornecimento de alimentos frescos, variados e de origem local estimula práticas alimentares mais conscientes e o reconhecimento dos alimentos produzidos no próprio território. De acordo com a EMATER (2014), o PNAE tem impacto direto na aprendizagem e no desempenho dos alunos ao promover uma alimentação equilibrada.

Impactos educacionais indiretos e aprendizagem dos agricultores

Embora o estudo original tenha como foco principal os impactos socioeconômicos, várias evidências apontam para benefícios com implicações educacionais significativas para os próprios agricultores.

A exigência por alimentos com alto padrão de qualidade incentivou todos os entrevistados a adotarem boas práticas de cultivo, colheita e manuseio, atuando, assim, como um processo de educação prática e contínua. Além disso, 66,7% relataram redução no uso de defensivos químicos, substituindo-os por práticas mais naturais, alinhadas à proposta agroecológica do programa. Por outro lado, 16,7% aumentaram o uso devido ao enfrentamento de novas pragas, o que evidencia a necessidade de maior suporte técnico (Ver tabela 2).

Tabela 2 - Impactos educacionais indiretos do PNAE sobre os agricultores.

Impactos educacionais indiretos do PNAE	% dos agricultores afetados
Aprimoramento das práticas agrícolas e padrões de qualidade	100%
Redução no uso de defensivos agrícolas	66,7%
Participação em redes de troca de conhecimento	83,3%
Interesse de sucessores na continuidade das atividades	83,3%
Melhoria da relação entre campo e cidade	83,3%

Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

A inserção em organizações como a Associação APROSANTA foi destacada por 83,3% dos produtores como fator de aprendizado coletivo, proporcionando acesso a informações sobre comercialização, legislação sanitária e estratégias de produção.

Outro dado relevante é o estímulo à sucessão familiar: 83,3% dos agricultores indicaram que seus filhos demonstram interesse em continuar no campo. Esse interesse está diretamente relacionado à melhoria de renda proporcionada pelo PNAE, bem como à possibilidade de combinar o trabalho agrícola com a formação educacional.

CONCLUSÃO

Os dados analisados demonstram que o PNAE transcende seu papel tradicional como programa de alimentação escolar, configurando-se como uma verdadeira plataforma de educação integrada. A percepção unânime dos agricultores familiares sobre os benefícios do programa para os alunos destaca seu impacto positivo na segurança alimentar e na Educação Alimentar e Nutricional nas escolas públicas de Santa Luzia do Pará.

Ao mesmo tempo, o PNAE também funciona como um vetor de aprendizagem contínua para os próprios agricultores. As exigências do programa em relação à qualidade dos produtos e ao cumprimento de normas sanitárias têm impulsionado melhorias nas práticas de produção e estimulando uma transição para métodos mais sustentáveis e agroecológicos. Além disso, a participação em cooperativas e associações fortalece redes de conhecimento e apoio mútuo, fundamentais para o desenvolvimento rural.

Outro efeito positivo observado é o estímulo à permanência dos jovens no campo, que veem na agricultura familiar uma oportunidade viável e digna, sobretudo quando aliada à educação formal.

Por outro lado, persistem desafios que precisam ser enfrentados para que o PNAE alcance seu pleno potencial educativo. A falta de capacitação técnica e de acesso ao crédito rural limita o crescimento dos agricultores. A superação dessas barreiras passa necessariamente por ações formativas e apoio institucional.

Conclui-se, portanto, que o PNAE não deve ser visto apenas como uma política de segurança alimentar ou de fomento econômico, mas como uma ferramenta educacional estratégica. Ele educa tanto os alunos quanto os produtores, promovendo uma cadeia de conhecimento, valorização da cultura alimentar local, e sustentabilidade ambiental e social.

REFERÊNCIAS

BACCARIN, J. G. *et al.* Indicadores de avaliação das compras da agricultura familiar para alimentação escolar no Paraná, Santa Catarina e São Paulo. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 55, n. 1, p. 103-122, 2017.

BARBOSA, Najla Veloso Sampaio *et al.* Alimentação na escola e autonomia-desafios e possibilidades. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 937-945, 2013.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, p. 2, Brasília, DF, ano 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/%5C_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, p. 2, Brasília, DF, ano 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 29 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução Nº 06, de 08 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-6-de-8-de-maio-de-2020-256309972>. Acesso em: 29 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional**. 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/caisan/educacao-alimentar-e-nutricional>. Acesso em: 29 jul. 2025.

CAMOZZI, Aída Bruna Quilici *et al.* Promoção da Alimentação Saudável na Escola: realidade ou utopia?. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 23, p. 32-37, 2015.

CARRARA, Mariane Lemos. Dificuldade de aprendizagem e vulnerabilidade social sob a percepção da comunidade escolar. **Universidade do Sul de Santa Catarina. Pós graduação em Educação e Direitos Humanos**, v. 1, p. 28, 2016. Disponível em: <http://www.ensinosuperior.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Artigo-Mariane.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2025.

CARVALHO, Ana Patrícia de Lima Silva. Importância da alimentação para melhorias na aprendizagem de crianças em unidades públicas de ensino: revisão integrativa. **Revista Somma**, v. 2, n. 2, p. 74-83, 2017.

CASAGRANDE, Solange; CANCELIER, Janete Webler; BELING, Helena Maria. Programa nacional de alimentação escolar (PNAE): Contribuição na alimentação saudável escolar e promoção da agricultura familiar. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 3, p. 25835-25849, 2021.

CASTRO, César Nunes de. Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, Brasília, n. 12, jul./dez. p. 49-59, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6478>. Acesso em: 25 jul. 2025.

CASTRO, Mariana Almeida Viveiros; LIMA, Grazielle Corrêa; ARAUJO, Gabriella Pinto Belfort. Educação alimentar e nutricional no combate à obesidade infantil: visões do Brasil e do mundo. **Revista da Associação Brasileira de Nutrição-RASBRAN**, v. 12, n. 2, p. 167-183, 2021.

CAVASSIN, Paulo Martins; PINHO, Kátia Elisa Prus. Influência da Alimentação no Desenvolvimento do Aluno e na Aprendizagem Escolar. **Versão online, Cadernos PDE**, v. 1, Curitiba: Governo do Estado, 2013.

CONCEIÇÃO, Thamylla Oliveira da; NOGUEIRA, Ana Karlla Magalhães; MELO JUNIOR, Luiz Cláudio Moreira; RODRIGUES, Elias Mauricio da Silva. Agricultura familiar: o impacto socioeconômico do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Município de Santa Luzia do Pará. **Cadernos Cajuína, [S. l.]**, v. 10, n. 2, p. e1001, 2025. DOI: 10.52641/cadcajuv10i2.1001. Disponível em: <https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/1001>. Acesso em: 25 jul. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. **Panorama da alimentação escolar Brasília**, 1995. (Ofício CFN n.223/95).

COSTA, Estér de Queirós; RIBEIRO, Victoria Maria Brant; RIBEIRO, Eliana Claudia de Otero. Programa de alimentação escolar: espaço de aprendizagem e produção de conhecimento. **Revista de Nutrição**, v. 14, p. 225-229, 2001.

DABAS, Elina. **Redes sociales, familias y escuela**. Buenos Aires: Paidós, 2005.

DALL'AGNESE, Júlia; VIEIRA, Laura Morshak; GIRON, Heloísa. PNAE como instrumento pedagógico de fomento à saúde na Educação Básica de jovens brasileiros. **Cadernos de Aplicação**, v. 34, n. 2, 2021.

ELLIS, Frank. **Peasant economics: Farm households in agrarian development**. Cambridge University Press, 1988.

EMATER. Projeto mercados institucionais PNAE e PAA. Curitiba/PR, 2014. Disponível em:<http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=147>. Acesso em: 15 jul. 2025.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. **The state of food and agriculture: innovation in family farming**. Roma: FAO, 2017.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. **El trabajo de la FAO en la Agricultura Familiar: Prepararse para el Decenio Internacional de Agricultura Familiar (2019-2028) para alcanzar los ODS**. Nova York, Estados Unidos: FAO, 2018.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, p. 27-44, 2006.

GATTI, Bernardete A. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, SP, v. 30, n. 1, p. 11-30, jan, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Área destinada à colheita, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente**. 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023). **Histórico**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/santa-luzia-do-para/historico>. Acesso em: 15 jul. 2025.

IPOLITO, Antonia Leudiane Mariano *et al.* Análise dos impactos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sobre a Agricultura Familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 63, p. e289972, 2025.

KIRCH, Aline Taiane; COPATTI, Livia Copelli. O direito à alimentação de crianças e adolescentes: uma discussão acerca do papel dos poderes do estado e da sociedade civil em prol da concretização. **Revista de Estudos Jurídicos da UNESP**, v. 17, n. 26, 2013.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, p. 106, 2014.

KUSTER, A.; MARTÍ, J.; FICKERT, U. **Agricultura familiar, agroecologia e mercado no Norte e Nordeste do Brasil**. 2. ed. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

LOURENZANI, W. L. **Modelo Dinâmico Para A Gestão Integrada Da Agricultura Familiar**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção). São Carlos, SP. UFSCAR, 2005.

MAIA, Mayra de Mello Dresler; CABRAL, Patrícia Fernanda Oliveira; QUEIROZ, Salete Linhares. Alimentação saudável: abordagem interdisciplinar na educação básica. **Educação e Fronteiras**, v. 7, n. 21, p. 14-24, 2017.

MAGNO, Marina Sambrano de Oliveira; CYRILLO, Denise Cavallini; SARTI, Flávia Mori. Evolução da alimentação escolar no município de São Paulo-SP. **Nutrire Rev. Soc. Bras. Aliment. Nutr**, p. 83-96, 2013.

MATAVELI, Marcela; MUÑOZ, Andrea Elena Pizarro. Impactos do sistema de produção integrado para agricultura familiar. *In*: INTERNATIONAL FISH CONGRESS & FISH EXPO BRASIL, 4., 2022, Foz do Iguaçu. [Anais]. Foz do Iguaçu: Fundep, 2022.

NERO, Dario da Silva Monte; GARCIA, Rosineide Pereira Muraback; ALMASSY JUNIOR, Alexandre Americo. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) a partir da sua gestão de descentralização. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 31, n. 118, 2023.

ONU – Organização das Nações Unidas. Com 47 milhões de crianças alcançadas, Brasil é referência global em refeições escolares, 2013. Disponível em: <http://www.onu.org.br/com-47-milhoes-de-criancas-alcancadas-brasil-ereferencia>-Acesso em: 10 jul. 2025.

PEREIRA, Denise Paes *et al.* **Situação dos agricultores familiares selecionados por chamada pública do PNAE no município de Lages**, Santa Catarina. 2018.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PIMENTEL, Andréa Eloisa; ABREU, Lucimar Santiago; CONTRIGIANI, Ariele Carolina. **Agricultura familiar**. Araras: UFSCar/CPOI, 2021.

PLOEG, J. D. van der. **El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización**. In: GUZMAN, E. S. (Ed.). *Ecología, campesinato y historia*. Madrid: Las Ediciones de la Piuqueta, 1992.

REGIS, Jean Gabriel; BERNARD, Aline; BOFF, Eva Teresinha de Oliveira. **Educação alimentar e nutricional no contexto da base nacional comum curricular**. *Salão do Conhecimento*, v. 6, n. 6, 2020.

SANTOS, M. J. Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. **Estudos Avançados**, São Paulo, USP, v. 16, n. 44, 2001.

SANTOS, Sérgio Ribeiro; DE SOUSA COSTA, Maria Bernadete; TORRES DE PAIVA BANDEIRA, Geovanna. As formas de gestão do programa nacional de alimentação escolar (PNAE). **Revista de Salud Pública**, v. 18, p. 311-320, 2016.

SANTOS, Maria do Carmo Cardoso Almeida *et al.* **Avaliação dos impactos socioeconômicos e ambiental da agricultura familiar na microbacia do Oiti Lagoa Seca-PB**. 2009. P. 140. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Paraíba, 2009.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2016.

SCHNEIDER, Sergio; SHIKI, Shigeo; BELIK, Walter. **Rural development in Brazil: overcoming inequalities and building new markets**. 2010.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. **A agricultura familiar no Brasil**. Serie documentos de trabajo, n. 145, 2013.

SPANVELLO, Rosani Marisa *et al.* Permanência da juventude no meio rural: para além da sucessão geracional tradicional. **Eutopía. Revista de Desarrollo Económico Territorial**, n.19, p. 119-135, 2021.

SUESS-REYES, Julia; FUETSCH, Elena. O futuro da agricultura familiar: uma revisão da literatura sobre estratégias inovadoras, sustentáveis e orientadas para a sucessão. **Revista de estudos rurais**, v. 47, p. 117-140, 2016.

VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; FISHLOW, Albert. **Agricultura e indústria no Brasil: inovação e competitividade**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2017. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7682>. Acesso em 03 de jul. 2025.

VIDA ACADÊMICA E FAMILIAR: DESAFIOS DE DISCENTES DO CURSO DE AGRONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA (UFRA), CAMPUS CAPANEMA

Anna Beatriz Rosário de Souza

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Gabriella Nunes Silva

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Karla Gabryella Alburquerque Maciel

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Ana Karlla Magalhães Nogueira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Geovanna Vasconcelos Barros

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Objetivo: Este artigo teve como objetivo analisar os obstáculos enfrentados pelos discentes do curso de Agronomia da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), *Campus* Capanema, na tentativa de equilibrar suas vidas acadêmica e familiar. **Métodos:** A pesquisa, de caráter descritivo e abordagem quantitativa, utilizou um questionário estruturado, aplicado a 103 alunos, correspondendo a 51% do total de discentes regularmente matriculados no curso. **Resultados:** Os dados obtidos revelaram que a sobrecarga acadêmica, associada a dificuldades financeiras e demandas familiares, impacta negativamente o bem-estar dos estudantes, gerando altos níveis de *estresse* e comprometendo sua saúde mental e desempenho acadêmico. Adicionalmente, observou-se uma percepção mista quanto ao suporte institucional oferecido pela UFRA, pois uma parcela dos discentes reconhecem iniciativas como a flexibilização de prazos, outros apontam insuficiências em serviços de assistência psicossocial e falta de flexibilidade nos horários acadêmicos. Entre as estratégias sugeridas pelos estudantes para minimizar os impactos negativos, destacou-se a redução da carga horária, maior divulgação e acessibilidade aos serviços de apoio psicológico e o aprimoramento das políticas de assistência financeira. **Considerações finais:** Concluiu-se que medidas mais inclusivas e personalizadas, como a flexibilização curricular e o acompanhamento contínuo das necessidades dos alunos, são essenciais para promover um ambiente universitário mais equilibrado e favorável ao aprendizado. Tais iniciativas podem contribuir significativamente para a redução de taxas de evasão e para o fortalecimento do bem-estar geral dos discentes.

Palavras-chave: Vida Acadêmica; Estudantes Universitários; Agronomia.

INTRODUÇÃO

No atual cenário brasileiro, é nítido o aumento de Instituições de Ensino Superior (IES), conforme demonstram os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Em 2019, o Brasil contava com 2.537 estabelecimentos, totalizando 13,5 milhões de vagas distribuídas entre diferentes cursos ofertados por instituições públicas e privadas, sendo 72,9% vagas novas e 26,9% vagas remanescentes. Trata-se de números significativos referentes àquele ano, que representam o interesse de milhões de estudantes em aprofundar seus conhecimentos em determinada área, visando, futuramente, conquistar espaço no mercado de trabalho.

O momento da conquista dessa vaga é de muita alegria e comemoração, tanto para o mais novo acadêmico quanto para seus familiares. Contudo, esse acontecimento tão esperado por todos deve ser visto com cautela, pois, ao mesmo tempo, em que o estudante vive uma fase de grande felicidade pela realização de um sonho, ele se deparará com um ambiente repleto de desafios. O início da graduação é considerado um período crítico que exige adaptação e integração ao novo espaço social (Almeida *et al.*, 2007).

Prioritariamente, durante o período inicial de ingresso ao curso superior, o processo de adaptação se constitui como um momento particular, cujo estudante enfrenta muitas adversidades, tais como o afastamento da família, a necessidade de torna-se independente ao mudar de cidade, a nova rotina de estudos e a organização de seu tempo. Esses e outros fatores, sem dúvidas, tendem a dificultar o processo de adaptação à vida acadêmica (Almeida *et al.*, 1999).

Diante do exposto, torna-se importante contextualizar o ambiente de aprendizagem e compreender como as experiências universitárias marcam a vida dos discentes. A preocupação com a vida acadêmica se dá em decorrência da necessidade de efetiva aprendizagem, a qual vai depender de variáveis de grande influência social (Gomes *et al.*, 2021).

Além disso, é necessário considerar como o ensino superior se estrutura no país influencia diretamente essas vivências acadêmicas. Tomás e Silveira (2021) afirmam que a expansão do ensino superior no Brasil não garante sua democratização, pois a diversidade institucional e dos perfis dos estudantes dificulta a avaliação homogênea dos efeitos educacionais.

Essas diferenças estruturais refletem-se diretamente nas experiências dos estudantes dentro da universidade, especialmente no processo de adaptação à vida acadêmica. A integração da vida universitária é um processo multidimensional e complexo, construído gradativamente no decorrer das relações estabelecidas no contexto da universidade (Granado *et al.*, 2005; Polydoro *et al.*, 2001). Enquanto isso, o jovem conta apenas com sua própria estrutura psicossocial e o apoio de redes formadas anteriormente ao ingresso na universidade (amigos e família, principalmente) para enfrentar eventuais dificuldades que possam surgir. Nesse sentido, a maneira como o estudante vivencia as novas experiências no universo universitário torna-se um fator crucial para a permanência do aluno na trajetória acadêmica (Granado *et al.*, 2005; Polydoro *et al.*, 2001).

Segundo Dias *et al.* (2019), os universitários enfrentam diversas dificuldades no ingresso ao ensino superior, destacando-se a gestão do tempo, desafios acadêmicos, diferenças entre ensino médio e superior, relações interpessoais, saudade de casa e dificuldades financeiras, entre outros.

Assim, o ambiente universitário que auxiliaria na consolidação do conhecimento, permitindo a melhor formação para o futuro profissional, é propenso a provocar adoecimentos (Cardoso *et al.*, 2019). Essa realidade é agravada por fatores institucionais, como apontam Nascimento, Kosminsky e Cavalcanti (2018), que identificam na conduta docente, na estrutura física deficitária e na matriz curricular rígida importantes fontes de desmotivação dos estudantes em relação à permanência na universidade. Esses aspectos revelam a complexidade dos desafios enfrentados pelos discentes, exigindo das instituições de ensino superior maior atenção ao bem-estar acadêmico.

Nesse contexto, destaca-se a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), a mais antiga na área de Ciências Agrárias no estado do Pará. Criada em 1951 como Escola de Agronomia da Amazônia (EAA) e elevada à categoria de universidade em 2002, a UFRA se posiciona como uma instituição estratégica na formação de profissionais comprometidos com a preservação e exploração racional da Região Amazônica (UFRA, 2025). Tal missão, aliada aos desafios já mencionados, reforça a necessidade de políticas institucionais voltadas à melhoria das condições de ensino e permanência estudantil.

Considerando a trajetória institucional da UFRA Capanema, o curso de Agronomia teve início em 1972, ainda sob a gestão da FCAP, e permaneceu

assim até 1997. Conforme dados da própria instituição, eram ofertadas 200 vagas anuais nos concursos vestibulares, das quais 100 eram destinadas ao curso de Agronomia. Desde então, a UFRA passou a se consolidar como a principal instituição da região, atuando no desenvolvimento e na implementação de políticas voltadas às demandas do setor agrário (UFRA, 2025).

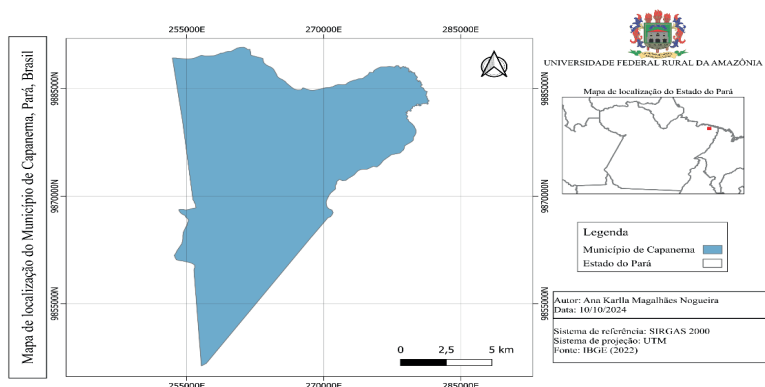
Diante dessa relevância regional e do papel formativo desempenhado pela UFRA, este estudo busca entender quais são os principais obstáculos enfrentados pelos estudantes de Agronomia da UFRA/Capanema ao tentarem equilibrar suas responsabilidades profissionais e familiares. Assim, surge o seguinte problema de pesquisa: quais são os principais desafios enfrentados pelos discentes de agronomia do *Campus* UFRA/Capanema para conciliar vida acadêmica e familiar? Com base nessa problemática, a pesquisa teve como objetivo explorar as condições que dificultam essa conciliação, contribuindo para a compreensão das necessidades desses discentes e para a formulação de propostas de apoio que promovam seu bem-estar e desempenho acadêmico.

MATERIAL E MÉTODOS

Área de estudo e dados utilizados

O estudo foi desenvolvido no município de Capanema, localizado no estado do Pará (Ver Figura 1). Segundo a Prefeitura de Capanema (2025), a cidade teve origem em 1910, quando Guilherme Schüch, o Barão de Capanema, fixou-se na região em razão da instalação da rede telegráfica. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), o município, no último censo, apresentou uma área de aproximadamente 621,3 km², com população estimada em 70.394 habitantes, resultando em uma densidade demográfica de 113,27 habitantes por quilômetro quadrado.

Figura 1- Mapa de localização do município de Capanema, Pará



Fonte: Cid *et al.*, (2024).

A pesquisa foi realizada na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), *Campus* Capanema, situada na região Nordeste do estado do Pará. A instituição é reconhecida por sua atuação na formação de profissionais voltados ao desenvolvimento agrário e sustentável. A escolha desse *campus* como cenário do estudo justifica-se pelo seu foco no ensino e na pesquisa agropecuária, o que torna pertinente analisar como os discentes conciliam a vida acadêmica com as exigências pessoais, considerando as especificidades do curso de Agronomia.

Procedimentos metodológicos

No que se refere aos procedimentos metodológicos adotados, a pesquisa caracteriza-se como de levantamento (*survey*), de caráter descritivo e abordagem quantitativa, com um desenho transversal quanto ao tempo. Este método foi selecionado por sua eficácia em Ciências Sociais para coletar, de maneira sistemática e objetiva, dados complexos e abrangentes, especialmente em amostras grandes, o que possibilita obter informações detalhadas (Mineiro, 2020).

O método quantitativo foi escolhido por possibilitar uma análise abrangente dos dados, permitindo identificar áreas de maior e menor desempenho (Silva *et al.*, 2024). Conforme os mesmos autores, essa abordagem contribui para uma avaliação mais precisa do objetivo investigado, facilitando a identificação de pontos que demandam melhorias.

Além disso, a análise dos dados foi conduzida utilizando estatística descritiva, para identificar as principais dificuldades relatadas pelos discentes e quantificar a percepção sobre o equilíbrio entre vida profissional e familiar.

Destaca-se também a utilização de um questionário estruturado com 09 perguntas de natureza quantitativa e formato fechado. As perguntas foram de múltipla escolha, amplamente divulgadas em redes sociais e grupos institucionais da universidade, o que possibilitou alcançar um número significativo de respondentes.

A fim de obter as informações necessárias ao estudo, o instrumento de coleta foi estruturado para garantir que os dados coletados abrangessem diferentes dimensões da vida acadêmica e familiar dos discentes. Ele foi dividido em três seções, sendo elas: identificação dos respondentes, incluindo variáveis demográficas como idade, semestre cursado, cidade de origem e cidade atual; questões sobre carga horária dedicada a atividades acadêmicas, profissionais e familiares; e, por fim, questões sobre os desafios entre vida acadêmica e familiar. Nesta última seção, os participantes foram questionados sobre as dificuldades encontradas no equilíbrio dessas dimensões.

Dessa forma, o questionário configura-se como uma ferramenta de coleta de informações que permite obter dados diretamente com o sujeito pesquisado, com o propósito de medir e descrever, de forma mais precisa, diversas variáveis em diferentes contextos (Bastos *et al.*, 2023).

O questionário resultou em uma amostra de 103 participantes, correspondendo aproximadamente a 51% do total de estudantes do curso de Agronomia da UFRA/Capanema, que possui, de acordo com informações fornecidas pela coordenação de curso, o total de 203 alunos regularmente matriculados.

O levantamento dos dados foi realizado nos meses de agosto a novembro de 2024, de maneira *online*, por meio da disponibilização de um *link* do *Google Forms* e posteriormente tabulados e organizados no *Excel*, por meio de gráficos, a fim de facilitar a compreensão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados coletados entre os discentes do curso de Agronomia da UFRA, *Campus Capanema*, revelaram um conjunto de desafios relacionados à vida acadêmica e familiar que impactam profundamente seu bem-estar e desempenho. A análise a seguir discute esses resultados e sua relevância no contexto universitário, abordando as diferentes áreas que necessitam de maior suporte institucional para garantir a qualidade de vida acadêmica dos discentes.

Perfil dos discentes do curso de Agronomia

Os estudantes participantes deste estudo possuem origens diversas, residindo majoritariamente na cidade de Capanema, mas provenientes de distintas localidades, incluindo zonas rurais e urbanas. Esse perfil reflete uma heterogeneidade que influencia tanto suas adaptações ao ambiente universitário quanto suas necessidades de suporte acadêmico e social.

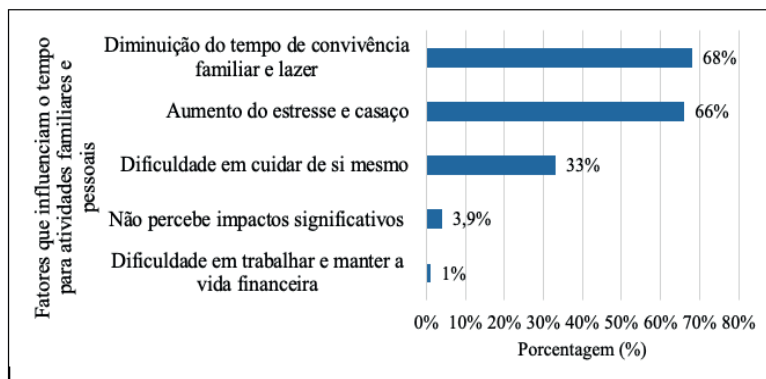
A adaptação ao ambiente universitário não envolve somente o aspecto acadêmico, mas também exige um ajustamento cultural e familiar para os discentes que saem de casa para estudar. A vivência universitária para muitos deles inclui, pela primeira vez, a experiência de residir longe do núcleo familiar, o que pode gerar um período inicial de isolamento e dificuldades na integração com a comunidade acadêmica.

Impacto das Demandas Acadêmicas

Com relação aos fatores que influenciam o tempo dedicado às atividades familiares e pessoais, a maioria dos discentes de agronomia, representando 68% da amostra apontou a diminuição do tempo de convivência familiar e lazer, indicando um possível desequilíbrio entre as obrigações acadêmicas e a vida pessoal. Além disso, 66% relataram aumento do *estresse* e cansaço, 33% dificuldade em cuidar de si mesmo, enquanto apenas 3,9% não perceberam impactos significativos e somente 1% apresentou dificuldade em trabalhar e manter a vida financeira (Ver gráfico 1). Esses dados evidenciam o impacto

significativo das demandas acadêmicas na vida pessoal dos estudantes, refletindo na qualidade de vida, saúde mental e equilíbrio emocional dos discentes.

Gráfico 1- Fatores que influenciam o tempo para atividades familiares e pessoais



Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Diante disso, nota-se que a falta de tempo para os aspectos pessoais pode levar a um aumento no *estresse* e a dificuldades em manter uma saúde mental adequada, afetando tanto o desempenho acadêmico quanto o bem-estar dos estudantes. Este dado evidencia a importância de políticas de suporte que permitam uma gestão equilibrada do tempo e, conseqüentemente, uma experiência universitária mais saudável.

Carlotto, Nakamura e Camara (2006), em um estudo com estudantes universitários no Brasil, cuja aplicação ocorreu em outubro de 2004, concluíram que, quanto mais avançado o aluno está na carreira acadêmica e quanto maior for o número de disciplinas cursadas, maior tende a ser o nível de desgaste em relação à universidade. Segundo os mesmos autores, estar em uma etapa mais avançada do curso pode representar uma carga maior de atividades e exigências, como, por exemplo, as práticas profissionais, que geralmente ocorrem na segunda metade do curso do ensino superior. Além disso, a obrigatoriedade de matricular-se em muitas disciplinas exige que o aluno dedique mais horas à realização do curso, implicando o volume de trabalho, leituras e avaliações.

Dificuldades em Conciliar Vida Acadêmica e Trabalho

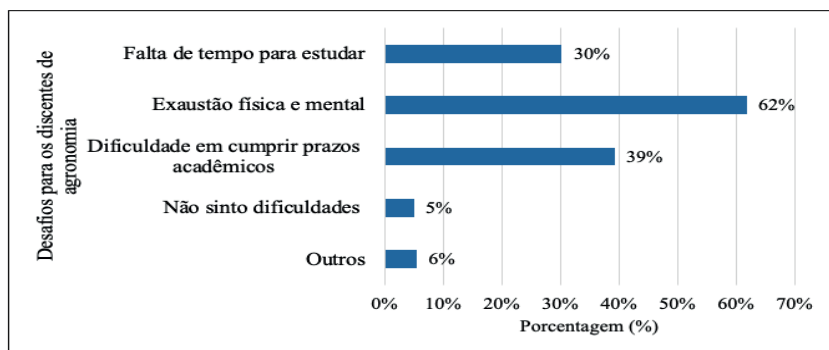
A conciliação entre a vida acadêmica e as exigências do mercado de trabalho representa um dos maiores desafios enfrentados pelos estudantes universitários. De acordo com Carmona (2024), a transição para o universo profissional ocorre em meio a profundas transformações nas dinâmicas laborais, ampliando o sentimento de incerteza e instabilidade. Enquanto alguns conseguem estruturar seus projetos de carreira, outros chegam ao final da graduação sem uma direção definida (Teixeira, 2002).

Segundo o mesmo autor, isso se deve, em parte, entre a expectativa idealizada sobre as demandas da formação acadêmica e a realidade imposta pelo mercado de trabalho. Esse cenário não somente gera impactos acadêmicos e na trajetória profissional, mas também consequências emocionais e sociais.

No que se refere aos desafios enfrentados pelos discentes de Agronomia que exercem atividade profissional remunerada, o obstáculo mais recorrente é a exaustão física e mental, mencionada por 62% da amostra. Além disso, 39% apontaram dificuldade em cumprir prazos acadêmicos, 30% relataram falta de tempo para estudar, 6% indicaram outros fatores, e somente 5% afirmaram não enfrentar dificuldades (Ver Gráfico 2). Esses dados revelam que, além de cumprirem as exigências da graduação, muitos estudantes precisam manter atividades remuneradas, frequentemente essenciais para o próprio sustento ou para o apoio familiar.

Esse cenário de dupla jornada, estudo e trabalho, intensifica o desgaste físico e mental, comprometendo o aprendizado e aumentando o risco de exaustão e dificuldades na conclusão do curso. Além disso, essa sobrecarga pode desencadear problemas de saúde e comprometer a vivência acadêmica, tornando menos proveitosa. Para minimizar esses impactos, o *campus* poderia avaliar a implementação de programas de flexibilização de carga horária, a fim de oferecer maior suporte aos estudantes que precisam conciliar trabalho e estudo.

Gráfico 2- Desafios para os discentes de agronomia que desenvolvem atividade profissional remunerada



Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Segundo Castro (2017), “aspectos contextuais, vocacionais e pessoais podem afetar a vida dos estudantes universitários no momento da finalização do curso”. O autor também destacou que as instituições podem contribuir significativamente para a formação profissional dos estudantes ao promover ações que estimulem o autoconhecimento e auxiliem na trajetória profissional às demandas do mercado. Assim, o apoio institucional torna-se essencial para identificar as necessidades dos discentes e oferecer suporte adequado, promovendo maior segurança e clareza nas suas escolhas profissionais.

Percepção dos discentes sobre o Suporte Institucional

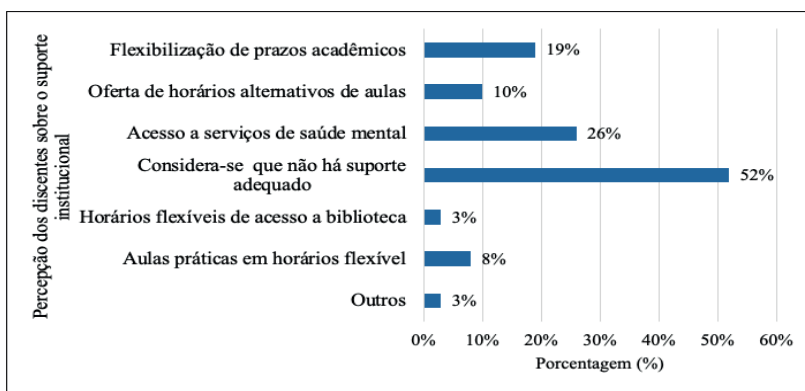
A percepção dos estudantes sobre o suporte institucional oferecido pela UFRA é distinta. Enquanto alguns reconhecem iniciativas institucionais como a flexibilização de prazos acadêmicos e horários alternativos, outros consideram que o apoio fornecido ainda é insuficiente para atender às suas necessidades.

Nesse sentido, os dados indicam que 52% dos discentes consideram inexistente um suporte institucional adequado. Por outro lado, 26% apontaram a presença de serviços de saúde, 19% mencionaram flexibilização de prazos acadêmicos, 10% citaram oferta de horários alternativos de aulas, 8% indicaram aulas práticas em horários flexíveis e 3% apontaram horários flexíveis de acesso à biblioteca. Outros 3% destacaram fatores diversos (Ver gráfico 3).

Esse dado aponta para a necessidade de uma comunicação mais clara sobre as políticas de apoio existentes e, ao mesmo tempo, sugere a importância

de uma ampliação desses serviços. Em contextos universitários, o suporte institucional é um fator que contribui diretamente para a adaptação dos estudantes e para sua permanência nos cursos, especialmente em um ambiente que exige grande dedicação. A criação de um canal de comunicação mais direto e contínuo com os discentes, para entender suas dificuldades e necessidades, pode ser uma estratégia eficaz para aprimorar o suporte oferecido.

Gráfico 3- Percepção dos discentes sobre o suporte institucional



Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Assim, a assistência estudantil atua como um suporte essencial para reduzir barreiras que afetam o desempenho acadêmico, favorecendo a permanência do discente durante a graduação e diminuindo os casos de evasão e trancamento de matrícula (Vasconcelos, 2010).

Percepção dos discentes sobre o acesso à assistência psicossocial

Para Castro (2017) "a saúde mental dos estudantes universitários brasileiros passou a ser objeto de estudo de pesquisadores em 1958 com Galdino Loreto" Esse dado evidencia a importância das contribuições de diferentes estudiosos na tentativa de compreender os impactos da vivência universitária na vida pessoal dos estudantes.

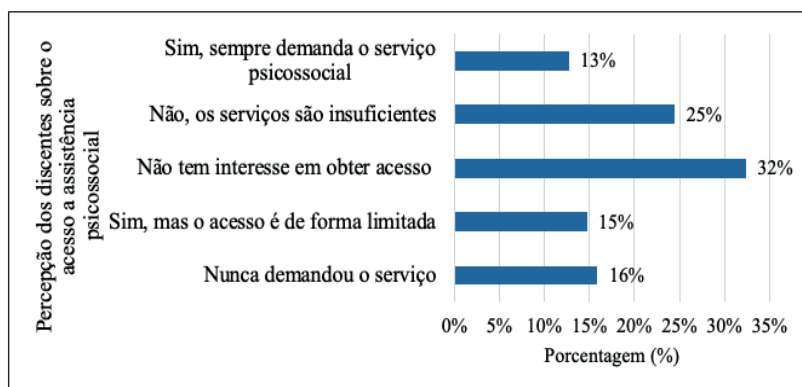
Com relação à percepção dos discentes sobre o acesso à assistência psicossocial, os dados revelam diferentes níveis de conhecimento, interesse e utilização dos serviços. Observa-se que 32% dos estudantes declararam não ter

interesse em buscar esse tipo de apoio, enquanto 25% afirmaram ter interesse, porém relataram que o acesso é limitado. Além disso, 16% indicaram que nunca demandaram o serviço.

Por outro lado, 15% dos respondentes consideram que os serviços são insuficientes para atender à demanda estudantil, e somente 13% relataram que costumam recorrer com frequência à assistência psicossocial oferecida pela instituição (Ver gráfico 4).

Esses dados indicam que os discentes do curso de Agronomia do *campus* UFRA/Capanema possuem uma baixa adesão ao serviço de assistência da instituição, o que tende a contribuir para um cenário preocupante. Uma vez que o apoio institucional é essencial para os alunos lidarem com mais leveza com as demandas acadêmicas e pessoais, diminuindo assim o *estresse* e promovendo melhor a saúde mental. Dessa forma, a UFRA poderia avaliar estratégias para tornar os serviços de apoio psicológico mais acessíveis e visíveis, promovendo uma cultura de acolhimento e cuidado.

Gráfico 4- Percepção dos discentes sobre o acesso a assistência psicossocial



Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Cabe destacar, ainda, que o ingresso no ensino superior também ocorre em uma etapa de transição psicossocial, caracterizada pelo processo de adaptação dos discentes em assumir novos papéis e responsabilidades sociais (Almeida; Soares; Ferreira, 2002). Segundo os mesmos autores, esse processo tende a gerar um cenário de vulnerabilidade, em decorrência de incertezas e inseguranças, devido ao processo de adaptação e rendimento.

Diante desse cenário, as incertezas e inseguranças decorrentes do processo de adaptação e dos desafios acadêmicos impactam diretamente os estudantes. Nesse sentido, a universidade assume um papel fundamental como mediadora das relações humanas, promovendo um ambiente psicológico capaz de favorecer o desenvolvimento social, afetivo e pessoal dos universitários (Castro, 2017; Schleich, 2006).

Flexibilidade nos Horários Acadêmicos

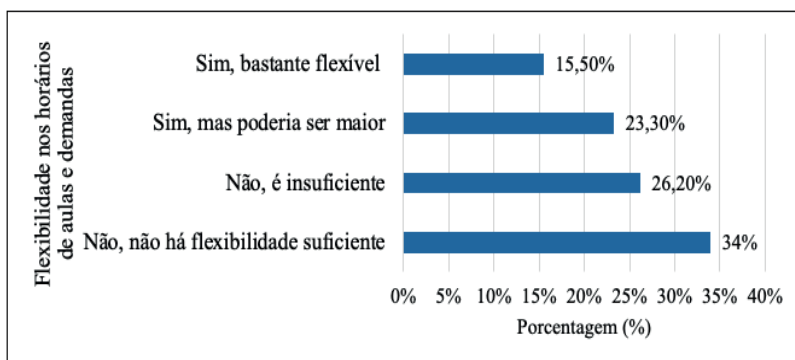
Pensar na flexibilidade dos tempos educacionais significa adotar práticas que auxiliem na adaptação à vida acadêmica, superem limitações de tempo e espaço, e facilitem o aprendizado a partir das experiências e informações vividas no dia a dia (Pereira *et al.*, 2023).

Nesse contexto, as concepções tradicionais sobre os momentos de ensino-aprendizagem são questionadas ao refletirmos sobre quando e por que flexibilizar os tempos escolares ou acadêmicos na educação presencial, os quais foram historicamente estabelecidos.

Nessa perspectiva, a partir dos dados analisados, observa-se que os universitários apresentam uma percepção distinta em relação à flexibilidade dos horários acadêmicos. Em relação a isso, 34% indicaram não haver flexibilidade suficiente, enquanto 26,20% afirmaram que a flexibilidade é insuficiente.

Outros 23,30% reconheceram certa flexibilidade, mas consideraram que ela poderia ser maior. Somente 15,5% avaliaram que a universidade oferece horários acadêmicos bastante flexíveis. Essa divergência destaca que, embora existam tentativas de adaptação nos horários, essas medidas podem ainda não ser suficientes para estudantes com compromissos familiares e profissionais.

Gráfico 5- Flexibilidade nos horários de aulas e demandas



Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

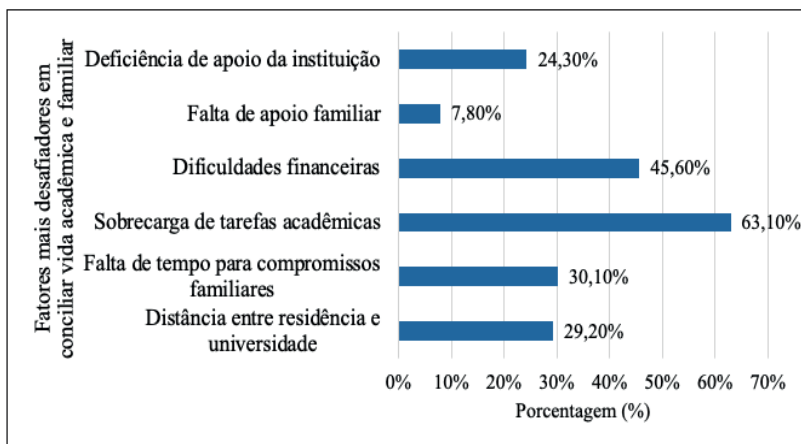
Assim, uma matriz curricular pode ser organizada de modo mais rígido ou mais maleável; pode contemplar disciplinas, módulos, unidades de aprendizagem ou outras subdivisões do conhecimento para fins didáticos. Pensar a flexibilidade educacional exige, portanto, refletir sobre a flexibilidade curricular, que pode ser entendida como uma forma de organização do conhecimento, cuja matriz curricular não é rígida. A formação é, portanto, entendida como um percurso com possibilidades alternativas de trajetórias.

Diante disso, a flexibilidade curricular busca a promoção de maior liberdade ao estudante e educadores para definição e desenvolvimento das atividades da formação, de modo mais maleável e adequado a sujeitos plurais, imersos em contextos dinâmicos, complexos e em constante transformação (Mill, 2015).

Principais desafios enfrentados pelos discentes

Entre os principais desafios enfrentados pelos discentes do curso de Agronomia no *campus* de Capanema, foram mencionadas a sobrecarga de tarefas acadêmicas 63,1% e as dificuldades financeiras 45,6%. Além disso, 30,1% relataram falta de tempo para compromissos familiares, enquanto 29,2% citaram a distância entre a residência e a universidade. Por outro lado, 24,3% indicaram deficiência no suporte institucional, e somente 7,8% apontaram ausência de apoio familiar (Ver Gráfico 6). Esses fatores impactam diretamente a experiência acadêmica e aumentam o nível de *estresse*, comprometendo a qualidade de vida e o desempenho dos discentes.

Gráfico 6- Fatores mais desafiadores em conciliar vida acadêmica e familiar



Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Nesse sentido, as dificuldades financeiras enfrentadas por muitos estudantes do curso de Agronomia refletem uma realidade comum no ensino superior público, onde muitos discentes precisam se manter financeiramente e, ao mesmo tempo, dedicar-se integralmente aos estudos. A sobrecarga das tarefas acadêmicas, sem um suporte institucional adequado, pode levar ao aumento das taxas de evasão e ao comprometimento da formação acadêmica.

Esse cenário evidencia a necessidade de políticas de assistência estudantil e de um acompanhamento mais sistemático para o bem-estar e a permanência dos estudantes no curso. Essa necessidade torna-se ainda mais urgente quando se observa a sobrecarga acadêmica, exemplificada pela pressão por bom desempenho em provas e tarefas, exerce um impacto negativo significativo na saúde mental dos discentes.

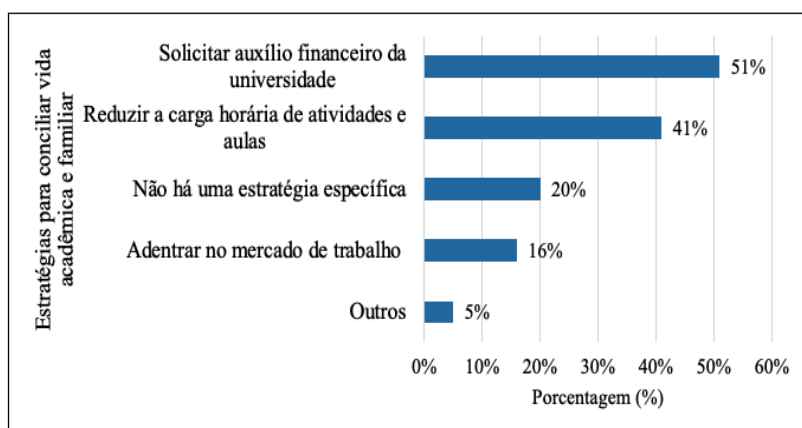
Estratégias para Conciliar Vida Acadêmica e Familiar

Ao serem questionados sobre estratégias para conciliar vida acadêmica e familiar, muitos estudantes indicaram que não há uma estratégia única eficaz e sugeriram como alternativas a redução da carga horária e o auxílio financeiro. A diversidade de respostas indica que os estudantes encontram

dificuldades específicas e variadas, reforçando a necessidade de uma abordagem flexível que se adapte a diferentes realidades.

Conforme os dados obtidos nesta pesquisa, 51% dos discentes indicaram que recorrem à solicitação de auxílio financeiro da universidade para enfrentar as dificuldades. Além disso, 41% relataram a redução da carga horária de atividades e aulas, enquanto 20% afirmaram não adotar uma estratégia específica. Por outro lado, 16% mencionaram a inserção no mercado de trabalho como alternativa, e somente 5% indicaram outros fatores (Ver Gráfico 7). Dessa forma, implementar tais medidas em caráter experimental, como programas piloto, poderia auxiliar a gestão da UFRA a avaliar o impacto dessas estratégias e a promover melhorias sustentáveis para o bem-estar dos discentes.

Gráfico 7- Estratégias para conciliar vida acadêmica e familiar



Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

O ingresso na universidade tende a marcar o início de uma etapa repleta de obstáculos, principalmente relacionado à mudança de rotina, o que pode comprometer a qualidade de vida dos discentes. Segundo (Leão *et al.*, 2018), a saúde mental dos alunos torna-se uma temática de grande preocupação na vida acadêmica, visto que o ambiente acadêmico exige muito equilíbrio emocional, para garantir a permanência na universidade.

No entanto, Anversa *et al.* (2018) apontam que, apesar desses impasses, manter-se na universidade favorece o crescimento individual, ampliando a autonomia e o amadurecimento e fortalecendo a confiança, o que impacta de

maneira positiva a vida dos universitários. Logo, o acesso aos auxílios pedagógicos torna-se de grande importância para atender às necessidades dos universitários e assim garantir sua permanência no curso.

Por tanto, a perspectiva financeira é uma das maiores preocupações dos jovens universitários. A grande maioria possui dificuldades financeiras durante a graduação, o que os leva a recorrer a auxílios estudantis, bolsas assistenciais, dentre outros, para conseguir manter-se com as necessidades básicas supridas (Malajovich *et al.*, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo revelou os principais desafios enfrentados pelos estudantes do curso de Agronomia da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), *Campus Capanema*, na conciliação entre vida acadêmica e familiar. Assim, concluiu-se que a sobrecarga acadêmica, aliada às responsabilidades familiares e às limitações financeiras, emerge como um dos maiores fatores de impacto no bem-estar dos discentes, resultando em *estresse*, exaustão física e dificuldades no desempenho acadêmico.

Em relação à percepção dos discentes em relação ao suporte institucional também se identificou disparidades de opiniões: embora alguns reconheçam iniciativas positivas, muitos apontam insuficiências nos serviços oferecidos, como a assistência psicossocial e a pouca flexibilidade de horários acadêmicos. Esses fatores destacam a necessidade de medidas mais eficazes, como a ampliação das políticas de apoio financeiro, maior acessibilidade aos serviços de saúde mental e ajustes na estrutura curricular para atender às diversas realidades dos discentes de agronomia.

Além disso, estratégias como a redução da carga horária e a criação de programas-piloto de assistência institucional podem ser implementadas para mitigar os impactos negativos e melhorar a experiência acadêmica. A pesquisa evidenciou que um acompanhamento contínuo e personalizado das necessidades dos alunos é essencial para garantir sua permanência e sucesso na universidade, promovendo um ambiente mais equilibrado e favorável ao aprendizado.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. S. Transição, adaptação acadêmica e êxito escolar no ensino superior. **Revista galego-portuguesa de psicologia e educación**, [S. l.], v. 15, n. 2, 2007. Disponível em: <https://ruc.udc.es/entities/publication/7bbc00f6-f3e5-4fd9-afe1-e0d8f1a096f5>. Acesso em: 26 jul. 2025.
- ALMEIDA, L.; FERREIRA, J. A. G.; SOARES, A. P. Questionário de Vivências Acadêmicas: Construção e Validação de uma versão reduzida (QVA-r). **Revista Portuguesa de Pedagogia**, Minho, v. 3, n. 3, p.181-207, jun. 1999. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/12080/1/Almeida%2C%20Ferreira%20%26%20Soares%2C%201999.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2024.
- ALMEIDA, L. S. Transição, adaptação acadêmica e xito escolar no ensino superior. **Revista Galego-Portuguesa de Psicologia e Educación**, Minho, v. 15, n. 2, p 203-215, nov. 2007. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/61900707>. Acesso em: 16 nov. 2024.
- ALMEIDA, L. S.; SOARES, A. P.; FERREIRA, J. A.G. Questionário de Vivências Acadêmicas (QVA-r): avaliação do ajustamento dos estudantes universitários. **Revista Avaliação Psicológica**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 81-93, 2002. Acesso em: 16 nov. 2024.
- ANVERSA, A. C. *et al.* Qualidade de vida e o cotidiano acadêmico: uma reflexão necessária. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, [S. l.], v. 26, p. 626-631, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/YnZkytJVLNBg33mKrn4wwng/?lang=pt>. Acesso em: 16 nov. 2024.
- BASTOS, J. E. de S. *et al.* O Uso do Questionário como Ferramenta Metodológica: potencialidades e desafios. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 623-636, 2023. DOI: 10.36557/2674-8169.2023v5n3p623-636. Disponível em: <https://bjih.s.emnuvens.com.br/bjih.s/article/view/304>. Acesso em: 28 jul. 2025.
- CARDOSO, J. V. *et al.* Estresse em estudantes universitários: uma abordagem epidemiológica. **Rev. enferm. UFPE on line**, p. 1-7, 2019. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/biblio-1049596>. Acesso em: 28 jul. 2025.
- CASTRO, V. R. Reflexões sobre a saúde mental do estudante universitário: estudo empírico com estudantes de uma instituição pública de ensino superior. **Revista Gestão em Foco**, edição n. 9, ano 2017. Disponível em: https://portal.unisepe.com.br/unifia/wpcontent/uploads/sites/10001/2018/06/043_saude_mental.pdf. Acesso em: 16 nov. 2024.
- CARLOTTO, M. S.; NAKAMURA, A. P.; CÂMARA, S. G. Síndrome de Burnout em estudantes universitários da área . **Psico**, [S. l.], v. 37, n. 1, 2006. Disponível em: <https://puers.emnuvens.com.br/revistapsico/article/view/1412>. Acesso em: 27 jul. 2025.
- CAPANEMA (PA). Prefeitura. Disponível em: <http://www.capanema.pa.gov.br/o-municipio/historia/>. Acesso em: 28 de jul. 2025.
- CARMONA, P. L. ANSIEDADE: como afeta na aprendizagem na vida acadêmica? . **Eventos Pedagógicos**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 367-374, 2024. DOI: 10.30681/rep.v15i2.11979. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/view/11979>. Acesso em: 27 jul. 2025.
- DIAS, A. C. G. *et al.* Dificuldades percebidas na transição para a universidade. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 19-30, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/2030/203060783004/203060783004.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2025.

GRANADO, J. I. F. *et al.* Integração acadêmica de estudantes universitários: Contributos para a adaptação e validação do QVA-r no Brasil. 2005. Disponível em: <https://repositorium.uminho.pt/handle/1822/12089>. Acesso em: 28 jul. 2025.

GOMES, I. M. *et al.* Universitários ingressantes: expectativas e dificuldades na adaptação à vida acadêmica: expectativas e dificuldades na adaptação à vida acadêmica. *Pró-Discente*, v. 27, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/prodiscente/article/view/34568>. Acesso em: 16 nov. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo brasileiro 2022. Capanema-Pará: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/capanema/panorama>. Acesso em: 28 jul. 2025.

LEÃO, A. M. *et al.* Prevalência e fatores associados à depressão e ansiedade entre estudantes universitários da área da saúde de um grande centro urbano do Nordeste do Brasil.

Revista brasileira de educação médica, [S. l.], v. 42, p. 55-65, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v42n4RB20180092>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/kyYq35bwkZKHpkRTjyqjMYz>. Acesso em: 16 nov. 2024.

MALAJOVICH, N. *et al.* A juventude universitária na contemporaneidade: a construção de um serviço de atenção em saúde mental para estudantes. **Mental**, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 356-377, 2017. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1679-44272017000200005&script=sci_arttext. Acesso em: 16 nov. 2024.

MILL, D. Gestão estratégica de sistemas de educação a distância no Brasil e em Portugal: a propósito da flexibilidade educacional. **Educação & Sociedade, Campinas**, v. 36, n. 131, p. 407-426, abr.-jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/bzKxvBxsqZ6DDPXsQRTtXQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 nov. 2024.

MINEIRO, M. Pesquisa de survey e amostragem: aportes teóricos elementares. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade - REED**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 284-306, 2020. DOI: 10.22481/reed.v1i2.7677. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/reed/article/view/7677>. Acesso em: 28 jul. 2025.

NASCIMENTO, M. G.; KOSMINSKY, M.; CAVALCANTI, S. S. Desmotivação entre estudantes de Odontologia: uma análise qualitativa. **Revista da ABENO**, [S. l.], v. 18, n. 4, p. 112-119, 2018. DOI: 10.30979/rev.abeno.v18i4.608. Disponível em: <https://revabeno.emnuvens.com.br/revabeno/article/view/608>. Acesso em: 27 jul. 2025.

POLYDORO, S. *et al.* Desenvolvimento de uma escala de integração ao ensino superior.

Psico-USF, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 11-17, jun. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/v4MCTLC6HJRCjhwm7XmWzYw/?lang=pt>. Acesso em: 16 nov. 2024.

PEREIRA, F. Monitoria acadêmica no curso de medicina: o desenvolvimento de um ensino híbrido como estratégia para integrar o discente ingressante em tempos pós pandêmicos: um relato de experiência. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, [S. l.], v. 27, n. 5, p. 2891-2903, 2023. DOI: 10.25110/arqsaude.v27i5.2023-049. Disponível em: <https://unipar.openjournalsolutions.com.br/index.php/saude/article/view/9938>. Acesso em: 28 jul. 2025.

SCHLEICH, A. L. R. **Integração na educação superior e satisfação acadêmica de estudantes ingressantes e concluintes**. (Dissertação de mestrado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2006. Disponível em: <http://www.bdae.org.br/handle/123456789/1130>. Acesso em: 28 jul. 2025.

SILVA, C. S. C. *et al.* A Importância da digitalização e automação para a otimização logística: adoção de softwares de gestão e CRM na cadeia de suprimentos. **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 21, n. 12, p. e10039, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n12-005. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/10039>. Acesso em: 28 jul. 2025.

TOMÁS, M. C.; SILVEIRA, L. S. Expansão do ensino superior no Brasil: diversificação institucional e do corpo docente. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 9, n. 23, p. 149-177, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5957/595771131007/595771131007.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2025.

TEIXEIRA, M. A. P. (2002). **A experiência de transição entre a universidade e o mercado de trabalho na adultez jovem**. Tese (Doutorado) em Psicologia do Desenvolvimento. Porto Alegre, RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/4007>. Acesso em: 27 jul. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA – UFRA. **Manuais**. Capanema: UFRA. Disponível em: <https://capanema.ufra.edu.br/index.php/manuais>. Acesso em: 28 jul. 2025.

VASCONCELOS, natalia batista. programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil/National Student Assistance Program: an analysis of the evolution of student assistance along the history of. **Ensino em Revista**, 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/download/11361/6598>. Acesso em: 16 nov. 2024.

PERCEPÇÃO DE PROFESSORES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA, PARÁ

Adria Cristina Rodrigues Tavares

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Clyciane Correa Lima

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Salena de Sousa Cavalcante

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Márcia Arileia Rosa dos Santos

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Ana Karlla Magalhães Nogueira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Objetivo: Este estudo teve como objetivo analisar a percepção de professores sobre a importância da Educação Financeira (EF) no contexto escolar do município de Capanema, Pará. **Métodos:** A pesquisa utilizou abordagem qualitativa, com base em levantamento bibliográfico e aplicação de questionário estruturado a 35 professores do ensino infantil, fundamental, médio e superior. A área de estudo foi escolhida por sua relevância regional como polo educacional e comercial no Nordeste Paraense. **Resultados:** Os dados revelaram que a maioria dos docentes não teve acesso à EF ao longo de sua trajetória acadêmica ou profissional, o que aponta fragilidades na formação continuada desses profissionais. Ainda assim, mais da metade dos entrevistados declarou possuir um conhecimento considerado bom ou regular sobre o tema. A pesquisa também identificou que 37,1% dos professores preferem que a EF seja implantada como disciplina própria e avaliativa, enquanto outros sugerem abordagens complementares, como palestras e integração com outras disciplinas. Um dado relevante é que nenhum dos docentes se opôs à inclusão da EF nas escolas, e 91,4% acreditam que ela pode contribuir para o desenvolvimento econômico do país. Os resultados reforçam a necessidade de capacitação dos professores como condição essencial para a efetiva implementação da EF no ambiente escolar, especialmente na educação básica. **Conclusão:** Concluiu-se que, para garantir o ensino eficaz da Educação Financeira é fundamental investir na formação dos docentes e no envolvimento das famílias no processo educativo, promovendo uma cultura de consumo consciente e planejamento financeiro desde a infância.

Palavras-chave: Educação financeira; ensino básico; docentes; formação continuada.

INTRODUÇÃO

A educação financeira é uma ferramenta essencial para a formação de cidadãos conscientes, capazes de tomar decisões equilibradas em relação ao dinheiro. Ainda que sua implantação formal seja recente, é necessário reconhecer a importância da presença da Educação Financeira nas escolas, ao contribuir para a formação de atitudes reflexivas sobre o uso consciente do dinheiro e, consequentemente, para o fortalecimento do cenário socioeconômico do país (Cordeiro *et al.*, 2018).

Além disso, a Educação Financeira pode ser compreendida como um processo contínuo de desenvolvimento de conhecimentos sobre produtos financeiros, por meio do qual os indivíduos, a partir de informações, orientações e formação adequada, tornam-se mais aptos a identificar oportunidades, avaliar riscos e tomar decisões conscientes (Hurtado; Freitas, 2020).

Progressivamente, essa temática tem se mostrado eficaz para promover reflexões sobre o cotidiano das pessoas, especialmente no que se refere às decisões de compra, ao uso do dinheiro e às consequências do consumo (Hartmann *et al.*, 2021). Além disso, a crescente necessidade da educação financeira também está relacionada ao aumento do endividamento da população frente aos apelos de consumo e às constantes ofertas de produtos e serviços (Hurtado; Freitas, 2020).

Apesar dos avanços na discussão sobre educação financeira no Brasil, sua implementação nas escolas ainda enfrenta desafios significativos, principalmente relacionados à formação e capacitação dos docentes. Nesse viés, Reis (2025) frisa que é essencial que os professores sejam treinados não só em conteúdos específicos, mas também em técnicas que promovam a interdisciplinaridade e a contextualização do ensino. Contudo, a capacitação de docentes em muitos municípios, frequentemente não está à altura das exigências das novas diretrizes, o que pode afetar a qualidade da educação (Brasil, 2013).

No município de Capanema, observa-se que uma parcela dos professores da rede pública ainda se encontra em processo de formação específica sobre o tema, comprometendo diretamente a qualidade do ensino na área financeira oferecido aos alunos (Reis, 2025). Diante disso, surge a seguinte questão: como implementar de forma eficaz a educação financeira nas escolas de Capanema?

Considera-se como hipótese de pesquisa que o nível de conhecimento em educação financeira dos professores influencia diretamente na forma como essa temática é abordada nas escolas, impactando a eficiência da sua implantação e os resultados na formação dos alunos.

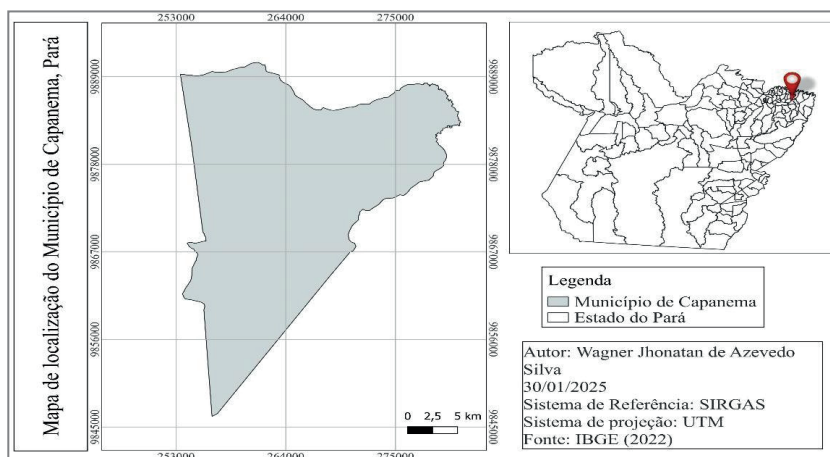
Este estudo teve como objetivo analisar a importância da educação financeira nas escolas do município de Capanema, a partir do nível de conhecimento e das percepções dos professores da rede pública de ensino. Especificamente, buscou-se verificar o grau de formação e domínio dos professores sobre a educação financeira; identificar como esses profissionais percebem a relevância do tema na formação dos alunos; compreender quais são as estratégias de implementação da educação financeira mais aceitas no ambiente escolar; além de discutir a relação entre a formação continuada dos professores e a efetiva aplicação da educação financeira nas práticas pedagógicas.

MATERIAL E MÉTODOS

Área de estudo e dados utilizados

A pesquisa foi desenvolvida no município de Capanema, no estado do Pará. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), Capanema está localizada na mesorregião Nordeste Paraense e se destaca como um dos principais polos comerciais e educacionais da região. Além disso, o município de Capanema tem uma área territorial de aproximadamente 621,3 km², apresentando um expressivo crescimento populacional ao longo dos anos, tendo uma população de 70.394 habitantes, com uma densidade demográfica de 113,27 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2022).

Figura 1 - Mapa de localização do município de Capanema-Pará.



Fonte: Silva (2025).

Para o desenvolvimento do estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que consiste no levantamento e análise de obras já publicadas, servindo como base teórica para orientar o trabalho científico. Esse tipo de pesquisa exige dedicação, estudo e reflexão por parte do pesquisador, com o objetivo de reunir e interpretar textos para fundamentar o estudo (De Sousa *et al.*, 2021).

A partir disso, foram utilizados estudos relevantes sobre Educação Financeira, disponíveis nas principais plataformas de busca acadêmica, como *Google Acadêmico* e *SciELO*. Foram consultados artigos científicos, livros, teses e dissertações, com o propósito de construir uma base teórica sólida para o desenvolvimento da pesquisa.

O presente estudo adotou ainda uma abordagem qualitativa, voltada para a análise da importância da Educação Financeira nas escolas do município de Capanema. Segundo Marconi e Lakatos (2003), a abordagem qualitativa visa analisar e interpretar aspectos mais profundos da realidade, descrevendo a complexidade do comportamento humano e proporcionando análises mais detalhadas sobre atitudes, tendências e percepções.

Além disso, para a coleta de dados, utilizou-se a técnica *Snowball Sampling*, também conhecida como "Amostragem em Bola de Neve". Segundo Cerqueira Moraes (2023), esse método consiste em um tipo de amostragem não probabilística, utilizado principalmente em pesquisas sociais, no qual os próprios

participantes indicam novos respondentes. Dessa forma, cria-se uma rede de contatos que permite alcançar grupos específicos que a princípio poderiam ser de difícil alcance para atingir os objetivos do estudo.

Com base nisso, o estudo foi conduzido por meio da aplicação de questionário com professores do ensino infantil, fundamental, médio e superior do município de Capanema. De acordo com Gil (2009), o questionário pode ser compreendido como uma técnica de investigação composta por um conjunto estruturado de perguntas direcionadas a indivíduos, com o objetivo de coletar informações relacionadas a diversos aspectos como conhecimentos, crenças, valores, sentimentos, expectativas, comportamentos, entre outros.

Optou-se por esse público-alvo devido à sua experiência em sala de aula com diversos alunos e ao seu conhecimento sobre as dificuldades de implantação da Educação Financeira na grade curricular. A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação do questionário de forma presencial, com a participação de trinta e cinco professores, que responderam treze perguntas de múltipla escolha, além de espaço para comentários livres, proporcionando maior liberdade de expressão aos participantes. Essa forma de coleta de dados caracteriza-se como um método de pesquisa rápido, preciso e de baixo custo.

Após a obtenção dos dados, os mesmos foram tabulados em planilha de *Excel* e representados na forma de tabelas e gráficos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conhecer o Nível de Educação Financeira real dos professores e os fatores relacionados a esse nível é fundamental para o desenvolvimento de estratégias que aprimorem o conhecimento dos professores sobre o tema (Pontes *et al.*, 2022). A Educação Financeira é entendida como um processo de desenvolvimento de competências, valores e conhecimentos que permitem aos indivíduos e à sociedade tomar decisões conscientes e bem-informadas diante de riscos e oportunidades financeiras, por meio de informação, orientação e formação adequada (Vanderley *et al.*, 2021).

Nesse contexto, a pesquisa foi conduzida com 35 professores do município de Capanema, dos quais 46% do sexo masculino e 54% do sexo feminino. A análise inicial aponta que 51,4% dos participantes são casados e 48,6% solteiros

(Ver tabela 1), refletindo um equilíbrio de perfis pessoais que pode influenciar diferentes hábitos e atitudes financeiras.

No que se refere à faixa etária, observa-se uma concentração de docentes entre 36 e 45 anos (45,7%), seguido do grupo entre 26 e 35 anos (22,9%), evidenciando um quadro profissional com predominância de adultos em fase economicamente ativa, momento crítico para práticas financeiras conscientes. Já os docentes mais jovens, com idade entre 21 e 25 anos, correspondem somente 14,3%, o que sugere que os profissionais com menor tempo de formação inicial ainda são minoria. A faixa acima de 45 anos representa 17,1% (Ver tabela 1).

Tabela 1 - Gênero, estado civil e faixa etária dos professores do Município de Capanema.

Gênero	Percentual (%)	Estado civil	Percentual (%)	Faixa etária	Percentual (%)
Masculino	54%	Casado	51,4%	Entre 21 e 25 anos	14,3%
Feminino	46%	Solteiro	48,6%	Entre 26 e 35 anos	22,9%
				Entre 36 e 45 anos	45,7%
				acima de 45 anos	17,1%
Total	100%	Total	100%	Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

A prática docente vai além da simples transmissão de conteúdos, ao envolver um modo de agir e interagir na escola, considerando seu papel socializador e formador de sujeitos críticos (De Moraes *et al.*, 2020). Nesse sentido, no que tange à área de atuação profissional, observou-se que a maioria dos docentes (48,6%) ministra aulas no Ensino Fundamental, fase importante para o início da alfabetização financeira. Seguido pelo Ensino Médio (28,6%), onde os alunos estão mais próximos da vida adulta e de decisões financeiras mais complexas, a presença de docentes também é expressiva, reforçando a necessidade de trabalhar conteúdos que preparem os estudantes para a realidade econômica.

Educação Infantil (20%) e, em menor proporção, no Ensino Superior (2,9%), o que pode limitar a produção acadêmica local sobre o tema (Ver tabela 2). Isso destaca a relevância de inserir a Educação Financeira desde as séries iniciais, uma vez que o contato com o tema na formação básica é determinante para o comportamento financeiro na vida adulta.

De acordo com Dos Santos (2023), a introdução da Educação Financeira desde os primeiros anos é essencial, pois a primeira infância é uma fase propícia para esse aprendizado, visto que as crianças são naturalmente curiosas e adaptáveis. Além disso, é fundamental que a escola promova atividades reflexivas ao longo de toda a trajetória escolar, favorecendo a construção de aprendizagens significativas e conscientes por parte dos estudantes (De Moraes *et al.*, 2020).

Tabela 2 - Área de ensino dos docentes do município de Capanema.

Área de ensino	Percentual (%)
Educação infantil (0 a 6 anos)	20%
Ensino fundamental (7 a 14 anos)	48,6%
Ensino médio (15 a 17 anos)	28,6%
Ensino Superior	2,9%
Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Um dado relevante é o baixo nível de familiaridade dos professores com a temática da Educação Financeira. Segundo os dados, 68,6% afirmaram nunca ter tido contato com esse tema ao longo de sua formação educacional ou trajetória profissional, enquanto somente 31,4% relataram ter recebido algum tipo de experiência nessa área (Ver gráfico 1).

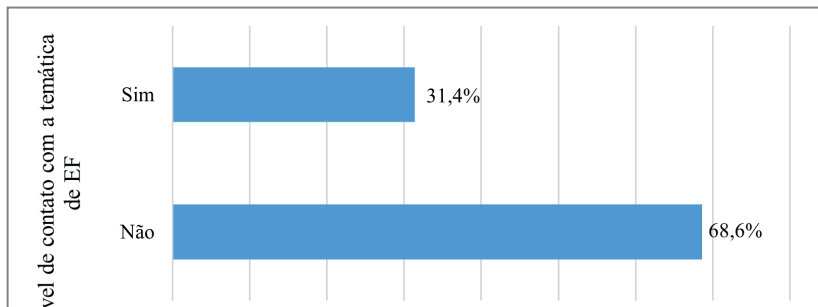
Essa ausência aponta para uma lacuna preocupante na formação inicial e continuada, revelando que mesmo os professores com alto nível de formação podem não estar aptos a transmitir conceitos básicos de finanças pessoais. Como afirmam Araújo Filho *et al.* (2020), o nível educacional formal, por si só, não garante alfabetização financeira, reforçando a necessidade de iniciativas de capacitação específicas para os educadores.

Conforme as diretrizes propostas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), é fundamental desenvolver programas que promovam a formação financeira dos educadores, além de incentivar, por meio de políticas públicas, o fornecimento de materiais informativos e ferramentas pedagógicas que os auxiliem nesse processo (Silva, 2025).

A formação continuada, nesse contexto, torna-se indispensável. Conforme apontam Ramon *et al.* (2019), trata-se de um processo que visa o aprimoramento profissional e o fortalecimento da prática pedagógica. Sem esse suporte,

a implantação da EF nas escolas pode ser superficial, limitada a conteúdos esporádicos e sem ligação com a realidade dos alunos.

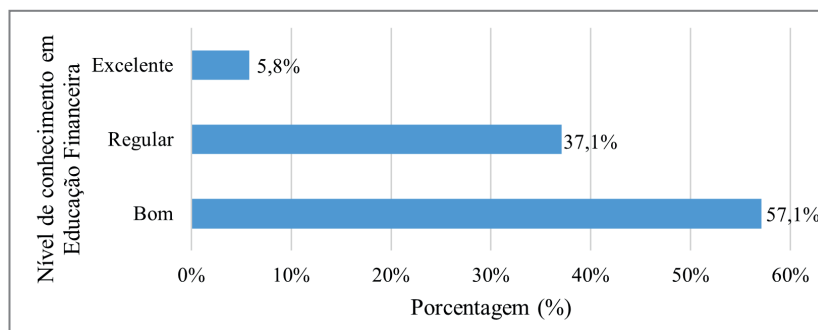
Gráfico 1 - Nível de contato com a temática durante sua trajetória educacional ou profissional.



Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Quanto ao nível de conhecimento declarado pelos professores em Educação Financeira, 57,1% classificaram-se como possuindo bom domínio sobre o tema, 37,1% disseram ter conhecimento regular e somente 5,8% avaliaram seu conhecimento como excelente (Ver gráfico 2). Embora esses dados possam indicar certo otimismo, é preciso considerar a possibilidade de uma superestimação por parte dos docentes, visto que muitos deles não tiveram formação específica. Conforme reforçam Araújo Filho *et al.* (2020), essa autopercepção positiva nem sempre se traduz em competência prática.

Gráfico 2 - Nível de conhecimento em educação financeira dos docentes do município de Capanema.



Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Em relação à forma mais adequada de inserção da EF nas escolas, a maioria dos professores (37,1%) acredita que o tema deve ser abordado como

uma matéria individualizada e avaliativa, demonstrando a valorização de uma abordagem sistematizada e não somente transversal. Esse posicionamento está alinhado com Cordeiro *et al.* (2018), que destacam a importância da EF como promotora de planejamento, poupança e consumo consciente.

Ainda assim, 22,9% dos professores preferem a abordagem por meio de palestras com pais e alunos ou como disciplina opcional não avaliativa, enquanto 17,1% acreditam que o conteúdo deve ser inserido na disciplina de Matemática (Ver tabela 3). De Moraes *et al.* (2020) apresentam como uma possibilidade a inserção da Educação Financeira nas aulas de Matemática, visto que essa disciplina já aborda conteúdos que se relacionam diretamente a conceitos financeiros do cotidiano. Esses dados revelaram certa diversidade de opiniões, mas com convergência na valorização do tema, já que nenhum professor se posicionou contra a implantação da EF nas escolas.

Tabela 3 - Implantação da educação financeira dos docentes do município de Capanema.

Implantação da educação financeira	%
Matéria individualizada e avaliativa	37,1%
Um assunto dentro de matemática	17,1%
Com palestras para pais e alunos	22,9%
Como matéria opcional, não avaliativa	22,9%
Não concorda com a implantação	0,0%
Total	100,0%

Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Com base nos dados da Tabela 4, observou-se que uma expressiva maioria dos professores, equivalente a 91,43%, acredita que a educação financeira contribui para o aprimoramento da economia do país. Em contrapartida, apenas 8,57% não compartilham dessa opinião. Esse resultado demonstra uma forte concordância entre os docentes quanto à relevância da educação financeira como ferramenta de transformação econômica. Isso demonstra ainda não somente o reconhecimento do valor social e econômico da EF, mas também um engajamento que pode ser canalizado para fomentar políticas públicas locais de formação docente.

Embora as abordagens tradicionais tenham influenciado a origem e expansão da Educação Financeira, é essencial que, na atualidade, esse ensino

seja orientado por uma perspectiva crítica, permitindo que os estudantes desenvolvam a capacidade de tomar decisões econômicas alinhadas aos interesses sociais e comunitários (De Sousa Neres *et al.*, 2023).

Tabela 4 - Professores que acreditam que a educação financeira melhora a economia país.

Nível de concordância	Percentual (%)
Sim	91,43%
Não	8,57%
Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Em síntese, os resultados apontam para uma realidade de interesse e reconhecimento sobre a importância da Educação Financeira, mas também de carência formativa. A ausência de capacitação compromete a qualidade do ensino do tema, principalmente nos anos iniciais da educação básica, onde o pilar da consciência financeira dos futuros cidadãos é construído. A solução passa, necessariamente, pela valorização da formação continuada e pela inserção da EF como componente curricular obrigatório e bem estruturado, respeitando as especificidades regionais e socioeconômicas da comunidade escolar.

CONCLUSÃO

Ao analisar a percepção dos professores sobre a educação financeira, constatou-se a importância de promover o estudo e o aprendizado dessa temática desde os primeiros anos escolares. Essa abordagem contribui para que os alunos desenvolvam, desde a infância, habilidades para aplicar os conhecimentos adquiridos em seu cotidiano, construindo uma trajetória consciente e capaz de realizar planejamentos com êxito.

Em algumas escolas particulares de Capanema, já está sendo ensinado aos alunos a matéria de educação financeira. Nesse aspecto, já está sendo observada uma diferença no acesso à educação financeira para as classes mais baixas. Contudo, durante a pesquisa realizada com os professores, foi possível identificar que 68,6% dos mesmos não tiveram acesso à educação financeira. Esse dado é bastante preocupante e reforça a necessidade de implementar a educação financeira nas instituições de ensino do município de Capanema.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível o investimento em políticas públicas voltadas à capacitação docente, à produção de materiais pedagógicos adequados e à inclusão da temática no currículo escolar de forma obrigatória e contextualizada. Somente com uma formação sólida e contínua será possível garantir que os professores estejam aptos a contribuir efetivamente para o desenvolvimento de cidadãos financeiramente conscientes e socialmente comprometidos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica**. Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.mec.gov.br/diretrizes-curriculares>. Acesso em: 15 jul. 2025.

CORDEIRO, N. J. N. *et al.* Educação Financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica. **Ensino da Matemática em Debate**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 69-84, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/marci/Downloads/36841-Texto%20do%20artigo-105754-2-10-20180628.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

CERQUEIRA MORAIS, E. Nuances e sutilezas da violência psicológica em relações profissionais/usuários nos dispositivos de saúde pública e privada. **Revista Multidisciplinar em Saúde**, [S. l.], v. 4, n. 4, p. 53-61, 2023. DOI: 10.51161/integrar/rem/3862. Disponível em: <https://editoraintegrar.com.br/publish/index.php/rem/article/view/3862>. Acesso em: 22 jul. 2025.

DE MORAES, A. R. *et al.* Educação financeira escolar: uma proposta para o ensino médio. **Revista Eletrônica de Educação Matemática**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 1-22, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/marci/Downloads/administrador,+70255-260281-1-ED.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

DE SOUSA NERES, D. *et al.* Educação financeira na escola: possibilidades e desafios para sua inserção no currículo de uma escola do campo. **Identidade!**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 198-220, 2023. Disponível em: <file:///C:/Users/marci/Downloads/9-educacao-financeira-na-escola-possibilidades-e-desafios-para-sua-insercao-no-curriculo-de-uma-escola-do-campo.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

DE SOUSA, A. S. *et al.* A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, [S. l.], v. 20, n. 43, 2021. Disponível em: [file:///C:/Users/marci/Downloads/2336-Texto%20do%20Artigo-8432-1-10-20210308%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/marci/Downloads/2336-Texto%20do%20Artigo-8432-1-10-20210308%20(2).pdf). Acesso em: 17 abr. 2025.

DOS SANTOS, J. C. A. Educação financeira no âmbito escolar: um estudo de revisão integrativa. **Revista Foco**, [S. l.], v. 16, n. 11, p. e2789-e2789, 2023. Disponível em: <file:///C:/Users/marci/Downloads/FOCO+083.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

ARAÚJO FILHO, W. *et al.* Comportamento financeiro pessoal: uma análise dos docentes da Universidade Federal de Alagoas. **SINERGIA-Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 23-36, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/marci/Downloads/galoa,+Artigo03.pdf>. Acesso em: 15 Maio. 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HARTMANN, A. L. B. *et al.* Educação Financeira no Ensino Médio: uma análise de atividades didáticas relacionadas a séries periódicas uniformes sob o ponto de vista da Educação Matemática Crítica. **Bolema: Boletim de Educação Matemática**, [S. l.], v. 35, p. 567-587, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bolema/a/bx5cbhbVLdRCFy8GVFNGtkJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 Maio. 2025.

HURTADO, A. P. G.; FREITAS, C. C. G. A importância da educação financeira na educação de jovens e adultos. **Revista de Educação Popular**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 56-76, 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/marci/Downloads/nascimentosilva,+art_04%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/marci/Downloads/nascimentosilva,+art_04%20(2).pdf). Acesso em: 15 Maio. 2025.

IBGE. *Capanema – PA: Panorama*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/capanema/panorama>. Acesso em: 13 junho de 2025.

Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2003). **Fundamentos de Metodologia Científica**, 5a ed., Editora Atlas: São Paulo.

PONTES, G. *et al.* Perfil de Educação Financeira dos Docentes de Universidades Públicas Brasileiras. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, [S. l.], v. 15, n. 2, 2022. Disponível em: <file:///C:/Users/marci/Downloads/PERFIL+DE+EDUCA%C3%87%C3%83O+FINANCEIRA+DOS+DOCENTES+DE+UNIVERSIDADES+P%C3%9ABLICAS+BRASILEIRAS.pdf>. Acesso em: 15 de jul. 2025.

RAMON, R. *et al.* Formação docente online em educação financeira: uma proposta de saberes e práticas. **Revista Brasileira de Educação em Ciências e Educação Matemática**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 290-315, 2019. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/rebecem/article/view/22611/pdf>. Acesso em: 15 de jul. 2025.

Reis, J. C. D. S. Q. **Educação Financeira: Um estudo de caso de alunos do Ensino Médio da E.E.F.M Profª Maria Mirtes Sidrim Pessoas, no Município de Capanema-Pará**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Administração, Campus Universitário de Capanema, Universidade Federal Rural Da Amazônia, Capanema, 2025. 66 f.

SILVA, W. J. de A. **Percepção dos discentes sobre os impactos da comunicação na formação de graduandos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) Campus/Capanema**. Orientadora: Ana Karlla Magalhães Nogueira. 2025. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Capanema, 2025. Disponível em: <http://bdta.ufra.edu.br/jspui/handle/123456789/4141>. Acesso em: 15 de jul. 2025.

VANDERLEY, M. S. *et al.* Educação financeira na infância e adolescência e seus reflexos na vida adulta: uma revisão de literatura. **Facit Business and Technology Journal**, [S. l.], v. 1, n. 20, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/marci/Downloads/825-2648-1-PB.pdf>.

ANALISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA (UFRA), CAMPUS CAPANEMA

Wagner Jhonatan de Azevedo Silva
Universidade de São Paulo (USP)

Ana Karlla Magalhães Nogueira
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Luciane Cristina Paschoal Martins
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Diocléa Almeida Seabra Silva
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Objetivo: O trabalho teve como objetivo descrever o perfil socioeconômico dos discentes do curso de ciências contábeis da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). **Métodos:** O estudo foi realizado na UFRA, *campus* de Capanema, município com papel estratégico no desenvolvimento regional. A pesquisa, de abordagem mista (qualitativa e quantitativa), baseou-se em revisão bibliográfica e na aplicação de questionário estruturado a 121 discentes do curso de Ciências Contábeis, com o objetivo de analisar seu perfil socioeconômico. **Resultados:** A análise do perfil socioeconômico dos estudantes abordou variáveis como gênero, faixa etária, escolaridade, estado civil, composição familiar, município de origem, semestre, meios de transporte, situação laboral e renda. A maioria dos respondentes é do sexo feminino (64,55%), possui entre 18 e 25 anos (70,59%) e tem ensino superior incompleto (87,96%). O estado civil predominante é o de solteiro (81,82%), e a maioria vive em famílias compostas por 3 a 4 pessoas (55%). No que diz respeito à assistência social, 13,22% dos discentes recebem algum benefício do Governo Federal, sendo 90% beneficiários do Bolsa Família e 10% do Seguro Desemprego. Já entre os auxílios fornecidos pela UFRA, destacam-se o de: alimentação (50%), bolsa acadêmica (33,33%) e moradia (16,67%). Os dados reforçam a importância das políticas de inclusão e permanência estudantil, considerando os múltiplos desafios enfrentados pelos alunos, especialmente os de baixa renda. O estudo sugere que a ampliação dos auxílios financeiros pode reduzir a evasão e melhorar o desempenho acadêmico dos discentes. **Conclusão:** A maioria dos alunos da UFRA/Capanema é do próprio município, concentrados nos semestres iniciais. Muitos utilizam transporte próprio, têm renda de até três salários mínimos ou nenhuma, e conciliam trabalho com os estudos. Poucos recebem benefícios federais, sendo os auxílios institucionais mais comuns os de alimentação, bolsa e moradia. Os dados revelam vulnerabilidade socioeconômica e indicam a necessidade de políticas de apoio à permanência estudantil.

Palavras-chave: Perfil socioeconômico; desempenho acadêmico; UFRA; discentes.

INTRODUÇÃO

O ensino superior é a etapa da educação formal que se inicia após a conclusão do ensino médio e tem como principal objetivo a formação científica e cultural dos indivíduos, preparando-os para o exercício profissional em diversas áreas do conhecimento (Schwartzman, 2005; Almeida, 2015). Sendo assim, é oferecido por instituições como universidades, faculdades, centros universitários e institutos federais. E os cursos de ensino superior podem ser de graduação, como bacharelado, licenciatura e tecnológico, cada um com características específicas voltadas à atuação profissional ou à formação de professores (Gatti, 2010).

Após a graduação, é possível dar continuidade aos estudos por meio da pós-graduação, que se divide em *lato sensu* (especializações e MBAs) e *stricto sensu* (mestrado e doutorado), voltada principalmente à pesquisa e à docência (Giuliani *et al.*, 2007). Além da capacitação profissional, o ensino superior também tem como função promover a produção de conhecimento, o desenvolvimento do pensamento crítico e a contribuição para o progresso social, econômico e cultural do país (Chiarini; Vieira, 2012).

Nesse contexto, destaca-se a atuação da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), que, como instituição pública de ensino superior, desempenha um papel fundamental na formação acadêmica e profissional na região amazônica, ofertando cursos de graduação e pós-graduação alinhados às necessidades regionais e nacionais (UFRA, 2012). Além da capacitação profissional, por meio do ensino superior, a UFRA desenvolve projetos de pesquisa, extensão e inovação que dialogam com a realidade local, onde seus campi estão implantados.

Nesse viés de comprometimento com a formação profissional e o fortalecimento das comunidades locais, a escolha da UFRA por instalar um *campus* no município de Capanema, no Nordeste Paraense, representa um passo estratégico em sua missão institucional. Desse modo, em 2013, a primeira turma de Ciências Contábeis, foi iniciada no *campus* da UFRA em Capanema, e essa iniciativa foi acompanhada por uma série de objetivos estratégicos, destacando-se, entre eles, a preparação dos discentes para o uso das novas tecnologias de informação e comunicação na área contábil (UFRA, 2012).

Diante da implantação do curso de Ciências Contábeis em Capanema, tornou-se essencial compreender o perfil da comunidade acadêmica atendida, a fim de alinhar as ações pedagógicas e os projetos institucionais às necessidades reais dos discentes. Nesse contexto, Graeff (2020) destaca que o perfil socioeconômico é um conjunto de características sociais e econômicas utilizadas para descrever indivíduos ou grupos sociais, sendo amplamente adotado em estudos científicos das áreas de educação, saúde, economia e ciências sociais. E assim, compreendem-se variáveis como renda familiar, nível de escolaridade, ocupação, tipo de moradia, acesso a serviços públicos e estrutura familiar, permitindo a identificação de padrões de desigualdade social e econômica (Mauricio, 2022).

Assim, compreende-se que o perfil socioeconômico é fundamental para a formulação de políticas públicas, pois revela as condições reais de vida da população e suas necessidades prioritárias. Em contextos educacionais, apontam que o perfil socioeconômico influencia diretamente no acesso e permanência dos estudantes nas instituições de ensino, refletindo desigualdades históricas que comprometem o desempenho acadêmico (Guimarães *et al.*, 2022).

Nessa conjuntura, compreende-se que a importância do perfil socioeconômico está diretamente relacionada à sua capacidade de revelar as condições de vida, acesso a direitos, oportunidades e vulnerabilidades sociais de indivíduos ou grupos (Lopes *et al.*, 2023). Sendo este instrumento essencial para diagnosticar desigualdades, orientar políticas públicas, avaliar programas sociais e compreender o comportamento de populações específicas em diferentes contextos (educacional, de saúde, trabalho, etc.).

Analisar o perfil socioeconômico é essencial para compreender os obstáculos enfrentados por estudantes de baixa renda, sendo um fator-chave na formulação de políticas de permanência estudantil. Na educação, por exemplo, o perfil socioeconômico influencia o acesso à escola, a permanência nos estudos e o desempenho acadêmico. Alunos de famílias com baixa renda ou baixa escolaridade parental tendem a apresentar maiores taxas de evasão e dificuldades de aprendizagem.

Essa abordagem contribui para a promoção da equidade e inclusão dentro da universidade, garantindo que todos tenham oportunidades justas de aprendizado e desenvolvimento pessoal. Nesse contexto, este trabalho teve como

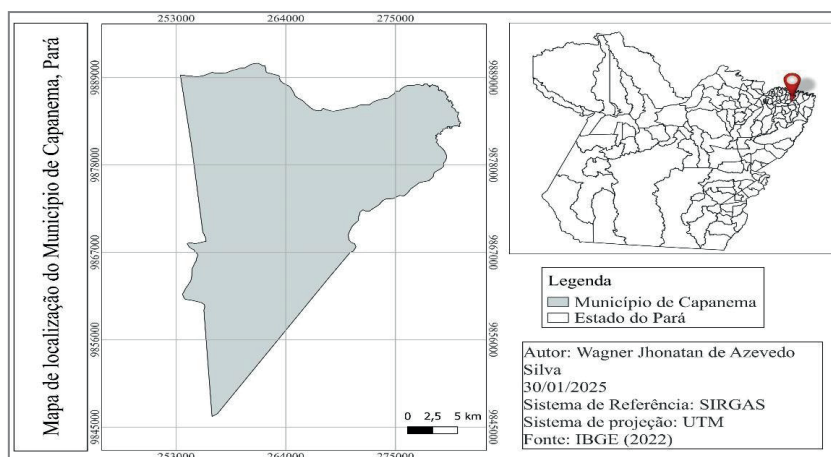
objetivo descrever o perfil socioeconômico dos discentes do curso de Ciências Contábeis da UFRA, *Campus* de Capanema, Nordeste Paraense.

MATERIAL E MÉTODOS

Descrição da área de estudo

O estudo foi desenvolvido na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), situada no município de Capanema, pertencente à mesorregião Nordeste do estado do Pará. Tal município exerce papel relevante como polo educacional e econômico da região, desempenhando função estratégica no progresso local. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a população foi estimada em 70.394 habitantes (Ver figura 1).

Figura 1 - Mapa de localização do município de Capanema- Pará.



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A UFRA, implantada em Capanema desde 2012, contribui para o desenvolvimento regional por meio do ensino, pesquisa e extensão voltados ao desenvolvimento sustentável (UFRA, 2012). E o curso de Ciências Contábeis ofertado no *campus* de Capanema forma profissionais para atuar nos setores público e privado, com foco na gestão eficiente e transparente dos recursos (UFRA, 2020; UFRA, 2023).

Abordagem da pesquisa

Para revisão bibliográfica foram utilizadas as plataformas *ResearchGate* e *Google Acadêmico*. A pesquisa adotou, ainda, a abordagem de métodos mistos, qualitativa e quantitativa. Conforme defendido por Creswell e Plano Clark (2017), essa metodologia é descrita como a coleta, análise e integração de dados quantitativos e qualitativos em um único estudo ou em estudos relacionados. O objetivo principal é proporcionar uma compreensão mais ampla e aprofundada dos problemas de pesquisa do que aquela obtida por meio de métodos utilizados isoladamente.

Tashakkori e Teddlie (2010) defendem que os métodos mistos refletem melhor a complexidade dos problemas humanos, pois se aproximam da forma como as pessoas resolvem problemas no cotidiano.

Para a coleta dos dados, utilizou-se um questionário semiestruturado com 12 perguntas, com perguntas abertas e fechadas, visando compreender o perfil dos acadêmicos, a situação socioeconômica e sugestões para melhoria. Para atingir os objetivos da pesquisa, 221 questionários foram impressos e entregues aos discentes do curso de Ciências Contábeis em seus devidos semestres. A aplicação do questionário ocorreu de forma presencial nas salas de aula, no período de novembro de 2023 a janeiro de 2024. E, dos 221 discentes matriculados, 121 participaram da pesquisa, correspondendo a 54,75% dos alunos do curso de Ciências Contábeis do *Campus* UFRA/Capanema.

Segundo Bastos *et al.* (2023), o questionário é um conjunto de perguntas, que obedecem a uma sequência lógica, sobre variáveis e circunstâncias que se deseja medir ou descrever em uma pesquisa científica. Assim, a aplicação do questionário constituiu uma etapa fundamental da pesquisa, e seus resultados deram origem a um conjunto de dados que, posteriormente, foi sistematizado em diferentes formatos de apresentação, como gráficos e tabelas (Oliveira, 2011; Oliveira, 2020; Pereira, 2024).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Perfil socioeconômico dos discentes do curso de Ciências Contábeis

A análise de perfil socioeconômico destaca as distribuições de gênero, faixa etária e nível de escolaridade. Assim, a partir da análise dos dados obtidos na pesquisa constatou-se que as mulheres são a maioria, representando 64,55% do total de entrevistados, enquanto 35,45% correspondem aos homens (Ver tabela 1). De acordo com Gomes (2023), a raça, o gênero e a diversidade sexual são fatores determinantes nas escolhas educacionais, o que é refletido no número crescente de mulheres que buscam níveis mais altos de escolaridade, mesmo que nem sempre concluam essas etapas.

Tabela 1 - Distribuição demográfica por Gênero, Faixa Etária e Nível de Escolaridade.

Gênero	Percentual (%)	Faixa Etária	Percentual (%)	Nível de Escolaridade	Percentual (%)
Homens	35,45%	Até 18 anos	9,8%	Superior incompleto	87,96%
Mulheres	64,55%	Entre 18 a 25 anos	70,59%	Nível superior completo	10,19%
		Entre 26 a 35 anos	17,65%	Possui especialização	1,85%
		Entre 36 a 45 anos	0,98%		
		Entre 46 a 55 anos	0,98%		
Total	100%	Total	100%	Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

O fato de as mulheres representarem a maioria sugere um aumento no interesse feminino pela educação e qualificação profissional, o que é um reflexo positivo das transformações sociais em termos de igualdade de oportunidades, principalmente no município de Capanema. No entanto, apesar desse crescente interesse, ainda existem desafios significativos na conclusão de etapas educacionais e na especialização, o que revela uma desigualdade persistente. A crescente participação feminina em níveis educacionais mais elevados, especialmente no ensino superior, tem transformado o perfil educacional da sociedade (Lopes; Silva, 2013).

Ademais, de acordo com Pereira, Santos e Borges (2005), tal prerrogativa reflete não apenas mudanças no mercado de trabalho, mas também um movimento de emancipação social das mulheres. Embora a presença feminina seja predominante na fase inicial de muitos cursos, as taxas de conclusão e especialização ainda precisam ser equilibradas em relação ao gênero. Isso pode estar relacionado ao contexto socioeconômico, onde o acesso à educação de nível superior pode ser limitado por questões financeiras, geográficas ou mesmo culturais.

Em relação à idade, a maioria dos participantes, 70,59% está na faixa de 18 a 25 anos, 17,65% têm idade que varia entre 26 a 35 anos, 9,8% têm idade até 18 anos, 0,98% possui de 36 a 45 anos e apenas 0,98% têm entre 46 e 55 anos (Ver tabela 1). Nogueira e Catani (2011) frisam que os jovens adultos, especialmente aqueles entre 18 e 25 anos, estão em uma fase crucial de transição educacional e profissional. O acesso ao ensino superior, ainda que incompleto, reflete o esforço de ascensão social em meio a mudanças econômicas e demandas de mercado por maior qualificação.

Quanto ao nível de escolaridade, 87,96% dos participantes têm nível superior incompleto, 10,19% possuem nível superior completo e 1,85% têm especialização (Ver tabela 1). Vilas (2020) frisa que os processos de estratificação social, especialmente no que tange ao gênero e à escolaridade, refletem profundas transformações econômicas e sociais.

O destaque para essas transformações educacionais reflete a crescente valorização da educação como um caminho importante para o desenvolvimento pessoal e profissional, principalmente entre as novas gerações. Além disso, a presença de uma minoria com especialização indica que o acesso à qualificação avançada ainda é restrito, sugerindo desigualdades que podem estar ligadas a fatores econômicos ou estruturais.

Em relação ao estado civil dos discentes, constatou-se que 81,82% são solteiros e 18,18% são casados. Os discentes, em sua maioria, são solteiros, com uma pequena proporção de casados ou em união estável, é inexistente a presença de estudantes divorciados ou viúvos (Silva, 2021).

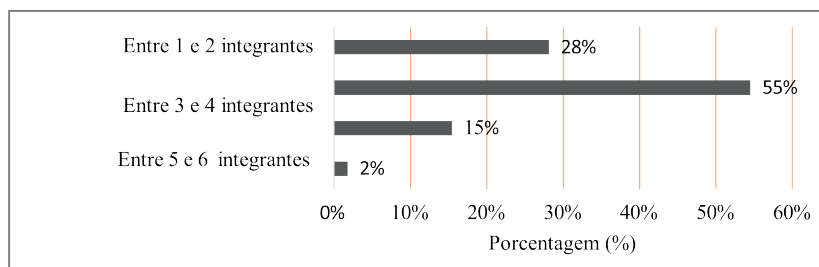
De acordo com Oliveira (2021, p. 238), “a predominância de estudantes solteiros em cursos de graduação é uma característica comum, com taxas que variam dependendo da instituição e da região”. Portanto, o estado civil

apresenta-se como um indicador importante para entender as características, elaboração de estratégias e políticas educacionais mais alinhadas com o perfil dos discentes.

Nessa conjuntura, o estado civil indica uma fase de vida mais focada no desenvolvimento educacional e profissional, sem as responsabilidades adicionais. Políticas educacionais voltadas para esse perfil podem enfatizar a flexibilidade e o suporte para que esses jovens conciliem seus estudos com outras transições pessoais e profissionais que possam surgir ao longo da graduação.

Outro ponto importante pesquisado foi a quantidade de integrantes do grupo familiar dos discentes da UFRA, pois 55% dos discentes participantes possuem uma família composta por 3 a 4 integrantes, 28% têm 1 a 2 integrantes, 15% têm entre 5 a 6 integrantes e apenas 2% possuem 7 ou mais integrantes. Loureiro (2017) ressalta a influência das relações familiares no desempenho educacional, destacando como as interações familiares podem impactar negativamente a trajetória acadêmica dos estudantes (Ver gráfico 1).

Gráfico 1 - Distribuição do número de integrantes no grupo familiar dos discentes do curso de Ciências Contábeis da UFRA/Capanema.



Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Sendo assim, presume-se que os integrantes do grupo familiar podem implicar tanto no emocional quanto na área financeira dos discentes, e também em responsabilidades adicionais dentro do núcleo familiar. Essas informações são cruciais para a elaboração de políticas de assistência estudantil que considerem o contexto familiar dos discentes, contribuindo para a permanência e sucesso acadêmico.

Analisou-se, ainda, a distribuição dos estudantes por município antes de ingressarem na UFRA/Capanema. Dessa forma, Capanema se sobressaiu

significativamente entre os discentes, com uma taxa de resposta de 74,38%. Bragança vem em segundo lugar com 6,61%, seguida por Primavera, com 2,48%. Os municípios de Cachoeira do Piriá, Viseu, Tracuateua, Belém do Pará, Castanhal, São Francisco e Salinópolis têm uma porcentagem de 1,65% cada um. Já Santa Luzia do Pará, Bonito, Ananindeua, Benevides e Capitão Poço têm uma porcentagem de 0,83% cada um (Ver tabela 2).

Tabela 2 - Distribuição dos discentes por município de residência antes de ingressarem na UFRA/Capanema.

Município	Percentual (%)
Cachoeira do Piriá	1,65%
Viseu	1,65%
Santa Luzia do Pará	0,83%
Tracuateua	1,65%
Bonito	0,83%
Bragança	6,61%
Primavera	2,48%
Belém	1,65%
Ananindeua	0,83%
Benevides	0,83%
Castanhal	1,65%
São Francisco	1,65%
Salinópolis	1,65%
Capitão Poço	0,83%
Capanema	74,38%
Total	100%

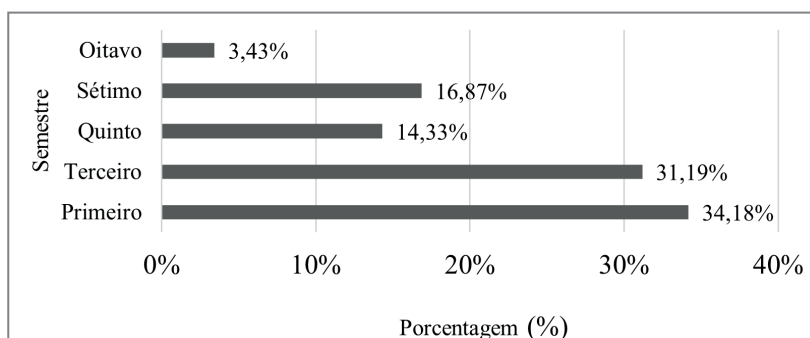
Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Conforme Pinheiro e Furtado (2024, p. 5), “a mobilidade acadêmica e a escolha do local de residência dos estudantes são fatores cruciais que influenciam a adaptação e o desempenho acadêmico, pois a proximidade ao *campus* pode oferecer vantagens significativas, como menor custo de deslocamento e maior tempo dedicado aos estudos”. A distribuição geográfica dos estudantes nas universidades é um reflexo das desigualdades regionais e da acessibilidade ao ensino superior (Souza, 2021).

Conforme os mesmos autores, a inclusão no ensino superior aponta para a necessidade de estratégias que possam melhorar o acesso para estudantes de áreas mais remotas, promovendo maior equidade na formação acadêmica. Essa ideia evidencia a importância de políticas públicas voltadas para a inclusão e equidade no acesso à educação, um ponto importante para reduzir desigualdades e promover maior diversidade no ambiente acadêmico. A predominância de discentes de Capanema reflete a importância da proximidade ao *campus*, para facilitar a formação dos ingressantes.

No que tange à distribuição dos discentes por semestre do curso de Ciências Contábeis, o primeiro semestre teve a maior porcentagem, correspondendo a (34,18%) dos participantes, seguido pelo terceiro semestre (31,19%), sétimo semestre (16,87%), quinto semestre (14,33%) e o oitavo semestre (3,43%) (Ver gráfico 2).

Gráfico 2 - Distribuição dos discentes por semestre no Curso de Ciências Contábeis da UFRA/Capanema.



Fonte: Resultados da Pesquisa (2025).

Ao comparar o número de discentes ao longo dos semestres em cursos de Ciências Contábeis, observou-se que o início do curso, especialmente nos primeiros semestres, tende a concentrar um quantitativo maior de discentes, como evidenciado pelos 34,18% no primeiro semestre. Nesse contexto, Araújo *et al.* (2024, p. 64) apontam que “a evasão estudantil e a dispersão ao longo dos semestres finais são características recorrentes em muitos cursos superiores, sendo observado um maior número de matrículas nos primeiros períodos”.

No que se refere ao *campus* da UFRA/Capanema, observou-se que o curso de Ciências Contábeis possui número elevado de desistência, quando

comparado o primeiro semestre com o oitavo. E a menção à evasão estudantil nos últimos semestres aponta para um desafio recorrente nas Instituições de Ensino Superior (IES), já que muitos discentes iniciam o curso, mas nem todos conseguem concluir.

Então, a manutenção desse interesse ao longo do curso é importante para reduzir a evasão e garantir uma maior taxa de conclusão. O investimento em mais auxílios financeiros que incentivem os discentes e o acompanhamento contínuo dos discentes, bem como a identificação das dificuldades ao longo do curso, são algumas possibilidades também para diminuir a evasão. É importante realizar análises em estudos que já abordaram a evasão, principalmente nos semestres finais, no sentido de mitigar esse problema.

No que se concerne aos meios de transporte utilizados pelos discentes para se deslocar à UFRA, constatou-se que 52,5% utilizam carro ou moto, 32,5% vão a pé/carona/bicicleta, 10,83% dos usuários fazem uso de transporte coletivo e 4,17% utilizam transporte escolar (Ver tabela 3).

Tabela 3 - Meios de transporte utilizados pelos discentes da UFRA/Capanema.

Meios de Transporte	Percentual (%)
A pé/carona/bicicleta	32,5%
Transporte coletivo	10,83%
Transporte escolar	4,17%
Transporte próprio (carro/moto)	52,5%
Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Um estudo da Confederação Nacional do Transporte (CNT, 2024) revelou que o uso de transporte individual no Brasil, como carros e motos, está em crescimento, com o percentual de usuários de motos subindo de 5,1% para 10,9% entre 2017 e 2024, e o uso de carros próprios chegando a 29,6%. Ao mesmo tempo, o transporte coletivo tem sofrido uma queda significativa, sendo utilizado por apenas 30,9% da população em 2024, uma diminuição considerável em relação aos 45,2% de 2017.

Essas mudanças nas preferências de transporte podem influenciar diretamente a logística e a acessibilidade ao *campus* da UFRA, exigindo possíveis

ajustes nas políticas institucionais e nas estratégias de transporte do município para melhor atender às necessidades dos discentes.

Em relação às atividades remuneradas dos discentes de Ciências Contábeis da UFRA/Capanema, 71,9% dos respondentes afirmaram que desenvolvem algum tipo de atividade profissional que a propicia renda, enquanto 28,1% declararam que não (Ver tabela 4). Sendo assim, a relação entre emprego e formação acadêmica é complexa e exige uma análise cuidadosa das oportunidades e limitações que os discentes encontram (Fragoso; Valadas; Paulos, 2019).

Portanto, é importante considerar como essas atividades remuneradas impactam a formação e o desempenho acadêmico dos estudantes, bem como a necessidade de um suporte emocional que ajude a equilibrar trabalho e estudos.

Tabela 4 - Distribuição dos discentes do curso de Ciências Contábeis por atividade remunerada.

Se possuem alguma atividade remunerada	Percentual (%)	Atividade remunerada	Percentual (%)
Sim	71,9%	Estágio	26,44%
Não	28,1%	Emprego fixo em empresa privada	50,57%
		Emprego autônomo	8,05%
		Emprego fixo em empresas Federais/Estaduais/ Municipais	14,94%
Total	100%	Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

No que se refere aos tipos de atividades remuneradas realizadas pelos discentes de Ciências Contábeis da UFRA/Capanema, os dados revelaram que a maioria tem empregos fixos em empresas privadas, representando 50,57% dos entrevistados. Somado a isto, 26,44% dos discentes realizam estágios, enquanto 14,94% trabalham em empregos fixos em empresas federais, estaduais ou municipais. Por outro lado, 8,05% dos discentes atuam como autônomos. O cotidiano dos estudantes que trabalham revela um cenário de desafios e adaptações que influenciam sua formação acadêmica (Trópia; Souza, 2023).

Da Silva e Faria (2023) acrescentam que a conciliação entre trabalho e estudo é um desafio constante enfrentado pelos universitários, que buscam equilibrar suas responsabilidades. Nesse contexto, a IES pode desempenhar um

papel fundamental, oferecendo suporte e orientações que ajudem os discentes a administrar suas múltiplas responsabilidades de forma mais eficaz.

No que se refere à distribuição da renda mensal individual dos discentes, constatou-se que 27,85% dos entrevistados não possuem renda; 59,86% recebem até 3 salários mínimos, que corresponde a até R\$ 1.530,00, 5,16% recebem entre 3 e 5 salários mínimos, ou seja, de R\$ 1.412,00 a R\$ 2.824,00, outros 5,16% têm renda de 5 a 8 salários mínimos, variando de R\$ 2.550,00 a R\$ 4.080,00, e apenas 1,97% recebem mais de 8 salários mínimos, valor superior a R\$ 4.080,00 (Ver tabela 5).

Tabela 5 - Distribuição da renda mensal familiar dos discentes da UFRA/Capanema.

Renda mensal familiar dos discentes	Percentual (%)
Até 03 salários mínimos (até R\$ 1.530,00)	27,85%
De 03 até 05 salários mínimos (R\$ 1.530,00 até R\$ 2.550,00)	59,86%
De 05 até 08 salários mínimos (R\$ 2.550,00 até R\$ 4.080,00)	5,16%
Superior a 08 salários mínimos (superior a R\$ 4.080,00)	5,16%
Nenhuma	1,97%
Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Esses dados reforçam o contexto apontado por Costa e Silva (2021), que destacaram o aumento da concentração de renda nas últimas décadas, comprometendo a mobilidade social no Brasil. A pandemia do COVID-19 intensificou essa desigualdade, impactando principalmente os indivíduos mais vulneráveis.

No âmbito universitário, a expressiva porcentagem de estudantes com rendimentos baixos ou inexistentes reflete a baixa mobilidade social e as barreiras econômicas enfrentadas para acesso e permanência no ensino superior. Esse cenário sublinha a urgência de políticas públicas que promovam inclusão social, capacitação profissional e oportunidades de geração de renda. Intervenções que reduzam as disparidades econômicas são cruciais para mitigar os efeitos da pobreza e fomentar um desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

A distribuição dos benefícios sociais do Governo Federal entre os entrevistados revelou que 13,22% recebem algum benefício, enquanto 86,78% não recebem (Ver tabela 6). A situação socioeconômica tem um impacto direto no desempenho acadêmico, uma vez que estudantes em condições financeiras

desfavoráveis frequentemente enfrentam dificuldades como insegurança alimentar, e esse cenário sugere a necessidade de uma maior ampliação e promoção dos programas de assistência, para que possam beneficiar e, conseqüentemente, ter um desempenho acadêmico mais elevado. Uma vez que os benefícios sociais têm um impacto significativo na qualidade de vida dos estudantes universitários, refletindo em sua saúde mental e rendimento acadêmico (Machado; Oliveira; Freitas, 2020).

Tabela 6 - Distribuição de benefícios sociais e auxílios financeiros dos discentes da UFRA/Capanema.

Discentes que recebem benefícios do Governo Federal	Percentual (%)
Sim	13,22%
Não	86,78%
Total	100%
Tipos de benefícios do Governo Federal	
Bolsa Família	90%
Seguro Desemprego	10%
Total	100%
Auxílios Financeiros da UFRA	
Moradia	16,67%
Bolsa Acadêmica	33,33%
Alimentação	50%
Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Quando se analisam os tipos específicos de benefícios, 90% dos beneficiados recebem o Bolsa Família e 10% têm acesso ao Seguro Desemprego. Faria *et al.* (2023) enfatizam que a desigualdade no acesso a benefícios sociais é um fator crucial que determina as oportunidades educacionais dos estudantes no Brasil. Assim, para melhorar as perspectivas no ensino superior e reduzir as disparidades, é essencial implementar políticas mais inclusivas e abrangentes que considerem a realidade dos diferentes grupos sociais.

No que diz respeito aos auxílios financeiros da UFRA, 50% dos entrevistados recebem auxílio-alimentação, 33,33% auferem bolsa acadêmica e 16,67% recebem auxílio-moradia. A permanência no ensino superior é fortemente influenciada pelos benefícios sociais recebidos pelos estudantes (Camargo,

2024). Os auxílios governamentais desempenham um papel fundamental na continuidade dos estudos, especialmente em tempos de crise econômica (Versiani, 2012). É importante frisar que os benefícios federais não apenas auxiliam na formação acadêmica, mas também contribuem para a redução da evasão estudantil (Machado; Oliveira; Freitas, 2020).

Portanto, a ampliação e a promoção de programas de assistência social são essenciais para garantir que mais discentes possam concluir sua formação, contribuindo assim para uma sociedade mais equitativa em relação à educação superior. A continuidade dos estudos não só beneficia os indivíduos, mas também tem um impacto positivo em toda a comunidade e na economia do país.

CONCLUSÃO

Em termos etários, a maioria dos estudantes está concentrada entre 18 e 25 anos (70,59%), refletindo uma fase de transição educacional e profissional, associada à busca por ascensão social. A escolaridade predominante é o nível superior incompleto (87,96%), indicando o início da formação acadêmica para grande parte dos respondentes. A maioria dos discentes também é solteira (81,82%) e vive em núcleos familiares de três a quatro integrantes (55%), o que pode impactar tanto a vida financeira quanto emocional dos estudantes.

A maior parte dos discentes é oriunda do próprio município de Capanema (74,38%), o que demonstra a influência da proximidade geográfica na decisão pelo ingresso na UFRA. A concentração de alunos nos semestres iniciais, especialmente no primeiro (34,18%), somada à baixa representatividade no oitavo semestre (3,43%), sugere elevada evasão ou retenção ao longo do curso.

Com relação à mobilidade, 52,5% dos alunos utilizam transporte próprio, revelando mudanças nos padrões de deslocamento que requerem atenção institucional. Quanto à renda, 59,86% dos alunos possuem rendimentos de até três salários mínimos e 27,85% não possuem renda, o que evidencia vulnerabilidade socioeconômica. Ademais, 71,9% exercem alguma atividade remunerada, especialmente em empresas privadas (50,57%) e estágios (26,44%), o que impõe o desafio de conciliar trabalho e estudo.

Por fim, apenas 13,22% dos alunos recebem benefícios do Governo Federal, e os auxílios mais comuns concedidos pela UFRA são alimentação (50%), bolsa

acadêmica (33,33%) e moradia (16,67%). Esses dados reforçam a importância de políticas públicas e institucionais voltadas à permanência estudantil, sobretudo para aqueles em situação de vulnerabilidade.

Assim, a caracterização socioeconômica dos discentes evidenciou desigualdades estruturais que podem impactar diretamente a trajetória acadêmica. É fundamental que a universidade adote estratégias mais eficazes de inclusão, permanência e apoio aos estudantes. Pois, isso contribui para a redução da evasão e o fortalecimento da educação superior como instrumento de transformação social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Angelita Soares de. **As perspectivas dos alunos no ensino médio politécnico: ensino, aprendizagem, permanência e conclusão da última etapa da educação básica**. 2015. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

ARAÚJO, E. A. T.; CAMARGOS, M. A. de; CAMARGOS, M. C. S.; DIAS, A. T.

Desempenho Acadêmico de Discentes do Curso de Ciências Contábeis: uma Análise dos seus Fatores Determinantes em uma IES Privada. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 24, n. 1, p. 60–83, 2024. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/1181>. Acesso em: 7 set. 2024.

BASTOS, J. E. de S.; SOUSA, J. M. de J.; SILVA, P. M. N. da; AQUINO, R. L. de. O uso do questionário como ferramenta metodológica: potencialidades e desafios. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 5, n. 3, p. 623–636, 2023.

CAMPOS, Carlos Frederico Confort e FIGARO, Roseli. A relação médico-paciente vista sob o olhar da comunicação e trabalho. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 16, n. ja/dez. 2021.

CRESWELL, J. W.; PLANO CLARK, V. L. **Designing and conducting mixed methods research**. 3rd ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2017.

SCHWARTZMAN, Simon. A expansão do ensino superior, a sociedade do conhecimento, e a educação tecnológica. **Rio de Janeiro: Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade**, 2005. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/ibre/cps/pesquisas/quali/palestrantes/Quali_Paper_Simon.pdf. Acesso em: 19 set. 2024.

COSTA, R. F.; SILVA, M. P. A renda da população brasileira: uma análise das últimas décadas. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 76, n. 2, p. 99–118, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0021-89362021000200006>. Acesso em: 19 set. 2024.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE. **Transporte público tem redução de demanda, diz pesquisa CNT; uso de carro, moto e apps cresce**. Isto É Dinheiro, 07 ago. 2024. Disponível em: <https://istoe.com.br>. Acesso em: 19 set. 2024.

CAMARGO; De Almeida, Leandro. Benefícios sociais de um parque tecnológico na formação profissional: Estudo de caso. **Latin American Journal of Business Management**, v. 15, n. 1, 2024. DOI: <https://doi.org/10.69609/2178-4833.2024.v15.n1.a761>. Acesso em: 19 set. 2024.

CHIARINI, Tulio; VIEIRA, Karina Pereira. Universidades como produtoras de conhecimento para o desenvolvimento econômico: sistema superior de ensino e as políticas de CT&I. **Revista Brasileira de Economia**, v. 66, p. 117-132, 2012.

DA SILVA, Fabiana Bezerra; FARIA, Ivan. Estratégias de conciliação entre estudo e trabalho entre discentes do curso de licenciatura em pedagogia da UEFS. **Anais dos Seminários de Iniciação Científica**, n. 27, 2023. Disponível: <https://periodicos.uefs.br/index.php/semic/article/view/10867>. Acesso em: 19 set. 2024.

FARIA, Lina *et al.* **Formação profissional, acesso e desigualdades sociais no contexto pós-pandêmico**. Editora da Universidade Federal da Bahia, 2023. https://ohs.coc.fiocruz.br/wp-content/uploads/2023/01/livro_formacao-profissional-acesso-e-desigualdades-sociais-no-contexto-pos-pandemico.pdf. Acesso em: 19 set. 2024.

FRAGOSO, Antônio; VALADAS, Sandra T.; PAULOS, Liliana. Ensino superior e empregabilidade: percepções de estudantes e graduados, empregadores e acadêmicos. **Educação & Sociedade**, v. 40, p. e0186612, 2019.

GATTI, Bernardete A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação & Sociedade**, v. 31, p. 1355-1379, 2010.

GOMES, Nilma Lino. Estudos e pesquisas sobre educação, raça, gênero, e diversidade sexual. **Educação & Sociedade**, v. 44, p. e275110, 2023.

GRAEFF, Betina Alves *et al.* **A política de cotas raciais no curso de elevado perfil socioeconômico da Universidade Federal: a inclusão através da visão dos docentes e discentes**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS. 171 f. 2020.

GUIMARÃES, Iza Manuella Aires Cotrim -*et al.* Desigualdades sociais, evasão e permanência no ensino médio integrado: uma análise sob a perspectiva do processo pedagógico. 2022.

GIULIANI, Antonio Carlos *et al.* MBAs, Mestrados Acadêmicos, Mestrados Profissionais e Doutorados em Administração: suas contribuições para o ensino e a pesquisa. **Revista de Administração da UNIMEP**, v. 5, n. 1, p. 52-73, 2007.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População no último censo. 2022** Capanema (PA) | Cidades e Estados | IBGE JAKOBSON, Roman. **Linguistics and poetics**. In: **Style in language**. MA: MIT Press, 1960. p. 350-377.

LOPES, Elza; SILVA, Tania. **Gênero e Educação: avanços e desafios**. In: **Mulheres e educação no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora Cortez, 2013, p. 157.

LOUREIRO, Marta Assis. **Relação família-escola: educação dividida ou partilhada**. Editora: Asociación INFAD, Universidad de Extremadura, 2017.

MAURÍCIO, Joseane Monteiro. **Perfil socioeconômico e acadêmico e trajetória profissional de pesquisadoras de excelência do campo da educação no Brasil**. 2022. Dissertação de Mestrado. Universidade Regional de Blumenau (Brasil).

MACHADO, G. C.; DE OLIVEIRA, C. A.; DE FREITAS, T. A. **Avaliação do impacto dos benefícios de assistência estudantil sobre o desempenho acadêmico: o caso da Universidade Federal do Rio Grande**. Planejamento e Políticas Públicas, v. 55, 2020. 1413-2478. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27543071002>. Acesso em: 28 set. 2024.

NOGUEIRA, Adinan; PEREIRA, Letícia Magalhães; DAMÁSIO, Manuel José. Comunicação em saúde: teorias sobre persuasão. **Comunicologia-Revista de Comunicação da Universidade Católica de Brasília**, 2022.

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio Mendes (org.). Pierre Bourdieu: escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 2011.

OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. Perfil dos estudantes de graduação entre 2001 e 2015: uma revisão. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 26, p. 237-252, 2021.

OLIVEIRA, K. R. E. de. **Feedback de habilidades comunicativas no ensino-aprendizagem em enfermagem: construção, validação e aplicação de instrumento**. Tese de Doutorado. UNESP. 2020.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. Catalão: Universidade Federal de Goiás, 2011. 72 p. https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf.

OLIVEIRA, Caroline Pereira; FARIA, Hila Martins Campos. Contribuições do psicólogo hospitalar em um serviço de urgência e emergência do município de Juiz de Fora: concepções da equipe multidisciplinar. **Cadernos de Psicologia**, v. 1, n. 2, 2020.

PEREIRA, Anna Karolynne da Silva. **Impactos do engajamento universitário nas carreiras dos estudantes: uma revisão sistemática da literatura**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) UFMA. 2024.

PEREIRA, Rosângela Saldanha; SANTOS, Danielle Almeida dos; BORGES, Waleska. **A mulher no mercado de trabalho. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão**. São Luís Maranhão, 2005.

PINHEIRO, Diego Queiros; FURTADO, Lara Sucupira. **O protótipo Plurah. hab: ferramenta de busca pela moradia estudantil e mobilidade urbana sustentável**, v. 12, n. 36, 2024.

RODRIGUEZ, C. A C. **Google académico: Perfilando el impacto de las métricas**. 2020.

SILVA, Daniele Santos da. **Diversidade e inclusão no ensino superior: um estudo sobre o posicionamento de mercado de IES privadas a partir da percepção dos gestores educacionais**. Tese de Doutorado, 2021.

SOUZA, Karla Liliâne Lima de. A **Escolha do curso superior para quem mora no interior: interface sonho e realidade**. Editora: pimenta cultural. São Paulo, 2021.

UFRA. Universidade Federal rural da Amazônia. **Plano de Desenvolvimento da Unidade - PDU** Campus Capanema. Disponível em: https://capanema.ufra.edu.br/images/pdfs/PDU_-_UFRA_-_CAMPUS_CAPANEMA_-_Vigencia_2021_a_2024. Acesso em: 28 set. 2024.

UFRA. Universidade Federal rural da Amazônia. **Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis**. Capanema (PPC), 2012. Disponível em: https://capanema.ufra.edu.br/contabeis/images/PDFS/PPC_CONT%C3%81BEIS_2014_APR OVADO.pdf. Acesso em: 28 set. 2024.

TASHAKKORI, Abbas; TEDDLIE, Charles. Putting the human back in "human research methodology": The researcher in mixed methods research. **Journal of mixed methods research**, v. 4, n. 4, p. 271-277, 2010.

TRÓPIA, Patrícia Vieira; SOUZA, Davisson Charles Cangussu de. As portas permanecem semiabertas: estudantes trabalhadores nas universidades federais. **Pro-Posições**, v. 34, p. e20210033, 2023.

VILAS, Lara Barata. **Capital humano e desigualdade: uma análise do caso europeu**. 2020. **Dissertação de Mestrado**. ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (Portugal).

BARROS, R. P., CARVALHO, M., FRANCO, S., MENDONÇA, R. Determinantes imediatos da desigualdade de renda no Brasil: decomposição da desigualdade de renda domiciliar per capita. **Revista Brasileira de Economia**, 61(3), 259-287. 2007. <https://doi.org/10.1590/S0034-71402007000300001>.

HORTALIÇAS FOLHOSAS EM FEIRAS LIVRE E COBERTA: IMPACTOS DA SAZONALIDADE NA OFERTA E NOS PREÇOS EM CAPANEMA-PARÁ

Geovanna Vasconcelos Barros

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Ranielly Bento Praxedes

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Adriana Araujo Farias

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Wagner Jhonatan de Azevedo Silva

Universidade de São Paulo (USP)

Ana Karlla Magalhães Nogueira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Objetivo: A pesquisa teve como objetivo analisar de que forma a sazonalidade interfere na oferta e na precificação das hortaliças folhosas nas feiras livres e cobertas de Capanema, no Nordeste Paraense. **Métodos:** A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem quali-quantitativa, metodologicamente, utilizou-se uma abordagem quali-quantitativa, com aplicação de questionário composto por 12 perguntas abertas e fechadas. A coleta de dados ocorreu presencialmente entre 5 e 11 de julho de 2025, abrangendo 16 feirantes/agricultores da Feira Livre da Travessa Ocidental do Mercado e da Feira Coberta, conhecida como Feira do Agricultor. **Resultados:** Os resultados obtidos a partir da pesquisa de campo demonstram que a variação climática, caracterizada principalmente pelo excesso de chuvas no inverno amazônico e pela estiagem em determinados períodos do ano, afeta diretamente a produção agrícola, ocasionando períodos de abundância e de escassez. Esse comportamento sazonal impacta não apenas a quantidade de hortaliças disponíveis, mas também os preços, que tendem a se elevar em períodos de menor oferta, exigindo dos feirantes estratégias de adaptação para assegurar sua permanência no mercado. Verificou-se ainda que os meses de maior escassez são janeiro e fevereiro, quando os feirantes recorrem a promoções e descontos para aumentar as vendas. Assim, compreender os efeitos da sazonalidade é essencial para auxiliar os feirantes a enfrentarem os desafios do mercado e manter a continuidade de suas atividades. **Considerações finais:** Conclui-se que a sazonalidade influencia de maneira significativa a produção/comercialização das hortaliças folhosas. Logo, compreender esses impactos torna-se essencial para a adoção de políticas públicas e iniciativas locais que assegurem a permanência dos feirantes, possibilitando o atendimento às demandas da comunidade e, consequentemente, o fortalecimento da economia local.

Palavras-chave: Hortaliças folhosas; comercialização; mercado local; desenvolvimento regional.

INTRODUÇÃO

No Brasil, tem-se observado um aumento na demanda por hortaliças nos últimos anos, impulsionado por transformações sociais e pelo crescimento do interesse por hábitos alimentares mais saudáveis. Esse contexto tem favorecido tanto a ampliação do mercado de hortaliças quanto o fortalecimento da agricultura familiar, que se destaca como uma das principais produtoras desses alimentos (Marafeli *et al.*, 2020).

De acordo com Santos *et al.*, (2022), as hortaliças são espécies vegetais cultivadas para consumo humano, geralmente com alto valor nutricional e incluem uma grande variedade de plantas. Conforme os mesmos autores, destacam-se as hortaliças folhosas, que são plantas comestíveis e em alguns casos, incluem também flores amplamente comercializadas devido à sua popularidade e valor nutricional.

Sendo assim, exemplos comuns incluem alface, couve, espinafre e rúcula. Nesse contexto, também se destacam a diversidade das mais de 70 espécies olerícolas cultivadas no Brasil, incluindo aquelas pouco conhecidas pela maioria da população, como as hortaliças não convencionais ou tradicionais (Botrel *et al.*, 2020).

Batista *et al.* (2021) afirmam que, em algumas regiões brasileiras, essas hortaliças fazem parte da cultura local, sendo consideradas não convencionais, pois exercem influência na alimentação de populações tradicionais, apesar de suas propriedades nutricionais, muitas dessas plantas são nativas ou exóticas e comumente confundidas com plantas daninhas.

De acordo com dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2024), em 2024, houve uma queda significativa nos preços das hortaliças, com diminuição de 12% no preço da alface e 49% do tomate, que atingiu o menor preço no ano, em decorrência da grande oferta no mercado.

Para Santos *et al.* (2025), as hortaliças são ofertadas por preços mais reduzidos, por serem geralmente produzidas em larga escala por diversos produtores levando a uma “concorrência perfeita” e por terem alta perecibilidade, obrigando os produtores a comercializarem rapidamente os produtos para os prejuízos serem minimizados.

A elevada perecibilidade e a ampla concorrência reforçam a importância da agricultura como atividade essencial, especialmente no que diz respeito ao abastecimento das cidades e à promoção de uma alimentação mais saudável. Nesse contexto, a produção agrícola é fundamental para o abastecimento urbano e para incentivar hábitos mais saudáveis, além de melhorar a renda dos produtores rurais que dependem da agricultura (Padilha, 2024).

Dessa forma, em razão da valorização por um estilo de vida mais equilibrado há uma crescente demanda por produtos mais saudáveis, incluindo aqueles enriquecidos com nutrientes, como o caso das hortaliças, com características cada vez mais próximas ao natural (Cândido *et al.*, 2024). Essa crescente demanda por alimentos mais saudáveis, como as hortaliças, reforça a importância de ampliar e qualificar sua produção, especialmente em regiões onde o cultivo enfrenta limitações ambientais.

Nesse contexto, conforme apontam Santos *et al.* (2023), na região amazônica o cultivo de hortaliças folhosas é desafiador devido às condições climáticas, ocorrendo em decorrência das chuvas intensas e das altas temperaturas em certos períodos do ano, dificultando o cultivo de algumas hortaliças, como a alface, que requerem condições específicas para se desenvolver adequadamente.

Diante disso, a oleicultura¹ é uma atividade agrícola relevante para o desenvolvimento econômico e o abastecimento alimentar da região Norte, porém, esse tipo de produção enfrenta desafios devido ao clima e à ausência de modernização tecnológica. Segundo Nobre *et al.* (2021), apesar desses desafios, os incentivos técnicos e as práticas de conservação ambiental podem fortalecer o sistema de produção de hortaliças.

Nesse contexto, “a baixa produção de hortaliças faz com que o estado do Pará seja dependente da oferta dos cultivos de outras regiões do país, devido à baixa produção desses alimentos no estado” (Borges, 2022, p.396). De acordo com Batista (2024), a produção de hortaliças orgânicas exige maior atuação do agricultor na lavoura, requerendo dele mais paciência, capacidade de adaptação, dedicação e esforço. Conforme o mesmo autor, o tempo de produção

¹ O termo “olericultura” tem origem no latim, derivando de “olus” (hortaliças) e “colere” (cultivar), ou seja, refere-se ao cultivo de legumes (Olericultura, 2025).

é maior, principalmente quando há incidência de pragas, diferentemente da agricultura convencional.

Diante desse cenário de baixa produção local e dos desafios enfrentados na agricultura orgânica, torna-se evidente a necessidade de alternativas que aproximem o consumidor de alimentos mais saudáveis, mesmo em contextos de produção limitada. Uma dessas alternativas são as feiras livres, que desempenham papel fundamental na comercialização de hortaliças in natura e livres de agrotóxicos, atendendo à crescente demanda por produtos sustentáveis e nutritivos (Silva *et al.*, 2020). Contudo, os autores mencionam que, esses benefícios podem ser comprometidos pela falta de boas práticas de manipulação, que impactam a segurança dos alimentos e podem afetar sua qualidade, gerando riscos à saúde e aumento na geração de resíduos no meio ambiente.

Esses riscos associados à manipulação inadequada dos alimentos tornam ainda mais relevante a estrutura física onde ocorre a comercialização. Nesse sentido, a feira coberta surge como uma alternativa estratégica, pois oferece condições mais controladas e protegidas contra intempéries, favorecendo práticas mais seguras e organizadas.

Segundo Pereira (2025), a feira coberta é um espaço físico caracterizado pelo fluxo contínuo de pessoas, esses espaços se diferenciam das feiras livres por estarem isentos de intempéries climáticas. Segundo o mesmo autor, trata-se de espaços permanentes, constituindo um importante ponto de encontro entre produtores, comerciantes e consumidores.

Para Santos (2023), a feira coberta costuma ter uma estrutura física mais organizada, com boxes fixos e melhores condições de armazenamento. Por outro lado, o autor menciona ainda que as feiras livres apresentam um formato mais simples, com barracas temporárias, o que favorece a relação entre produtores, comerciantes e clientes.

Além disso, o mercado municipal é destaque na comercialização de hortifrúts no município de Capanema, além do mercado municipal as feiras-livres e cobertas possuem bastante destaque na comercialização de hortaliças. Uma vez que a venda desses produtos é a principal renda de muitos feirantes, que através dessas atividades é fornecido sustento de muitas famílias (Santos *et al.*, 2023). Diante da relevância econômica que esses espaços representam para os feirantes e suas famílias, torna-se essencial considerar os fatores que influenciam

diretamente essa atividade. Um dos principais elementos é a sazonalidade, que gera variações regulares ao longo do ano.

Para Moraes, Goulart e Mauch (2023), é fundamental compreender como as variações sazonais influenciam o preço das hortaliças. Segundo os mesmos autores, é preciso adotar estratégias de planejamento que mantenham o equilíbrio entre oferta e demanda, evitando escassez ou excesso, assegurando a qualidade e aplicando práticas mais sustentáveis.

Neste contexto, torna-se relevante analisar como a sazonalidade das hortaliças folhosas influencia diretamente na precificação e disponibilidade desses produtos nas feiras livres e cobertas do município de Capanema, estado do Pará. A partir dessa perspectiva, o trabalho buscou responder à seguinte pergunta: como a sazonalidade afeta a oferta de hortaliças folhosas e impacta nos preços desses produtos nas feiras livres e feiras cobertas do município de Capanema-PA?

Parte-se da hipótese de que a sazonalidade, influenciada pelas mudanças climáticas da região amazônica, afeta o mercado de hortaliças folhosas em Capanema, alterando oferta, demanda e preços em determinadas épocas. Assim, as hortaliças folhosas desempenham papel essencial na dinâmica local, abrangendo aspectos sociais, culturais e econômicos, fundamentais para o desenvolvimento da região (Viana *et al.*, 2024).

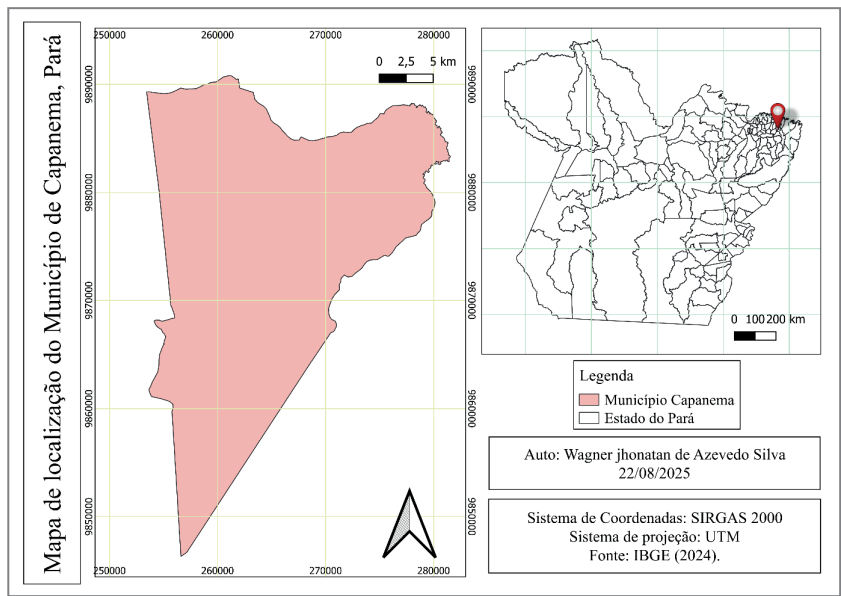
O objetivo do trabalho foi analisar de que forma a sazonalidade interfere na oferta e na precificação das hortaliças folhosas nas feiras locais. Como objetivos específicos, buscou-se identificar os principais tipos de hortaliças folhosas comercializadas nas feiras livres e cobertas de Capanema; avaliar as variações sazonais na oferta desses produtos ao longo do ano; identificar quais as principais hortaliças folhosas cultivadas no município; verificar como os preços são influenciados pelas flutuações na oferta e investigar as estratégias utilizadas por feirantes e agricultores locais para enfrentar os impactos da sazonalidade.

MATERIAL E MÉTODOS

Descrição da área de estudo

A área de estudo concentrou-se no município de Capanema, situado no Nordeste paraense (Ver figura 1). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), o município possui uma população estimada em 70.394 habitantes, e a densidade demográfica de 113,27 habitantes/km². Com relação à renda *per capita* dos trabalhadores formais o município registrou um salário médio mensal de 1,8 salários mínimos, com 16,72% da população ocupada, totalizando 11.770 pessoas (IBGE, 2022).

Figura 1 - Mapa de localização do Município de Capanema, Pará.



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Conforme Pontes *et al.* (2024), o município de Capanema possui um papel significativo no incentivo à agricultura familiar, evidenciado pela participação ativa dos produtores nas feiras livres, que funcionam como canais de comercialização e impactam positivamente a economia local.

Diante disso, analisar as feiras livres em Capanema é importante, ao representarem uma forma essencial de comercialização da agricultura familiar

e fortalecem a economia local pela venda direta entre produtores e consumidores (Santos *et al.*, 2025).

Procedimentos metodológicos

Em relação aos procedimentos metodológicos utilizados no estudo, optou-se pela abordagem quali-quantitativa. De acordo com Soares *et al.* (2022), a abordagem quantitativa segue etapas estruturadas, como definição do problema, amostragem, coleta e análise estatística dos dados. Por outro lado, a pesquisa qualitativa busca compreender a realidade, permitindo uma maior interação do pesquisador com o objeto de estudo e contribuindo para uma abordagem investigativa que considera as relações e os contextos envolvidos (Soares *et al.*, 2022; Mineiro; Silva; Ferreira, 2022).

Além disso, optou-se pela coleta de dados primários, uma vez que se trata de uma pesquisa de campo, que busca investigar diretamente no local onde o fenômeno social ocorre, a partir da definição do problema (Guerra *et al.*, 2024; De Lunetta; Guerra, 2023).

Dessa forma, elaborou-se um questionário semiestruturado com 12 perguntas abertas e fechadas, contemplando aspectos qualitativos e quantitativos. Nos quais, permitiram uma coleta de dados diversificados, possibilitando uma análise mais ampla e aprofundada sobre o tema investigado. Sendo assim, o questionário configura-se como uma relevante ferramenta metodológica, ao possibilitar a coleta de dados sobre diversas variáveis e contextos específicos que se pretende analisar ou descrever (Bastos *et al.*, 2023).

Com o intuito de levantar os dados necessários para a pesquisa, o instrumento de coleta foi dividido em duas seções, sendo elas: percepção sobre a análise de oferta e sazonalidade das hortaliças folhosas, influência da precificação e análise das estratégias na venda. A aplicação do questionário foi realizado em dois locais distintos, totalizando 16 feirantes/agricultores participantes nos quais foram coletados presencialmente, entre os dias 5 e 11 de julho de 2025, nas seguintes feiras do município de Capanema, no estado do Pará: Feira Livre da Travessa Ocidental do Mercado (Figura 2) e Feira Coberta (Figura 3), conhecida como Feira do Agricultor, situada no centro da cidade.

Figura 2 e 3 - Feira Livre e Coberta do município de Capanema-PA.



Fonte: Acervo dos autores (2025).

Considerando a rotina intensa de trabalho dos feirantes e a dificuldade de leitura e escrita, a aplicação do questionário foi conduzida com o apoio direto do pesquisador, que auxiliou no preenchimento e marcou as alternativas indicadas pelos respondentes, garantindo a compreensão e participação efetiva (Figura 4 e 5).

Figura 4 e 5 - Aplicação de questionário na Feira Coberta de Capanema-PA.



Fonte: Acervo dos autores (2025).

Ressalta-se, ainda, que cinco feirantes optaram por não participar da pesquisa, justificando a decisão em função da alta demanda de atendimento durante o período da coleta.

Posteriormente à obtenção dos dados, os registros foram organizados e tabulados com o auxílio das ferramentas como *Google Forms* e *Excel*, sendo dispostos em planilhas e apresentados por meio de gráficos, quadros e tabelas.

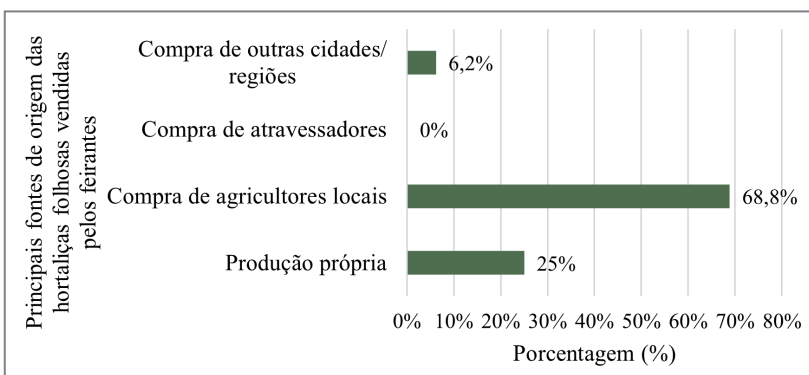
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com relação às principais fontes de origem das hortaliças folhosas, observou-se que 68,8% dos feirantes adquirem seus produtos de agricultores locais. Além disso, 25% afirmaram utilizar produção própria (Ver gráfico 1). Por outro lado, 6,2% compram de outras cidades ou regiões, e nenhum dos entrevistados indicou adquirir produtos por meio de atravessadores.

Esses dados demonstraram que os feirantes de Capanema priorizam hortaliças produzidas na própria região, evidenciando a importância da agricultura local no abastecimento da feira e na economia regional. Essa preferência não somente estimula a produção local de hortaliças, como também fortalece a economia e as relações sociais e culturais da região, agregando valor à distribuição e aproximando produtores e consumidores (Cruz *et al.*, 2021).

Além disso, os dados indicaram que os atravessadores não são considerados uma opção viável para aquisição dos produtos, pois tendem a manipular os preços (Santos *et al.*, 2025). Isso resulta em valores mais elevados do que os praticados pelos produtores locais. Por esse motivo, os feirantes buscam estabelecer contato direto com os produtores, garantindo melhor qualidade, praticidade e preços mais acessíveis.

Gráfico 1 - Principais fontes de origem das hortaliças folhosas vendidas pelos feirantes.

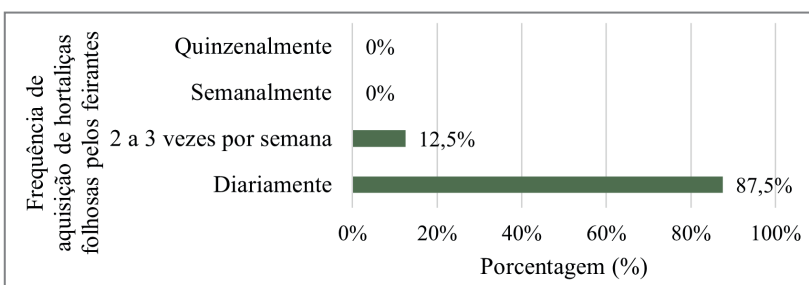


Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Quanto à frequência com que os feirantes adquirem hortaliças folhosas, averiguou-se que a maioria, representando 87,5% da amostra, realiza essa compra diariamente. Outros 12,5% compram de 2 a 3 vezes por semana, e nenhum dos entrevistados indicou realizar a aquisição semanal ou quinzenalmente (Ver gráfico 2).

Esse padrão de reposição constante tende a estar diretamente relacionado à alta perecibilidade das hortaliças folhosas, que se deterioram com facilidade. De acordo com Caldas *et al.* (2024), essa característica representa um desafio à comercialização, exigindo reposição frequente para evitar perdas e garantir a qualidade dos produtos ofertados para o consumidor final.

Gráfico 2 - Frequência de aquisição de hortaliças folhosas pelos feirantes.



Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Em relação à percepção dos feirantes sobre variações na oferta de hortaliças folhosas ao longo do ano (Ver tabela 1), constatou-se que 100% dos

entrevistados percebem oscilações na disponibilidade desses produtos. Para identificar com maior precisão os períodos em que essas mudanças ocorrem, foi solicitado aos participantes que indicassem em quais épocas do ano tais variações são mais perceptíveis.

Diante disso, observou-se que 81,2% dos feirantes apontaram o inverno como o período de maior impacto na oferta, enquanto 9,4% indicaram o início do ano e a mesma porcentagem, o final do ano. Segundo Miranda, Wegner e Dias (2024), as baixas temperaturas do inverno reduzem a produção de hortaliças, dificultando sua aquisição e comprometendo a oferta no mercado. Esse cenário confirma a percepção dos feirantes de que as condições climáticas dessa estação são o principal fator que influencia a variação na oferta das hortaliças folhosas.

Tabela 1 - Percepção dos feirantes sobre variações na oferta de hortaliças folhosas ao longo do ano.

Percepção dos feirantes sobre variações na oferta de hortaliças folhosas ao longo do ano	Percentual (%)
Sim	100%
Não	0%
Total	100%
Períodos do ano em que os feirantes percebem mudanças na oferta de hortaliças folhosas	
Início do ano	9,4%
No final do ano	9,4%
Inverno	81,2%
Total	100%

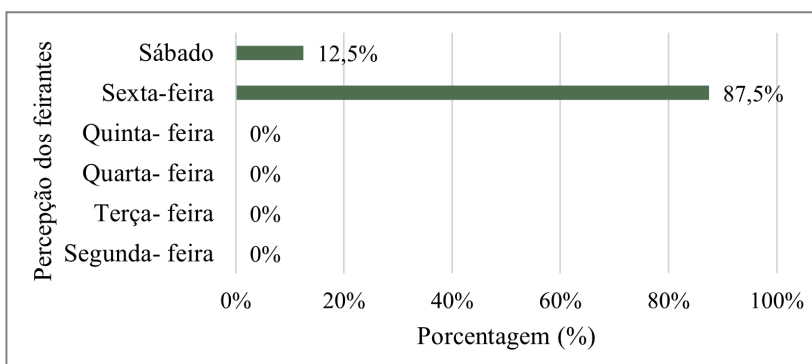
Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Buscou-se ainda identificar os dias da semana de maior demanda por hortaliças folhosas (Ver gráfico 3). Os dados indicaram que a sexta-feira é o dia de maior procura, apontada por 85,5% dos feirantes. O sábado aparece em seguida, com 12,5% das indicações.

Por outro lado, nenhum feirante mencionou os demais dias da semana, sendo eles: segunda, terça, quarta e quinta, como favoráveis para a comercialização desses produtos, evidenciando uma baixa demanda nesses períodos. No entanto, é importante destacar que a feira não funciona aos domingos, o que justifica a ausência desse dia nas respostas dos entrevistados.

Com base nos dados analisados, observou-se que a elevada procura por hortaliças folhosas na sexta-feira possivelmente se deve ao fato de este ser o dia tradicional de realização da Feira do Agricultor no município. Esse fator contribui para uma maior demanda por esses produtos, favorecendo o aumento das vendas e o maior fluxo de visitantes, tanto na feira livre quanto na feira coberta de Capanema.

Gráfico 3 - Distribuição da demanda por hortaliças folhosas ao longo da semana.

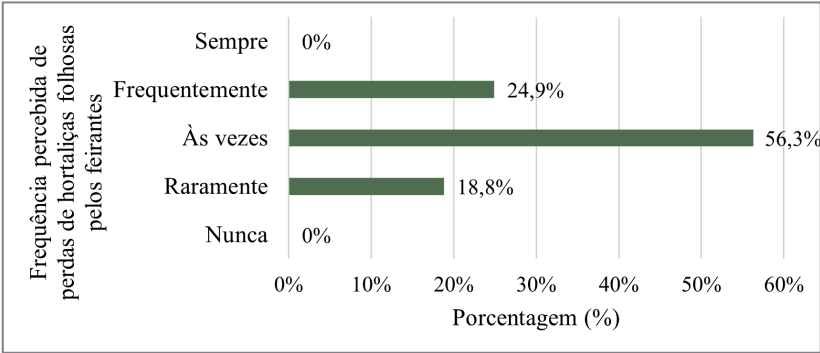


Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Os dados sobre a frequência de perdas de hortaliças folhosas por não serem vendidas a tempo (Ver gráfico 4), mostraram que 56,3% dos feirantes relataram que essas perdas ocorrem às vezes, enquanto 24,9% afirmam serem frequentes. Vale ressaltar, ainda, que 18,8% dos feirantes consideram que essas perdas ocorrem raramente, e nenhum dos entrevistados indicou que elas acontecem sempre ou nunca.

Esses resultados demonstraram que a alta perecibilidade das hortaliças folhosas exige uma comercialização rápida para evitar perdas significativas, que podem afetar a percepção do consumidor (Caldas *et al.*, 2024; Ferreira, 2024). Isso tende a representar um desafio constante no contexto das feiras livres e cobertas, onde as limitações de infraestrutura e conservação ocasionam perdas constantes dos produtos. Assim, reforçando a necessidade de estratégias que considerem a perecibilidade desses produtos e a realidade do comércio local.

Gráfico 4 - Frequência de perdas de hortaliças folhosas por não serem vendidas em tempo hábil.

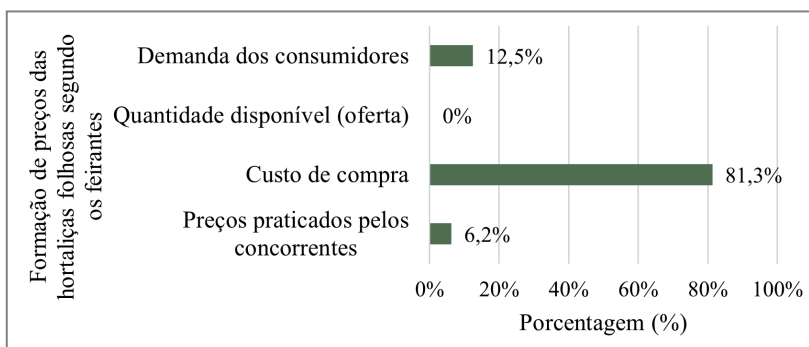


Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Conforme os dados coletados, 81,3% dos feirantes afirmam que a formação dos preços das hortaliças folhosas está principalmente ligada ao custo de compra (Ver gráfico 5). Outrossim, 12,5% mencionaram a influência da demanda dos consumidores, enquanto 6,2% consideram os preços praticados pela concorrência. Nenhum feirante relacionou a definição dos preços à quantidade disponível.

Dessa forma, observou-se que a precificação das hortaliças folhosas tende a estar diretamente relacionada ao custo de aquisição junto aos fornecedores locais, ou seja, àqueles de quem os feirantes compram seus produtos. Esse dado evidencia como o comportamento do mercado influencia diretamente a formação dos preços e a percepção de lucratividade dos vendedores (De Figueiredo *et al.*, 2022). Isso permite que os feirantes mensurem com mais precisão seus ganhos e contribui para a definição de estratégias adequadas de comercialização no mercado local.

Gráfico 5 - Formação de preços das hortaliças folhosas segundo os feirantes.



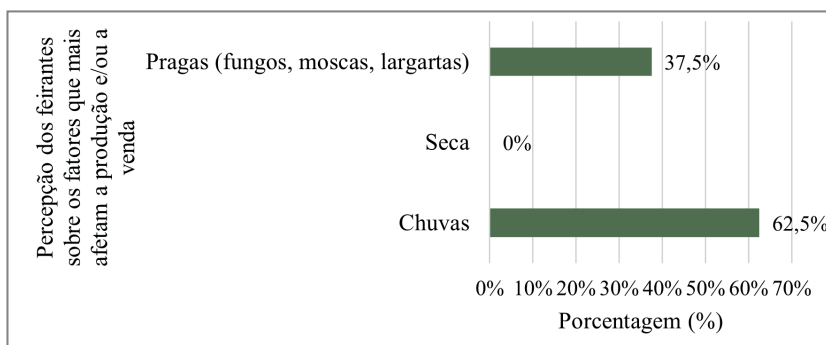
Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Cabe destacar, ainda, a percepção dos feirantes em relação aos fatores que mais influenciam a produção e/ou venda das hortaliças folhosas (Ver gráfico 6). Diante disso, observou-se que 62,5% apontaram a ocorrência de chuvas como o principal fator de impacto, enquanto 35,5% mencionaram as pragas, como fungos, moscas e lagartas.

Os dados indicaram que, embora os feirantes reconheçam os efeitos negativos dessas pragas sobre a produção e/ou comercialização, seu conhecimento tende a ser empírico. Isso se deve ao fato de que a identificação dos tipos de pragas ocorre principalmente por meio da observação prática cotidiana dos danos causados.

Além disso, conforme destacam Nascimento *et al.* (2024), as hortaliças sofrem impactos significativos em razão das intensas e frequentes chuvas durante o período chuvoso da região. Esse fator reforça a percepção dos feirantes quanto à influência do clima na produção e comercialização desses produtos no mercado.

Gráfico 6 - Percepção dos feirantes sobre os fatores que mais afetam a produção e/ou a venda.

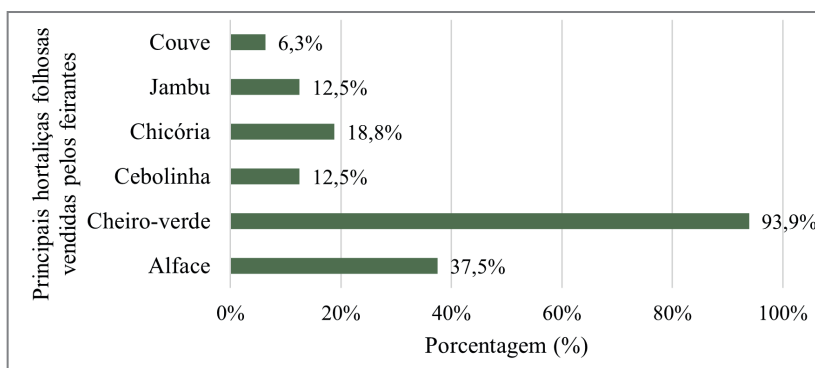


Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Visando ampliar a compreensão sobre a comercialização de hortaliças, foi realizada a identificação dos principais tipos de folhosas ofertadas pelos feirantes (Ver gráfico 7). Os dados revelaram que 93,9% dos feirantes apontaram o cheiro-verde como a principal hortaliça comercializada, seguido da alface com 35,5%. Além disso, 18,8% dos feirantes indicaram a chicória e 12,5% a cebolinha. A mesma porcentagem de 12,5% foi observada para o jambu, enquanto somente 6,3% mencionaram a couve.

Os resultados indicaram que o cheiro-verde se destaca como a principal hortaliça folhosa comercializada pelos feirantes. Segundo Mota, Schmitz e Souki (2021), essa preferência está relacionada ao preparo habitual dos alimentos, o qual tende a influenciar a demanda regional e os padrões de comercialização.

Gráfico 7 - Principais hortaliças folhosas vendidas pelos feirantes.



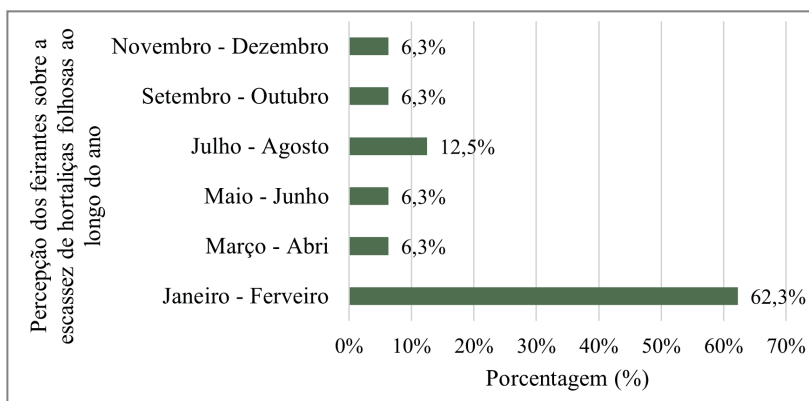
Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

A respeito da percepção dos feirantes quanto à escassez de hortaliças folhosas ao longo do ano, os dados apontaram que 62,3% dos feirantes afirmaram que os meses de janeiro e fevereiro são de menor oferta de hortaliças. Ademais, 12,5% dos entrevistados indicaram os meses de julho e agosto como períodos de escassez de hortaliças (Ver gráfico 8).

Adicionalmente, os demais meses analisados, como março a abril, maio a junho, setembro a outubro e novembro a dezembro, apresentaram percentuais equivalentes a 6,3%.

Nesse sentido, os resultados indicaram que os maiores desafios na oferta das hortaliças acontecem nos meses de janeiro e fevereiro. De acordo com Andrade (2024), esse cenário é marcado pelo início do inverno amazônico, propulsor da época de florada em algumas espécies de vegetação. No entanto, “no Pará, o baixo consumo de hortaliças, aliado às condições climáticas adversas, como altas temperaturas e chuvas intensas, afeta o cultivo de diversas espécies olerícolas” (Miranda *et al.*, 2025 p. 16).

Gráfico 8 - Percepção dos feirantes sobre a escassez de hortaliças folhosas ao longo do ano.



Fonte: Resultados da pesquisa (2025).

Com o intuito de identificar possíveis oscilações no mercado, buscou-se verificar se o preço das hortaliças folhosas apresentava variações ao longo do ano, considerando os diferentes períodos sazonais que podem influenciar na oferta desses produtos. Desse modo, foram coletadas respostas para identificar como as variações de preços impactam o mercado de hortaliças.

Nesse contexto, alguns feirantes afirmaram que no *"Inverno, devido aos preços das hortaliças, fica mais difícil de comprar"*. Os preços das hortaliças costumam variar bastante ao longo dos anos, principalmente no inverno. Desse modo, fatores como excesso de chuvas e maior incidência de pragas reduzem a produção, elevando os preços das hortaliças devido à diminuição na oferta.

Ademais, alguns feirantes afirmaram que os preços das hortaliças costumam variar no *"Inverno, junho e final do ano devido aos períodos festivos"* e *"No final de ano e no inverno"*. Nessas ocasiões, fatores climáticos e festividades tendem a aumentar a demanda, contribuindo para a elevação dos preços das hortaliças, impactando tanto consumidores quanto feirantes, conforme relato a seguir:

Entrevistado 1: "Inverno, devido aos preços das hortaliças fica mais difícil de comprar".

Entrevistado 2: "Inverno, junho e final do ano devido aos períodos festivos".

Entrevistado 3: "Sim, final de ano e no inverno".

Diante disso, os dados estão em consonância com as informações apontadas por Rocha *et al.* (2025), que destacam que no período chuvoso muitas hortaliças reduzem sua produção, o que enfraquece a oferta devido à sensibilidade às condições climáticas. Conforme os mesmos autores, um exemplo disso foi observado em seu estudo, quando, em fevereiro, as chuvas afetaram a produção dos agricultores no município de Mossoró, Rio Grande do Norte, reduzindo a disponibilidade dos produtos.

Ademais, a fim de compreender as estratégias adotadas pelos feirantes para enfrentar os períodos de baixa oferta ou aumento de preço, foram coletadas respostas abertas que revelaram diversas táticas aplicadas no dia a dia do comércio.

Alguns feirantes destacaram a importância de oferecer promoções e descontos para atrair clientes e evitar perdas, como exemplificado por respostas do tipo: *"Promoção e desconto"* e *"Sim, uso o desconto"*. Outros ressaltaram a relevância de manter-se presente na feira, considerando que *"Estar na feira já é uma estratégia"*, indicando a valorização da visibilidade e contato direto com o público, conforme mencionado nos relatos a seguir:

Entrevistado 1: Faço uso de promoção e desconto.

Entrevistado 2: Sim, uso o desconto.

Entrevistado 3: Estar na feira já é uma estratégia.

Além disso, os relatos dos feirantes evidenciaram que os preços são ajustados conforme o movimento e as condições da feira, assim como práticas de gestão de estoque e fornecedores, compra de produtos de terceiros em momentos de baixa oferta e a busca por fornecedores que vendam mais barato, como se observa nos seguintes depoimentos:

Entrevistado 1: Me baseio conforme o movimento da feira, por exemplo, se tiver muita gente vendendo o mesmo produto, isso acaba influenciando minha venda e preciso diminuir o valor da hortaliça para não perder muitos. Se eu não vender a tempo, estraga."

Entrevistado 2: Quando tem baixa oferta, procuro comprar de outras pessoas.

Entrevistado 3: Procuro fornecedores que vendem mais barato.

Também foi ressaltada a importância da qualidade do produto para enfrentar esses desafios, como exemplificado em:

Entrevistado 1: Tenho um produto de qualidade.

Cabe destacar, ainda, que houve respostas sem posicionamento claro, indicadas como "Sem resposta" ou "Não sei responder", o que pode indicar incerteza ou ausência de estratégias definidas.

Assim, os dados revelaram que os feirantes utilizam estratégias flexíveis e variadas para lidar com as flutuações naturais da oferta e do preço, priorizando medidas que permitam rápida adaptação, como descontos e promoções. A presença constante na feira é percebida não somente como uma obrigação, mas como um diferencial competitivo para manter o relacionamento com os consumidores.

Conforme apontam Cruz *et al.* (2021), a sustentabilidade da agricultura familiar nas feiras livres possui flexibilidade em suas ações comerciais, sendo essa uma forte característica, ao operarem em um ambiente de constantes mudanças no mercado. Triches, Dal Agnol e Rossi (2024) contribuem ainda, dizendo que a qualidade do produto e a proximidade com os clientes são essenciais para

enfrentar os desafios básicos das feiras, corroborando as estratégias apontadas pelos feirantes entrevistados.

Dessa maneira, a busca por descontos e fornecedores com um melhor custo benefício é uma realidade, aspirando sempre uma boa manutenção e qualidade, isso demonstrou um conhecimento profundo acerca da dinâmica do mercado e a necessidade de adaptação pela sobrevivência e concorrência no setor.

Quando perguntados sobre a indisponibilidade de produtos ou redução nas vendas, se obtiveram os seguintes relatos dos comerciantes, onde se pode identificar que alguns mantiveram vendas regulares, pois existe uma boa relação com seus fornecedores. Por outro lado, houve referências a diminuição nas vendas e a interrupção temporária de produtos como pepino, cariru e principalmente, o cheiro-verde, afetado no inverno pela queima das folhas, além de preços elevados praticados pelos produtores e momentos como o apresentado, dificultando a revenda.

Dentre os relatos, destacam-se:

Entrevistado 1: Por conta da escassez, deixei de vender pepino.

Entrevistado 2: Sim, o produtor estava vendendo muito caro.

Entrevistado 3: Sim, o cheiro-verde queima muito as folhas e fica mais difícil de vender.

Essas observações revelaram o impacto direto da sazonalidade e das condições climáticas sobre a oferta e, consequentemente, sobre os preços nas centrais de abastecimento. Isso está em consonância como o estudo de Pucuhuaranga e Ferraz-Almeida (2024, p.35), que observaram uma ligação negativa entre volume e preço: "a redução no volume aumenta o preço das hortaliças no centro de abastecimento".

Além disso, conforme o relatório do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC, 2021), um dos impedimentos aos sistemas alimentares no Brasil são preços elevados, disponibilidade irregular e acesso dificultado aos alimentos, fatores que corroboram as dificuldades relatadas pelos entrevistados.

Portanto, os dados indicaram que a sazonalidade e os custos de produção impactam diretamente a oferta e preço das hortaliças, exigindo dos feirantes estratégias de adaptação para manter vendas constantes e a confiança do consumidor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme a análise realizada acerca da comercialização de hortaliças folhosas nas feiras livres e cobertas do município de Capanema, foi possível compreender como a sazonalidade exerce significativa influência na oferta, demanda e precificação dos produtos. Os resultados demonstraram que a maioria dos feirantes adquire seus produtos de agricultores, o que, consequentemente, gera resultados positivos no fortalecimento da agricultura familiar na região.

No entanto, a variação climática caracterizada por épocas chuvosas e a estiagem em determinados períodos dos anos, afeta diretamente a produção agrícola e representa um desafio constante para produtores e comerciantes. Assim, refletindo em perdas, oscilações na oferta e elevação dos preços decorrentes dos períodos de escassez e abundância durante o ano.

Ademais, de acordo com entrevistas realizadas com os feirantes locais, o preço das hortaliças tende a ser diretamente afetado pelo custo de aquisição junto aos produtores e fornecedores, mas também sofre influência da demanda dos consumidores e da concorrência entre os próprios feirantes.

Dessa forma, o mercado de hortaliças em Capanema apresenta desafios complexos como mudanças climáticas, variações de preços e concorrência entre os feirantes. A fim de minimizar esses impactos, os feirantes estabelecem estratégias para se manter nesse mercado. Dentre as estratégias relatadas, destaca-se realizar promoções, a busca por novos fornecedores, a flexibilização nos preços e o investimento na qualidade do produto.

Assim, a pesquisa reforça a importância da criação de políticas públicas e incentivos técnicos que promovam melhores condições de cultivo, armazenamento e comercialização que atendam às necessidades dos feirantes em suas atividades laborais. Além disso, garantir a redução de perdas, preços mais estáveis, maior acesso da população a alimentos frescos e de qualidade.

Portanto, conclui-se que, embora a sazonalidade represente um desafio constante para produtores e feirantes, também se apresenta como um elemento que faz parte do cotidiano e da estrutura agrícola da região.

Diante disso, os resultados desta pesquisa reforçam a relevância de compreender aspectos da sazonalidade no comércio de hortaliças folhosas em Capanema-PA. A fim de contribuir não apenas com fortalecimento da produção

local, mas também para a formular estratégias que garantam maior viabilidade econômica, inclusão social e sustentabilidade ambiental. Para isso é preciso planejamento, formulação de políticas públicas capazes de assegurar maior sustentabilidade na produção e garantir a segurança alimentar da população.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. da S. Entre os nós da menina (La Niña): acoplamento oceano–humana–atmosfera ante um clima em mudanças no quilombo de Gurupá-Mirim, Amazônia Paraense. **Margens**, Abaetetuba (UFPA), v. 18, n. 30, 23 out. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/17156>. Acesso em: 17 ago. 2025.

BORGES, L. D. S. *et al.* Agronegócio das hortaliças, seus desafios e tendências no Estado Pará. In: *Ciências Agrárias: o avanço da ciência no brasil-volume 4*. Editora Científica Digital, [S. l.], v. 25, p. 393-411, 2022. DOI: 10.37885/220709530. Disponível em: <https://www.editoracientifica.com.br/books/chapter/220709530>. Acesso em: 13 abr. 2025.

BASTOS, J. E. de S. *et al.* O Uso do Questionário como Ferramenta Metodológica: potencialidades e desafios. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 623–636, 2023. DOI: 10.36557/2674-8169.2023v5n3p623-636. Disponível em: <https://bjhs.emnuvens.com.br/bjhs/article/view/304>. Acesso em: 20 abr. 2025.

BATISTA, A. J. D. S. *et al.* Análise da produção e comercialização de hortaliças na comunidade de velha timboteua-pará. Editora Científica Digital, [S. l.], v.1, p. 11-29, 2024. DOI: 10.37885/241017909. Disponível em: <https://www.editoracientifica.com.br/books/chapter/analise-da-producao-e-comercializacao-de-hortalicas-na-comunidade-de-velha-timboteua-para>. Acesso em: 13 abr. 2025.

BATISTA, D. S. *et al.* Adução orgânica na produção e composição química de hortaliças folhosas não convencionais. **Pesquisa Agropecuária Tropical**, Goiânia, v. 51, p. e66508, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/pat/article/view/66508>. Acesso em: 1 maio. 2025.

BOTREL, N. *et al.* Valor nutricional de hortaliças folhosas não convencionais cultivadas no Bioma Cerrado. **Brazilian Journal of Food Technology**, [S. l.], v. 23, p. e2018174, 2020. DOI: 10.1590/1981-6723.17418. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bjft/a/JjvCDWhsFpnXnytPwDGXCY>. Acesso em: 13 abr. 2025.

CÂNDIDO, G. D. M. *et al.* Percepção, hábitos e motivações para o consumo de comida de conveniência em Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. **Revista Delos**, [S. l.], v. 17, n. 61, p. e2544, 2024. DOI: 10.55905/rdelosv17n61-025. Disponível em: <https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/2544>. Acesso em: 13 abr. 2025.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Re Semana 05 a 08/2024 – PROHORT. Brasília: CONAB, 2024. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/hortigranjeiros-prohort/publicacoes-do-setor-hortigranjeiro/item/24130-re-semana-05-08-2024-prohort>. Acesso em: 13 abr. 2025.

CRUZ, M. S. D. *et al.* Comprando qualidade: costume, gosto e reciprocidade nas feiras livres do Vale do Jequitinhonha. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [S. l.], v. 60, n. spe, p. e245926, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/CYdJ3VwDWCz3FXbTdHCWb6H/>. Acesso em: 05 ago. 2025.

CALDAS, A. M. D. J. *et al.* Olericultura em pequenas propriedades periurbanas no município de Santa Izabel do Pará, Estado do Pará. **Revista Orbis Latina-ISSN: 2237-6976**, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 40-68, 2024. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/4669>. Acesso em: 5 ago. 2025.

DE LUNETTA, A.; GUERRA. R. Metodologia da pesquisa científica e acadêmica. **Revista owl (owl journal) - revista interdisciplinar de ensino e educação**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 149-159, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8240361. Disponível em: <https://revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/48>. Acesso em: 20 abr. 2025.

DE FIGUEIREDO, A. M. B. *et al.* Análise de custos e formação do preço de venda de hortifrutis praticados por agricultores familiares feirantes de Cacoal-RO. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 4, p. e1711427138-e1711427138, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/27138>. Acesso em: 7 ago. 2025.

FERREIRA, R. R. A.D. L. Qualidade da comercialização de hortaliças: uma sintética discussão. **Gestão e Desenvolvimento em Revista**, [S. l.], v. 10, n. 1, 2024. DOI: 10.48075/gdemrevista.v10i1.32086. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/gestaoedesenvolvimento/article/view/32086>. Acesso em: 6 ago. 2025.

GUERRA, A. de L. e R. *et al.* Pesquisa qualitativa e seus fundamentos na investigação científica. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 15, n. 7, p. e4019, 2024. DOI: 10.7769/gesec.v15i7.4019. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/4019>. Acesso em: 20 abr. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo brasileiro 2022. Capanema-Pará: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/capanema/panorama>. Acesso em: 27 abr. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (IDEC). As Cinco Dimensões dos Sistemas Alimentares no Brasil: Uma Revisão de Literatura. São Paulo: Idec; Alimentando Políticas, 2021. Disponível em: <https://alimentandopoliticas.org.br/wp-content/uploads/2021/11/af-IDEC-Revisao-de-Literatura-ptbr-digital.pdf> Acesso em: 9 ago. 2025.

MARAFELI, A. M. *et al.* Perfil agrônomo das propriedades hortícolas de agricultores familiares em Lavras e microrregião, Minas Gerais. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 9, n. 10, p. e269108312, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i10.8312. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/8312>. Acesso em: 20 apr. 2025.

MINEIRO, M.; SILVA, M. A. A. D.; FERREIRA, L. G. PESQUISA QUALITATIVA E QUANTITATIVA: imbricação de múltiplos e complexos fatores das abordagens investigativas. **Momento - Diálogos em Educação**, [S. l.], v. 31, n. 03, p. 201-218, 2022. DOI: 10.14295/momento.v31i03.14538. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/14538>. Acesso em: 20 abr. 2025.

MORAES, J. R de; GOULART, Í. M; MAUCH, C. R. *Comportamento dos preços de tomates longa vida, italiano e gaúcho no município de Pelotas, RS. In: SEMANA INTEGRADA DE INOVAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - SIIPE*, 8., 2023, Pelotas. Anais [...]. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2023. Disponível em: https://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2023/CA_01493.pdf. Acesso em: 10 ago. 2025.

MIRANDA, M. T. dos S. *et al.* Caracterização das hortaliças comercializadas nas feiras livres no município de Cachoeira do Arari, arquipélago do MARAJÓ - PA. **REVISTA FOCO**, [S. l.], v. 18, n. 6, p. e8329, 2025. DOI: 10.54751/revistafoco.v18n6-023. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/8329>. Acesso em: 17 ago. 2025.

MIRANDA, S. P.; WEGNER, R. C.; DIAS, A. Comercialização nas feiras da agricultura familiar: um estudo de caso sobre a estrutura desses canais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [S. l.], v. 62, p. e270700, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/qpPgmC8Hqs3n4zWLB8LzPdg/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 5 ago. 2025.

MOTA, D.M. D.; SCHMITZ, H; SOUKI, S. H. Agricultura Apoiada Pela Comunidade (CSA): novas solidariedades entre produtores e consumidores na Alemanha. Raízes: **Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 41, n. 2, p. 210-227, 2021. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/742>. Acesso em: 6 ago. 2025.

NOBRE, N. A. de O. *et al.* Agricultura familiar em região amazônica: a importância do conhecimento sobre a biodiversidade. In: AGROECOLOGIA: MÉTODOS E TÉCNICAS PARA UMA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL-VOLUME 1. **Editora Científica Digital**,

[S. l.], v. 1, n 18, p. 261-276, 2021 DOI: 10.37885/201202596. Disponível em: <https://www.editoracientifica.com.br/books/chapter/agricultura-familiar-em-regiao-amazonica-a-importancia-do-conhecimento-sobre-a-biodiversidade> Acesso em: 01 mai. 2025.

NASCIMENTO, M. L. A. D. *et al.* Análise da gestão de produtores de hortaliças na comunidade rural de Santa Rosa, Capanema-PA. In: Alan Mario Zuffo; Jorge González Aguilera; Luciano Façanha Marques. (Org.). Inovações em pesquisas agrárias e ambientais. 1ªed. Nova Xavantina-MT: Pantanal, 2024, v. 3, p. 56-68.

OLEICULTURA, In: DICIONÁRIO, Priberam da língua portuguesa. [S. l.]:Priberam Informática, 2025. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/olericulturas>. Acesso em: 20 abr.2025.

PADILHA, A. D. Q. *et al.* Cadeia produtiva do feijão em áreas de assentamento da Reforma Agrária em Santa Catarina. 2024.

PEREIRA, L. M. Comercialização de hortaliças nas feiras do município de Benjamin Constant-AM. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Agrárias e do Ambiente) – Instituto de Natureza e Cultura, Universidade Federal do Amazonas, Benjamin Constant, 2025. Disponível em: <http://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/8653>. Acesso em: 16 ago. 2025.

PONTES, S. C. *et al.* Sucessão familiar na agricultura familiar: estudo na feira do agricultor no município de Capanema – Pará. In: Anais do IV Conecta UFRA: Amazônia, Ciência & Sociedade. Belém (PA): UFRA, 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/iv-conecta-ufra/1021090-Sucessao-Familiar-na-Agricultura-Familiar--estudo-na-feira-do--agricultor-no-municipio-de-Capanema--Para>. Acesso em: 24 maio 2025.

PUCUHUARANGAA, C. L. C.; FERRAZ-ALMEIDA, R. **Journal of Biotechnology and Biodiversity**. [S. l.], v.12, n.1, 2024. Disponível em: https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/C1Y7J9YDStW7qBev0rXgNA/content/4_Agrarias_15266_035_043.pdf. Acesso em: 7 ago. 2025.

ROCHA, J. P. da. *et al* Diagnóstico sobre a oferta e demanda na Feira Agroecológica de Mossoró-RN. **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. e13322, 2025. DOI: 10.54033/cadpedv22n1-120. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/13322>. Acesso em: 17 ago. 2025.

SANTOS, A. D. dos. Compreendendo as feiras livres nas pequenas cidades: o caso de Cruzeta-RN. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/58179>. Acesso em: 17 ago. 2025.

SANTOS, G. D. O. *et al.* Compreendendo a variação de preços: análise das hortaliças folhosas em feiras de produtor em Parauapebas, Pará. **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 22, n. 4, p. e14019, 2025. DOI: 10.54033/cadpedv22n4-089. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/14019>. Acesso em: 20 abr. 2025.

SANTOS, N. B. *et al.* Análise do espaçamento sobre o desenvolvimento fisiológico de diferentes cultivares de alface. **IRRIGA**, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 298–312, 2023. DOI: 10.15809/irriga.2023v28n2p298-312. Disponível em: <https://revistas.fca.unesp.br/index.php/irriga/article/view/4662>. Acesso em: 20 abr. 2025.

SANTOS, D. C. R. *et al.* Características e usos sociais da flora remanescente de áreas de várzea em comunidades rurais do nordeste paraense. *In*: Desenvolvimento Socioambiental na Amazônia-Volume 1. **Editora Científica Digital**, [S. l.], v. 1, p. 113-135, 2023. Acesso em: 01 maio. 2025.

SANTOS, A de L. *et al.* Plantas alimentícias não convencionais: revisão. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, Umuarama, [S. l.], v. 26, n. 3, p. 1068–1090, set./dez. 2022. DOI: 10.25110/arqsaude.v26i3.2022.8995. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/saude/article/view/8995>. Acesso em: 10 ago. 2025.

SILVA, M. A. da. *et al.* Evaluation of quality control of fruits and vegetables commercialized at the free fair in Valença/RJ. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 11, p. e1109119346, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i11.9346. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/9346>. Acesso em: 1 may. 2025.

SOARES, W. D. *et al.* Pesquisa qualitativa e quantitativa: um estudo comparativo. *In*: Revisão bibliográfica: o uso da metodologia para a produção de textos. **Editora Científica Digital**, [S. l.], v. 1, p. 39-45, 2022. DOI: 10.37885/220508792. Disponível em: <https://www.editoracientifica.com.br/books/chapter/220508792>. Acesso em: 20 abr. 20225.

TRICHES, R. M.; DAL AGNOL, L. J.; ROSSI, C. E. Percepções de feirantes e gestores públicos em relação às feiras livres da microrregião Capanema – PR. DRd - **Desenvolvimento Regional em debate**, [S. l.], v. 14, p. 477–493, 2024. DOI: 10.24302/drd.v14.3752. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/3752>. Acesso em: 7 ago. 2025.

VIANA, J. E. de F. *et al.* Produção do setor de hortaliças da comunidade Ajó, município de Cametá–PA. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. e3567, 2024. DOI: 10.7769/gesec.v15i3.3567. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/3567>. Acesso em: 10 ago. 2025.

INCLUSÃO E DIVERSIDADE ÉTNICA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DE PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO

Tatiane da Silva Oliveira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Pollyana Gomes Ribeiro

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Raimunda Thais Rodrigues Vieira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Maria Jocileia do Nascimento Melo

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Este artigo aborda a importância da inclusão e da diversidade étnica na educação, destacando como as escolas devem adaptar suas práticas pedagógicas para acolher alunos com deficiência e de diferentes etnias. O objetivo do estudo foi analisar práticas pedagógicas voltadas para a inclusão e diversidade étnica, com foco na adaptação curricular e na formação continuada dos professores. Utilizando uma abordagem qualitativa e revisão bibliográfica, o artigo examina como as dinâmicas sociais e culturais nas escolas influenciam a eficácia da inclusão. Os resultados indicam que a adaptação do currículo e o suporte pedagógico são essenciais para garantir uma educação equitativa e inclusiva. Conclui-se que, para que a inclusão seja efetiva, é necessário um compromisso contínuo com políticas educacionais e formação de professores capazes de lidar com a diversidade, promovendo um ambiente de respeito e colaboração.

Palavras-chave: Práticas pedagógicas; curricular; sociais; políticas educacionais; inclusão.

INTRODUÇÃO

A sociedade desenvolve-se com o decorrer dos anos, e com isto surgem novas culturas e novas identidades, as escolas devem estar preparadas para acolher estas diferentes pessoas. O que presenciamos ultimamente é que o número de pessoas com algum tipo de deficiência vem crescendo, porém o ensino não está sendo adaptado para estas pessoas, e elas devem se sentir bem-vindas, devem receber cuidado e atenção, e ter um aprendizado de alta e boa qualidade. Para que essas pessoas se desenvolvam de forma eficiente, novos métodos de ensino devem ser adotados nas escolas pelos professores conforme Cairão, 2023 e Falcão *et al.*, 2007.

A abordagem da inclusão e diversidade étnica na educação, especialmente nas disciplinas de ciências e biologia, não é uma escolha do professor, mas uma exigência dos parâmetros curriculares nacionais da educação básica. Essa diretriz visa promover políticas de respeito à diversidade. Além disso, a inclusão étnica nessas áreas não só atende às diretrizes educacionais, como também contribui para a inovação e criatividade na ciência e na biologia conforme Oliveira, 2023 e Silva, 2024.

Em relação a educação inclusiva, inicialmente a proposta curricular deve proporcionar a possibilidade de adaptação curricular junto aos alunos com necessidades educativas, sendo assim, a utilização de materiais ou recursos didáticos, devem ser organizados por conteúdos, para que o mesmo possa contribuir para as adaptações curriculares necessárias. Ao compreender as complexidades e demandas da educação inclusiva, os professores podem desenvolver estratégias e abordagens adequadas para promover um ambiente de aprendizado acolhedor e inclusivo, que beneficie todos os alunos, independentemente de suas diversidades, habilidades ou necessidades específicas" Silva, 2023; Silva, 2024; Nunes & Schmidt (2019).

É importante ressaltar que as abordagens pedagógicas devem considerar as diversidades presentes no aluno. Dessa forma, as atividades propostas devem propiciar o desenvolvimento de todos os educandos. Em particular, é essencial que os alunos com dificuldades de aprendizagem participem ativamente do processo pedagógico, por meio de conhecimentos, valores e significados aplicados em sala de aula. De acordo com Ambrosetti (1999) "trabalhar com a diversidade

não é, portanto, ignorar as diferenças ou impedir o exercício da individualidade". Pelo contrário, esse trabalho envolve o favorecimento do diálogo que constitui o imperativo "dar espaço para a expressão de cada um e para a participação de todos na construção de um coletivo apoiado no conhecimento mútuo, na cooperação e na solidariedade" conforme explicita (AMBROSETTI, 1999).

Logo, é necessário refletir a respeito do que aponta Imbernón, 2000 a diversidade que a educação pretende atender não pode ser estabelecida em termos abstratos, mas ao contrário, deve ser vinculada a uma análise da realidade social atual e deve abranger todo o âmbito macrossocial quanto microssocial. [...], ou seja, é preciso considerar a diversidade como um projeto sócio-educativo e cultural enquadrado em um determinado contexto, e entre as características desse projeto necessariamente devem figurar, a participação e a autonomia.

Neste sentido, a luta pela aceitação da diversidade e pela inclusão escolar exige respostas pedagógicas do discurso educativo, com o objetivo de incentivar uma escola que integre as diferenças e respeite o conhecimento intercultural. No entanto, esse desafio envolve o árduo processo de promover novas ideias e estratégias que se distanciam do modelo escolar vigente, o qual frequentemente seleciona, classifica, expulsa e exclui com base nos resultados, em vez de valorizar o processo de aprendizagem dos alunos, ou seja, essa prática contribui para a manutenção do fracasso escolar e impede a inclusão efetiva dos alunos Araujo, *et al.*, 2023; Barros, 2019.

Nesta perspectiva, é importante destacar que a implementação de políticas educacionais e curriculares voltadas para a diversidade étnico e inclusão na escola não deve ser apenas uma ação isolada, mas sim um processo contínuo e permanente. É necessário monitorar e avaliar constantemente as práticas pedagógicas, identificar desafios e buscar soluções para alcançar uma educação verdadeiramente inclusiva, de equidade, que valorize e respeite a diversidade étnico-racial Hees e De Leon, 2021; Araújo, *et al.*, 2023.

Como destacar Bell Hooks (2013 , cap. 3, p. 63), em seu livro sobre Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade, (...) "quando nós como educadores deixamos que nossa pedagogia seja radicalmente transformada pelo reconhecimento da multiculturalidade do mundo, podemos dar aos alunos a educação que eles desejam e merecem podemos ensinar dê um

jeito que transforma a consciência criando um clima de livre expressão que é a essência de uma educação em artes liberais verdadeiramente libertadora”.

A citação de bell hooks (2013, cap. 3, p. 63) oferece uma reflexão sobre a importância de reconhecer a diversidade étnica e cultural na educação. Quando ela menciona que “nossa pedagogia seja radicalmente transformada pelo reconhecimento da multiculturalidade do mundo”, ela nos convida a repensar a educação de maneira inclusiva, que não apenas respeite, mas também celebre as diferenças sendo elas étnicas ou inclusivas.

De acordo com Hooks (2013), ao “dar aos alunos a educação que eles desejam e merecem”, os educadores devem estar atentos às necessidades específicas de cada grupo, criando um espaço onde a expressão livre é essencial para o desenvolvimento da consciência crítica. Este processo de inclusão não significa apenas adaptar o currículo para refletir a diversidade étnica, mas também criar um clima educacional que valorize e incorpore a multiplicidade de experiências vividas pelos alunos, permitindo que todos se sintam parte ativa do processo educativo.

Por fim, a citação de bell hooks reforça que a educação deve ser um espaço transformador, no qual a diversidade étnica e a inclusão não apenas coexistem, mas são fundamentais para o crescimento coletivo e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A inclusão e a valorização da diversidade étnica voltadas para práticas pedagógicas não é apenas uma meta, mas uma prática contínua que exige a desconstrução de normas exclusivas e a criação de ambientes de aprendizagem que empoderem todas as identidades, promovendo a equidade.

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo analisar práticas pedagógicas e referenciais teóricos que contemplam a diversidade étnica e a inclusão na educação, pois “Refletir a temática inclusão e diversidade, na perspectiva de uma educação emancipatória e humanizadora, exige um exercício constante e complexo de posicionamentos e apontamentos acerca da compreensão de educação/pedagogia, e seus desdobramentos nas práticas institucionalizadas”. Ao longo do estudo procuramos traçar uma correlação entre os tópicos, onde foram abordados assuntos como: perspectiva da inclusão no contexto educacional, diversidade étnica no contexto educacional, práticas

pedagógicas voltadas para inclusão e diversidade étnica na educação, o papel do professor nesses tipo de educação.

MÉTODOS

A abordagem metodológica utilizada no trabalho é a qualitativa, que segundo Minayo (2002) possibilita compreender determinado fenômeno social a partir da análise de percepções, intenções e comportamentos, descrevendo a complexidade do problema para compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais. A pesquisa é de caráter exploratório e utilizamos como forma de procedimento o levantamento bibliográfico tendo como fonte os artigos científicos publicados em revistas acadêmicas indexadas, que apontam pesquisas sobre inclusão e diversidade étnica na educação.

Analizamos as principais orientações das pesquisas para o trabalho com a educação inclusiva e diversidade, com foco para práticas pedagógicas voltadas para essas patentes. A busca pelos artigos foi realizada em dois banco de dados: Google Acadêmico, Periódicos Capes que são bases que reúnem diversas pesquisas publicadas em revistas acadêmicas indexadas, e funcionam como importantes ferramentas de levantamentos e consultas de estudos em várias áreas do conhecimento.

Para melhor delineamento de nossa busca, definimos o período de 2019 a 2024 e utilizamos descritores que são termos ligados à literatura do fenômeno estudado a fim de encontrar o material a compor nosso corpus de pesquisa, foram definidos termos ligados às diversidades étnicas e outros voltados para a inclusão no contexto educacional.

Foram coletados 146 artigos no Google Acadêmico e Periódicos Capes, os quais foram submetidos a uma seleção que buscou classificar quais dos estudos eram sobre educação inclusiva e diversidade étnica no contexto educacional, que contabilizaram 44 artigos. A análise inicial dos artigos levou em consideração os periódicos que respondessem à pergunta “Como a inclusão e diversidade étnica impactam a implementação de práticas pedagógicas no contexto educacional?”. Com base nessa delimitação os estudos considerados válidos para esta revisão levou em consideração os país/região do autor, natureza do estudo e objetivos, e principais resultados.

DISCUSSÃO

O papel da escola na educação inclusiva e diversidade étnica na sociedade

Historicamente, a escola tem refletido a estrutura social, reproduzindo desigualdades por meio de suas políticas e práticas educacionais. Esse modelo tradicional favorece determinados grupos, legitimando processos de exclusão e limitando oportunidades para muitos alunos. No entanto, a escola, como primeiro espaço de socialização formal, deve assumir um compromisso com a equidade educacional, garantindo que todos tenham acesso a uma educação de qualidade e inclusiva, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996).

Para isso, o papel do professor é central na construção de práticas pedagógicas inclusivas. Saviani (2004) enfatiza que a mediação docente deve ser acompanhada de investimentos em formação continuada, capacitando educadores para lidar com a diversidade e promover a participação ativa dos estudantes. Entretanto, a responsabilidade pela inclusão não deve recair exclusivamente sobre os professores, mas ser compartilhada por toda a comunidade escolar, em articulação com políticas públicas que garantam suporte pedagógico e estrutural.

A diversidade étnico-cultural dos estudantes impõe desafios adicionais à prática docente. A falta de preparo para atuar em contextos multiculturais pode impactar negativamente tanto o ensino quanto o bem-estar dos professores (SANTOS, 2019; Hansen, 2021; O'Sullivan *et al.*, 2021). Em sociedades cada vez mais plurais, é essencial que os currículos sejam adaptados para reduzir barreiras ao aprendizado e evitar a segregação, conforme defendido por Trachtenberg *et al.* (2020) e Jabeen (2019).

Dessa forma, a inclusão educacional deve ser entendida como um compromisso coletivo e respaldado por políticas institucionais. Um sistema educacional historicamente estruturado para uma população homogênea pode perpetuar desigualdades se não for adaptado às realidades contemporâneas. Assim, a reformulação das práticas pedagógicas e curriculares, aliada ao suporte governamental, é essencial para garantir que a inclusão seja efetiva,

promovendo oportunidades equitativas de aprendizado e desenvolvimento para todos os alunos.

Inclusão e diversidade étnica no contexto educacional

A inclusão educacional e a valorização da diversidade são fundamentais para garantir que todos os alunos tenham acesso a um ensino de qualidade, independentemente de suas características individuais. Para que isso ocorra, é essencial que o ambiente escolar respeite as diferenças e promova a participação ativa de todos os estudantes. A inclusão de alunos com deficiência apresenta desafios específicos para os educadores, que precisam adotar estratégias didáticas adaptadas e investir em formação continuada para atender às necessidades de cada aluno Coelho (2019).

No caso do ensino de Ciências e Biologia, por exemplo, o professor enfrenta o desafio de dominar novas linguagens e desenvolver metodologias que incentivem a participação dos alunos com deficiência auditiva, destacando o uso de recursos visuais e táteis como ferramentas indispensáveis para o aprendizado conforme corrobora Neves (2019). Além disso, a construção de uma cultura escolar inclusiva deve envolver toda a comunidade educativa, promovendo campanhas e discussões que fomentem o respeito às diferenças. A inclusão não se resume à presença física de alunos com deficiência nas salas de aula, mas sim à adoção de práticas pedagógicas que garantam sua participação efetiva em todas as atividades escolares, isso, inclui a adaptação curricular, o suporte psicológico e social e a criação de um ambiente onde todos os alunos se sintam valorizados e pertencentes ao processo educativo Oliveira (2019).

Outro aspecto essencial no contexto educacional é a diversidade, que se manifesta em diferentes habilidades, experiências e necessidades dos alunos. Conforme evidencia Almeida (2020), questões como transtornos de neurodesenvolvimento e dificuldades motoras podem impactar diretamente o desempenho acadêmico e exigem uma abordagem pedagógica diferenciada. A coordenação motora, por exemplo, é um fator indispensável para o aprendizado e deve ser trabalhada de forma adequada para garantir o desenvolvimento pleno dos estudantes Almeida (2020).

Moura e Silva (2019), afirmam que para lidar com essas demandas, é imprescindível que os professores tenham acesso a formações continuadas e que possam contar com o apoio de uma equipe pedagógica bem preparada. A adaptação do currículo para refletir a diversidade cultural e social dos alunos também é um fator relevante, pois contribui para seu engajamento e autoestima. O reconhecimento das diferenças e a valorização das múltiplas formas de aprendizado tornam a escola um espaço mais democrático, equitativo e acolhedor.

Além disso, é fundamental reconhecer que a inclusão e a diversidade étnico-raciais também desempenham um papel central na construção de um ambiente educacional verdadeiramente democrático. A presença de alunos oriundos de diferentes grupos étnicos e culturais demanda que a escola promova o respeito às identidades e histórias desses sujeitos, combatendo práticas discriminatórias e estereótipos que ainda persistem no cotidiano escolar. Segundo Souza (2021), a inserção de conteúdos que valorizem a cultura afro-brasileira e indígena no currículo é uma estratégia pedagógica eficaz para fortalecer o sentimento de pertencimento entre os alunos, ao mesmo tempo em que contribui para a formação de uma consciência crítica e antirracista em toda a comunidade escolar.

Nesse sentido, é necessário que os educadores sejam preparados para lidar com as questões étnico-raciais de forma sensível e informada, considerando as interseccionalidades que atravessam os sujeitos como raça, gênero, classe e deficiência. A promoção de uma educação antidiscriminatória passa, portanto, pela revisão dos materiais didáticos, pela representação plural nos conteúdos abordados e pela escuta ativa dos estudantes em suas vivências. Como afirmam Lima e Barbosa (2020), a escola deve ser um espaço onde a diversidade seja celebrada e transformada em potencial para o desenvolvimento coletivo, estimulando o respeito mútuo e o diálogo intercultural.

Desse modo, a inclusão plena no contexto educacional não se limita à superação de barreiras físicas ou cognitivas, mas se estende ao reconhecimento e valorização das múltiplas identidades que compõem o tecido social da escola. Essa abordagem ampliada de inclusão contribui para a formação de cidadãos mais conscientes, capazes de atuar em uma sociedade marcada pela pluralidade

e pelo respeito às diferenças. Portanto, a educação inclusiva e a valorização da diversidade devem ser compromissos permanentes no sistema educacional.

A escola tem o papel de garantir que todos os alunos tenham oportunidades educacionais adequadas, respeitando suas individualidades e necessidades específicas. Dessa forma, a educação se consolida como um instrumento poderoso de equidade social e cultural, preparando os estudantes não apenas academicamente, mas também para a construção de uma sociedade mais justa, empática e plural.

Práticas pedagógicas voltadas para inclusão e diversidade étnica

A inclusão e a diversidade étnica na educação são temas cada vez mais relevantes, especialmente em um mundo globalizado que valoriza a pluralidade cultural. Para garantir um aprendizado equitativo, é essencial adotar práticas pedagógicas que promovam a inclusão e respeitem as diferenças, possibilitando que todos os alunos, independentemente de sua origem étnica ou cultural, tenham acesso igualitário ao conhecimento.

Uma estratégia eficaz para fomentar a inclusão é a utilização de metodologias ativas, que incentivam a participação dos alunos no processo de ensino-aprendizagem. Conforme Almeida (2020), essas metodologias fortalecem o protagonismo estudantil, permitindo que os alunos construam seu conhecimento por meio da interação e troca de experiências. Essa abordagem é particularmente relevante em contextos de diversidade étnica, pois favorece o respeito às diferentes vivências e promove a valorização das identidades culturais.

Além disso, a formação continuada dos professores é fundamental para prepará-los para lidar com a diversidade em sala de aula. Segundo Silva e Santos (2021), capacitar os educadores sobre questões étnico-culturais amplia seu repertório pedagógico e contribui para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e respeitoso. Ao compreenderem as especificidades culturais dos alunos, os professores podem adaptar suas práticas para atender melhor às suas necessidades, tornando o processo de ensino mais significativo e equitativo.

A valorização da cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar também se destaca como um elemento essencial para a promoção da inclusão. A Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira,

representa um avanço nesse sentido. De acordo com Freire (2019), reconhecer e respeitar as culturas minoritárias são passos fundamentais para construir uma sociedade mais justa e igualitária. Dessa forma, integrar conteúdos sobre diversas etnias no currículo não apenas enriquece o aprendizado, mas também fortalece o respeito à diversidade.

Outro aspecto relevante é a necessidade de repensar as práticas avaliativas, tornando-as mais inclusivas. Segundo Lima (2022), uma avaliação justa deve considerar as particularidades dos alunos e permitir que todos tenham voz no processo educativo. Isso implica criar espaços onde os estudantes possam expressar seu conhecimento de maneira autêntica, respeitando suas realidades culturais e formas de aprendizado.

A diversidade no ambiente escolar não se limita apenas à questão étnica, mas também abrange diferentes origens sociais e econômicas. O respeito a essas diferenças deve ser incentivado, garantindo que o espaço educativo seja um ambiente democrático, onde cada aluno possa se sentir acolhido e valorizado. Como apontam Guimarães *et al.*, (2023), a utilização de tecnologias digitais no ensino possibilita práticas pedagógicas mais diversificadas, respeitando as singularidades dos estudantes e contribuindo para uma educação mais inclusiva.

Dessa forma, promover a inclusão e a diversidade no ambiente educacional exige comprometimento e transformação das práticas pedagógicas. A adoção de metodologias inovadoras, a formação contínua dos professores, a valorização da cultura no currículo e uma avaliação equitativa são estratégias fundamentais para a construção de uma educação mais justa, democrática e acessível a todos. O respeito e a valorização das diferenças são elementos essenciais para um ensino que, além de formar cidadãos mais conscientes, contribua para uma sociedade mais inclusiva e igualitária (Freire 2019; Guimarães *et al.*, 2023).

Nesse cenário, torna-se necessário também refletir sobre o papel da gestão escolar na implementação de práticas pedagógicas voltadas à inclusão e à valorização da diversidade étnica, Coelho (2019). A equipe gestora tem a função estratégica de promover uma cultura institucional que reconheça a pluralidade como um princípio orientador da ação educativa. Isso inclui desde a elaboração de projetos pedagógicos que contemplem a diversidade até a mediação de conflitos e a promoção de formações que estimulem a consciência crítica de toda a comunidade escolar. A gestão comprometida com a inclusão

atua como catalisadora de mudanças, incentivando iniciativas que articulem saberes, culturas e identidades em prol de uma educação mais humana e equitativa UNG, (2019) e Freire (2019).

Outro aspecto que merece destaque é o envolvimento da comunidade no processo educativo. A escola não pode estar isolada da realidade social de seus alunos; ao contrário, deve estabelecer parcerias com famílias, organizações comunitárias e lideranças locais, sobretudo em contextos marcados por desigualdades históricas. Ao integrar os saberes da comunidade ao espaço escolar, amplia-se a possibilidade de um ensino contextualizado, mais próximo das vivências dos estudantes e, portanto, mais significativo. Essa aproximação contribui para o fortalecimento dos vínculos entre escola e território, além de legitimar a diversidade cultural presente nas diferentes regiões do país Camargo *et al.* (2020).

É importante enfatizar que a efetivação de uma educação antirracista e inclusiva não é responsabilidade exclusiva de um único ator escolar, mas requer o comprometimento coletivo de professores, gestores, alunos, famílias e órgãos públicos. A superação de práticas discriminatórias e excludentes passa pela construção de uma consciência crítica que reconheça as estruturas históricas de desigualdade e atue para transformá-las. A escola, como espaço de formação integral, tem o dever de promover valores como o respeito, a empatia, a solidariedade e a justiça social (Cairrão, (2023) e De Araújo, *et al.*, 2023).

Portanto, reafirma-se a importância de práticas pedagógicas que não apenas reconheçam a diversidade étnica, mas que celebrem a inclusão como parte constitutiva do processo educativo. Somente por meio de uma abordagem pedagógica comprometida com a equidade será possível construir uma escola verdadeiramente democrática, onde todos os estudantes se sintam representados, valorizados e respeitados. A educação, nesse sentido, assume seu papel transformador, sendo capaz de romper com paradigmas excludentes e colaborar na formação de sujeitos conscientes, críticos e atuantes na construção de uma sociedade plural, inclusiva e igualitária.

RESULTADOS

Após uma leitura seletiva dos títulos e resumos, constatamos que apenas cinquenta e quatro dos trabalhos entre os publicados, trinta abordam diretamente a temática. Somente 68 % dos trabalhos tiveram relação com a temática, embora essa seja de extrema relevância para uma prática educativa libertadora. Este resultado mostra que ainda são poucas as produções acadêmicas que se dedicam a compreender em alguma medida de prática pedagógica para que haja inclusão e diversidade étnica no contexto educacional. Os trabalhos relacionados estão dispostos na tabela 01 a seguir.

Tabela 1 - Estudos incluídos na revisão.

Título do artigo	Autores/ ano
Educação especial e autismo: das práticas baseadas em evidências à escola.	Nunes e Schmidt (2019)
Branquitude e negrofília: o consumo do outro na educação para as relações étnico-raciais.	Dos Santos, (2019)
O papel do professor frente à educação inclusiva: desafios da sala de aula.	Coelho, (2019)
Branquitude e negrofília: o consumo do outro na educação para as relações étnico-raciais.	Dos Santos, (2019)
A Educação como Prática da Liberdade.	Freire, (2019)
Inclusão: eis a questão! Uma abordagem sobre currículo e diversidade.	UNG, (2019)
Formação docente e práticas pedagógicas multiculturais críticas.	ABU-EL-HAJ, <i>et al.</i> , (2019)
Diversidade étnico-racial na educação infantil: reflexões à prática educativa	Rolim, <i>et al.</i> , (2019)
Inclusão escolar e autismo na educação infantil: a participação de alunos com autismo na construção de práticas pedagógicas em turmas de educação infantil.	Pereira, (2019)
Inclusão & Educação	Santos, (2019)
Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03.	Soares, <i>et al.</i> , (2019)
Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores.	Camargo <i>et al.</i> (2020)
Protagonismo do Aluno na Educação.	Almeida, (2020)
Diversidade étnica e cultural na escola de educação básica.	Hees e De Leon, (2021)
Avaliação Inclusiva: Uma Nova Perspectiva na Educação.	Lima, (2022)
Educação inclusiva no ensino de ciências e de química-uma revisão da literatura sobre as propostas pedagógicas direcionadas a estudantes com desenvolvimento atípico.	DE LIMA <i>et al.</i> , (2022)
Inclusão escolar sob a perspectiva histórico-cultural: uma revisão integrativa de literatura.	PIRES e GONZAGA, (2022)
Concepções docentes sobre práticas pedagógicas inclusivas na educação infantil	Ferreira, (2022)

Título do artigo	Autores/ ano
Práticas pedagógicas para as relações etno-raciais na educação infantil.	De aragão, (2022)
Multiculturalismo nas escolas do século XXI.	Cairrão, (2023)
Reflexões sobre a educação: desafios do nosso tempo.	De Araújo, <i>et al.</i> , (2023)
Análise de práticas pedagógicas com tecnologias digitais na inclusão e no meio educacional: educação, escola, tecnologia, inclusão e pedagogia	Guimarães <i>et al.</i> , (2023)
O brincar na educação infantil inclusiva nas práticas pedagógicas para crianças com deficiência.	Nascimento, <i>et al.</i> , (2023)
Reflexões sobre práticas pedagógicas inclusivas com estudantes com deficiência intelectual.	Monteiro, (2023)
Diversidade etno-racial, inclusão e equidade no contexto escolar	Santos, (2023)
Educação Inclusiva na Educação Infantil: promovendo a diversidade e a igualdade.	De Aquino e Coutinho, (2023)
Educação inclusiva e diversidade cultural	Da Cruz, <i>et al.</i> , (2024)
Educação para as relações étnico-raciais na prática	Dutra, <i>et al.</i> , (2024)
Inclusão escolar: desafios e perspectivas para uma educação mais equitativa	Narciso, <i>et al.</i> , (2024)
Educação inclusiva: adaptação de estratégias de ensino para atender à diversidade.	Santos <i>et al.</i> , (2024)

Fonte: Autores 2025.

Os resultados obtidos a partir da análise dos artigos revisados destacam as principais abordagens e desafios enfrentados na educação inclusiva, especialmente no que diz respeito ao autismo e à diversidade étnico-racial.

Os estudos selecionados abordam múltiplas facetas dessas áreas, demonstrando a complexidade e a riqueza de pesquisas nesse campo. A revisão abrange desde a diversidade étnica e cultural na educação básica (Hees e De Leon, 2021) até a inclusão e o ensino superior, contemplando alunos com deficiência (Rossetto, *et al.*, 2022). Observa-se uma forte ênfase na educação infantil, com vários estudos investigando diferentes aspectos da inclusão e das práticas pedagógicas nesse nível de ensino.

Especificamente na educação infantil, as revisões analisam a diversidade étnico-racial (Rolim, *et al.*, 2019; De aragão, 2022), a igualdade racial (De Oliveira, *et al.*, 2014), a inclusão de crianças com deficiência (Nascimento, *et al.*, 2023), e a inclusão de alunos com autismo (Pereira, 2019), destacando a importância da participação destes alunos na construção das práticas pedagógicas.

A formação docente e as práticas pedagógicas multiculturais críticas também são abordadas (ABU-EL-HAJ, *et al.*, 2019), indicando a necessidade de uma formação específica para lidar com a diversidade em sala de aula. A pesquisa

também explora concepções docentes sobre práticas pedagógicas inclusivas (Ferreira, 2022), demonstrando o interesse em compreender as perspectivas dos professores em relação à inclusão.

A questão das relações étnico-raciais na prática educativa é abordada em dois estudos (Dutra, *et al.*, 2024; De aragão, 2022), evidenciando a necessidade de práticas pedagógicas que promovam a igualdade e o respeito à diversidade. Finalmente, a inclusão escolar é analisada sob a perspectiva dos desafios e perspectivas para uma educação mais equitativa (Narciso, *et al.*, 2024), mostrando a busca por uma educação mais justa e inclusiva.

As práticas pedagógicas inclusivas e diversidade étnico-racial, os resultados demonstram uma gama de pesquisas que abordam diferentes aspectos da inclusão e da equidade no contexto escolar. Além da educação infantil e superior, a revisão inclui estudos sobre práticas pedagógicas em ciências específicas para inclusão de alunos surdos (Santos, 2025), reflexões sobre práticas inclusivas com estudantes com deficiência intelectual (Monteiro, 2023), e a importância da diversidade étnico-racial, inclusão e equidade no contexto escolar (Santos, 2023). A perspectiva da Lei nº 10.639/03 sobre as relações étnico-raciais na escola também é considerada (Soares, *et al.*, 2019). Os resultados da revisão bibliográfica indicam uma crescente preocupação com a inclusão e a diversidade étnico-racial na educação, abrangendo diferentes níveis de ensino e abordagens pedagógicas.

DISCUSSÃO

Os resultados da presente revisão evidenciam o avanço das produções científicas voltadas à educação inclusiva, com destaque para as temáticas relacionadas ao autismo e à diversidade étnico-racial. A ênfase na educação infantil, observada em grande parte dos estudos, indica uma preocupação crescente com a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas desde os primeiros anos escolares, especialmente no que se refere à inserção de crianças com deficiência e ao reconhecimento das identidades étnicas e culturais.

Os estudos analisados apresentam abordagens diversas, contemplando desde a educação básica até o ensino superior. Essa variedade demonstra a amplitude da discussão sobre inclusão, ao mesmo tempo em que revela a

fragmentação das práticas e das reflexões. Nota-se a ausência de abordagens interseccionais que articulem, por exemplo, deficiência e raça de forma integrada. Essa lacuna aponta para a necessidade de pesquisas que considerem as múltiplas dimensões da exclusão escolar de maneira mais aprofundada.

A formação docente figura como um dos principais eixos de debate. Os trabalhos apontam fragilidades na preparação dos professores para lidar com a diversidade presente nas salas de aula, tanto no que diz respeito às questões étnico-raciais quanto às demandas específicas de estudantes com deficiência, como os que apresentam transtorno do espectro autista. A ausência de formação continuada e de suporte institucional contribui para a manutenção de práticas pedagógicas excludentes.

A presença da Lei nº 10.639/03 nos estudos revisados reforça a importância da educação para as relações étnico-raciais, embora a efetivação de seus princípios ainda enfrente obstáculos no cotidiano escolar. A distância entre a legislação e sua aplicação prática indica a necessidade de ações pedagógicas mais efetivas, que promovam o respeito à diversidade e à equidade racial.

Além disso, algumas produções trazem experiências positivas no campo da inclusão, como o ensino de ciências para alunos surdos e a inserção de estudantes com deficiência intelectual em contextos escolares comuns. Tais experiências demonstram que a inclusão é possível quando há formação adequada, planejamento pedagógico intencional e condições estruturais favoráveis.

Em síntese, os estudos revisados reforçam a centralidade das práticas pedagógicas inclusivas e da valorização da diversidade étnico-racial no processo educativo. No entanto, também evidenciam a persistência de desafios estruturais e formativos que precisam ser superados. A consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva exige investimentos em políticas públicas, formação docente crítica e práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social.

CONCLUSÃO

Esta revisão bibliográfica ressalta os principais achados relacionados à interação entre educação inclusiva e diversidade étnica relacionadas às práticas pedagógicas no contexto educacional, respondendo à pergunta central que orientou o estudo: como a inclusão e diversidade étnica impactam

a implementação de práticas educacionais nas escolas?. A análise realizada demonstrou que, embora as políticas educacionais inclusivas estabeleçam um marco fundamental para a promoção da igualdade e da diversidade, sua efetividade depende da capacidade das instituições educacionais de adaptarem suas práticas pedagógicas às realidades culturais dos alunos.

Identificou-se que a diversidade étnica, ao ser integrada de maneira apropriada nas práticas educativas, não apenas enriquece o ambiente escolar, mas também facilita a inclusão, ao proporcionar aos alunos um espaço onde suas identidades são reconhecidas e valorizadas. No entanto, o estudo também revelou que a implementação dessas práticas enfrenta desafios significativos, como a falta de práticas pedagógicas adequadas e a necessidade de formação continuada dos professores para lidar com a diversidade étnica. Além disso, foi constatado que as dinâmicas sociais e culturais presentes nas escolas influenciam o sucesso das práticas inclusivas.

Em contextos onde a diversidade é vista como uma oportunidade de aprendizado mútuo, as práticas pedagógicas tendem a ser inclusivas e a promover um ambiente de respeito e colaboração. Contudo, em cenários onde essa diversidade é mal compreendida ou negligenciada, as práticas inclusivas podem se tornar superficiais e insuficientes, perpetuando desigualdades. Portanto, observou-se neste estudo sobre a diversidade e inclusão no contexto escolar, a necessidade da eficácia na elaboração dos projetos na prática, e também da efetivação de políticas educacionais que incentivem a formação de professores capacitados para trabalhar com a diversidade étnica e inclusão em sala, isso envolve oferecer cursos de formação continuada, promover discussões e reflexões sobre a temática e disponibilizar materiais educativos adequados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jefferson; ANGELI, Alessandra; SANTOS, Ricardo. As metodologias ativas e a educação do século XXI. **Revista Conexão na Amazônia**, v. 2, n. 3, p. 6-27, 2021.

ARAÚJO, Paulo Sérgio; GOUVEIA, Luis Borges; COELHO, Fátima Paiva (Ed.). **Educação em transformação: Aprendizagens em diferentes contextos**. Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2023.

AMBROSETTI, Neusa Banhara. O “eu” e o “nós”: trabalhando com a diversidade em sala de aula. **Pedago**, 1999.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

BARROS, Maria Patrícia Lourenço. **Desafios na formação docente para inclusão de surdos no If sertão-PE Campus Salgueiro**. 2019.

CARMINATTI, Bruna; DEL PINO, José Claudio. Afetividade e relação professor-aluno: contribuições destas nos processos de ensino e de aprendizagem em ciências no ensino médio. **Investigações em ensino de ciências**, v. 24, n. 1, p. 122-138, 2019.

CAIRRÃO, Verónica S. **Multiculturalismo nas escolas do século XXI**. 2023.

DAMIÃO, Vitor França. **ATIVIDADE FÍSICA NO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR DE CRIANÇAS COM TDAH NO ENSINO FUNDAMENTAL**. 2023.

DA HERANÇA CULTURAL, Medidas de Preservação. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **GUIA DE ESTUDOS 2021**, p. 223.

DE OLIVEIRA, Francisco Nilton Gomes *et al.* A formação do professor na sala de aula: atitude frente à pessoa com deficiência. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, v. 15, n. 4, p. 230-250, 2019.

DE ANDRADE, Antônio Diogo *et al.* O protagonismo do aluno nas metodologias ativas: caminhos para uma educação significativa. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 13, n. 2, p. e1330-e1330, 2024.

DE LIMA, Franciane Silva Cruz *et al.* Educação inclusiva no ensino de ciências e de química : uma revisão da literatura sobre as propostas pedagógicas direcionadas a estudantes com desenvolvimento atípico. **Revista Ciência e Natura**, v. 44, 2022.

DE AQUINO, Aparecida Sampaio; COUTINHO, Diógenes José Gusmão. Educação Inclusiva na Educação Infantil: promovendo a diversidade e a igualdade. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 12, p. 255-264, 2023.

DOS SANTOS, Wellington Oliveira. Branquitude e negrofília: o consumo do outro na educação para as relações étnico-raciais. **Perspectiva**, v. 37, n. 3, p. 939-957, 2019.

DA SILVA, Lislely Gomes. Inclusão e diversidade: princípios para práticas pedagógicas emancipatórias nas perspectivas de Paulo Freire e bell hooks. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, v. 15, n. 39, p. 450-467, 2023.

FREIRE, Paulo. **Direitos humanos e educação libertadora: gestão democrática da educação pública na cidade de São Paulo**. Editora Paz e Terra, 2019.

FREITAS, Itamar; DE OLIVEIRA, Maria Margarida Dias. **o ensino de**.

FERREIRA, Ana Paula Almeida *et al.* Concepções docentes sobre práticas pedagógicas inclusivas na educação infantil. Perspectivas em Diálogo: **Revista de Educação e Sociedade**, v. 9, n. 19, p. 84-104, 2022.45.

GUIMARÃES, Ueudison Alves *et al.* Análises de práticas pedagógicas com tecnologias digitais na inclusão e no meio educacional. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 4, n. 12, p. e4124338-e4124338, 2023.

HOOKS, Bell. Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla, São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, p. 590-621, 2022.

HEES, Luciane Weber Baia; DE LEON RAMÍREZ, Germana Ponce. Diversidade étnica e cultural na escola de educação básica. **Docent Discunt**, v. 2, n. 1, p. 23-37, 2021.

HANSEN, Maj Borggaard *et al.* Teacher-social educator well-being and home-school collaboration. *In: International Perspectives on Teacher Well-being and Diversity: Portals into Innovative Classroom Practice*. Singapore: Springer Singapore, 2021. p. 119-143.

IMBERNON, Francisco. **A educação no século XXI**. Artmed Editora, 2009.

JUNG, J. de M. Inclusão: eis a questão! Uma abordagem sobre currículo e diversidade. **Revista Linhas**, v. 3, n. 2, p. 1-8, 2002.

JABEEN, Rakhshinda. Multicultural diverse classroom addressing the instructional challenges and reflections, from a teacher's perspective. **Arab World English Journal (AWEJ) Special Issue: The Dynamics of EFL in Saudi Arabia**, 2019.

LIMA, Ana. Avaliação Inclusiva: **Uma Nova Perspectiva na Educação**. Caderno Brasileiro de Ensino, v. 15, n. 2, p. 89-102, 2022.

MONTEIRO, Janete Lopes; DE CASSIA MARCHI, Rita. Reflexões sobre práticas pedagógicas inclusivas com estudantes com deficiência intelectual. **Revista Educação Especial**, v. 36, n. 1, p. e7/1-26, 2023.

NASCIMENTO, Deisiane Aviz; DE SOUSA, Neide MFR. O brincar na educação infantil inclusiva nas práticas pedagógicas para crianças com deficiência. **Educação & Formação**, v. 8, 2023.

NASCIMENTO DE ARAGÃO, Geisa Crístian. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL. **Colóquio do Museu Pedagógico-ISSN 2175-5493**, v. 14, n. 1, p. 2548-2552, 2022.

NARCISO, Rodi *et al.* **Inclusão escolar: desafios e perspectivas para uma educação mais equitativa**. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 8, p. 713-728, 2024.

NEVES, Amanda; BÜNDCHEN, Márcia; LISBOA, Cassiano Pamplona. Cegueira botânica: é possível superá-la a partir da Educação?. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 25, n. 3, p. 745-762, 2019.

O'SULLIVAN, Carol; RYAN, Sandra; O'SULLIVAN, Lisha. Bem-estar de professores em contextos escolares e pré-escolares diversos. Em: **Perspectivas internacionais sobre bem-estar e diversidade de professores: Portais para práticas inovadoras em sala de aula**. Singapura: Springer Singapura, 2021. p. 163-187. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-981-16-1699-0_8.

OLIVEIRA, Nayanna Abreu de Sousa. **Recursos tecnológicos como ferramentas pedagógicas para estudantes surdos na Educação a Distância**. 2019.

OLIVEIRA, Michele Assis de. **A educação para as relações étnico-raciais na formação docente: uma análise dos currículos de licenciaturas em Ciências Biológicas do Rio Grande do Sul**. 2023.

PEREIRA, Angelina Gabrielle Moreira Ornelas. **Inclusão escolar e autismo na educação infantil: a participação de alunos com autismo na construção de práticas pedagógicas em turmas de educação infantil**. 2019.

PIRES, Nayla da Silva Moura; GONZAGA, Ana Terra Sudário. Inclusão escolar sob a perspectiva histórico-cultural: uma revisão integrativa de literatura. **Psicologia em Ênfase**, v. 3, p. 32-46, 2022.

ROSSETTO, Elisabeth; IACONO, Jane Peruzo. Inclusão e ensino superior: práticas pedagógicas com alunos com deficiência/NEE na perspectiva da psicologia histórico-cultural. **Educação e Filosofia**, v. 36, n. 76, p. 133-174, 2022.

SILVA, Adinairde Neves da. Prática pedagógica: Desafios de Transformar a Teoria na Práxis Inclusiva. **Humanidades & Tecnologia (FINOM)**, v. 40, mai./jul. 2023.

SANTOS, Paulo José Assumpção dos. **ENSINO DE HISTÓRIA PARA ALUNOS SURDOS EM CLASSES INCLUSIVAS**: práticas e propostas. 2018. 41 f. Tese (Doutorado) - Curso de Mestre em Ensino de História., Profhistória, Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, Maria Eduarda Ricardo. **As relações étnico-raciais no ensino de Ciências: reflexões para uma educação crítica, decolonial e antirracista**. 2024.

SILVA, Maria; SANTOS, Pedro. Formação Docente e Diversidade Étnica: Desafios e Possibilidades. **Educação & Sociedade**, v. 42, n. 149, p. 123-140, 2021.

SILVA, Ana Patrícia de Oliveira Ribeiro *et al.* A IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PROFESSORES NA APRENDIZAGEM E INCLUSÃO DE INDIVÍDUOS COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE-TDAH. **Humanidades & Inovação**, v. 11, n. 4, p. 136-145, 2024.

SANTOS, Régia Vidal. Inclusão & Educação. **Educação Unisinos**, v. 23, n. 3, p. 595-599, 2019.

SOARES, FÁBIO DE FARIAS; DA ROCHA, Flávia Rodrigues Lima; MARTINS, Wálisson Clister Lima. Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03. **Revista Em Favor de Igualdade Racial**, v. 2, n. 2, p. 124-137, 2019.

SANTOS, Jaqueline Almeida dos. **DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL, INCLUSÃO E EQUIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR**. 2023.

SANTOS, Rebeca Natalina dos *et al.* Práticas pedagógicas no ensino de ciências específicas para promover a inclusão escolar de aulas surdas. 2025.

TRACHTENBERG, Tamar Shuali *et al.* **Atendendo às necessidades educacionais dos professores na UE para uma educação inclusiva em um contexto de diversidade: VOLUME 1 — Competência intercultural dos professores: Definição prática e implicações para a formação de professores**. Centro Comum de Pesquisa, 2020.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA NA PERSPECTIVA DO PENSAMENTO SISTÊMICO

Tatiane da Silva Oliveira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Pollyana Gomes Ribeiro

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Este artigo apresenta uma revisão bibliográfica sobre a educação ambiental sob a perspectiva sistêmica, destacando a importância da interconexão entre os sistemas naturais, sociais e econômicos. O objetivo do estudo é analisar como essa abordagem pode contribuir para a formação de sujeitos críticos, conscientes e socialmente engajados, capazes de compreender a complexidade das questões socioambientais e atuar de forma integrada em prol da sustentabilidade. A pesquisa baseia-se em contribuições teóricas de autores como Fritjof Capra, Edgar Morin, Paulo Freire e David Orr, que defendem a superação da fragmentação do conhecimento por meio de uma visão holística da realidade. Os resultados apontam que a perspectiva sistêmica favorece práticas educativas participativas e contextualizadas, que valorizam tanto os saberes científicos quanto os saberes tradicionais. Conclui-se que a educação ambiental orientada por esse referencial é essencial para o fortalecimento de uma cultura de responsabilidade socioambiental, capaz de enfrentar os desafios complexos do século XXI.

Palavras-chave: Educação ambiental; pensamento sistêmico; saberes tradicionais; cultura; sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal estabelece como responsabilidade do poder público “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino” (BRASIL, 1999). Nesse sentido, esta proposta pedagógica reforça a importância da Educação Ambiental (EA) nas escolas, considerando as realidades locais e defendendo sua inserção interdisciplinar no currículo escolar. Essa abordagem contribui para o fortalecimento da aprendizagem e para a formação de cidadãos críticos e conscientes em relação ao meio ambiente.

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei nº 9.795/99, em seu artigo 10, define a EA como prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal. Essa diretriz está diretamente alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente ao ODS 4, que busca garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida (ONU, 2015). A meta 4.7 do ODS 4 propõe assegurar que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades para promover o desenvolvimento sustentável, os direitos humanos, a cidadania global e estilos de vida responsáveis (AGENDA 2030, 2015). Assim, a EA torna-se uma ferramenta essencial para o fortalecimento desses valores e para a transformação das práticas sociais e ambientais no cotidiano.

No contexto amazônico, especialmente no estado do Pará, a urgência das questões ambientais – como o desmatamento, a perda de biodiversidade, os conflitos socioambientais e os impactos das mudanças climáticas – destaca ainda mais a importância da Educação Ambiental. Nesse cenário, o Pará instituiu oficialmente, em 2018, a Educação Ambiental como componente curricular obrigatório em toda a rede estadual de ensino, por meio do componente “Educação para o Meio Ambiente, Sustentabilidade e Clima”. Essa iniciativa inovadora representa um marco na política educacional da região e demonstra o compromisso com a formação de cidadãos preparados para enfrentar os desafios socioambientais e para agir com responsabilidade frente à conservação dos ecossistemas amazônicos (PARÁ, 2018).

Para que essa implementação seja eficaz, recomenda-se a adoção de metodologias que valorizem o pensamento sistêmico. Essa abordagem favorece

a compreensão integrada da realidade, permitindo aos alunos desenvolverem uma visão crítica sobre os problemas ambientais e sociais. Tovane *et al.*, (2019) apontam que o pensamento sistêmico amplia a capacidade de análise dos estudantes, enquanto Oliveira (2023), destaca seu potencial para promover o diálogo, a reflexão e a participação ativa nas discussões em sala de aula.

Nesse sentido, o pensamento sistêmico também contribui para a ressignificação de conteúdos e métodos, promovendo a inclusão da dimensão socioambiental nos processos educativos. Trabalhar a EA sob essa ótica representa um desafio tanto teórico quanto prático, mas é indispensável para avançar rumo a uma sociedade mais sustentável, como enfatizam Casino *et al.*, (1998). Um conceito fundamental nesse processo é a cooperação, que, ao ser incentivada, ajuda a construir valores como ética, solidariedade e respeito mútuo, promovendo comportamentos ambientalmente corretos (MARQUES *et al.*, 2022).

Por fim, é essencial que os alunos sejam estimulados a refletir sobre os impactos do uso excessivo dos recursos naturais, a lógica da competição individual e os obstáculos ao desenvolvimento sustentável. A EA, aliada ao pensamento sistêmico e integrada de forma obrigatória ao currículo escolar, assume um papel estratégico na formação de sujeitos ativos, críticos e comprometidos com a transformação da realidade. Essa integração é fundamental para promover uma educação que vá além da sala de aula, influenciando o modo como as pessoas pensam, sentem e agem em relação ao meio ambiente, ou seja, o pensamento sistêmico é um componente essencial na transformação do modo de pensar e agir, de forma individual ou coletiva em relação ao meio ambiente sendo assim, é necessária à sua abordagem no ambiente escolar.

MÉTODOS

Diante de tantos obstáculos, surge a seguinte questão: qual seria a melhor forma de trabalhar a Educação Ambiental nas escolas?. De acordo com Sato (2002), há diversas maneiras de incluir a temática ambiental nos currículos escolares, como atividades artísticas, práticas pedagógicas fora da sala de aula, produção de materiais locais e projetos interdisciplinares. Todas essas abordagens têm o potencial de reconhecer os alunos como agentes ativos na construção de uma consciência ambiental. Cabe, portanto, aos professores,

por meio de práticas interdisciplinares, propor metodologias inovadoras que favoreçam a implementação da Educação Ambiental, sempre considerando o ambiente imediato e exemplos reais de problemas atuais.

A partir dessa perspectiva, este estudo adota uma abordagem qualitativa, com objetivo exploratório e descritivo, utilizando como procedimento metodológico a revisão sistemática da literatura. Conforme Galvão e Pereira (2014), esse tipo de revisão consiste na análise criteriosa de estudos primários, como artigos científicos, que passam a ser considerados fontes secundárias de informação. Para a realização da pesquisa, foi selecionado o Google Acadêmico e Periódicos Capes como base de dados, por se tratar de uma plataforma ampla e acessível, que reúne um vasto acervo de produções científicas nacionais e internacionais. Optou-se por essas bases devido à sua integração com diversos periódicos e repositórios acadêmicos, o que possibilitou o levantamento de publicações relevantes sobre a temática da Educação Ambiental no contexto nacional.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Teoria do pensamento sistêmico

O pensamento sistêmico é uma abordagem que busca compreender a complexidade dos sistemas ao considerar as interações e interdependências entre seus componentes, em vez de analisá-los de forma isolada. Essa perspectiva é fundamental em diversas áreas, como ecologia, administração, saúde e engenharia, pois reconhece que os problemas muitas vezes não podem ser resolvidos apenas abordando suas partes individuais. Em vez disso, o pensamento sistêmico enfatiza a importância de ver o todo e entender como as partes se influenciam mutuamente.

Essa abordagem permite uma análise mais profunda das dinâmicas subjacentes que moldam comportamentos e resultados, promovendo soluções mais eficazes e sustentáveis. Ao adotar o pensamento sistêmico, indivíduos e organizações podem desenvolver uma visão mais holística, facilitando a identificação de padrões e a antecipação de consequências em ambientes complexos. De acordo com Capra (1994), é preciso perceber o surgimento da

Visão Sistêmica, ou do Pensamento Sistêmico, como fruto das revoluções em vários campos: científico, técnico, político e cultural.

O pensamento sistêmico ganhou força durante o século XX, com o surgimento da Biologia Organísmica ou Organicismo, como oposição ao Mecanicismo, momento no qual o mundo se via diante de uma crise, com a percepção ultrapassada, que impossibilitava a compreensão dos problemas ambientais de proporção global. O pensamento sistêmico não nega a racionalidade científica, mas acredita que ela não oferece parâmetros suficientes para o desenvolvimento humano e para descrição do universo material, e por isso deve ser desenvolvida conjuntamente com a subjetividade das artes e das diversas tradições espirituais, incluindo a interdisciplinaridade (VASCONCELOS, 2013).

Neste contexto, Ackoff (1981) propõe que o pensamento sistêmico é capaz de desenvolver uma nova estrutura intelectual que procura descrever a “complexidade organizada” como redes dinâmicas de interações, baseado no conceito de sistema, ou seja, o pensamento sistêmico traz uma forma de identificar, estudar e modelar situações-problema e a complexidade intrínseca a elas, na qual sua representação pode identificar as relações entre as partes de um determinado sistema por meio das relações de efeito-causa-efeito, evidenciando estas relações e suas interações, possibilita-se a visualização dos componentes que agem no sistema, objeto de estudo e compreensão com isto a forma de pensar sistêmica caracteriza uma nova forma científica de ver os acontecimentos cotidianos, uma nova visão do mundo em relação ao pensamento científico tradicionalmente cartesiano (MARTINS, 2007).

Vale ressaltar, que ao adotar o pensamento sistêmico não significa que se deve descartar o que foi desenvolvido como paradigma tradicional da ciência e sim ter uma nova visão de mundo e ampliar a reflexão sobre esta nova proposta. Assim, ao assumir o pensamento sistêmico o homem comum, o cientista, o profissional estará assumindo uma visão de mundo que terá profundas implicações em seus relacionamentos e em suas práticas nas diversas áreas de atuação.

Educação Ambiental

A formação ecológica é um processo educativo que visa sensibilizar e informar indivíduos e comunidades sobre questões ambientais, promovendo a

conscientização quanto à conservação dos recursos naturais e à sustentabilidade. Mais do que transmitir conhecimentos teóricos sobre ecologia, essa abordagem busca fomentar atitudes e comportamentos responsáveis em relação ao meio ambiente. Esse tipo de prática pode ocorrer em diversos contextos de escolas, comunidades e organizações utilizando metodologias variadas, como atividades práticas, debates e projetos colaborativos. Seu objetivo principal é capacitar os cidadãos a compreenderem as interações entre seres humanos e natureza, incentivando a participação ativa na construção de um futuro mais sustentável.

Segundo a UNESCO, a formação voltada para temas ambientais deve promover a conscientização, desenvolver habilidades para a resolução de problemas e estimular o engajamento na proteção ambiental. Diversas estratégias pedagógicas podem ser adotadas para alcançar esses objetivos. Um exemplo são palestras e workshops em escolas, com temas como mudanças climáticas, poluição e conservação da biodiversidade, seguidos por projetos que permitam aos alunos aplicar o conhecimento adquirido. A aprendizagem ambiental experiencial também é valorizada nesse contexto: visitas a reservas naturais ou centros de reciclagem possibilitam observar diretamente as questões debatidas em sala de aula posteriormente, atividades reflexivas ajudam a relacionar teoria e prática. Além disso, projetos escolares que envolvem a análise do impacto de produtos locais incentivam o desenvolvimento do pensamento crítico, ao relacionar escolhas cotidianas com consequências ambientais.

Campanhas de redução de desperdício, como aquelas voltadas à diminuição de alimentos descartados no refeitório escolar, promovem a reflexão sobre hábitos alimentares e incentivam práticas mais sustentáveis. Projetos de jardinagem com cultivo de espécies nativas também contribuem para o aprendizado sobre ecossistemas locais, biodiversidade e compostagem. Por fim, simulações de conferências ambientais em que os alunos representam diferentes países e debatem temas como desmatamento e poluição do ar são eficazes para o desenvolvimento de habilidades argumentativas, de negociação e colaboração. Tais experiências demonstram o potencial transformador das práticas educativas voltadas à consciência ecológica quando integradas ao cotidiano escolar de forma crítica e participativa.

Educação ambiental no contexto formal

A Educação Ambiental (EA) no contexto formal refere-se ao processo de ensino-aprendizagem que integra questões ambientais nos currículos escolares, com o objetivo de formar cidadãos conscientes e responsáveis em relação ao meio ambiente. Esse tipo de educação busca não apenas transmitir conhecimentos sobre ecologia e sustentabilidade, mas também desenvolver habilidades críticas e atitudes proativas em relação à preservação ambiental.

Em um mundo cada vez mais afetado por problemas como a mudança climática, a poluição e a perda da biodiversidade, a EA torna-se essencial nas instituições de ensino. Por meio de metodologias interativas e práticas, como projetos de jardinagem, visitas a áreas protegidas e debates sobre temas atuais, a educação ambiental no ambiente escolar promove uma compreensão holística das interações entre os seres humanos e o planeta, preparando os estudantes para tomarem decisões informadas e sustentáveis em suas vidas cotidianas. De acordo com Guimarães (2004), entre outros autores, o modelo tradicional de ensino de transmissão de conteúdos ainda é muito forte e certamente mais profundamente inserido no ideário e nas atividades pedagógicas dos professores que se debruçam sobre a alfabetização ecológica.

Neste cenário, é crucial compreender que o espaço escolar representa parte de uma rede norteadora de apoio nas discussões socioambientais, que tem como finalidade oferecer um espaço para o desenvolvimento ambientalmente saudável para crianças e adolescentes conforme (APRIGIO *et al.*, 2019). Tendo em vista essa concepção, é importante salientar que o papel da escola coletivamente com as práticas educacionais ambientais é englobar o homem para visar à formação de uma individualidade que busque a vida e a coloque em primeiro lugar, dando ressaltos à preservação do meio ambiente.

Por isso, é importante que o meio ambiente, a ciência e a educação estejam unidos na construção de uma sociedade comprometida com o cuidado à natureza, visando a garantia da continuidade da geração futura (VIRGENS, 2011). Nessa concepção, a escola se apresenta como um espaço aforada para as práticas de ações pedagógicas ambientais doando-se a comunidade tendenciando estabelecer uma colaboração, com a finalidade de promover a formação de cidadãos ativos globalmente, uma vez que, o que viabiliza e acelera o aprendizado

é o processo que concede aos indícios se descobrirem, se identificarem como cidadãos capazes de aprender, falar, refletir contesta, discorda e se expor para ideais (KINDEL, 2012 e GARCIA, 2014).

Assim, a Educação Ambiental se configura como instrumento de modificação cultural, inserindo no ambiente escolar os conceitos que evidenciam que o cuidado com o ambiente seja realizado de forma consciente, e para isso, precisa-se mostrar os impactos causados pela ação do homem ao meio ambiente, buscando construir novas ideias de cuidado e respeito com o mesmo (FERNANDES; ROCHA, 2017).

Educação ambiental segundo a perspectiva sistêmica

A Educação Ambiental, quando abordada sob a perspectiva sistêmica, considera as interconexões e interdependências entre os diversos elementos que compõem o meio ambiente, incluindo aspectos sociais, econômicos e culturais. Essa abordagem enfatiza que os problemas ambientais não podem ser compreendidos isoladamente, mas sim como parte de um sistema complexo onde cada ação tem repercussões em múltiplas dimensões.

A perspectiva sistêmica promove uma visão holística, incentivando os educadores e alunos a analisarem as relações entre os diferentes componentes do ecossistema e as consequências das atividades humanas. Por meio de metodologias integrativas, como estudos de caso e projetos interdisciplinares, a educação ecológica sistêmica busca desenvolver no estudante uma compreensão profunda da realidade ambiental e uma capacidade crítica para atuar de forma consciente e sustentável. Essa abordagem é fundamental para formar cidadãos capazes de enfrentar os desafios ambientais contemporâneos com uma visão ampla e integrada.

Segundo Fritjof Capra (1996), “a visão sistêmica nos ajuda a perceber que tudo está interconectado e que as ações humanas têm impactos diretos sobre o meio ambiente”. Na abordagem sistêmica, a educação ambiental busca desenvolver uma compreensão holística das relações ecológicas. Isso significa que os educadores devem incentivar os alunos a verem o meio ambiente como um sistema complexo, onde cada elemento influencia o outro.

Nesta esteira destaca Edgar Morin (2000), “a educação deve ser capaz de integrar conhecimentos e não apenas acumular informações fragmentadas”, promovendo uma visão integrada dos desafios ambientais. Além disso, a perspectiva sistêmica enfatiza a importância da participação ativa da comunidade na construção do conhecimento ambiental. A educação ambiental deve envolver não apenas as escolas, mas também as famílias e as comunidades locais. Segundo Paulo Freire (1996), “a educação é um ato de amor, é uma prática de liberdade”, sugerindo que o envolvimento da comunidade na educação ambiental é essencial para promover mudanças significativas.

Por fim, a educação ambiental na perspectiva sistêmica deve também abordar questões sociais e econômicas, reconhecendo que problemas ambientais são muitas vezes interligados a desigualdades sociais. Como afirma David Orr (1994), “a sustentabilidade não pode ser alcançada sem uma transformação radical na forma como pensamos e agimos em relação à natureza”. Portanto, é fundamental que a educação ambiental prepare cidadãos críticos e conscientes de seu papel na preservação do meio ambiente.

RESULTADO

Foram inicialmente coletados 128 artigos por meio das plataformas Google Acadêmico e Periódicos CAPES. Após a aplicação dos critérios de inclusão, realizou-se uma triagem para identificar os estudos que abordavam a temática da educação ambiental sob a perspectiva sistêmica, totalizando 18 artigos. Esses trabalhos representam pouco mais de 20% da amostra analisada, o que pode ser relacionado ao argumento de Lima (2012), ao destacar o papel da escola como articuladora do conhecimento interdisciplinar e como uma das principais instâncias formadoras do ser humano.

Os estudos identificados na revisão bibliográfica abrangem o período de 2005 a 2024, refletindo a evolução das abordagens da Educação Ambiental sob a perspectiva sistêmica ao longo dos anos. Os estudos selecionados como pertinentes foram organizados na tabela 01, que apresenta, de forma detalhada, as metodologias utilizadas e as correntes de pensamento em educação ambiental identificadas, conforme os referenciais teóricos empregados em cada estudo. Observou-se uma predominância de abordagens qualitativas e de práticas

pedagógicas interdisciplinares, reforçando a importância da transversalidade no ensino de questões ambientais, como também apontado por Carvalho (2021) e Sauvé (2005).

Tabela 1 - Correntes da Educação Ambiental.

Autor(es) / Ano	Metodologia	Corrente de EA	Descrição/Enfoque
Sauvé (2005)	Análise conceitual	Cartográfica (tipologia de correntes)	Propõe uma tipologia das diferentes abordagens em EA
Ferreira <i>et al.</i> , (2007)	Teórico	Humanista Conservacionista / Recursista Holística	Reflete sobre o turismo ecológico como prática educativa capaz de promover a EA
Quintana e Philomena (2007)	Empírico	Sustentabilidade / Prática	Discutem a sustentabilidade a partir da práxis educativa, enfatizando a integração entre conhecimento e ação para a transformação social e ambiental
Sato e Carvalho (2008)	Naturalista	Criatividade Natureza	Abordar a EA a partir da valorização da criatividade como meio para a conexão com a natureza, enfatizando experiências que estimulam o vínculo afetivo e o respeito pelo meio ambiente
Andrioli (2009)	Teórico	Crítica Social Sustentabilidade	Apresenta uma abordagem teórica fundamentada na crítica social, relacionando os princípios da sustentabilidade as dinâmicas sociais
Bagnolo (2010)	Teórico	Ecoeducação Sustentabilidade	Relação teórica crítica sobre o papel da universidade na formação de uma educação ambiental sustentável integrando conhecimento acadêmico ação política e transformação social
Martinez e Loose (2015)	Empírico	Crítica Social Sustentabilidade	Discutem os riscos ambientais envolvendo desigualdade social propõe uma educação ambiental crítica que articula sustentabilidade e justiça social
Oliveira e Zielinski (2017)	Empírico	Humanista Sustentabilidade	Estudo empírico que investiga abordagens educativas centradas no aluno e EA
Justo e Bassani (2018)	Teórico	Humanista Crítica social	Trabalham a educação ambiental a partir de uma perspectiva teórica que une elementos das Correntes humanista e crítica social
Silva e Oliveira (2019)	Estudo de caso	Naturalista / Conservacionista	Trabalha a sensibilização ambiental com foco na biodiversidade local

Autor(es) / Ano	Metodologia	Corrente de EA	Descrição/Enfoque
Pereira et al. (2020)	Etnografia escolar	Pragmática	Enfatiza a resolução de problemas ambientais locais por meio de projetos escolares.
Loureiro (2020)	Qualitativa (pesquisa-ação)	Crítica	Defende uma EA transformadora e emancipatória, com foco nas relações sociais e ambientais.
Carvalho (2021)	Estudo de caso	Crítica	Pedagógicas interdisciplinares em escolas públicas
Santos e Ribeiro (2022)	Análise documental	Sistêmica	Avaliam políticas públicas ambientais no currículo escolar
Oliveira et al. (2023)	Análise de literatura sobre ciclos	Crítica / Sistêmica	Trabalha o pensamento sistêmico aplicado à EA, focando nos ciclos biogeoquímicos
Eloi <i>et al.</i> , (2024)	Revisão bibliográfica ensino superior	Sistêmica / Interdisciplinar	Avalia produção acadêmica sobre EA no Ensino Superior (2011-2024)
Almeida Júnior (2024)	Revisão bibliográfica livros didáticos	Conservacionista / Pragmática	Analisa conteúdos de EA em livros didáticos segundo revistas especializadas
Pereira et al. (2024)	Revisão bibliográfica	Sistêmica / Conservacionista	Analisa metodologias de EA com foco na biodiversidade em unidades de conservação brasileiras
Melo (2024)	Revisão bibliográfica	Sistêmica / Interdisciplinar	Fornece recomendações para práxis educativa voltada à sustentabilidade

Fonte: autores, 2025.

A análise dos estudos apresentados na tabela 1 evidencia a diversidade de enfoques adotados no campo da Educação Ambiental ao longo dos anos. Observa-se a utilização de diferentes metodologias, entre elas abordagens teóricas, empíricas, naturalistas e bibliográficas, o que demonstra o caráter interdisciplinar e dinâmico da área. Esses estudos abrangem múltiplos contextos educacionais, incluindo espaços formais e não formais, e contemplam níveis diversos de ensino, indicando uma preocupação ampla com a formação ambiental dos sujeitos.

No que diz respeito às correntes teóricas identificadas, nota-se uma multiplicidade de perspectivas que vão desde enfoques conservacionistas e naturalistas até abordagens mais críticas, sistêmicas e voltadas à sustentabilidade. Essa pluralidade reflete as diferentes concepções de ambiente, sociedade e educação que permeiam o campo, e aponta para a complexidade das relações entre o ser humano e a natureza. A coexistência dessas abordagens reforça a

ideia de que a Educação Ambiental é um campo em construção, que comporta distintos referenciais epistemológicos e metodológicos.

Entre as contribuições observadas nos estudos analisados, destacam-se propostas educativas que buscam fomentar a reflexão crítica, a participação ativa e a construção de valores voltados à cidadania e à sustentabilidade. Contudo, também são apontados desafios significativos, como a necessidade de maior articulação entre teoria e prática, a formação adequada de educadores e a consolidação de políticas públicas que sustentem ações contínuas e efetivas.

Essas múltiplas formas de compreender e praticar a Educação Ambiental revelam a complexidade e a diversidade teórica que permeiam esse campo. A heterogeneidade observada nos discursos e nas estratégias adotadas pelos autores refletem diferentes visões de mundo, concepções de natureza e finalidades educativas. Assim, para melhor compreender essas abordagens e suas implicações pedagógicas, apresenta-se a seguir a tabela 2, que sistematiza as principais correntes da Educação Ambiental identificadas nos estudos analisados. Nele, são destacados aspectos centrais como a concepção de ambiente adotada, a intenção educativa predominante, o enfoque metodológico e as estratégias utilizadas nas ações formativas.

Tabela 2 - Diversidade de correntes em Educação Ambiental.

Correntes	Concepções de ambiente	Objetivos da EA	Exemplos de estratégias
Naturalista	Natureza	Reconstruir uma ligação com a natureza	Imitação, Interpretação, Jogos sensoriais, Atividades de descobertas
Conservacionista/ Recursiva	Recurso	Adotar comportamento de conservação	Guia ou códigos de comportamentos
Resolutiva	Problema	Resolver problemas	Estudo de casos
Sistêmica	Sistema	Desenvolver o pensamento sistêmico	Estudo de caso
Humanista	Meio de vida	Desenvolver um sentimento de pertença	Estudo do meio, Leitura de paisagem
Ecoeducação	Pólo de interação para a formação pessoal Cadinho de identidade	Construir uma melhor relação com o mundo	Relato de vida Imersão Exploração Introspecção Escuta sensível Brincadeiras

Correntes	Concepções de ambiente	Objetivos da EA	Exemplos de estratégias
Holística	Total Todo O Ser	Desenvolver as múltiplas dimensões de seu ser em interação com o conjunto de dimensões do meio ambiente	Exploração livre Visualização Oficinas de criação Integração de estratégias complementares
Projeto de desenvolvimento - sustentável	Recursos para o desenvolvimento	Promover um desenvolvimento econômico respeitoso dos aspectos sociais e do meio ambiente	Estudo de casos Experiência de resolução de problemas Projeto de desenvolvimento de sustentação e sustentável
Científica	Objeto de estudos	Adquirir conhecimentos	Estudo de fenômenos, observação, experimentação

Fonte: Sauvé (2005, p. 40-42).

A cartografia elaborada por Sauvé (2005) mostra uma variedade de práticas de Educação Ambiental materializada em variados contextos, o que resulta em finalidades diversificadas para o processo educativo, alcançadas a partir de distintos meios. Compreender esses contextos significa, portanto, esboçar o cenário em que se situa a formação ambiental em relação ao pensamento sistêmico.

Nota-se através dos resultados, a educação ambiental na perspectiva sistêmica assume um papel importante na sociedade, uma vez que a mesma ocorre fora do sistema escolar de forma que alcance outros públicos (BRASIL, 1999). Assim a educação ambiental aderida ao pensamento sistêmico deve buscar compreender os problemas socioambientais considerando os saberes da tradição local e científico como destaca Carvalho (2012), de forma que a comunidade seja envolvida para que cuide do meio ambiente.

Com base nessa compreensão, torna-se fundamental refletir sobre como a perspectiva sistêmica tem sido incorporada nas práticas pedagógicas e nos projetos de educação ambiental, especialmente aqueles voltados à atuação comunitária. Ao considerar os saberes locais como parte essencial do processo formativo, a Educação Ambiental se fortalece como instrumento de transformação social, ao mesmo tempo em que contribui para a valorização da identidade cultural e o cuidado com o território. Desse modo, a articulação entre conhecimento científico e saber tradicional possibilita a construção de ações educativas mais significativas, participativas e sustentáveis.

Além disso, a adoção do pensamento sistêmico nas práticas educativas permite uma abordagem integrada dos problemas ambientais, favorecendo a leitura crítica das relações entre sociedade, natureza e desenvolvimento. Esse olhar ampliado propicia aos educandos não apenas a compreensão de causas e consequências dos impactos socioambientais, mas também o desenvolvimento de competências para intervir em seus contextos locais com responsabilidade e engajamento.

DISCUSSÃO

Os resultados evidenciaram que a Educação Ambiental na perspectiva sistêmica está presente em uma parcela significativa dos estudos analisados, demonstrando uma tendência à valorização de abordagens que integram aspectos ecológicos, sociais, culturais e econômicos. Essa abordagem, como destaca Capra (2006), rompe com a fragmentação do conhecimento e propõe uma visão integrada da realidade, o que é fundamental para a compreensão dos desafios socioambientais contemporâneos.

Em consonância com Sauvé (2005), observou-se que as práticas educativas variam conforme o contexto sociocultural e os objetivos de cada proposta, mas compartilham a inten     de promover o pensamento crítico, a autonomia e a corresponsabilidade dos sujeitos diante das questões ambientais. A articulação entre saberes tradicionais e científicos, presente em alguns estudos, reforça a ideia de que solu  o es sustentáveis devem considerar os conhecimentos locais como parte do processo educativo, como defendido por Carvalho (2012).

Entretanto, também foram identificadas lacunas, como a ausência de uma integração efetiva entre teoria e prática em parte das iniciativas, bem como a dificuldade de garantir a continuidade das a  o es educativas em contextos escolares e comunitários. Esses desafios indicam a necessidade de fortalecer políticas públicas que incentivem a formação docente, a interdisciplinaridade e o envolvimento ativo da comunidade. Portanto, os dados analisados apontam para a relevância da perspectiva sistêmica como caminho promissor na construção de uma Educação Ambiental crítica, contextualizada e transformadora, capaz de formar sujeitos conscientes e atuantes na promoção da sustentabilidade.

CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo realizar uma revisão sistemática da literatura nacional sobre educação ambiental e classificá-los conforme as correntes de Sauvé na qual enfatiza a dimensão humana do meio ambiente, construída na interseção entre natureza e cultura. Aspecto este relevante, uma vez que existem poucos estudos sobre a educação ambiental na perspectiva sistêmica publicado nos periódicos nacionais indexados ao Google Acadêmico e Periódicos Capes, como sugere a amostra analisada por este estudo. Observa-se a partir deste estudo, se faz necessário que os casos e experiências sejam documentados e divulgados para que sirvam de subsídio em novas pesquisas e programas deste caráter. Outro ponto que pode ser compreendido, é que a educação ambiental na perspectiva sistêmica pode ser uma estratégia viável para promover uma conscientização ambiental de pessoas que não estão no convívio escolar por meio de diferentes táticas e estratégias apresentadas pelos estudos analisados.

REFERÊNCIAS

- AGENDA 2030. (2015). ODS – **Objetivos do desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/> . Acesso em: 26 de agosto de 2024.
- ANDRADE, J.A.P.; MATOS, F.D.O. **Nas trilhas da educação ambiental: por uma relação renovada com ecossistemas manguezal**. Geosaberes, v.7, n.12, p.91-103, 2016.
- APRIGIO, S.S.O.*et al.* **Abordagem ambiental no âmbito escolar: percepções dos alunos sobre as práticas socioambientais durante o ensino médio**. Pesquisa em Foco, v. 24, n. 1, 2019.
- ANDRADE, Izabel Cristina Feijó de; ARRUDA, Marina Patrício de; LIMA, Lucia Ceccato. **Concepções sobre ambientalização curricular: o desafio do pensamento sistêmico**. ETD, Campinas , v. 20, n. 1, p.193-209, mar.2018 Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-25922018000100193&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 03 out. 2024.
- ARANA, A.R.A. **Educação ambiental e resíduos sólidos: a importância da Cooperlix para ampliação das ações educativas e de geração de trabalho e renda para catadores de resíduos sólidos recicláveis e reutilizáveis em Presidente Prudente**. Colloq. Hum., v.7, n.2, p.92-97, 2010. doi:<http://dx.doi.org/10.5747/ch.2010.v07.n2/h092>.
- BAGNOLO, C.M. **Empresariado e ambiente: algumas considerações sobre a educação ambiental no espaço escolar**. Ciênc. Educ., v.16, n.2, p.401-413, 2010. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-73132010000200009>.
- BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que  -o que não  **. Editora Vozes Limitada, 2017.

BRASIL, Leinº 9795. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a política nacional de educação ambiental e dá outras providências. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, 1999.**

BRASIL. Decreto 4.281 de 25 de junho de 2002. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial, Brasília, 28 abr. 1999.** Disponível: <https://prograd.ufu.br/legislacoes/decreto-no-4281-de-25-de-junho-de-2002-educacao-ambiental>. Acesso em: 30 de Agosto. 2024.

BRASIL, **Lei nº. 9795 de 27 de abril de 1999** - Política Nacional de Educação Ambiental.

CARVALHO, I.C.M. **Educação Ambiental a formação do sujeito ecológico.** São Paulo: Cortez, 2012.

CAPRA, Fritjof: **A Teia da Vida: Uma Nova Visão Científica para a Sustentabilidade.** São Paulo: Cultrix, 1996.

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais.** Campinas: Papirus, 2004a.

GARRÉ, B.H.; HENNING, P.C. Visibilidades e enunciabilidades do dispositivo da educação ambiental: a revista Veja em Exame. **Alexandria Rev. Educ.** Ciên.Tecnol., v.8, n.2, p.53-74, 2015. doi: <http://dx.doi.org/10.5007/1982-5153.2015v8n2p53>.

GHANEM, E. **Inovação em educação ambiental na cidade e na floresta: o caso Oela.** Cad. Pesq., v.43, n.150, p.1004-1025, 2013. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742013000300014>.

GUIDO, L.F.E. *et al.* **Educação ambiental e cultura: articulando mídia e conhecimento popular sobre plantas.** Trab. Educ. Saúde, v.11, n.1, p.129-144, 2013. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462013000100008>.

JUSTO, S. *et al.* Crise urbana, legislação e educação ambiental. **Rev. Latinoam. Estud. Cultura Soc.**, v.4, p.1-11, 2018. doi: <http://dx.doi.org/10.23899/relacult.v4i0.804>.

GOMES, Luís Alípio; BRASILEIRO, Tânia Suely Azevedo; CAEIRO, Sandra. Educação ambiental e educação superior: uma revisão sistemática da literatura. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 10, p. 77012-77029, 2020.

JUNK, W. J., & Duran, A. R. (2012). **Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: Caminhos e Desafios. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.**

LOPES, A. P., & De Souza, M. A. (2014). **Educação Ambiental: Teoria e Prática.** São Paulo: Editora Cortez.

LEITE, Carlos Henrique Pereira; NETO, José Machado Moita; BEZERRA, Ana Keuly Luz. Educação Ambiental como fator estruturante da Política Nacional de Resíduos Sólidos: um estudo a partir de experiências práticas. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 16, n. 6, p. 348-359, 2021.

LIMA, C.S. A importância da educação ambiental para o sistema de coleta seletiva: um estudo de caso em Curitiba. **Rev. Geog. Acad.**, v.10, n.2, p.129-137, 2016.

LIMA, Maria de Fátima Freire de. **Educação ambiental e a formação do educador.** Campinas, SP: Papirus, 2012.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Educação ambiental crítica: contribuições para uma pedagogia transformadora.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2020.

MARIOTTO, S. C.; CORAIOLA, M. Educação Ambiental na concepção do pensamento sistêmico. **Revista Acadêmica Ciência Animal**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 237-243, 2009.

MARCOMIN, F.E.; SATO, M. Percepção, paisagem e educação ambiental: uma investigação na região litorânea de Laguna-SC, Brasil. **Educ. Rev.**, v.32, n.2, p.159-186, 2016. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698125694>.

MARQUES, Welington Ribeiro Aquino; RIOS, Diego Lisboa; DOS SANTOS ALVES, Kerley. A percepção ambiental na aplicação da Educação Ambiental em escolas. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 17, n. 2, p. 527-545, 2022. Acesso em: 30 ago. 2024.

Morin, Edgar: **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. Brasília: UNESCO, 2000. article/view/9933. Acesso em: 3 out. 2024.

NEVES, E.B. *et al.* **Práticas de educação ambiental: breve diagnóstico em organizações militares do exército brasileiro**. Ciên. Educ., v.18, n.1, p.173-186, 2012. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-73132012000100011>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Articulando os Programas de Governo com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasil: ONU Brasil, 2015.

SOARES, E.C. *et al.* Educação ambiental no Parque Municipal Victório Siquierolli: elaboração, desenvolvimento e avaliação de um plano pedagógico. **Rev. Ed. Popular**, v.17, n.1, p.80-90, 2018. doi: <https://doi.org/10.14393/REP-v17n12018-art05>.

SAUVÉ, L. **Uma cartografia das correntes de educação ambiental**. In: SATO, M.; CARVALHO, I.C. Educação Ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005, p.17-44.

SIQUEIRA, R.R.; VARGAS, M.A.M. **Educação ambiental no combate ao “Greenwashing”**. Ambivalências, v.1, n.1, p.1-12, 2013. doi: <https://doi.org/10.21665/2318-3888.v1n1p53-64>.

SILVA, W.G.; HIGUCHI, M.I.G.; FARIAS, M.S.M. **Educação ambiental na formação psicossocial dos jovens**. Ciênc. Educ., v.21, n.4, p.1031-1047, 2015. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1516-731320150040015>.

SANTOS, Ana Paula dos; RIBEIRO, João Carlos. A presença da educação ambiental nos documentos curriculares do ensino básico. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 17, n. 2, p. 45–62, 2022.

OLIVEIRA, Maurício Pires de. **O pensamento sistêmico como estratégia para o desenvolvimento de uma educação ambiental crítica utilizando os ciclos biogeoquímicos**. 2023.

Orr, David W. Earth in Mind: **On Education, Environment, and the Human Prospect**. Washington: Island Press, 1994.

OLIVEIRA, M. *et al.* Atividades de educação ambiental no Projeto Rondon: uma estratégia multiplicadora de transformação. **Extensivo Rev. Eletr. Extensão**, v.14, n.26, p.45-54, 2017. doi: <https://doi.org/10.5007/1807-0221.2017v14n26p45>.

OLIVEIRA, M. *et al.* Atividades de educação ambiental no Projeto Rondon: uma estratégia multiplicadora de transformação. **Extensivo Rev. Eletr. Extensão**, v.14, n.26, p.45-54, 2017. doi: <https://doi.org/10.5007/1807-0221.2017v14n26p45>.

PEREIRA, Letícia; OLIVEIRA, Lucas; MENDES, Flávia. Práticas escolares e meio ambiente: experiências de educação ambiental na escola pública. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 41, e238547, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/es.238547>.

SOUZA, Luzia Maria Cristina de; NOGUEIRA, Christiano. A Pesquisa Participante e a Educação Ambiental na Prática Laboratorial com Estudantes do Ensino Fundamental. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, [S. l.], v. 22, n. 5, p. 617–623, 2021. DOI: 10.17921/2447-8733.2021v22n5p617-623. Disponível em: <https://revistaensinoeeducacao.pgsscogna.com.br/ensino/article/view/8134>. Acesso em: 2 set. 2024.

QUINTANA, C.G.; PHILOMENA, A.L. **O tratamento dado aos resíduos sólidos pela administração do Porto do Rio Grande: uma abordagem relacionada à educação ambiental**. Sinergia, v.11, n.1, p.27-36, 2007.

SANTOS, Ana Paula dos; RIBEIRO, João Carlos. A presença da educação ambiental nos documentos curriculares do ensino básico. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 17, n. 2, p. 45–62, 2022.

NEVES, E.B. *et al.* **Práticas de educação ambiental: breve diagnóstico em organizações militares do exército brasileiro**. Ciên. Educ., v.18, n.1, p.173-186, 2012. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-73132012000100011>.

TOVANE, Eloany Fernanda Conde *et al.* **Educação ambiental e abordagem sistêmica no contexto escolar formal**. 2019.

VIRGENS, R. D. A. **A Educação Ambiental no ambiente escolar**. Brasília, 2011.

KINDEL, E.A.I.**Educação Ambiental:da teoria à prática**. Porto Alegre: Mediação,144p, 2012.

VALENTI, M.W. *et al.* Educação ambiental em unidades de conservação: políticas públicas e a prática educativa. **Educ. Rev.**, v.28, n.1, p.267-288, 2012. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982012000100012>.

KINDEL, E.A.I.**Educação Ambiental:da teoria à prática**. Porto Alegre: Mediação,144p, 2012.

ZILLMER-OLIVEIRA, T.; MANFRINATO, M.H.V. **Percepção ambiental sobre “meio ambiente” e “educação ambiental” de seringueiros no sudoeste da Amazônia, Mato Grosso, Brasil**. Biotemas, v.24, n.3, p.119-128, 2011. doi: 10.5007/2175-7925.2011v24n3p119.

SISTEMAS AGROFLORESTAIS EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

Joyce Fabricia Santana Moraes

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Pâmela Thais Gomes da Silva

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Thiago Arthur Bentes Corrêa

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Luiz Claudio Moreira Melo Junior

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Objetivo: Sistematizar a literatura científica existente acerca da utilização de Sistemas Agroflorestais em processos de recuperação de áreas degradadas, como uma alternativa viável e sustentável para o equilíbrio do solo. **Métodos:** A pesquisa é de caráter qualitativo e exploratório, cujos dados foram levantados em fontes bibliográficas na plataforma do Google Acadêmico, bem como pesquisa documental, que incluiu os estudos de Sistemas Agroflorestais, em complemento, utilizou-se artigos científicos, permitindo assim uma maior quantidade de material disponível; teses e dissertações voltadas a temáticas do presente estudo. **Resultados:** Os dados obtidos para obtenção dos resultados, foram realizados por meio da avaliação dos seguintes autores: Andrade *et al.*, Fontana *et al.*, e Neto *et al.*, na qual as três espécies em destaque: *Acácia Mangium*, *Euterpe oleracea* (Açaí) e *Musa spp.* (banana) são apontados em rendimentos que determinam indicadores como a matéria orgânica proveniente do acúmulo de detritos vegetais, como folhas, galhos, flores e outros resíduos orgânicos. **Conclusão:** A utilização de Sistemas Agroflorestais demonstrou uma abordagem promissora e eficaz na recuperação de áreas degradadas. Com o devido cuidado e gestão, os Sistemas Agroflorestais com *Acácia Mangium* podem ser uma solução valiosa para a recuperação de áreas degradadas e o desenvolvimento de uma agricultura mais resiliente e economicamente sustentável no ponto de vista social, ambiental e econômico.

Palavras-chave: Solo; áreas; sistemas agroflorestais; sustentável.

INTRODUÇÃO

A utilização da terra para práticas humanas, sejam elas agrícolas ou urbanas, requer um planejamento cuidadoso e a compreensão das particularidades desse recurso natural. Caso contrário, os impactos ambientais podem ser graves, gerando danos significativos nas áreas sociais, econômicas e na preservação dos ecossistemas.

A degradação do solo é o principal problema ambiental causado pela utilização inadequada da terra, levando à perda de grandes quantidades de sedimentos, anualmente, e à diminuição da sua fertilidade e produtividade agrícola, além do acúmulo de materiais nos rios. Por isso, é essencial realizar um estudo e identificação das características do solo, sua suscetibilidade à degradação e sua capacidade de resistência à erosão, visando um planejamento eficaz e sustentável para seu manejo e ocupação (Demarchi *et al.*, 2014).

As atividades agrícolas e a gestão inadequada do solo aceleraram o processo de degradação, causado, principalmente, pela perda de matéria orgânica. A superfície do solo sofre forte erosão, reduzindo sua fertilidade, uma vez que se refere ao propósito de leguminosas florestais terem sido testadas como alternativas para revegetação de solos pobres e degradados. O termo recuperação indica que o local degradado será restaurado por meio de um acordo comum para o uso do solo, o que implicará em uma relação estável entre os valores ambientais, financeiros, estéticos e sociais (Kobiyama *et al.*, 2001).

Um recente relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) apontou um panorama preocupante para o futuro: a disponibilidade de terras férteis adequadas para a agricultura deverá diminuir em diversas regiões do mundo. A erosão, resultado de práticas inadequadas de manejo do solo, causou uma redução de 23% na produtividade global e uma perda de 10% no Produto Interno Bruto (PIB) global em 2010, que serviu como base para a pesquisa. Atualmente, aproximadamente 33% da terra e 75% da água doce do planeta são utilizados para a agricultura ou a pecuária.

Conforme as previsões da Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços dos Ecossistemas (IPBES), ligada à ONU, estima-se que, em 2050, mais de 4 bilhões de pessoas residam em regiões áridas, resultando em migrações de milhões de indivíduos. Caso essa

previsão se concretize, a agricultura global poderá ver uma queda de até 50% em seus rendimentos. A degradação do solo será mais acentuada na América Central, América do Sul, África e Ásia, onde há uma maior concentração de áreas cultiváveis (De Sousa, 2018).

Rosa (2019) destaca que a erosão do solo traz prejuízos tanto para os produtores quanto para o meio ambiente. Os agricultores enfrentam diminuição na produtividade e nos lucros, enquanto o meio ambiente sofre, pois, a baixa eficiência produtiva levará à conversão de novas áreas de vegetação nativa. Além disso, a perda de nutrientes e o assoreamento dos rios afetam a biodiversidade, a produção e as comunidades que dependem desses recursos hídricos.

O Brasil é o país que veementemente sofre com a perda de solo, caracterizando como o maior impacto ambiental ocorrente. Pensando na problemática citada anteriormente, a recuperação de áreas degradadas são práticas que auxiliam na diminuição dos impactos locais, o tem por objetivo a utilização de Sistemas Agroflorestais em processo de recuperação das áreas que sofrem com a degradação.

Os Sistemas Agroflorestais apresentam-se como alternativas potenciais no objetivo de recuperar as funções ambientais, gerando produtividade agrícola, florestal e pecuária. Hoje os Saf's carregam uma abordagem holística, envolvendo aspectos sociais, econômicos e ambientais, tendo em vista que é uma alternativa viável economicamente e socialmente, evidenciando o desenvolvimento sustentável. De acordo com Santos *et al.* (2020), algumas espécies sobrevivem bem em áreas degradadas por ambientes antropizados, utilizando técnicas simplificadas, utilizando diferentes modelos de Saf's que podem obter menor custo e maior benefício.

Dentre as definições de Sistemas Agroflorestais, Bene *et al.*, (1977) definem que: é um sistema de manejo sustentável da terra que busca aumentar a produção de forma geral, combinando culturas agrícolas com árvores e plantas da floresta e animais simultâneos ou sequencialmente, e aplica práticas de gestão que são compatíveis com os padrões culturais da população local.

A perda de solo devido à erosão pode ser atribuída devido à proteção da superfície. As plantas fornecem solo para evitar impactos através das partículas de água da superfície, reduzindo a desintegração do solo e resultando a concentração de sedimentos de escoamento de baixa superficial. Além disso,

as plantas transpiram grandes quantidades de água, reduzindo a umidade do solo, ajudando a aumentar a penetração e reduzir o volume do escoamento superficial. Podendo haver um aumento no conteúdo de matéria orgânica (Dedececk *et al.*, 1986; Segafredo *et al.*, 1997; Leite *et al.*, 2003), onde, integra-se ao solo e melhora a drenagem reduzindo a tendência de formação de crostas no solo, aumentando a rugosidade superficial, melhorando a estrutura do solo e promovendo a penetração de raízes vegetais.

Este artigo objetivou sistematizar a literatura científica existente acerca da utilização de Sistemas Agroflorestais em processos de recuperação de áreas degradadas, como uma alternativa viável e sustentável para o equilíbrio do solo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os Sistemas Agroflorestais (SAFs) são conceituados como abordagens de uso e gestão da terra em que árvores perenes são intencionalmente combinadas com culturas agrícolas e a criação de animais, podendo ocorrer de maneira simultânea ou em diferentes etapas. O objetivo é obter vantagens econômicas e ambientais (Nair, 1993). De acordo com Lôbo *et al.*, (2021), os SAFs constituem uma alternativa eficaz para a recuperação de áreas afetadas, uma vez que favorecem a circulação de nutrientes, aprimoram a estrutura do solo e ajudam a aumentar a biodiversidade.

A diferenciação entre recuperação, restauração e reabilitação é fundamental para entender suas aplicações. A recuperação se refere ao processo de trazer um ecossistema degradado para uma condição que, embora não seja necessariamente a original, permita que ele exerça funções ecológicas importantes (Lôbo *et al.*, 2021). Nesse contexto, os Sistemas Agroflorestais (SAFs) se sobressaem por unir produção e preservação, sendo relevantes tanto em áreas profundamente degradadas quanto em regiões que já passam por uso agrícola constante (Cardoso *et al.*, 2005).

Ferreira *et al.*, (2004) destacam que os Sistemas Agroflorestais (SAFs) promovem a incorporação de matéria orgânica no solo através da acumulação de serrapilheira, o que leva a uma melhoria nas características químicas e biológicas do solo. Ademais, pesquisas indicam que esses sistemas ajudam

no sequestro de carbono, atenuando os impactos das mudanças climáticas (Montagnini; Nair, 2004).

Sob a perspectiva socioeconômica, os Sistemas Agroflorestais (SAFs) apoiam a agricultura familiar, promovem a diversificação da produção e proporcionam uma fonte constante de renda para as comunidades do campo (Santos *et al.*, 2020). Dentro do âmbito das políticas públicas, o Plano ABC (Agricultura de Baixo Carbono) identifica os SAFs como uma abordagem eficaz para a mitigação das emissões de gases de efeito estufa e a recuperação de áreas ambientais danificadas, em consonância com os compromissos estabelecidos pelo Brasil no Desafio de Bonn (Brasil, 2012).

Dessa forma, a base teórica dos Sistemas Agroflorestais (SAFs) demonstra que sua função na restauração de regiões comprometidas vai além da questão ambiental, incluindo também fatores sociais e econômicos, o que enfatiza sua importância como um recurso para promover o desenvolvimento sustentável.

MÉTODOS

A pesquisa desenvolvida é de caráter qualitativo e exploratório, buscando compreender em profundidade o papel dos Sistemas Agroflorestais (SAFs) na recuperação de áreas degradadas. O levantamento de dados foi realizado a partir de fontes bibliográficas localizadas na plataforma Google Acadêmico e por meio de pesquisa documental. Foram incluídos estudos que abordam os SAFs como ferramenta viável para a adaptação de solos pobres, contribuindo para sua fertilização e recuperação, além de possibilitar consórcios produtivos com outras culturas agrícolas. Em complemento, utilizou-se artigos científicos, teses e dissertações obtidos em repositórios acadêmicos e periódicos indexados, incluindo bases de dados disponíveis via Periódicos CAPES, ampliando assim a abrangência e a diversidade do material consultado.

A pesquisa descritiva, utilizada como suporte metodológico, tem como objetivo principal descrever, analisar, registrar, interpretar e relacionar eventos ou fenômenos observados. Não há manipulação de variáveis, mas sim a análise criteriosa de informações que permitam identificar padrões, particularidades e possíveis relações entre os fenômenos estudados. Como destacado por Baruffi

(2002), a abordagem descritiva é eficaz para elucidar a frequência com que determinados eventos ocorrem e suas características específicas.

A avaliação e análise dos dados foram conduzidas por meio de descrição fundamentada na teoria e em documentação, buscando resumir os principais acontecimentos históricos e evidenciar de que forma influenciaram a realidade atual (Sá-Silva; De Almeida; Guindani, 2009). Para garantir rigor metodológico, foram aplicados critérios de seleção como relevância temática, atualidade e confiabilidade das fontes, priorizando publicações revisadas por pares e com aplicabilidade direta ao contexto da pesquisa.

Além disso, adotou-se a técnica de análise de conteúdo, que permitiu classificar e interpretar as informações coletadas em categorias temáticas, favorecendo a sistematização dos resultados. Foram consideradas variáveis como tipo de espécie utilizada nos SAFs, tempo de implantação, indicadores de recuperação do solo (matéria orgânica, estrutura física e química) e benefícios socioeconômicos gerados. Esse processo garantiu uma abordagem abrangente e integrativa, capaz de subsidiar as discussões e conclusões do estudo.

RESULTADOS

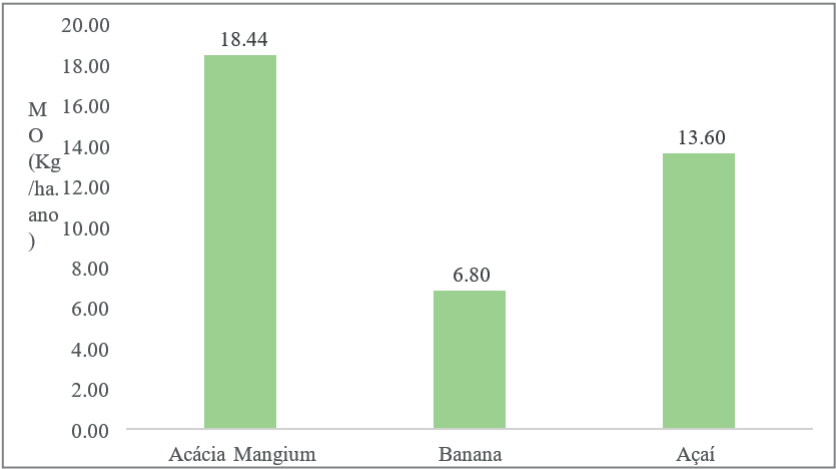
A matéria orgânica do solo é um componente importante na determinação do equilíbrio do solo, pois afeta diretamente as propriedades físicas, químicas e biológicas da área e atua diretamente na ciclagem de nutrientes, na complexação de elementos tóxicos, na estrutura do solo e na atividade biológica. O aumento dos teores de matéria orgânica do solo geralmente relaciona-se com o aumento na eficiência de utilização dos nutrientes, levando a um aumento na produtividade das culturas. Porém, as práticas de manejo conservacionista são cruciais para a contribuição da matéria orgânica aos solos, pois as propriedades da matéria orgânica podem variar para mais ou menos dependendo do sistema de manejo adotado (Costa; Silva; Ribeiro, 2013).

No gráfico 1, temos a quantidade de matéria orgânica acumulada de serra-pilheira em hectare por ano, em três espécies diferentes. Os dados obtidos, foram realizados por meio da avaliação dos seguintes autores: Andrade *et. al*, Fontana *et. al* e Neto *et. al.*, na qual as três espécies em destaque: acácia mangium, açaí e banana são apontados em rendimentos que determinam indicadores como

a matéria orgânica proveniente do acúmulo de detritos vegetais, como folhas, galhos, flores e outros resíduos orgânicos.

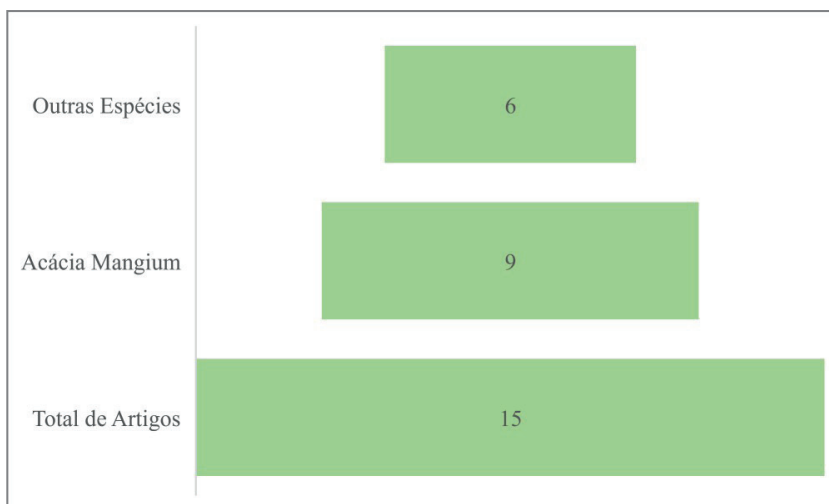
Esse material, ao se decompor, contribui para a formação de uma camada rica em nutrientes, essencial para a fertilidade do solo e o crescimento de plantas, e consequentemente contribuindo para a recuperação e revitalização de áreas que sofreram degradação ambiental. Segundo o trabalho de Andrade *et. al* (2000) a acácia mangium apresentou valor 18, 44 Kg /ha. ano de MO proveniente de serrapilheira, caracterizando a espécie como um bom indicador de matéria orgânica. De acordo com a análise da comparação de dados do trabalho de Neto *et.al* (2018) e Fontana *et.al* (2011) o açaí obteve valor 13,60 Kg /ha. ano e a banana correspondeu valor 6,80 Kg /ha. Ano, esses valores comparados, denotam que as plantações de açaí e banana são espécies que contribuem com acúmulo de matéria orgânica, junto com acácia mangium. Conforme apresentado no gráfico 1 e gráfico 2:

Gráfico 1 - Análise dos dados do trabalho de Neto *et.al* (2018) e Fontana *et.al* (2011).



Fonte: Autores (2024).

Gráfico 2 - Análise Comparativa do artigo de Andrade *et. al*/(2000): Resultado da eficiência da Acácia Mangium em comparação com outras espécies do SAF.



Fonte: Autores (2024).

DISCUSSÃO

De acordo com o Gráfico 1, o teor de matéria orgânica é o indicador que o presente estudo busca analisar. O trabalho discorre sobre a espécie Acácia Mangium, Açaí e Banana com finalidade de avaliar quais delas possui maior valor de MO por ano para recuperação de áreas degradadas. A acácia foi a espécie que apresentou maior valor com 18,44 Kg /ha ano de produção de serrapilheira, seguindo do Açaí com 13,60 Kg /ha. ano e encerrando com a Banana que resultou 6,80 Kg/ ha. ano. Segundo Mackey (1996) A. mangium é usada para reabilitar áreas ambientalmente degradadas, pois melhora a fertilidade do solo através da fixação de nitrogênio em combinação com a bactéria *Rhizobium*. Além disso, é recomendado como variedade de mel porque produz néctar e pólen ricos e de alta qualidade. Por outro lado, destaca-se plantações de Açaí e Banana como culturas presentes em Sistemas Agroflorestais, que juntas contribuem para recuperação de áreas degradadas.

Os SAF's são considerados alternativas de uso sustentável do solo e do meio ambiente, capazes de alavancar os níveis de produtividade das lavouras de pequenos agricultores o qual propicia melhorias na qualidade do solo. A inclusão de componentes arbóreos

pode manter ou aumentar a produtividade de determinada área, devido aos processos que aumentam ou reduzem perda no solo, como matéria orgânica, nutrientes e água, além de melhorar as propriedades do solo. E desta forma, os sistemas agroflorestais busca aumentar o teor de matéria orgânica e adicionando grande quantidade de biomassa e consequentemente protegendo o solo contra efeitos erosivos e elevação da temperatura (FERREIRA *et. al*, 2004; CARDOSO *et. al*, 2005).

Conforme o Gráfico 2, acácia mangium tem se destacado consistentemente, em uma série de nove artigos que examinam sua eficiência, totalizando 60%. Por outro lado, seis artigos demostram que também é possível utiliza-la juntamente com outras espécies, como por exemplo: *Eucalyptus grandis*; *mimosa caesalpinifolia*, entre outras, totalizando 40%. Em conjunto, esses estudos destacam não apenas a eficiência da Acácia mangium, mas também a diversidade de espécies vegetais que podem desempenhar um papel fundamental na recuperação de áreas degradadas, fornecendo soluções adaptadas a diferentes contextos ambientais e necessidades locais. Além disso ela promove também uma maior sustentabilidade no cultivo, evitando erosões e compactações no solo.

Em síntese, os dados indicam que, embora a Acácia Mangium apresente vantagens expressivas na recuperação do solo, a integração de espécies complementares pode maximizar benefícios ecológicos e socioeconômicos, promovendo sistemas agroflorestais mais diversificados e sustentáveis.

CONCLUSÃO

A adoção de Sistemas Agroflorestais (SAFs), com especial destaque para o cultivo da Acácia Mangium em consórcio com espécies como a banana e o açaí, configura-se como uma estratégia altamente promissora e eficiente para a recuperação de áreas degradadas. Essa prática, ao combinar espécies arbóreas, frutíferas e nativas, promove um restabelecimento gradual e sustentável da fertilidade do solo, incrementa o teor de matéria orgânica e favorece a ciclagem de nutrientes, além de impulsionar a recomposição da biodiversidade. O resultado é a formação de ecossistemas mais equilibrados, resilientes e produtivos, capazes de sustentar múltiplas funções ecológicas e socioeconômicas ao longo do tempo.

Sob a perspectiva ambiental, os SAFs reduzem processos erosivos, regulam o microclima, aumentam a infiltração e retenção hídrica no solo e contribuem para a captura e o armazenamento de carbono, atuando como aliados diretos no combate às mudanças climáticas. A presença de diferentes estratos vegetativos e a diversidade de espécies criam habitats favoráveis à fauna silvestre, promovendo o retorno de polinizadores e dispersores de sementes, o que potencializa a regeneração natural das áreas restauradas.

No âmbito social, a restauração ambiental por meio dos Sistemas Agroflorestais oferece benefícios amplos e interconectados. Além de melhorar a qualidade de vida das comunidades locais, ao reduzir a presença de vetores de doenças e elevar a qualidade ambiental, essa prática favorece o fortalecimento da infraestrutura básica — incluindo acesso à água potável, energia renovável e saneamento — e contribui para diminuir desigualdades sociais históricas. A geração de empregos e renda, seja por meio do reflorestamento, do manejo sustentável ou da cadeia produtiva dos produtos agroflorestais, estimula o empreendedorismo rural e fortalece o engajamento comunitário, criando redes de cooperação e um maior sentimento de pertencimento.

Do ponto de vista preventivo, ações de restauração reduzem riscos ambientais como enchentes, assoreamento de cursos d'água, deslizamentos e perda de solo, além de possibilitar a criação de corredores ecológicos que conectam fragmentos de vegetação nativa, fortalecendo a integridade dos ecossistemas. Ao mesmo tempo, viabilizam a implantação de espaços de lazer, áreas de educação ambiental e zonas de convivência comunitária, elementos que contribuem para a saúde mental, o bem-estar social e o fortalecimento dos vínculos coletivos.

Portanto, os Sistemas Agroflorestais se consolidam como uma solução integrada, multifuncional e de baixo impacto ambiental, que une conservação da natureza, restauração da produtividade dos solos, resiliência climática e desenvolvimento socioeconômico. Investir na recuperação de áreas degradadas com base nesse modelo é mais do que uma ação ambiental — é um compromisso estratégico com um futuro equilibrado, justo e sustentável para as presentes e futuras gerações, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as diretrizes de manejo responsável dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Aluisio Granato; COSTA, G. S.; FARIA, S. M. Deposição e decomposição da serapilheira em povoamentos de *Mimosa caesalpinifolia*, *Acacia mangium* e *Acacia holosericea* com quatro anos de idade em Planossolo. *Revista Brasileira de ciência do solo*, v. 24, p. 777-785, 2000.
- BARUFFI, H. Metodologia da pesquisa: manual para a elaboração da monografia. 3. ed. Dourados: Hbedit, 2002.
- Bene, J.G.; Beall, H.W.; Côté, A. 1977. Trees, food, and people: land management in the tropics. International Development Research Centre. 52p.
- CARDOSO, I. M.; SOUZA, H. N.; MENDONÇA, E. S. Biodiversidade, recursos genéticos e cuidados fitossanitários. *R. Ação Ambiental*, V. 31, p. 18-20, 2005. COSTA, E. M.; SILVA, H. F.; RIBEIRO, P. R. A. Matéria orgânica do solo e o seu papel na manutenção e produtividade dos sistemas agrícolas. *Enciclopédia biosfera, Goiânia*, v. 9, n. 17, p. 1842-1860, dez. 2013.
- DA COSTA, Marlon Gomes *et al.* Leguminosas arbóreas para recuperação de áreas degradadas com pastagem em Conceição de Macabu, Rio de Janeiro, Brasil Leguminous trees to recovery of degraded pastures in northern Rio de Janeiro, Brazil.
- DEDECEK, R.A.; RESK, D.V.S. & FREITAS JÚNIOR, E. Perdas de solo, água e nutrientes por erosão em Latossolo Vermelho-escuro dos cerrados em diferentes cultivos sob chuva natural. *Rev. Bras. Ciências do solo*, v. 10, n. 3, p. 265-272, 1986.
- DE SOUSA, IB (2018, 12 de dezembro). *Plataforma Intergovernamental - IPBES*. Gov.br; MMA - Ministério do Meio Ambiente. <https://antigo.mma.gov.br/temas/item/15328-plataforma-intergovernamental-ipbes.htm>.
- DEMARCHI, Julio Cesar; ZIMBACK, Célia Regina Lopes. Mapeamento, erodibilidade e tolerância de perda de solo na sub-bacia do Ribeirão das Perobas. *Energia na Agricultura*, v. 29, n. 2, p. 102-114, 2014.
- FERREIRA, C. P.; KATO, O. R; COSTA, C. A. C. carbono orgânico, nitrogênio e a razão C/N em solo sob sistemas agroflorestais no nordeste paraense, *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS*, 5, 2004, Curitiba, CD-Rom, Anais... EMBRAPA. 2004.
- FONTANA, Ademir *et al.* Avaliação dos compartimentos da matéria orgânica em área de Mata Atlântica. *Acta Scientiarum. Agronomy*, v. 33, p. 545-550, 2011. KOBAYAMA, Masato; MINELLA, Jean Paolo Gomes; FABRIS, Ricardo. Áreas degradadas e sua recuperação. *Informe agropecuário, belo horizonte*, v. 22, n. 210, p. 10-17, 2001.
- Mackey, M. *Acacia mangium*: Un árbol importante para llanuras tropicales. Hoja Informativa FACT 96-01S, 1996. Arizona, USA, 4 p.
- NETO, Alberto Bentes Brasil *et al.* Matéria orgânica e atributos físico-hídricos de um latossolo sob diferentes sistemas de manejo. *Revista Agroecossistemas*, v. 10, n. 2, p. 147- 164, 2018.
- NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. ([sd]). As Nações Unidas no Brasil. Recuperado em 13 de novembro de 2024, de <https://brasil.un.org/pt-br>.
- PERDA DE SOLO PREJUÍZO NA PRODUÇÃO E MEIO AMBIENTE. Org.br. Recuperado em 13 de novembro de 2024, de <https://www.wwf.org.br/?71982/Perda-de-solo-prejudica-producao-e-meio-ambiente>.

SÁ-SILVA, J. R.; DE ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista brasileira de história e ciências sociais*, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SANTOS, Wanderson Moreira *et al.* Sistema agroflorestal na agricultura familiar. *Revista UFG*, v. 20, 2020.

ABNT. NBR 13030: Recuperação de áreas degradadas – Terminologia. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 1999.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura – Plano ABC. Brasília: MAPA, 2012.

CARDOSO, I. M.; SOUZA, H. N.; MENDONÇA, E. S. Biodiversidade, recursos genéticos e cuidados fitossanitários. *Revista Ação Ambiental*, v. 31, p. 18-20, 2005.

FERREIRA, C. P.; KATO, O. R.; COSTA, C. A. C. Carbono orgânico, nitrogênio e a razão C/N em solo sob sistemas agroflorestais no nordeste paraense. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS*, 5., 2004, Curitiba. Anais... Curitiba: Embrapa, 2004.

LÔBO, R. N.; *et al.* Sistemas agroflorestais na recuperação de áreas degradadas. *Revista Árvore*, v. 45, e450207, 2021.

MONTAGNINI, F.; NAIR, P. K. R. Carbon sequestration: An underexploited environmental benefit of agroforestry systems. *Agroforestry Systems*, v. 61, n. 1-3, p. 281-295, 2004.

NAIR, P. K. R. *An Introduction to Agroforestry*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1993.

SANTOS, W. M.; *et al.* Sistema agroflorestal na agricultura familiar. *Revista UFG*, v. 20, 2020.

UMA REVISÃO CIENCIOMÉTRICA SOBRE AS COTAS ÉTNICO-RACIAIS APLICADAS EM UNIVERSIDADES BRASILEIRAS NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS

João Paulo do Nascimento Paiva
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Juliane Silva Alves
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Layse Nascimento Soares
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Objetivo: O trabalho tem como objetivo compreender o impacto das políticas afirmativas, especialmente no acesso ao ensino superior, e os desafios relacionados à implementação dessas cotas. **Métodos:** A metodologia mobilizada para a construção dos dados do trabalho envolve revisão bibliográfica de artigos científicos nas bases Google Scholar, Scopus e SciELO, seguida de triagem e análise de termos e perfil socioeconômico dos grupos beneficiados. **Resultados:** Um aumento significativo na produção científica sobre cotas, especialmente após 2017, ano da revisão da Lei 12.711/12. Observa-se um crescimento na matrícula de estudantes negros, pardos e indígenas, com destaque para cursos tradicionalmente elitizados. No entanto, desafios como a evasão e a necessidade de políticas de permanência robustas ainda persistem, assim como a preocupação com fraudes no sistema de autodeclaração. **Conclusão:** As cotas étnicas- raciais têm avanços avançados na inclusão e na mobilidade social, mas que são necessários ajustes nas políticas, como o fortalecimento dos programas de apoio acadêmico e psicológico e a ampliação da fiscalização para garantir maior equidade. O estudo contribui para a compreensão dos impactos das políticas afirmativas e sugere melhorias para a implementação eficaz das cotas nas universidades públicas brasileiras.

Palavras-chave: Educação; políticas afirmativas; acesso ao ensino superior; desigualdade.

INTRODUÇÃO

A educação, tanto formal quanto informal, desempenha um papel crucial na formação e na transformação dos valores sociais, sendo uma ferramenta essencial para a promoção da igualdade. No contexto da educação formal no Brasil, é evidente que o acesso e a permanência nas instituições de ensino público não ocorrem de maneira equitativa, refletindo as disparidades socioeconômicas e, sobretudo, as desigualdades étnico-raciais presentes na sociedade (Maia; De Araújo e Oliveira, 2021).

A discriminação histórica e a exclusão social de grupos marginalizados impedem uma análise aprofundada, pois a desigualdade no acesso ao ensino superior está intimamente ligada a essas dinâmicas. Como apontam Lopes e Da Silva (2022), a discriminação no Brasil abrange diversas populações, incluindo negros, mulheres, indígenas, homossexuais e pessoas com deficiência, intensificando-se para aqueles que apresentam múltiplas características marginalizadas. Essa exclusão, muitas vezes invisível, exige uma abordagem crítica para compreender suas formas de manifestação (Carvalho *et al.*, 2024).

Nesse cenário, políticas de ação afirmativas foram adotadas em países da América Latina, incluindo o Brasil, para promover o acesso de grupos historicamente excluídos do ensino superior. Diante disso, destaca-se que essas políticas, inovações no início do século XXI, levaram em conta o coração e a raça dos estudantes, refletindo uma transformação nos contextos sociais, econômicos e políticos e, assim, influenciando a diversidade e o perfil dos ingressantes nas universidades públicas, tradicionalmente dominadas pela elite branca (De Souza Klüpell e Cruz, 2022)

As Cotas Universitárias, previstas pela Lei 12.711/12, têm sido uma importante medida de peças, reservando 50% das vagas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e nos Institutos Federais de Nível Técnico (IFNT) para estudantes negros, pardos, indígenas, oriundos de escolas públicas ou de baixa renda, independentemente da situação financeira, desde que atendam às características étnico-raciais definidas (Silva, Santos e Reis, 2021).

Nas últimas décadas, as políticas de cotas étnico-raciais geraram intensos debates sobre sua eficácia, especialmente em relação à inclusão de grupos sub-representações (Mesquita; Modesto e Oliveira, 2022). Embora aprovadas

em diversas instituições, a avaliação de seus impactos e eficácia continua sendo uma necessidade, com estudos que possam sustentar melhorias nas políticas afirmativas e promover maior equidade no acesso à educação superior.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar e investigar a evolução das cotas étnico- raciais nas universidades brasileiras dos últimos anos, utilizando uma abordagem bibliométrica para levantar dados técnicos e científicos que possibilitem uma visão abrangente sobre a aplicação dessas políticas. Ao explorar a literatura acadêmica e os dados disponíveis, você busca entender não apenas o impacto das cotas no acesso ao ensino superior, mas também como as condições socioeconômicas e ambientais influenciam a percepção dos agentes envolvidos nesse processo.

Dessa forma, a pesquisa visa identificar como esses fatores moldam a aplicação das cotas e os desafios enfrentados na implementação de políticas afirmativas nas universidades públicas brasileiras, contribuindo para o fortalecimento da inclusão e a promoção da equidade no ensino superior.

MÉTODOS

Delimitação e Revisão bibliográfica

O trabalho foi desenvolvido no âmbito da disciplina de Relações Étnico- Raciais, oferecido em 2024 pela Universidade Federal Rural da Amazônia, no *Campus* de Capanema, Pará. A pesquisa se concentrou na análise da oferta de políticas de cotas étnico-raciais nas universidades brasileiras, com ênfase no período de 2014 a 2024. Para tanto, foi realizada uma revisão das publicações científicas sobre o tema nos portais Google Scholar, Scopus e SciELO, selecionados por sua ampla abrangência e fácil acesso, além de sua variedade de artigos relevantes. No entanto Oliveira e Leal (2023), descrevem que a revisão bibliográfica buscou mapear o estágio atual das pesquisas sobre cotas, identificando as principais linhas de investigação e direcionamentos futuros.

Seleção e Triagem dos Artigos

Após a revisão inicial, foi feita uma triagem criteriosa dos artigos publicados entre 2014 e 2024, utilizando filtros de idioma (português) e palavras-chave, como “Brasil”, “estudantes” e “ensino superior”. Essa triagem foi realizada na seleção de 20 artigos, que foram incluídos nas análises quantitativas. Em uma segunda triagem, foram excluídos os artigos com dados de publicação anterior a 2014, além de dissertações e revisões bibliográficas, garantindo que apenas os artigos fossem considerados. Essa etapa garantiu que os artigos analisados estivessem alinhados com o tema e os anos propostos, oferecendo maior precisão aos resultados.

Análise dos termos e perfil socioeconômico

Posteriormente, foi realizada uma pesquisa para identificar os termos mais frequentemente envolvidos na literatura sobre cotas étnico-raciais.

A partir dessa análise, gerou-se uma nuvem de palavras que ilustra os principais conceitos tratados nas publicações. Além disso, foi realizada uma análise da quantidade de publicações ao longo dos 10 anos treinados, com ênfase no perfil socioeconômico dos grupos mais afetados pelas cotas. A Tabela 1 detalha a estratégia de busca cienciométrica aplicada neste estudo. Neste sentido, a busca foi feita a partir dos termos descritores em inglês “quotas”, “ethnic-racial”, “university”, “Brazil”, “students” incluindo os conectores “OR” e “AND” que traduzidos para o português ficam como demonstra a tabela 1.

Tabela 1 - Estratégia de busca cienciométrica aplicada sobre as cotas étnico-raciais nas universidades brasileiras.

Fase da pesquisa	Descritores usados	Conectores utilizados	Período de análise	Fontes de dados
Revisão Inicial	"cotas", "étnico-racial", "universidade", "Brasil", "estudantes"	"E", "OU"	2014-2024	Google Acadêmico, Scopus, SciELO
Triagem de Artigos	"Brasil", "estudantes", "ensino superior"	"E"	2014-2024	Google Acadêmico, Scopus, SciELO
Análise de Termos	"Cotas", "Educação", "Inclusão", "Diversidade"	-	2014-2024	Artigos selecionados

Fonte: Autor (2024).

RESULTADOS

Tendências na produção científica sobre cota étnico-raciais sob a análise cienciométrica

A análise cienciométrica revelou um crescimento expressivo no número de publicações relacionadas às cotas étnico-raciais nas universidades brasileiras no período de 2014 a 2024. Os resultados indicaram que, entre 2014 e 2016, a produção científica ainda era tímida, com poucos artigos abordando o tema de maneira aprofundada. No entanto, a partir de 2017, observou-se um aumento significativo de publicações, principalmente após a revisão da Lei 12.711/12, que trouxe maior visibilidade para o tema na esfera acadêmica. Tabela 2.

Tabela 2 - Esquema Cienciométrico dos Impactos das Cotas Étnico-Raciais no Ensino Superior.

Categoria	Subcategoria	Descrição/indicadores	Exemplo de dados
Produção Acadêmica	Número de publicações	Artigos científicos publicados sobre cotas étnico-raciais no ensino superior.	67 artigos publicados entre 2014-2024.
	Almeida e Leon (2022)	Pesquisadores com mais publicações e citações no tema.	Gomes, Silva e Brito (2021)
Tópicos de Pesquisa	Inclusão social	Análise do impacto das cotas na diversidade étnico-racial e representatividade em cursos elitizados.	Aumento de 25% de alunos negros em cursos de Medicina.
	Desempenho acadêmico	Comparação do desempenho de cotistas e não cotistas.	Cotistas com média final 5% superior em 2022 (Amaral e Pereira, 2023).
	Mobilidade social	Impactos econômicos e sociais nas famílias de cotistas.	60% dos cotistas conseguiram empregos formais (2021).
	Desafios institucionais	Políticas para permanência e combate a fraudes.	Bolsa permanência reduziu evasão em 30%.
Impactos Quantitativos	Taxa de ingresso	Crescimento na matrícula de estudantes negros, pardos e indígenas.	Aumento de 50% desde 2012.
	Taxas de evasão	Comparação entre cotistas e não cotistas.	Evasão entre cotistas: 20%, não cotistas: 15%.

Categoria	Subcategoria	Descrição/indicadores	Exemplo de dados
Políticas e Incentivos	Legislação	Principais leis ou portarias relacionadas às cotas.	Lei nº 12.711/2012.
	Programas de apoio	Bolsas, tutoria, programas de permanência.	Bolsa Permanência, Tutoria Acadêmica.
Citações e Influência	Obras mais citadas	Artigos e livros com maior impacto no tema.	"Ações afirmativas e transformações no campo intelectual: uma reflexão" (Costa, 2022) "Assistência estudantil e ações afirmativas: um estudo das condições materiais e simbólicas" (Silva, Santos e Reis, 2021).
	Redes de citação	Relação entre autores e estudos mais citados.	Rede de 100 artigos interligados.
Percepção Social	Pesquisas de opinião	Levantamento da percepção pública sobre as cotas.	70% da população apoia as cotas (Datafolha, 2021).
	Movimentos sociais	Impacto de grupos organizados na defesa das cotas.	Atuação de coletivos negros como a UNE Afro.

Fonte: Autor (2024)

De acordo com o levantamento no site do Sistema Informação Científica Redalyc (Redalyc) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), que destacam a visibilidade nos últimos dez anos, foram publicados pelo menos 67 artigos científicos relacionados a cotas raciais no ensino superior e em outros contextos sociais no Brasil.

Essas publicações abordam principalmente a Lei nº 12.711/2012, que instituiu as cotas raciais em instituições federais de ensino superior, e a Lei nº 12.990/2014, sobre cotas em concursos públicos. Os artigos representam a maior parte do material acadêmico produzido, sendo responsáveis por aproximadamente 81,9% das publicações sobre o tema em periódicos científicos relevantes no país.

O pico de publicações foi registrado entre 2019 e 2021, período que coincide com debates sobre a revisão obrigatória das cotas, prevista para 2022. Os pesquisadores concentraram-se em avaliar os impactos da política em diferentes regiões do país, com destaque para estudos realizados no Norte e Nordeste, onde as desigualdades educacionais são mais pronunciadas.

DISCUSSÃO

Impactos das Cotas Étnico-Raciais no Ensino Superior

Os dados analisados destacam que a adoção das cotas étnico-raciais promoveu avanços significativos na inclusão de grupos historicamente marginalizados, o que corrobora com Almeida e Leon (2022) em que, consideram as cotas raciais como uma abertura para a inserção da população negra no meio acadêmico. Em particular, os estudos evidenciam diversos aspectos positivos e também os presentes desafios enfrentados pela comunidade negra, como representado na tabela 3:

Tabela 3 - Aspectos étnicos-raciais identificados nos estudos.

Aspectos Avaliados	Impactos Positivos	Desafios Identificados
Diversidade Étnico-Racial	Aumento significativo de estudantes negros, pardos e indígenas em cursos elitizados, como Direito, Medicina e Engenharia.	Necessidade de aprimorar mecanismos de fiscalização para evitar fraudes no sistema de autodeclaração.
Desempenho Acadêmico	Cotistas apresentaram desempenho igual ou superior aos não cotistas, especialmente com apoio acadêmico (tutoria, bolsas permanência).	Ampliar a oferta de programas de apoio acadêmico e psicológico para melhorar o desempenho contínuo.
Redução de Desigualdades Sociais	Contribuição para a mobilidade social, permitindo que estudantes de baixa renda tenham acesso ao ensino superior.	Necessidade de políticas mais robustas para garantir a permanência e evitar a evasão por dificuldades financeiras.
Inclusão Social e Igualdade	Transformação no perfil dos alunos, promovendo maior equidade social no ensino superior.	Reforçar campanhas de conscientização para reduzir preconceitos e estigmas enfrentados por cotistas.
Impacto na Educação Superior	Maior representatividade e diversificação de ideias nos espaços acadêmicos.	Monitorar continuamente a eficácia das cotas e ajustar critérios para atender demandas sociais emergentes.

Fonte: Autor (2024).

No entanto, a tabela 3 sintetiza os avanços e os desafios relacionados à implementação das cotas étnico-raciais no ensino superior brasileiro. Podendo servir de base para discussões sobre como fortalecer essas políticas e aprimorar seus resultados no futuro. Assim como ressalta Amaral e Pereira (2023) que é evidente, que, com o desenvolvimento da política de cotas raciais, surgem novos

desafios, como por exemplo, as experiências e relações que são vivenciadas pelos cotistas negros (as) e a sua permanência no curso matriculado.

Diante desses aspectos dos impactos das cotas raciais, surge a impiedade de indivíduos brancos ditarem políticas públicas para negros, assim como destaca Amaral e Pereira (2023) onde há uma complexidade da reserva de vagas para negros (as) no ensino superior que foi e é implementada pela racionalidade branca ocidental através da inversão de valores, visto que, durante toda a formação social política e econômica do país foram as pessoas não negras que fizeram e ainda fazem distinção de homens e mulheres com a politização da raça humana. Diante disso, conclui-se que; se da concepção moral as cotas raciais não podem ser justificadas, historicamente elas podem e estão sendo.

Em contraste a isso, nos estudos analisados foram coletados e levantados principais palavras que correlacionam a estes impactos das cotas raciais dentre as universidades assim como também e diferentes espaços, como aborda a figura 1, que caracteriza os termos descritores em nuvem de palavras coletadas que possuem impactos na vida de indivíduos que são adeptos das cotas étnico-raciais.

Figura 1 - Caracterização dos termos de impactos dos estudos.



Fonte: Autor (2024).

A partir dessa representação na Figura 1, na qual apresenta uma nuvem de palavras com termos relacionados aos impactos das cotas étnico-raciais no ensino superior. Os termos em destaque incluem “Cotas Raciais”, “Educação”, “Permanência”, “Diversidade”, “Igualdade” e “Transformação”, entre outros.

Esses descritores simbolizam os efeitos positivos das cotas, como a promoção da inclusão, valorização da diversidade e a transformação social

através do acesso ao ensino superior por grupos historicamente marginalizados, como negros, pardos e indígenas. Palavras como “Política”, “Acesso Social”, “Representação”, e “População Brasileira” reforçam a importância de estratégias institucionais e políticas públicas que impulsionam mudanças no perfil estudantil, promovendo igualdade de oportunidades.

Por outro lado, o termo “Permanência” sinaliza um desafio central: assegurar que os cotistas tenham apoio contínuo para superar barreiras financeiras e acadêmicas, destacando a necessidade de políticas de suporte para evitar a evasão o que pontua o trabalho de Carvalho (2022) ao destacar que de modo que para cada vaga de cotas deve haver garantia de bolsa e demais apoios de permanência para cada cotista. O mesmo raciocínio é válido para a condição de negro egresso de escola pública. O não dito dessa regra de exclusão dos negros egressos de escola privada é que eles não precisam ser apoiados, como se a mera condição de renda da família negra capaz de pagar uma escola privada para seus filhos já garantisse paridade de concorrência leal com os candidatos brancos (Galvão *et al.*, 2023).

Esses resultados indicaram que a implementação das cotas étnico-raciais continua enfrentando resistência em alguns setores da sociedade. Muitos estudos discutiram o argumento de “meritocracia”, frequentemente utilizado para deslegitimar a política de cotas. No entanto, autores como Iensue (2021) e Gomes, Silva e Brito (2021) destacaram que essas críticas ignoram o contexto histórico de desigualdades que justificam ações afirmativas.

A nuvem de palavras gerada a partir dos artigos selecionados evidenciou os termos mais recorrentes na literatura: inclusão, igualdade, diversidade, acesso ao ensino superior, políticas públicas, e equidade racial. Essa análise qualitativa revelou que os pesquisadores têm enfatizado não apenas os benefícios das cotas, mas também os desafios e as limitações estruturais do sistema educacional brasileiro.

Além disso, a análise mostrou que a política de cotas não é uniforme em todas as universidades brasileiras. Algumas instituições apresentam dificuldades na adaptação à legislação federal, enquanto outras ainda não possuem políticas complementares de apoio, como oferta de moradia estudantil e alimentação subsidiada.

Por fim, a figura 1 reflete os impactos abrangentes e multifacetados das cotas étnico- raciais na vida dos beneficiados, destacando palavras que representam tanto conquistas quanto desafios desse sistema.

As limitações encontradas na literatura sobre cotas étnico-raciais evidenciam lacunas importantes que precisam ser abordadas para ampliar a compreensão dos impactos dessas políticas. Um ponto crítico é a escassez de estudos que avaliem os efeitos das cotas no mercado de trabalho. Essa lacuna é especialmente relevante, pois entender como as ações afirmativas influenciam a inserção e o desempenho profissional pode oferecer dados sobre a efetividade das políticas no longo prazo, além de embasar ajustes necessários para promover maior equidade.

Outro aspecto destacado é a insuficiência de análises voltadas para o impacto das cotas em universidades privadas. Apesar de também implementarem programas de inclusão, essas instituições permanecem subrepresentadas na literatura. Estudos como o de Costa (2022) sugerem que a experiência negra contemporânea, potencializada pelas ações em ambientes virtuais, tem gerado discussões importantes sobre identidade, enfrentamento e empoderamento, mas essas narrativas precisam ser consideradas em um contexto mais amplo, incluindo instituições privadas. A ausência de dados nesse segmento limita a avaliação do alcance das políticas e a formulação de novas estratégias inclusivas.

Além disso, Carvalho (2022) aponta para a necessidade de um olhar mais atento às nuances do racismo acadêmico, que pode se manifestar de forma velada ou explícita. A aplicação das cotas, segundo o autor, requer uma postura antirracista e uma abordagem etnográfica mais aprofundada, que considere os desafios enfrentados pelos beneficiários dessas políticas. Explorar essas sutilezas pode contribuir para combater não apenas a discriminação acadêmica, mas também para revelar barreiras invisíveis que limitam o pleno acesso e a permanência de grupos subrepresentados no ensino superior (Figueiredo *et al.*, 2022).

Futuras pesquisas podem ampliar a análise para incluir esses aspectos e promover uma compreensão mais abrangente dos efeitos das ações afirmativas no Brasil. Investigar a relação entre as cotas e o mercado de trabalho, bem como seu impacto em diferentes contextos institucionais, é essencial para avaliar a eficácia das políticas de inclusão. Além disso Fredrich *et al.*, (2022), afirma que incorporar as narrativas de enfrentamento e os debates sobre racismo acadêmico

pode enriquecer a literatura, fornecendo subsídios para a construção de políticas mais justas e alinhadas às demandas contemporâneas.

CONCLUSÃO

Os resultados encontrados por este trabalho reforçam a relevância das cotas étnico-raciais como instrumento de promoção da equidade no ensino superior brasileiro. Concluindo, as políticas de cotas étnico-raciais demonstraram um papel transformador no acesso de grupos historicamente marginalizados ao ensino superior no Brasil.

A partir da implementação da Lei nº 12.711/2012, foi possível promover a inclusão de estudantes negros, pardos, indígenas e de baixa renda, contribuindo para a diversificação das universidades e a redução das desigualdades sociais. No entanto, os desafios persistem, como a necessidade de melhorar os mecanismos de fiscalização, ampliar os programas de apoio acadêmico e psicológico e reforçar a evasão escolar. A pesquisa e a avaliação contínua dessas políticas são essenciais para garantir sua eficácia, ajustando os critérios e as estratégias de acordo com as demandas sociais emergentes.

A análise dos impactos das cotas étnico-raciais revela que, embora haja avanços recentes em termos de diversidade e inclusão, ainda existem questões que precisam ser enfrentadas, como o preconceito social e os estigmas que os cotistas enfrentam. Além disso, é importante fortalecer as políticas de permanência, garantindo que os estudantes não apenas ingressem nas universidades, mas também completem seus cursos com sucesso. A revisão e o acompanhamento constantes dessas políticas são fundamentais para garantir que elas continuem a promover a equidade e a transformação social no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. C. F.; LEON, A. D. As cotas raciais como um mecanismo de visibilidade e valorização social da população negra . **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 17, p. 1–13, 2022.

AMARAL, Marcel Jardim; PEREIRA, Vilmar Alves. As cotas raciais para negros na universidade: será essa a resposta?: Racial quotas for blacks at university: is this the answer?. **Revista Cocar**, v. 18, n. 36, 2023.

CARVALHO, José Jorge de. Cotas étnico-raciais e cotas epistêmicas: bases para uma antropologia antirracista e descolonizadora. **Mana**, v. 28, p. e2830402, 2022.

CARVALHO, José Roberto Abreu de *et al.* Cultural Capital and Professional Earnings of Quota and Non-Quota Students from Brazilian Federal Universities. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 28, n. 2, p. e230149, 2024.

COSTA, A. L. DA .. AÇÕES AFIRMATIVAS E TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO INTELECTUAL: UMA REFLEXÃO. **Educação & Sociedade**, v. 43, p. e254899, 2022.

DE SOUZA KLÜPPEL, Giovane; CRUZ, Matheus Mendanha. Na contramão dos tempos: jovens brasileiros, visões da história e a política de cotas. **Revista de História Regional**, v. 27, n. 02, 2022.

FIGUEIREDO, Alexandre Medeiros de *et al.* Políticas de ampliação do acesso ao ensino superior e mudança no perfil de egressos de medicina no Brasil: um estudo transversal. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 09, p. 3751-3762, 2022.

FREDRICH, Vanessa Cristine Ribeiro *et al.* Percepção de racismo vivenciado por estudantes negros em cursos de Medicina no Brasil: uma revisão integrativa da literatura. **Interface- Comunicação, Saúde, Educação**, v. 26, p. e210677, 2022.

GALVÃO, Kerly Cristina de Oliveira *et al.* Ações afirmativas: um estudo do diferencial de desempenho acadêmico entre estudantes cotistas e não cotistas da UFV-CRP. **Educação e Pesquisa**, v. 49, p. e257324, 2023.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da; BRITO, José Eustáquio de. Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios. **Educação & Sociedade**, v. 42, p. e258226, 2021.

IENSUE, Geziela. Diversidade, equidade e ações afirmativas para os negros na educação superior brasileira. **Revista de Direito**, v. 13, n. 01, p. 01-31, 2021.

LOPES, Ronaldo André; DA SILVA, Guilherme Henrique Gomes. Alcance na admissão de estudantes pela Lei de Cotas: o caso da Universidade Federal de Alfenas. **Education Policy Analysis Archives**, v. 30, p. (60)-(60), 2022.

MAIA, Gretha Leite; DE ARAÚJO, Ruth Ana Pereira; OLIVEIRA, Isabella Dantas. A trajetória da população universitária brasileira: uma questão de raça e classe. **Revista de Direito**, v. 13, n. 2, p. 1-22, 2021.

MESQUITA, Juliana Schneider; MODESTO, Cátia Cristina; OLIVEIRA, Helainne Vianey Gomes de. Perfil dos estudantes oriundos de cotas étnico-raciais do IFMG, câmpus avançado Ipatinga. **Educação: Teoria e Prática**, v. 32, n. 65, 2022.

OLIVEIRA, Mercia Andrade; LEAL, Débora Araújo. The politics of racial and social quotas in public universities in Brazil: a case study at the University of Brasília: A política de cotas raciais e sociais nas universidades públicas do Brasil: um estudo de caso na Universidade de Brasília. **Concilium**, v. 23, n. 9, p. 135-147, 2023.

SILVA, Natalino Neves da; SANTOS, Adilson Pereira dos; REIS, Jane Maria dos Santos. Assistência estudantil e ações afirmativas: um estudo das condições materiais e simbólicas. **Educação & Sociedade**, v. 42, p. e254841, 2021.

ORGANIZAÇÃO E GESTÃO COLETIVA: UM ESTUDO SOBRE OS DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DO GUARUMANDEUA (APAG) EM PRIMAVERA-PA

Jhennyfer Natália Lima de Souza

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Lucas Fernandes da Silva

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Maria Kaize da Silva Gomes

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Dayan Lucas Aleixo Bulhões

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Objetivo: O presente estudo buscou analisar a importância da organização e gestão coletiva no contexto da agricultura familiar, com foco na Associação de Pequenos Agricultores do Guarumandeua (APAG). Teoricamente, o estudo se baseou em três categorias de análise: agricultura familiar, associativismo e organização e gestão coletiva. A pesquisa discutiu como o associativismo se apresenta como uma estratégia fundamental para superar desafios estruturais, incluindo o acesso a mercados, a escassez de recursos tecnológicos e a fragilidade das políticas públicas voltadas ao setor. **Métodos:** A metodologia adotada baseou-se em pesquisa qualitativa e quantitativa, com revisão bibliográfica e análise da experiência da APAG. **Resultados:** Os resultados indicaram que a cooperação entre agricultores favorece a valorização dos saberes tradicionais, a ampliação das redes de apoio e o fortalecimento da inserção no mercado. No entanto, desafios como a necessidade de capacitação, a gestão de conflitos internos e a dependência de apoio institucional ainda representam entraves ao desenvolvimento sustentável dessas iniciativas. **Conclusão:** Concluiu-se que, para o associativismo ser efetivo e promover a autonomia dos pequenos produtores, é essencial a implementação de políticas públicas que incentivem a capacitação, o acesso a crédito e o fortalecimento das redes de cooperação.

Palavras-chave: Agricultura familiar; associativismo; desenvolvimento rural sustentável.

INTRODUÇÃO

O artigo aborda a organização e gestão coletiva da Associação de Pequenos Agricultores do Guarumandeua (APAG), localizada em Primavera, PA, destacando os desafios e oportunidades enfrentados por essa iniciativa no contexto rural. A agricultura familiar, base da economia local, necessita de estratégias colaborativas que viabilizem o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida dos produtores. A associação do Guarumandeua tem como objetivo o crescimento dos agricultores, associados e comunidade em geral, através das suas atividades, sendo uma importante referência no fortalecimento da agricultura familiar na região.

Nas últimas décadas, observou-se uma expansão das organizações da sociedade civil, impulsionada pela abertura política e pelas dificuldades dos Estados em lidar com os desafios da globalização, o desenvolvimento dos mercados globais, as questões ambientais e as novas tecnologias contribuem para a criação de novas instituições políticas e organizações sociais. Esse cenário tem gerado mudanças sociais e políticas, desafiando a capacidade dos Estados em coordenar e mediar conflitos (Lüchmann; Almeida; Taborda, 2018).

Nesse contexto, as associações de agricultores familiares surgem como alternativas importantes para fortalecer a autonomia dos pequenos produtores. Essas organizações desempenham papel central na promoção de práticas agrícolas sustentáveis, no acesso a crédito e financiamento, além de facilitarem a comercialização conjunta e a inserção em mercados locais e regionais.

A organização e gestão coletiva desempenham um papel fundamental no fortalecimento da agricultura familiar e no desenvolvimento socioeconômico de comunidades rurais. No caso da APAG, essa dinâmica é essencial para superar os desafios como o acesso a mercados, a falta de recursos tecnológicos e a má administração pública em relação às políticas públicas de apoio ao setor.

Segundo Abramovay (2003), a organização coletiva permite que os agricultores familiares ampliem sua capacidade produtiva e comercial, promovendo a inclusão social e a sustentabilidade. Ao unirem-se em associações, os agricultores podem compartilhar conhecimentos, recursos e estratégias, fortalecendo sua posição no mercado e garantindo melhores condições de vida.

Além disso, a gestão coletiva contribui para a construção de redes de cooperação e para a valorização dos saberes tradicionais, que são elementos importantes para a identidade cultural e para se conseguir autonomia das comunidades rurais. Como destaca Schneider (2016), a organização coletiva na agricultura familiar não apenas melhora a eficiência produtiva, mas também fortalece a participação democrática e a cidadania, ao estimular os agricultores para que sejam protagonistas de seu próprio desenvolvimento.

Dessa forma, a APAG representa um exemplo de como a gestão coletiva pode transformar desafios em oportunidades. Segundo Abramovay (2007), as iniciativas coletivas são essenciais para promover o desenvolvimento rural sustentável, pois estimulam a coesão social e a construção de redes de apoio mútuo, fundamentais para enfrentar os desafios econômicos e sociais.

Por outro lado, as organizações coletivas enfrentam desafios estruturais, como a necessidade de maior qualificação dos membros, a superação de conflitos internos e a busca por políticas públicas mais inclusivas. Conforme Schneider e Niederle (2010), o fortalecimento da agricultura familiar requer políticas que priorizem o desenvolvimento territorial e a criação de ambientes institucionais favoráveis. Dessa forma, iniciativas como a APAG representam um modelo de resistência e inovação diante das pressões da globalização e das desigualdades sociais no campo.

O presente trabalho teve como objetivo analisar a organização e gestão coletiva da Associação de Pequenos Agricultores do Guarumandeuá (APAG) em Primavera, PA, identificando os desafios e as oportunidades enfrentados pela iniciativa no contexto da agricultura familiar e da economia local, com foco em estratégias colaborativas para o desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida dos produtores, inclusive buscando aprimorar a capacidade de coordenação e mediação de conflitos no âmbito da associação.

MARCO TEÓRICO

Agricultura familiar

A agricultura familiar na Amazônia tem sido objeto de estudos que desafiam a visão tradicional de uma prática itinerante e insustentável. Pesquisas de

Thomas Peter Hurtienne (2005) e Francisco de Assis Costa (1996), destacam a complexidade e a resiliência dos sistemas agrícolas familiares na região, evidenciando trajetórias de desenvolvimento que contrastam com o modelo clássico do ciclo de fronteira. Conforme Manzanal e Schneider (2011, p. 51) “foi na primeira metade da década de 1990 que a agricultura familiar se consolidou no Brasil como uma categoria política, sendo rapidamente absorvida por pesquisadores e responsáveis pelos projetos políticos.” Para Sangalli *et al.* (2015), a agricultura familiar se organiza de maneiras diversas e com diferentes intensidades entre seus elementos: família, terra e trabalho, ajustando-se a distintos contextos sociais, econômicos e políticos.

Complementando essa perspectiva, Costa (1996), ao estudar a agricultura familiar do município de Capitão Poço e suas implicações para a política e o planejamento agrícola regionais, analisa as transformações internas da agricultura familiar e observa que, ao contrário da ideia de esgotamento e substituição por grandes propriedades, as unidades familiares têm reformulado seus padrões técnicos, incorporando culturas permanentes e diversificando suas atividades produtivas.

Essa adaptação interna fortalece a permanência e a sustentabilidade da agricultura familiar na região. De acordo com Guilhoto *et al.* (2005), o setor agropecuário familiar integra a história do Brasil e da humanidade. Sua influência diminuiu ao longo dos séculos em função do avanço tecnológico no próprio setor agropecuário e nos demais setores produtivos da economia.

Costa, De Souza e De Almeida (2017), ao analisarem o processo de formação das associações de produtores rurais familiares no município de Brejetuba-ES, verificaram que as associações, assim como a adoção de estratégias coletivas de negociação são ferramentas essenciais para a redução dos efeitos negativos da estrutura de mercado com que se depararam os agricultores familiares do município.

No Brasil, estabeleceu-se que o associativismo e a agricultura familiar seriam uma combinação eficaz para o desenvolvimento das comunidades rurais mais carentes, com 5 investimentos em projetos de assentamento rural no formato associativo (Gorgen; Stédile, 1991). As associações de agricultura familiar formadas em todos os estados brasileiros configuram-se como organizações sociais ou de economia social, que, conforme afirma Pimenta *et al.* (2006), são

aquelas que desenvolvem atividades econômicas caracterizadas pela gestão democrática e autônoma das organizações, colocando as pessoas acima do lucro.

Tanto o cooperativismo quanto o associativismo podem ser vistos como mecanismos para reduzir obstáculos ao crescimento das atividades agrícolas. Ao possibilitarem o aumento da renda e, conseqüentemente, gerarem uma série de efeitos diretos e indiretos em diversas áreas, ambos têm o potencial de contribuir para a dinamização do sistema econômico, um fenômeno fundamental para o desenvolvimento (Sangalli *et al.*, 2015).

Hurtienne (2005), ao tratar da agricultura familiar e do desenvolvimento rural sustentável na Amazônia, critica a percepção de que a agricultura amazônica é predominantemente itinerante e de baixa produtividade. O mesmo autor argumenta que, especialmente no nordeste paraense, há uma tendência de consolidação da agricultura familiar, por meio de sistemas de produção mais complexos, que incluem culturas permanentes e pecuária de pequeno porte.

Essa evolução sugere que a tese do ciclo de fronteira possui validade limitada, particularmente em áreas de colonização mais antiga. Ambos os autores enfatizam que as políticas públicas devem reconhecer e apoiar essas dinâmicas endógenas de transformação.

Em vez de promover modelos de desenvolvimento que desconsideram as especificidades locais, é crucial fomentar iniciativas que valorizem e potencializem as estratégias adotadas pelas famílias agricultoras, assegurando a sustentabilidade econômica e ambiental da Amazônia.

Associativismo

O associativismo rural na Amazônia ganhou destaque a partir da década de 1990, com a proliferação de associações de grupos camponeses.

Essas organizações emergiram como alternativas para a ação coletiva no meio rural, muitas vezes incentivadas por políticas públicas e programas de desenvolvimento que visavam facilitar o acesso ao crédito rural e outros recursos. No entanto, a formação dessas associações nem sempre refletiu as formas tradicionais de cooperação presentes nas comunidades camponesas, que historicamente se baseiam em laços de confiança e corresponsabilidade, Maneschy (2008).

Além disso, Singer (2002) enfatiza que o associativismo é uma forma de resistência e emancipação, permitindo que indivíduos e comunidades superem as limitações impostas pela exclusão social e econômica. Nesse sentido, o associativismo é entendido não apenas como uma possibilidade de gestão, mas como um sistema de transformação social, que é capaz de promover a inclusão, a sustentabilidade e a autonomia dos grupos envolvidos.

O associativismo é um modelo de organização coletiva em que as pessoas se unem em busca de alcançar objetivos comuns que os beneficiem, além de acessar recursos como linhas de crédito, tecnologia, capacitação e etc, compartilhar custos de produção e comercialização, além de promover o desenvolvimento socioeconômico de suas comunidades. Esse modelo visa aumentar a competitividade e melhorar a qualidade de vida dos associados.

De acordo com Lisboa e Alcantara (2019, p. 23):

O associativismo rural consiste em uma atividade organizacional coletiva que tem como finalidade conquistar benefícios comuns para os sujeitos que a compõem, sem nenhum fim lucrativo. As práticas organizacionais coletivas no campo se constituem como importante vetor no que diz respeito à percepção e busca de direitos. Assim, pode-se afirmar que essa prática associativa é fruto da constante luta social no espaço rural por melhores condições de vida, por um reconhecimento que proporcione certa integração no cenário social, econômico e cultural.

Maneschky *et al.* (2008) entrevistaram líderes de 43 associações no nordeste do Pará. A pesquisa revelou que muitas dessas organizações funcionavam apenas como entidades formais, estabelecendo contratos entre instituições financeiras e os grupos camponeses, sem necessariamente promover uma verdadeira integração comunitária. As associações que alcançaram melhores resultados econômicos, políticos ou culturais foram aquelas que já possuíam experiências prévias de atividades coletivas, demonstrando a importância de um compromisso efetivo entre os membros para o sucesso do associativismo.

Outro estudo, conduzido por Maneschky e Alden Klov Dahl (2007), analisou 36 associações rurais em três municípios do nordeste paraense, investigando em que medida essas organizações atuavam como fontes de capital social. Os resultados indicaram que, embora as conexões sociais fossem cruciais

para alcançar objetivos imediatos, elas não eram suficientes para superar as limitações contextuais enfrentadas pelas comunidades. Barreiras concretas à comunicação, por exemplo, reduziam a capacidade das redes de associações de disseminar recursos e informações de maneira eficaz.

Além do trabalho de Maneschy *et al.* (2005), outros estudos aprofundam a compreensão sobre o associativismo rural na Amazônia. Por exemplo, Wiggers (2009) investigou as formas de atuação política dos povos tradicionais em Novo Airão, Amazonas, destacando a importância das associações de moradores na interação com instituições governamentais e ONGs.

Esses estudos destacam as complexidades inerentes ao associativismo rural na Amazônia, evidenciando que a simples criação de associações formais não garante o fortalecimento das comunidades camponesas.

É fundamental considerar as práticas tradicionais de cooperação e os contextos específicos de cada comunidade para promover formas de organização que realmente atendam às necessidades locais e contribuam para o desenvolvimento sustentável da região.

Organização e gestão coletiva

A gestão coletiva, por meio de associações e organizações têm ganhado crescente reconhecimento, devido à sua capacidade de atender a propósitos públicos, flexibilidade e proximidade com as comunidades. Por essa razão, essas entidades estão sendo cada vez mais solicitadas a desempenhar funções de responsabilidade social. Entre suas atribuições estão a prestação de serviços sociais, a capacitação de grupos em situações de vulnerabilidade, a reflexão sobre questões e problemas sociais, a promoção de laços de confiança e integração social, além da representação dos interesses de diversos grupos e classes sociais (Lüchmann; Almeida; Taborda, 2018).

A organização coletiva fortalece a identidade dos agricultores e sua participação política, promovendo a cooperação e o desenvolvimento sustentável. Putnam (1993) destaca que o capital social resultante dessas interações reforça a democracia e a capacidade de ação coletiva.

Nessa perspectiva, as associações adotam estratégias para aprimorar a gestão coletiva e fortalecer a participação ativa de seus membros. Esse

fortalecimento pode ser impulsionado por políticas públicas e mercados institucionais, como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), criado em 1996 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso como uma linha de crédito para custeio.

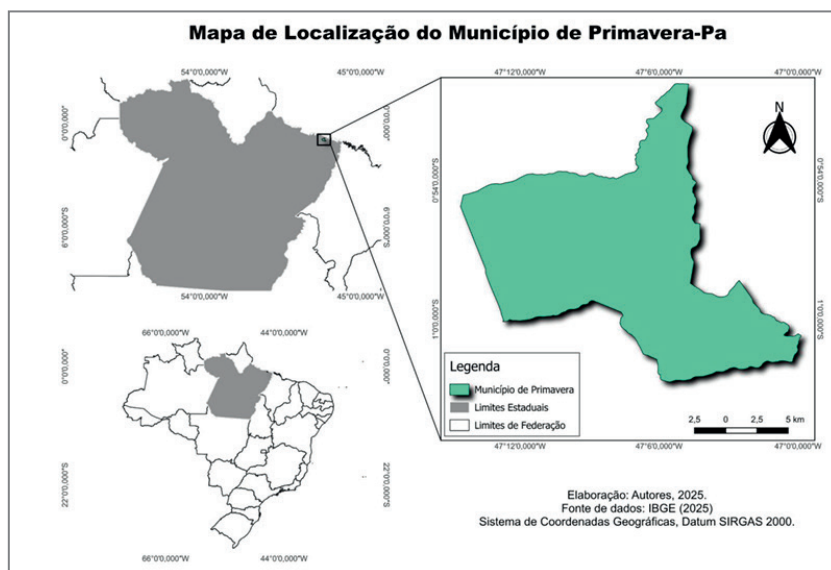
Além disso, programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) desempenham um papel fundamental. O associativismo, nesse contexto, se apresenta como uma ferramenta essencial para viabilizar ganhos econômicos, sociais e políticos para os agricultores familiares.

MÉTODOS

Localização da área de estudo

A pesquisa foi conduzida no município de Primavera, situado na mesor-região nordeste. Conforme dados do IBGE (2022), o número de habitantes de Primavera é de 10.851 mil, com uma área territorial de 258.600 km². A região caracteriza-se por uma forte presença de agricultores familiares, sendo um importante cenário para a análise dos desafios e oportunidades da organização e gestão coletiva na agricultura familiar.

Figura 1 - Mapa de localização do município de Primavera-Pa.



Fonte: Autores (2025).

Procedimentos metodológicos

O presente estudo adotou uma abordagem metodológica mista, combinando técnicas quantitativas e qualitativas para compreender a organização e gestão coletiva da Associação de Pequenos Agricultores do Guarumandeua (APAG) em Primavera, PA. Inicialmente, foram realizadas pesquisas documentais e bibliográficas, que se fundamentam em estudos sobre agricultura familiar, associativismo e desenvolvimento rural, utilizando autores como Abramovay (2007), Schneider (2016) e Putnam (1993).

Para a coleta de dados, foi aplicado um questionário semiestruturado, direcionado à representante da associação, com questões que abordaram aspectos como histórico da associação, perfil socioeconômico dos associados, participação e engajamento dos membros, eficiência da gestão e impacto da associação na vida dos agricultores, além da percepção sobre desafios e oportunidades para melhorias. O questionário foi disponibilizado eletronicamente via Google Forms no dia 27 de março de 2025, garantindo maior acessibilidade na obtenção das respostas.

As informações coletadas foram tabuladas e analisadas para identificar desafios e oportunidades na gestão da associação, bem como para sugerir estratégias que fortaleçam a organização coletiva. A análise integrada dos dados quantitativos e qualitativos permitiu uma maior compreensão do fenômeno estudado, seguindo as recomendações de Creswell (2015) para pesquisas de métodos mistos.

O estudo seguiu as diretrizes da Resolução nº416/2012, que regulamenta pesquisas envolvendo seres humanos, em que a participante foi informada sobre os objetivos da pesquisa e assinou um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). o.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Histórico e motivação da criação da APAG

Esta seção apresenta os dados coletados por meio de um questionário respondido pela representante da Associação de Pequenos Agricultores do Guarumandeua (APAG), abordando aspectos históricos, estruturais, desafios e perspectivas da organização. A história da APAG remonta a 27 de março de 2003, quando foi fundada com o propósito de fortalecer os agricultores locais. Após um período de inatividade, a associação foi reativada há três anos, impulsionada pelo projeto de Agrofloresta (Figura 2). Segundo a representante, essa reativação visou garantir maior representatividade aos agricultores da região.

Figura 2 - Atividades desenvolvidas pelos agricultores: Projeto Agricultura Sintrópica Popular, mutirão de Agrofloresta.



Fonte: Acervo da APAG (2025).

A Associação de Pequenos Agricultores do Guarumandeua (APAG) adota um modelo de tomada de decisão participativa, envolvendo os agricultores em consultas e garantindo um nível de eficiência considerado adequado ("Eficiente"). Para ingressar na associação, é necessário ser morador da área rural, ter indicação de um associado e participar previamente como voluntário.

Além disso, a APAG conta com parcerias estratégicas que fortalecem suas iniciativas, incluindo o setor público (Prefeitura Municipal), a iniciativa privada (Votorantim) e organizações sociais, como o Programa Pernoh (Programa Escrevendo e Reescrevendo a Nossa História). Essas parcerias têm sido fundamentais para a estruturação e o desenvolvimento das atividades promovidas pela associação.

O principal objetivo da criação da APAG foi "o fortalecimento dos agricultores", com preocupação com a organização coletiva para superar desafios comuns, como acesso a mercados e políticas públicas e tendo como o primeiro presidente Manoel Eurico.

A principal dificuldade relatada foi "reunir os agricultores para o trabalho coletivo", um obstáculo comum em organizações rurais. Essa dificuldade mencionada pode estar relacionada com a falta de confiança entre os associados, Olson (1999) *apud* Tierling e Schmidt (2016), trazem uma abordagem a respeito das falhas coletivas, destacando que, devido a interesses divergentes, os associados tendem a agir em prol do interesse individual, deixando a participação em ações coletivas que, no final, poderiam beneficiar a todos os membros.

Participação e engajamento dos associados

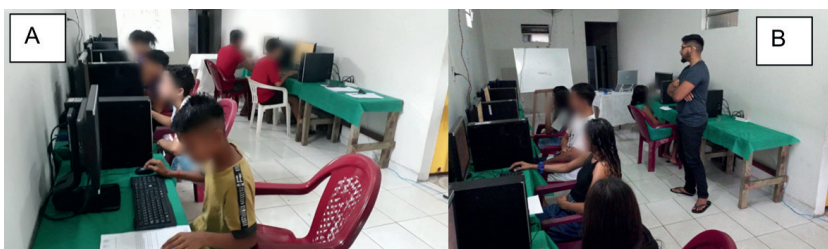
De acordo com a representante, o número de associados não era o mesmo desde o início, sendo que dos 35 associados, apenas 24 permanecem ativos e participam regularmente das reuniões, indicando alto nível de envolvimento. Entretanto, a maioria não mantém as contribuições em dia, o que pode refletir dificuldades financeiras.

O engajamento dos membros associados está vinculado a fatores de interesse individual ou coletivo, Moraes (2021) afirma que "a motivação de uma pessoa depende explicitamente da força de seus motivos, que a impulsionam a estar mais ou menos engajada em busca de satisfação de suas necessidades".

Logo, reforça a teoria de Maslow (2000), ressaltando que um indivíduo age com base nas suas necessidades que estão relacionadas com o convívio social, a reciprocidade, a solidariedade com outros indivíduos que estejam relacionados a sua base de confiança e também a sua estima (Moraes, 2021; Maslow, 2000).

Além da participação ativa dos associados, as reuniões da APAG são organizadas com temas previamente definidos, buscando garantir discussões produtivas e alinhadas às necessidades do grupo. A representante destaca que a APAG proporciona melhores condições aos agricultores através de: Capacitação profissional com o oferecimento de cursos técnicos; Acompanhamento produtivo; Assistência direta aos sistemas de produção; Desenvolvimento comunitário; Estímulo à organização coletiva (Figura 3).

Figura 3 - Capacitação Digital na APAG: Inclusão e Desenvolvimento Comunitário.



Fonte: Acervo da APAG (2025).

A imagem retrata a iniciativa da Associação APAG em oferecer cursos de informática para os associados, seus filhos e a comunidade em geral. Essa ação reforça o compromisso da organização em promover a capacitação profissional e o desenvolvimento comunitário. Além de qualificar os participantes para o mercado de trabalho, a formação digital possibilita maior acesso à informação e melhora a gestão dos negócios agrícolas.

Figura 4 - Ateliê do Guarumandeua: Oportunidade e inclusão para associadas.



Fonte: Acervo da APAG (2025).

O Ateliê do Guarumandeua é uma iniciativa voltada para as associadas que já não atuam no campo, oferecendo alternativas de trabalho e geração de renda, assim como a Oficina de Maquiagem, um dos cursos profissionalizantes oferecidos à comunidade pela APAG(Figura 5). Esses aspectos estão em consonância com os estudos de Abramovay (2003) 13 e Schneider (2016), que destacam a importância da organização coletiva na melhoria das condições produtivas e na ampliação da participação cidadã).

Figura 5 - Cursos profissionalizantes: Oficina de maquiagem para comunidade em geral.



Fonte: Acervo da APAG (2025).

Nesse contexto, os benefícios proporcionados pela APAG desempenham um papel fundamental no fortalecimento das atividades agrícolas, promovendo maior competitividade no mercado, redução de custos de produção e melhores condições de negociação (EMBRAPA, 2022). No entanto, apesar desses avanços, a comercialização da produção ainda se configura como um dos principais desafios para os associados. Conforme apontado por Schneider e Niederle (2010), o fortalecimento da agricultura familiar depende de políticas que incentivem o desenvolvimento territorial e criem ambientes institucionais favoráveis.

A dificuldade em acessar mercados limita o crescimento do setor e exige estratégias mais eficazes para ampliar as oportunidades de venda. Parcerias com setores público e privado, como a Prefeitura Municipal e a Votorantim, são essenciais para potencializar o impacto das ações da associação. Contudo, torna-se imprescindível o fortalecimento dessas redes de cooperação, a fim de

superar barreiras estruturais e ampliar o acesso a mercados, conforme destacado por Maneschy *et al.* (2008).

CONCLUSÃO

A organização e gestão coletiva desempenham um papel crucial no fortalecimento da agricultura familiar e no desenvolvimento socioeconômico das comunidades rurais. No caso da Associação de Pequenos Agricultores do Guarumandeuá (APAG), essa dinâmica se mostrou essencial para superar desafios como acesso a mercados, limitação de recursos tecnológicos e deficiências nas políticas públicas voltadas para o setor.

A experiência da APAG evidenciou como o associativismo pode ser uma estratégia eficiente para a promoção da sustentabilidade e da inclusão social. Ao promover a cooperação entre seus membros, a associação contribui para o compartilhamento de conhecimentos, a valorização dos saberes tradicionais e a construção de redes de apoio que fortalecem a posição dos agricultores no mercado. Entretanto, a gestão coletiva enfrenta desafios significativos, como a necessidade de capacitação dos membros, a superação de conflitos internos e a necessidade de maior apoio institucional.

Diante disso, a experiência da APAG refletiu tanto as potencialidades quanto os desafios do associativismo na agricultura familiar. Para que essas iniciativas sejam sustentáveis e eficazes, é essencial que haja investimentos em capacitação, acesso a crédito e apoio governamental. Assim, o associativismo pode se consolidar como um modelo viável para a autonomia dos pequenos produtores e para a construção de um desenvolvimento rural mais justo e sustentável.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios:** o papel das instituições locais no desenvolvimento econômico. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.** Estabelece diretrizes e normas para pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 jun. 2013. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2025.

COSTA, Francisco de Assis. **Agricultura familiar em transformação na Amazônia:** o caso de Capitão Poço e suas implicações para a política e o planejamento agrícola regionais. Papers do NAEA, n. 49, 1996.

COSTA, Rhaiany Zavarize Dala; DE SOUZA, Paulo Marcelo; DE ALMEIDA, Leonardo Faé. Agricultura familiar e associativismo: a experiência dos agricultores do município de Brejetuba-ES. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 22, n. 1, p. 5-23, 2017.

CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L. Plano. **Pesquisa de Métodos Mistos-: Série Métodos de Pesquisa.** Penso Editora, 2015.

DA SILVA MORAES, L.G. **O associativismo rural e a lógica da ação coletiva:** reflexões sobre motivação e engajamento. Geografia em Atos (Online), Presidente Prudente, v. 5, p. 1 22, 2021. DOI: 10.35416/geoatos.2021.8430. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/8430>. Acesso em: 1 abr. 2025.

EMBRAPA. **A organização da produção agropecuária aumenta a competitividade.** Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 2022. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/75579830/artigo---a-organizacao-da-producao-agropecuaria-aumenta-a-competitividade> . Acesso em: 1 abr. 2025.

GORGEN, Frei Sérgio Antônio e STÉDILE, João Pedro. **Assentamentos- a resposta econômica da Reforma Agrária.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1991. 232 p.

GUILHOTO, J. J. *et al.* **Agricultura familiar na economia: Brasil e Rio Grande do Sul.** Brasília: MDA, 2005.

HURTIIENNE, Thomas Peter. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia.** Novos Cadernos NAEA, v. 8, n. 1, p. 19-71, jun. 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): **Panorama do município de Primavera PA.** 2022 Disponível <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/primavera/panorama>. Acesso em: 26 mar. 2025.

LISBOA, Accsuel de Sousa; ALCANTARA, Fernanda Viana de. **O associativismo rural como estratégia de desenvolvimento para a agricultura familiar.** ParaOnde!?, [S.l.], v.11, n.1, p.17-28, 2019. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/paraonde> . Acesso em: [18 de fev de 2025].

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; ALMEIDA, Carla; DO RÓCIO TABORDA, Luana. Associativismo no Brasil contemporâneo: dimensões institucionais e individuais. **Política & Sociedade**, v. 17, n. 40, p. 307-341, 2018.

MANESCHY, M.C.; MAIA, M.L. S.; CONCEIÇÃO, M. F. C. **Associações rurais e associativismo no nordeste amazônico:** uma relação nem sempre correspondida. Novos Cadernos NAEA, v. 11, n. 1, 2008.

MASLOW, A. **Maslow no gerenciamento.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

PIMENTA, Solange Maria, SARAIVA, Luiz Alex Silva e CORRÊA, Maria Laetitia. **Terceiro Setor- dilemas e polêmicas.** São Paulo: Saraiva, 2006. 262 p.

PUTNAM, Robert D. **Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy.** Princeton: Princeton University Press, 1993.

SANGALLI, Adriana Rita *et al.* Associativismo na agricultura familiar: contribuições para o estudo do desenvolvimento no assentamento rural lagoa grande, em dourados (ms), BRASIL. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, n. 2, p. 225-238, 2015.

SCHNEIDER, S. (2016). **A presença e as potencialidades da Agricultura Familiar na América Latina e no Caribe**. *Redes*, 21(3), 11-33. <https://doi.org/10.17058/redes.v21i3.8390>.

SCHNEIDER, S., Niederle, P. A. **Desafios e perspectivas da agricultura familiar no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TIERLING, Isielli Mayara Barzotto Martins; SCHMIDT, Carla Maria. **Dificuldades, falhas e desafios da ação coletiva na agricultura familiar**: um estudo na Associação de Produtores 17 de Corumbataí do Sul- PR. *Anais do Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, v. 1, p. 1-15, 2018. Disponível em: <https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/view/219>. Acesso em: 1 abr. 2025.

WIGGERS, R. **Mundo rural amazônico**: desenvolvimento sustentável, associativismo e uso dos recursos naturais da floresta amazônica. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2009.

MULHERES INDÍGENAS E MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMAZÔNIA: UM ESTUDO SOBRE VIOLÊNCIA E DESIGUALDADE DE GÊNERO

Jhade Gabrielle Costa Ferreira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Karen Crisane Castro Castanho

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

João Gabriel Costa de Almeida

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Marcelo Rocha da Silva Medeiro

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Objetivo: Este trabalho teve como objetivo analisar o histórico dos movimentos sociais no Brasil no que diz respeito à violência vivida pela mulher indígena, considerando os fatores históricos, sociais, econômicos, étnicos e raciais que perpetuam essa violência na sociedade. **Métodos:** A pesquisa foi realizada por meio de revisões bibliográficas sobre as lutas das mulheres indígenas e movimentos sociais, além da aplicação de um questionário a estudantes universitários para explorar suas percepções sobre a violência de gênero nas comunidades tradicionais. **Resultados:** A análise dos dados revelou uma percepção generalizada de que as mulheres indígenas enfrentam desafios significativos, incluindo violência de gênero, racismo e desigualdades estruturais. Embora a importância das demarcações de terras indígenas seja amplamente reconhecida, a discussão sobre a igualdade de gênero dentro das comunidades tradicionais mostrou-se complexa e controversa, devido à diversidade cultural e à falta de dados sistematizados. A invisibilidade das lutas e movimentos das mulheres indígenas, bem como a desigualdade de gênero, é evidente tanto no contexto indígena quanto no não indígena. **Conclusão:** A colonização e a escravidão estabeleceram bases para essa desigualdade, resultando em uma realidade na qual as mulheres indígenas são frequentemente vistas como objetos e vítimas. Destaca-se a relevância dos movimentos sociais na luta por direitos e igualdade de gênero, bem como a necessidade de proteção legal específica para essas mulheres. Torna-se urgente a implementação de políticas públicas direcionadas à sua proteção e ao reconhecimento de suas lideranças. A pesquisa evidenciou a importância de aprofundar os estudos sobre as dinâmicas de gênero nas comunidades indígenas e de promover ações voltadas à equidade e à inclusão, combatendo o racismo, o sexismo e a violência. Investir em educação desde a infância é fundamental para fomentar a conscientização sobre a diversidade cultural, o respeito aos direitos humanos e a promoção da igualdade de gênero.

Palavras-chave: Comunidades tradicionais; indígenas em movimento; ações coletivas.

INTRODUÇÃO

A questão indígena no Brasil não é apenas uma pauta ambiental, mas uma questão de sobrevivência da espécie humana. De forma miserável e mesquinha, conseguimos dizimar cerca de quatro milhões de indígenas, por meio de doenças e extermínios. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, vivem no Brasil 896,8 mil indígenas, correspondendo a 0,4% da população nacional. As Terras Indígenas (T.I.) compreendem cerca de 13% do território nacional (Ministério do Desenvolvimento Social, 2017).

Não se trata de salvar espécies nativas de fauna e flora, embora o ser humano também faça parte da fauna do planeta. O indivíduo humano transita entre a “besta sanguinária” e a “espécie mais evoluída do planeta”, capaz de construir templos, pontes, motores movidos a água, manipular o fogo, o vento e usar o sol a seu favor. No entanto, o *Homo sapiens*, com seus cérebros enormes e polegares, não é capaz de viver com sua própria espécie. Essa contradição intriga a comunidade científica, e o racismo — preconceito de raça e origem contra determinado povo ou etnia — é uma de suas manifestações mais cruéis.

Dessa forma, as mulheres indígenas, nesse cenário, estão entre as principais vítimas. A violência doméstica é um tabu na sociedade brasileira, e por isso é importante evidenciar as dificuldades que essas mulheres enfrentam para comunicar as agressões, frequentemente ignoradas ou validadas pelas autoridades. A realidade vivida por elas hoje não difere muito da experimentada por suas ancestrais: desde o processo de colonização, as indígenas foram vistas como objetos sexuais e símbolos do pecado, sendo submetidas à violência física e simbólica (Basseggio; Silva, 2015). Com a imposição de valores eurocêntricos, seus corpos foram transformados em território de dominação, ao passo que a construção do Estado brasileiro perpetuou estereótipos e a marginalização dessas mulheres. A relação com suas terras — base de sua cultura — tem sido constantemente ameaçada, obrigando muitas a deixarem suas comunidades em busca de proteção.

Por conseguinte, a educação é o principal antídoto contra o racismo, a violência, a pobreza, a fome e a desigualdade social. O critério mais acertado para definir se uma pessoa é ou não indígena deve ser sua própria autoidentificação. “Índio”, segundo o conceito adotado no Brasil, é aquele que assim

se identifica e pertence a uma comunidade que o reconhece como tal. Nesse contexto, os movimentos sociais no Brasil são numerosos, herança de um histórico dominado por uma elite branca burguesa e patriarcal, descendente dos antigos escravocratas que participaram da dizimação de povos africanos e indígenas. Esse sistema mantém-se vivo nas instituições que deveriam reparar essas injustiças, mas que muitas vezes seguem negligenciando as comunidades tradicionais — indígenas, quilombolas, coletoras e ribeirinhas — que são pilares da soberania nacional, cultural, científica e econômica. Desde então, desde a colonização, os povos indígenas resistem. As primeiras fugas da escravidão foram os primeiros atos de luta.

Com o tempo, surgiram organizações como o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e, posteriormente, a Fundação Nacional do Índio (Funai), órgãos indigenistas que, embora com atuação controversa, representaram a tentativa estatal de intervir na relação entre o Brasil e seus povos originários (Baniwa, 2007; Oliveira, 2023). A atuação da Funai atualmente inclui a demarcação, regularização e proteção de terras indígenas, além da promoção de políticas voltadas ao etnodesenvolvimento (FUNAI, 2023).

A partir disso, a década de 1970 rompe o monopólio do Estado com o surgimento de organizações não governamentais como o CIMI, OPAN, CTI, ISA, entre outras, e o fortalecimento das mobilizações indígenas, como a APIB e o Acampamento Terra Livre. Essas ações abriram espaço para que lideranças como Raoni Metuktire, Sônia Guajajara, Davi Kopenawa e Ailton Krenak ganhassem projeção nacional e internacional.

Nesse sentido, destaca-se a crescente participação política das mulheres indígenas. Desde a década de 1990, elas vêm conquistando espaços de fala e decisão, organizando encontros, como o 1º Encontro das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, e fundando departamentos de representação dentro de entidades maiores como a COIAB e a FOIRN (Pancho, 2007). A eleição de Joenia Wapichana, primeira deputada federal indígena, é um marco que revela o avanço, mas também os desafios, diante de um sistema político ainda racista e sexista.

Assim sendo, a desigualdade de gênero agrava a marginalização das mulheres indígenas, que enfrentam simultaneamente o patriarcado, o racismo e políticas públicas excludentes. O movimento das mulheres indígenas, como destaca Yoshida, Sousa e Silva (2020), é uma resposta direta a essa tripla opressão.

Desde a colonização, os povos indígenas resistem. As primeiras fugas da escravidão foram os primeiros atos de luta. Com o tempo, surgiram organizações como o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e, posteriormente, a Fundação Nacional do Índio (Funai), órgãos indigenistas que, embora com atuação controversa, representaram a tentativa estatal de intervir na relação entre o Brasil e seus povos originários (Baniwa, 2007; Oliveira, 2023).

A atuação da Funai atualmente inclui a demarcação, regularização e proteção de terras indígenas, além da promoção de políticas voltadas ao etnodesenvolvimento (FUNAI, 2023). A partir disso, a década de 1970 rompe o monopólio do Estado com o surgimento de organizações não governamentais como o CIMI, OPAN, CTI, ISA, entre outras, e o fortalecimento das mobilizações indígenas, como a APIB e o Acampamento Terra Livre. Essas ações abriram espaço para que lideranças como Raoni Metuktire, Sônia Guajajara, Davi Kopenawa e Ailton Krenak ganhassem projeção nacional e internacional.

Assim sendo, a desigualdade de gênero agrava a marginalização das mulheres indígenas, que enfrentam simultaneamente o patriarcado, o racismo e políticas públicas excludentes. O movimento das mulheres indígenas, como destaca Yoshida, Sousa e Silva (2020), é uma resposta direta a essa tripla opressão. Com ações coletivas e alianças interétnicas e intergeracionais, essas mulheres lutam por autonomia, pela preservação de suas culturas e pela efetivação de seus direitos básicos — como acesso à saúde, terra e educação (Duarte, 2023).

Deste modo, o objetivo deste trabalho é analisar o histórico dos movimentos sociais no Brasil no que diz respeito à violência vivida pela mulher indígena, considerando os fatores históricos, sociais, econômicos, étnicos e raciais que perpetuam essa violência dentro da sociedade.

MÉTODOS

O trabalho foi realizado com base em revisões bibliográficas pautadas nas lutas das mulheres indígenas e os movimentos sociais através de livros, artigos e teses de literatura nacional. Os materiais foram catalogados nos acervos de pesquisa digitais Google Acadêmico e Periódicos Capes. Em conjunto, foi aplicado um questionário ao público acadêmico através do Google Forms. O público foi a turma da disciplina de “Estudo Das Relações Étnico-Raciais Na Sociedade

Brasileira”, ofertada no ano de 2024 no *Campus* de Capanema da Universidade Federal Rural da Amazônia UFRA, com o intuito de explorar a percepção dos alunos sobre a violência de gênero que mulheres de comunidades tradicionais podem ser acometidas.

O questionário foi composto por 14 perguntas, sendo 3 abertas e 11 fechadas. O quantitativo da turma era de 24 alunos matriculados, do total tivemos 13 respostas.

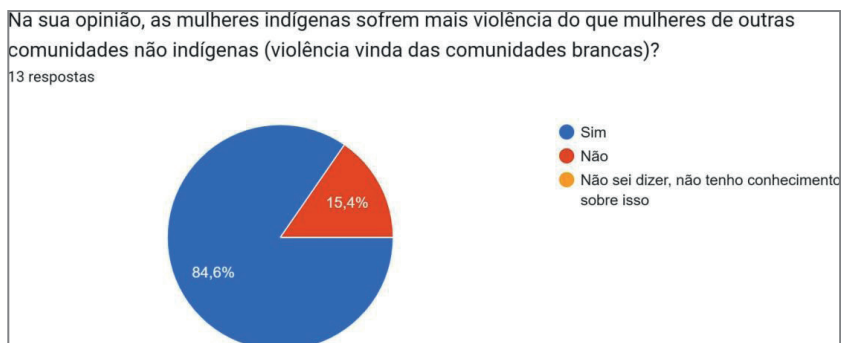
Tabela 1 - Questões aplicadas na entrevista.

Nº	COMANDO DAS QUESTÕES
1	Nome do entrevistado
2	Idade do entrevistado
3	Sexo
4	E-mail do entrevistado
5	Onde reside o entrevistado
6	Para você, quem são os povos indígenas?
7	Você acha que dentro das comunidades tradicionais há igualdade de gênero?
8	Você acredita que demarcações indígenas são importantes?
9	Você sabe sobre a luta e movimentos realizados por mulheres indígenas?
10	Na sua opinião, as mulheres indígenas sofrem mais violência do que mulheres de outras comunidades não indígenas (violência vinda das comunidades brancas)?
11	Na sua opinião, as mulheres indígenas têm mais dificuldade de alcançar cargos de liderança dentro da sociedade não indígena?
12	Na sua opinião, mulheres indígenas devem ser protegidas pelas mesmas leis feitas pensando em mulheres não indígenas?
13	Como você avalia a desigualdade de gênero no cenário indígena? e não indígenas?
14	Na sua opinião, as lideranças indígenas femininas têm o mesmo “status” que as lideranças indígenas masculinas dentro das comunidades não indígenas?

Fonte: Autores (2024).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Gráfico 1 - Percepção sobre a violência sofrida por mulheres indígenas em comparação às não indígenas.



Fonte: Autores (2024).

Os dados apresentados no Gráfico 1 mostraram que 84,6% dos participantes acreditam que as mulheres indígenas sofrem mais violência proveniente de comunidades não indígenas, enquanto 15,4% afirmaram o contrário e nenhum dos respondentes declarou não ter conhecimento sobre o tema. Esses resultados destacam uma percepção amplamente compartilhada sobre as vulnerabilidades e desigualdades enfrentadas por mulheres indígenas em contextos interseccionais, indicando que elas são vistas como alvo de maior violência devido à sua condição de pertencimento a comunidades indígenas e, possivelmente, pela interação com fatores externos, como racismo, preconceito cultural e exclusão social. Essa percepção aponta para a necessidade de políticas públicas específicas voltadas para a proteção desses grupos e para a conscientização sobre o impacto da violência sofrida.

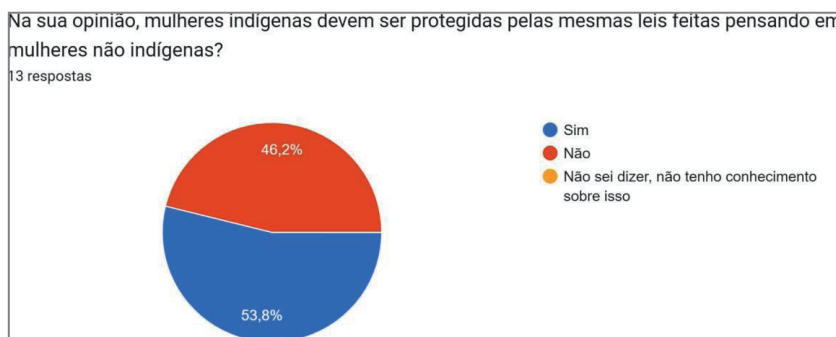
Gráfico 2 - Percepção sobre a dificuldade das mulheres indígenas em alcançar cargos de liderança na sociedade não indígena.



Fonte: Autores (2024).

No gráfico 2 os resultados mostraram que 100% dos participantes concordam que as mulheres indígenas enfrentam maiores dificuldades para alcançar cargos de liderança na sociedade não indígena. Essa unanimidade reflete uma percepção clara da existência de barreiras significativas, que podem ser atribuídas ao racismo, ao sexismo e à invisibilidade social enfrentados por essas mulheres. Esses fatores dificultam o reconhecimento de suas capacidades e direitos em ambientes não indígenas, reforçando as desigualdades estruturais e os desafios na busca por equidade e inclusão em espaços de poder e decisão.

Gráfico 3 - Opinião sobre a aplicação das mesmas leis de proteção para mulheres indígenas e não indígenas.

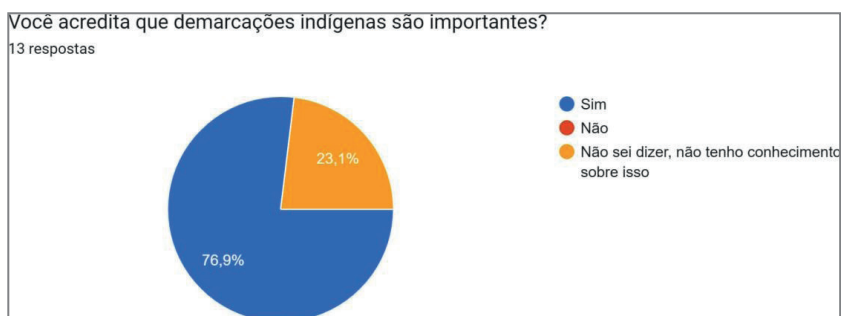


Fonte: Autores (2024).

Quanto ao gráfico 3, os resultados indicaram uma divisão de opiniões quanto à proteção legal das mulheres indígenas, com 53,8% dos participantes afirmando que elas deveriam ser protegidas pelas mesmas leis aplicadas às

mulheres não indígenas, enquanto 46,2% discordaram. Essa disparidade reflete um debate entre a universalização das políticas de proteção e o reconhecimento das especificidades culturais das mulheres indígenas. Esses dados destacam a necessidade de aprofundar o diálogo sobre a formulação de legislações que garantam a proteção das mulheres indígenas, ao mesmo tempo em que respeitem suas particularidades socioculturais e modos de vida.

Gráfico 4 - Percepção sobre a importância das demarcações de terras indígenas.



Fonte: Autores (2024).

No gráfico 4, a maioria dos participantes (76,9%) reconheceram a importância das demarcações de terras indígenas, reforçando a proteção territorial como um elemento essencial para a preservação cultural e a garantia dos direitos das populações indígenas. No entanto, os 23,1% que não consideraram as demarcações importantes ou discordaram pode refletir desconhecimento sobre o tema ou visões divergentes relacionadas à gestão territorial e à integração entre comunidades indígenas e não indígenas.

Gráfico 5 - Percepção sobre a igualdade de gênero nas comunidades tradicionais.



Fonte: Autores (2024).

No gráfico 5 os dados mostraram que apenas 7,7% dos participantes acreditam que há igualdade de gênero nas comunidades tradicionais, enquanto 46,2% não reconhecem essa igualdade e outros 46,2% demonstraram incerteza sobre o tema. A percepção de ausência de igualdade, combinada com a falta de consenso, sugere que as dinâmicas de gênero nessas comunidades são complexas e pouco compreendidas, exigindo maior aprofundamento em estudos sobre o papel e as condições das mulheres indígenas nessas estruturas.

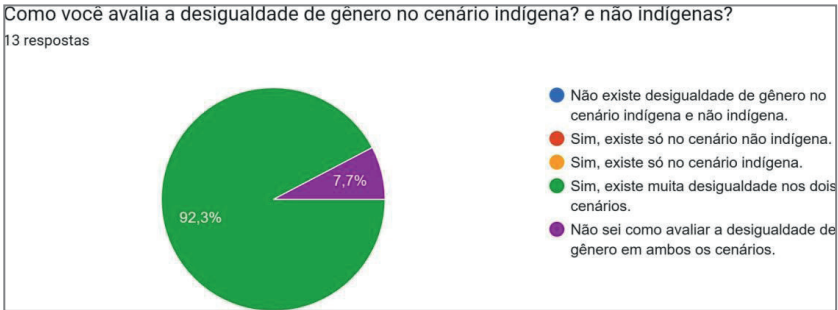
Gráfico 6 - Conhecimento sobre a luta e os movimentos das mulheres indígenas.



Fonte: Autores (2024).

O gráfico 6 mostra que a maior parte dos participantes (61,5%) declarou não ter conhecimento sobre lutas e movimentos liderados por mulheres indígenas, enquanto 38,5% afirmaram conhecê-los. Esse resultado reflete a invisibilidade das pautas femininas indígenas na esfera pública, indicando a necessidade de ampliar a divulgação e o reconhecimento dessas iniciativas. Fortalecer o protagonismo das mulheres indígenas é essencial para aumentar a conscientização sobre suas causas e demandas.

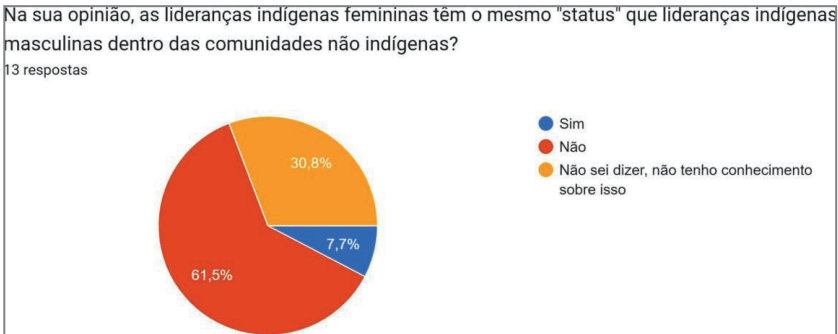
Gráfico 7 - Percepção sobre a desigualdade de gênero nos cenários indígena e não indígena.



Fonte: Autores (2024).

No gráfico 7 há a percepção de que a desigualdade de gênero está presente tanto no cenário indígena quanto no não indígena foi quase unânime, com 92,3% dos participantes compartilhando essa visão. Apenas 7,7% consideraram que não há desigualdade de gênero. A ausência de respostas indicando desigualdade exclusiva em um dos cenários sugere que essa questão é ampla e estrutural, destacando a necessidade de ações integradas para combater as disparidades de gênero em ambos os contextos.

Gráfico 8 - Percepção sobre o reconhecimento de lideranças indígenas femininas em relação às masculinas nas comunidades não indígenas.



Fonte: Autores (2024).

No gráfico 8 está exposto que a maioria dos participantes (61,5%) afirmaram que as lideranças femininas indígenas não possuem o mesmo status que as lideranças masculinas dentro de comunidades não indígenas, enquanto 30,8% declararam não ter certeza e apenas 7,7% reconheceram essa igualdade. Esses dados indicaram a presença de barreiras significativas associadas à interseção entre gênero e etnia, que dificultam o reconhecimento e a valorização de lideranças femininas indígenas em espaços não indígenas.

A significativa maioria dos participantes reconheceu que a violência sofrida por essas mulheres é, em grande parte, resultado do contato com comunidades não indígenas. Essa percepção reforça a ideia de que a opressão enfrentada pelas mulheres indígenas não se restringe ao contexto interno de suas comunidades, mas está profundamente marcada por fatores externos, como o racismo estrutural e o preconceito cultural. Isso reforça a urgência de políticas públicas que levem em consideração essa complexa interseccionalidade.

De maneira igualmente expressiva, foi registrada uma concordância unânime sobre as dificuldades que mulheres indígenas enfrentam ao tentar ocupar posições de liderança em ambientes não indígenas. Essa unanimidade sugere que os obstáculos são amplamente reconhecidos pela sociedade e refletem a persistência de práticas discriminatórias baseadas em raça, gênero e origem étnica. A exclusão sistemática dessas mulheres de espaços decisórios representa não apenas uma violação de direitos, mas também uma limitação para o fortalecimento das próprias comunidades que elas representam.

Outro ponto importante diz respeito à proteção legal das mulheres indígenas, que gerou uma divisão de opiniões entre os participantes. Essa divisão indica um dilema persistente: se a proteção jurídica deve seguir um modelo universal ou se deve ser adaptada às especificidades culturais desses grupos. Esse impasse sinaliza a necessidade de uma abordagem mais sensível à diversidade sociocultural, respeitando os modos de vida tradicionais ao mesmo tempo em que se garantem direitos fundamentais.

A maioria dos respondentes também demonstrou compreender a importância da demarcação territorial para a segurança e preservação das culturas indígenas. Contudo, a existência de um percentual que discordou ou demonstrou desconhecimento sobre o tema sugere que ainda há lacunas informacionais que precisam ser preenchidas por meio de processos educativos e de conscientização

social. Em relação às questões de gênero dentro das próprias comunidades indígenas, os dados revelaram uma percepção fragmentada. A combinação de respostas que negaram a existência de igualdade com outras que indicaram incerteza sugere que as estruturas de gênero nas comunidades tradicionais são pouco debatidas e ainda carecem de visibilidade nas pesquisas e políticas públicas.

A falta de conhecimento demonstrada pela maioria dos participantes quanto à atuação de movimentos e lideranças femininas indígenas escancara a invisibilidade histórica dessas mulheres no cenário nacional. Mesmo diante de avanços importantes e da crescente organização política indígena feminina, como apontado em estudos recentes, esse protagonismo ainda é sub-representado no imaginário social. Por fim, a percepção generalizada da desigualdade de gênero tanto em contextos indígenas quanto não indígenas e a desvalorização das lideranças femininas fora dos territórios tradicionais demonstram como as barreiras enfrentadas por essas mulheres são sistêmicas. A intersecção entre etnia e gênero se apresenta como um ponto central de exclusão e, ao mesmo tempo, de resistência.

CONCLUSÃO

A análise dos dados revelou uma percepção generalizada sobre a violência sofrida pelas mulheres indígenas, associada a fatores como racismo, sexismo e desigualdades estruturais. A importância das demarcações de terras indígenas é amplamente reconhecida. No entanto, a discussão sobre a igualdade de gênero dentro das comunidades tradicionais se mostrou complexa e controversa.

Essa controvérsia se deve, em grande parte, à diversidade cultural das comunidades indígenas, à falta de dados sistematizados sobre a temática e à influência de estereótipos e visões generalizadas sobre as relações de gênero nesses contextos. A invisibilidade das lutas e movimentos das mulheres indígenas e a desigualdade de gênero em ambos os cenários, indígena e não indígena, são evidentes. A necessidade de políticas públicas específicas para a proteção das mulheres indígenas e o reconhecimento de suas lideranças é urgente.

A pesquisa demonstrou a importância de aprofundar os estudos sobre as dinâmicas de gênero nas comunidades indígenas e de promover ações que visam à equidade e à inclusão, combatendo o racismo, o sexismo e a violência

contra as mulheres indígenas. É fundamental investir em educação desde a infância, promovendo a conscientização sobre a diversidade cultural, o respeito aos direitos humanos e a importância da igualdade de gênero, para que as futuras gerações contribuam para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

REFERÊNCIAS

BANIWA, Gersem Luciano. Movimentos e políticas indígenas no Brasil. **Tellus**, Campo Grande - MS, ano 7, n. 12, p. 127-146, abr. 2007.

BASEGGIO, Julia; SILVA, Lisa. **As condições femininas no Brasil Colonial**. Revista Maiêutica, Indaial, v.3, n. 1, p. 19-30, 2015. Disponível em: https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/HID_EaD/article/viewFile/1379/528.Pdf.(Acesso em 25 de out. 2023).

DUTRA, Juliana Cabral de O.; MAYORGA, Claudia. Mulheres indígenas em movimentos: possíveis articulações entre gênero e política. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 39, p. e221693, 2019.

GOV.BR. Fundação Nacional dos Povos Indígenas, 2023. Disponível em: Funai passa a se chamar Fundação Nacional dos Povos Indígenas — Fundação Nacional dos Povos Indígenas. Acesso em 30 out. 2024.

Ministério do Desenvolvimento Social. Trabalho Social com Famílias Indígenas na Proteção Social Básica. Brasília, agosto de 2017.

OLIVEIRA, Kelly. O movimento indígena no brasil: Apontamentos Básicos. **Antropologia & Sociedade** - Revista do Laboratório de Antropologia, Arqueologia e Bem-Viver da UFPE, v.1, n.1 [2023].

Pancho, A. (2007). Participación de las mujeres nasa en los procesos de autonomía territorial y educación propia en el Cauca, Colombia. *Mujeres indígenas, territorialidad y biodiversidad en el contexto latinoamericano*, 53.

YOSHIDA, M. R. F.; Sousar, C. de; SILVA, L. A. L. da. O movimento das mulheres indígenas: da invisibilidade à luta por direitos coletivos. **Revista Eletrônica do CNJ**, v. 5, n. 2, jul. /dez. 2021 | ISSN 2525-4502.

O PAPEL DO ASSOCIATIVISMO NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E GARANTIA DE DIREITOS: A ATUAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA VIDA PARA SEMPRE NO NORDESTE PARAENSE

Enzo Rodrigo Albuquerque

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Katyelle Costa Silveira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Nadia Mayara Santos Oliveira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Luiz Cláudio Moreira Melo Junior

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Objetivo: O associativismo representa uma ferramenta essencial de organização coletiva, especialmente para comunidades que buscam fortalecer suas identidades culturais, sociais e econômicas, como as comunidades quilombolas. Portanto, o objetivo deste trabalho foi analisar a percepção da gestão vigente sobre a atuação da Associação Quilombola Vida Para Sempre, localizada no nordeste paraense, destacando sua importância no fortalecimento da identidade quilombola, na promoção do desenvolvimento socioeconômico e na garantia dos direitos da comunidade. **Métodos:** Nesta pesquisa, foi estudada a Associação Quilombola Vida Para Sempre, situada no município de Santa Luzia do Pará, Pará. O método utilizado foi um estudo de caso e, para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizou-se a abordagem qualitativa, com base em entrevistas semiestruturadas e observações dos participantes e, após o tratamento e organização dos dados, foram realizadas as análises dos resultados. **Resultados:** Os resultados demonstraram que o associativismo foi importante no fortalecimento das comunidades quilombolas, tendo como foco a atuação da Associação Quilombola Vida Para Sempre e que a organização desempenhou um papel essencial na valorização da identidade cultural, no desenvolvimento socioeconômico e na garantia de direitos da comunidade. No entanto, desafios como a regularização fundiária e a necessidade de maior apoio governamental ainda limitam seu pleno potencial. **Conclusão:** Concluiu-se que o fortalecimento do associativismo e a implementação de políticas públicas mais eficazes são fundamentais para a promoção da justiça social e o desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas.

Palavras-chave: Pará; região amazônica; identidade cultural; quilombola.

INTRODUÇÃO

O associativismo representa uma ferramenta essencial de organização coletiva, especialmente para comunidades que buscam fortalecer suas identidades culturais, sociais e econômicas. No Brasil, essa forma de organização tem desempenhado um papel fundamental na luta pelos direitos de grupos historicamente marginalizados, como as comunidades quilombolas, proporcionando-lhes acesso a políticas públicas, desenvolvimento sustentável e preservação de suas tradições.

Segundo Silva *et al.* (2024), "o associativismo é uma estratégia que fortalece as comunidades quilombolas, garantindo-lhes maior representatividade política e econômica." No estado do Pará, mais especificamente no nordeste paraense, as associações comunitárias emergem como protagonistas na promoção da cidadania e na defesa dos direitos das leis tradicionais.

No contexto paraense, as associações quilombolas enfrentam desafios como a regularização fundiária, a valorização da cultura afro-brasileira e a busca por melhores condições socioeconômicas. De acordo com Oliveira (2023), "a regularização da posse da terra ainda é um dos principais entraves para o pleno desenvolvimento das comunidades quilombolas, limitando seu acesso a políticas públicas." Dentre essas organizações, destaca-se a Associação Quilombola Vida Para Sempre, que atua na defesa dos direitos da comunidade, promovendo ações voltadas à educação, à produção agrícola sustentável e à preservação ambiental. Essas iniciativas demonstram a relevância do associativismo como um meio de resistência e desenvolvimento, permitindo melhorias concretas na qualidade de vida da população quilombola.

A pertinência do tema justificou-se pela importância do associativismo como estratégia de empoderamento social e econômico em comunidades quilombolas. No cenário do nordeste paraense, as associações desempenham um papel determinante na luta pelos direitos territoriais e na promoção de iniciativas que garantam o desenvolvimento sustentável. Conforme destaca Santos (2021), "as associações quilombolas têm um papel central na promoção da autonomia das comunidades, fortalecendo sua capacidade de articulação e mobilização social." Assim, compreender a estrutura e a dinâmica dessas organizações

possibilitou evidenciar seus desafios e conquistas, além de contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas.

Além disso, a análise da atuação da Associação Quilombola Vida Para Sempre permitiu um entendimento aprofundado sobre o impacto do associativismo na vida da comunidade, identificando suas estratégias de organização e os mecanismos utilizados para enfrentar as adversidades.

Dessa forma, este estudo buscou contribuir para o debate sobre a relevância das associações quilombolas na valorização da cultura e na melhoria das condições de vida dessas populações. Com isso, o objetivo deste trabalho foi analisar a percepção da atual gestão sobre a atuação da Associação Quilombola Vida Para Sempre, localizada no nordeste paraense, destacando sua importância no fortalecimento da identidade quilombola, na promoção do desenvolvimento socioeconômico e na garantia dos direitos da comunidade.

MARCO TEÓRICO

Como categoria de base, utilizamos a “Identidade Quilombola”. De acordo com Santos *et al.* (2022), a identidade é considerada “a fonte de significado e experiência de um povo” e decorre de um processo de individuação, construído por meio de um atributo cultural ou de um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, que resultam em fontes de significados que dizem respeito ao próprio indivíduo.

As comunidades quilombolas são formadas por grupos étnicos compostos, em sua maioria, por populações negras que vivem em áreas rurais ou urbanas. Esses grupos se identificam com base em sua conexão com a terra, laços de parentesco, território, ancestralidade e na preservação de suas tradições e práticas culturais específicas (Xavier *et al.*, 2023). O critério de autodefinição, portanto, “torna possível efetivar o direito fundamental à existência e à memória das comunidades remanescentes de quilombo, para que se preservem na cultura e na vida em comunidade, dando continuidade de sua cultura” (Jucá, 2018, p. 26).

A cooperação é essencial para organizações associativistas, pois envolve um sistema complexo de interações sociais que se desenvolvem a partir das necessidades, objetivos e interesses dos indivíduos. Além disso, possibilita que

pequenas comunidades fortaleçam seus modos de produção e organização (Canterle, 2004).

Na segunda categoria de base, discutimos sobre a definição de “Remanescente de Quilombo”. Para Alfredo Wagner de Almeida (1998), “remanescente” pode levar à ideia e ao sentido de “fóssil”, “sobrevivência”, “sobra”, “resto”, “resíduo”; refletindo, portanto, uma ideia “frigorificada” do termo. O termo em questão indica “a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos e é utilizado para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico” (Schmitt *et al.*, 2002).

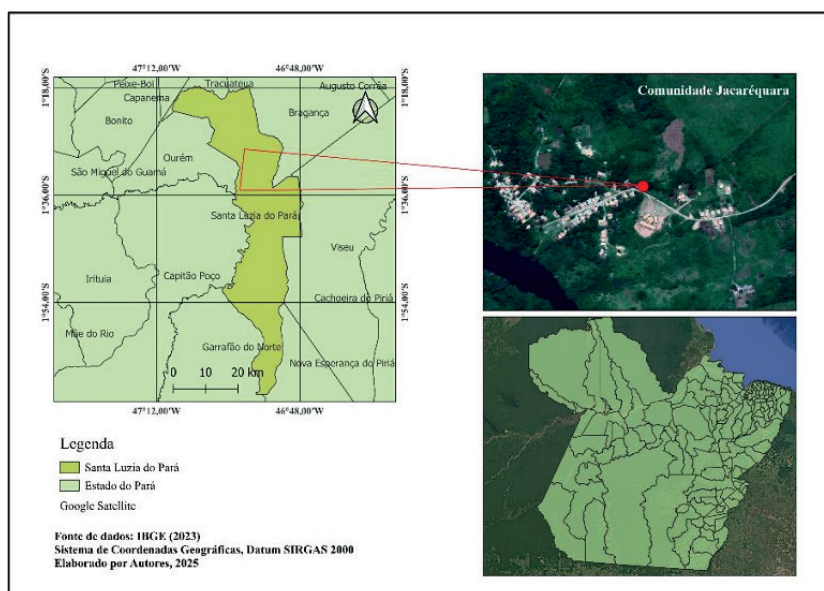
Remanescentes quilombolas são os descendentes de comunidades formadas por escravizados que fugiram entre o século XVI e 1888. São grupos sociais que se distinguem do restante da sociedade por sua identidade étnica. O reconhecimento dos quilombos contemporâneos passa pela autoidentificação da comunidade como “remanescentes de quilombo”, como ponto de partida para o acesso às políticas afirmativas de reparação por parte do Estado, segundo Almeida (2011) e Arruti (2003).

MÉTODOS

Caracterização da área de estudo

O estudo foi realizado na comunidade quilombola do Jacarequara (Figura 1), pertencente ao município de Santa Luzia do Pará, que se encontra a 16 Km da sede do município, localizado na microrregião do Guamá, mesorregião do nordeste paraense (Figura 1).

Figura 1 - Localização da comunidade de Jacarequara, Santa Luzia – PA.



Fonte: Rodrigues (2017).

Em termos históricos, o município foi desmembrado do município de Ourém, em 13 de dezembro de 1991. Os relatos indicaram que a comunidade do Jacarequara é mais antiga do que o próprio município ao qual fazia parte, sendo assim, o Quilombo contaria com algo próximo aos 300 anos.

Como se sabe, a fundação dos Quilombos se deu por meio da chegada dos escravos que fugiam dos senhores e das fazendas, adentrando na floresta, onde se refugiavam, muitas vezes próximos a rios, devido à rota de fuga, juntamente com a disponibilidade de alimento, através dos peixes, como é o caso do Quilombo do Jacarequara, situado à margem direita do Rio Guamá, um dos principais rios do estado do Pará.

Com isso, a comunidade se localiza à latitude: 1°36'21" S e longitude: 46°58'39" W, e, através do mapa, observamos que conta com aproximadamente 75 moradias, sendo 50 dessas obtidas através de um projeto habitacional do Minha Casa Minha Vida no ano de 2015. Destas 75, nem todas são habitadas, nos dando algo próximo entre 65 a 70 famílias. A uma média de 4 a 5 moradores por família, temos algo em torno de 300 habitantes nessa comunidade.

Procedimentos metodológicos

Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizou-se a abordagem qualitativa, com base em entrevistas semiestruturadas e observações dos participantes. Essa abordagem permitiu compreender de forma aprofundada a atuação da Associação Quilombola Vida Para Sempre e seu impacto na promoção do desenvolvimento e na garantia de direitos da comunidade quilombola no nordeste paraense.

A técnica da entrevista semiestruturada foi escolhida por sua flexibilidade, permitindo ao entrevistador explorar temas relevantes à medida que a conversa se desenrola. O roteiro de perguntas foi elaborado considerando os objetivos da pesquisa e o contexto da comunidade quilombola, garantindo que as respostas obtidas contribuíssem para a compreensão da importância do associativismo na luta por direitos e no fortalecimento da identidade quilombola.

A pesquisa foi realizada com membros da Associação Quilombola Vida Para Sempre, incluindo o presidente da associação, os membros da diretoria e do conselho fiscal. A seleção dos entrevistados seguiu o critério de relevância na participação associativa e conhecimento da história e dos desafios da associação.

Inicialmente, foi feito um contato com a associação, a partir de visitas prévias à comunidade, para apresentação da pesquisa e solicitação de autorização para a aplicação das entrevistas. Em seguida, foram realizadas entrevistas, no período de 02/04/2025 a 05/04/2025, que foram conduzidas presencialmente, respeitando o contexto sociocultural e buscando criar um ambiente propício para a troca de informações. O conteúdo das entrevistas abordou os seguintes eixos: identificação do entrevistado.

Roteiro da entrevista

O roteiro de pesquisa foi estruturado com base em quatro eixos principais: a identificação dos entrevistados; o histórico de formação e atuação da associação; os impactos do associativismo na comunidade local; e, por fim, os principais desafios enfrentados e as perspectivas futuras. Essa abordagem permitiu compreender não apenas a trajetória da associação, mas também seu papel

no fortalecimento da organização coletiva, na promoção do desenvolvimento local e na geração de alternativas socioeconômicas para os seus membros.

A análise das entrevistas foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, permitindo identificar padrões, significados e categorias emergentes que contribuíram para a compreensão do papel do associativismo no desenvolvimento quilombola.

RESULTADOS

Para os territórios quilombolas, a criação de uma associação é um marco inicial para a regularização do território e o elo com instituições públicas e privadas. Por meio de toda essa vivência, tivemos a fundação da Associação Quilombola Vida Para Sempre do Jacarequara – AVPS, no ano de 2005, e, somente o reconhecimento como território quilombola, no ano de 2008, por meio da titulação do território pelo Instituto de Terras do Pará - ITERPA, sancionado pela então Governadora Ana Júlia, do Partido dos Trabalhadores – PT.

Essa conquista só foi possível graças à luta incansável do senhor Raimundo Nogueira, primeiro presidente da associação e importante liderança comunitária, falecido em dezembro de 2024, aos 84 anos. Com determinação e senso de coletividade, ele mobilizou companheiros, buscou recursos e articulou políticas públicas que permitiram o reconhecimento deste território como Remanescente de Quilombo.

O território conta, em documento titulado, com uma área total de 1.236 hectares, algo acima de 12 milhões e 300 mil metros quadrados, sendo este composto por áreas preservadas, infelizmente em sua minoria, pois se trata de uma área que ainda deverá passar por um processo de indenização de alguns proprietários, os quais utilizam áreas para criação de gado, com fazendas, tendo grandes extensões que não são de floresta, sendo utilizadas para pastagem. Com isso, a comunidade enfrenta um longo processo de indenização fundiária, que já se arrasta ao longo de 17 anos.

Assim, a renda obtida por essas famílias consiste, em sua extrema maioria, no programa Bolsa Família do governo federal, sendo que seus habitantes complementam sua alimentação através da pesca no Rio Guamá e da agricultura de

subsistência, com cultivos como o feijão-caupi e a mandioca. Juntamente, alguns moradores optaram também pelo cultivo do açaí e pela criação de gado bovino.

Além disso, o estatuto enfatiza a participação democrática dos membros nas decisões associativas, refletindo um compromisso com a autogestão e a transparência administrativa. Esse modelo de governança tende a fortalecer os laços comunitários e assegurar que as diretrizes da associação estejam alinhadas com as necessidades reais da população. A pesquisa de Garcia e Wandscheer (2022) reforça esse aspecto ao analisar como a interdependência entre geografia, cultura e história contribui para o desenvolvimento sustentável em comunidades quilombolas, um princípio também presente no estatuto da AVPS.

Outro aspecto importante é a inserção de dispositivos sobre sustentabilidade e preservação ambiental. A incorporação desses princípios ao estatuto demonstra a preocupação da comunidade com a gestão equilibrada dos recursos naturais, contribuindo para a segurança alimentar e a manutenção das práticas culturais e produtivas tradicionais.

Entretanto, algumas vulnerabilidades são identificadas. O estatuto pode apresentar lacunas quanto à formalização de parcerias institucionais e à captação de recursos financeiros para projetos de desenvolvimento. O fortalecimento dessas diretrizes poderia ampliar as possibilidades de investimento na comunidade e consolidar iniciativas de autonomia econômica.

Em suma, o estatuto da AVPS representa um importante instrumento de organização social e defesa dos direitos da comunidade. No entanto, algumas revisões poderiam ser realizadas para potencializar sua eficácia, especialmente no que concerne ao fortalecimento de parcerias institucionais e mecanismos de sustentação financeira. As pesquisas mencionadas corroboram a relevância desses aspectos, mostrando que a gestão coletiva, a sustentabilidade e a resistência política são elementos essenciais para a manutenção dos territórios quilombolas e a melhoria das condições de vida das comunidades.

Quadro 1 - Principais aspectos históricos da Associação Quilombola Vida Para Sempre (AVPS).

Sócios	Histórico da Associação
Primeiro entrevistado	• Sócio desde 2005; • Falta de recursos; • Estruturação.

Sócios	Histórico da Associação
Segundo entrevistado	• Falta de recursos. • Estruturação.
Terceiro entrevistado	• Criação da associação; • Identificação e caracterização da comunidade; • Estruturação.
Quarto entrevistado	• Luta pelos direitos; • Organização; • Estruturação.
Quinto entrevistado	• Reconhecimento pelo território quilombola; • Estruturação.
Sexto entrevistado	• Regularização da associação; • Estruturação.
Sétimo entrevistado	• Falta de pessoas para a fundação da associação quilombola.
Oitavo entrevistado	• Falta de pessoas para a fundação da associação quilombola.
Total	8 entrevistados

Fonte: Rodrigues (2017).

Em meados de 2003, surgiu o interesse de um morador da comunidade, que mais tarde se tornaria o primeiro presidente, em buscar informações sobre o processo de criação e funcionamento de uma Associação Quilombola. A partir desse interesse inicial, iniciou-se um período de aproximadamente dois anos marcado por palestras e reuniões comunitárias, envolvendo os que viriam a se tornar os sócios fundadores. Foi apenas em março de 2005 que se concretizou oficialmente a fundação da Associação Quilombola Vida Para Sempre do Jaca-requera (AVPS), com a elaboração e aprovação do seu estatuto.

De acordo com os relatos dos entrevistados, os principais desafios enfrentados durante o processo de fundação da associação incluíram a falta de conhecimento técnico sobre o tema, a escassez de recursos para custear deslocamentos e alimentação durante as viagens necessárias, e a dificuldade em mobilizar um número mínimo de associados, devido à descrença inicial da comunidade. Foi necessário um esforço coletivo de convencimento para garantir a adesão dos primeiros sócios e viabilizar juridicamente a criação da associação.

A estrutura organizacional da AVPS baseia-se em reuniões mensais realizadas em sua sede própria. A associação mantém-se financeiramente por meio das contribuições mensais de seus associados e pela articulação de parcerias

com diferentes instituições, entre as quais se destacam: Malungo, Sindicato Rural, Cooperativa, Rede Bragantina, Escola Ecrama, entre outras.

Os dados referentes ao eixo temático “Associativismo na comunidade” estão apresentados no Quadro 2. Nesse eixo, os principais tópicos levantados dizem respeito às transformações e contribuições promovidas pela atuação da associação no contexto comunitário. Entre as mudanças mais destacadas pelos entrevistados, estão o acesso ampliado a políticas públicas e o fortalecimento da identidade quilombola, elementos considerados fundamentais para o desenvolvimento social e o reconhecimento cultural da comunidade.

Quadro 2 - Aspectos Organizacionais e impactos do associativismo na Comunidade Quilombola Vida Para Sempre.

Sócios	Impacto do Associativismo na Comunidade
Primeiro entrevistado	• Mudanças; • Contribuição; • Políticas Públicas; • Identidade Quilombola;
Segundo entrevistado	• Mudanças; • Conhecimento dos direitos; • Políticas Públicas; • Identidade Quilombola;
Terceiro entrevistado	• Mudanças e melhorias no âmbito da educação; • Garantia dos direitos; • Políticas Públicas; • Identidade Quilombola;
Quarto entrevistado	• Valorização da comunidade; • Acesso a políticas públicas; • Identidade Quilombola;
Quinto entrevistado	• Mudanças; • Garantia dos direitos; • Reconhecimento pelo território quilombola; • Estruturação.
Sexto entrevistado	• Mudanças; • Políticas Públicas; • Identidade Quilombola;
Sétimo entrevistado	• Políticas Públicas; • Identidade Quilombola;
Oitavo entrevistado	• Políticas Públicas; • Identidade Quilombola;
Total	8 entrevistados

Fonte: Autores (2025).

As principais mudanças e contribuições identificadas dizem respeito à permanência das famílias em seu território tradicional, viabilizada pelo

reconhecimento oficial do território quilombola, da cultura local e dos direitos da comunidade. Esse processo promoveu a organização coletiva interna, fortalecendo o diálogo comunitário e ampliando as parcerias com outras instituições. Destaca-se, ainda, o acesso a políticas públicas, possibilitado pela formalização da associação e sua documentação jurídica.

Entre os programas citados pelos entrevistados, destacam-se: a construção de 50 moradias por meio do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR); o ingresso de jovens em instituições de ensino superior com bolsas de estudo através do Processo Seletivo Especial (PSE Quilombola); a participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA Quilombola); a implementação de projetos de reflorestamento financiados pelo Fundo Baobá; além do acesso a benefícios previdenciários como o salário-maternidade e a aposentadoria rural, entre outros.

A valorização e a preservação da cultura também se fortaleceram a partir da organização de eventos comemorativos, especialmente as celebrações do Dia da Consciência Negra. Nesses momentos, são realizadas apresentações de danças tradicionais, atividades culturais e oficinas de produção artesanal com materiais como argila, sementes e fibras naturais. Além disso, houve a retomada e valorização dos saberes tradicionais, como o uso de plantas medicinais na produção de remédios caseiros, contribuindo para a preservação do patrimônio imaterial da comunidade.

Os dados referentes ao eixo temático “Desafios e perspectivas futuras” estão apresentados no Quadro 3. Entre os principais tópicos mencionados pelos entrevistados, destacaram-se a inadimplência dos associados, a fragilidade na prática da coletividade, a ausência de indenização relacionada ao território, a necessidade de estabelecer novas parcerias institucionais e as demandas por melhorias nos serviços de educação e saúde. Esses aspectos refletem os desafios atuais enfrentados pela associação e apontam para áreas prioritárias que exigem atenção e planejamento estratégico para o fortalecimento das ações comunitárias no futuro.

Quadro 3 - Desafios e perspectivas.

Sócios	Desafios e Perspectivas Futuras
Primeiro entrevistado	▪ Inadimplência; ▪ Educação; ▪ Reformas; ▪ Estruturas básicas de estradas;
Segundo entrevistado	▪ Indenização do território; ▪ Novos projetos; ▪ Falta de apoio dos órgãos públicos;
Terceiro entrevistado	▪ Falta de coletividade ▪ Indenização fundiária; ▪ Parcerias com instituições de ensino superior;
Quarto entrevistado	▪ Falta de avanços em políticas públicas; ▪ Execução de novos projetos; ▪ Conclusão da sede;
Quinto entrevistado	▪ Desintrusão de não quilombolas do território; ▪ Capitação de recursos; ▪ Fortalecimento da comunidade;
Sexto entrevistado	▪ Desintrusão de não quilombolas do território; ▪ Saneamento básico; ▪ Novos projetos;
Sétimo entrevistado	▪ Manter a associação; ▪ Indenização; ▪ Manter as raízes culturais;
Oitavo entrevistado	▪ Manter a associação; ▪ Indenização; ▪ Manter as raízes culturais;
Total	8 entrevistados

Fonte: Autores (2025).

Entre os principais desafios enfrentados pela associação, destacam-se a baixa participação dos sócios nas atividades coletivas, como mutirões e serviços comunitários, bem como a inadimplência no pagamento das mensalidades associativas. No entanto, o problema mais recorrente e enfatizado por todos os entrevistados foi a questão da regularização fundiária. Apesar de anos de reivindicação, ainda não ocorreu a desintrusão e a devida indenização dos proprietários rurais que, embora não façam parte da comunidade quilombola, ocupam áreas situadas dentro do território oficialmente reconhecido como quilombola.

No que diz respeito às perspectivas futuras, os entrevistados apontaram para a necessidade de fortalecimento institucional da associação, por meio da inscrição em novos editais e da implementação de projetos que promovam melhorias significativas para a comunidade. A expectativa é de que, após a efetivação das indenizações fundiárias e da desintrusão, haja ampliação da área

disponível para uso coletivo, possibilitando o aumento da capacidade produtiva e o acesso a novos recursos e oportunidades de desenvolvimento.

Nesse contexto, os entrevistados ainda reforçaram as melhorias que podem ocorrer, com a busca de novos recursos, projetos e benefícios para os associados, como: a construção de um posto de saúde, ampliação do aprendizado até o ensino médio dentro da comunidade, água encanada e saneamento de qualidade, asfalto, enfim, diversos e pequenos detalhes que melhorariam e muito a vida dos moradores desse quilombo.

CONCLUSÃO

As considerações finais deste estudo destacaram a relevância do associativismo como estratégia fundamental para o fortalecimento das comunidades quilombolas, evidenciada pela atuação da Associação Quilombola Vida Para Sempre. A pesquisa demonstrou que a organização desempenha um papel essencial na promoção da identidade cultural, no desenvolvimento socioeconômico e na garantia dos direitos da comunidade quilombola localizada no nordeste paraense.

Os resultados evidenciaram que a Associação Quilombola Vida Para Sempre tem sido um agente transformador na vida da comunidade, atuando na defesa do território, na valorização da cultura afro-brasileira e na busca por melhores condições socioeconômicas. Por meio de ações voltadas para a educação, produção agrícola sustentável e preservação ambiental, a associação fortalece a autonomia da comunidade e amplia seu acesso a políticas públicas.

No entanto, a pesquisa também apontou desafios significativos, como a dificuldade na regularização fundiária e a necessidade de maior apoio governamental e institucional. Esses fatores limitam o pleno desenvolvimento das atividades da associação e reforçam a importância da formulação de políticas públicas mais inclusivas e eficazes para essas comunidades.

Dessa forma, concluiu-se que o associativismo continua sendo uma ferramenta indispensável para a resistência e o desenvolvimento das comunidades quilombolas, sendo fundamental o fortalecimento de iniciativas como a Associação Quilombola Vida Para Sempre. Recomenda-se a ampliação de estudos sobre o impacto do associativismo em outras comunidades quilombolas,

bem como a implementação de políticas públicas que garantam maior suporte a essas organizações, promovendo, assim, a justiça social e a valorização da cultura quilombola no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. W. B. de. **Quilombolas e novas etnias**. Manaus: UEA, 2011. ARRUTI, J. M. P. A. **Apresentação: uma visão da conjuntura quilombola**. Tempo e Presença, Rio de Janeiro, v. 11, p. 4-5, 2008.
- ALMEIDA, A. W. B. **Quilombo: terra e problema**. In: Jamary dos pretos: terra de mocambeiros (Projeto Vida de Negro). São Luís: SMDDH/CCN-PVN, 1998. (Coleção Negro Gosme, vol. 1. p. 13-25.
- Associação quilombola vida para sempre jacarequara - AVPS. Mapa das Organizações da Sociedade Civil. Disponível em: <https://mapaosci.ipea.gov.br/detalhar/409261>. Acesso em: 19 fev. 2025.
- CANTERLE, N. M. G. **O associativismo e sua relação com o desenvolvimento**. Francisco Beltrão – PR, Unioeste, 2004. SANTOS, D. T. G.; KEITEL, A. S. P.; ROCHA, M. L. V. **Os territórios quilombolas como espaço de construção e preservação da identidade: um estudo na comunidade quilombola de Júlio Borges** – RS. Revista de Estudos Empíricos em Direito, vol. 09. 2022.
- GARCIA, Luciano; BUENO WANDSCHEER, Clarissa. Desenvolvimento Sustentável em Comunidade Quilombola: análise da Comunidade da Restinga, Lapa, Paraná. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, [S. l.], v. 19, n. 5, 2023. DOI: 10.17271/1980082719520234189. Disponível em: https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/forum_ambiental/article/view/4189. Acesso em: 02 mar. 2025.
- MACEDO, Nayara Felix Moura *et al.* **Lei 13.465/17 e gestão coletiva da terra: o desafio da regularização fundiária em territórios quilombolas urbanos**. 2024.
- OLIVEIRA, J. M. A regularização fundiária em comunidades quilombolas: desafios e perspectivas. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 27, n. 2, p. 267-299, maio/ago. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/15361>. Acesso em: 15 fev. 2025.
- Plantas alimentícias e as comidas no quilombo do jacarequara, santa luzia do pará. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 27, n. 2, p. 267-299, maio/ago. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/15361/11242>. Acesso em: 15 fev. 2025.
- SANTOS, R. O impacto do associativismo na identidade cultural quilombola. **Revista Brasileira de Estudos Quilombolas**, Rio de Janeiro, v. 1, pág. 45-67, 2021.
- SILVA, MR; ALMEIDA, PC; FERREIRA, TL **O papel do associativismo na inclusão social de comunidades tradicionais**. Estudos Interdisciplinares sobre Quilombos, Salvador, v. 3, pág. 45-67, 2024.
- SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. **A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas**. Ambiente e Sociedade, Campinas, SP, n. 10, p. 129-36, jan./jun. 2002.

SILVA, Maria das Graças da; OLIVEIRA, Rodrigo Erdmann; OLIVEIRA, Thaissa Jucá Jardim; FREITAS, Luana Lima de. **Comunidades quilombolas na Amazônia:** resistência e reafirmação de territórios ancestrais para a reprodução da existência. *Revista de Políticas Públicas*, v. 25, n. 2, p. 565–584, 13 Jan 2022 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/18460>. Acesso em: 02 mar. 2025.

XAVIER, L. F.; CASTRILLON JÚNIOR, D. A. C.; MARIANI, M. A. P.; SANTOS, J. F. S.; ARAÚJO, G. C. **O associativismo em territórios quilombolas: um estudo na comunidade quilombola Chácara do Buriti em Campo Grande/MS.** *Revista de Gestão e Secretariado*, São Paulo, SP, v. 14, n.8, p. 12920 – 12933, 2023.

CAPITAL SOCIAL E SOLIDARIEDADE: O PAPEL DO CAPITAL SOCIAL E DA SOLIDARIEDADE PARA O SUCESSO E SUSTENTABILIDADE DA ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E AQUICULTORES DE NOVA OLINDA- AGROMAR

Cairo Pereira Siqueira

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Lívia da Silva Santos

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Vanessa Brito da Cunha

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Objetivo: O presente estudo tem como tema o papel do capital social e da solidariedade para o sucesso e sustentabilidade da Associação de Agricultores e Aquicultores de Nova Olinda (AGROMAR), no município de Augusto Corrêa-PA. O objetivo foi compreender como esses elementos contribuem para o desenvolvimento econômico e social da comunidade local. **Métodos:** A metodologia adotada foi uma pesquisa quanti-qualitativa, utilizando questionários com perguntas abertas e fechadas aplicados aos associados da AGROMAR. **Resultados:** Os resultados mostraram que a associação tem forte impacto na geração de renda, fortalecimento da agricultura familiar, adoção de práticas sustentáveis e estímulo à participação social, embora ainda haja desafios como a baixa escolaridade dos associados e a ausência de jovens na atividade. **Conclusão:** Concluiu-se que o capital social e a solidariedade são fundamentais para a sustentabilidade da associação, promovendo melhorias na qualidade de vida, na produção aquícola e no desenvolvimento local sustentável.

Palavras-chave: Agricultura familiar; economia solidária; associativismo rural.

INTRODUÇÃO

A aquicultura é considerada uma atividade multidisciplinar, referente à criação de diversos organismos aquáticos, tendo a intervenção ou manejo do processo de criação para aumento da produção, como a criação de plantas aquáticas, peixes, crustáceos e moluscos; sendo uma prática encontrada em diversos locais do mundo, entre várias culturas, inclusive com documentos e registros evidenciando esse tipo de técnica (Oliveira, 2015).

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP), o Pará conta com 80 produtores de ostras, divididos em sete associações, distribuídas nos cinco municípios localizados no nordeste do Pará. Segundo o engenheiro de pesca Rogério Reis, a atividade vem se desenvolvendo no estado e a previsão é o aumento gradual na quantidade de ostreicultores; o Pará é o quarto maior produtor, ficando atrás de Santa Catarina, São Paulo e Paraná (Barbosa, 2022).

Putnam (2000) aponta uma alta densidade de associações e a presença de relações sociais de reciprocidade como os principais pilares de uma democracia vital e de um engajamento cívico efetivo; tendo a organização social, sustentada por uma rede de associações e cooperações civis que se baseiam em regras compartilhadas e confiança recíproca, se mostrando de grande importância para um melhor desempenho das instituições e na eficiência da sociedade e de sua economia.

Com as atuações das associações, é possível realizar projetos e alcançar espaços que, individualmente, seriam muito difíceis, bem como possibilitar a melhoria das condições econômicas dos envolvidos; o associativismo cria um ambiente flexível pela interação de distintos atores, resultando em um produto harmônico que se alinha aos interesses coletivos dos associados (Sangalli *et al.*, 2015).

O trabalho buscou abordar o entendimento da dinâmica da agricultura familiar na produção de ostras, com foco nas articulações do associativismo na criação de estratégias para viabilizar melhorias no seu modo de produção e convívio social, sendo as práticas associativistas entendidas como resultado das constantes lutas dos produtores, com o objetivo de representar e defender as necessidades e interesses comuns dos associados que a constituem,

buscando soluções para os problemas do meio rural, como a aquisição de implementos, insumos, crédito rural e assistência técnica. O trabalho teve como objetivo compreender o papel do capital social e da solidariedade para o sucesso e sustentabilidade da Associação de Agricultores e Aquicultores de Nova Olinda – AGROMAR.

MARCO TEÓRICO

O associativismo é entendido como o processo que beneficia, de forma organizada, por meio de ações coletivas, aqueles que estão associados (Ferreira; Salusk, 2022). O autor ainda destaca a fundamental importância do associativismo nas comunidades como assegurador de condições básicas, pautadas pela cooperação, solidariedade e participação na organização. Luchmann (2014) destaca contribuições do associativismo na vida do indivíduo, como a formação cidadã, ser democrático e ter mais autonomia na tomada de posicionamento, principalmente frente à opinião pública. Dessa forma, há um maior engajamento social do indivíduo, o que mobiliza o seu redor, tornando-o mais influente e participativo, e não aquém aos seus direitos ou à luta por eles.

Capital social

Putnam (1994) destaca que “o capital social é um ‘bem público’, ou seja, não é propriedade privada daqueles que se beneficiam dele. O capital social tipicamente consiste em laços, normas e confiança transferíveis de um ambiente social para outro.” O entendimento de capital social, de acordo com Amaral (2024), possibilita observar que os indivíduos não agem de forma independente, que os seus objetivos são estabelecidos de maneira conjunta e que o seu comportamento nem sempre é estritamente egoísta.

Devido ao fato de o capital social tratar-se de laços transferíveis, é possível observar os benefícios que essa confiança nos laços proporciona, pois “uma sociedade que depende da reciprocidade generalizada é mais eficiente do que uma sociedade desconfiada, pela mesma razão que o dinheiro é mais eficiente do que a troca. A confiança lubrifica a vida social” (Putnam, 1994).

Rothstein e Stolle (2007) também retratam que é evidente que a confiança generalizada oferece vantagens para o indivíduo e para as sociedades que a contêm, pois estes são mais propensos a iniciar relações de cooperação benéfica, tanto no âmbito individual quanto no coletivo.

Solidariedade

A solidariedade é dividida em dois ramos diferentes: a mecânica e a orgânica (Durkheim, 1999). A mecânica é muito baseada na semelhança; assim, a partir de grupos homogêneos, haveria o sentimento e a ação por melhorias econômicas, sociais e políticas. Já na orgânica, o autor destaca a sua diversidade como fator determinante para o sucesso do alcance das melhorias econômicas, políticas e sociais. Essa característica, na solidariedade orgânica, é a divisão de funções, muito presente na sociedade moderna, marcada pela divisão do trabalho. “A dessemelhança, como a semelhança, pode ser uma causa de atração mútua” (Durkheim, 1999, p. 20). Portanto, o termo é uma relação que une indivíduos a partir de uma conexão específica com objetivo em comum: “solidarizar-se”.

Para Westphal (2008), o termo solidariedade é polissêmico no contexto social, econômico e político. Dessa forma, o uso dessa palavra pode ser empregado no entendimento das formas de organização, marcadas pela relação de reciprocidade entre indivíduos do mesmo grupo ou entre grupos. Camps (1996) define que a solidariedade é uma lei natural que desperta um sentimento de pertencimento ao grupo.

Dessa forma, os grupos passam a manifestar a moral não como um compromisso a ser seguido, mas como um sentimento de dever que surge. Assim, esse é um importante mecanismo de transformação do espaço, que provoca mudanças sociais, políticas e econômicas (Roca, 1994). A solidariedade é tomada como uma centralidade ética, incrementada no valor humano decorrente do convívio e no estabelecimento de relações interpessoais (Selli; Garrafa, 2006).

Sustentabilidade e agricultura familiar

A agricultura familiar é responsável por parte dos alimentos produzidos no Brasil e consumidos tanto em nosso país quanto no exterior. Para o autor

Wanderley (1997), o conceito de agricultura familiar é um conceito genérico que explica muitos atributos da estrutura familiar. Assim, o autor destaca atributos do campesinato na agricultura familiar, como: autonomia relativa, importância estrutural e saber autóctone.

Dessa forma, a agricultura familiar é um elemento fundamental de sustentação da cultura do conhecimento e da formação de laços fortes na estrutura social. Cooperação, associativismo e solidarismo são bem notórios nesse sistema fundamental. A agricultura familiar é o que impulsiona o agro brasileiro, com grande expressão na produção e com o uso de novas tecnologias e linhas de crédito que são destinadas a esse grupo. Segundo a Conab (2025), a agricultura familiar é a maior estratégia de “Segurança Alimentar e Nutricional”, estimulada a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), amparado pela Lei 14.628/2023 e pelo Decreto 11.802/2023.

No aspecto da sustentabilidade, o autor Elkington (1994) descreveu um conceito-chave: o triple bottom line. Esse conceito é muito importante, pois é a partir dele que se verifica a sustentabilidade como fruto de uma interação múltipla em três dimensões: econômica, social e ambiental. Partindo do princípio de que todas estão em atuação simultânea. Assim, verifica-se o alcance do desenvolvimento sustentável. Na agricultura, esse conceito precisa ser evidente, uma vez que não é responsável nem economicamente viável produzir de forma não sustentável. Os problemas que surgem quando essa “balança” está em desequilíbrio são onerosos e repercutem significativamente no cotidiano daqueles que vivem no campo e produzem o alimento.

MÉTODOS

A presente pesquisa foi de cunho quanti-qualitativo. Ambas as abordagens reconheceram como central a observação do indivíduo na pesquisa. De acordo com Alves (2002), tanto o senso comum quanto a ciência eram formas de observar, compreender e sobreviver no mundo a partir dessa visão unificada.

Para Lakatos e Marconi (1992), é a partir da realização de pesquisa qualitativa e/ou quantitativa que é possível obter as respostas acerca da relevância da investigação. Para Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa de campo quantitativo-descritiva é um tipo de abordagem científica que se objetivava nas

investigações de forma empírica e a partir do método questionário-entrevista. Assim, esses métodos objetivaram a análise das características do estudo em questão e foram fundamentais para a obtenção dos resultados.

O estudo foi realizado na comunidade de Nova Olinda, localizada no município de Augusto Corrêa, situado no Nordeste Paraense. O município possui uma área territorial de 1.099,580 km² e uma densidade demográfica de 40,53 hab/km² (IBGE, 2022). Nova Olinda foi escolhida como elemento para a pesquisa, pois existe uma associação influente na região: a Associação de Agricultores e Aquicultores de Nova Olinda (AGROMAR), ilustrada na Figura 1, a e b. Esta, por sua vez, foi destaque na produção aquícola, com uma das maiores fazendas de ostras da região.

Figura 1 - a) Local de reunião dos associados da AGROMAR. b) Local de criação de ostras e turismo.



Fonte: AGROMAR (2025).

Foi elaborado um questionário que contemplava as dimensões: associativismo, economia, agricultura familiar e sustentabilidade da comunidade de Nova Olinda. O questionário conteve 21 questões fechadas e abertas, com o objetivo de melhor registrar as informações de fala e, dessa forma, obter os dados primários da pesquisa.

Os dados obtidos por meio dos questionários foram tabulados no software Excel. Assim, todas as respostas foram avaliadas de acordo com cada dimensão presente no questionário. Contudo, para melhor visualização dos resultados, foram elaborados elementos gráficos, com o intuito de uma melhor apresentação dos resultados e discussões, os quais foram expressos em porcentagem. A partir dessas informações, foi realizada uma comparação com literaturas já publicadas a respeito da temática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Perfil socioeconômico

A Associação de Agricultores e Aquicultores de Nova Olinda apresentou um total de 14 sócios ativos, dos quais todos os entrevistados eram do gênero masculino, evidenciando a expressiva falta de presença feminina nessa atividade. Tal fato pode estar relacionado às intensas tarefas desenvolvidas no ramo, bem como a questões de segurança durante o trabalho de vigilância.

Tabela 1 - Representativo de Gênero e faixa etária dos associados entrevistados.

Gênero	
Masculino	Feminino
8	0
Faixa Etária	Associados
31 a 40 ano	3
41 a 50 anos	4
Acima de 50 anos	1

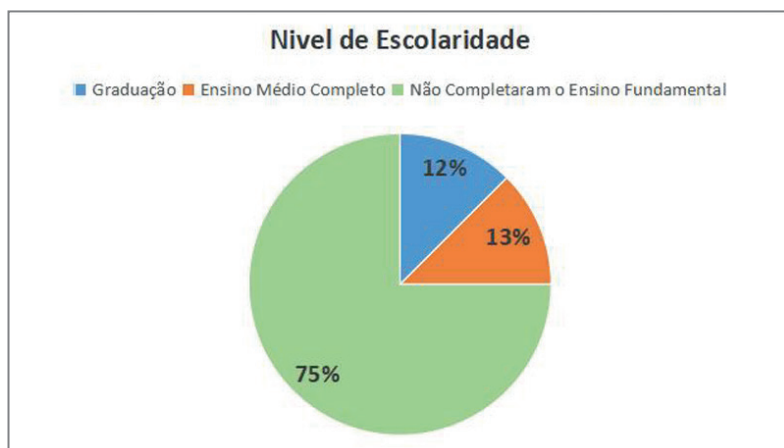
Fonte: Autores (2025).

Quanto à escolaridade, entre os entrevistados, 75% não completaram o ensino fundamental; 13% possuem nível médio e 12% possuem graduação. Segundo Mutemba (1998), o baixo ou nenhum grau de escolaridade dos associados dificulta o domínio da planificação da atividade agrícola e a aceitação de técnicas modernas de produção, afetando negativamente o funcionamento dessas organizações.

Sendo assim, é importante destacar que a escolaridade é um fator fundamental para capacitar os ostreicultores a se organizarem em associações e em rede, buscando melhorias e resultados positivos que não seriam possíveis individualmente.

Quanto ao estado civil, todos responderam que eram casados, evidenciando a importância do papel familiar na atividade desenvolvida.

Figura 2 - Nível de escolaridade entre os entrevistados, associados da AGROMAR.



Fonte: Autores (2025).

Para Nanthapa e Bata (2020), avaliar o impacto das associações agrícolas, assim como de outras atividades no desenvolvimento local, é um exercício sempre complexo, que se torna ainda mais desafiador quando existem dificuldades em registrar os indicadores mais elementares, tanto os de produção e comercialização quanto os de bem-estar dos cidadãos.

Durante a pesquisa de campo, foi possível verificar que, quanto ao quantitativo de pessoas que residiam com os associados, 37,5% responderam que vivem com três a seis pessoas; 60,5% informaram residir com um a três pessoas; e 2% responderam que viviam com seis a nove pessoas.

Em relação à renda, uma parcela expressiva dos associados dedicava-se exclusivamente à aquicultura, sendo que 88% dos entrevistados apontaram que sua renda era especificamente do cultivo de ostras, enquanto 12% responderam que sua composição de renda era oriunda da lavoura e do cultivo de ostras. Dessa forma, a base do seu sustento era do cultivo de ostras.

Um dos entrevistados relatou que, antes de participar da associação, trabalhava somente com lavoura, atividade que considerava muito cansativa e com retorno econômico pouco expressivo. No entanto, com a entrada para a associação, ele começou o cultivo de ostras e percebeu que era mais vantajoso dedicar mais tempo à criação desse molusco, pois essa atividade proporcionava maior lucro em comparação com seu antigo trabalho. Posteriormente, esse produtor passou a exercer somente a ostreicultura como atividade principal.

A produção total da associação (Tabela 1), no ano de 2024, chegou a 37.997,7 kg, tornando-a uma das maiores produtoras de ostras do país, destacando-se a importância da associação para o crescimento da economia local do município de Augusto Corrêa. De acordo com o IBGE (2024), em 2023, o estado do Pará produziu 61 toneladas de ostras, mexilhões e vieiras, enquanto estados como São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro, Paraíba, Maranhão, Alagoas e Sergipe ficaram abaixo de 50 toneladas. Dessa forma, podemos observar a relevância dessa atividade em nosso estado e, conforme mencionado na tabela, a produção da AGROMAR contribui com boa parte dessa produção estadual.

Tabela 2 - Produção anual de ostras referente ao ano de 2024, da Associação dos Agricultores e Aquicultores de Nova Olinda- AGROMAR.

Produção AGROMAR - 2024			
	Quant. (dúzia)	Quant. (kg)	Valor (R\$)
Média	1104	1435,2	18.772,40
Total	29.229	37.997,7	497.009,9

Fonte: AGROMAR (2024).

No que se refere à gestão pública, 90% dos associados responderam que a gestão pública municipal poderia contribuir mais para a melhoria econômica dos associados. Os entrevistados citaram, como forma de melhoria, a oferta de cursos e oficinas; no entanto, 10% acreditavam que isso não pode resultar em melhora, pois a gestão já contribui para a associação na obtenção das sementes.

Alguns dos associados entrevistados relataram que a Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Aquicultura – SEMAPA – disponibiliza um caminhão para transportar as sementes de ostra do local de compra até a vila de Nova Olinda, ajudando assim a associação a economizar nos gastos com frete.

Associativismo

Entende-se por associativismo qualquer iniciativa formal ou informal que reúne um grupo de organizações ou pessoas com o objetivo de superar dificuldades e gerar benefícios econômicos, sociais, científicos, culturais ou políticos, promovendo assim o desenvolvimento local e buscando, por meio

de um trabalho cada vez mais qualificado, os mesmos objetivos que sempre marcaram a história dessas organizações (Romeu, 2002).

Tendo em vista a importância histórica da comunidade, 60% dos entrevistados demonstraram ter conhecimento sobre a história local, destacando os principais pontos acerca da origem da comunidade. O principal apontamento referiu-se ao cultivo de ostras e toda a sua trajetória. Contudo, 40% dos sócios revelaram não possuir conhecimento sobre a história da comunidade.

Segundo Albuquerque (2003), a autogestão é entendida como um sistema de organização das atividades sociais, desenvolvido mediante a ação intencional e convergente de várias pessoas, onde as decisões relativas aos destinos do grupo são tomadas coletivamente, sendo imprescindível superar a distinção entre quem toma as decisões e quem as executa, de modo que cada unidade de atividade tenha autonomia decisória.

Quando questionados sobre funções ou cargos dentro da associação, os entrevistados destacaram que existe uma organização composta por presidente, vice-presidente, diretor financeiro e os sócios. Também relataram a existência do cargo de vigia da produção de ostras, função na qual todos os associados devem participar.

Quanto à importância para a comunidade, os sócios destacaram que a associação leva o nome da comunidade, que ficou conhecida como "terra das ostras". Também ressaltaram a geração de emprego e renda para os sócios e demais moradores. Nova Olinda é conhecida por produzir uma ostra que possui melhor aceitação pelos consumidores e já conquistou o mercado em Augusto Corrêa, Bragança e outras regiões, inclusive a região metropolitana, conforme relatou um dos sócios.

Em relação às ações promovidas na comunidade, a associação em si não realiza ações específicas, porém, conforme destacado pelos associados, a AGROMAR divulga propostas para associação, além de promover a divulgação de cursos e palestras ministrados por órgãos como o ICMBio, estabelecendo parcerias que beneficiam toda a comunidade. Destacou-se também a pavimentação asfáltica que dá acesso à vila, realizada por meio da associação.

Quando perguntados se os jovens buscavam se associar à AGROMAR, 100% dos entrevistados responderam que não existia essa busca, evidenciando

a expressiva falta de interesse da população jovem em conhecer e dar continuidade aos trabalhos da associação.

Sobre a periodicidade das reuniões e a existência de um tema pré-determinado, todos os sócios responderam que sim, existia um tema definido para as reuniões, que aconteciam constantemente, demonstrando o funcionamento organizado da associação.

Quanto à posse do CAF, 90% dos sócios afirmaram possuí-lo, enquanto 10% responderam que não. Sobre o acesso a linhas de crédito por meio da associação, 70% declararam já ter obtido, e 30% afirmaram não ter conseguido. Assim, é possível observar que a maioria dos associados entrevistados já conseguiu linha de crédito após se associar à AGROMAR, embora alguns ainda encontrem dificuldades.

Ao serem questionados sobre as mudanças na produção, comparando o passado ao presente, todos relataram melhora, principalmente no cultivo de ostras, que representava a principal fonte de renda dos produtores associados. Com a melhoria na forma de produção e a valorização da ostra, a AGROMAR proporcionou aos seus sócios um aumento significativo no padrão de vida, garantindo o alimento para suas famílias.

Outras mudanças importantes foram destacadas em relação à percepção da comunidade sobre a importância da indústria. Embora as opiniões estivessem divididas quanto à forma de produção da AGROMAR, houve resistência por parte de alguns moradores, que mantinha o pensamento tradicional de produção por meio da extração.

Quando questionados sobre a participação em outras organizações além da AGROMAR, 90% dos entrevistados afirmaram participar de atividades em igrejas, clubes e sindicatos, enquanto 10% não participavam de nenhuma organização fora da AGROMAR.

Sobre a realização de reuniões comunitárias para tratar assuntos coletivos, os associados responderam que ocorrem uma vez por mês ou mais, sempre que surge a necessidade ou urgência de alguma atividade que impacta o cotidiano de todos. Assim, reforça-se a importância do vínculo comunitário por meio das organizações sociais, que estreitam os laços entre pessoas com um propósito comum.

Sustentabilidade

No que se refere aos recursos naturais que existiam no passado e que atualmente já não existem mais, assim como à forma como a comunidade percebe essa escassez, muitos associados responderam que, anteriormente, o cultivo de ostras era nativo. Esse cultivo era realizado a partir da coleta das ostras em bancos naturais, os quais, segundo eles, apresentavam dificuldades na retirada dos indivíduos, e o banco demorava muito para repor a quantidade desejada em tamanho comercial. Esse fato se justifica principalmente pela falta de seletividade na coleta das ostras e pela forma como essas extrações eram manejadas.

Atualmente, com a AGROMAR, a forma de produção de ostras é totalmente diferente, baseando-se no cultivo, em vez da extração do banco natural por integrantes da associação. A associação adquire sementes de ostras em outra região, especificamente em Maracanã. Somente a partir da chegada dessas sementes à unidade de produção, inicia-se a produção utilizando sistemas de cultivo fixo ou suspenso. Miraldo (2015) evidencia que produzir em ambientes controlados minimiza a sobrepesca. Tal prática é fundamental para garantir a produção e assegurar a permanência da espécie no ambiente, evitando a extração excessiva das ostras no banco natural, o que gera impacto significativo nas demais espécies que delas dependem e, consequentemente, no meio ambiente.

A Associação de Aquicultores de Nova Olinda, por meio de suas práticas, reforçaram seu compromisso com a produção sustentável e a preservação dos bancos naturais de ostras, realizando o cultivo com técnicas e tecnologias aquícolas adequadas. Entretanto, é necessário observar que, como prática de produção, deve-se estar atento aos impactos ambientais decorrentes. Nesse sentido, as relações entre produção e meio ambiente mantêm-se baseadas no desenvolvimento local sustentável (Legat, 2009).

A Associação de Aquicultores de Nova Olinda promove o desenvolvimento sustentável local, cuidando da zona de produção e das demais áreas costeiras, além de orientar a comunidade a adotar práticas menos onerosas ao meio ambiente. Segundo os associados, a utilização dessas tecnologias, aliada à comunicação, organização das atividades e práticas sustentáveis, otimiza a produção de ostras e torna essa atividade uma referência na região.

O conceito de sustentabilidade, no final da década de 1970, era uma expressão de cunho científico, passando depois a qualificar o desenvolvimento de uma região ou localidade (Veiga, 2017). O autor reforça a importância do uso correto do termo, em sua essência, e alerta contra empréstimos conceituais que o distorcem, vinculando-o erroneamente à ideia de progresso sem critério ambiental. Dessa forma, uma análise profunda do conceito enfatiza que os processos que minimizam os impactos das atividades devem ser encarados como sustentáveis, principalmente em grupos duradouros.

Na discussão sobre as mudanças nas atividades da comunidade a partir da instalação da AGROMAR, os sócios responderam que, com o cultivo de ostras promovido pela associação e a busca por conhecimento por meio de capacitação e cooperação com entidades públicas, a comunidade passou a compreender que os órgãos públicos podem contribuir significativamente para o desenvolvimento local. Um exemplo é o ICMBio, que visita a comunidade, troca experiências, capacita e orienta os moradores quanto aos cuidados na produção de ostras, na pesca e na preservação da região costeira.

Outro fator destacado foi o aumento da produção, que, segundo os associados, superou a extração tradicional das ostras no ambiente natural. Com a notoriedade da atividade na localidade, foram observadas mudanças significativas ao longo dos anos, especialmente em relação às questões ambientais. Assim, a aplicação de ações como orientações, palestras, cursos, apoio e pesquisas se mostra fundamental para o alcance desse modelo de produção. Essas iniciativas têm despertado na comunidade a percepção da importância dos órgãos públicos, principalmente após a instalação da associação. É importante destacar que o conhecimento popular também é fundamental para promover o desenvolvimento local sustentável.

Quanto à organização social dentro da comunidade e sua contribuição para a melhoria da qualidade de vida, todos os entrevistados responderam positivamente, evidenciando que a coletividade, o solidarismo e o sentimento de pertencimento ao local são fatores que transcendem qualquer esfera e produzem um capital social capaz de transformar realidades. Um grupo social que estabelece relações de confiança entre seus integrantes e pratica a solidariedade configura o capital social (Fernandez, 2015). De acordo com o autor, essas relações se apresentam de forma horizontal, isto é, sem poder centralizado.

Segundo Sen e Kliksberg (2010), o conceito de capital social surge em uma perspectiva ampla sobre o desenvolvimento, indo além da visão economicista que mede apenas o Produto Interno Bruto per capita e a inflação. Esse fato ocorreu em Nova Olinda com o desenvolvimento da AGROMAR e a assunção de responsabilidades sociais, econômicas e ambientais. Para Dias (2013), o indivíduo é um processo contínuo de desenvolvimento e replicação de “agires” e “saberes” que, em união com diferentes níveis de compreensão, buscam um objetivo comum. Essa análise se aplica à Associação de Agricultores e Aquicultores de Nova Olinda, evidenciando o poder da interação entre seus integrantes, tanto dentro quanto fora da instituição, moldando a realidade mencionada.

Sobre a contribuição da gestão municipal para o desenvolvimento da associação e da comunidade, todos responderam que sim, e que a gestão poderia auxiliá-los. Segundo os entrevistados, medidas como transporte, financiamento, doações de ostras, atendimento às demandas da comunidade, fomento à ostreicultura com ampliação das áreas de cultivo e consultorias para a melhoria das atividades aquícolas são ações concretas que, por meio de parcerias, podem impulsionar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental de Nova Olinda e de seus habitantes. A responsabilidade socioambiental envolve ações e políticas públicas que respeitam o meio ambiente e promovem o desenvolvimento sustentável (MMA, 2025). Dessa forma, é essencial a atuação conjunta dos governos federal, estadual e municipal, somada à participação cidadã, para fortalecer o elo entre a esfera pública e a população.

Assim, observou-se que o capital social é fundamental para o desenvolvimento da comunidade e da associação, e que o crescimento local não pode ser avaliado apenas sob a ótica economicista, conforme Sen e Kliksberg (2010). Esse conceito reforçou o poder da união para garantir melhorias aos associados e à comunidade, resultado principalmente do vínculo entre colaboradores e entidades públicas.

Quando questionados sobre se a associação contribui para o desenvolvimento da região onde moram, cidade e comunidade, a resposta unânime foi afirmativa. Um ponto marcante nessa resposta é o impacto positivo no ambiente e na qualidade de vida dos associados. Como justificativa, os sócios destacaram a forma de produção, o uso de tecnologias aquícolas que favorecem

a obtenção de uma ostra de qualidade, as orientações sobre a produção e o respeito ao meio ambiente.

Complementarmente, foi ressaltada a existência de uma nova modalidade econômica além da venda das ostras: o turismo. O turismo é uma atividade promovida pela AGROMAR que tem atraído pessoas de regiões próximas e distantes aos “Ranchos”, onde os turistas pagam uma taxa única para se hospedar e se alimentar de ostras.

De acordo com Grimm e Sampaio (2011), o turismo comunitário (TC) baseia-se na ética do fortalecimento das relações sociais entre pessoas e o ambiente em que convivem, destacando a valorização dos recursos locais e a troca de experiências entre turistas. Além da beleza natural, o sabor das ostras de Nova Olinda tem conquistado muitos paladares, justificando o aumento do turismo. Conforme o presidente da associação, o incentivo do ICMBio foi fundamental para essa atividade, que realiza levantamentos sobre os visitantes da região.

É importante destacar que todos os turistas eram orientados a não descartar lixo na zona de produção, nos ranchos e em nenhuma parte do trajeto. Todo o lixo, incluindo cascas de ostras, era coletado e levado até a comunidade para descarte adequado.

Em consonância com a questão sobre a contribuição da AGROMAR para o desenvolvimento econômico sustentável da comunidade, todos os associados destacaram que sim. Entre as práticas realizadas estão o turismo voltado para conhecer a produção e consumir ostras no local, além da receptividade da comunidade a pesquisadores, universitários e ao público em geral, desde que respeitem a natureza.

A associação de Nova Olinda contribui para seis dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU (2015), quais sejam: Fome Zero; Emprego Digno e Crescimento Econômico; Comunidades Sustentáveis; Consumo e Produção Responsáveis; Combate às Alterações Climáticas; e Vida na Água. Esses dados reforçam a importância local e regional da associação como um caso de sucesso, devido às suas ações e aplicações bem-sucedidas.

CONCLUSÃO

A pesquisa realizada com os associados da AGROMAR, Associação de Agricultores de Nova Olinda, revelou importantes informações sobre a realidade da comunidade e a contribuição da entidade para o desenvolvimento econômico sustentável da região.

A AGROMAR desempenha um papel fundamental na promoção do capital social e do desenvolvimento econômico sustentável da comunidade de Nova Olinda, por meio da adoção de práticas sustentáveis, da geração de emprego e renda e da contribuição para a conservação do meio ambiente. A associação estudada é um exemplo de sucesso, apresentando forte capital social e colaborando não apenas com seus membros, mas também com toda a comunidade onde está inserida.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, P.P. **Associativismo**. In: CATTANI, Antônio David (org). A Outra Economia. Porto Alegre: Veraz, 2003:15-20p.

AMARAL, Teofelo Etelvino. Capital social, um instrumento de sustentabilidade comunitária na Associação agrícola "1º de Maio" de Bembe (Moçambique). **Meio Ambiente (Brasil)**, v. 6, n. 1, 2024.

BARBOSA, Rose. Sedap apoia produção de ostras no Pará. Governo do Pará (SECOM), 2 fev. 2022. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/34647/sedap-apoia-producao-de-ostras-no-para>. Acesso em: 17 fev. 2025.

Camps, V. **Virtudes públicas**. 1996 Madrid: Piliar Corté.

DURKHEIM, É. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.p.31.

DA VEIGA, José Eli. **Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor**. Senac, 2017.

DIAS, Bárbara Galleli. **A análise da validade da sustentabilidade ambiental enquanto uma competência organizacional**. 2013.

DE OLIVEIRA, Rafael C. O panorama da aquíicultura no Brasil: a prática com foco na sustentabilidade. **Revista INTERTOX de toxicologia, risco ambiental e sociedade**, v. 2, n. 1, p. 71-89, 2015.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. **O capital social e a análise institucional e de políticas públicas**. 2015.

GRIMM, Isabel Jurema; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Turismo de base comunitária: convivencialidade e conservação ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, n. 19, p. 57-68, 2011.

IBE.2024. **Panorama aquícola**. 2022/2023. Disponível em .Acesso em 09 de abril de 2025.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 29, p. 159-178, 2014.

LEGAT, A. P.; LEGAT, Angela Puchnick. **O cultivo de ostras como modelo de aquicultura ecológica para o desenvolvimento das comunidades litorâneas do Brasil**. 2009.

MIRALDO, Marcel Câmara. **Análise da sustentabilidade ambiental de um cultivo de ostras em um estuário tropical**. 2015.

Ministério do Meio Ambiente. mma. Responsabilidade socioambiental .2025 Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/responsabilidadesocioambiental.html#:~:text=Est%C3%A1%20ligada%20a%20a%C3%A7%C3%B5es%20que,governos%2C%20empresas%20e%20cada%20cidad%C3%A3o>. Acesso em: 07 abr. 2025.

MUTEMBA, Matheus. **Cooperativas em Moçambique no pós-independência, o caso da Cooperativa 25 de Setembro em Boane**. 70 f. Monografia (Licenciatura em História), Departamento de História, Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, 1998.

NANTHAPA, Nanthapa César; BATA, Eduardo Jaime. **O associativismo agrícola como estratégia para o desenvolvimento comunitário: uma análise da Associação dos camponeses 16 de junho de Mpaco, Nacala-Porto, Moçambique**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 15, n. 37, p. 109-138, 2020.

PATAH, Leandro Alves. Solidariedade nas Organizações. **Revista de cultura teológica**, n. 86, p. 167-182, 2015. PUTNAM, Robert David. Social Capital and Public Affairs. Bulletin of the American Academy of Arts and Sciences, Vol. 47, No. pp. 5-19, 1994.

PUTNAM, Robert David. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. FGV Editora, 2000.

Roca, G. J. **Solidaridad y voluntariado**. 1994 Maliaño (Cantabria): Sal Terrae.

ROTHSTEIN, Bo; STOLLE, Dietlind. **The quality of government and social capital: a theory of political institutions and generalized trust**. 2007.

ROMEU, Carlos Roberto. **Formação de uma rede associativista**. PEGN. Disponível em:< <http://empresas.globo.com/Empresasenegocios/0%2C19125%2CERA451004-2487%2C00.html>, n. 162, 2002.

SEN, A.; KLIKSBERG, B. As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. Trad. Bernardo Ajzenberg, Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 404p. Título original: Primero la gente: uma mirada desde la ética del desarrollo a los principa.

SELLI, Lucilda; GARRAFA, Volnei. Solidariedade crítica e voluntariado orgânico: outra possibilidade de intervenção societária. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 13, p. 239-251, 2006.

SANGALLI, Adriana Rita *et al*. Associativismo na agricultura familiar: contribuições para o estudo do desenvolvimento no assentamento rural lagoa grande, em dourados (ms), BRASIL. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, n. 2, p. 225-238, 2015.

WESTPHAL, Vera Herweg. Diferentes matizes da ideia de solidariedade. **Revista Katálisis**, v. 11, p. 43-52, 2008.

ASSOCIATIVISMO E GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS: A ATUAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE TRACUATEUA-PA

Bruno José Sousa da Silva

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Amanda Moares e Moraes

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Laila Cristina Corrêa Damasceno

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Klaybelt Lima Farias

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

RESUMO

Objetivo: Este trabalho teve como objetivo analisar o papel do associativismo na gestão dos recursos naturais. O estudo foi realizado em Tracuateua-PA, nordeste paraense, com foco na Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua (AUREMAT). **Métodos:** A metodologia adotada foi uma abordagem qualitativa exploratória, por meio de entrevistas semiestruturadas e análise de dados. **Resultados:** Os resultados obtidos mostraram a importância que o associativismo gera na promoção do desenvolvimento sustentável, organização comunitária e conservação ambiental. **Conclusão:** Concluiu-se que, embora a associação enfrente vários desafios, ela desempenha um papel de suma importância na defesa dos direitos da comunidade extrativista e na ascensão de práticas ambientais sustentáveis.

Palavras-chave: Resex; gestão de recursos naturais; desenvolvimento sustentável.

INTRODUÇÃO

O artigo aborda o papel do associativismo na gestão dos recursos naturais, com foco na Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua (AUREMAT), localizada no Município de Tracuateua-Pará.

As Reservas Extrativistas (Resex) são Unidades de Conservação de Uso Sustentável, criadas com a finalidade de conservar o meio ambiente e a cultura de povos tradicionais por meio de um novo sistema de gestão compartilhado (Rodrigues, 2017). Para Pereira (2019) as Resex são espaços territoriais criados com o intuito de contribuir para a preservação de determinadas áreas ambientais, aliando a conservação dos recursos naturais com a manutenção dos modos de vida das populações que integra e que faz uso tradicionalmente do território e dos seus recursos.

Diante disso, de acordo com Costa (2018), a organização comunitária caracteriza-se como um fenômeno importante e necessário no contexto das lutas sociais, haja vista que por meio dela os sujeitos sociais, inclusive os mais desprovidos de capital financeiro, fortalecem-se mutuamente, aumentando suas capacidades e possibilidades de lutas, conquistas e ganhos coletivos. Com a cooperação formal entre associados afins, a produção e comercialização de bens e serviços podem ser muito mais rentáveis, tendo-se em vista que a meta é construir uma estrutura coletiva na melhoria do ambiente de negócios dos quais todos são beneficiários (Ramos, 2015).

A relevância social deste trabalho reside no fato de que a pesca artesanal e o extrativismo são atividades essenciais para a segurança alimentar das famílias. Na região Norte, a pesca é uma atividade fundamental para as comunidades ribeirinhas. A prática artesanal reflete a necessidade econômica, a riqueza cultural e a dependência dos recursos naturais locais, pois compartilham com as populações amazônicas tradições, técnicas de pesca e desafios socioambientais similares (Guimarães, 2024).

Ainda de acordo com Guimarães (2024), o movimento dos pescadores e pescadoras desempenha um papel crucial na defesa dos direitos, interesses e condições de trabalho dessas comunidades, promovendo a sustentabilidade das atividades pesqueiras e o bem-estar das comunidades envolvidas. Além disso, segundo Laville (2010), as associações são um campo fértil para estudos

interdisciplinares, pois combinam dimensões econômicas, políticas e sociais em sua atuação. Assim, a análise da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua pode servir como modelo para outras comunidades extrativistas no Brasil.

Dessa forma, o presente artigo teve como objetivo principal analisar o papel da Resex na promoção do desenvolvimento sustentável e na defesa dos direitos dos trabalhadores extrativistas. Como objetivos específicos, pretendeu-se investigar os desafios enfrentados pela associação na gestão dos recursos naturais e na organização dos trabalhadores; avaliar o impacto do associativismo na conservação ambiental e no desenvolvimento da comunidade, e identificar políticas públicas e iniciativas que possam fortalecer a atuação da associação na região.

MARCO TEÓRICO

O presente artigo se fundamentou em cinco categorias de análise inter-relacionadas, a saber: desenvolvimento sustentável, reservas extrativistas, direitos sociais, políticas públicas e associativismo, este último tido como elo de acesso e mediador desses direitos. Para isso, utilizou-se uma base teórica com contribuições de diversos autores e trabalhos relevantes sobre o tema.

O conceito de desenvolvimento sustentável é central para compreender a gestão de recursos naturais e a promoção de práticas que equilibrem crescimento econômico, preservação ambiental e equidade social. Veiga (2010) destaca que a sustentabilidade econômica deve estar alinhada às políticas de desenvolvimento que atendam às necessidades das populações que dependem de recursos naturais. Segundo o mesmo autor, o desenvolvimento sustentável não se limita à conservação ambiental, mas também envolve a garantia de direitos sociais e a inclusão de comunidades tradicionais no processo de gestão dos recursos. Essa perspectiva se mostrou essencial para analisar o papel das Resex e do associativismo na promoção de práticas sustentáveis.

No contexto da modernidade, um dos desafios mais urgentes da humanidade está em encontrar uma medida justa e adequada que possibilite o desenvolvimento humano sem, contudo, colocar em risco a sadia qualidade do meio ambiente em prol das futuras gerações (Gomes, 2018). De acordo com

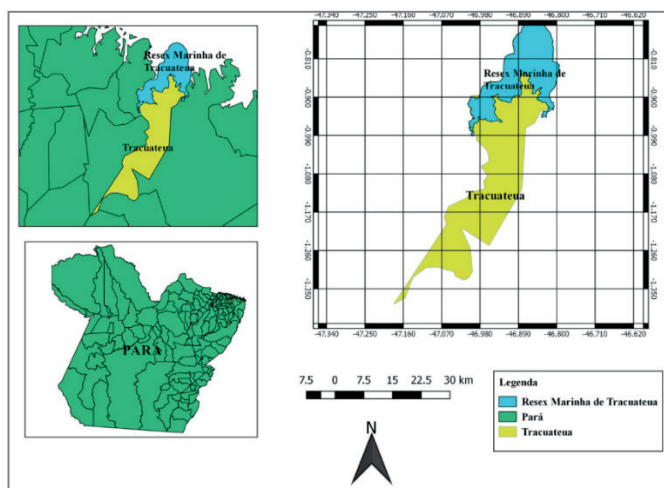
Becker (2005), as mudanças demográficas na Amazônia estão intrinsecamente ligadas ao esvaziamento das zonas rurais, impulsionado por modelos de desenvolvimento que marginalizam as comunidades tradicionais. No Brasil, apesar das particularidades locais e regionais, os mecanismos de adaptação ao meio, de ocupação, de transformação do espaço em território e de uso dos recursos naturais têm características bastante comuns entre as inúmeras comunidades de populações tradicionais existentes no país, mesmo considerando que algumas se localizam em regiões bastante isoladas (Siqueira, 2013).

MÉTODOS

Caracterização da área de estudo

A pesquisa foi realizada na Associação de Usuários da Reserva Extrativista Marinha (AUREMAT), localizada no município de Tracuateua, nordeste do estado do Pará, Amazônia Oriental (Figura 1). O município de Tracuateua possui uma população estimada em 30.373 habitantes, e uma área Territorial de 868,025km², segundo dados do último Censo realizado no município, em 2024, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024). Já a associação ocupa um espaço equivalente a 27 hectares dentro do município.

Figura 1 - Mapa de localização do município e da Associação.



Fonte: Rodrigues (2017).

Procedimentos metodológicos

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa e exploratória, baseada em princípios amplamente difundidos, os quais, segundo Piovesan e Temporini (1995), são: 1) a aprendizagem ocorre de forma mais eficaz quando parte do conhecido; 2) deve-se buscar sempre ampliar o conhecimento; e 3) esperar respostas racionais pressupõe a formulação de perguntas igualmente racionais.

Dessa forma, com foco na análise do papel do associativismo na gestão dos recursos naturais, tomou-se como objeto de estudo de caso a Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua (AUREMAT), localizada no município de Tracuateua, Pará.

A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas principais: coleta de dados e análise dos resultados. A primeira etapa consistiu em entrevistas semiestruturadas, realizadas com base em um roteiro prévio, que permitiu ajustes conforme a necessidade, caracterizando-se, assim, como um método flexível e espontâneo. As entrevistas foram conduzidas com membros da AUREMAT, incluindo líderes associativos, pescadores artesanais e extrativistas.

O roteiro da entrevista abordou temas como a organização interna da associação, os desafios enfrentados na gestão dos recursos naturais, o impacto do associativismo na comunidade e as políticas públicas. As variáveis analisadas foram: I – idade; II – gênero; III – raça; IV – função dentro da associação; V – venda do pescado; VI – de que forma conheceram a associação; VII – de que forma a associação contribui com a comunidade extrativista; VIII – quais os desafios enfrentados pela associação na gestão dos recursos naturais da reserva; IX – quantidade de colaboradores; X – tempo de trabalho extrativista; XI – participação das mulheres e dos jovens na associação; XII – problemas relacionados à fiscalização; e XIII – acesso às políticas públicas.

A realização da pesquisa contou com o apoio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) do município de Tracuateua, que auxiliou no deslocamento até a associação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Associação de Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua foi fundada em 2005, com foco em atividades de pesca e agricultura familiar. A reserva possui uma área total de 27.137 hectares. Inicialmente, abrangia um raio de 7 km, mas, em 2014, esse raio foi reduzido para entre 3 e 3,5 km. Dentro dessa área, há manguezais e campos naturais que, no período de inverno, ficam alagados.

Sendo decretada em 20 de maio de 2005 e oficialmente fundada em 27 de agosto de 2005, a associação está localizada na comunidade Sessenta, Localidade Arco-Íris. Segundo o senhor João Carlos, que é o presidente da associação, *“existe uma diferença entre localidade e comunidade: localidade é formada por pessoas que construíram suas casas afastadas do barulho, muitas vezes próximas ao rio, facilitando a pesca. Já a comunidade possui estrutura, como posto de saúde, campo de futebol, igrejas (católica e evangélica), escola e centro comunitário. Em uma localidade, as residências podem estar a mais de um quilômetro de distância umas das outras”* (Relato do entrevistado).

A diretoria da associação é composta atualmente por doze pessoas, distribuídas entre os cargos de presidente, vice-presidente, primeiro e segundo secretários, primeiro e segundo tesoureiros e conselheiros fiscais, sendo três titulares e três suplentes. O entrevistado relatou que haviam incluído a Secretaria da Mulher e a Secretaria da Juventude, mas, durante a pandemia da COVID-19, as atividades ficaram desorganizadas e, conseqüentemente, cessaram.

A associação conta atualmente com 200 associados, embora, em seu auge, já tenha alcançado 800 membros, especialmente em períodos em que havia programas como crédito habitacional e reforma agrária, que atraíam participantes.

A associação possui cerca de 3.000 beneficiários diretos, enquanto o número estimado de eleitores nas comunidades que integram a reserva é de aproximadamente 10.000. Entretanto, a associação enfrenta dificuldades quanto ao número de associados, haja vista que, segundo relato do presidente, muitos só procuram a Resex quando há intervenções de órgãos governamentais que tragam algum retorno econômico.

Quadro 1 - Organização interna da Associação.

Categoria de Análise	Resultados	Relatos e Exemplos
Finalidade da Associação	A associação foi criada com o objetivo principal de proteger a Reserva Extrativista (RESEX) e garantir direitos e benefícios aos pescadores locais.	"O principal objetivo da associação é proteger a RESEX, que é formada por pescadores e moradores do entorno. Muitos deles, inclusive, não tinham documentação das terras, mas conseguimos cadastrá-los. Enfrentamos resistência inicialmente, pois pescadores tradicionais evitavam reuniões, então tivemos que conscientizar sobre a importância da participação ativa."
Desafios na Liderança	Liderar exige comprometimento e resistência, já que não há retorno financeiro nem garantias profissionais.	"Ser presidente da associação exige paciência e dedicação. Quem entra pensando em receber algo em troca, sem comprometimento, logo desiste. Se o líder não tem o dom para lidar com pessoas, a associação fica abandonada."
Propriedade do Terreno	O terreno da sede foi cedido pelo governo federal por meio de uma concessão de uso.	"A área pertencia à Marinha e foi repassada em 2010, durante o governo Lula, com concessão real de uso. Na época, dez associações extrativistas marinhas receberam essa concessão, assumindo a responsabilidade pela gestão e preservação ambiental."
Informações dos Membros	Os membros demonstram forte vínculo emocional com a associação, apesar das dificuldades.	"Para muitos pescadores, a associação representa uma verdadeira família. Mesmo sem recursos, os líderes assumiram dívidas e mantiveram a entidade funcionando. Em 2019, acumulamos R\$14.000 em dívidas com a Equatorial, o que prejudicou a emissão de certidões e o acesso a financiamentos."
Atividades da Associação	A associação realiza reuniões, apoia projetos sociais e ambientais, e articula programas como o Bolsa Verde e crédito rural.	"A contribuição mensal dos associados é de R\$10,00, mas muitos não conseguem pagar, o que dificulta a manutenção da sede e dos projetos. Ainda assim, continuamos tentando manter as ações."
Construção e Manutenção da Sede	A sede foi construída com recursos do Fundo Amazônia, mas enfrenta baixa adesão dos associados.	"Recebemos R\$75.000,00 do Fundo Amazônia, com patrocínio da Noruega, para a construção da sede. Ela seria na Comunidade da Chapada, mas como ninguém quis doar terreno, escolhemos outro local. Infelizmente, poucos usam a sede ou ajudam a mantê-la. Desde 2018, não temos mais repasses fixos e sobrevivemos com projetos pontuais como o 'Julho Verde', que promove intercâmbios e ações ambientais."

Fonte: Autores (2025).

Quadro 2 - Aspectos sociais, econômicos e políticos da Associação e comunidade.

Categoria de Análise	Resultados	Relatos e Exemplos
Comercialização do Pescado	A ausência de estrutura adequada e a dependência dos atravessadores prejudicam a renda dos pescadores.	"Antes, os pescadores definiam o valor do pescado. Hoje, os atravessadores ditam os preços, muitas vezes abaixo do justo. Sem uma geleira no porto e sem estrutura de armazenamento, os pescadores são obrigados a vender rápido, aceitando qualquer preço para não perder o produto."
Benefícios aos Associados	Os associados têm acesso a documentos e a programas sociais diversos.	"Graças à associação, muitos conquistaram aposentadoria, salário-maternidade e equipamentos como canoas, redes, geladeiras e fogões, o que ajuda muito no dia a dia."
Projetos Desenvolvidos	A associação tem buscado parcerias e apoio externo para fortalecer a produção local.	"Conseguimos projetos com financiamento da União Europeia, como a construção de casas de farinha. Também realizamos intercâmbios com comunidades quilombolas do Maranhão, onde trocamos experiências sobre farinha e tapioca. Isso ajudou a valorizar nossa produção local."
Participação de Mulheres e Jovens	As mulheres demonstram interesse e estão envolvidas em projetos, enquanto os jovens demonstram pouco engajamento.	"As mulheres querem participar mais, mas enfrentam a dupla jornada: cuidar da casa e contribuir com a associação. Temos um grupo que trabalha com óleo de nozes, coordenado pela lara, há 3 ou 4 anos, com recursos do Fundo Casa. Já os jovens acham que a associação é assunto dos pais. Mesmo realizando reuniões após a missa, aos domingos, eles não aparecem."
Dificuldades na Aplicação das Normas Ambientais	Há conflito entre fiscalização e realidade local, especialmente com os marisqueiros.	"Os marisqueiros são multados, mas ninguém oferece alternativa. É uma prática cultural, herdada dos avós. Chamamos o Museu Emílio Goeldi para estudar isso. Se for para subsistência, que criem mariscos em casa. Mas multar sem alternativa é injusto."
Acesso a Políticas Públicas	O acesso a políticas públicas é limitado, por falta de incentivo, assistência técnica e até vontade da comunidade.	"Mesmo com apoio da prefeitura, o município é carente de políticas públicas. Muitos preferem comprar cheiro-verde ou cebola com o dinheiro do Bolsa Família do que plantar. Faltam incentivos, mas também falta vontade."
Principais Dificuldades da Comunidade	Falta de assistência técnica e documentação são barreiras para o acesso a programas.	"Tem um só servidor para atender todo mundo. Isso torna o acesso a programas públicos quase impossível. Sem documentos ou apoio técnico, a comunidade não consegue aproveitar as oportunidades que existem."

Fonte: Autores (2025).

Finalidade da Associação

O principal objetivo da associação é proteger a RESEX, que é composta por pescadores e moradores do entorno. Assim como afirma Santos (2020), as RESEX destacam-se por serem fundamentadas nas demandas das comunidades tradicionais, abarcando aspectos como a regularização fundiária, direitos sobre o território da pesca e seus recursos, além da proteção ambiental. Por sua vez, os beneficiários contemplados incluem os pescadores da praia de Quatipuru.

Inicialmente, três comunidades faziam parte da associação: Fruto, Bossa Nova e uma terceira comunidade que foi reassentada em um projeto de reforma agrária pelo INCRA. Dessa forma, muitos moradores que não possuíam documentos de suas terras foram cadastrados e conseguiram adquiri-los.

No entanto, segundo o presidente da associação, há um desafio: *“pescadores tradicionais, acostumados com o trabalho no mar, costumam evitar reuniões e organização comunitária. Tivemos que conscientizá-los sobre a importância da participação ativa na associação”* (Relato do entrevistado).

Desafios na liderança da Associação

De acordo com o entrevistado e presidente da associação, a liderança exige paciência e dedicação, pois quem assume o cargo sem comprometimento acaba se afastando, já que não há retorno financeiro ou emprego garantido. *“Se o líder não tem dom para lidar com pessoas, a associação fica abandonada”* (Relato do entrevistado).

Propriedade do terreno

O terreno onde a associação se localiza pertence ao governo federal e era uma área da Marinha. Em 2010, durante o governo Lula, foi obtida uma concessão real de uso da área. Dez associações extrativistas marinhas receberam essa concessão, tornando-se responsáveis pela gestão e preservação dessas áreas.

Como citado por Araujo (2019), o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) estabelece que as reservas extrativistas são domínio público. As populações extrativistas têm o direito de uso garantido por

meio de contrato de concessão de direito real de uso (arts. 18, § 1º, e 23), o qual deve definir, conforme a própria Lei do SNUC e o plano de manejo, os direitos e as obrigações dos moradores (art. 23, §§ 1º e 2º).

Informações dos membros

A associação tem um papel fundamental na vida dos pescadores. *“Para muitos, ela representa uma verdadeira família”* (Relato do entrevistado). Os membros se dedicam para manter a organização ativa, apesar das dificuldades financeiras. O compromisso com a associação é grande, a ponto de seus líderes assumirem responsabilidades pessoais para garantir o funcionamento da entidade.

Em 2019, devido a dificuldades financeiras e à pandemia, algumas contas ficaram em aberto, incluindo uma dívida de R\$ 14.000 com a Equatorial. Esse problema gerou complicações na obtenção de certidões e no acesso a financiamentos. Durante anos, os líderes da associação carregaram essa responsabilidade sem apoio externo.

Entretanto, existem alguns empecilhos para a criação de Planos de Manejo, como o custo do projeto legal, a falta de financiamento do governo, a limitação de autorização de atividades da Unidade de Conservação por parte do ICMBio, e a dificuldade de tramitação em relação à consultoria ou à equipe responsável pela confecção do Plano de Manejo (Dias *et al.*, 2018).

Atividades da Associação

A associação realiza reuniões frequentes para organização e gestão dos recursos, trabalhando com programas como crédito rural, bolsa verde e habitação social. Os associados pagam uma contribuição mensal de R\$ 10,00, mas muitos acabam não pagando, o que dificulta a manutenção da sede e dos projetos.

Construção da sede e manutenção

“O prédio da associação foi construído com um financiamento de R\$ 75.000,00, vindo do Fundo Amazônia, patrocinado pela Noruega. Inicialmente, a sede seria na Comunidade da Chapada, mas, como ninguém queria doar o terreno, decidimos

construí-la em outro local" (Relato do entrevistado). Infelizmente, mesmo com a sede pronta, poucos membros a utilizam ou ajudam em sua manutenção. Manter uma associação ativa exige parcerias, conhecimento e força de vontade. Como relatado, "muitas vezes, há o desejo de desistir diante dos desafios, especialmente quando não há recursos financeiros".

Desde 2018, a associação não recebe repasses financeiros diretos e depende de projetos e iniciativas esporádicas para se manter, como o 'Bolsa Verde', que viabiliza ações ambientais. No entanto, conforme destaca Saori (2018), os valores pagos pelo Bolsa Verde não condizem com o tempo necessário para a regeneração florestal, a transição agroecológica, nem com o tempo de trabalho exercido nessas áreas, o que coloca novamente a agricultura familiar e os povos tradicionais na condição explorada de mão de obra barata e de meros produtores de matéria-prima.

Comercialização do pescado

O processo de comercialização do pescado foi relatado como um dos principais desafios enfrentados pela associação. *"A relação entre os pescadores e os atravessadores têm impacto direto nos preços do pescado. Antigamente, os próprios pescadores determinavam os preços, mas hoje, os atravessadores é que estabelecem os valores, muitas vezes abaixo do esperado"* (Relato do entrevistado).

"A falta de infraestrutura, como uma geleira no porto, dificulta o controle da produção e a valorização do pescado local. Sem meios adequados de armazenamento, os pescadores precisam vender seus produtos a intermediários que pagam valores mais baixos" (Relato do entrevistado). Essa prática impacta negativamente os rendimentos da comunidade, que não consegue obter preços justos pelo produto.

Assim como ressalta Campos (2021) que a venda se torna quase obrigatória, pois os pescadores não podem manter o pescado em estoque por muito tempo (dada a perecibilidade), à espera de melhores preços, e ainda há a falta de acesso a outros canais de comercialização.

Benefícios aos associados

Os associados têm acesso a benefícios como documentação, aposentadoria, salário-maternidade e programas de apoio, incluindo a distribuição de equipamentos como geladeiras, fogões, bicicletas, canoas e redes de pesca.

Como afirma De Castro Ribeiro (2023), no aspecto econômico, a associação é o elo mais importante para trazer benefícios. Ela atua como agente de organização, realizando projetos que trazem recursos que auxiliam a comunidade.

Projetos desenvolvidos

A associação já implementou projetos financiados pela União Europeia, como a construção de casas de farinha, o que melhorou a qualidade da produção local. Houve intercâmbios com comunidades quilombolas do Maranhão, compartilhando técnicas de produção de farinha e tapioca. Essa troca de experiências fortaleceu a valorização dos produtos locais pela comunidade.

Apesar das dificuldades financeiras e da falta de apoio governamental, a associação continua desenvolvendo projetos para melhorar a vida dos pescadores e agricultores da região. Com parcerias estratégicas, busca novas oportunidades para garantir a sustentabilidade e o crescimento da comunidade.

Participação de mulheres e jovens

Segundo o relato do entrevistado: *“A mulher quer estar com a gente no dia a dia, na associação, a gente sente, mas ela sempre fala: ‘Não, eu preciso ir, porque preciso fazer a comida’. Marido dela está trabalhando, e se ela não fizer, hoje fica com fome”*.

Logo vemos os desafios para equilibrar responsabilidades domésticas e associativas. Mas, ainda segundo o entrevistado *“temos um grupo de mulheres que trabalha com produtos como óleo de nozes, que é coordenado pela lara. Todos os anos conseguimos captar recursos para esses projetos através do Fundo Casa. Esse projeto já existe há uns três ou quatro anos”*.

Também foi confirmado, a realização de uma pesquisa sobre a participação das mulheres, e elas se mostraram muito interessadas. De forma que

sempre que possível realizam reuniões com elas, incentivando a participação na associação municipal.

Em relação aos jovens, quando questionado sobre a sua participação nas atividades, teve-se como resposta *“eles não têm interesse, eles acham que quem tem que estar na reunião são os pais. Faço reuniões aos domingos nas igrejas, assisto à missa na comunidade e, depois, realizamos a reunião. Mas os jovens não aparecem”* (Relato do entrevistado). O que mostra um baixo interesse deste público pelas ações da associação.

Dificuldades na aplicação das Normas Ambientais

As normas ambientais enfrentam muitas dificuldades na aplicação, o entrevistado afirma que querem oficializar e regularizar certas práticas, mas ainda encontram resistência. Por exemplo, no caso dos marisqueiros, muitos são multados. *“Mas que política pública existe para eles? Eles sobrevivem dessa atividade, alguns passam dias no campo apenas para pegar alguns mariscos. Como podemos apenas multar sem oferecer uma alternativa?”*. Ainda segundo o entrevistado: *“Chamamos o Museu Emílio Goeldi para pesquisar sobre isso. Eles identificaram que essa prática é uma cultura herdada dos pais e avós. Mas precisamos ver se essa prática é sustentável. Se for para subsistência, que criem mariscos em seus quintais”*.

Tal interpassage reflete o desamparo de comunidades tradicionais que realizaram tais práticas apenas para sua subsistência, tirando dali seu alimento e sustento, infelizmente mesmo já havendo programas como o bolsa família, nem todas as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade são assistidas.

Acesso a políticas públicas

O acesso a políticas públicas para a comunidade é muito limitado, mesmo a prefeitura dando suporte, o município ainda é carente de políticas efetivas. Segundo o presidente *“Muitos moradores da comunidade se acomodam, não querem plantar uma horta, criar galinhas, produzir o próprio alimento. Quando chega o dinheiro do Bolsa Família, compram tudo: cheiro-verde, cebola, feijão. Mas por que não plantar? Falta incentivo, mas também falta vontade.”* (Relato do

entrevistado). Logo, suas próprias atitudes interferem no seu acesso a políticas públicas, como PNAE que atende de fato a agricultura familiar que produz.

Ainda segundo o entrevistado: *“há projetos para incentivar a criação de galinhas para produção de ovos caipiras, mas muitos não aderem. Quem é do campo não deveria precisar comprar cheiro-verde ou pimentão, deveria produzir em casa”*. Desse modo, vê-se que não apenas existem problemas a nível de governo que é responsável por de fato, por políticas públicas em ação. Como comodismo e até mesmo descaso de moradores da comunidade pela vida no campo, o que só afeta os próprios, os impossibilitando de ter acesso a projetos e uma qualidade de vida melhor.

Principais dificuldades da comunidade

É nítido que a maior dificuldade para acessar programas públicos é a falta de assistência técnica e documentação adequada, sem suporte, a comunidade fica à margem dessas oportunidades. *“O desafio está lançado: precisamos de mais fiscalização, políticas públicas eficazes e mais participação da comunidade. Aí tem um só servidor para atender um público grande como esse. Isso também é uma dificuldade para conseguir atendimento.”* (Relato do entrevistado).

Destacam-se também entraves no sentido de acesso às comunidades, estradas de ramal debilitado que dificulta o acesso tanto de quem vai às comunidades, como dos moradores que precisam ir à cidade. Isso influencia na chegada de requisitos básicos para uma saúde de qualidade, como também, nos índices de baixa escolaridade.

Assim como afirma De Oliveira Silva (2020) que a média obtida para a classe de pescadores artesanais da costa brasileira, predomina-se de pescadores com o primeiro grau incompleto e a questão da saúde em pequenos municípios costeiros apresenta como principal carência a falta de infraestrutura de saneamento, sendo este fator responsável por grande número de doenças e mortes.

CONCLUSÃO

O estudo demonstrou a relevância do associativismo como um mecanismo estratégico para promover o desenvolvimento sustentável, organizar

comunidades tradicionais e conservar os recursos naturais. Por meio dessa organização coletiva, a AUREMAT evidencia sua capacidade de articular direitos e benefícios para as populações que dependem diretamente desses recursos.

Os resultados evidenciaram benefícios importantes, como o acesso à documentação, a inclusão em programas sociais e o incentivo a projetos de valorização da produção local. Contudo, também foram identificados desafios significativos, destacando-se a baixa participação dos jovens, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para equilibrar as responsabilidades domésticas e associativas, e as limitações para fomentar práticas produtivas sustentáveis entre os moradores.

Além disso, observou-se a existência de problemas relacionados à adesão e à participação da comunidade. Entretanto, apesar dessas dificuldades, o associativismo mostrou-se positivo, sobretudo por meio de iniciativas sociais e ambientais que promovem melhorias na qualidade de vida dos associados.

Embora a associação enfrente barreiras estruturais e dificuldades no acesso a políticas públicas, ela desempenha um papel essencial na promoção de direitos e no fortalecimento de práticas sustentáveis. Esses desafios são relevantes para alcançar os objetivos do estudo, que incluem a investigação dos problemas enfrentados pela associação e a avaliação do impacto do associativismo na conservação ambiental e no desenvolvimento comunitário.

Dessa forma, os resultados e as implicações deste estudo podem influenciar significativamente futuras pesquisas e aplicações na área, incentivando a criação de estratégias replicáveis para outras reservas extrativistas no Brasil. A experiência da AUREMAT demonstrou que, com apoio governamental e engajamento comunitário, o associativismo pode ser uma poderosa ferramenta de transformação social, econômica e ambiental.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Fernanda Castelo Branco Araujo Branco; SOARES, Jacqueline Alves. Reservas extrativistas protegem o território tradicional pesqueiro? Uma análise a partir do caso da Prainha do Canto Verde (Ceará). **Revista Direito Ambiental e sociedade**, v. 9, n. 3, 2019.

BECKER, Bertha. **Amazônia: Geopolítica na Virada do III Milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

CAMPOS, Mauro Macedo; DE ALMEIDA, Lohana Chagas; TIMÓTEO, Geraldo Márcio. Entraves no mercado da pesca artesanal: entre a dependência e a desconfiança. **Novos Cadernos NAEA**, v. 24, n. 1, p. 205-230, 2021.

COSTA, Paula Chamy Pereira da *et al.* Reservas extrativistas marinhas: reflexões sobre desafios e oportunidades para a cogestão em áreas marinhas protegidas. **Desenvolvimento e meio ambiente**, 2018.

DA PURIFICAÇÃO PEREIRA, Geusa; FENELON, André Neves; DE OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco. Perspectivas e desafios na criação de uma Reserva Extrativista Marinha. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 12, n. 4, p. 1291-1316, 2019.

DA VEIGA, José Eli; COIMBRA, José de Ávila Aguiar. **Meio ambiente & desenvolvimento**. São Paulo: Senac, 2006.

DE CASTRO RIBEIRO, Leonardo; DA COSTA MATOS, Gleimíria Batista. Inserção dos Extrativistas na Cadeia Produtiva da Castanha-do-Brasil (Bertholletia excelsa): Caso da Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade (AOS)**, v. 12, n. 2, 2023.

DE OLIVEIRA SILVA, Adriana Thiara; JUNKES, Janaina Accordi. Revisão e Realidade da RESEX Marinha da Lagoa do Jequiá. **Diversitas Journal**, v. 5, n. 4, p. 2632-2648, 2020.

DIAS, M.; Gomes, R.; Batista, S.; Campiolo, S.; Schiavetti, A. (2018). Participação Popular na Criação de Unidades de Conservação Marinha: o Caso da Reserva Extrativista de Canavieiras. **Revista Direito GV**, 14(3): 912-936.

GOMES, Magno Federici; FERREIRA, Leandro José. Políticas públicas e os objetivos do desenvolvimento sustentável. **Direito e Desenvolvimento**, v. 9, n. 2, p. 155-178, 2018.

GUIMARÃES, Meire Vânia Ferreira Araújo. Pesca artesanal: saberes e desafios dos pescadores em Porto Nacional–Tocantins (1999-2022). 2024.

KALACHE, Alexandre; VERAS, Renato P.; RAMOS, Luiz Roberto. O envelhecimento da população mundial: um desafio novo. **Revista de Saúde Pública**, v. 21, p. 200-210, 1987.

LAVILLE, J.-L. **Economia Solidária: Uma Abordagem Internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

RAMOS, Bruno Augusto Falci; UAMRI, Atualmente. Governança Empresarial de Tiradentes: **Associativismo e Transformação**. 2015.

RODRIGUES, Monique Rocha *et al.* **A atuação da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua (PA) diante de conflitos sociais relacionados ao uso dos recursos naturais**. 2017.

SANTOS, Márcia Cristina *et al.* Conflito e gestão ambiental na zona costeira amazônica: o caso da vila do Camará, reserva extrativista (RESEX) marinha mestre lucindo, Marapanim-Pará-Amazônia-Brasil. **Brazilian Journal of Development**, 2020.

SAORI, Sheyla. O território ameaçado: Vale do Ribeira/SP. **Debates Feministas**, n. 11, 2018.

VEIGA, J. E. **Meio Ambiente & Desenvolvimento**. São Paulo: Editora Senac, 2010.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Ana Karlla Magalhães Nogueira



Possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia (2007), Mestrado em Ciências Florestais pela Universidade Federal Rural da Amazônia (2011) e Doutorado no Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU)/NAEA/UFPA. É professora Adjunta da Universidade Federal Rural da Amazônia e atua no ensino nos cursos de graduação (Agronomia, ciências contábeis, administração e engenharia ambiental). Membro do Grupo de Pesquisas e Estudos Socioambientais na Amazônia–GPGESA. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade na Amazônia (PPGDRSA) da UFRA/Capanema. Possui experiência na área de Agronomia, com ênfase em Economia Rural, atuando principalmente nos seguintes temas: Economia Ambiental, Arranjo Produtivo Local (APL), Cooperativismo, Desenvolvimento Local, Desempenho Competitivo, Políticas Públicas, Frutas da Amazônia, Cadeias Produtivas e Agroindústrias.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3375732101759359>

Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior



Licenciado e Bacharel em Ciências Sociais, com ênfase em Sociologia, pela Universidade Federal do Pará (2010). Bacharel em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia (2009). Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (2012). Doutorado em Desenvolvimento Sustentável pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (2016). Professor Adjunto C-IV da Universidade Federal Rural da Amazônia, *Campus Capanema-PA*. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade na Amazônia (PPGDRSA) da UFRA/Capanema. Líder do Grupo de Pesquisas e Estudos Socioambientais na Amazônia (GPGESA) e Projeto Várzea. Tem experiência em ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica, com atuação nos seguintes temas: educação ambiental e do campo, políticas públicas e sustentabilidade, socioeconomia e meio ambiente, relações étnico-raciais e de gênero, comunidades agroflorestais e abordagem sistêmica na Amazônia.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3064385690292102>

Geovanna Vasconcelos Barros



Bacharel em Administração pela Universidade Federal Rural da Amazônia (2025). Tem experiência em trabalhos acadêmicos de ensino, pesquisa e extensão que abordam temas como: responsabilidade socioambiental, boas práticas de processamento de alimentos, Responsabilidade Socioambiental; estudo da percepção dos consumidores sobre as Boas Práticas de Processamento do Açaí Fruto e Economia comportamento.

Jhennyfer Natália Lima de Souza

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), na área de Planejamento Urbano e Regional. O programa tem como missão formar docentes, pesquisadores e profissionais qualificados para enfrentar desafios complexos e interdisciplinares, promovendo a produção e o compartilhamento de conhecimento científico voltado à redução das desigualdades regionais e ao desenvolvimento sustentável da Amazônia. Graduada em Agronomia pela UFRA. Atualmente, é membro dos projetos de pesquisa "Identificação de Matrizes Florestais em Fragmento de Mata Primária e Secundária para Qualidade da Biomassa e Produção de Sementes com Uso da Tecnologia e da Inteligência Artificial" e "Avaliação do Desempenho de Cultivares de Arroz de Sequeiro em Unidade Demonstrativa na Comunidade de Tauari, no Município de Capanema - PA", ambos voltados à inovação tecnológica e à sustentabilidade na produção agrícola e florestal. Também atua como voluntária no Grupo de Estudos Socioambientais na Amazônia (GESA), contribuindo para ações de extensão voltadas ao desenvolvimento sustentável, à educação popular e ao intercâmbio sociocultural com comunidades rurais do Nordeste Paraense. É licenciada em Sociologia pela Universidade Norte do Paraná (Unopar) e participou do Projeto de Iniciação Científica e Tecnológica PICT EAD, desenvolvendo pesquisas sobre "A formação do aluno de graduação no sistema de ensino EAD", promovido pela Diretoria de Pesquisa Stricto Sensu - Cogna.

ÍNDICE REMISSIVO

A

AARTEC: 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223

Acesso ao Ensino Superior: 436, 526, 527, 528, 532, 534, 537

Ações Coletivas: 74, 549, 556, 559, 588

Aesenvolvimento Rural Sustentável: 539

Agricultura Familiar: 50, 57, 63, 66, 67, 71, 72, 73, 76, 77, 127, 128, 129, 130, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 162, 163, 164, 185, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 303, 308, 309, 310, 311, 313, 317, 318, 321, 328, 374, 378, 379, 380, 381, 382, 384, 385, 386, 387, 388, 391, 392, 393, 394, 450, 454, 466, 468, 471, 517, 524, 539, 540, 541, 542, 543, 545, 546, 547, 552, 553, 554, 586, 587, 589, 590, 591, 602, 609, 614, 617

Agroecologia: 75, 147, 149, 150, 157, 159, 162, 163, 164, 223, 224, 304, 306, 313, 314, 330, 393, 471

Agronomia: 30, 32, 33, 146, 147, 395, 396, 398, 399, 400, 401, 402, 404, 405, 407, 409, 410, 412

Apicultura: 166, 168, 169, 180, 182, 183

Áreas: 18, 19, 33, 36, 43, 53, 57, 58, 59, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 75, 77, 105, 106, 107, 108, 112, 116, 169, 174, 205, 219, 222, 229, 232, 258, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 269, 281, 291, 294, 299, 304, 317, 343, 351, 356, 358, 365, 377, 382, 384, 386, 400, 402, 431, 432, 439, 471, 472, 475, 478, 486, 497, 498, 500, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 543, 572, 576, 580, 581, 597, 599, 605, 612, 614, 619

Associativismo: 211, 212, 213, 214, 215, 223, 224, 225, 304, 308, 314, 539, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 552, 553, 554, 569, 570, 571, 572, 575, 576, 579, 582, 583, 584, 586, 587, 588, 590, 591, 594, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 608, 617, 618, 619

Associativismo Rural: 211, 213, 214, 215, 223, 543, 544, 545, 553, 586

Atividade Econômica: 79, 90, 96, 172, 180, 183, 276, 290, 291, 361

Aviadores: 333, 336, 341

C

Caranguejeiros: 35, 37, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54

Comercialização: 9, 10, 12, 13, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 37, 42, 51, 128, 129, 130, 133, 135, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 153, 169, 176, 178, 179, 182, 200, 211, 212, 213, 218, 220, 221, 224, 268, 284, 288, 291, 292, 293, 298, 300, 304, 317, 318, 319, 321, 322, 327, 328, 331, 333, 334, 336, 338, 341, 342, 353, 364, 372, 374, 378, 379, 386, 390, 449, 452, 454, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 468, 469, 470, 471, 540, 544, 551, 593, 605, 611, 614

Comércio Varejista: 14, 102, 103, 104, 105, 124

Comunidades Tradicionais: 36, 37, 52, 72, 256, 257, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 267, 270, 271, 272, 273, 338, 379, 556, 558, 560, 563, 564, 567, 583, 606, 607, 612, 616, 618

Comunidade Tradicional: 35

Consciência Ambiental: 351, 496

Consumidores Finais: 10, 17, 104

Cultura: 35, 39, 57, 58, 59, 62, 63, 80, 83, 99, 129, 130, 147, 229, 231, 232, 247, 252, 253, 258, 259, 272, 273, 297, 299, 300, 312, 317, 318, 321, 329, 339, 340, 353, 367, 383, 386, 391, 407, 417, 450, 471, 480, 481, 482, 483, 490, 494, 508, 509, 557, 571, 572, 577, 580, 582, 583, 590, 602, 605, 616

Curricular: 383, 394, 396, 398, 409, 412, 421, 426, 474, 475, 480, 495, 508

D

Dendeicultura: 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77

Desempenho Acadêmico: 396, 399, 403, 406, 412, 430, 432, 438, 441, 442, 443, 445, 446, 480, 530, 532, 537

Desenvolvimento Comunitário: 79, 81, 82, 87, 211, 303, 306, 549, 550, 602, 618

Desenvolvimento Regional: 53, 54, 57, 77, 100, 126, 145, 174, 224, 255, 265, 271, 277, 282, 299, 330, 373, 430, 433, 449, 472

Desenvolvimento Rural: 71, 74, 149, 150, 151, 164, 211, 212, 213, 215, 217, 221, 305, 314, 376, 378, 379, 382, 390, 394, 541, 543, 547, 552, 553

Desenvolvimento Rural: 71, 74, 149, 150, 151, 164, 211, 212, 213, 215, 217, 221, 305, 314, 376, 378, 379, 382, 390, 394, 541, 543, 547, 552, 553

Desenvolvimento Socioeconômico: 99, 101, 102, 104, 107, 110, 166, 212, 258, 263, 276, 278, 279, 297, 303, 304, 335, 522, 540, 544, 552, 570, 572, 582, 599

Desenvolvimento Sustentável: 54, 58, 61, 65, 75, 94, 96, 97, 98, 107, 108, 125, 211, 223, 257, 262, 263, 264, 270, 272, 273, 274, 292, 294, 299, 303, 308, 314, 374, 433, 495, 496, 508, 509, 510, 515,

517, 522, 539, 541, 545, 554, 570, 571, 577, 583, 590, 597, 599, 600, 604, 606, 617, 619

Desigualdade: 45, 67, 71, 361, 432, 435, 442, 443, 447, 484, 503, 526, 527, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 565, 567

Discentes: 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 409, 410, 411, 412, 428, 429, 430, 431, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446

Docentes: 372, 417, 418, 422, 423, 424, 425, 427, 428, 446, 485, 487, 490

E

Economia Local: 13, 35, 37, 51, 67, 72, 73, 80, 81, 82, 90, 91, 92, 96, 97, 98, 104, 112, 141, 144, 166, 170, 197, 221, 247, 278, 280, 283, 284, 290, 291, 309, 311, 313, 317, 318, 334, 339, 385, 386, 449, 454, 455, 540, 541, 594

Economia Solidária: 314, 379, 554, 586, 619

Educação: 35, 49, 51, 52, 54, 74, 100, 107, 113, 144, 147, 152, 163, 173, 174, 184, 224, 232, 236, 241, 253, 254, 255, 276, 294, 297, 298, 300, 305, 306, 330, 331, 372, 375, 376, 377, 379, 382, 383, 384, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 408, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 431, 432, 435, 436, 439, 444, 445, 446, 447, 470, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 522, 526, 527, 528, 529, 532, 533, 537, 556, 557, 559, 568, 571, 579, 580, 581, 582

Educação Ambiental: 54, 276, 294, 297, 298, 383, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 522

Educação Financeira: 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428

Empreendimento: 19, 116, 135, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 265, 321

Ensino Básico: 235, 417, 510, 511

Estratégias de Marketing: 24, 25, 28, 30, 188, 190, 198, 199, 200, 204

Estudantes Universitários: 396, 403, 404, 405, 406, 413, 414, 443, 556

F

Farinha de Mandioca: 127, 128, 130, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 144, 145, 146, 147, 316, 317, 318, 319, 321, 322, 326, 329, 330, 331, 369

Feirantes: 128, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 449, 452, 453, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 470, 472

Festividade Religiosa: 79

Fidelização de Clientes: 31, 188, 208, 209

Formação Continuada: 417, 419, 423, 426, 474, 479, 480, 482, 485, 488, 489

Formação Profissional: 227, 228, 229, 233, 234, 235, 239, 405, 431, 446

Formalização: 16, 29, 33, 69, 128, 144, 165, 166, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 270, 290, 297, 361, 577, 580

G

Gestão de Recursos Naturais: 603, 604, 606

H

Hortaliças Folhosas: 448, 449, 450, 451, 453, 455, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 468, 469, 472

I

Identidade Cultural: 80, 81, 82, 97, 99, 141, 294, 296, 506, 541, 570, 582, 583

Impacto Ambiental: 61, 351, 515, 522

Inclusão: 20, 47, 65, 67, 71, 72, 74, 77, 88, 134, 141, 142, 153, 166, 173, 174, 183, 227, 228, 237, 239, 248, 251, 252, 253, 254, 257, 263, 264, 265, 271, 290, 359, 362, 417, 427, 430, 432, 439, 442, 445, 446, 447, 469, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 496, 502, 520, 526, 527, 528, 529, 530, 532, 533, 534, 535, 536, 540, 544, 550, 552, 556, 562, 567, 583, 606, 618

Indicadores Ambientais: 303

Indígenas em Movimento: 556

J

Justiça Socioambiental: 257, 266

L

Liquidação: 20, 102, 104, 110, 115

Litoral Amazônico: 275, 276, 277, 300

M

Mel: 30, 166, 169, 170, 176, 177, 180, 186, 520

Mercado de Trabalho: 72, 113, 116, 134, 167, 169, 171, 172, 173, 174, 183, 184, 186, 226, 227, 228, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 245, 246, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 397, 404, 411, 415, 436,

447, 535, 550

Mercado Local: 140, 141, 201, 206, 316, 320, 449, 461

Mundo do Trabalho: 50, 227, 241, 254

P

Pará: 12, 14, 15, 18, 20, 21, 24, 25, 30, 33, 36, 39, 41, 42, 43, 44, 52, 54, 55, 58, 59, 62, 63, 64, 66, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 82, 85, 86, 90, 91, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 105, 109, 111, 120, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 142, 145, 146, 153, 164, 165, 166, 168, 169, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 195, 196, 208, 209, 215, 224, 226, 227, 229, 230, 241, 242, 253, 255, 256, 257, 259, 260, 265, 267, 270, 271, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 288, 296, 297, 299, 300, 301, 303, 304, 315, 316, 318, 319, 322, 323, 329, 330, 334, 335, 339, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 358, 359, 362, 363, 364, 367, 369, 372, 373, 374, 375, 376, 379, 385, 386, 390, 392, 398, 399, 400, 414, 416, 417, 419, 420, 428, 433, 438, 448, 451, 453, 454, 455, 464, 469, 470, 471, 472, 495, 528, 544, 570, 571, 573, 574, 576, 583, 587, 594, 601, 605, 607, 608, 619

Participação Comunitária: 257, 272

Pensamento Sistêmico: 493, 494, 495, 496, 497, 498, 504, 506, 507, 508, 509, 510

Pequenos Negócios: 69, 124, 147, 181, 188, 189, 190

Perfil Socioeconômico: 34, 35, 37, 42, 43, 52, 77, 111, 112, 113, 126, 128, 130, 132, 145, 146, 147, 186, 255, 284, 286, 298, 299, 301, 316, 320, 337, 338, 351, 353, 356, 357, 358, 371, 430, 432, 433, 435, 446, 526, 529, 547, 592

Perfil Socioeconômico: 34, 35, 37, 42, 43, 52, 77, 111, 112, 113, 126, 128, 130, 132, 145, 146, 147, 186, 255, 284, 286, 298, 299, 301, 316, 320, 337, 338, 351, 353, 356, 357, 358, 371, 430, 432, 433, 435, 446, 526, 529, 547, 592

Personalização em Negócios: 188

Pesca Artesanal: 53, 276, 278, 279, 281, 282, 283, 290, 291, 292, 293, 296, 297, 298, 301, 333, 335, 337, 340, 347, 348, 605, 619

Políticas Afirmativas: 526, 528, 573

Políticas Educacionais: 384, 437, 474, 476, 489

Políticas Públicas: 35, 50, 57, 61, 63, 66, 71, 74, 77, 81, 93, 94, 128, 146, 149, 151, 163, 168, 169, 174, 175, 180, 185, 211, 212, 213, 216, 217, 221, 222, 223, 225, 257, 261, 262, 263, 267, 271, 273, 274, 276, 278, 279, 289, 290, 293, 297, 298, 299, 305, 306, 314, 318, 330, 333, 334, 345, 348, 351, 362, 376, 378, 379, 380, 382, 383, 388, 393, 423, 425, 427,

432, 439, 442, 445, 446, 447, 449, 468, 469, 479, 488, 490, 504, 505, 507, 511, 517, 534, 539, 540, 541, 543, 545, 548, 552, 556, 558, 559, 561, 566, 567, 570, 571, 572, 576, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 599, 601, 606, 608, 611, 616, 617, 618, 619

Políticas Públicas: 35, 50, 57, 61, 63, 66, 71, 74, 77, 81, 93, 94, 128, 146, 149, 151, 163, 168, 169, 174, 175, 180, 185, 211, 212, 213, 216, 217, 221, 222, 223, 225, 257, 261, 262, 263, 267, 271, 273, 274, 276, 278, 279, 289, 290, 293, 297, 298, 299, 305, 306, 314, 318, 330, 333, 334, 345, 348, 351, 362, 376, 378, 379, 380, 382, 383, 388, 393, 423, 425, 427, 432, 439, 442, 445, 446, 447, 449, 468, 469, 479, 488, 490, 504, 505, 507, 511, 517, 534, 539, 540, 541, 543, 545, 548, 552, 556, 558, 559, 561, 566, 567, 570, 571, 572, 576, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 599, 601, 606, 608, 611, 616, 617, 618, 619

Poluição: 40, 278, 351, 367, 368, 499, 500

Práticas Pedagógicas: 376, 384, 419, 474, 476, 477, 478, 479, 480, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 496, 502, 506

Práticas Pedagógicas: 376, 384, 419, 474, 476, 477, 478, 479, 480, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 496, 502, 506

Produção: 11, 12, 14, 17, 18, 25, 26, 27, 29, 30, 33, 42, 57, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 97, 98, 99, 128, 129, 130, 131, 135, 136, 137, 139, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 160, 161, 163, 164, 166, 169, 170, 171, 176, 177, 180, 181, 182, 183, 186, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 260, 268, 270, 272, 280, 282, 287, 301, 303, 304, 308, 309, 311, 312, 313, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 327, 328, 329, 330, 331, 333, 336, 342, 346, 347, 351, 352, 353, 360, 362, 365, 366, 367, 370, 371, 372, 373, 374, 378, 380, 381, 382, 384, 385, 386, 388, 390, 392, 393, 422, 427, 431, 449, 451, 452, 457, 459, 462, 463, 465, 467, 468, 469, 472, 496, 504, 515, 516, 517, 520, 523, 526, 530, 543, 544, 549, 551, 553, 571, 573, 580, 582, 586, 587, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 605, 611, 614, 615, 617, 618

Produção Agrícola Sustentável: 211, 213, 571, 582

Produção Artesanal: 316, 317, 318, 319, 330, 580

Programa de Aprendizagem: 227, 228, 234, 236, 237, 243, 244, 245, 249, 252, 253, 254

Q

Qualidade das Plantas: 10, 26, 28, 30

Quilombola: 77, 215, 224, 569, 570, 571, 572, 573,

575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584

R

Reaproveitamento: 278, 296, 323, 324, 351, 352, 357, 370, 372

Região Amazônica: 58, 62, 84, 180, 183, 279, 352, 398, 431, 451, 453, 471, 570

Região do Salgado: 333

Resex: 54, 55, 335, 348, 604, 605, 606, 609, 610, 612, 619

S

Saberes Tradicionais: 44, 54, 149, 223, 276, 297, 299, 318, 329, 494, 507, 539, 541, 552, 580

Sistemas Agroflorestais: 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 219, 221, 224, 512, 513, 515, 516, 517, 520, 521, 522, 523, 524

Sociais: 14, 23, 24, 25, 30, 33, 39, 52, 57, 61, 62, 63, 65, 71, 72, 73, 74, 77, 80, 81, 82, 84, 87, 88, 97, 98, 99, 100, 103, 104, 119, 134, 150, 162, 173, 176, 178, 182, 183, 185, 188, 192, 197, 199, 206, 220, 223, 228, 232, 243, 248, 253, 255, 258, 261, 262, 263, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 277, 282, 283, 284, 286, 297, 301, 304, 306, 309, 310, 330, 333, 335, 337, 340, 345, 359, 377, 378, 381, 382, 386, 393, 400, 401, 404, 407, 420, 426, 432, 435, 436, 442, 443, 446, 450, 453, 457, 471, 472, 474, 478, 483, 489, 494, 495, 496, 501, 502, 503, 504, 506, 507, 514, 515, 517, 522, 524, 527, 530, 531, 532, 536, 537, 540, 541, 542, 544, 545, 546, 548, 555, 556, 558, 559, 570, 571, 572, 573, 587, 589, 594, 595, 596, 599, 600, 602, 605, 606, 610, 611, 618, 619

Solo: 32, 59, 62, 65, 68, 70, 72, 75, 149, 150, 151, 161, 162, 163, 211, 212, 215, 218, 220, 221, 316, 322, 323, 368, 513, 514, 515, 516, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524

Sustentabilidade: 32, 36, 57, 63, 66, 67, 68, 69, 74, 75, 76, 90, 108, 128, 135, 145, 149, 150, 151, 152, 154, 157, 162, 163, 164, 179, 180, 183, 188, 190, 192, 193, 204, 205, 206, 214, 216, 222, 223, 224, 259, 264, 266, 273, 274, 276, 278, 283, 290, 297, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 311, 313, 314, 316, 318, 324, 330, 333, 351, 360, 363, 384, 388, 391, 466, 469, 494, 495, 499, 500, 502, 503, 504, 505, 508, 509, 521, 540, 542, 543, 544, 552, 577, 585, 586, 588, 589, 590, 591, 597, 598, 601, 602, 605, 606, 615, 619

Sustentabilidade: 32, 36, 57, 63, 66, 67, 68, 69, 74, 75, 76, 90, 108, 128, 135, 145, 149, 150, 151, 152, 154, 157, 162, 163, 164, 179, 180, 183, 188, 190, 192, 193, 204, 205, 206, 214, 216, 222, 223, 224, 259, 264, 266, 273, 274, 276, 278, 283, 290, 297, 303,

304, 305, 306, 307, 308, 309, 311, 313, 314, 316, 318, 324, 330, 333, 351, 360, 363, 384, 388, 391, 466, 469, 494, 495, 499, 500, 502, 503, 504, 505, 508, 509, 521, 540, 542, 543, 544, 552, 577, 585, 586, 588, 589, 590, 591, 597, 598, 601, 602, 605, 606, 615, 619

Sustentabilidade Ambiental: 57, 151, 163, 223, 276, 330, 351, 391, 469, 601, 602

Sustentável: 36, 54, 57, 58, 61, 64, 65, 66, 69, 70, 71, 73, 75, 81, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 106, 107, 108, 125, 126, 136, 147, 150, 151, 152, 153, 162, 163, 164, 166, 183, 192, 194, 206, 211, 212, 213, 214, 217, 220, 221, 222, 223, 257, 258, 259, 261, 262, 263, 264, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 278, 283, 292, 294, 299, 302, 303, 304, 305, 306, 308, 309, 312, 313, 314, 318, 335, 345, 351, 374, 379, 382, 383, 394, 400, 433, 442, 447, 471, 495, 496, 499, 501, 503, 506, 508, 509, 510, 513, 514, 515, 516, 517, 520, 521, 522, 539, 541, 543, 545, 552, 553, 554, 570, 571, 577, 582, 583, 586, 590, 597, 598, 599, 600, 601, 604, 605, 606, 616, 617, 619

T

Transporte: 10, 27, 28, 30, 47, 49, 54, 66, 70, 80, 91, 120, 218, 219, 222, 235, 237, 238, 290, 310, 316, 317, 323, 328, 352, 430, 440, 441, 444, 445, 599

Turismo Balnear: 100, 333, 334, 347

Turismo Religioso: 78, 79, 80, 81, 82, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99

U

UFRA: 9, 34, 56, 76, 78, 101, 125, 127, 148, 165, 187, 210, 226, 256, 273, 274, 275, 301, 302, 315, 332, 350, 375, 395, 396, 398, 399, 400, 401, 402, 405, 407, 411, 412, 415, 416, 428, 429, 430, 431, 433, 434, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 447, 448, 471, 473, 493, 512, 525, 538, 555, 560, 569, 585, 603

V

Vida Acadêmica: 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 404, 408, 410, 411, 412, 413, 414



científica digital



VENDA PROIBIDA - ACESSO LIVRE - OPEN ACCESS

